

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Cristiane Medianeira Ávila Dias

MINHA TERRA TEM HORRORES:
O EXÍLIO DOS BRASILEIROS NO CHILE (1970-1973)

Porto Alegre
2019

Cristiane Medianeira Ávila Dias

***MINHA TERRA TEM HORRORES: O EXÍLIO DOS BRASILEIROS NO CHILE
(1970-1973)***

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, RS), como requisito parcial a obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre
2019

CIP - Catalogação na Publicação

Ávila Dias, Cristiane Medianeira
MINHA TERRA TEM HORRORES: O EXÍLIO DOS BRASILEIROS
NO CHILE (1970-1973) / Cristiane Medianeira Ávila
Dias. -- 2019.
389 f.
Orientador: Enrique Serra Padrós.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2019.

1. Exílio. 2. Brasil. 3. Chile. 4. Ditaduras de
Segurança Nacional. 5. Terrorismo de Estado. I. Serra
Padrós, Enrique, orient. II. Título.

Cristiane Medianeira Ávila Dias

***MINHA TERRA TEM HORRORES: O EXÍLIO DOS BRASILEIROS NO CHILE
(1970-1973)***

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, RS), como requisito parcial a obtenção do título de Doutora em História.

Aprovada em 10 de junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dra. Silvina Ines Jensen
Departamento de Humanidades Universidad Nacional del Sur

Prof. Dra. Teresa Cristina Schneider Marques
Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Dedico essa tese aos meus pais, Alda Ávila Dias, e Ary da Silva Dias (*in memoriam*), por todo o esforço em me proporcionarem uma educação à qual não tiveram acesso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à coordenação, professores, funcionários e bolsistas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

À professora Ana Luiza Setti Reckziegel, pela excelente orientação de mestrado e aos professores Teresa Cristina Schneider Marques e Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, pelas contribuições, críticas e sugestões na Banca de Qualificação. Aos três professores, por terem aceitado fazerem parte da minha Banca de Defesa de Tese.

À professora Silvína Ines Jensen, por ter aceitado o convite para compor a minha Banca de Defesa de Tese.

Agradeço, em especial, ao professor Enrique Serra Padrós, meu orientador, por ter acreditado que uma operária, filha de agricultores analfabetos, poderia frequentar e concluir um doutorado. O teu exemplo de solidariedade, esperança e confiança no melhor do ser humano, me ajudaram a superar os momentos de dificuldades ao longo desses anos.

Aos brasileiros exilados no Chile que contribuíram com seus depoimentos para a pesquisa: Cláudio Gutiérrez, João Carlos Bona Garcia, Ubiratan de Souza, Raul Ellwanger, Carlos de Oliveira, Raul Carrion, Maeth Boff, Pedro Vianna e Paulo Krischke.

Aos colegas e amigos da graduação e pós-graduação: Bruno, Janaína, Amanda, Débora, Patrícia, Graziane, Fernanda, Letícia, Stella, Paula e Josiane.

À Claudia, pela hospedagem em Porto Alegre e as ótimas conversas (e risadas) das sextas-feiras à noite.

À Valéria, pelas aulas de português e espanhol, correções de textos e, principalmente, pelo apoio e a solidariedade demonstrados nesses quatro anos de amizade.

À minha família, pelo carinho e incentivo: Mila, Nico, Nica, Lígia, Davi e Maristela.

Ao Eduardo, pela paciência, carinho e apoio durante todo o percurso do doutorado.

À Esthér, por ser essa filha forte, humana e solidária, que todos os dias renova a minha certeza de que este mundo pode ser um lugar melhor para todos.

*Para não esquecer dos nomes e
dos rostos injustiçados. Para
não esquecer do olhar das
mães amaldiçoadas
pela incerteza.
Para que haja justiça
pelos mortos e pelos vivos.
Esthér Schmidt*

*El destierro es redondo:
un círculo, un anillo;
le dan vuelta tus pies,
cruzas la tierra,
no es tu tierra,
te despierta la luz,
y no es tu luz,
la noche llega: faltan tus estrellas,
hallas hermanos: pero no es tu sangre.
Eres como un fantasma avergonzado
de no amar más que a
los que tanto te aman,
y aún es tan extraño que te falten
las hostiles espinas de tu patria,
el ronco desamparo de tu pueblo,
los asuntos amargos que te esperan
y que te ladrarán desde la puerta.
Pablo Neruda*

RESUMO

O objetivo da presente tese é analisar o exílio dos brasileiros no Chile, de 1970 até 1973, a partir da figura de doze exilados, que tinham uma trajetória política na esquerda, antes e depois da instauração da ditadura civil-militar de Segurança Nacional (SN) no Brasil, em 1964. A ditadura, baseada na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), definiu esses militantes como “inimigos internos” e, portanto, alvos prioritários do aparato repressivo, em território nacional e/ou no exterior. Dado esse contexto, o exílio em território chileno, foi uma das consequências da disseminação do terror. Porém, o estabelecimento em outro país não garantiu a segurança desses brasileiros, que passaram a ser monitorados pelo Centro de Informações do Exterior (CIEEX), pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE) e pela Embaixada Brasileira em Santiago. Num primeiro momento, durante o governo de Allende, esses brasileiros receberam apoio institucional, da *Unidad Popular* (UP) e do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), que minimizaram as difíceis condições do exílio. Além disso, a interação com a esquerda chilena e com exilados de outros países latino-americanos impulsionou a esperança na criação de um movimento revolucionário de caráter regional. O golpe civil-militar de 1973, no entanto, afetou os direitos básicos dos cidadãos chilenos e dos estrangeiros que estavam no país. Diante dessa situação, os brasileiros foram obrigados a deixar urgentemente o Chile, revivendo os sentimentos de angústia, tristeza e frustração do re-exílio, gerado por essa nova onda de terror, que os atingiu em terras estrangeiras. O exílio em outros países da região não impediu que esses militantes continuassem sendo vigiados pelos órgãos de segurança brasileiros que, no final de 1973, formavam com os demais serviços secretos do Cone Sul, uma rede de intercâmbio de dados e montagem de operações, com o objetivo de atingir a comunidade de exilados.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; Chile; Exílio; Esquerda; Terrorismo de Estado.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyze the exile of Brazilians in Chile, from 1970 to 1973, based on the lives of twelve exiles, who had a political trajectory on the left organizations, before and after the establishment of the civil-military dictatorship of National Security (SN) in Brazil in 1964. The dictatorship, based on the National Security Doctrine (DSN), defined these militants as "internal enemies" and, therefore, priority targets of the repressive apparatus in national territory and/or abroad. Given this context, the exile in Chilean territory was one of the consequences of the spread of terror. However, the establishment in another country did not guarantee the safety of these Brazilians, who were now monitored by the Foreign Information Center (CIEX), the Security and Information Division of the Ministry of Foreign Affairs (DSI/MRE) and the Brazilian Embassy in Santiago. At first, during the Allende administration, these Brazilians received institutional support from Unidad Popular (UP) and the Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), which minimized the difficult conditions of exile. In addition, the interaction with the Chilean left organizations and with exiles of other Latin American countries stimulated the hope in the creation of a revolutionary movement of regional character. The civil-military coup of 1973, however, affected the basic rights of Chilean citizens and foreigners in the country. Faced with this situation, the Brazilians were forced to leave Chilean territory as a matter of urgency, reliving the feelings of anguish, sadness and frustration of re-exile, generated by this new wave of terror that struck them in foreign lands. The exile in other countries of the region did not prevent that these militants continued to be watched by the Brazilian security organs that, at the end of 1973, formed with the other secret services of the Southern Cone, a network of data interchange and assembly of operations, with the goal of reaching the community of exiles.

KEYWORDS: Brazil; Chile; Exile; Left; State terrorism.

RESUMEN

El objetivo de la presente tesis es analizar el exilio de los brasileños en Chile, de 1970 a 1973, a partir de la historia de doce exiliados, que tenían una trayectoria política en la izquierda, antes y después de la instauración de la dictadura civil-militar de Seguridad Nacional (SN) en Brasil, en 1964. La dictadura, basada en la Doctrina de Seguridad Nacional (DSN), definió esos militantes como “enemigos internos” y, por lo tanto, prioridad del aparato represivo, en el territorio nacional y/o extranjero. En ese contexto, el exilio en el territorio chileno fue una consecuencia de la diseminación del terror. Todavía, el establecimiento en otro país no garantizó la seguridad de esos brasileños, que pasaron a ser vigilados por el Centro e Informaciones del Exterior (CIEEX), por la División de Seguridad e Informaciones, del Ministerio de las Relaciones Exteriores (DSI/MRE) y por la Embajada Brasileña en Santiago. En el primer momento, durante el gobierno de Allende, esos brasileños tuvieron apoyo institucional, de la Unidad Popular (UP) y del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), que minimizaron las difíciles condiciones del exilio. Además, la interacción con la izquierda chilena y con exiliados de otros países latinoamericanos les dio esperanza de la articulación de un movimiento revolucionario de carácter regional. Pero, la toma del poder por civiles y militares en 1973, afectó los derechos básicos de los chilenos y de los extranjeros que estaban en el país. Con esa situación, los brasileños fueron obligados a salir del Chile, reviviendo los sentimientos de agobio, tristeza y frustración del reexilio, generado por esa nueva ola de terror, que los acometió en el extranjero. El exilio en otros países de la región no impidió que esos militantes continuasen vigilados por los órganos de seguridad brasileños que, en el final de 1973, formaban con los otros servicios secretos del Cone Sur, una red de intercambio de datos y articulación de operaciones, con el objetivo de atingir la comunidad de exiliados.

PALABRAS-CLAVE: Brasil; Chile; Exilio; Izquierda; Terrorismo de Estado.

LISTA DE SIGLAS

AAA	<i>Alianza Anticomunista Argentina</i>
AC	Agência Central
ACB	Ação Católica Brasileira
ACBS	Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ADOC	Assessoria de Documentação de Política Exterior
AESI	Assessorias Especiais de Segurança e Informações
AID	Agência de Desenvolvimento Internacional
ASI	Assessorias de Segurança e Informações
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
APS	Área de Propriedade Social
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AI	Assessoria de Imprensa
CAPS	<i>Comités de Abastecimiento Popular</i>
CAPO	<i>Unión de Campesinos Pobres</i>
CEDOC	<i>Centro de Documentación</i>
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CEPAL	<i>Comisión Económica para América Latina y el Caribe</i>
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CICYT	<i>Comité Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas</i>
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CI/DPF	Centro de Informações do Departamento da Polícia Federal
CIE	Centro de Informações do Exército
CIEX	Centro de Informações do Exterior
CIME	<i>Comité Intergubernamental de Migraciones Europeas</i>
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CISAC	<i>Comité Internacional de Solidaridad Artística con Chile</i>
CNI	<i>Central Nacional de Informaciones</i>
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COLINA	Comandos de Libertação Nacional

CONAR	<i>Comité Nacional de Ayuda a los Refugiados Extranjeros</i>
CORA	<i>Corporación de la Reforma Agraria</i>
CORMU	<i>Corporación del Mejoramiento Urbano</i>
CPSC	<i>Comando de Pobladores Sin Casa</i>
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAS	Departamento da América do Sul
DCJ	Departamento Consular e Jurídico
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DINA	<i>Dirección de Inteligencia Nacional</i>
DINAC	<i>Empresa Nacional de Distribución y Comercialización</i>
DIRINCO	<i>Dirección de Industria y Comercio</i>
DNII	<i>Dirección de Información e Inteligencia</i>
DOI	Destacamento de Operações de Informação
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPP	Divisão de Passaportes
DSI	Divisão de Segurança e Informações
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EIA	<i>Entente Internationale Anticommuniste</i>
ELN	<i>Ejército de Liberación Nacional</i>
EMA	Seção do Estado-Maior da Armada
EMAER	Seção do Estado-Maior da Aeronáutica
EME	Seção do Estado-Maior do Exército
ESG	Escola Superior de Guerra
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FBI	Frente Brasileira de Informações
FER	<i>Frente de Estudiantes Revolucionarios</i>
FISA	Feira Internacional de Santiago
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FLN	Frente de Libertação Nacional
FOCh	<i>Federación Obrera de Chile</i>
FRAP	<i>Frente de Acción Popular</i>
FTR	<i>Frente de Trabajadores Revolucionarios</i>
GAP	Grupo de Ação Patriótica

IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
INA	Informações Necessárias
INDAP	<i>Instituto de Desarrollo Agropecuario</i>
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPMs	Inquéritos Policiais Militares
IS	Informações Setoriais
JAC	Juventude Agrária Católica
JAPS	<i>Juntas de Abastecimientos y Precios</i>
JCR	<i>Junta Coordinadora Revolucionaria</i>
JOC	Juventude Operária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgênero
LNCC	Lista Nacional de Controle Consular
MAC	Movimento Anticomunista
MAP	Programa de Assistência Militar
MAPU	<i>Movimiento de Acción Popular Unitaria</i>
M3G	Marx, Mao, Marighella e Guevara
MCJ	Movimento Cultural Juliano
MCR	<i>Movimiento de Campesinos Revolucionarios</i>
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MIR	<i>Movimiento de Izquierda Revolucionaria</i>
MLN-T	<i>Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros</i>
MNR	Movimento Nacional Revolucionário
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular
MPR	<i>Movimiento de Pobladores Revolucionarios</i>
MUI	<i>Movimiento Universitario de Izquierda</i>
OB	Organização de Base
OBAN	Operação Bandeirante
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
ONI	Objetivos Nacionais de Informações

ONU	Organização das Nações Unidas
OMC	Organização Mundial do Comércio
ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista-Política Operária
OSI	Objetivos Setoriais de Informações
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC	<i>Partido Comunista</i>
PC-ml	<i>Partido Comunista Marxista Leninista</i>
Pcdob	Partido Comunista do Brasil
PCUS	Partido Comunista Soviético
PDC	<i>Partido Demócrata Cristiano</i>
PN	<i>Partido Nacional</i>
PNI	Plano Nacional de Informações
POC	Partido Operário Comunista
POS	<i>Partido Obrero Socialista</i>
PR	<i>Partido Radical</i>
PRT-ERP	<i>Partido Revolucionario de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo</i>
PS	<i>Partido Socialista</i>
PSI	Plano Setorial de Informações
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RETCA	Rede Terrorista Contrarrevolucionaria na América Latina
SEDOC	Secretaria de Documentação de Política Exterior
SN	Segurança Nacional
SEI	Serviço de Estudos e Investigações
SFICI	Serviço Federal de Informação e Contrainformação
SIDE	<i>Servicio de Inteligencia del Estado</i>
SIM	<i>Servicio de Inteligencia Militar</i>
SNI	Serviço Nacional de Informações
SOFOFA	<i>Sociedad de Fomento Fabril</i>
SOPS	Secretaria de Ordem Política e Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TDE	Terrorismo de Estado
UDN	União Democrática Nacional

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGES	União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNB	Universidade de Brasília
UP	<i>Unidad Popular</i>
UTE	<i>Universidad Técnica del Estado</i>
VAR-PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1. OS CAMINHOS DO EXÍLIO: OS BRASILEIROS RUMO AO CHILE	42
1.1 O EXÍLIO E SUAS IMPLICAÇÕES NO BRASIL.....	42
1.2 O ENSAIO PARA A LUTA ARMADA: AS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA BRASILEIRAS	53
1.3 AS ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS DE LUTA ARMADA.	65
1.4 AS ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS DE LUTA ARMADA E O TERRORISMO DE ESTADO (TDE).....	75
1.5 BRASIL-CHILE: OS CAMINHOS DO EXÍLIO..	92
2. O EXÍLIO: OS BRASILEIROS NO CHILE	104
2.1 O CHILE NOS PRIMEIROS ANOS DA DÉCADA DE 1970	104
2.2 A RECEPÇÃO AOS BRASILEIROS EXILADOS NO CHILE	115
2.3 AS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA BRASILEIRAS NO CHILE.....	125
2.4 OS BRASILEIROS EXILADOS NO CHILE E A UNIDADE POPULAR (UP)	138
2.5 OS BRASILEIROS EXILADOS NO CHILE E O MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA (MIR)	153
3. O ITAMARATY E O MONITORAMENTO DOS BRASILEIROS EXILADOS NO CHILE..	169
3.1 O SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ITAMARATY	169
3.2 A EMBAIXADA BRASILEIRA EM SANTIAGO	174
3.3 A DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (DSI/MRE) E O CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR (CIEX)	201
3.4 O MONITORAMENTO DOS BRASILEIROS EXILADOS NO CHILE	220
4. A REPRESSÃO AOS BRASILEIROS EXILADOS NA PRIMEIRA FASE DA DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL CHILENA	249
4.1 O GOLPE DE 11 DE SETEMBRO DE 1973 NO CHILE	249

4.2 A PRIMEIRA FASE DA DITADURA CHILENA: 11 DE SETEMBRO - 31 DE DEZEMBRO DE 1973	262
4.3 AS AÇÕES DAS EMBAIXADAS BRASILEIRA E CHILENA APÓS O GOLPE.....	275
4.4 AS AÇÕES DO CIEX E DSI/MRE CONTRA OS BRASILEIROS EXILADOS NO CHILE APÓS O GOLPE	298
4.5 OS BRASILEIROS DEIXAM O CHILE.....	323
4.6 A REPRESSÃO SEM FRONTEIRAS	334
CONSIDERAÇÕES FINAIS	347
ARQUIVOS E FONTES CONSULTADAS.....	356

INTRODUÇÃO

“Minha terra tem horrores” é uma frase retirada de uma versão do poema “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias, escrita por dois alunos de uma escola localizada na comunidade da Penha, no Rio de Janeiro, em 2017. Há quase dois séculos, o poema glorificava as belezas naturais do Brasil e o desejo do autor, no estrangeiro, de retornar a sua tão amada terra natal. Os dois alunos, no entanto, narraram em sua versão a violência a que estão expostos os jovens residentes nas regiões de periferia das cidades brasileiras, obrigados a conviver diariamente com o medo de se tornarem vítimas da ação policial, assim como a colega, Maria Eduarda, de 13 anos, atingida por uma “bala perdida” em sala de aula¹. Ao contrário de Gonçalves Dias, esses adolescentes expressaram o desejo de sair da Penha para morar num lugar tranquilo, onde pudessem ouvir o “canto do sabiá”.

A primeira vista, a frase parece não ter relação com a presente tese, que se propõe a analisar o exílio dos brasileiros no Chile, entre 1970 e 1973. Porém, um olhar mais apurado permite evidenciar que, de forma semelhante aos dois alunos da escola na Penha, esses ativistas foram obrigados a abandonar suas residências, cidades e o país porque temiam serem novamente encaminhados a centros clandestinos de detenção, nos quais haviam sido barbaramente torturados. No caso da escola, a vítima direta foi Maria Eduarda e as indiretas, colegas, professores, funcionários e a própria comunidade da Penha; no caso do exílio em território chileno, as vítimas diretas foram os próprios exilados e as indiretas, seus familiares, amigos, colegas de trabalho e companheiros de militância.

Constata-se assim que a sociedade brasileira ainda sofre com os resquícios do Terrorismo de Estado (TDE), aplicado durante o período ditatorial. Se durante a ditadura civil-militar de Segurança Nacional (SN) o Estado utilizou práticas terroristas para aniquilar os setores de oposição, qual o objetivo do emprego da violência estatal nos dias atuais? Por que os brasileiros expostos a condições de vulnerabilidade social, nos centros urbanos ou nas áreas rurais, não se sentem parte integrante da nação, desejando, como os dois alunos da escola da Penha, morar em outro lugar? Por que o Brasil permanece sendo um país de extermínio da população pobre através de “balas perdidas” e outros métodos, que gera medo e desejo de abandono do território nacional nas gerações mais jovens, contrários aos anseios de Gonçalves Dias?

¹ “Minha terra tem horrores”: versão feita por alunos causa comoção. *Gazeta*, Vitória, 07 de abril de 2017. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br/noticias/brasil/2017/04/-minha-terra-tem-horrores--versao-feita-por-alunos-causa-comocao-1014042320.html>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

Cabe destacar que minha opção por pesquisar temas envolvendo a ditadura não surgiu de uma vinculação direta com a repressão, mas com outra modalidade de violência, também exercida pelo aparato estatal. Na definição de William Schulz, essa violência ocorre nos momentos em que o Estado se apropria da riqueza produzida pela maioria da população em benefício da classe dominante, gerando um sistema de exploração marcado pela desigualdade social². Nesse sentido, a difícil situação econômica vivenciada pela minha família, durante o período de transição da ditadura e o governo Sarney (1984-1990), obrigaram-me a conciliar as atividades escolares com o trabalho na lavoura, a partir dos sete anos de idade.

Ao integrar essa realidade, tive contato com as diferentes formas pelas quais os pobres são segregados no convívio social. A exclusão começou na escola porque minhas expressões linguísticas, enquanto residente no meio rural, eram diferentes dos colegas, moradores da cidade. Seguiu para a parte estética, pois o corte de cabelo e as roupas simples que usava eram considerados inadequados para circular no ambiente escolar. E terminou no espaço, pois sem conseguir alcançar os padrões estabelecidos por meus colegas, não era convidada para qualquer atividade fora da sala de aula. Convivi assim com os efeitos dessa compartimentação hipócrita e perversa, a que estão submetidos os pobres mesmo em ambientes que, teoricamente, prezariam pelo acolhimento e a solidariedade das pessoas. Não seria essa também uma forma de exílio, mesmo que dentro da própria nação?

Diante do sentimento de inadequação social, busquei refúgio nos livros. Na infância, comecei a ler obras de literatura infantil e na adolescência, desenvolvi o apreço por clássicos nacionais, como as obras “Fogo Morto”, de José Lins do Rego e “Porteira Fechada”, de Cyro Martins. A leitura me despertou o interesse em estudar o Brasil, um país de imensas riquezas naturais, dominado em termos econômicos, políticos, sociais e culturais por uma elite que, ao longo da história, utilizou os métodos de coerção e violência que avaliou necessários para manter seus privilégios. Na visão dessa classe, ao pobre – homem ou mulher, negro, branco ou indígena, do meio urbano ou rural – caberia à execução de trabalhos manuais simples, porque o desenvolvimento intelectual precário impossibilitaria o cumprimento de tarefas elaboradas. Essa teoria, disseminada de forma sutil às crianças e aos adolescentes por meio da educação e da mídia, acabou por naturalizar no país, a exploração social.

Em algumas ocasiões, esse sistema de dominação foi contestado por parte da sociedade brasileira. Na década de 1960, por exemplo, vários setores se mobilizaram pela implantação de projetos reformistas ou radicais no modo de produção capitalista vigente no

² SCHULZ, William. Introducción. In: PIETERSE, J. et al. *Terrorismo de Estado. El papel internacional de EEUU*. Navarra: Txalaparta, 1990, p. 27-38.

país. Ao frequentar o curso de História, esse tema despertou meu interesse de pesquisa. Deste modo, no término da graduação, as atividades de partidos, organizações e movimentos de esquerda no Rio Grande do Sul, entre 1960 e 1964, foram o objeto de pesquisa do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Na mesma linha de pesquisa, desenvolvi uma dissertação de mestrado a respeito das atividades políticas de uma organização em específico, a Ação Popular (AP), no estado, de 1962 a 1972.

Durante a realização dessas pesquisas, constatei que a minha visão dos partidos e organizações de esquerda não era compartilhada pela maioria das obras produzidas a respeito do tema no país. Nesse sentido, o livro de memórias “O que é isso companheiro”, de Fernando Gabeira³, publicado em 1979, contribuiu na formação de uma visão crítica em relação à luta armada. Gabeira afirmou na obra que as atividades das organizações armadas, como por exemplo, o sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick, em 1969, estavam desvinculadas da realidade brasileira, fato que as deixaram isoladas no cenário político nacional. Essa forma de ilustrar a opção pelas armas predomina até os dias atuais, não apenas nos livros de memórias, mas também na produção historiográfica sobre as organizações de esquerda, que atuaram nas décadas de 1960 e 1970.

Ao participar de um evento em 2009, no qual apresentei parte do meu TCC, um historiador questionou a relevância da minha pesquisa, afirmando que as organizações de luta armada possuíam um número reduzido de militantes, sem formação política, que interpretaram de forma equivocada o cenário nacional do período. Para exemplificar sua assertiva, citou a organização Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G) – que atuou de forma breve em Porto Alegre no final dos anos 60 –, responsável por algumas expropriações de agências bancárias na região metropolitana, coordenadas por um militante “folclórico” e “pitoresco”: Edmur Camargo.

Os pontos de vista, tanto de Fernando Gabeira quanto do historiador em questão, são entendidos como leituras que não respondem o porquê do Estado brasileiro ter perseguido militantes envolvidos em ações armadas durante a ditadura. Essa situação foi relida a partir de uma pesquisa realizada em documentos produzidos pelo aparato repressivo estatal, na qual se evidenciou que os governos militares não avaliavam as organizações armadas da mesma forma. Pelo contrário, o sistema estruturado a partir da fundação do Serviço Nacional de Informações (SNI), após o golpe civil-militar de 1964, se encarregou de vigiar, prender, torturar, sequestrar, assassinar e desaparecer militantes que optaram pela via armada, não apenas em território nacional, como no exterior.

³ GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Um desses casos foi o do próprio Edmur Camargo, que além de ter sido preso, torturado e expulso do Brasil, em 13 de janeiro de 1971, tornou-se alvo durante o exílio no Chile, do monitoramento efetuado por agentes do Centro de Informações do Exterior (CIEX). No decorrer daquele ano, o órgão de segurança produziu documentos relatando, por exemplo, a participação de Edmur em reuniões de militantes de esquerda realizadas em Santiago⁴ e na “Jornada de Solidariedade com o Povo Brasileiro”, que ocorreu na Universidade Católica⁵. Além disso, o militante manteria contatos periódicos com o presidente Salvador Allende e a deputada do *Partido Socialista* (PS), Carmen Lazo⁶. Edmur também teria realizado uma viagem com outros exilados até a Bolívia, com o objetivo de obter apoio para a retomada da luta armada no Brasil⁷.

As fontes citadas indicam que Edmur Camargo manteve articulações políticas com organizações de esquerda brasileiras e chilenas, entre janeiro e junho de 1971, avaliadas pelo governo Médici como perigosas à manutenção da ordem e da segurança interna. Por essa razão, uma equipe de agentes brasileiros foi enviada para Buenos Aires, com o objetivo de trazer Edmur ao Brasil, depois que o ativista foi detido pela polícia federal argentina no aeroporto de Ezeiza, no momento em que realizava a conexão de um voo que partiu de Santiago com destino a Montevideu⁸. Edmur desapareceu na Argentina em 16 de junho de 1971 e, até o momento, não se conhecem detalhes sobre o que teria acontecido após o seu retorno ao país⁹. O mais provável é que tenha sido assassinado, embora não exista uma indicação de qual local teria armazenado seus restos mortais.

⁴ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.4, p. 31/32. CARLOS FIGUEIREDO DE SÁ. Contactos em Santiago. 28 de abril de 1971.

⁵ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.6, p. 02/80. Chile. Asilados e refugiados brasileiros. “Jornada de Solidariedade com o Povo Brasileiro”. TAKAO AMANO. AMADEU THIAGO DE MELLO. AMARILLIO VASCONCELLOS. EDMUR CAMARGO. 01 de junho de 1971.

⁶ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.5, p. 38/85. Contatos de asilados brasileiros com o Presidente ALLENDE. 18 de maio de 1971.

⁷ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.6, p. 43/80. Chile. Viagem de asilados brasileiros à Bolívia e Peru. 28 de junho de 1971.

⁸ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.6, p. 46/80. Chile e Uruguai. Asilados brasileiros. Viagem de EDMUR CAMARGO. “TUPAMAROS”. 28 de junho de 1971.

⁹ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 6. Conexões Internacionais: a aliança repressiva no Cone Sul e a Operação Condor. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo6/Capitulo%206.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

Tal situação conduz ao seguinte questionamento: Edmur Camargo teria sido o singular (e desinformado) militante do M3G ou o articulado (e perigoso) “subversivo” exilado no Chile? As duas versões sobre a história do militante, embora contraditórias, revelam muito a respeito do contexto brasileiro de 1971 e o atual. O governo Médici supervalorizou as atividades políticas de Edmur no exílio chileno; por isso, passou a ser considerado um inimigo interno, que devia ser eliminado onde se encontrasse, dentro ou fora do país. Por essa razão, uma equipe de agentes foi enviada para trazer o militante da Argentina para o Brasil. Este dimensionamento da militância de Edmur, por parte da ditadura brasileira, sofreu influência do contexto de Guerra Fria e da disseminação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) entre militares e policiais latino-americanos, nas décadas de 1960 e 1970.

Por outra parte, a visão que a historiografia brasileira tem, em geral, das ações da luta armada nesse período, está vinculada ao próprio fracasso do regime soviético em 1989. De acordo com Eric Hobsbawm, este evento marcou, ao mesmo tempo, a passagem do século XX para o XXI e o triunfo do modo de produção capitalista, baseado nas regras de livre mercado e na democracia parlamentar. Tal cenário influenciou o surgimento nas universidades de um movimento intelectual denominado de “pós-modernismo”, que interpreta a objetividade como uma construção do intelecto, não distinguindo entre o que é fato e ficção. Para o historiador, contudo, essa distinção é fundamental, uma vez que sua negação poderia relativizar interpretações de eventos, como o massacre dos armênios em 1915, chamando a atenção para o fato de que o compromisso da história – e dos historiadores – é com a verdade, ameaçada na atualidade, mais pelo anacronismo que pela mentira¹⁰.

Essa situação na produção historiográfica brasileira, a partir da década de 1990, foi refletida na opção dos pesquisadores em não utilizar referenciais teóricos marxistas para interpretar seus objetos de pesquisa. O conceito de luta de classes como categoria analítica, foi substituído pelo de identidades múltiplas, do sujeito como protagonista da história, tornando as pesquisas sobre temas como o movimento operário, marginais dentro das universidades. Tal fato também pode ser observado no desinteresse dos historiadores em pesquisar a luta armada e seu projeto político, que previa mudanças de caráter estrutural na sociedade brasileira.

A presente tese defende, porém, a pertinência de uma abordagem historiográfica marxista na História, porque os problemas sistêmicos com os quais se deparou a esquerda

¹⁰ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

brasileira e latino-americana nos anos 60 e 70¹¹ se mantêm no século XXI. Nas últimas décadas, o avanço na implantação do neoliberalismo na América Latina ocasionou a flexibilização das leis trabalhistas e a submissão dos trabalhadores a jornadas extenuantes, realizadas em ambientes insalubres, que resultaram em números recordes de acidentes. A terceirização da mão-de-obra provocou uma queda no valor dos salários e a perda de benefícios que, aliados à falta de investimentos do Estado em áreas como transporte, saúde e educação, aumentaram a miséria dos trabalhadores. Nesse cenário, crescem de importância o desenvolvimento de pesquisas nas universidades da região, que envolvem os conceitos de classe, luta de classes, consciência de classe, mais-valia, alienação e força de trabalho, bem como de temáticas relacionadas com a intensa luta das mulheres, dos negros, dos indígenas e da comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT).

A partir desses pressupostos teóricos e na tentativa de trabalhar o mais próximo possível da realidade dos fatos, o objetivo principal da presente pesquisa é analisar as ações dos brasileiros exilados no Chile, entre 1970 a 1973, como sujeitos de seu espaço e tempo histórico. Ou seja, as atividades desses militantes serão analisadas como parte integrante e ativa no cenário do Cone Sul, nos anos 60 e 70, marcado pela Revolução Cubana de 1959, que impulsionou partidos e organizações de esquerda a radicalizar na luta por mudanças nos paradigmas sociais em toda a região. Ao questionarem o *status quo* dominante, esses brasileiros tornaram-se alvos do aparelho estatal, no Brasil e no Chile.

O monitoramento efetuado pelo aparato repressivo estatal sobre os exilados no Chile também irá considerar a ação do governo estadunidense que, após a experiência revolucionária em Cuba, passou a disseminar os preceitos da DSN às Forças Armadas e policiais da América Latina, impulsionando os golpes e a instalação de ditaduras de SN no Cone Sul. O Brasil, como primeiro país a instaurar uma ditadura nos moldes da doutrina, em 1964, serviu de “laboratório” para os demais países da região, que adaptaram parte da experiência repressiva brasileira às especificidades de seus contextos nacionais.

Cabe ressaltar que essa vigilância vivenciou duas fases distintas. A primeira englobou o término do governo Frei e o início do governo Allende – de janeiro de 1970 a 11 de setembro de 1973 –, espaço de tempo no qual órgãos de segurança não receberam apoio do Estado chileno para agir contra a comunidade de exilados. A segunda envolveu a primeira fase da ditadura de SN chilena – de 11 de setembro a 31 de dezembro de 1973 –, período em

¹¹ O texto faz referência específica às décadas de 1960 e 1970, porque se trata do recorte teórico metodológico da presente tese.

que o governo Médici recebeu apoio da Junta Militar para agir contra os brasileiros que não puderam deixar o país logo após o golpe.

Em função dessas particularidades do contexto do exílio de brasileiros no Chile, são determinados os seguintes objetivos específicos da pesquisa:

- Examinar o contexto que obrigou os brasileiros a abandonarem o território nacional, entre os anos de 1970 e 1971;
- pesquisar as razões que motivaram esses brasileiros a optarem pelo Chile;
- compreender a situação e atuação dos brasileiros exilados no Chile;
- identificar as ações da ditadura brasileira contra os exilados no Chile, durante os governos Frei e Allende;
- analisar a colaboração da ditadura (Embaixada, CIEX, DSI/MRE) com a Junta Militar, na repressão aos brasileiros exilados no Chile depois do golpe de 1973;
- interpretar o efeito da experiência chilena sobre os exilados brasileiros: continuidade, ruptura, paralisia?

Vale destacar que o exílio dos brasileiros no período ditatorial (1964-1985) foi tema da pesquisa desenvolvida por Denise Rollemberg, que resultou na publicação da obra “Exílio: entre raízes e radares”, no ano de 1999. A historiadora, com o objetivo de sistematizar a pluralidade de experiências vivenciadas pelos exilados, utilizou os aportes teóricos da psicanálise para reconstruir os sentimentos de ansiedade, de desenraizamento, de ruptura e de medo para analisar os conflitos e as mudanças pelos quais passaram os brasileiros em outros países¹². A principal contribuição dessa pesquisa foi ter sido a primeira a problematizar o coletivo de brasileiros que seguiu para o exterior durante a ditadura.

Teresa Marques foi outra pesquisadora que abordou o exílio de brasileiros, de forma prioritária no Chile e na França, a partir de uma escala transnacional, salientando que o surgimento de redes de solidariedade globais, como organizações não governamentais e internacionais, geraram novas dinâmicas de interação dos exilados entre si e destes com a comunidade receptora. O “transnacionalismo” seria um dos efeitos da globalização, numa época na qual o Estado estaria perdendo espaço para novos atores sociais, como os brasileiros exilados no Chile que, após o golpe de 1973, foram para outros países, onde se engajaram em lutas a favor de temas globais, notadamente os direitos humanos, a anistia e a democracia¹³.

¹² ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

¹³ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado Ciência Política) – PPG-Ciência Política/UFRGS, Porto Alegre, 2011, p. 155.

O enfoque dado às trajetórias individuais dos exilados, feito por Denise Rollemberg, e as redes de solidariedade, realizado por Teresa Marques, resultaram em uma opção de pesquisa que desvincula o fenômeno do exílio ao processo de implantação das ditaduras de SN no Cone Sul, nas décadas de 1960 e 1970. Por essa razão, a presente tese se propõe a analisar militantes que, diante da possibilidade de sofrerem nova perseguição e ameaça concreta de morte, resolveram abandonar o Brasil. O exílio se constituiu assim numa opção de sobrevivência ou de recuo estratégico para reorganizar forças gravemente atingidas. Tal dinâmica se originou do aumento da violência na fase posterior à decretação do Ato Institucional nº 5¹⁴ (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, que motivou o surgimento de organizações armadas das quais participaram muitos jovens que vinham do movimento estudantil e uma nova onda de exilados, em função da maior virulência com que passou a agir o mecanismo repressivo estatal contra a esquerda no país.

Pode-se afirmar que durante essa fase, para manter os privilégios da classe dominante e garantir a manutenção do *status quo*, o Estado utilizou mecanismos ilegais – a tortura, o sequestro, o desaparecimento e o assassinato – de forma ampla e sistemática, para aniquilar os setores de oposição, que lutavam pela implantação de projetos reformistas ou radicais de mudanças na sociedade. Na avaliação de Schulz, a multiplicação sistemática de ditaduras na América Latina nos anos 60 e 70, refletiu a necessidade das corporações multinacionais estadunidenses e das classes dominantes locais, de garantir o estabelecimento de governos favoráveis à imposição de um novo modelo de acumulação capitalista. Diante da mobilização de partidos e organizações para lutar contra a implantação desse projeto, os Estados Unidos e as frações associadas dos países latino-americanos montaram um sistema clandestino, encarregado de reprimir com o uso de táticas terroristas, as atividades da esquerda¹⁵.

Em síntese, a dependência econômica imposta pelos Estados Unidos aos países latino-americanos, acarretou benefícios para a burguesia nacional associada ao capital externo, mas não resolveu os problemas dos setores mais amplos e marginalizados da população. Na década de 1960, tais setores, impulsionados pela Revolução Cubana, radicalizaram posições e passaram a lutar por transformações sociais, questionando a ordem vigente. Com o acirramento da luta de classes, os setores dominantes não recorreram ao diálogo para manter seus privilégios, mas a um novo tipo de repressão, entendida como mais eficiente no combate

¹⁴ ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 10 mar. 2017.

¹⁵ SCHULZ, William. *Op. cit.*

aos conflitos sociais: a guerra contrarrevolucionária, construída a partir das diretrizes da DSN e da experiência francesa no combate às forças de libertação nacional na Argélia.

Para Josep Comblin, a DSN, baseada nos preceitos da geopolítica, entendia o Estado como um organismo vivo, que priorizaria a expansão de sua área de influência. A doutrina também trabalhava com o conceito de guerra total, ou seja, na existência de um conflito permanente, não delimitado por diretrizes políticas, cujo objetivo seria a aniquilação completa do inimigo. No contexto da Guerra Fria, o governo estadunidense, as Forças Armadas e as polícias da América Latina passaram a avaliar qualquer questionamento ou tentativa de alteração no poder constituído, como ação do comunismo internacional¹⁶. Contudo, entre as diversas formas de oposição e organização popular contra o *establishment*, as organizações armadas foram as visadas com maior urgência pelo aparelho estatal.

Na definição de Enrique Padrós, a DSN era uma espécie de “esqueleto teórico”, que estabeleceu seus parâmetros baseada na existência da Guerra Fria e da bipolaridade. Nesse sentido, o mundo vivenciaria um conflito permanente entre dois inimigos: o comunismo bárbaro, representando pela União Soviética, e o capitalismo, responsável pela liberdade no Ocidente, cujo principal expoente era os Estados Unidos. Nesse contexto, caberia aos países da América Latina, por razões geográficas, políticas e econômicas, manterem-se alinhados ao governo estadunidense, com o objetivo de combater o “avanço comunista” no continente¹⁷.

Seguindo tais parâmetros, as Forças Armadas da América Latina passaram a considerar a guerra revolucionária ou subversiva, um perigo iminente à estabilidade regional, mudando as táticas utilizadas no combate aos setores de oposição. Os militares redefiniram, por exemplo, o papel das fronteiras políticas, nacionais e territoriais de seus países, que deixaram de funcionar como barreiras de proteção aos grupos que organizavam movimentos de contestação às ditaduras de SN instauradas nos países da região, a partir do exílio. Desse panorama se constituiu o conceito de “fronteiras ideológicas”, baseado na necessidade de combater o “inimigo interno” em território nacional e no estrangeiro¹⁸.

A DSN não definiu de forma clara quem era esse “inimigo interno” – teoricamente infiltrado de forma vertical em todos os níveis da sociedade –, que devia ser eliminado. A

¹⁶ COMBLIN, Josep. *A ideologia de Segurança Nacional. O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 34 e 40.

¹⁷ PADRÓS, Enrique. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado História) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2005. 2 t, p. 184.

¹⁸ PADRÓS, Enrique; MARÇAL, Fábio Azambuja. O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique. et al. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. V. 3. Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: CORAG, 2009, p. 37.

dificuldade em conceituar e identificar o inimigo interno tornava qualquer pessoa, envolvida ou não em atividades de oposição às ditaduras de SN do Cone Sul, suspeita perante o Estado. Por esse motivo, o mecanismo repressivo vigiava as atividades desenvolvidas por partidos e organizações de esquerda, estudantes e trabalhadores, como manifestações, greves e a distribuição de panfletos em universidades, fábricas e indústrias, associando-as imediatamente ao movimento comunista internacional.

Dessa forma, a incorporação da doutrina resultou num redirecionamento do papel do Estado e das Forças Armadas, configurando os elementos e as condições que permitiram aos países do Cone Sul utilizar métodos terroristas no combate aos grupos de oposição. Maria Helena Moreira Alves salientou que, no caso brasileiro, a violência indiscriminada passou a ser exercida pelo Estado após a instauração do AI-5, no final de 1968, ao permitir que o aparato repressivo estatal empregasse práticas ilegais, entre as quais a tortura, contra qualquer sujeito considerado inimigo interno, a partir das premissas da DSN¹⁹.

Na visão de Padrós, o que diferenciou a repressão regularmente exercida pelo Estado e o TDE foi que, no primeiro caso, as regras que determinavam os crimes passíveis de serem punidos pela justiça eram conhecidas da população, enquanto, no segundo, estes critérios não foram previamente estabelecidos. Nesse sentido, o TDE foi empregado nas décadas de 1960 e 1970 porque os setores dominantes reconheceram que a violência habitual aplicada pelo aparato estatal era insuficiente para neutralizar os descontentamentos sociais e começaram a utilizar mecanismos repressivos terroristas, para acabar com a militância de esquerda e disseminar o medo no restante da sociedade²⁰.

Diante desse panorama, o exílio foi uma das consequências da aplicação do TDE, por parte das ditaduras do Cone Sul, no sentido de desmobilizar a sociedade, afastando do cenário político nacional pessoas que integravam os setores de oposição. No Brasil, estima-se que durante a ditadura, em torno de quinze mil cidadãos tenham sido obrigados, direta ou indiretamente, a partirem para o exílio²¹; no Chile, o exílio atingiu cerca de duzentas mil pessoas, de 1973 até 1990²²; na Argentina, o número de exilados no período da ditadura, de 1976 até 1983, girou entre trezentas e quinhentas mil pessoas²³.

¹⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 162.

²⁰ PADRÓS, Enrique. *Op. cit.*, p. 69.

²¹ ROLLEMBERG, Denise. *Op. cit.*, p. 53.

²² ESPINOZA, Carolina. Chile en el corazón. In: OÑATE, Rody. et al. *Nosotros los Chilenos 13: Exilio y retorno*. Santiago: LOM, 2005, p. 25.

²³ FERNANDEZ, Jorge. *Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado História) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2011.

Em relação ao Brasil, pode-se afirmar que o exílio de cento e trinta prisioneiros políticos resultou de uma ação direta do Estado, que os baniu do território nacional após a troca por embaixadores, sequestrados por organizações de luta armada entre 1969 e 1971²⁴. A respeito dessa experiência, João Carlos Bona Garcia enfatizou que, antes de ter sido expulso do país, em 13 de janeiro de 1971, os militares retiraram seus documentos e decretaram a perda da cidadania brasileira, tornando-o um “apátrida”, através da lei de banimento, decretada pelo Ato Institucional nº 13²⁵ (AI-13), de 05 de setembro de 1969. Antes de deixar o Rio Grande do Sul, estado no qual esteve preso por cerca de um ano, o militante sofreu ameaças do delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Pedro Seelig: seria assassinado caso ousasse retornar ao país de forma clandestina²⁶. Tal ameaça evidenciou a manutenção da vigilância, por parte da comunidade de informações, dos setenta brasileiros banidos para o Chile.

A ação do aparelho repressivo estatal no exterior se constituiu numa das possibilidades de pesquisa envolvendo a temática do exílio que, independente da existência de obras memorialísticas, ao longo dos anos, despertou maior interesse nos campos da psicologia, sociologia, relações internacionais e direitos humanos. Os historiadores começaram a mergulhar nessa problemática com o fim das ditaduras e o retorno de um número expressivo de exilados para a região, na década de 1990. O fenômeno migratório expôs a manutenção de resquícios autoritários que, em muitas situações, impossibilitaram a reinserção dos exilados nessas sociedades.

A primeira obra a tratar do exílio envolvendo as ditaduras do Cone Sul foi desenvolvida pelo sociólogo Patricio Orellana²⁷, em 1981, que analisou os cidadãos que deixaram o Chile após o golpe de 1973. Cerca de uma década mais tarde, os psicanalistas Maren e Marcelo Viñar²⁸ escreveram sua análise sobre o fenômeno no caso do Uruguai. Em 1999, Denise Rollemberg²⁹ compôs a primeira tese de doutorado sobre o exílio brasileiro. Nos

²⁴ Organizações de luta armada brasileiras sequestraram, entre os anos de 1969 e 1971, quatro embaixadores: Charles Burke Elbrick (Estados Unidos), Nobuo Okushi (Japão), Ehrenfried Von Holleben (Alemanha) e Giovanni Enrico Bucher (Suíça).

²⁵ ATO INSTITUCIONAL Nº 13, DE 05 DE SETEMBRO DE 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-13-69.htm>. Acesso em: 12 mar. 2017.

²⁶ BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge a luta*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

²⁷ ORELLANA, Patricio. *El exilio chileno*. Tesis presentada a la Universidad de Sussex, IDS, Falmer, England, 1981.

²⁸ VIÑAR, Maren e Marcelo. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992.

²⁹ ROLLEMBERG, Denise. *Op. cit.*

anos 2000, o exílio argentino, tornou-se tema de pesquisa de Silvina Jensen³⁰, Pablo Yankelevich³¹ e Jorge Fernandez³², e o do Brasil, novamente, a partir da tese de Teresa Marques³³. Uma inovação no estudo da temática veio com a obra dos cientistas políticos Mario Sznajder e Luis Roniger³⁴, que analisaram o exílio de forma ampla, utilizando como recorte espacial a América Latina, e temporal, os séculos XIX e XX.

A presente tese se propõe a analisar o exílio dentro de uma perspectiva de processo, no qual o deslocamento de brasileiros em direção ao Chile se configurou num fenômeno político, resultado das ações do Estado terrorista em âmbito interno, que obrigaram – por temor ou terror –, um número significativo de pessoas a partirem em direção ao exterior. Os trabalhos mais relevantes para essa perspectiva de análise foram os de Orellana³⁵, para o caso chileno, e Jensen³⁶, Yankelevich³⁷ e Fernandez³⁸, para o argentino. Tais obras foram consideradas importante suporte para o estudo do exílio porque, embora não sejam focalizadas no cenário brasileiro, e guardando as ressalvas impostas pelas especificidades de Brasil, Chile e Argentina, esses países fizeram parte de um mesmo processo histórico, o de implantação e consolidação de ditaduras de SN na região.

O exílio, entretanto, é um fenômeno complexo por envolver o sujeito, seu entorno social e o coletivo maior ao qual ele se integra. Em virtude disso, o contexto mobilizado no exílio envolve a saída do indivíduo do país de origem, a chegada em outro país e questões como sustentação econômica, adaptação a uma nova língua, costumes, formas de expressão e interação social. Jensen define o exílio como “un objeto poliédrico y dinámico”, que dificulta o trabalho dos historiadores. Por essa razão, a pesquisadora sugere “estudiarlo tanto del territorio que despide o expulsa y que los ha constituido en protagonistas de una viaje no deseado originado en la violencia, como desde la sociedad de destino”³⁹.

Para Viñar, o pesquisador que se arrisca a estudar e compreender o exílio e seus múltiplos ângulos de interpretação deveria “ser sociólogo, demógrafo, politólogo, psicólogo

³⁰ JENSEN, Silvina. *Suspendidos de la historia/exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976/...)*. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, 2004. Tesis (Doctorado Historia) – Departamento de Historia Moderna i Contemporània/Universidad Autónoma de Barcelona, Barcelona, 2004.

³¹ YANKELEVICH, Pablo. *Ráfagas de un exilio/Argentinos en México, 1974-1983*. México, DF: Colegio de México, 2009.

³² FERNANDEZ, Jorge. *Op. cit.*

³³ MARQUES, Teresa. *Op. cit.*

³⁴ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del Destierro y el exilio en América Latina*. México: FCE, 2013.

³⁵ ORELLANA, Patricio. *Op. cit.*

³⁶ JENSEN, Silvina. *Op. cit.*

³⁷ YANKELEVICH, Pablo. *Op. cit.*

³⁸ FERNANDEZ, Jorge. *Op. cit.*

³⁹ JENSEN, Silvina. *Op. cit.*, p. 25.

social, além [...] de psicanalista. E ainda faltaria aquela essência de que são feitos os poetas ou os romancistas para compreender alguma coisa desta questão”⁴⁰. Em função dessas especificidades, a presente tese buscou o apoio de disciplinas auxiliares, principalmente da psicanálise e da sociologia, para analisar o exílio dos brasileiros no Chile. A escolha dessas duas disciplinas na análise do objeto de pesquisa está relacionada ao fato do exílio ser vivenciado, ao mesmo tempo, de forma individual e coletiva, pelos sujeitos que integram o fenômeno. A psicanálise foi utilizada como ferramenta de auxílio na interpretação dos efeitos traumáticos, como o medo e a angústia, do exílio sobre o sujeito, enquanto, a sociologia forneceu o aporte para compreender a sociedade de expulsão e de acolhida dos mesmos.

É importante destacar que novos modelos explicativos surgiram para analisar as ditaduras do Cone Sul nos últimos anos. Conforme Padrós, um dos primeiros surgiu no final dos anos 70, desenvolvido por Agustin Cueva⁴¹ e recebeu a denominação de “fascismo latino-americano”; nos anos 80, surgiu a perspectiva do estado burocrático-autoritário, criado por Guillermo O’Donnell⁴². Tais modelos, mesmo considerando o caráter inédito dos sistemas repressivos instaurados na região, possuíam insuficiências metodológicas que limitavam a análise da abrangência da violência utilizada pelo Estado nessas ditaduras. No início da década de 1990, a publicação da obra de Comblin⁴³ a respeito da DSN, fundamentou outro modelo: o TDE⁴⁴.

Nesse período, estudiosos passaram a utilizar os aportes teóricos do TDE em suas pesquisas envolvendo as ditaduras de SN do Cone Sul, situando o Brasil como o primeiro país da região no qual o Estado utilizou práticas de violência ilegal para aniquilar seus opositores políticos. No grupo desses pesquisadores estavam Jorge Tapia Valdés⁴⁵ (Chile), Eduardo Duhalde⁴⁶ (Argentina), Padrós⁴⁷ (Uruguai) e Caroline Bauer⁴⁸ (Brasil). O pioneirismo brasileiro teria permitido que seus métodos fossem analisados e incorporados por outras

⁴⁰ VIÑAR, Maren e Marcelo. *Op. cit.*, p. 109.

⁴¹ CUEVA, Agustin apud PADRÓS, Enrique. *Op. cit.*, p.18.

⁴² O’DONNELL, Guillermo. *El estado burocrático autoritario. Triunfos, derrotas y crisis*. Buenos Aires: Belgrano, 1998.

⁴³ COMBLIN, Josep. *Op. cit.*

⁴⁴ PADRÓS, Enrique. *Op. cit.*

⁴⁵ TAPIA VALDÉS, Jorge. *El terrorismo de Estado: la Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sur*. México: Nueva Imagen, 1980.

⁴⁶ DUHALDE, Eduardo. *El Estado terrorista argentino: quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

⁴⁷ PADRÓS, Enrique. *Op. cit.*

⁴⁸ BAUER, Caroline. *Avenida João Pessoa, 2050 - 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado História) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

ditaduras, integrando um processo de assimilação e adequação do TDE às especificidades de cada contexto nacional.

Para a maioria dos historiadores brasileiros que pesquisam a temática, porém, o Brasil não se constituiu num dos casos em que o Estado aplicou o terrorismo com o objetivo de atingir a esquerda e gerar apatia nos demais cidadãos. Carlos Fico, por exemplo, argumentou que a influência da DSN no país deveria ser relativizada, porque seus preceitos foram úteis para explicar o caráter orgânico de entidades como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e a Escola Superior de Guerra (ESG), que participaram do golpe em 1964, mas não contemplaram a diversidade dos grupos militares envolvidos na organização do mesmo. Por isso, a doutrina e os militares da ESG, envolvidos em sua análise e disseminação, tiveram um papel relativo no processo de consolidação da ditadura no país⁴⁹.

Na interpretação de Irene Cardoso, o fato da transição da ditadura de SN para a democracia representativa no Brasil ter sido conduzida pelas Forças Armadas, nas palavras do general Ernesto Geisel, de uma forma “lenta, gradual e segura”, facilitou o trabalho de esquecimento das violações aos direitos humanos praticados por militares e policiais, de 1964 até 1985. O sistema de apagamento das lembranças relacionadas à ditadura mostrou sua eficácia ao dificultar a elaboração de uma memória coletiva pela sociedade brasileira, numa prática de negação do passado e normalização política e social do presente. Tal processo terminou por influenciar também a produção historiográfica relacionada ao tema⁵⁰.

Padrós foi um dos primeiros pesquisadores que situou o Brasil no bloco das ditaduras de SN do Cone Sul que utilizaram o TDE para acabar com projetos reformistas ou revolucionários de sociedade. O historiador, ao analisar essas ditaduras, constatou que as mesmas possuíam especificidades entre si, mas compartilhavam um núcleo comum, com as seguintes características: “o anticomunismo militante, a identificação do inimigo interno, a execução da guerra interna, a imposição do papel político das Forças Armadas e a definição das fronteiras ideológicas”⁵¹. A partir dessas definições, o TDE passou a ser utilizado também como aporte teórico de pesquisas relacionadas à ditadura brasileira.

⁴⁹ FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 41.

⁵⁰ CARDOSO, Irene. Memória de 68: terror e interdição do passado. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 101-112, 1990.

⁵¹ PADRÓS, Enrique. Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor. In: PADRÓS, Enrique. et al. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. V. 3. Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: CORAG, 2009, p. 52.

No ano de 2011, o governo brasileiro instaurou uma Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o objetivo de investigar as violações cometidas pelo Estado, no período compreendido entre 1946 e 1988. Em seu relatório final, publicado em dezembro de 2014, a CNV reconheceu que os métodos repressivos utilizados pela ditadura excederam os limites institucionais, confirmando o envolvimento do Brasil na Operação Condor e em outros esquemas de colaboração repressiva estruturados no Cone Sul, entre os quais as conexões estabelecidas com militares e policiais chilenos, depois do golpe no país, em setembro de 1973. Na ocasião, o governo Médici enviou uma equipe de agentes para treinar policiais e militares chilenos em táticas mais “eficientes” e “científicas” de tortura, que resultou na aplicação de suplícios contra cidadãos dos dois países, presos no Estádio Nacional⁵². Tal fato confirmou o envolvimento do Estado brasileiro em conexões repressivas em âmbito regional

Cabe destacar que os conceitos de guerra total, guerra contrarrevolucionária ou subversiva, fronteiras ideológicas e inimigo interno, foram analisados a partir de Comblin⁵³ e o de TDE, de Ernesto Garzón Valdés⁵⁴ e dos artigos de Miguel Bonasso⁵⁵, Schulz⁵⁶ e Manuel Garretón⁵⁷. Todas essas obras basearam suas interpretações na análise das ditaduras de SN no Cone Sul enquanto bloco. Outros pesquisadores centraram suas análises em contextos específicos, entre os quais se destacam Elías Ballesteros⁵⁸ e Alvaro Reyna e José Reyes⁵⁹, para o Chile, e Padrós⁶⁰, para o Uruguai. As especificidades da aplicação do TDE no Brasil foram trabalhadas a partir das obras de Eder Sader⁶¹, Alves⁶² e Cardoso⁶³.

O presente, período no qual se enquadra a temática dessa pesquisa, se distingue do estudo do tempo passado porque os sujeitos envolvidos no objeto analisado e o pesquisador compartilham o mesmo contexto histórico. Conforme algumas avaliações historiográficas, esse curto distanciamento temporal compromete a análise do pesquisador sobre temas atuais,

⁵² Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1, p. 193 e 194. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2019.

⁵³ COMBLIN, Josep. *Op. cit.*

⁵⁴ GARZÓN VALDÉS, Ernesto. El Terrorismo de Estado. *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n. 65, p. 35-55, 1989.

⁵⁵ BONASSO, Miguel. Prefacio. In: PIETERSE, J. et al. *Terrorismo de Estado. El papel internacional de EEUU*. Navarra: Txalaparta, 1990, p. 9-25.

⁵⁶ SCHULZ, William. *Op. cit.*

⁵⁷ GARRETÓN, Manuel. Fear in Military Regimes: An Overview. In: CORRADI, Juan; FAGEN, Patricia; GARRETÓN, Manuel (Eds.). *Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America*. California: University of California Press, 1992, p. 13-25.

⁵⁸ BALLESTEROS, Elías. *La memoria y el olvido. Detenidos desaparecidos en Chile*. Santiago: Orígenes Ediciones, 1995.

⁵⁹ REYNA, Álvaro; REYES, José. *Terrorismo, ley antiterrorista y derechos humanos*. Santiago: Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 1991.

⁶⁰ PADRÓS, Enrique. *Op. cit.*

⁶¹ SADER, Eder. *Um Rumor de Botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982.

⁶² ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. cit.*

⁶³ CARDOSO, Irene. *Op. cit.*

devido à interferência da subjetividade. Porém, na análise de Hobsbawm, a pesquisa sobre o presente não se torna inviável desde que o pesquisador reconheça que seus parâmetros de estudo expressam um ponto de vista determinado, em última instância, por suas experiências pessoais. Portanto, as formas de garantir objetividade centram-se, segundo o historiador, na escolha do referencial teórico e da metodologia adequados ao tema, responsáveis pela exposição clara das justificativas e dos objetivos gerais e específicos de pesquisa.

O historiador do tempo presente deve buscar o equilíbrio entre a subjetividade e a posição crítica, estabelecendo a distância necessária para examinar de forma consciente o passado. Para alcançar esse objetivo, Le Goff recomendou que os pesquisadores, além de dispensar um tratamento crítico às fontes, analisassem os acontecimentos dentro de certa profundidade histórica, realizando um esforço para identificar, entre acontecimentos efêmeros, os realmente significativos para as sociedades. Ou seja, o pesquisador não deve perder de vista o processo histórico no qual seu objeto está inserido⁶⁴.

Em síntese, a função do historiador não se baseia na compilação de dados e na descrição de fatos, mas na análise substancial e coerente dos problemas, das inconsistências e das dinâmicas que acompanham o estudo de um determinado objeto de pesquisa. Padrós enfatizou que, além da perspectiva de processo histórico, o pesquisador “deve manter um compromisso radical com a verdade – sobretudo em tempos de *negacionismo* –, com o real”, ou seja, deve buscar métodos que permitam chegar o mais próximo possível dos acontecimentos, a partir do cruzamento de dados, da interpretação crítica das fontes, identificando suas lacunas, relações e regularidades⁶⁵.

No caso do estudo das ditaduras de SN do Cone Sul, o recurso metodológico mais indicado é o cruzamento de fontes, porque os documentos produzidos pelo aparato repressivo estatal no período contêm dados que, em muitas situações, contradizem os relatórios das entidades de defesa dos direitos humanos e as informações prestadas pelas vítimas em seus depoimentos. Tal regra deve ser seguida também na análise de outras fontes históricas, como os documentos oficiais e os periódicos e revistas produzidos por órgãos de imprensa.

Cabe destacar que nas primeiras três décadas do século XX, os historiadores defendiam que o registro oficial dos eventos era a única fonte confiável de embasamento das pesquisas históricas. Com o surgimento da Escola dos Annales nos anos 20, os pesquisadores começaram a questionar os referenciais estabelecidos pelo positivismo e suas opções

⁶⁴ LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAVEAU, Agnés; TÉTARD, Philippe (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 102.

⁶⁵ PADRÓS, Enrique. *Op. cit.*, p. 38.

metodológicas, como o uso exclusivo de documentos oficiais nas pesquisas. A partir desse movimento, o campo de abordagem historiográfica foi ampliado e começou a considerar outras fontes de pesquisas como a oralidade, os vestígios materiais e a imprensa.

Partindo dessas premissas, a presente tese utilizou como fontes de pesquisa, além de documentos oficiais produzidos pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil e do Chile, documentos repressivos, depoimentos, jornais, revistas e documentos sobre a repressão, produzidos por organizações de direitos humanos. O uso de diferentes fontes resultou de um problema comum entre os historiadores que pesquisam temas relacionados às ditaduras de SN do Cone Sul: a existência de lacunas difíceis de serem preenchidas devido à ação das Forças Armadas e do próprio Estado, que inviabilizam ou restringem o acesso aos arquivos que armazenam documentos desse período. Em virtude disso, houve alterações na proposta metodológica inicial da tese, que era cruzar as informações dos documentos repressivos – particularmente os produzidos no âmbito do CIEX e da DSI/MRE – com os depoimentos de brasileiros que se exilaram no Chile, de 1970 até 1973. Constatou-se, entretanto, a impossibilidade de cruzar uma série de dados retirados da documentação e dos depoimentos das vítimas, fato que resultou na ampliação das fontes históricas consultadas.

Dentro dessa perspectiva, a pesquisa utilizou documentos oficiais, que são aqueles produzidos pelo Estado, a partir da intenção demonstrada pelos governos de registrar a versão “governamental”, entendida por eles como a mais “fidedigna”, “verdadeira” e “segura” dos eventos históricos. As fontes compreenderam telegramas produzidos por funcionários do serviço diplomático brasileiro e chileno que atuavam, respectivamente, na Embaixada Brasileira em Santiago e na *Embajada de Chile en Brasilia*. Tais registros, mesmo apresentando uma visão parcial dos eventos contribuíram, ao serem cruzados com outras fontes, na elucidação de dúvidas relacionadas às atividades dos brasileiros exilados no Chile no começo da década de 1970.

A tese também utilizou os chamados documentos repressivos, divididos pelos pesquisadores em duas categorias. A primeira engloba os materiais de âmbito pessoal – cartas, entrevistas, fotografias – ou produzidos por organizações de esquerda – panfletos, relatórios, jornais – retirados das vítimas na ocasião em que essas foram presas e conduzidas a centros de detenção por agentes do aparelho estatal; essa documentação apreendida virou matéria-prima para os serviços de inteligência. A segunda categoria abrange relatórios, dossiês, fichas nominiais, informes, depoimentos e confissões, produzidos principalmente por agentes do CIEX e da DSI/MRE, mas também do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

(CISA), da Secretaria de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (SOPS/RS) e do Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP)⁶⁶.

Ludmila Catela nomeou os documentos dessa natureza de “arquivos da repressão”, singulares entre os demais pelo fato de que ainda são capazes de afetar setores da sociedade envolvidos em sua produção, sejam eles agentes estatais ou vítimas que, em muitas situações, compartilham os mesmos espaços públicos nas cidades. Essa situação colocou frente a frente às vítimas e os familiares de mortos e desaparecidos nas ditaduras de SN do Cone Sul e seus algozes, impulsionando as pessoas do primeiro grupo a lutarem pela punição de agentes estatais envolvidos nas violações aos direitos humanos praticadas nos anos 60 e 70. Por esse motivo, vítimas e familiares se uniram para tentar encaminhar processos judiciais e criar espaços de memória e de denúncias dos crimes cometidos pelo Estado. Ou seja, os documentos produzidos no período, além da importância histórica, guardam também um valor judicial, identitário e memorialístico⁶⁷.

Bruno Groppo acrescentou que os documentos repressivos produzidos nas ditaduras de SN do Brasil, do Chile e da Argentina, expressam as diferentes modalidades de violência empregadas em cada um desses países para eliminar do cenário político nacional, seus inimigos internos. No caso brasileiro, a estrutura semilegal montada pela ditadura com a decretação de uma série de Atos Institucionais, resultou numa documentação produzida basicamente a partir da aplicação sistemática de tortura de presos políticos em centros de detenção. Tais órgãos também foram responsáveis pelo assassinato e o desaparecimento de opositores, mas em escala diferente de seus congêneres chilenos e argentinos, onde esses métodos atingiram milhares de pessoas⁶⁸.

Em função dessas problemáticas, o pesquisador deve analisar com atenção à estrutura de funcionamento da repressão estatal em cada um desses países. Onde esses órgãos de segurança funcionavam? Quem eram os agentes encarregados de coletar ou buscar as informações em campo? Como esses dados eram obtidos? Quem analisou, classificou e transmitiu as informações? Como ocorreu essa transmissão? Quem as recebeu? Para quê esses dados foram utilizados? Tais perguntas devem ser respondidas por pesquisas que utilizam

⁶⁶ A existência do CIEX veio à tona a partir da publicação de uma série de reportagens sobre o órgão de segurança no jornal *Correio Braziliense*, em 2009; antes disso, sua existência era praticamente desconhecida. Os documentos que compõem o seu acervo estão disponíveis para a consulta desde 2012, na sede regional do Arquivo Nacional, localizada em Brasília.

⁶⁷ CATELA, Ludmila. El mundo de los archivos. In: CATELA, Ludmila; JELIN, Elizabeth (comps.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 210.

⁶⁸ GROPPA, Bruno. Dictaduras militares, archivos de movimientos políticos y sociales y archivos de la represión en América Latina. In: ACUÑA, María Graciela. et al. *Archivos y memoria de la represión en América Latina (1973-1990)*. Santiago: LOM, 2016, posição 421. E-book. Disponível em: <<https://read.amazon.com/>>. Acesso em: 14 set. 2018.

esses documentos como fontes históricas, para que não se reproduza dados inverídicos a respeito das ditaduras do Cone Sul, no período em questão.

Para exemplificar essa assertiva, tem-se o caso do CIEX, formado por uma central em Brasília e uma série de bases que funcionavam nas dependências das representações diplomáticas brasileiras de países da América Latina e da Europa. O órgão, além do auxílio de funcionários do MRE, possuía uma rede de agentes infiltrados nas organizações de esquerda brasileiras no exterior, responsáveis pela busca e transmissão de dados para a central, na qual os mesmos eram analisados e encaminhados à comunidade de informações. O CIEX não se envolveu diretamente em operações repressivas, mas se encarregou de fornecer dados que permitiram o sequestro, assassinato e o desaparecimento de cidadãos no exílio. A análise dos documentos do CIEX, no entanto, requer atenção porque os agentes de campo, na tentativa de obterem vantagens econômicas de seus superiores, inventaram informações a respeito, por exemplo, de atividades desempenhadas por brasileiros exilados no Chile.

Os depoimentos constituídos a partir dos interrogatórios realizados por agentes estatais também exigem verificação cautelosa. Na maioria dos casos, esses possuem informações sobre presos políticos submetidos à tortura que, na tentativa de manter a integridade física e/ou impedir que outros companheiros de militância também fossem identificados, localizados e presos, prestaram durante os interrogatórios (de forma consciente ou não), uma série de informações falsas ou tergiversadas aos agentes torturadores. Ou seja, tais fontes não podem ser avaliadas como expressões absolutas, mas apenas parciais, da verdade.

Em síntese, pode-se afirmar que o historiador possui responsabilidades com o manuseio, tratamento e divulgação das informações contidas em tais fontes históricas, ou seja, ele deve adotar uma posição ética, evidenciando que o mais importante não é responder “quem”, mas o “por que” de determinados eventos gerarem a instauração de ditaduras que fizeram uso de violência indiscriminada contra seus próprios cidadãos, no país ou no estrangeiro. Especificamente sobre a temática da tese, o exílio dos brasileiros no Chile, mais importante do que divulgar dados a respeito dos exilados de forma individual é buscar elucidar o contexto que direta ou indiretamente, os tornou alvo das práticas terroristas perpetuados pelo Estado brasileiro, a partir do final de 1968.

Tal observação também é importante para avaliar metodologicamente o terceiro grupo de fontes que compõe essa pesquisa, formada pelos documentos sobre a repressão, que foram reunidos nos arquivos de duas entidades chilenas: o *Centro de Documentación (CEDOC) del Museo de la Memoria y los Derechos Humanos* e a *Fundación Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad*. O CEDOC armazena depoimentos produzidos por brasileiros,

vítimas de violência estatal após o golpe no Chile e a *Vicaría de la Solidaridad* mantém uma lista com o nome de mais de quinhentos brasileiros que deixaram o país nessa fase, com o auxílio de embaixadas estrangeiras, do *Comité Intergubernamental de Migraciones Europeas* (CIME) ou do *Comité Nacional de Ayuda a los Refugiados Extranjeros* (CONAR), nas situações de expulsos, asilados ou refugiados políticos.

No Brasil, destacou-se o Projeto Brasil: Nunca Mais, estruturado por Dom Paulo Evaristo Arns e o Reverendo Jaime Wright entre 1979 e 1985, que reuniu milhares de cópias dos processos que chegaram ao Superior Tribunal Militar (STM) contra presos supostamente envolvidos em crimes políticos que atentavam contra a segurança nacional. O Relatório Final da CNV, publicado no final de 2014, também trouxe em seus anexos documentos, como o Plano Setorial de Informações do Ministério das Relações Exteriores (PSI/MRE) e depoimentos de pessoas que estiveram exiladas no Chile durante o governo Allende e durante a primeira fase da ditadura, que se tornaram fontes importantes para essa pesquisa. Além disso, os depoimentos de ex-agentes estatais contribuíram na elucidação de questões relacionadas ao exílio de brasileiros em território chileno.

Constatou-se que esses agentes apresentaram três posturas perante os relatores da CNV. O capitão Deoclécio Paulo, por exemplo, negou qualquer envolvimento nas atividades dos órgãos de segurança brasileiros no exterior⁶⁹. O conselheiro Guy de Vasconcellos admitiu manter vinculações com o serviço de coleta de dados no exílio, mas minimizou a ação de vigilância sobre os exilados⁷⁰. Por fim, o ministro-conselheiro Raul Ribeiro admitiu que a função do CIEX era monitorar a comunidade de brasileiros estabelecida em outros países⁷¹. Cabe ressaltar que os depoimentos desses agentes contribuíram com dados pontuais para a elaboração da pesquisa, mas não propiciaram esclarecimentos consistentes sobre as ações do CIEX e da DSI/MRE envolvendo os exilados no Chile, nem a respeito das conexões mantidas com os demais serviços de inteligência do Cone Sul.

O quarto grupo de fontes é constituído por materiais produzidos pela imprensa. Cabe ressaltar que as publicações de jornais e revistas refletem o posicionamento político do grupo que detinha o poder econômico sobre a sua produção e comercialização. Os proprietários de

⁶⁹ PAULO, Deoclécio. Depoimento CNV. Brasília/DF, 21 de julho de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/agentes_publicos/Deoclecio_Paulo_21.07.2014_-_ct_rp.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

⁷⁰ VASCONCELLOS, Guy de. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%2023%20%2000092_000771_20129%20%20Guy%20Mendes%20Pinheiro%20de%20Vasconcellos%2017.02.2014.pd>. Acesso em: 02 fev. 2017.

⁷¹ RIBEIRO, Raul. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 23 de maio de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%2026,%202063%20%2000092_00073-2014-99%20-%20Raul%20Fernando%20Belford%20Roxo%20Leite%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017.

uma das fontes utilizadas na pesquisa, a revista *Ercilla*, defendiam uma linha política alinhada aos setores de direita do *Partido Demócrata Cristiano* (PDC), se posicionando contra o projeto de governo da UP e as propostas de mudanças defendidas pelo *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). Por esse motivo, a revista era refratária à acolhida massiva de ativistas de esquerda da América Latina, após a vitória de Salvador Allende em 1970.

Outro meio de imprensa utilizado foi o jornal *El Mercurio*, encontrado no *Archivo de Periódicos y Microformatos de la Biblioteca Nacional de Chile*. O periódico era propriedade da família Edwards, uma das mais tradicionais e ricas do país, alinhada politicamente à extrema-direita e ao governo estadunidense. Por esse motivo, *El Mercurio* defendia os interesses da classe dominante e do capital estrangeiro, contestando qualquer projeto de mudança na sociedade, razão pelo qual combatia a esquerda chilena e estrangeira que havia se instalado no país durante o governo da UP. Em contrapartida, o periódico *Clarín*, produzido pela ala do PS defensora da *Vía Chilena al Socialismo*, e a revista *Punto Final*, vinculada à ala rupturista do PS e ao MIR, se identificavam, respectivamente, com projetos de reformas ou mudanças estruturais no capitalismo. Portanto, a partir do posicionamento político de jornais e revistas, se colocavam as leituras favoráveis ou contrárias à presença de exilados latino-americanos no Chile.

De acordo com Maria Aparecida de Aquino, o jornal Folha de São Paulo, pertencente à família Frias, possuía uma circulação expressiva no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, integrando o que se convencionou denominar de “grande imprensa nacional”. No período ditatorial, esse jornal não contou com a presença de uma equipe de censores em sua redação. Porém, impôs a “autocensura, acatando as determinações oriundas da Polícia Federal, seja na forma de bilhetinhos, geralmente apócrifos, seja por meio de ordens telefônicas às redações”⁷². Com base nessa análise, pode-se afirmar que as matérias publicadas pela Folha de São Paulo envolvendo os brasileiros exilados no Chile, foram submetidas aos “filtros” ideológicos e morais impostos pela ditadura, retratando uma visão parcial dos fatos.

O último grupo de fontes foi estruturado pelos depoimentos, o que envolve um debate sobre a história e a memória. Enzo Traverso definiu a memória como uma representação pública de um conjunto de lembranças individuais ou coletivas, e a história, como uma posição crítica em relação a esta e outras expressões do passado. Conforme o pesquisador, o mercado editorial prioriza nos dias atuais, a publicação de obras que interpretam esses dois termos como sinônimos, sem atentar para suas particularidades. Tal fato imprime na história

⁷² AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 38.

do século XX a ideia de que sua reconstituição está sendo realizada, em grande parte, a partir da sobreposição de autobiografias. Esse movimento originou um conceito novo, o de “memória histórica” que, ao ser utilizado nas pesquisas sem a devida reflexão teórica, contraria os pressupostos das ciências sociais, que defendem a problematização no uso desses termos⁷³.

Cabe ressaltar ainda que a dialética entre a história e a memória tem relação direta com a da lembrança e do esquecimento, pois os sujeitos interpretam os eventos do passado a partir do posicionamento que assumem no presente. Ou seja, todos os depoentes expõem suas ideias seguindo um objetivo político determinado. Le Goff nomeou essa política de lembrança e esquecimento de “memória condicionada”, que ocupa um lugar de destaque no momento de situar as disputas de grupos políticos adversários, pois se apoderar da memória constitui uma das grandes preocupações dos governos e das classes que exercem domínio na sociedade, tornando os “esquecimentos e os silêncios da história reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”⁷⁴.

Na interpretação de Pollak, as chamadas “lembranças traumáticas” são expostas quando as vítimas de violações aos direitos humanos encontram uma escuta para suas experiências dolorosas, em redes de sociabilidade afetiva ou política. Essa possibilidade surge em conjunturas políticas favoráveis, nas quais se torna possível romper com o “não dito”, o “silenciado”, resultando no surgimento de uma “memória subterrânea”, que se contrapõe a “memória nacional”. Para o sociólogo “uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória”⁷⁵.

Em vista disso, a utilização de depoimentos como uma das fontes desta tese, cresce de importância, na medida em que permite situar a memória relacionada ao exílio e, conseqüentemente, à ditadura brasileira, como objeto de disputa de grupos com interesses políticos antagônicos. Por um lado, o grupo formado pelas vítimas, familiares e amigos de ativistas de esquerda assassinados ou desaparecidos, que lutam contra o esquecimento das violações de direitos humanos praticadas no período. Por outro, o grupo constituído por agentes do Estado envolvidos em tais crimes, se mobiliza na tentativa de apagar essas memórias. A justificativa utilizada para essas ações é que o esquecimento do passado seria a

⁷³ TRAVERSO, Enzo. Memoria e historia del siglo XX. In: ACUÑA, María Graciela. et al. *Archivos y memoria de la represión en América Latina (1973-1990)*. Santiago: LOM, 2016, posição 174. E-book. Disponível em: <https://read.amazon.com/>. Acesso em: 21 out. 2018.

⁷⁴ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990, p. 368.

⁷⁵ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 03-15, 1989, p. 05.

melhor maneira de garantir a reconciliação no presente e a abertura de perspectivas para o futuro. Porém, como a sociedade brasileira pode esquecer um período que não é lembrado? Como incorporar e ressignificar esses fatos na memória coletiva nacional?

Dadas essas considerações, evidencia-se a necessidade de realizar o cruzamento das informações, considerando as especificidades de cada fonte histórica utilizada na presente pesquisa. O uso de tal recurso metodológico tem como finalidade evitar uma interpretação excessivamente subjetiva do passado, considerando que a função do historiador não é apenas descrever um acontecimento pregresso, mas inseri-lo numa dinâmica mais ampla, que permita estabelecer uma análise crítica do contexto que lhe deu origem. Nesse sentido, as informações prestadas nos depoimentos dos exilados foram contrastadas com dados retirados de documentos repressivos, sobre a repressão e de imprensa, para depois se construir uma interpretação dos fatos que se desenrolaram com esses sujeitos, nos anos 60 e 70, tentando cercá-los da forma mais próxima possível da realidade histórica.

Em síntese, o compromisso do pesquisador deve se situar na busca pela maior proximidade possível com a verdade e, diante do silêncio oficial instituído, construir uma investigação que possa fornecer elementos para que a sociedade brasileira decida de que forma a ditadura deve ser incorporada à memória coletiva nacional. Um trabalho de pesquisa que, mesmo provisório e com lacunas, contribua para uma maior precisão na análise das temáticas envolvendo o período histórico, visado pela presente tese a respeito do exílio dos brasileiros no Chile, no começo dos anos 70.

Para melhor compreensão do leitor, a tese foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro engloba discussões a respeito do exílio na América Latina e no Brasil, com a formação dos estados nacionais no século XIX, as mudanças sofridas no decorrer do século XX, especialmente na década de 1960, impulsionada pela Revolução Cubana e a ênfase do governo estadunidense no combate ao avanço do comunismo na região. Além disso, trata do surgimento das organizações de luta armada no Brasil que após a promulgação do AI-5, tornaram-se alvos prioritários do TDE, constituindo-se no grupo mais numeroso a deixar o país nessa fase. Ou seja, o exílio foi interpretado como um dos resultados das práticas terroristas utilizadas pelo Estado, com o objetivo de acabar com as ações dos setores de oposição política no Brasil.

O segundo capítulo prioriza o contexto chileno do início da década de 1970 que, a partir da vitória de Salvador Allende nas eleições, atraiu militantes de organizações de esquerda, não só brasileiras, para o país. Uma parte desses militantes, em contato com a realidade chilena, abandonou a via armada, e resolveu prestar apoio à *Vía Chilena al*

Socialismo, estabelecendo relações políticas com partidos e organizações que integravam a UP. A outra parte manteve a opção pela via armada, alinhando-se aos quadros do MIR ou da ala rupturista do PS, na tentativa de compor um movimento revolucionário regional. Um terceiro setor dedicou o tempo de exílio em território chileno organizando a volta e a retomada da luta armada no Brasil.

O terceiro capítulo trata da estrutura de funcionamento do sistema de informações do Itamaraty, criado no início do século XX e aprimorado após o golpe de 1964, a partir da fundação do CIEX, em 1966, e da DSI/MRE, no ano seguinte. A primeira parte do capítulo aborda a estrutura de funcionamento desses dois órgãos de segurança nas representações diplomáticas brasileiras no exterior, enfatizando a forma como eram buscados/coletados, analisados e transmitidos os dados referentes às comunidades de exilados estabelecidas em outros países. A segunda parte enfatiza o monitoramento efetuado pela Embaixada Brasileira em Santiago, pelo CIEX e pela DSI/MRE sobre os brasileiros exilados no Chile, entre 1970 e 1973, período que compreende o fim do governo Frei e o início do governo Allende.

O quarto capítulo aborda o cenário que propiciou o golpe de 11 de setembro de 1973 e as consequências imediatas que esse evento teve sobre a vida e a rotina diária dos brasileiros exilados no Chile. O capítulo analisa também a rede de cooperação, formada pela Embaixada Brasileira em Santiago, o CIEX e a DSI/MRE e serviços de inteligência chilenos, com o objetivo de vigiar e reprimir as ações desses exilados. A ênfase está no terror que atingiu o país na primeira fase da ditadura, entre os meses de setembro e dezembro de 1973, e que resultou na prisão, tortura e assassinato de chilenos e estrangeiros, principalmente de militantes ou simpatizantes de esquerda. Tal situação obrigou os brasileiros a partirem para novos exílios (outros países da América, África e Europa). A saída daquele país, entretanto, não impediu que parte desses exilados continuasse sendo vigiados e, em algumas situações, atingidos, pelo mecanismo repressivo que funcionava nas representações diplomáticas brasileiras no exterior.

1. OS CAMINHOS DO EXÍLIO: OS BRASILEIROS RUMO AO CHILE (1970-1973)

Uma viagem ao desconhecido, somente com o bilhete de ida. Nem turista, nem imigrante [...]. Viagem sem lenço (roupa) nem documento. Um amontoado de desilusões, desesperos, incertezas, mas ao mesmo tempo de alegria, liberdade. Sensação do incógnito, aventura, de necessidade, emoções que raramente alguém vai passar. Por isso até hoje há certa cumplicidade entre os companheiros que viveram esse momento. Minutos que se transformavam em horas. Mistura de prisão e liberdade, algemas e abraços, derrotas e vitórias, tristezas e alegrias, choros e risos, noite e alvorada, medo e aplausos.
João Carlos Bona Garcia⁷⁶

E logo adiante da fronteira entre "nós" e os "outros" está o perigoso território do não pertencer, para o qual, em tempos primitivos, as pessoas eram banidas e onde, na era moderna, imensos agregados de humanidade permanecem como refugiados e pessoas deslocadas.
Edward Said⁷⁷

1.1 O EXÍLIO E SUAS IMPLICAÇÕES NO BRASIL

Ao longo da história o ostracismo, o desterro, o traslado, o degredo, a deportação, o banimento e o exílio constituíram formas do Estado resolver parte de seus problemas políticos internos. Tais práticas consistiam no afastamento de todos aqueles sujeitos, que por suas atitudes, não se adequavam à ordem econômica, social, política ou cultural instituída em um determinado território. O ostracismo, por exemplo, começou a ser aplicado em Atenas no final do século VI e consistia na expulsão, por um período de dez anos, de qualquer cidadão acusado de atuar contra a manutenção da ordem pública nessa cidade-estado. Conforme Aristóteles, essa lei havia sido criada para que “fossem ostracizados e banidos da cidade por um período de tempo aqueles que, por razões da sua riqueza, número de amigos ou qualquer outro tipo de influência política, prevalecessem demasiado”⁷⁸. O filósofo, entretanto, alertava sobre o perigo que o ostracismo representava para a democracia ateniense, caso fosse utilizado pelos detentores do poder para afastar de Atenas seus opositores políticos.

Dentre essas diferentes formas de afastar os “indesejáveis” destaca-se que a presente tese irá abordar, em específico, o exílio. Tal termo é definido pelo dicionário *Michaelis* como

⁷⁶ BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Op. cit.*, p. 75.

⁷⁷ SAID, Edward. *Reflexões sobre o Exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.140.

⁷⁸ ARISTÓTELES. *Constituição dos Atenienses*. Lisboa: Gulbekian, 2011.

“ato ou efeito de exilar” ou “degredo voluntário ou forçado”⁷⁹. Na América Latina, esse fenômeno começou a ser delineado no século XIX, durante os processos de independência e formação dos chamados estados nacionais. Com a constituição formal desses países, as expulsões, antes motivadas por questões étnicas, religiosas ou disputas territoriais, mudaram os sujeitos alvos, passando a ocorrer em função de atos essencialmente políticos. Desse modo, governos autoritários ou formalmente democráticos começaram a utilizar o exílio como forma de neutralizar e punir seus opositores, impondo a esses sujeitos a perda de contato com aliados políticos, familiares, amigos e com suas comunidades de origem. Nessa fase, para Melgar Bao, o exílio passou a ser uma política utilizada pelo Estado para punir, na maioria dos casos, intelectuais e políticos dissidentes, que lutavam contra a manutenção do *status-quo*:

Pensemos en las figuras de Mazini, Marx, Herzen, Garibaldi y Bakunin en Europa, o en las de Alberdi o Bilbao en América Latina. Ser refugiado no filiaba al excluido como protestante, sino como rebelde, revolucionario, etc. Refugiado y perseguido por sus ideas fueron en muchos casos sinónimos, y quizás nos revelen un puente entre la figura primigenia del protestante excluido por sus ideas religiosas y el político o intelectual excluido por su ideología o filiación partidaria⁸⁰.

Em outras palavras, o exílio surgiu em função dos conflitos estabelecidos, durante o século XIX, entre as ideias que integravam um determinado projeto de nação e as aspirações dos movimentos nacionalistas emergentes. Hobsbawm afirma que os movimentos nacionalistas surgiram antes da nação, definida por ele como “uma entidade social mutável, que compõe a história recente e se integra a um Estado territorial moderno, o Estado-nação”. Para o historiador, o conceito de nação e todos os seus fenômenos, em razão da sua complexidade, devem ser analisados numa perspectiva abrangente, que considere as questões econômicas, administrativas, técnicas e políticas envolvidas em sua configuração⁸¹.

Benedict Anderson define a “nação” como uma “comunidade imaginada”, limitada e soberana, onde as pessoas se “interligam por laços de fraternidade profunda e horizontal”⁸². A partir desses historiadores, entende-se que há entre eles um alinhamento ideológico na definição do conceito nação, pois ambos consideram que na conformação dessa se desenvolve um sentimento de pertencimento, através do compartilhamento de uma mesma identidade, que tende a excluir os que vêm “de fora”. Por isso em momentos de crises políticas, econômicas e sociais profundas, a tendência dessa perspectiva nacionalista é concentrar na figura do

⁷⁹ DICIONÁRIO MICHAELIS DE PORTUGUÊS. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ex%C3%ADlio/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

⁸⁰ MELGAR BAO, Ricardo. El primer exilio y la Independencia: entre categorías y nativos americanos. In: SANHUEZA, Carlos; PINEDO, Javier. *La patria interrumpida: latino-americanos en el exilio. Siglos XVIII-XX*. Santiago: LOM, 2010, p. 20.

⁸¹ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 19.

⁸² ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 14-16.

imigrante a origem dos problemas internos. Pode-se observar isso em vários períodos da história nos quais houveram guerras e conflitos gerados pela intolerância em relação ao “outro”, ao “diferente”⁸³.

Na definição de Said, a nacionalidade é uma afirmação de pertencimento a um determinado lugar, povo e herança, presente numa comunidade que partilha a mesma língua e costumes. Nesse sentido, os movimentos nacionalistas triunfantes, na tentativa de justificar a sua existência passada, mas principalmente futura, criaram uma história baseada numa retórica de pertencimento que inclui pais fundadores, monumentos históricos e geográficos, além de inimigos e heróis oficiais. Tal narrativa, quando tomada em exagero, constituiu um perigo a todas as pessoas que não se enquadram nessas definições, pois são tidas como estranhas à nação, uma vez que os “nacionalismos bem-sucedidos atribuem a verdade exclusivamente a eles mesmos e relegam a falsidade e a inferioridade aos outros, como na retórica do capitalismo contra o comunista (ou do europeu contra o asiático)”⁸⁴.

Entre aqueles considerados “inimigos” do Estado-nação do século XIX estão os seguidores do socialismo ou do anarquismo. Tal fato ocorre porque essas ideologias políticas, ao defenderem, respectivamente, a modificação das estruturas sobre as quais se assentava o Estado ou a sua total supressão, eram interpretadas como uma ameaça pelos movimentos nacionalistas em ascensão. Assim, as práticas, condutas ou manifestações de inconformidade com a manutenção do *status quo*, expressada por anarquistas e socialistas, eram combatidas pelos governos estabelecidos que, em várias ocasiões, utilizaram o exílio para afastar esses militantes do cenário político nacional. Dois exemplos de ativistas políticos obrigados a deixarem seus países de origem foram os de Mikhail Bakunin, exilado na Sibéria em 1857, e de Karl Marx, expulso da França em 1849.

Na América Latina, o movimento anarquista se expandiu no final do século XIX com o desembarque de imigrantes europeus que eram portadores dessa ideologia. Logo após sua chegada à região, tais ativistas passaram a ser perseguidos, presos e, em vários casos, expulsos dos países onde haviam estabelecido residência, acusados de incitar a desordem política, unindo-se a movimentos operários locais. Nesse sentido, o exílio de sujeitos considerados indesejáveis, fossem eles nacionais ou estrangeiros, passou a tomar forma durante a passagem do século XIX para o XX, quando toda região vivenciou um período de profundas transformações econômicas, políticas e sociais. Essas mudanças resultaram na

⁸³ O preconceito em relação aos imigrantes ganhou visibilidade nos últimos anos com o deslocamento de refugiados da Guerra da Síria para a Europa e de mexicanos e venezuelanos, sem oportunidades de trabalho em seus países de origem, respectivamente, para os Estados Unidos e o Brasil.

⁸⁴ SAID, Edward. *Op. cit.*, p. 140.

incorporação ao cenário político nacional da classe trabalhadora, da qual faziam parte os operários anarquistas estrangeiros.

Roniger destaca que durante essa fase, vários países latino-americanos vivenciaram um processo acelerado de industrialização e, conseqüentemente, de diversificação em suas estruturas sociais, com destaque para a inclusão de uma classe de trabalhadores urbanos, vinculada diretamente ao setor de produção. Ao lado dos operários, crescia o número de funcionários do Estado, responsáveis pela formação de uma burocracia estatal que também passou a reivindicar uma maior participação no cenário político nacional:

Esses setores penetraram cada vez mais na esfera do domínio público, a princípio apoiando confrontos entre segmentos das elites tradicionais e, de maneira progressiva, como parte de diferentes conjuntos de aliança, que mobilizavam as massas por meio da promoção e do apoio às demandas setoriais. Paralelamente à modernização econômica e social, aumentaram também o ativismo político e a filiação a partidos políticos ou a organizações vinculadas, como sindicatos, jornais e associações corporativas ou profissionais, além da presença destacada de estudantes, intelectuais e grupos acadêmicos⁸⁵.

A inserção dessas classes na arena política, contudo, não ocorreu de forma pacífica. Como exemplo, cita-se o debate em torno da concessão ou não do status de asilado⁸⁶ aos militantes anarquistas, que alcançou todo o continente americano em 1902. Melgar Bao apontou que o assassinato nesse ano, do então presidente dos Estados Unidos, William McKinley, pelo anarquista León Czolgosz, impulsionou tal discussão. Durante o Congresso Pan-Americano, realizado no México em 1902, os governos da maioria dos países participantes concordaram em unir forças com o objetivo de privar os anarquistas desse direito, tornando-os passíveis de serem extraditados. Essa decisão, no entanto, contrariava a matriz liberal sobre a qual esses países haviam criado seus códigos de lei. Para resolver o impasse, foi apresentada a seguinte justificativa:

Difícil era aplicar los principios de extradición a los anarquistas, porque por una parte debe considerarse la libertad individual del hombre en sus ideas y creencias; y por otra, los crímenes cometidos por ellos – como el asesinato del siempre sentido presidente Mc Kinley – caen en el orden de los delitos comunes; pero hay un punto en el cual, sin duda, son punibles los anarquistas, y es relativo a la propaganda del anarquismo. Los mismos anarquistas forman una sociedad regida por autoridades, a las cuales obedecen ciegamente. Por lo tanto, atentar a la existencia de la autoridad,

⁸⁵ RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 91-123, 2010, p. 100.

⁸⁶ “A prática estatal consolidou-se no sentido de exigir três pressupostos para a caracterização da chamada “situação de asilo”: do ponto de vista subjetivo, deve ser o futuro asilado um estrangeiro; do ponto de vista objetivo, a natureza da conduta realizada pelo estrangeiro deve ser política, não caracterizando crime comum nem atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas; e, por fim, do ponto de vista temporal, deve existir o ‘estado de urgência’, com a constatação da atualidade da perseguição política (e não passada ou hipotética para o futuro)”. In: RAMOS, André de Carvalho; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA, Guilherme (Orgs.). 60 anos de ACNUR. Perspectivas de futuro. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/60-anos-de-ACNUR_Perspectivas-de-futuro_ACNUR-USP-UNISANTOS-2011.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2018.

como lo hacen los anarquistas es atentar al derecho natural, el cual es la regla primera de las relaciones internacionales⁸⁷.

No Brasil, o problema entre a adoção da matriz liberal e a formação da nacionalidade se inicia também no século XIX. Na definição de Carvalho, o governo brasileiro pretendia construir a “nação” a partir do modelo estadunidense, baseado no liberalismo e nas noções de cidadania e de liberdade individual. A maioria da população do país, porém, era formada de escravos que, por não serem considerados cidadãos e pela possibilidade de organizarem revoltas internas, eram considerados inimigos do Estado⁸⁸. A Abolição da Escravidão, em 1888, e a Proclamação da República, no ano seguinte, trouxeram novas questões para o debate em torno do significado de nação e de nacionalidade. Os negros libertos, sem receber nenhuma indenização de seus antigos proprietários ou apoio do Estado, vão ampliar a massa de trabalhadores nacionais e estrangeiros, que mal remunerados, habitam em condições miseráveis as regiões de periferias das cidades.

Em outras palavras, o processo que se iniciou com a ampliação dos mercados consumidores distribuídos ao redor do mundo, impulsionou a industrialização e o aumento na diversidade das mercadorias produzidas no Brasil. Tal fator proporcionou o aperfeiçoamento de profissões já existentes, bem como o surgimento de novas funções, que provocaram mudanças na estrutura de trabalho local. Os problemas de mão de obra, que surgiram nesse período, foram resolvidos com a abolição da escravatura e a chegada de imigrantes europeus, que concentraram suas atividades principalmente no setor industrial em formação no país.

Na interpretação de Florestan Fernandes, a história da formação do capitalismo brasileiro, dependente de economias centrais se dividiu em três fases. A primeira delas situou-se entre a abertura dos portos brasileiros às nações estrangeiras, em 1808, e a chamada transição neocolonial, que ocorreu no país durante a década de 1860 e recebeu do sociólogo a designação de “capitalismo moderno”. A segunda emergiu após esse período e representou o início de um processo de consolidação da economia urbana industrial no Brasil – o “capitalismo competitivo” –, vigente até os anos 50, quando entra em cena a última fase, denominada de “capitalismo monopolista”. Nessa conjuntura, a transição do capitalismo moderno para o competitivo se caracterizou, entre outros fatores, pela libertação da mão de obra escrava, que passou a ocupar, ao lado de homens livres (e também sem renda), as funções disponíveis num mercado de trabalho em expansão. Essa massa de trabalhadores, que o sociólogo denominou de “povo”, lutou para ser incorporada ao cenário político nacional:

⁸⁷ MELGAR BAO, Ricardo. *Op. cit.*, p. 21.

⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 89.

Vendo-se as coisas desta perspectiva, no “Brasil”, a “crise do antigo regime” lança aí as suas raízes. Forma-se e difunde-se, aos poucos, uma nova mentalidade econômica, social e política, que serve de pão à irrupção do povo na cena histórica. De modo tímido, modesto e incerto: primeiro, lutando contra os excessos dos senhores e pela Abolição; em seguida, lançando-se às greves e saindo às ruas para exercer pressão política contra os excessos da dominação oligárquica e pelo advento da “democracia burguesa”⁸⁹.

Como no restante da América Latina, o processo de incorporação desses trabalhadores na arena política brasileira foi marcado por conflitos, como aquele estabelecido entre o governo e os imigrantes anarquistas, recém-chegados do continente europeu. O governo atribuía a esses imigrantes a liderança das manifestações, protestos e greves, organizadas pelos operários brasileiros, com o objetivo de reivindicar aumentos salariais e melhorias nas condições de trabalho. Na tentativa de impedir as ações do movimento anarquista o governo brasileiro criou uma lei em 1891, que foi responsável por limitar a presença de estrangeiros no país a situação de residência, não especificando de forma clara quais requisitos eram necessários para que o imigrante se tornasse efetivamente um “residente”. Com esse mesmo objetivo, em 1907, foi decretada a Lei Adolfo Gordo⁹⁰, que permitia a expulsão do país de estrangeiros acusados de atividades políticas não aceitas pelas autoridades brasileiras:

Decreto nº. 1.641 - de 7 de janeiro de 1907. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução: Art. 1º - O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública, pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional. Art. 2º - São causas bastantes para a expulsão: 1ª) a condenação ou processo pelos tribunais estrangeiros por crimes ou delitos de natureza comum; 2ª) duas condenações pelo menos, pelos tribunais brasileiros, por crimes ou delitos de natureza comum; 3ª) a vagabundagem, a mendicância e o lenocínio competentemente verificados. Art. 3º - Não pode ser expulso o estrangeiro que residir no território da República por dois anos contínuos, ou por menos tempo quando: a) casado com brasileira; b) viúvo com filho brasileiro. Art. 4º - O Poder Executivo pode impedir a entrada no território da República a todo estrangeiro cujos antecedentes autorizem incluí-lo entre aqueles a que se referem os art. 1º e 2º⁹¹.

A criação dessas leis, mesmo contrariando o direito constitucional, que garantia a igualdade entre brasileiros natos e os estrangeiros residentes no país, permitiu ao governo o uso da justiça e da polícia para expulsar vários militantes anarquistas, alegando que estes não estavam “aptos” a permanecerem em território nacional. João Marçal citou o caso do

⁸⁹ FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005, p. 280.

⁹⁰ “Adolfo Afonso da Silva Gordo (1858-1929), republicano histórico paulista, constituinte de 1891, exerceu numerosos mandatos como deputado e senador federal [...]. As Leis de Expulsão de Estrangeiros, a Lei de Acidentes no Trabalho e a Lei de Imprensa resultaram de projetos por ele apresentados e defendidos e, quando aprovadas, ficaram conhecidas com seu nome”. In: LEIS ADOLFO GORDO. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEIS%20ADOLFO%20GORDO.pdf>>.

Acesso em: 21 mar. 2018.

⁹¹ Idem.

sapateiro anarquista Antonio Nalepinski, que chegou da Polônia e se instalou em Porto Alegre no ano de 1902, tornando-se, posteriormente, um dos líderes da Sociedade dos Operários Polacos do Rio Grande do Sul. Tal liderança política chamou a atenção da polícia estadual, que, em varias ocasiões, efetuou a prisão deste militante anarquista. Em 1917, Nalepinski foi expulso do Brasil por ordem da justiça, acusado de liderar greves e manifestações de trabalhadores em âmbito estadual⁹².

Pode-se afirmar, portanto, que a expulsão de sujeitos considerados indesejáveis em virtude de suas opções políticas, não é um fenômeno recente no Brasil. Mas, na virada do século, o exílio deixou de atingir apenas setores da classe média, em geral líderes políticos reconhecidos no cenário nacional, para incorporar também militantes de outras classes sociais. Em síntese, a repressão sempre atuou sobre as práticas, condutas ou manifestações de inconformidade com o *status quo*, adotadas por trabalhadores ou integrantes de movimentos populares. Ao término do período imperial e o início do republicano, no entanto, devido às imensas transformações pelas quais passou a sociedade brasileira, essa repressão adquiriu novas formas, tornando-se mais organizada e intensa, com o objetivo de acabar com as atividades políticas dos setores sociais conceituados como “perigosos” pela classe dirigente.

Nas primeiras décadas do século XX, a importância e a projeção política que os imigrantes anarquistas adquiriram junto ao movimento operário brasileiro, tornaram esses ativistas os principais atingidos pelas expulsões colocadas em curso pelo Estado. A eclosão da Revolução Russa em 1917, contudo, modificou esse panorama, pois o governo passou a concentrar a aplicação de métodos repressivos estatais, entre os quais a prisão e a expulsão, nos militantes comunistas que chegavam ao país neste período, principalmente após a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922.

Nesse contexto, a violência estatal se acirrou ainda mais com a instauração da ditadura do Estado Novo, em 1937, período no qual centenas de imigrantes foram monitorados, perseguidos, presos e, posteriormente, expulsos do Brasil, acusados pelo governo de propagarem ideias “comunistas”. Na visão de Getúlio Vargas, os “comunistas”, também chamados de “vermelhos”, eram inimigos e deveriam ser expulsos do país porque defendiam uma ideologia perigosa, que tinha o objetivo de provocar agitação social e promover desestabilização na sociedade brasileira. Em 1945, Vargas, com pretensão de se manter no poder após o término da Segunda Guerra Mundial, concedeu “perdão” formal aos comunistas,

⁹² MARÇAL, João. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul: anotações biográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha*. Porto Alegre: EU, 1995, p. 133.

mas isso não impediu que, nos anos posteriores, outros militantes políticos adeptos dessa ideologia fossem expulsos do país sob a mesma alegação.

Destaca-se que o termo “comunista” denominava não somente os militantes do PCB, como todos os indivíduos que, de alguma forma, fizessem oposição política à ditadura de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945). Porém, no final da década de 1950, a irrupção da Revolução Cubana e a projeção continental adquirida por um de seus líderes, o argentino Ernesto Che Guevara, acrescentaram nuances a definição de “comunista”, que se tornou mais ampla, passando a designar também o guerrilheiro “subversivo”. Essa nova modalidade de combatente lutava uma guerra singular, baseada principalmente em táticas de guerrilhas que, de forma diferente dos conflitos anteriores, se desenvolvia em âmbito interno, fato que gerava um problema para o Brasil e os demais países do Cone Sul, pois o inimigo a ser derrotado se encontrava dentro de suas próprias fronteiras.

Tais mudanças estão vinculadas à disseminação da DSN, promovida pelos Estados Unidos junto às Forças Armadas da América Latina, nos anos de 1950, e que se acentuou a partir do conflito cubano de 1959. Na interpretação dessa doutrina, o suposto desencadeamento de um movimento guerrilheiro representava um perigo à estabilidade política do continente americano, fato que justificava a formação de uma guerra contrarrevolucionária. Para Comblin, mesmo que não existisse nessa região uma luta revolucionária semelhante aos moldes daquelas que se desenvolviam na Indochina e no Vietnã, por exemplo, as Forças Armadas locais passaram a interpretar qualquer conflito a partir de tal conceito, chamando a atenção para a necessidade de combater um opositor político, teoricamente infiltrado em todas as camadas sociais. Por essa razão: “a segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem contra quem: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade”⁹³.

A falta de uma definição clara a respeito de qual cidadão poderia ser enquadrado no conceito de “subversivo” ou “inimigo interno”, gerou a necessidade de vigiar essas sociedades como um todo. Além disso, como as Forças Armadas não sabiam exatamente onde a subversão poderia agir, qualquer manifestação de descontentamento – protestos estudantis, greves de trabalhadores, apresentações artísticas críticas ao sistema – passaram a ser interpretadas como um perigo à nação e combatidas com o uso de uma violência que transgredia os limites legais estabelecidos pelo próprio Estado. Na definição de Groppo:

⁹³ COMBLIN, Josep. *Op. cit.*, p. 55.

Las dictaduras militares de América Latina organizaron, en nombre de la lucha contra el comunismo y con el apoyo de los Estados Unidos, una represión extremadamente violenta contra los sectores de la sociedad considerados como “subversivos”, concepto elástico que, en la lógica de los militares, designa principalmente los militantes de los partidos y sindicatos de izquierda; los miembros de los movimientos de guerrilla nacidos en la estela de la revolución cubana; y de una manera más general, todos los que son contestatarios al orden social existente. Los “subversivos” constituyen siempre, según esta lógica de guerra fría, “el enemigo interior” contra el cual las fuerzas armadas debían movilizarse prioritariamente⁹⁴.

Com base nessas considerações, o uso dessa violência indiscriminada, com o emprego de métodos como a tortura, resultou na configuração de um exílio diferenciado dos períodos anteriores. Também é possível afirmar que no caso do Brasil, entre o início do século XX e os anos de 1960, o exílio passou por três fases diferenciadas. Num primeiro momento, foi uma prática utilizada por governos republicanos (num Estado formalmente democrático) basicamente contra os anarquistas; nas décadas de 1930 e 1940, por um ditador, Getúlio Vargas, a partir de uma ditadura de caráter personalista, atingindo especialmente os comunistas; e, por fim, nos anos de 1960 e 1970, por uma ditadura de SN, tendo como alvo principal todos aqueles tidos como “subversivos” ou “inimigos internos”.

A ditadura de SN brasileira reconhecia na figura do subversivo um inimigo perigoso, que seguia a ideologia comunista, fomentadora de conflitos sociais, estranhos à “nação” brasileira. Em discurso realizado no dia 31 de dezembro de 1969, o então presidente, general Emílio Garrastazu Médici dividiu a sociedade do país em “bons” e “maus” cidadãos. Os primeiros, “verdadeiros patriotas”, colocavam os interesses do país acima dos seus particulares, enquanto os segundos, os “irrecuperáveis” – os “comunistas” ou “subversivos” – não fariam parte da nação. As ações políticas contestatórias desses sujeitos, sempre que detectadas pelos “bons cidadãos”, deveriam ser denunciadas às autoridades:

A todos os homens de bem que se frustraram ou se enganaram, aos que procuram na contestação e na violência, encontrar o caminho que não é nosso, apelo façam hoje o seu exame de consciência e a si respondam sobre a perturbação e o retardamento que esses descaminhos trazem à livre ascensão de nosso povo [...]. Volto-me para o homem heroico que cumpre no silêncio o seu dever, para que dele receba, nos dias deste ano, nos dias de meu quadriênio, a sua confiança e a sua fé. Que se faça ainda mais vigilante, para que não se acobertem a seu lado os irrecuperáveis, os que continuarem a roubar, a matar, a corromper, insensíveis ao chamamento da razão e do patriotismo. E eu darei, ao brasileiro que constrói este Brasil, as energias todas de minha vida, o saldo de paz, de tranquilidade, de segurança e de progresso, que frutificar de minha devoção ao bem público e à defesa inarredável do interesse nacional⁹⁵.

⁹⁴ GROPPPO, Bruno. *Op. cit.*, posição 421. E-book.

⁹⁵ MÉDICI, Emílio Garrastazu. Os quatro horizontes do futuro. Biblioteca da Presidência da República, 31 de dezembro de 1969. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1969/10.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

Dessa forma, a ditadura brasileira, baseando-se na necessidade de combater esse inimigo, decretou em abril de 1964 o Ato Institucional nº 1 (AI-1)⁹⁶. Segundo Rollemberg, o ato marcou o início de uma fase de repressão contra determinados setores, principalmente de políticos e sindicalistas vinculados a João Goulart e a Leonel Brizola, que projetou uma primeira onda de exílio. Esses exilados se caracterizavam, em linhas gerais, por possuírem profissões definidas e condições econômicas estáveis, o que facilitou a travessia e a fixação de residência no Uruguai, país para onde se dirigiram depois do golpe⁹⁷.

Outra fase repressiva surgiu após a instauração do AI-5, no final de 1968, que gerou uma segunda onda de exílio, formada em sua maioria por brasileiros que haviam aderido à luta revolucionária armada. Esses ativistas políticos, diferentemente do primeiro grupo, se originaram basicamente do movimento estudantil, não tinham ofício determinado, possuindo poucos recursos para deixarem o país e se estabelecerem no estrangeiro⁹⁸. Assim, mesmo que o Brasil vivenciasse uma ditadura de SN, foi essa segunda onda de exilados, produzida a partir do AI-5, que representou uma ruptura drástica com os exílios que se desenrolaram em períodos anteriores, por ser o resultado direto de práticas terroristas empregadas pelo aparato repressivo estatal brasileiro contra os setores de oposição.

Nessa segunda onda de exilados estavam os militantes que partiram em direção ao Chile, no começo dos anos de 1970, pesquisados na presente tese: Edmur Camargo, Joaquim Cerveira, Isidoro Gutiérrez, João Carlos Bona Garcia, Ubiratan de Souza, Cláudio Gutiérrez, Raul Ellwanger, Carlos de Oliveira, Maeth Boff, Raul Carrion, Paulo Franck e Nilton Rosa da Silva. Esses ativistas atuaram em organizações de luta armada brasileiras, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), o Partido Operário Comunista (POC), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Frente de Libertação Nacional (FLN) e o grupo Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G).

Tais organizações, de um modo geral, contestavam a interpretação que o PCB fazia do capitalismo brasileiro, ao defender a necessidade de uma revolução em duas etapas – a primeira de caráter anti-imperialista e burguesa, que eliminasse os resquícios feudais ainda presentes no contexto nacional para, num segundo momento, dar início a um movimento de base socialista. Para os grupos armados, ao contrário, o capitalismo no Brasil já se encontrava plenamente desenvolvido e a luta revolucionária deveria partir de forma imediata para a implantação do socialismo. Os modelos a serem seguidos eram basicamente o cubano, de

⁹⁶ ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 09 DE ABRIL DE 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 02 mar. 2017.

⁹⁷ ROLLEMBERG, Denise. *Op. cit.*

⁹⁸ Idem.

táticas de guerrilha, denominado de foquismo⁹⁹ ou o chinês, de insurreição das massas, chamado de maoísmo¹⁰⁰.

O processo de efervescência política que resultou na perda da hegemonia exercida pelo PCB sobre a esquerda brasileira e a formação de organizações armadas, como a VPR e VAR-Palmares, entretanto, começou a se delinear durante os anos 1950, diante da necessidade de implantar um modelo de acumulação capitalista no país, que estivesse habilitado a atender as novas demandas desse sistema a nível mundial. Florestan Fernandes nomeou essa fase de “capitalismo monopolista”, marcada pelo domínio comercial, industrial e financeiro de grandes conglomerados econômicos, principalmente estrangeiros, mas também estatais e mistos, sobre o mercado e a produção brasileira. Diferentemente das fases anteriores, o Brasil não se vinculou diretamente a uma economia central, mas “ao império econômico das grandes corporações”, necessitando de uma série de ajustes internos, num processo que o sociólogo definiu como “neocolonização”:

A transição estrutural e histórica para o padrão de desenvolvimento inerente ao capitalismo monopolista, nas condições assinaladas, requer alterações tão profundas dos mecanismos de mercado, na organização do mercado financeiro e de capitais, nas dimensões da produção industrial, e medidas correlatas tão complexas (e, ao mesmo tempo, tão nocivas para vários grupos e classes sociais, inclusive empresariais), referentes à política econômica e à aplicação de incentivos que privilegiam as economias industriais de escala e a exportação, que ela se torna impraticável sem um apoio interno decidido e decisivo, fundado na base de poder real das classes possuidoras, dos estratos empresariais mais influentes e do Estado¹⁰¹.

A expansão do grande capital em busca de novas áreas de investimentos durante os anos 50 provocou uma crise no modelo econômico predominante no Brasil em toda a Era Vargas, baseado na industrialização de substituição de importações e forte intervenção do Estado na economia. Na interpretação de Sader, a necessidade de adequação à dinâmica do capitalismo mundial acirrou as contradições internas do sistema brasileiro que, na década seguinte, mostrou visíveis sinais de esgotamento. Logo, o aumento no valor dos produtos agrícolas, o congelamento de salários e a consequente perda de poder aquisitivo dos

⁹⁹ “O foquismo cubano seguia o modelo, segundo o qual um grupo de combatentes bem armados e preparados poderia deslanchar a revolução a partir de um foco militar no campo, localizado em uma área de difícil acesso para a polícia. Este seria independente de qualquer partido ou trabalho político prévio com a população, que tenderia a aderir à revolução capitaneada pelas vanguardas armadas, pois já estariam amadurecidas as condições objetivas para a Revolução na América Latina, faltando apenas as subjetivas, a ser estabelecidas pelo foco”. In: RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993, p. 26

¹⁰⁰ “Parte da esquerda foi influenciada pelas ideias do líder da revolução chinesa, Mao Tsé-Tung. O maoísmo privilegiava a guerrilha rural como caminho revolucionário para os países do Terceiro Mundo [...], defendiam a revolução por etapas e a aliança com a burguesia nacional na etapa anti-imperialista”. In: SALES, Jean. *A luta armada contra a ditadura militar, a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, p. 97.

¹⁰¹ FERNANDES, Florestan. *Op. cit.*, p. 302.

trabalhadores, geraram uma série de protestos e greves, fomentando um clima gradativo de descontentamento social, responsável por conflitos no ordenamento político nacional¹⁰².

Em síntese, as adaptações indispensáveis à implantação desse novo modelo de desenvolvimento capitalista, marcado pelo domínio das multinacionais, afetaram o desempenho da economia brasileira, provocando sucessivos aumentos no índice da inflação e a diminuição do produto interno bruto. O aprofundamento dessa crise econômica, no início dos anos 60, gerou um acirramento da luta de classes, fomentado por trabalhadores do meio rural e urbano, principais atingidos por tais ajustes. A classe política, em sua maioria defensora dos interesses da burguesia nacional e do capital externo, não foi capaz de resolver esses impasses e instaurar o clima de estabilidade que esses grupos precisavam para impor suas demandas sobre a economia, resultando num processo que culminou no golpe para a instauração de uma ditadura civil-militar de SN no país, a partir de 1964.

1.2 O ENSAIO PARA A LUTA ARMADA: AS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA BRASILEIRAS

No início da década de 1960, Jânio Quadros alcançou popularidade e projeção nacional ao definir-se como um candidato afastado das disputas e das atividades políticas dos partidos tradicionais. Por isso, baseou sua campanha à Presidência da República, em 1960, na imagem de um homem simples, que tinha como principal objetivo o combate à corrupção. Eleito, porém, realizou um governo marcado por controvérsias, pois mesmo representando uma coligação de partidos de centro-direita,¹⁰³ adotou uma política externa independente, de não alinhamento automático aos Estados Unidos, como demonstrou a condecoração concedida a Ernesto Che Guevara em 1961 e a busca por uma aproximação diplomática com a União Soviética.

No âmbito interno, Jânio Quadros não conseguiu colocar em prática um projeto econômico eficiente que, vinculado às críticas que fazia às forças políticas tradicionais, promoveu seu afastamento do Congresso Nacional. Isolado politicamente, o presidente confiou que sua renúncia promoveria uma mobilização popular em defesa de seu mandato, fato que acabou não se concretizando. Para Sader, a renúncia de Quadros, em outubro de 1961, e outros eventos políticos que ocorreram no período evidenciaram o fim da conciliação

¹⁰² SADER, Eder. *Op. cit.*

¹⁰³ A coligação que apoiou a candidatura de Jânio Quadros à presidência era composta pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), o Partido Libertador (PL), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Republicano (PR).

de classes, denominado de “populismo”, que Getúlio Vargas havia orquestrado entre o Estado, a burguesia, os operários e os setores médios dos centros urbanos, nas décadas precedentes¹⁰⁴.

Com essa renúncia, o vice-presidente João Goulart (“Jango”) deveria assumir a Presidência da República¹⁰⁵. Parte das Forças Armadas, entretanto, se posicionava contra a posse de Jango, devido ao fato dele ter sido ministro do Trabalho do governo Getúlio Vargas (1951-1954), e de manter estreitas vinculações com a denominada esquerda trabalhista, reunida em torno do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual o vice era filiado. Jango só conseguiu assumir o cargo devido a uma mobilização política, articulada pelo então governador do Rio Grande do Sul, o também petebista, Leonel Brizola, a chamada Campanha da Legalidade. O movimento recebeu apoio da população local e nacional, principalmente do movimento estudantil, de setores subalternos das Forças Armadas, do comandante do III Exército, general José Machado Lopes, e dos governadores Miguel Arraes (Pernambuco) e Mauro Borges (Goiás), dentre outros.

A Campanha da Legalidade, embora tivesse garantido a posse de João Goulart na Presidência da República, não conseguiu impedir uma manobra colocada em prática por parte das Forças Armadas e da classe política, que resultou na instauração do sistema parlamentarista e, conseqüentemente, na diminuição dos poderes do presidente. O movimento legalista também foi responsável pela projeção da figura do ex-governador Leonel Brizola no cenário nacional e pelo aumento no nível de conscientização de militares dos setores subalternos das Forças Armadas, que após a participação nesse evento, passaram a ter um papel ativo na conjuntura política do país.

Nesse contexto, o PCB e o PTB tornam-se os principais apoiadores de João Goulart e de seu projeto de governo, as chamadas Reformas de Base. O objetivo do plano era resolver a crise econômica promovendo uma série de mudanças nos setores agrário, educacional, tributário, urbano, financeiro e eleitoral brasileiro. A reforma agrária, por exemplo, previa a distribuição de lotes a um número significativo de trabalhadores sem terras, para que estes pudessem constituir uma classe de pequenos produtores rurais. Com essa medida, o governo visava incrementar a produção de alimentos, diminuir o êxodo rural e os conflitos no campo, que haviam se agravado durante esse período, devido ao acirramento da luta de classes no

¹⁰⁴ SADER, Eder. *Op. cit.*, p. 138.

¹⁰⁵ Cabe lembrar que João Goulart havia sido eleito vice-presidente representando um campo partidário que era diametralmente oposto àquele que havia escolhido Jânio Quadros como presidente. O sistema eleitoral da época estabelecia eleições independentes entre candidatos a presidente e a vice-presidente. Tal fato tornava mais dramático o cenário político que se abria com a renúncia de Quadros ao cargo de presidente.

país. Jango pretendia, com as Reformas de Base, tornar a economia mais dinâmica e capacitada a atender as novas demandas de mercado mundial e, ao mesmo tempo, demonstrava certa sensibilidade com a situação dos setores populares.

Em síntese, as Reformas de Base não possuíam um caráter revolucionário, determinando ajustes e não alterações estruturais no capitalismo brasileiro. Nesse sentido, Leonel Brizola, mesmo integrando o quadro de políticos do PTB, defendia propostas mais avançadas em relação ao desenvolvimento econômico do país. Na visão de Brizola, o projeto de Jango não teria efeito se a economia nacional mantivesse sua vinculação com o capital estrangeiro, principalmente estadunidense. Essa característica se constituiu numa das principais diferenças entre as correntes associadas a Jango e a Brizola.

Vale destacar que vários brasileiros exilados no Chile, no começo dos anos 70, iniciaram sua militância política nos partidos que davam suporte ao governo Jango, o PTB e o PCB. Isidoro Gutiérrez¹⁰⁶ militou na esquerda trabalhista, atuando como vereador do PTB na cidade de Uruguaiana¹⁰⁷. Edmur Camargo¹⁰⁸ iniciou sua trajetória política no PCB, durante a década de 1940, atuando na Organização de Base (OB) de São Paulo e, mais tarde, da Guanabara. Em 1952, o militante foi transferido para o Rio Grande do Sul, onde passou a desempenhar a função de jornalista nos periódicos do partido intitulados “A Tribuna Gaúcha” e “Classe Operária”. Na década seguinte, como membro do Comitê Municipal do partido em Porto Alegre, angariou apoio para a Campanha da Legalidade, com a finalidade de garantir a posse de João Goulart¹⁰⁹. Outro militante que iniciou a trajetória política no PCB foi o ex-major do Exército, Joaquim Cerveira, em 1946. Na fase em que integrou os quadros desse partido, Cerveira participou de várias campanhas orientadas pelo Clube Militar, em defesa do controle estatal sobre as principais riquezas existentes no país, como aquela montada em defesa da nacionalização do petróleo (“O petróleo é nosso”, no fim dos anos 40). Em 1959, o ex-major abandonou o PCB para concorrer a uma vaga de deputado pelo PTB¹¹⁰.

¹⁰⁶ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.2, p. 21/42. Uruguai. Refugiados brasileiros. Claudio Antonio Weyne Gutierrez. Frente de Imprensa. “El Popular”. “De Frente”. 05 de fevereiro de 1970.

¹⁰⁷ GUTIÉRREZ, Cláudio. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

¹⁰⁸ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/EDMUR PÉRICLES CAMARGO. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/nao_ha_ficha.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2018.

¹⁰⁹ Esses dados do DEOPS não puderam ser corroborados com outras fontes de pesquisa.

¹¹⁰ CERVEIRA, Joaquim. Depoimento. In: CERVEIRA, Neusah. *Memória da dor - A Operação Condor no Brasil (1973/1985)*. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado História) – PPG-História/USP, São Paulo, 2007, p. 84 e 85.

Um caso distinto desses é o de Maeth Boff¹¹¹, que iniciou sua militância política junto aos movimentos leigos da Igreja Católica¹¹². Tais movimentos tinham relação com mudanças ocorridas nos anos 50, quando parte do clero passou a se preocupar com questões sociais, a partir da influência de correntes humanistas européias. Essa ala ganhou força com a nomeação do arcebispo progressista Hélder Câmara para o cargo de assistente nacional da Ação Católica Brasileira (ACB) em 1947, fato que marcou o início de uma série de discussões em torno da necessidade da Igreja desenvolver novas práticas, que aproximassem o clero da população. A ideia era que o fiel cristão mudasse sua atitude contemplativa para se integrar à realidade, na busca de soluções para os problemas que afetavam a sociedade brasileira nessa época. A respeito das atividades desenvolvidas na Juventude Agrária Católica (JAC) e da Juventude Operária Católica (JOC), Maeth Boff declarou em seu depoimento:

Na JAC trabalhei com o Frei Tranquilo Motterle. Ele acompanhava, era encargo dele a JAC e eles trabalhavam nas terras dos gringos lá, alemães e italianos, e essa gente era pobre, muitos afrodescendentes, em geral, e tentava-se organizá-los [...] a Igreja poderia ceder terras para o povo comprar um lote, enfim, achar uma solução dessas, se pensava, cooperativá-los. E dentro do convento, em Ijuí, também havia padres que achavam que isso era comunismo, fazer reuniões com os pobres. “Pra que mandar os pobres vir para a Igreja”? “Pobres, sempre os haveréis”, está no Evangelho [...]. E havia essa outra corrente que dizia “não, a justiça é uma missão cristã é lutar pela justiça, é não comercializar a vida”. [...] Uma das grandes lutas era a reforma agrária, na Juventude Agrária. E na Juventude Operária era a luta salarial, a luta contra o arrocho, contra a ditadura¹¹³.

Em 1961, vários integrantes dos movimentos leigos da Igreja Católica haviam participado da Campanha da Legalidade no Rio Grande do Sul, num engajamento político que resultou no aumento da atuação de tais ativistas no cenário nacional. A hierarquia da instituição não aceitou a atuação política dos setores leigos, que no mesmo ano, romperam com a Igreja para fundar a Ação Popular (AP). Desde o início, a AP se esforçou no sentido de elaborar uma doutrina própria, baseada em conceitos oriundos do humanismo e do materialismo histórico, desenvolvidos principalmente pelos filósofos Teilhard de Chardin e Karl Marx. A adoção do chamado “socialismo humanista” conduziu a AP, no âmbito político, a exercer apoio crítico ao governo João Goulart e suas Reformas de Base, justamente por entender que essas não promoveriam às mudanças estruturais que a sociedade brasileira necessitava para se tornar mais justa e igualitária.

Como exemplo de ativista que migrou da JEC para a esquerda apista (AP), no ano de 1963, tem-se o caso de Raul Carrion. O militante iniciou o seu trabalho político junto ao

¹¹¹ BOFF, Maeth. Depoimento concedido à Denise Ruaro Radaelli, enviado à autora em 05 de junho de 2017, via e-mail.

¹¹² Os movimentos leigos da Igreja Católica dividiram-se em Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Agrária Católica (JAC).

¹¹³ BOFF, Maeth. *Dep. cit.*

movimento estudantil universitário do Rio Grande do Sul, numa fase em que os esforços da AP estavam concentrados no objetivo de desenvolver a conscientização política e crítica em estudantes e trabalhadores do meio urbano e rural para que, posteriormente, esses setores conduzissem à luta revolucionária em território brasileiro. Após o golpe, Carrion assumiu o Comitê Regional e se tornou o representante estadual da AP diante do Comitê Nacional. Além disso, Carrion foi designado para desenvolver atividades políticas junto a operários de indústrias e fábricas situadas na região do Vale dos Sinos, Grande Porto Alegre. Em 1969, Carrion se afastou da AP para integrar o PCdoB¹¹⁴. Seu ingresso no PCdoB não foi uma ação isolada, pois no final dos anos 60, um número significativo de militantes da AP seguiu esse caminho, em razão da aproximação ideológica que existia entre essas duas organizações.

Vale destacar que o PCdoB surgiu em 1962, quando parte dos militantes do PCB, insatisfeitos com os rumos seguidos pela direção nacional, deixaram o partido para fundar outra organização. Esse grupo de militantes dissidentes, liderado por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, não aceitava que o PCB adotasse uma linha política pacifista, de aliança com a burguesia nacional e apoio ao projeto reformista de João Goulart, defendendo, em contraposição, uma aproximação com os proletários e camponeses, considerados os verdadeiros agentes revolucionários, e transformações profundas no capitalismo brasileiro.

Nesse sentido, a aproximação entre a AP e o PCdoB ocorreu devido a certas características compartilhadas pelas duas organizações. A primeira delas era a necessidade de formar um movimento guerrilheiro capacitado a desenvolver uma luta revolucionária no meio rural e não urbano, como defendia grande parte da esquerda armada brasileira. A segunda era a constituição de um grupo que, além de militantes e simpatizantes, contasse com a participação e o apoio de setores populares. Em função disso, a AP e o PCdoB realizavam um trabalho político voltado à conscientização de estudantes e trabalhadores, disputando assembleias do movimento estudantil, centros acadêmicos das universidades e tomando iniciativas para a formação de uma frente de lutas com operários e camponeses.

Outra ruptura que ocorreu com o PCB, no início da década de 1960, resultou no surgimento da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP ou POLOP), em 1961. Na interpretação da POLOP era impossível estabelecer uma coalizão com a burguesia nacional, como propunha o PCB, pois nessa fase tais setores já estariam alinhados ao capital multinacional, principalmente estadunidense. O caminho mais viável para a organização era compor uma aliança com o proletariado, os camponeses e os setores

¹¹⁴ CARRION, Raul. Depoimento concedido à autora no dia 14 de março de 2013, via e-mail.

marginalizados da sociedade. Essa defesa de um estreitamento com o lumpemproletariado¹¹⁵ foi a diferença da POLOP de outros grupos brasileiros, por abrir a possibilidade de setores explorados, como os pobres residentes nas periferias das grandes cidades, também integrarem a luta revolucionária.

A organização se destacou entre as demais que compunham o cenário político nacional pela presença de vários intelectuais em seu quadro de adeptos, como o cientista social Ruy Mauro Marini, a economista e cientista política Vânia Bambirra e o economista Theotônio dos Santos. Durante o exílio no Chile, nos anos 70, esses intelectuais adquiriram notoriedade pelos estudos desenvolvidos em torno da denominada “teoria da dependência”. Para essa teoria, o capitalismo, não apenas brasileiro, como também latino-americano, se estruturou, a partir do século XIX, de forma periférica às potências tidas como centrais, fato que tornava suas economias dependentes dos investimentos e da tecnologia estrangeira. Ou seja, a América Latina supria a Inglaterra, maior potência imperialista da época, de bens primários, enquanto essa enviava seus produtos manufaturados para a região, tendo o cuidado de manter uma balança comercial favorável aos seus interesses, papel que mais tarde foi assumido pelos Estados Unidos. A análise de Marini sobre o tema se centrou no seguinte entendimento:

Es a partir de este momento que las relaciones de América Latina con los centros capitalistas europeos se insertan en una estructura definida: la división internacional del trabajo, que determinará el curso del desarrollo ulterior a la región. En otros términos, es a partir de entonces que se configura la dependencia, entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia. El fruto de la dependencia no puede ser por ende sino más dependencia, y su liquidación supone necesariamente la supresión de las relaciones de producción que ella involucra¹¹⁶.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a POLOP seguiu, de modo geral, essa interpretação a respeito das relações econômicas estabelecidas no Brasil e na América Latina. E a solução para romper esse ciclo era a via armada (e não a eleitoral), uma vez que essa seria a única capaz de promover alterações de ordem estrutural na região. Devido a esse posicionamento teórico, a organização não apoiou as Reformas de Base, mantendo-se afastada do PTB e do PCB e, conseqüentemente, do contexto político nacional. Tal situação, segundo Mattos, se alterou no final de 1963, quando a esquerda polopista se aproximou da

¹¹⁵ “O principal significado da expressão lumpemproletariado não está tanto na referência a qualquer grupo social específico que tenha papel social e político importante, mas antes no fato de ela chamar a atenção para o fato de que, em condições extremas de crise e de desintegração social em uma sociedade capitalista, grande número de pessoas pode separar-se de sua classe e vir a formar uma massa ‘desgovernada’, particularmente vulnerável às ideologias e aos movimentos reacionários”. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 354.

¹¹⁶ MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008, p. 111.

nacionalista. Nesse período, ambas se empenharam em articular os chamados “Grupos dos Onze”, que reunia militantes insatisfeitos com os rumos seguidos pelo governo João Goulart e que, liderados por Leonel Brizola, tinham o objetivo de articular uma resistência armada ao golpe, que na compreensão do ex-governador já era iminente no Brasil¹¹⁷.

As previsões de Brizola tornaram-se concretas em 1964, quando um golpe derrubou o presidente João Goulart. Pode-se afirmar que esse resultou da incapacidade demonstrada pela burguesia brasileira, aliada ao capital estrangeiro, particularmente estadunidense, de manter a estabilidade política, indispensável ao atendimento das novas demandas do capitalismo mundial, diante de um quadro de aumento das reivindicações de setores sociais historicamente afetados por ajustes econômicos desse modo de produção, como os trabalhadores da cidade e do campo. A saída encontrada pela burguesia não foi a busca de negociações políticas capazes de diminuir o clima de tensão e enfretamento, mas a tomada do poder por meio de um golpe que permitiu o controle do Estado. Na definição de Alves:

A tomada do poder de Estado foi precedida de bem orquestrada política de desestabilização que envolveu corporações multinacionais, o capital brasileiro associado-dependente, o governo dos Estados Unidos e militares brasileiros, em especial um grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG) [...]. A conspiração foi levada a efeito através de instituições de fachada, em especial o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). A Escola Superior de Guerra coordenava as conspirações de setores civis e militares. A necessária justificação ideológica da tomada do Estado e da modificação de suas estruturas para impor uma variante autoritária foi encontrada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, ministrada na ESG¹¹⁸.

Uma das primeiras atitudes do grupo que passou a comandar o Brasil após a instauração da ditadura em 1964, foi afastar do cenário nacional setores que poderiam fazer oposição ao seu domínio político. Com base nessa premissa, de acordo com Gorender, logo após o golpe, o governo militar decretou o AI-1, colocando em prática a denominada “Operação Limpeza”, que permitiu a cassação dos direitos políticos de qualquer indivíduo supostamente vinculado ao governo deposto. O ato também respaldou a instauração pela ditadura de inquéritos policiais militares (IPMs) e processos administrativos contra funcionários do serviço público, que haviam apoiado João Goulart, com o objetivo de afastá-los de suas funções. Os sindicatos de todo o país também sofreram intervenção governamental e a UNE, principal símbolo do movimento estudantil brasileiro, foi proibida e teve sua sede nacional incendiada¹¹⁹.

¹¹⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. V. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

¹¹⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. cit.*, p. 28.

¹¹⁹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998, p. 77.

Dado esse contexto, essa fase da ditadura caracterizou-se pela intensa atividade repressiva dos órgãos de segurança, com o objetivo de atingir os políticos e sindicalistas do PCB ou do PTB, bem como os militares que se identificavam com o ex-presidente João Goulart. Tal ação provocou uma reorganização dentro da esquerda nacional. Por um lado, vários perseguidos por envolvimento em atividades políticas no período que antecedeu o golpe, partiram em direção ao exílio no Uruguai, imaginando que logo poderiam retornar ao Brasil. Por outro, novos ativistas, oriundos principalmente das mobilizações estudantis, se incorporaram às lutas nacionais.

Vale enfatizar que o movimento estudantil assumiu uma postura de crítica e de resistência à ditadura, tornando-se o grupo de contestação mais ativo no cenário político nacional pós-golpe. A própria ditadura foi responsável por fornecer argumentos para que os estudantes articulassem um grupo coeso de ação política, ao decretar a “Lei Suplicy”¹²⁰ em abril de 1964. O objetivo dessa lei era afastar os estudantes das atividades políticas determinando, por exemplo, o fechamento de sua principal entidade representativa, a UNE. Essa medida, ao contrário do que previa a ditadura, aumentou a mobilização dos estudantes, que saíram às ruas para defender sua entidade.

Com base nessas considerações, pode-se afirmar que o período compreendido entre 1964 e 1968 se caracterizou pela ocorrência de protestos e greves, organizadas de forma prioritária por estudantes. Nas lutas do movimento estudantil se engajou Raul Ellwanger¹²¹, ao ingressar no curso de Direito na Pontifícia Universidade Católica (PUC), de Porto Alegre. No mesmo período, Bona Garcia¹²² e Ubiratan de Souza¹²³ ingressaram nos movimentos secundaristas das cidades de Passo Fundo e Cachoeira do Sul, respectivamente. Mais tarde, porém, estes dois últimos militantes foram aprovados no vestibular da UFRGS e passaram a desenvolver ações políticas nos diretórios acadêmicos dessa universidade.

Na pesquisa realizada a respeito desses militantes no arquivo do DEOPS/SP não foram localizados documentos que tratem das atividades de Raul Ellwanger¹²⁴ no movimento

¹²⁰ A lei recebeu esse nome em homenagem ao então Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda.

¹²¹ ELLWANGER, Raul. Depoimentos concedidos à autora nos dias 10 de janeiro de 2013 e 20 de junho de 2013, em Porto Alegre.

¹²² BONA GARCIA, João Carlos. Depoimentos concedidos à autora nos dias 07 de outubro de 2012 e 13 de janeiro de 2014, em Porto Alegre.

¹²³ SOUZA, Ubiratan de. Depoimento concedido à autora no dia 10 de setembro de 2012, em Porto Alegre.

¹²⁴ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/RAUL MOURA ELWANGER. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXS_NE000137.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

estudantil da PUC ou de Bona Garcia¹²⁵ em Passo Fundo ou nas dependências da UFRGS, em Porto Alegre. No entanto, o referido órgão de segurança descreveu alguns detalhes sobre a atuação de Ubiratan de Souza na UFRGS:

O nominado cursou o 1º ano incompleto de Faculdade de Geologia da UFRGS, quando ainda cursava o 3º ano científico, começou a participar de movimentos estudantis, mas especificamente de passeatas, em fins de 68, quando da realização das mesmas, conheceu Laerte Dorneles Meliga (Flávio), que entre os meses de dezembro de 69 a janeiro de 70, recebeu do mesmo (Flávio), documentos da organização política clandestina denominada VPR, que os referidos documentos compunham a "Luta Armada", como a única solução para a derrubada do Governo, resolveu ingressar na VPR, como militante, em fevereiro de 70 em São Paulo, o nominado se propôs por livre e espontânea vontade a atuar no campo¹²⁶.

Os militantes Carlos de Oliveira¹²⁷ e Cláudio Gutiérrez¹²⁸, por outro lado, iniciaram suas atividades políticas no movimento estudantil de Porto Alegre, ao se tornarem alunos do Colégio Júlio de Castilhos, o "Julinho", considerado na época, o principal estabelecimento de ensino secundarista do Rio Grande do Sul. É importante destacar que durante esse período, um número significativo de estudantes do Julinho, influenciados em parte pelos intelectuais de esquerda que compunham o quadro de professores do colégio, ingressou no movimento estudantil, tornando o colégio uma referência nas mobilizações e lutas organizadas contra a Lei Suplicy em todo o estado. O Grêmio Estudantil, entidade de referência dentro do Julinho, era constituído por mais de duzentos alunos, responsáveis pela estruturação das secretarias de cultura, de ensino, de questões femininas e de artes, e do Movimento Cultural Juliano (MCJ), que organizava os jograis, as palestras, os debates políticos e os festivais de música ao vivo, que ocorriam nas dependências do colégio. Alguns alunos do Julinho tornaram-se, mais tarde, integrantes da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES), como Cláudio Gutiérrez, que atuou como secretário dessa entidade. Outro militante que seguiu essa trajetória, segundo Maurício Brum, foi Nilton Rosa da Silva:

Nilton Rosa da Silva havia iniciado sua militância política ainda em Porto Alegre. Nascido em Cachoeira do Sul, na região central do Rio Grande do Sul, em 2 de fevereiro de 1949, o jovem partira para a capital do estado na metade dos anos 60 a fim de realizar os estudos secundários no Colégio Estadual Júlio de Castilhos. Em meio aos tempos que se seguiram ao golpe de Estado de 1964, aquela era uma época de grande efervescência política nos corredores da escola, com assembleias e manifestações sendo uma parte quase que indissociável da rotina dos estudantes [...].

¹²⁵ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/JOÃO CARLOS BONA GARCIA. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFICON_SJ000609.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

¹²⁶ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/DOSSIÊ DE SUSPEITOS. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os_pdf.php?pdf=BR_SPAPESP_DEOPSOS000344.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2018.

¹²⁷ OLIVEIRA, Carlos de. Depoimento concedido à autora no dia 12 de abril de 2013, em Porto Alegre.

¹²⁸ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

Nilton Rosa da Silva esteve muito próximo desses debates que povoaram a vida cotidiana na escola, chegando a integrar a direção da UGES entre 1967 e 1968¹²⁹.

Os documentos localizados nos arquivos do DEOPS/SP em nome de Carlos de Oliveira¹³⁰ e Cláudio Gutiérrez¹³¹, não fornecem maiores particularidades a respeito de suas atuações políticas no Julinho. A falta de documentação a respeito das atividades de Oliveira, Gutiérrez e dos demais militantes que iniciaram a trajetória política no movimento estudantil secundarista e universitário do Rio Grande do Sul, demonstra que, entre 1964 e 1968, o aparato repressivo estatal não estava estruturado de forma a permitir um monitoramento mais contundente desse setor de esquerda, panorama que se modificou com a decretação do AI-5.

Ao mesmo tempo em que os estudantes articulavam a resistência contra as medidas impostas pela ditadura no setor educacional, os exilados formulavam movimentos de oposição a partir do Uruguai – primeiro destino dos brasileiros que foram para o exterior após o golpe. De acordo com Rollemberg, esses exilados se estabeleceram de forma prioritária no país vizinho, onde deram início a uma intensa atividade política, voltada, especialmente, para o combate à ditadura no Brasil¹³². Os gaúchos tiveram papel significativo na formação desses movimentos, pois a proximidade espacial entre Rio Grande do Sul e Uruguai permitiu que, fossem estabelecidas vinculações políticas, econômicas, sociais e culturais entre os habitantes desses lugares.

O exilado que teve o papel político de maior destaque foi o ex-governador Leonel Brizola. No Uruguai, Brizola organizou e liderou um grupo formado por militares expulsos das Forças Armadas após o golpe de 1964, devido à militância na esquerda nacionalista. Entre esses militares se encontrava o ex-coronel do Exército, Jefferson Cardim de Alencar Osório, que no ano de 1965, com o apoio de Brizola, liderou a primeira ação armada contra à ditadura, a denominada Guerrilha de Três Passos, que reuniu cerca de vinte pessoas, em sua maioria ex-militares que partiram da cidade que deu nome ao movimento, no interior do Rio Grande do Sul, em direção ao Paraná. A ideia do grupo era conseguir adesão de mais ativistas

¹²⁹ BRUM, Maurício. *Um Jacarandá em Santiago: o radicalismo político no Chile pela trajetória militante de Nilton Rosa da Silva (1971-1973)*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Dissertação (Mestrado História) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2016, p. 25 e 26.

¹³⁰ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/CARLOS ALBERTO BEUSTO DE OLIVEIRA. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXN/SC000920.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

¹³¹ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/CLAUDIO WEINE GUTIERREZ. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEX/SC000638.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

¹³² ROLLEMBERG, Denise. *Op. cit.*

durante o percurso, mas foi surpreendido por tropas do Exército no momento em que percorria o Paraná e acabou desarticulado, com a prisão de todos os seus integrantes.

Antes da formação da Guerrilha de Três Passos, Edmur Camargo teria sido procurado no Uruguai pelo sargento Alberi Vieira dos Santos, com o objetivo de angariar recursos para o movimento armado que o militar estava organizando em companhia de Jeferson Cardim. O PCB, partido no qual Edmur militava na época, contudo, teria negado auxílio à guerrilha, porque considerava que essa não possuía chances de sair vitoriosa¹³³. O ex-tenente do Exército, José Wilson da Silva, ao tratar desse tema em seu livro de memórias, não citou Edmur como um dos participantes do movimento¹³⁴.

De acordo com um documento produzido pelo DEOPS/SP, durante o exílio no Uruguai, Edmur Camargo teria participado de cursos em táticas de guerrilhas, promovido pela organização de esquerda uruguaia denominada *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros*¹³⁵ (MLN-T). O documento produzido por agentes do órgão de segurança, entretanto, não informa a data na qual Edmur teria participado desse treinamento militar no país vizinho¹³⁶. No depoimento de Perseverando Santana, integrante do PCB e morador da região de fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, concedido ao pesquisador Marlon Assef, há a confirmação da participação de Edmur em ações políticas clandestinas, mas não é especificado se ele mantinha vinculação com o MLN-T:

Ele tava aí exilado, ali na Metropolitana¹³⁷, que era dos companheiros, e ele fazia doce ali. Deram emprego para ele. E muitas vezes falei com o nego. Uma vez me pediu para levar uma carta para Porto Alegre [...] era ligação clandestina, esse negócio de guerrilheiro. E ele tinha isso na cabeça e foi, e agiu no Brasil, assaltou o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, assaltou uns três bancos. Um rapaz que foi assaltado por ele me contou. Diz que ele chegou ali, fez uma preleção com o

¹³³ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/EDMUR PÉRICLES DE CAMARGO. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/DOPSSANTOSC00347.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

¹³⁴ DA SILVA, José Wilson. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Age, 2011, p. 175.

¹³⁵ “Fundado en 1965, MLN-T nunca se declaró marxista, ni tampoco leninista, por lo que su interpretación de los hechos históricos y de la dinámica política no estaba sustentada en la idea de la lucha de clases, en sentido estricto, sino en las dicotomías imperio-nación, oligarquía-pueblo, explotadores-explotados”. In: TORRES, Osvaldo. *Democracia y Lucha armada: MIR y MLN-Tupamaros*. Santiago: Pehuén, 2012, p. 93.

¹³⁶ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/EDMUR PÉRICLES CAMARGO. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFICON SE000200.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2018.

¹³⁷ “Estabelecida a 200 metros do território brasileiro, a Confeitaria Metropolitana logo faria sucesso entre estudantes e boêmios [...]. Assim, quando em 1964 o golpe sacode as estruturas do país, a Metro surge como um refúgio natural da esquerda em fuga, um ponto de encontro para petebistas, comunistas e militantes dos mais diversos rincões”. In: ASSEF, Marlon Gonsales. *Retratos do exílio: experiências, solidariedade e militância política de esquerda na fronteira Livramento - Rivera (1964-1974)*. Florianópolis: UFSC, 2008. Dissertação (Mestrado História) – PPG-História/UFSC, Florianópolis, 2008, p. 165.

revólver... disse senhores, deitem-se no chão, não reajam que os senhores vão defender o carrasco... abram o cofre, tirem o dinheiro.... e se escapou!¹³⁸.

A derrota sofrida pela Guerrilha de Três Passos não impediu que Leonel Brizola e seus apoiadores articulassem outro movimento de oposição à ditadura no exílio. O ex-governador reuniu um grupo constituído por soldados, cabos, sargentos e marinheiros, expulsos das Forças Armadas e fundou o Movimento Nacional Revolucionário (MNR). Em 1966, integrantes do MNR e da POLOP, que também haviam se exilado no país vizinho, retornaram para o Brasil e se instalaram em uma área localizada entre as fronteiras dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, com o objetivo de instalar um foco guerrilheiro. O movimento, que recebeu o nome de “Guerrilha do Caparaó”, durou cerca de um ano, até ser descoberto pelas Forças Armadas, que prendeu todos os envolvidos, eliminando a tentativa de dar início a uma guerrilha nessa região. A partir do fracasso da Guerrilha do Caparaó, Leonel Brizola desistiu da ideia de montar movimentos armados a partir do Uruguai.

Enquanto os exilados se articulavam no país vizinho, a ditadura encontrava problemas na implantação de seu plano econômico, uma vez que as medidas impostas não foram capazes de diminuir o índice inflacionário, nem ajustar o sistema financeiro do país, o que não atendia as demandas mais urgentes da população, e, conseqüentemente, aumentava o clima de insatisfação social. Em vista disso, houve uma expansão de manifestações e greves, organizadas por estudantes, operários, profissionais liberais, artistas e integrantes do clero, com o objetivo de melhorar as condições de vida dos brasileiros, combater o cerceamento da liberdade política e lutar pelo término da ditadura.

As mobilizações no país foram se intensificando até atingirem o ápice em 1968, com a realização de um protesto, no mês de março, após a morte do estudante Edson Luís Souto, atingido pela polícia no restaurante conhecido como “Calabouço”, ao participar de um movimento que reivindicava melhores condições na alimentação fornecida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em maio, ocorreram importantes greves de trabalhadores, reivindicando melhorias salariais em Osasco (SP) e Contagem (MG), as quais também tiveram o apoio do movimento estudantil. Em junho, foi realizada a “Passeata dos Cem Mil”, que reuniu diversos setores da sociedade em protesto contra o governo.

A ditadura brasileira utilizou a realização desses movimentos como justificativa para expedir o AI-5, no final de 1968. O ato provocou novas mudanças, pois vários militantes que integraram o PTB, o PCB, a AP (considerados ilegais) ou os setores nacionalistas antes do golpe, como os que aderiram às atividades do movimento estudantil depois de 1964,

¹³⁸ SANTANA, Perseverando. Depoimento. In: ASSEF, Marlon Gonsales. *Op. cit.*, p. 168.

radicalizam suas posições políticas, optando pelas ações armadas. Ou seja, a luta armada uniu duas gerações de militantes num mesmo propósito: o de promover mudanças profundas na sociedade a partir de um movimento revolucionário. Para tanto, o processo seguia as especificidades políticas de cada organização, enfatizando a luta no campo ou na cidade, a condução do processo por um grupo de vanguarda ou pelas massas, etc.

Conclui-se que, a decretação do AI-5 encerrou um ciclo de lutas da esquerda no Brasil. Estudantes como Raul Ellwanger, Nilton Rosa da Silva, Carlos de Oliveira, Bona Garcia, Ubiratan de Souza e Cláudio Gutiérrez, engajados nas mobilizações estudantis que ocorreram no país de 1964 até 1968, formaram a base do quadro de militantes da via armada. Mas eles não estavam sozinhos, pois eram apoiados por ativistas que haviam iniciado suas ações políticas em períodos anteriores. Entre esses apoiadores estavam Edmur Camargo (esquerda pecebista), Isidoro Gutiérrez (esquerda trabalhista), Joaquim Cerveira (esquerda nacionalista), Raul Carrion (esquerda apista) e Maeth Boff (movimentos leigos), os quais também integraram, mesmo que em menor número, as organizações armadas.

1.3 AS ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS DE LUTA ARMADA

No cenário de consolidação da oposição à ditadura de SN brasileira, a VPR, organização criada no final de 1968 por militantes dissidentes das esquerdas polopista e nacionalista, alcançou destaque em todo o país. O referencial ideológico da VPR, assinado por Ladislau Dowbor, o “Jamil”, seguindo a influência teórica da POLOP, defendia a partida imediata de seus integrantes para a luta armada. Uma das primeiras ações da organização foi o furto de onze fuzis do Hospital Militar do Cambuci, na Vila Monumento, e a explosão de uma bomba no alojamento de oficiais do II Exército, localizado no Bairro do Ibirapuera, em São Paulo, que ocasionou a morte de um soldado que trabalhava de sentinela no local. A VPR também foi responsável pelo atentado que resultou na morte de Charles Chandler¹³⁹, agente da *Central Intelligence Agency* (CIA) que realizava um curso no Brasil, e pela fuga do capitão do Exército, Carlos Lamarca, incorporado à organização depois de abandonar a sua unidade militar com um carregamento de armas¹⁴⁰.

¹³⁹ “O capitão norte-americano Charles Rodney Chandler era veterano da guerra do Vietnã. Bolsista de uma fundação dos Estados Unidos frequentava o curso de Sociologia e Política e, supostamente aprendia o idioma português para fins de ensino na Academia Militar de West Point [...]. Ao cair fulminado, Chandler trazia uma obra de doutrinação anticomunista”. In: GORENDER, Jacob. *Op. cit.*, p. 144.

¹⁴⁰ GORENDER, Jacob. *Op. cit.*

Carlos Lamarca tornou-se, posteriormente, um dos líderes da VPR e da própria luta armada no país, sendo intensamente perseguido pelos órgãos de segurança brasileiros. As Forças Armadas, em especial, baseando-se nas diretrizes de hierarquia e de disciplina, não aceitavam que um capitão reconhecido dentro do Exército abandonasse a carreira militar para ingressar numa organização de esquerda armada. Essa posição se evidencia num informe publicado pela Secretaria de Ordem Política e Social de Cachoeira do Sul (SOPS/CS), sintetizada na seguinte frase: “poderia ser comunista aquele que era considerado bom oficial do 4º Regimento de Infantaria?”¹⁴¹. O fato de militar o tornava, além de subversivo, traidor das Forças Armadas, o que o converteu num troféu para o aparato repressivo.

Segundo Padrós, nas décadas de 1960 e 1970, período em que vigoraram ditaduras de SN nos países do Cone Sul, as Forças Armadas passaram a compartilhar determinados compromissos, entre os quais a necessidade de manutenção da disciplina e da obediência à hierarquia institucional. Na medida em que transcorriam os governos, esses compromissos serviram tanto para dar coesão ao poder militar quanto para “diluir” entre a corporação as responsabilidades pelos atos arbitrários praticados no período. Ao mesmo tempo também diminuiu a ocorrência de “perigosas deserções”, porque os integrantes das Forças Armadas que não aderiram aos regimes de exceção tornaram-se alvos do aparato repressivo e do mesmo tipo de violência empregada por eles contra todos aqueles considerados “subversivos”¹⁴². Este foi o caso de Carlos Lamarca, perseguido durante dois anos pelos militares, até ser encontrado e assassinado no interior da Bahia, em 1971.

A perseguição a Carlos Lamarca e aos demais militantes da VPR, no entanto, começou logo depois da fuga do ex-capitão de sua unidade militar, em janeiro de 1969. Isso abalou toda a estrutura de funcionamento da organização. Na tentativa de reestruturar sua força política, a VPR se uniu ao Comando de Libertação Nacional (COLINA) – formado por dissidentes da POLOP de Minas Gerais – para fundar em junho de 1969, a VAR-Palmares. A união entre esses dois grupos se manteve até setembro, quando parte dos militantes, em razão de divergências políticas, permanecem na VAR-Palmares, enquanto outra parte resgatou a sigla da VPR. A “nova” VPR se uniu, então, aos dissidentes do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul e iniciou ações armadas imediatamente após sua formação.

Nessa fase, a VPR passou a priorizar a luta revolucionária no meio rural, transferindo alguns de seus integrantes para o Vale do Ribeira, situado entre o sul do estado de São Paulo e

¹⁴¹ Ex-Acervo de luta contra a Ditadura/Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Secretaria da Segurança Pública/Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS/CS 1.2.1408.18.5. Carlos Lamarca, ex-Capitão do Exército. 27 de abril de 1970.

¹⁴² PADRÓS, Enrique. *Op. cit.*, p. 96.

o leste do estado do Paraná. Ubiratan de Souza foi um dos sujeitos que, após se desvincular do movimento estudantil universitário do Rio Grande do Sul, ingressou na VPR e, posteriormente, foi enviado para essa região. O objetivo da organização, ao se estabelecer no local, era criar um centro de treinamento de táticas de guerrilha e estabelecer bases de apoio que, num segundo momento, seriam usadas para dar suporte à VPR, quando esta desencadeasse o movimento revolucionário no Vale do Ribeira¹⁴³. A coluna guerrilheira era comandada por Carlos Lamarca, que segundo José e Miranda, seguia uma rígida rotina de atividades diárias:

Lamarca não brincava em serviço. Comandava os homens como se estivesse em guerra. A rotina era rigorosa: muita fraternidade, mas pulso de ferro. Almoço pela manhã, meio-dia um café leve, e só se voltava a comer à noite, pouco antes de dormir nas redes de náilon. As regras impostas por Lamarca tinham duplo objetivo; não dar pistas ao inimigo e se acostumar a dureza da luta. “Comendo de manhã, educando o estômago para isso, só se vai ter fome ao final da tarde. Assim, se tem mais espaço de tempo para atuar. E, do ponto de vista militar, não fazemos fumaça durante o dia”, explicava o capitão. Às seis da manhã, todos de pé¹⁴⁴.

Outro gaúcho deslocado para a região foi o militante Valneri Antunes. Em abril de 1970, porém, militantes da VPR que foram presos em São Paulo delataram o grupo que se encontrava no Vale do Ribeira. Logo após a delação as Forças Armadas deslocaram militares do Exército para a área e os militantes da organização foram obrigados a abandonar a região. Um dossiê, produzido pelo DEOPS/SP, que investigou as ações de “subversivos” e “terroristas” no país, trouxe o depoimento de militantes que haviam participado dessa articulação guerrilheira. A respeito de Ubiratan de Souza e Valneri Antunes, o militante Ariston Lucena, ao ser interrogado no DOI-CODI, em São Paulo, informou:

Que aproximadamente um mês após a sua chegada à área de treinamento de guerrilha (área 02) chegaram dois elementos do sul, que posteriormente soube tratar-se de VALNERI NEVES ANTUNES ("ÁTILA") e de UBIRATAN DE SOUZA ("GREGÓRIO"). Que recorda-se claramente do fato, pois, coincidiu com um acidente que teve manejando um facão no local onde situava-se a base Eremias Delizoicov. Lembra ainda o declarante que ("ÁTILA") foi destacado para a Base Carlos Roberto Zanirato enquanto que ("GREGÓRIO") ficou junto com o declarante na Base Eremias Delizoicov; que permaneceram fazendo o treinamento de Guerrilha até maio, quando cerco da área 02, efetuado pelas tropas do Exército; que CARLOS LAMARCA ("CID") selecionou o pessoal que deveria sair da área imediatamente, por fatores diversos, sendo eles os seguintes: a) problemas de resistência física b) que alguns elementos não eram queimados e tinham suas documentações em ordem. c) que alguns elementos eram queimados, mas, pouco conhecidos e que seus documentos falsos, poderiam resistir a uma investigação superficial¹⁴⁵.

¹⁴³ SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

¹⁴⁴ JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack de. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 2015.

¹⁴⁵ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/DOSSIÊ PRELIMINARES. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SPAPESP_DEOPSOS000172.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

A prisão de Ariston Lucena, Valneri Antunes e Ubiratan de Souza ocorreu somente em outubro de 1970, ou seja, meses após o término da experiência no Vale do Ribeira. Antes, no entanto, Ubiratan retornou ao Rio Grande do Sul e, posteriormente, voltou a realizar expropriações, principalmente em agências bancárias, com outros integrantes da organização em São Paulo¹⁴⁶. Houve também militantes que deixaram outras organizações para ingressar na VPR. Esse foi o caso de Bona Garcia, que em 1969, abandonou o POC, por considerar esse grupo excessivamente teórico e pouco apto ao desenvolvimento de ações práticas, para compor os quadros da VPR, que se empenhava em montar um braço armado ao sul do país. Bona participou de reuniões e, mais tarde, de ações expropriatórias, como o assalto do caminhão da Ultragás e de agências bancárias, situadas na região da grande Porto Alegre¹⁴⁷.

A finalidade dessas ações, segundo relato do próprio Bona Garcia, era debilitar o sistema financeiro nacional e angariar fundos para a implantação da guerrilha, mas essa tática se mostrou ineficiente, porque os militantes que participavam dos assaltos passavam a ser perseguidos pela polícia, o que os obrigava, por medida de segurança, a permanecerem confinados em aparelhos¹⁴⁸, inviabilizando a realização de atividades políticas junto à população. Além disso, o sistema financeiro não mostrava sinais de enfraquecimento em função de tais ações. Na avaliação de Bona sobre o período, a VPR se tornou um grupo marginal à sociedade, justamente por não conseguir promover trabalhos de conscientização política nem estabelecer vínculos com as massas¹⁴⁹. Destaca-se que sobre Bona Garcia, em ficha pesquisada no DEOPS/SP, consta apenas sua participação em várias ações armadas na cidade de Porto Alegre, mas não há especificações a respeito desses eventos, tampouco a respeito de seu papel nessas ações¹⁵⁰.

A explicação atual sobre o período de Bona Garcia se assemelha ao entendimento adotado pelos militantes do POC na época. Cabe destacar que essa organização surgiu em 1968, a partir da união de militantes da POLOP e da Dissidência Leninista do Partido Comunista Brasileiro do Rio Grande do Sul. O POC, diferentemente da VPR, defendia a via não armada, de alcançar o socialismo no Brasil, priorizando o trabalho de conscientização das massas. Em 1969, a divisão entre a ala “militarista” e “massista” da organização provocou

¹⁴⁶ SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

¹⁴⁷ BONA GARCIA, João Carlos. *Dep. cit.*

¹⁴⁸ Casas ou apartamentos onde os militantes permaneciam escondidos após a participação em ações expropriatórias.

¹⁴⁹ BONA GARCIA, João Carlos. *Dep. cit.*

¹⁵⁰ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/JOÃO CARLOS BONA GARCIA. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFICON_SJ000609.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

divisões internas e no ano seguinte, a recriação, por parte de seus militantes, da antiga POLOP¹⁵¹. Carlos de Oliveira atuou nos quadros dessa organização em Porto Alegre, ao lado de militantes como Raul Pont, Marco Aurélio Garcia e Flávio Koutzi, até partir em direção ao exílio no Chile, em 1970¹⁵².

De forma semelhante, para a VAR-Palmares as ações expropriatórias distanciavam os grupos armados da sociedade brasileira. Por isso, a organização buscou valorizar o trabalho de conscientização política dos setores populares, atuando principalmente na região urbana. No Rio Grande do Sul, um relatório produzido pela SOPS/CS, publicado em julho de 1970, salienta que dos sessenta e quatro militantes dessa organização no estado, vinte e cinco eram do setor operário. A tarefa desses militantes, que atuavam nas células de base da VAR-Palmares, consistia em distribuir panfletos aos colegas em suas unidades de trabalho, enquanto os militantes mais instruídos e estudantes exerciam os cargos de direção¹⁵³.

Um dos exemplos dessas ações das células de base foi o trabalho de Raul Ellwanger, que atuou na VAR-Palmares desenvolvendo ações com o setor operário do Rio Grande do Sul. Na época, a organização era liderada por Carlos de Araújo, dono de um escritório de advocacia trabalhista em Porto Alegre, que funcionava como local de atração de novos integrantes. O objetivo da VAR-Palmares, ao incorporar militantes do meio operário, era formar líderes capacitados para dirigir os chamados núcleos extrassindicais dentro das empresas, que faziam oposição ao sindicalismo oficial (apoiado pela ditadura). Além de operários e ativistas, como Ellwanger, “O Grupo do Carlos”, como era conhecida a organização no estado, possuía em seu quadro funcionários públicos, geógrafos, ex-seminaristas, que atuavam em cidades da região metropolitana ou do interior¹⁵⁴.

A partir de informações prestadas em entrevista por Raul Ellwanger é possível confirmar os dados aferidos no documento produzido pela SOPS/CS, a respeito das ações que a VAR-Palmares desempenhava no Rio Grande do Sul. Essa leitura de diferentes fontes permitiu que se esboçasse um desenho de como se constituía a organização, a qual contava, por uma parte, com um número significativo de operários, que recebiam formação política para atuar dentro das empresas, compondo grupos de oposição aos sindicatos oficiais. E, por outra parte, com estudantes, entre os quais o próprio Ellwanger, que eram coordenados por

¹⁵¹ FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. *Partido Operário Comunista (POC): história e memória de uma organização marxista-leninista (1968-1971)*. São Paulo: USP, 2016. Tese (Doutorado História) – PPG-História/USP, São Paulo, 2016.

¹⁵² OLIVEIRA, Carlos de. *Dep. cit.*

¹⁵³ Ex-Acervo de luta contra a Ditadura/Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Secretaria da Segurança Pública/Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS/CS 1.2.1424.18.5. Subversão no Rio Grande do Sul. 20 de julho de 1970.

¹⁵⁴ ELLWANGER, Raul. *Dep. cit.*

Carlos de Araújo e auxiliavam no processo de conscientização desses operários¹⁵⁵.

Esses indícios permitem relacionar essa dinâmica interna da VAR-Palmares atuante no Rio Grande do Sul com as diretrizes adotadas durante o congresso realizado em Teresópolis, Rio de Janeiro, em setembro de 1969. Pode-se afirmar que, a partir da realização desse congresso, a organização passou a combinar a formação da guerrilha rural com a de um partido, o qual pretendia gerar um trabalho de conscientização política dos setores populares nas cidades. O objetivo dessa formação era acabar com o isolamento em que se encontrava a VAR-Palmares, devido ao aumento da repressão contra seus militantes em todo o Brasil.

Além da VAR-Palmares e do COLINA, outra organização que atuou de forma próxima a VPR, foi a Frente de Libertação Nacional (FLN). Tal organização era liderada por Joaquim Cerveira, major afastado do Exército após o golpe de 1964, por seu envolvimento, em anos anteriores, com o PCB e o PTB. A respeito da constituição da FLN, Cerveira declarou o seguinte:

Foi provavelmente em meados de outubro de 1969, que começou a surgir o primeiro indício da criação da FLN [...]. Em janeiro, por intermédio da ALN, fizemos contato com a VPR, organização que desde logo declarou que não considerava sua única propriedade o dinheiro que possuía, mas sim de todas as organizações revolucionárias, motivo por que estava disposta a nos fornecer apoio econômico. Assim, ganhava corpo a FLN, que não possuía, a não ser na prática, uma doutrina nem orientações políticas e administrativas, o que só foi possível há cerca de trinta dias mais ou menos. Minha posição dentro da FLN era evidentemente de dirigente máximo. O objetivo da FLN, conforme seu decreto era implantar através da luta armada, um governo popular revolucionário, para a partir daí proceder à libertação econômica nacional, bem como a modificação da estrutura agrária¹⁵⁶.

Outra organização que também surgiu no período foi a Ação Libertadora Nacional (ALN). Fundada pelo militante dissidente do PCB, Carlos Marighella, que defendia, por influência das ideias anarquistas e da teoria da violência absoluta de Frantz Fanon, a imersão total da ALN na luta armada, por meio da ação direta, não mediada pelo movimento de massas. Na visão de Marighella as ações da ANL não deveriam ser guiadas por direções centralizadoras ou escalões intermediários, mas sim por grupos autônomos, com ampla liberdade de iniciativa. Nessa perspectiva, a função dos comandos ficaria restrita a articulação de atividades mais complexas, envolvendo vários grupos dentro da organização: “o princípio primeiro é a ação. É a ação que faz a organização e a desenvolve. Ação significa violência revolucionária, luta armada, guerrilha. A ação cria tudo a partir do nada, do zero”¹⁵⁷.

A ALN também sofreu a influência da Revolução Cubana em suas diretrizes e formulações teóricas. Especialmente porque no ano de 1967, Carlos Marighella viajou a Cuba

¹⁵⁵ ELLWANGER, Raul. *Dep. cit.*

¹⁵⁶ CERVEIRA, Joaquim. *Op. cit.*, p. 87.

¹⁵⁷ GORENDER, Jacob. *Op. cit.*, p. 107.

para participar da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), de onde retornou defendendo a tática de guerrilha como a única forma viável de luta contra a ditadura brasileira, o que permitiria o desenvolvimento de uma consciência revolucionária, característica típica do foquismo cubano. Segundo esse entendimento, certas condições estruturais do Brasil eram semelhantes às existentes em Cuba antes da eclosão do movimento de 1959. Ambos os países sofriam os efeitos do controle econômico, político e militar exercido pelo governo estadunidense com o apoio das burguesias locais, responsáveis pela condição de pobreza e miséria as quais estavam submetidas a maioria da população na América Latina. Marighella, baseando-se nessas premissas, priorizou a formação de um grupo guerrilheiro dividido em vários grupos de trabalho independentes entre si; essa não unidade era em prol de um futuro partido político, que surgiria somente em fases posteriores, quando o processo revolucionário já estivesse em pleno andamento.

As ações da ALN, no final dos anos 60, geraram uma ofensiva do aparato repressivo estatal, que desencadeou uma intensa repressão contra seus militantes no centro do país. Conforme Cláudio Gutiérrez, a saída encontrada por Carlos Marighella foi retirar os militantes mais visados para o Uruguai, estruturando o denominado “esquema de fronteira”. Para realizar essa travessia, Marighella recebeu apoio de frades dominicanos em São Paulo e no Rio Grande do Sul, onde o esquema foi coordenado por Carlos Alberto Libânio Cristo, mais conhecido por Frei Betto, quem estava fixado, nesse momento, no seminário Cristo Rei de São Leopoldo. Gutiérrez manteve eventuais contatos com Frei Betto, auxiliando na travessia de militantes da ALN em direção ao país vizinho. Contudo, depois que essa estrutura foi descoberta, os envolvidos no “esquema de fronteira” começaram a ser perseguidos por agentes do DOPS/RS, os quais conseguiram deter Frei Betto. Diante desse quadro, Gutiérrez foi obrigado a atravessar a fronteira e se estabelecer em Montevideú¹⁵⁸.

Vale destacar que Carlos Marighella, assim como Carlos Lamarca, foram os principais líderes da esquerda armada brasileira no período. As ações ousadas e as demonstrações de coragem, ao mesmo tempo em que trouxeram reconhecimento e admiração dos companheiros de esquerda, atraíram a atenção dos órgãos de segurança, que os perseguiram de forma implacável. Marighella acabou assassinado em 04 de novembro de 1969, em São Paulo, numa armadilha montada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury¹⁵⁹, que envolveu como iscas os

¹⁵⁸ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

¹⁵⁹ “Sérgio Fernando Paranhos Fleury atuou como delegado do DOPS durante a ditadura militar, mais precisamente a partir de 1968. É considerado um dos repressores mais notáveis do período [...]. Fleury é acusado de chefiar os esquadrões da morte que atuavam na periferia de São Paulo, nas décadas de 1960 e 1970. E de ter levado o mesmo modus operandi ao combate a grupos guerrilheiros”. In: FLEURY, Sérgio Paranhos.

frades dominicanos que apoiavam o guerrilheiro. Sua morte aconteceu no meio urbano, onde ele julgava que deveria começar a revolução no Brasil. Já Lamarca foi assassinado em Pintada, Bahia, em 17 de setembro de 1971, quando percorria a região tentando organizar a guerrilha rural, que avaliava como o meio propício para o desencadeamento da luta armada no país. Marighella e Lamarca são apenas duas trajetórias de vida marcadas pela luta política e interrompidas pela brutalidade com que agia o aparato estatal brasileiro no período.

A violência estatal, contudo, também atingiu outros militantes, como Edmur Camargo, sequestrado pelos órgãos de segurança brasileiros na Argentina, em 1971. Camargo, de forma semelhante à Marighella, iniciou sua trajetória política no PCB, abandonando o partido na segunda metade da década de 1960, para ingressar na ALN. Posteriormente, em razão de divergências políticas Camargo se afastou dessa organização para fundar o M3G, grupo que teve atuação restrita à região da Grande Porto Alegre, de 1969 a 1970. O M3G foi responsável por algumas expropriações de agências bancárias, realizadas, na maioria dos casos, em conjunto com ativistas da VAR-Palmares. Paulo Franck foi outro militante a integrar o M3G, participando das atividades praticadas pelo grupo no estado¹⁶⁰.

As ações do M3G e de outras organizações de luta armada no Rio Grande do Sul foram menos expressivas daquelas realizadas em São Paulo e Rio de Janeiro. Tal fato não impediu que os órgãos de segurança agissem para eliminá-las, como demonstrou o informe do DEOPS/SP que relatou as atividades da VPR no espaço sul-riograndense. Conforme o documento, a organização teria se unido ao M3G, a VAR-Palmares, o POC e a União Operária, para desempenhar ações armadas em âmbito estadual, lideradas por dois “perigosos subversivos”: Edmur Camargo e Carlos de Araújo¹⁶¹. As informações do documento são semelhantes às prestadas por depoimentos de militantes que apontaram Araújo e Edmur como os líderes, respectivamente, da VAR-Palmares e do M3G no estado.

Com base nesses dados conclui-se que as organizações de luta armada nas quais os brasileiros militaram antes de partirem para o exílio no Chile, em 1970 e 1971, tiveram como matrizes as esquerdas comunista, nacionalista, polopista e trotskista. Esses são os casos do PCdoB, da ALN e do M3G, que surgiram a partir do questionamento das diretrizes do PCB;

Biografias da ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/delegado-fleury/>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

¹⁶⁰ Projeto Brasil: Nunca Mais. BNM_066(11). Edmur Péricles Camargo. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=Edmur%20P%C3%A9ricles%20Camargo>. Acesso em: 23 abr. 2018.

¹⁶¹ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social de Santos/Prontuários/VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR). Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P000499_01.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

por seu turno, a FLN se articulou a partir de setores nacionalistas vinculados a Leonel Brizola; finalmente, o POC, a VPR e a VAR-Palmares se estruturaram de uma combinação entre os setores nacionalistas, polopistas e trotskistas. A opção dessas organizações pela luta armada, no entanto, refletia um contexto mais amplo, marcado a nível mundial pela Guerra Fria e a nível latino-americano, pela Revolução Cubana, que foi a referência para os movimentos que lutavam por reformas e mudanças estruturais na região.

É desta perspectiva que, para Padrós, “a Revolução Cubana gerou, sem dúvida, uma expectativa de futuro diferente daquele das gerações anteriores, ou seja, um futuro possível de ser construído com voluntarismo e ação política, com participação, mobilização e organização”¹⁶². Em outros termos, o movimento cubano abriu novas perspectivas para a esquerda latino-americana ao apresentar um modelo de socialismo diferente daquele proposto pela União Soviética e pela China, mais adaptado aos problemas regionais, entre os quais se encontravam a desigualdade social, as condições precárias de trabalho, os projetos educacionais deficientes e a falta de um sistema adequado de saúde. Tal panorama impedia o acesso de grande parte da população a gêneros alimentícios, vestuário, moradia, saúde e educação, o que provocava um sentimento de impotência e baixa autoestima nestes setores.

Diante dessa conjuntura, movimentos formados por dirigentes sindicais, trabalhadores do campo e da cidade, padres, intelectuais, artistas e militantes estudantis, assumiram suas preocupações com a desigualdade social vigente nos países da região. A partir dessa tomada de consciência, tais setores passaram a se mobilizar e lutar pela implantação de projetos de caráter reformista ou revolucionário, capazes de modificar a situação de miséria e vulnerabilidade social na qual vivia a maior parte da população local.

No Brasil, a experiência cubana exerceu influência marcante em várias organizações. No caso da VPR, segundo Bona Garcia, a opção pela luta armada não surgiu do contexto brasileiro, mas do latino-americano, influenciado principalmente pela Revolução Cubana, a partir da já referida participação de Carlos Marighella na OLAS. Sobre a posição adotada pela VPR, Bona Garcia aponta que acreditava-se na transformação do sistema capitalista de forma imediata: “achávamos que não era necessário esperar [...]. O povo, não tendo nada a perder, porque explorado, sem liberdade, na miséria, iria participar desse processo armado até derrubar o governo”¹⁶³.

A Revolução Chinesa, por sua parte, inspirou o referencial teórico e a prática política

¹⁶² PADRÓS, Enrique. Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor. In: PADRÓS, Enrique. et al. *Op. cit.*, p. 51.

¹⁶³ BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Op. cit.*, p. 31.

do PCdoB e, a partir do ano de 1966, da AP. Ambas as organizações passaram a priorizar o desencadeamento da revolução no meio rural e não no urbano (como era a prática adotada pela maioria das organizações armadas brasileiras no período). Além disso, as duas organizações defendiam que a luta deveria ser estruturada a partir das massas e não de um grupo de vanguarda, o que implicava a realização de um trabalho de conscientização política junto aos setores populares, que deveria ser desenvolvido em conjunto com o movimento estudantil, operário e camponês. A partir dessa compreensão, parte dos quadros da AP transferiu-se para o PCdoB. Raul Carrion foi um dos militantes que participou deste processo, tornando-se a partir de 1969, secretário do PCdoB no Rio Grande do Sul¹⁶⁴.

A partir dessas considerações a respeito da formação das organizações que faziam oposição à ditadura, conclui-se que a maioria dos brasileiros exilados no Chile compartilhavam, entre outras características, a opção pela luta armada. Porque as organizações nas quais militavam, embora guardando especificidades entre si, surgiram num contexto de negação das propostas pacifistas do PCB e do alinhamento a outras formulações teóricas. Tais diferenças, porém, não eram levadas em consideração pela ditadura que, baseada na DSN, interpretava essas atividades como novas táticas do comunismo soviético para a conquista do Brasil e do mundo ocidental.

Organizações como a AP, o movimento estudantil e o POC, posicionadas a favor de outras formas de luta contra à ditadura que não a armada, tornaram-se, também, alvos da repressão estatal, pois o combate ao subversivo permitia que militantes envolvidos com trabalhos de conscientização política e/ou em greves e manifestações, fossem denunciados pela adoção de práticas que, para a DSN, representavam um perigo à ordem e a segurança nacional. Ou seja, a ditadura enquadrou no conceito de inimigo interno também sujeitos sem histórico de participação em atividades políticas armadas.

O perfil desse inimigo interno se modificou ao longo do processo, gerando diferentes ciclos repressivos. Na interpretação de Alves, a ditadura brasileira alternou, entre 1964 e 1985, períodos de repressão e liberalização. Tal dinâmica ocorreu porque a cada fase novos atores políticos se incorporavam aos setores de oposição e o Estado era obrigado a adequar seus mecanismos de controle para restabelecer a ordem do sistema. Desse modo, a ditadura foi gradativamente institucionalizando a repressão até o decreto do AI-5, que aboliu o *habeas corpus* para crimes políticos, fornecendo o respaldo que o aparato estatal necessitava para agir deliberadamente contra indivíduos supostamente vinculados a ações “subversivas”, atingindo organizações de esquerda, armadas e não armadas, e também parte da população não

¹⁶⁴ CARRION, Raul. *Dep. cit.*

envolvida diretamente em atividades políticas¹⁶⁵.

Em perspectiva semelhante, Padrós enfatiza que o AI-5 permitiu a instauração do Terrorismo de Estado (TDE) no Brasil, ao conceder os subsídios institucionais que os órgãos de segurança precisavam para fazer uso da força de forma indiscriminada, com o objetivo de acabar com as ações de todos os sujeitos que se enquadravam no conceito de inimigo interno¹⁶⁶. Ou seja, a montagem do aparato repressivo estatal, que teve início com a fundação do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1964, ganhou novos contornos a partir do final de 1968, tornando-se mais estruturado. Nesse sentido, destaca-se a criação da Operação Bandeirante (OBAN), em São Paulo, no ano de 1969, que integrou as operações da polícia e das Forças Armadas com o objetivo de acabar com as ações da luta armada no meio urbano. Tais serviços de segurança receberam aval da ditadura para monitorar, perseguir, prender, torturar, desaparecer, assassinar ou obrigar, direta ou indiretamente, opositores políticos a partirem em direção ao exílio. Era o TDE em ação.

Por fim, é pertinente pontuar que o aumento da violência estatal no Brasil, com destaque para o uso da tortura, atingiu a maior parte dos integrantes da luta armada; esses, posteriormente, compuseram a comunidade de exilados no Chile. Esses militantes foram presos e torturados principalmente nas dependências de dois órgãos de segurança brasileiros; no Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, sede da OBAN em São Paulo, e no DOPS/RS.

1.4 AS ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS DE LUTA ARMADA E O TERRORISMO DE ESTADO (TDE)

O emprego sistemático de violência pela ditadura de SN brasileira marcou o início de um novo tipo de dominação política exercida pelo Estado sobre a população, o TDE. Cabe destacar que, o surgimento desse modelo de controle estava diretamente vinculado a disseminação da DSN no Cone Sul, pois suas diretrizes proporcionaram a base de sustentação ideológica que as ditaduras do Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e Argentina necessitavam para intensificar o controle coercitivo além dos limites estabelecidos por lei, contra seus cidadãos. Dessa forma, a doutrina garantiu a eficiência desse sistema político, ao fornecer os preceitos

¹⁶⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. cit.*, p. 136.

¹⁶⁶ PADRÓS; Enrique; FERNANDES, Ananda Simões. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os "anos de chumbo" no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique. et al. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. V. 2. Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo". Porto Alegre: CORAG, 2009, p. 41.

que viabilizaram o uso racional da força no combate ao inimigo interno. A DSN tornou-se, em última análise, norteadora das ações desse Estado terrorista.

Reyna e Reyes, em pesquisa sobre o tema, afirmaram que o TDE constituiu o ponto mais perceptível da DSN, que desconheceu os direitos fundamentais do indivíduo, como a vida e a liberdade, ao torturar e assassinar as pessoas com a justificativa de que se tratava de uma guerra contra a subversão. O sistema ilegítimo, criado em nome da “segurança nacional”, permitiu que os agentes dos órgãos de segurança atuassem de forma encoberta, realizando invasões de domicílios, prisões e sequestros à noite, ocasião na qual violavam as leis que durante o dia garantiam, figurativamente, defender. Para esses juristas, a ação dos agentes estatais foi abominável porque eles utilizaram a estrutura do Estado, não apenas para violar os direitos humanos, como também para se proteger, garantindo que não haveria nenhuma punição para os seus atos. Em síntese, o TDE se caracterizou por ser um sistema secreto e clandestino, que garantiu aos envolvidos em tais práticas, imunidade para os crimes supostamente cometidos em nome da “segurança nacional”¹⁶⁷.

Com um ponto de vista semelhante, Bonasso, expôs uma das características do TDE: o caráter contraditório de um Estado, que utilizou métodos terroristas de forma regular, para manter a dominação social, ao mesmo tempo em que, negou estas ações, temendo ser responsabilizado por violações aos direitos humanos em âmbito internacional. Além disso, o TDE se definiu por sua origem conservadora, que o tornou um representante dos interesses das classes dominantes, historicamente contrários aos dos setores pobres e marginalizados da população. Portanto:

Se habla de “terrorismo de Estado” para distinguirlo del “terrorismo” a secas [...]. Pero también se usa esta denominación para demarcar un modelo estatal contemporáneo que se ve obligado a transgredir los marcos ideológicos y políticos de la represión “legal” (la consentida por el marco jurídico tradicional) y debe apelar a “métodos no convencionales, a la vez extensivos e intensivos, para aniquilar la oposición política y la protesta social, sea esta armada o desarmada”¹⁶⁸.

Garzón Valdés, ao analisar o TDE salientou que um sistema político pode utilizar as premissas do positivismo e de um ponto de vista interno para alegar sua legitimação, mas isso não significa que possui legitimidade moral e ética para ser implantado. Na tentativa de resolver essa contradição, os grupos dominantes, maiores interessados no estabelecimento dos regimes de SN, devem dispor de poder suficiente para impor sua regra de reconhecimento aos demais setores sociais. Partindo dessas premissas, o jurista caracterizou o TDE pela crença na existência de uma guerra vertical, pela indefinição dos atos puníveis, pela utilização de

¹⁶⁷ REYNA, Álvaro; REYES, José. *Op. cit.*, p. 108.

¹⁶⁸ BONASSO, Miguel. *Op. cit.*, p. 10.

métodos clandestinos e pela aplicação de violência contra vítimas inocentes, como forma de irradiar o medo que paralisa, originando o seguinte conceito:

El terrorismo de Estado es un sistema político cuya regla de reconocimiento permite y/o impone la aplicación clandestina, impredecible y difusa, también a personas manifestamente inocentes, de medidas coactivas prohibidas por el ordenamiento jurídico proclamado, obstaculiza o anula la actividad judicial y convierte el gobierno en agente activo de la lucha por el poder¹⁶⁹.

Seguindo a lógica da luta de classes, Schulz afirmou que, o TDE surgiu a partir das próprias relações de produção e apropriação de uma classe social sobre a outra, nas quais o Estado garantiu que uma minoria dominante tivesse acesso à riqueza social produzida pela maioria. Para o sociólogo, tal apropriação foi exercida de forma indireta (exploração econômica) ou direta (violência), pois a repressão estatal ocorreu em três níveis estruturais:

En primer lugar, a través de la estructura socio-económica, es decir, mediante las relaciones sociales y económicas imperantes. A esta forma de violencia estructural o sistémica la llamaríamos opresión. La muerte diaria de decenas de miles de niños por desnutrición en los países capitalistas del Tercer Mundo, el analfabetismo, el desempleo, la falta de seguridad social, de vivienda adecuada, la violencia machista contra las mujeres, la discriminación racista de minorías étnicas y sociales [...]. El segundo nivel de ejecución de la represión sistémica en una sociedad es la represión “ordinaria” del Estado, es decir, la actividad represiva que se requiere para cumplir con determinadas funciones públicas, tanto de carácter clasista como de interés general, y que se ejecutan conforme el derecho nacional e internacional. El tercer nivel de la represión estructural es la violencia que perpetra el Estado en violación de las normas del derecho nacional e internacional¹⁷⁰.

A partir desse panorama o TDE foi caracterizado, fundamentalmente, pela formação de um aparato repressivo clandestino, que aplicou uma violência sem limites contra todos os sujeitos considerados, a partir das premissas da DSN, perigosos à manutenção do sistema de dominação vigente. No caso das ditaduras de SN do Cone Sul, os métodos utilizados para atingir essa finalidade, ou seja, desmobilizar os setores de oposição, impedindo que projetos de caráter reformista ou revolucionário fossem colocados em prática nos países locais, foram os mais variados. De acordo com Padrós, estes incluíam “sequestro, detenção ilegal, tortura e desaparecimento definitivo” de opositores políticos¹⁷¹. Nesse contexto, é importante destacar que cada país se especializou na utilização de um desses métodos repressivos para combater seus inimigos internos: o Uruguai se destacou no uso massivo da prisão prolongada, o Chile do exílio, a Argentina do desaparecimento e o Brasil da tortura.

Como exemplo da aplicação de tortura no Brasil, cita-se o caso de Raul Carrion, militante do PCdoB, que começou a ser perseguido pelos órgãos de segurança em 1970, devido às ações políticas que desempenhava como secretário dessa organização no Rio

¹⁶⁹ GARZÓN VALDÉS, Ernesto. *Op. cit.*, p. 39.

¹⁷⁰ SCHULZ, William. *Op. cit.*, p. 28.

¹⁷¹ PADRÓS, Enrique. *Op. cit.*, p. 28.

Grande do Sul. No início do ano seguinte, o militante foi detido e encaminhado à delegacia do DOPS/RS, em Porto Alegre, onde permaneceu preso até ser transferido para o DOI-CODI, em São Paulo. Nesses dois espaços, Carrion foi submetido à tortura, pois os interrogadores queriam ter acesso aos nomes dos demais integrantes do PCdoB no estado¹⁷². Carrion, após permanecer dois meses na prisão, sendo frequentemente sujeitado a sessões de tortura, foi libertado, porque os órgãos de segurança não conseguiram reunir provas que comprovassem seu envolvimento em práticas políticas “subversivas”.

Constatou-se que embora o militante Raul Carrion tenha declarado em seu depoimento que foi torturado no DOPS/RS e no DOI-CODI/SP, na ficha em seu nome produzida pelo DEOPS/SP, consta apenas o período no qual esteve preso no segundo órgão de segurança, compreendido entre junho e julho de 1971. Ou seja, o documento não detalhou as condições em que teria ocorrido a prisão de Carrion, nem sobre os interrogatórios e as torturas as quais foi submetido no Rio Grande do Sul e em São Paulo¹⁷³. Esse fato demonstrou que muitas informações retiradas dos presos políticos na prisão, não eram compartilhadas com todos os órgãos de segurança que integravam o sistema repressivo estatal.

Na tentativa de obter mais dados a respeito da trajetória política de Raul Carrion, buscou-se um terceiro grupo de fontes, reunidas nos chamados “arquivos sobre a repressão”, estruturados por organizações e/ou movimentos de defesa dos direitos humanos. Nos arquivos do Projeto Brasil: Nunca Mais se encontra o processo BNM_653(37) que, entre outros militantes do Rio Grande do Sul, indica que Raul Carrion foi perseguido por envolvimento em atividades nocivas à estabilidade e à segurança do país. O desempenho dessas ações seria comprovado por documentos que, no decorrer da investigação, foram anexados ao processo, entre os quais fichas com dados pessoais do militante, cópia dos interrogatórios aos quais foi submetido nas dependências dos órgãos de segurança e de jornais, informativos e panfletos do PCdoB, que estavam em sua posse no momento da prisão¹⁷⁴. Tais documentos e as radiografias que o militante tirou depois de libertado, comprovaram a aplicação de tortura e incluíram Carrion entre as vítimas dessa prática, listadas pelo projeto¹⁷⁵.

¹⁷² CARRION, Raul. *Dep. cit.*

¹⁷³ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/RAUL KROEFF MACHADO CARRION. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXS_NC001778.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2018.

¹⁷⁴ Projeto Brasil: Nunca Mais. BNM_653(37). Raul Carrion. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&pesq=Raul+Carrion>. Acesso em: 25 abr. 2018.

¹⁷⁵ Projeto Brasil: Nunca Mais. Tomo V – V. 3 – As torturas. Raul Carrion. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&pesq=Raul+Carrion>. Acesso em: 25 abr. 2018.

Evidencia-se que esses dois órgãos de segurança (DOPS/RS e DOI-CODI) integraram o braço armado do Estado terrorista, empregando a tortura de forma regular nos interrogatórios de presos políticos realizados em suas dependências. Langguth ressalta que a tortura não era uma prática nova no país, pois o método havia sido utilizado pela polícia durante a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945). Porém, as técnicas eram tão brutais que, na maioria dos casos, o sujeito morria antes de fornecer os dados de interesse dos torturadores. Tal situação se modificou nos anos 60, quando os Estados Unidos, seguindo as orientações da DSN, enviou agentes, como o policial Dan Mitrione para o país, com a missão de treinar a polícia local em técnicas mais “racionais” e “eficientes” de tortura¹⁷⁶.

Nessa perspectiva, o objetivo da ditadura era obter informação aplicando suplícios ao preso sem conduzi-lo à morte. De acordo com Bona Garcia, o DOPS/RS passou a utilizar essas táticas mais “sofisticadas” de tortura em abril de 1970, depois que os militantes da VPR, envolvidos em ações políticas no Rio Grande do Sul, tentaram efetuar o sequestro do cônsul estadunidense Curtis Carly Cutter, em Porto Alegre. Após esse episódio, dois policiais especializados em “interrogatórios” foram transferidos para o estado¹⁷⁷. Cláudio Gutierrez, em seu livro de memórias, confirmou a chegada à capital gaúcha de dois agentes – de codinomes “Malhães”¹⁷⁸ e “Cabral” –, considerados pelo aparato repressivo como os maiores especialistas do Rio de Janeiro e São Paulo, na utilização de novos instrumentos e métodos de tortura, com a tarefa de treinar policiais e militares locais em tais práticas¹⁷⁹.

A respeito dessa aplicação mais planejada do uso da tortura, tem-se o exemplo da violência aplicada a Bona Garcia. Embora na ficha do DEOPS/SP¹⁸⁰ não conste que o militante tenha sido torturado, foi atestado no processo BNM_094(11), do Projeto Brasil: Nunca Mais¹⁸¹ e em suas memórias, que foi vítima dessa prática. Em abril de 1970, após a tentativa de sequestro do cônsul Curtis Carly Cutter, dos Estados Unidos, em Porto Alegre, Bona foi detido e levado ao DOPS/RS, onde sofreu agressões físicas e psicológicas,

¹⁷⁶ LANGGUTH, A. *A face oculta do terror*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978, p. 134.

¹⁷⁷ BONA GARCIA, João Carlos. *Dep. cit.*

¹⁷⁸ “Corresponde a Paulo Malhães, o mesmo que foi morto na sua chácara, no Rio de Janeiro, após prestar um depoimento à CNV, em março de 2014, no qual revelou detalhes sobre o funcionamento da Casa da Morte, em Petropolis (RJ) e o desaparecimento do ex-deputado federal Rubens Beyrodt Paiva”. In: Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1, p. 62. Disponível em:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2019.

¹⁷⁹ GUTIÉRREZ, Cláudio. *A guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

¹⁸⁰ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/JOÃO CARLOS BONA GARCIA. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFICON_SJ000609.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

¹⁸¹ Projeto Brasil: Nunca Mais. BNM_094(11). João Carlos Bona Garcia. Disponível em:

<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=Bona+Garcia>. Acesso em: 30 abr. 2018.

intercaladas com choques elétricos. O objetivo dessa tortura, aplicada pelo delegado Pedro Seelig, com o apoio do policial Nilo Havelha e do major Átila Rohrsetzer, na avaliação do próprio Bona, era arrasar, física e moralmente, o torturado:

Ora fazendo namorados se torturarem reciprocamente; ora torturando todo um dia, dando depois calmantes para a pessoa dormir, mas não deixando dormir. Em tensão constante, a pessoa começa a perder a noção do dia, da noite, começa a perder a consciência, que é o que mais mantém sua estrutura. Tentavam tirar o equilíbrio que a pessoa tem. Muitos, quando voltavam para a cela depois da tortura, naquele estado lastimável caíam em sono, começavam a sonhar e no sonho faziam as revelações que o torturador não arrancava deles quando em estado de consciência¹⁸².

Uma das avaliações sobre os efeitos dessas práticas é do psicanalista Marcelo Viñar, vítima de tortura no período em que vigorou a ditadura de SN no Uruguai. Para Viñar, tal prática se baseou em três fases sucessivas: a primeira consistiu em sensibilizar o sujeito, afetando seus valores e convicções, nomeada de “demolição”; a segunda estava centrada na desorganização do sujeito e da relação que este mantinha com o mundo; e a terceira visava submeter o sujeito à “situação limite”, uma experiência destruidora, de abandono, que definiu a atitude que o torturado tomou a seguir, de resistência ou de submissão ao torturador¹⁸³. A respeito dessa experiência, o militante Paulo Franck, do M3G, narrou o seguinte:

Fui preso às 11.15 horas da manhã de 05 de abril de 1970 em um posto de gasolina no centro de Porto Alegre. No trajeto para o DOPS, fui já espancado no interior da viatura policial, socos, tapas. No interior da Secretaria de Segurança, fui levado a uma sala no primeiro andar, onde fui interrogado por um delegado, negando mesmo admitir meu nome. Fui severamente espancado por um grupo de cerca de oito policiais: bofetadas, pontapés, telefonassos, etc. Não sei por quanto tempo me torturaram, pois paravam e recomeçavam [...]. Difícil relatar meu estado físico e psicológico depois de tanta tortura: torna-se difícil mesmo articular palavras. E ininterruptos eram os espancamentos [...]. Tinha certeza que ia morrer. Levaram-me outra vez ao DOPS onde continuaram as torturas, quando não torturado, obrigado a assistir a tortura de companheiros e companheiras¹⁸⁴.

Chama a atenção a frase em que Paulo Franck afirmou ter dificuldades em encontrar palavras para expressar a dor física e psicológica sentida durante a aplicação da tortura. Ou seja, a memória desses eventos, pelo seu teor negativo, não pode ser traduzida em signos, considerados insuficientes pelo militante para representar a perda da noção de tempo e espaço, do abandono do próprio corpo, da ruptura com os referenciais humanos que serviam de paradigmas para as suas condutas pessoais e políticas, sintetizados na frase “tinha certeza que ia morrer”. Nesse sentido, ao ler o depoimento de um torturado, deve-se considerar que o mesmo não está ali para recriar um fato histórico em toda a sua dimensão, pois esse não é o seu compromisso, mas sim o de relembrar eventos que, na maioria das situações, a sociedade

¹⁸² BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Op. cit.*, p. 54.

¹⁸³ VIÑAR, Maren e Marcelo. *Op. cit.*, p. 111.

¹⁸⁴ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul/Acervo Comissão Especial de Indenização/PAULO ROBERTO TELLES FRANCK. 30 de março de 1998.

ia preferir esquecer, utilizando a palavra como forma de formular um entendimento sobre o que aconteceu naquele período em específico, mesmo que essa enfrente lacunas, reminiscências confusas ou imprecisões reconhecidas.

Primo Levi, na obra “*É isto um homem?*”, ao refletir sobre a experiência traumática que vivenciou no momento em que, afastado do convívio familiar e social, foi submetido a privações, trabalhos forçados e maus tratos no campo de concentração nazista de Auschwitz, ponderou que o objetivo com a sua fala não era acrescentar “detalhes atrozés” à literatura escrita sobre os campos de extermínio, mas chamar a atenção para o que ocorreu em momentos da história no qual uma determinada concepção de mundo, nesse caso a superioridade racial defendida pelos nazistas, foi levada às suas últimas consequências por um determinado grupo de pessoas. Portanto, o livro não foi o resultado de uma interpretação ou análise crítica daquele momento histórico, mas da necessidade sentida pelo autor de “contar aos outros, tornar os outros participantes” de experiências que, pelo seu caráter doloroso, são inimagináveis do ponto de vista de seres humanos que dela não tomaram parte¹⁸⁵.

A vontade de compartilhar uma experiência tão penosa, vivenciada por Primo Levi, mas também por Paulo Frank e outros brasileiros torturados no período ditatorial, representou uma tentativa de superar, de alguma forma, a sensação de fracasso, dúvida e ruptura que a mesma gerou nesses sujeitos, na medida em que esses eventos contrariaram o que existe de racional e lógico no ser humano. A desestabilização do sujeito, gerada por essas e outras situações extremas, nas quais se inclui também o exílio, é o que as torna tão atraentes para o Estado terrorista, cujo objetivo não é apenas derrotar, mas destruir o inimigo – o “judeu” ou o “comunista” – de forma que ele não volte a se organizar para contestar o poder instituído. Essas práticas tornam-se ainda mais eficientes quando seus efeitos são disseminados socialmente, pois atuam como forma de evitar novas adesões políticas.

Pode-se afirmar que os efeitos da aplicação sistemática da tortura contra presos políticos no Rio Grande do Sul, após a chegada dos agentes especializados nessas práticas Malhães e Cabral, não tardaram a aparecer. Três dias após a tentativa de sequestro do cônsul estadunidense em Porto Alegre, o jornal Zero Hora publicou uma matéria informando que a polícia estava perseguindo militantes da VPR, VAR-Palmares, M3G, POC e União Operária, em atividade no estado¹⁸⁶. Posteriormente, a Folha de São Paulo noticiou a prisão do líder do

¹⁸⁵ LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988, p. 05.

¹⁸⁶ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Prontuários/VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR). Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P000499_01.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

M3G, Edmur Camargo, por seu envolvimento em expropriações, sinalizando a desarticulação dessa importante célula do movimento subversivo na capital gaúcha. A polícia também informou que havia localizado Gustavo Schiller, responsável por guardar a lista com os nomes dos doze militantes políticos que deveriam ser trocados pelo cônsul, caso o sequestro tivesse alcançado êxito¹⁸⁷. Tais informações foram obtidas por meio das sessões de tortura a que foram submetidos todos os militantes da luta armada encaminhados para as dependências do DOPS/RS, no começo da década de 1970.

Por essa razão, em abril de 1970, uma circular enviada da Secretária de Segurança Pública às delegacias do interior do Rio Grande do Sul autorizava os policiais a invadirem residências e efetuarem a prisão de qualquer pessoa suspeita de integrar a rede subversiva que planejou a ação contra o cônsul estadunidense em Porto Alegre¹⁸⁸. Em maio, um informe produzido na SOPS/CS, tratou da descoberta de uma área de treinamento da VPR na região do Alto Uruguai¹⁸⁹. Em junho, o órgão de segurança divulgou um relatório avaliando a situação da esquerda armada no estado. Nesse, havia uma relação dos nomes dos militantes libertados depois de prestarem depoimento à polícia, os que foram presos e, posteriormente, transferidos para São Paulo e Guanabara¹⁹⁰, os presos pela segunda vez e os foragidos¹⁹¹. Tais documentos demonstram a eficácia das novas técnicas de tortura que passaram a ser empregadas, pois dois meses após a tentativa de sequestro do cônsul estadunidense, as organizações armadas estavam praticamente desarticuladas no estado.

Na avaliação de Padrós, a tortura já era uma prática conhecida e utilizada pelos aparatos repressivos estatais em atividade nos países do Cone Sul. Nos anos de 1960 e 1970, no entanto, o método passou a ser utilizado de forma mais “criativa”, apoiado em “avanços tecnológicos”, que permitiram aperfeiçoar as táticas de produção da dor. Diante desse cenário, o mais importante foi reconhecer o uso massivo e indiscriminado desse método e também a existência da complexa rede de transmissão de novas técnicas e de formação de novos

¹⁸⁷ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Prontuários/VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR). Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P000499_01.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

¹⁸⁸ Ex-Acervo de luta contra a Ditadura/Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Secretaria da Segurança Pública/Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS/CS 1.-.71.1.1. Radiograma. 08 de abril de 1970.

¹⁸⁹ Ex-Acervo de luta contra a Ditadura/Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Secretaria da Segurança Pública/Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS/CS 3.-.4402.53.15. Apreensão de armas. 06 de maio de 1970.

¹⁹⁰ O estado da Guanabara existiu de 1960 a 1975, quando foi incorporado ao Rio de Janeiro.

¹⁹¹ Ex-Acervo de luta contra a Ditadura/Arquivo Histórico do Sul/Secretaria da Segurança Pública/Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS/CS 1.2.1417.18.5. Subversão no RGS. 18 de junho de 1970.

especialistas, que ultrapassou as fronteiras desses países. Esse sistema recebeu o apoio de agências norte-americanas e de missões francesas, as quais introduziram no Brasil novidades da contra insurgências experimentadas na Argélia e no Vietnã¹⁹².

A aplicação sistemática da tortura tem o objetivo de provocar uma ruptura entre o corpo e a mente do sujeito, através da imposição de uma dor que este não é capaz de suportar. O método, além da desestabilização física e psicológica, possui um propósito didático, pois visa promover a desmoralização do militante diante de seus iguais. A repressão, ao expor as marcas das torturas, acreditava estar comprovando a “fraqueza” das convicções político-ideológicas do ativista frente ao coletivo do qual ele fazia parte – percepção revelada por vários militantes, quando descrevem as condições dos torturados expostos nos centros de detenção. Além disso, a aplicação ou a ameaça da aplicação do método em familiares e amigos tinha finalidade semelhante, pois também projetavam no sujeito sentimentos de impotência e fragilidade frente ao poder dos “operários da violência”¹⁹³. As declarações de Jorge Fischer, torturado no DOPS/RS, em abril de 1970, ilustram a dimensão dessa prática:

Ali, no saguão os homens ficavam aguardando a sua vez de partir para a tortura, como bois no matadouro, ouvindo os gemidos dos companheiros que iam sendo massacrados. No salão mais em cima ficava a “coréia”. Para lá eram remetidos os que haviam passado pelo pior. Dois brigadianos carregavam o molambo e jogavam-no na “coréia” como estivadores que jogam um saco de batatas. E ali a gente ficava cozinhando a dor, ruminando o medo, aguardando a próxima vez de ser torturado¹⁹⁴.

A tortura se configurou assim, como cimento na base das estratégias de violência das ditaduras de SN. Em primeiro lugar, por se tratar de uma prática clandestina, proporcionava aos torturadores a certeza da impunidade. Em segundo, impunha a desmoralização aos líderes oposicionistas. Em terceiro, constituía um método eficiente de propagação do terror e do medo na população. Soma-se a isso a dificuldade que as vítimas enfrentavam para denunciar os abusos sofridos, fator que contribuiu na perpetuação dessas injustiças. Nos casos das ditaduras do Cone Sul, a situação tornava-se mais grave, ainda, porque a tortura era aplicada por agentes estatais que, ao invés de garantir proteção contra a violência, utilizavam desta para atingir os cidadãos, protegidos pela imunidade garantida pelo próprio Estado.

Para exemplificar essa situação tem-se o caso de Ubiratan de Souza, torturado no DOI-CODI, em São Paulo. O militante foi preso por agentes desse órgão de segurança, em 12 de

¹⁹² PADRÓS, Enrique. *Op. cit.*, p. 110.

¹⁹³ Segundo a expressão de Martha Huggins, Mika Haritos-Fatouros e Philip Zimbardo na obra *Operários da Violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

¹⁹⁴ FISCHER, Jorge. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982, p. 62.

outubro de 1970 e, mais tarde, encaminhado ao Presídio Tiradentes¹⁹⁵. O processo BNM_681(32) do Projeto Brasil: Nunca Mais, fornece a transcrição do “interrogatório” realizado nas dependências do DOI-CODI. O objetivo dessa prática era extrair dados a respeito das ações do militante a serviço da VPR na cidade de São Paulo¹⁹⁶. As informações presentes nesse documento foram confirmadas pelo próprio Ubiratan, em depoimento:

Fui preso em outubro de 1970 em uma rua durante uma batida da Operação Bandeirante (OBAN) e levado ao DOI-CODI. Tinha uma delegacia de polícia na fachada e atrás era o DOI-CODI, com celas que ficavam no pátio e um sobradinho onde éramos torturados. Sofri tortura com pau-de-arara (onde te botavam de cabeça para baixo pendurado em uma barra de ferro em um cavalete com as mãos e os pés amarrados) e choque elétrico. Tiravam-me do pau-de-arara e me colocavam direto na cadeira do dragão (era uma cadeira de metal onde a pessoa ficava sentada e amarrada sem roupa, e com um fio elétrico davam choque). Também tinha palmatória nas mãos e nas pernas. Nos dois primeiros dias de prisão não "baixei" para a cela, fiquei somente sendo torturado. E eles iam até a madrugada. Somente paravam de torturar quando cansavam. Depois, quando me colocaram na cela, uma vez por dia ainda me levavam para a tortura. Eu estava como desaparecido¹⁹⁷.

Em síntese, a tortura foi um instrumento muito eficiente no sentido de provocar a desestruturação do sujeito, afetando a relação que esse mantinha não só com seus companheiros de militância política, familiares, amigos e colegas de trabalho, mas também com a comunidade e a própria ideologia que o motivou a se tornar um ativista, aderindo a organizações de luta armada. Em última instância, pode-se afirmar que a aplicação da tortura gera rupturas e, em muitas situações, perda dos referenciais identitários, políticos e sociais, desse sujeito. O seu efeito mais notável, no entanto, foi a capacidade que o método foi adquirindo, na medida em que seu uso se tornava mais “racional”, de atingir outros cidadãos que, em muitos casos, deixaram de desenvolver suas atividades políticas, porque temiam se tornar as próximas vítimas da violência estatal.

Diante desse quadro, houve brasileiros como Raul Carrion, Bona Garcia, Ubiratan de Souza e Paulo Franck que foram para o exílio no Chile após terem sido presos e torturados no Brasil; mas houve também outros que deixaram o país por temor de vir a sofrer essa modalidade de violência, casos de Carlos de Oliveira¹⁹⁸, Maeth Boff¹⁹⁹ e Raul Ellwanger²⁰⁰,

¹⁹⁵ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/UBIRATAN DE SOUZA. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXS_NS008434.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

¹⁹⁶ Projeto Brasil: Nunca Mais. BNM_681(32). Ubiratan de Souza. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&pesq=ubiratan%20de%20souza>. Acesso em: 30 abr. 2018.

¹⁹⁷ SOUZA, Ubiratan de. O povo deve contar sua própria história. Depoimento. In: PADRÓS, Enrique. et al. V. 3. *Op. cit.*, p. 86.

¹⁹⁸ OLIVEIRA, Carlos de. *Dep. cit.*

¹⁹⁹ BOFF, Maeth. *Dep. cit.*

²⁰⁰ ELLWANGER, Raul. *Dep. cit.*

os quais se exilaram naquele país depois de constatarem a brutalidade do tratamento que vários companheiros de militância estavam recebendo nas dependências de órgãos de segurança brasileiros, e também por terem sofrido ameaças, bem como seus amigos e familiares, de agentes a serviço da repressão²⁰¹. Maeth Boff relatou da seguinte forma as ameaças feitas a sua família:

Eles fizeram uma operação dessas, entraram para assustar. E quebraram tudo que havia, o que não puderam levar de comidas, que tinha uma garrafa de uísque e cachacas, ou beberam, ou quebraram, ou levaram, ah levaram outras pequenos livros, jogaram tudo pro chão, pisotearam, ameaçaram incendiar [...]. O meu irmão, o Jói, que é mais novo do que eu, foi preso, foi levado pro quartel, interrogado com ameaças e, acho que socos, e alguns pontapés ele levou também [...] ‘onde é que é?’ [...] ‘me conta onde é que está?’ Aquela coisa. ‘O que ele fazia aqui?’ ‘Quem eram os amigos dele’. Querendo saber contatos e onde eu estaria. E os outros foram visitados por alguém que diz ser ‘olha, nós sabemos que o teu irmão está envolvido nisso e nós queremos prejudicar a família, portanto, sabemos de alguma coisa, e pro bem de vocês e pro bem dele, vocês me informem’²⁰².

As fichas de Maeth Boff²⁰³ e Carlos de Oliveira²⁰⁴ localizadas no arquivo do DEOPS/SP, não fornecem subsídios necessários à análise do monitoramento exercido sobre suas ações políticas. O mesmo ocorre com a ficha de Raul Ellwanger²⁰⁵. Por outro lado, a existência de um relatório nesse arquivo, encaminhado pela SOPS/RS, comprova a vigilância empreendida sobre as atividades de Ellwanger no Rio Grande do Sul e em São Paulo:

Estudante de direito, consta estar residindo atualmente em São Paulo, com vindas alternadas a Porto Alegre. Vem exercendo atividades subversivas a longo tempo, com desaprovação da família. Foi constada a sua presença em Porto Alegre no início do corrente mês; na ocasião pediu emprestado o automóvel do irmão de sua namorada, tendo trafegado durante toda a noite, tendo quebrado a suspensão traseira do veículo [...]. O nominado revela ser experiente no disfarce e simulação [...]. Anexa às informações constantes em nossos arquivos relativos a RAUL DE MOURA ELLWANGER. Investigações procedidas nas Faculdades desta Capital apuraram não constar o citado como estudante e tampouco possui prontuário na Divisão de Identificação Civil e Criminal²⁰⁶.

²⁰¹ O fato de Carlos de Oliveira, Raul Ellwanger e Maeth Boff não terem sido localizados e presos no Brasil reduziu o número de documentos produzidos a respeito desses militantes pelos órgãos de segurança. Desse modo, não foi possível contrastar os depoimentos de Oliveira e Boff com outra fonte de pesquisa. A respeito de Ellwanger, um documento foi localizado no DEOPS/SP.

²⁰² BOFF, Maeth. *Dep. cit.*

²⁰³ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/MAETH DOMINGOS BOFF. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXN SM000077.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

²⁰⁴ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/CARLOS ALBERTO BEUSTO DE OLIVEIRA. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXN SC000920.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

²⁰⁵ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/RAUL MOURA ELLWANGER. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXN NE000137.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

²⁰⁶ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Arquivo Geral/RAUL DE MOURA ELLWANGER/50-D-26-2284. 08 de março de 1970.

Essas reflexões e exemplos permitem afirmar que a partida dos brasileiros para o exílio no Chile foi impulsionada tanto pelo “terror” como pelo “temor”, em relação à violência estatal. Tais motivações resultaram da aplicação massiva da tortura contra os sujeitos que se enquadravam no conceito de “inimigo interno”, tornando tal método o principal responsável pela geração de um cenário de convivência diária com a brutalidade extrema, desencadeada a partir da instauração do TDE no Brasil, no final de 1968. Desse modo, a tortura exerceu o papel de chave mestra do sistema repressivo, montado a partir de 1964, com o objetivo de acabar com as atividades da esquerda no país.

A partir dessas considerações, é pertinente afirmar que o exílio dos brasileiros em território chileno durante esse período, não pode ser interpretado como uma atitude voluntária, pois todos os exilados foram obrigados a deixarem o país pela virulência do Estado. Houve os setenta banidos, expulsos diretamente para o Chile, mas também os atingidos indiretamente, que se viram forçados a abandonar o Brasil. A ambos os grupos, não foram concedidos o direito de escolher a melhor data de saída, o trajeto mais adequado ou mesmo o destino de acolhida.

Fernandez destaca que, a partida de sujeitos rumo ao exílio, motivados pela violência presente em seu entorno social, sem que exista uma coação direta do Estado contra eles também se enquadra no conceito de exílio forçado. Para o historiador, o exílio “pode tanto ser fruto de um ameaça real e concreta à pessoa quanto pode ser desencadeado apenas por uma percepção subjetiva de ameaça que, no entanto, pode ser sentida como muito ‘real’ pela pessoa atingida”²⁰⁷. As pessoas afetadas pelo exílio não seriam apenas os militantes envolvidos em ações políticas, vítimas diretas do TDE, mas todos aqueles que de, alguma forma, foram atingidos pela propagação de seus métodos e tiveram que abandonar o país.

Na interpretação de Said, o caráter involuntário do exílio, enquanto um deslocamento para o estrangeiro que impede ao sujeito escolher, por exemplo, a melhor data de sua saída, o meio de transporte mais adequado as suas necessidades, as pessoas que vão acompanhá-lo na viagem, o percurso e o destino, permite diferenciá-lo de outros fenômenos da mesma natureza. De fato, o exílio torna-se diferente do refúgio, da expatriação e da migração, que não apresentam essas restrições à saída do sujeito para outro país:

Embora seja verdade que toda pessoa impedida de voltar para casa é um exilado, é possível fazer algumas distinções entre exilados, refugiados, expatriados e emigrados. O exílio tem origem na velha prática do banimento. Uma vez banido, o exilado leva uma vida anômala e infeliz, com o estigma de ser um forasteiro. Por outro lado, os refugiados são uma criação do Estado do século XX. A palavra

²⁰⁷ FERNANDEZ, Jorge. *Op. cit.*, p. 65.

"refugiado" tornou-se política: ela sugere grandes rebanhos de gente inocente e desnorreada que precisa de ajuda internacional urgente, ao passo que o termo "exilado", creio eu, traz consigo um toque de solidão e espiritualidade. Os expatriados moram voluntariamente em outro país, geralmente por motivos pessoais ou sociais [...]. Eles podem sentir a mesma solidão e alienação do exilado, mas não sofrem com suas rígidas interdições. Os emigrados gozam de uma situação ambígua. Do ponto de vista técnico, trata-se de alguém que emigra para outro país. Claro, há sempre uma possibilidade de escolha, quando se trata de emigrar²⁰⁸.

Para além dessas definições, existe uma discussão que envolve a espontaneidade do exílio e da migração, quando estes dois fenômenos ocorrem num mesmo espaço e tempo histórico, atingindo setores sociais se não idênticos, semelhantes. Nesse debate situam-se, por exemplo, pesquisadores que estudam os exílios resultantes das ditaduras de SN instauradas no Chile e na Argentina. Nos dois países, constatou-se a saída de milhares de cidadãos, entre os quais se encontravam ativistas políticos diretamente expulsos ou perseguidos pela Junta Militar chilena ou argentina, simpatizantes de organizações de esquerda e seus familiares, mas também pessoas que deixaram o país em busca de melhores oportunidades de trabalho e de acesso a sistemas de educação, saúde e habitação mais eficientes, ou seja, por razões basicamente econômicas.

Os argentinos que partiram para o exílio, segundo Yankelevich, estavam divididos entre aqueles que deixaram o país legalmente, que saíram de forma clandestina, trocaram a prisão pelo exílio, depois que essa medida foi autorizada pela Junta Militar ou migraram temendo a violência ditatorial. Esses exilados tiveram que organizar a viagem para o exterior sem o apoio de nenhuma entidade de defesa dos direitos humanos ou política, nacional ou estrangeira, ou seja, o fenômeno resultou de uma decisão individual ou familiar. O exílio, porém, não pode ser avaliado como um ato voluntário, porque sua principal motivação se situou na mecânica repressiva instaurada pela ditadura com base na DSN. Nesse sentido, a experiência migratória da Argentina depois do golpe de 1976, foi diferente dos êxodos anteriores porque tinha relação direta com “un escenario de persecución y crímenes de carácter político”²⁰⁹.

No caso do Chile, Orellana dividiu os cidadãos que partiram para o exílio em cinco grupos principais. Os três primeiros eram formados por militantes de esquerda que saíram do país após terem sido presos e torturados, foram expulsos pela Junta Militar ou trocaram a prisão pelo exílio. O quarto grupo era constituído por ativistas, simpatizantes e familiares que, por temor de serem os próximos atingidos pela violência estatal, deixaram o país depois do golpe. Em contrapartida, o quinto grupo era formado por cidadãos que foram para outros

²⁰⁸ SAID, Edward. *Op. cit.*, p. 51.

²⁰⁹ YANKELEVICH, Pablo. *Op. cit.*, p. 23.

países em busca de melhores condições de vida. Na interpretação do sociólogo, para os quatro primeiros casos, a saída para o estrangeiro se constituiu numa escolha involuntária, fato que serviu para caracterizar esse deslocamento como exílio. No quinto, a ida para o exterior foi uma ação voluntária, tratando-se de migração e não de exílio²¹⁰.

O primeiro grupo era formado por cidadãos que deixaram o Chile depois de serem submetidos à tortura nos centros de detenção espalhados pelo país. O segundo reuniu chilenos expulsos diretamente pela Junta Militar, como os líderes, respectivamente, do PDC e do PR, Jaime Castillo e Eugenio Velasco e o terceiro, sujeitos que trocaram a prisão pelo exílio. Essa troca tornou-se possível a partir da mobilização de familiares de vítimas e instituições de defesa dos direitos humanos, que denunciavam os crimes praticados pela ditadura na imprensa internacional, afetando sua imagem no exterior. Na tentativa de reverter essa situação, a Junta Militar publicou o Decreto Ley 504²¹¹, em abril de 1975. A atitude, noticiada pela imprensa local como uma ação humanitária, constituiu numa forma eficiente de afastar do cenário nacional, milhares de opositores políticos²¹².

O quarto grupo era formado pelos chilenos que saíram do país de forma regular, atravessando as fronteiras com países limítrofes ou asilando-se em embaixadas estrangeiras²¹³. Essa foi uma alternativa viável para cidadãos que não estavam sendo perseguidos diretamente pela Junta Militar e possuíam documentos em dia, recursos financeiros e contatos pessoais e/ou políticos necessários para residir no exterior; situação na qual se enquadraram vários militantes do PDC. As pessoas que cruzaram a região de fronteira com países vizinhos, na maioria dos casos, não dispunham desses itens. Ou seja, esse grupo era formado prioritariamente por sujeitos de baixa renda que se envolveram com atividades políticas durante o governo Allende. Mônica Gatica estudou os trabalhadores que atravessaram a fronteira do Chile e se estabeleceram em Chubut, na região da Patagônia argentina, após o golpe de 11 de setembro. Conforme a pesquisadora, a migração desses sujeitos, aparentemente motivada apenas por questões econômicas, envolveu também o medo:

Este fue el destino, y en muchos casos la única salida, para quienes debieron atravesar la cordillera de los Andes procurando alejarse de la violencia y el peligro que supuso la dictadura de Augusto Pinochet. La ya histórica y porosa frontera, permitió cobijarse a quienes no contaban con contactos políticos, y reapropiándose de una larga experiencia migratoria se aventuraron muchas veces solos, y en las condiciones más precarias, invisibilizándose como inmigrantes, y escondiendo o

²¹⁰ ORELLANA, Patricio. *Op. cit.*

²¹¹ DECRETO LEY N° 504. Santiago, 30 de abril de 1975. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=279313>>. Acesso em: 28 set. 2017.

²¹² ORELLANA, Patricio. *Op. cit.*

²¹³ Idem.

silenciando el miedo que los empujaba. En general nos encontramos con decisiones personales que han enmascarado sus exilios²¹⁴.

A maior parte dos cidadãos que se asilaram em representações diplomáticas estrangeiras eram ativistas de esquerda que, após o golpe, tornaram-se alvos prioritários da repressão estatal. Camacho salienta que esses asilados foram bem recebidos pelo serviço diplomático de países europeus e latino-americanos cujos governos simpatizavam com a experiência socialista chilena. Os ex-funcionários, apoiadores e simpatizantes do governo Allende, porém, procuraram refúgio em embaixadas de países da Europa Ocidental, como França, Itália e Suécia. Essa última ganhou destaque pelas ações do embaixador Harold Edelstam em defesa dos asilados que permitiu a saída do país de figuras de destaque no cenário político nacional, entre os quais os dois ex-ministros do Trabalho e presidentes da CUT, Luis Figueroa e Jorge Godoy, a secretária particular de Allende, Miria Contreras Bell e o ex-ministro da Agricultura, Rolando Calderón²¹⁵.

Cabe destacar que milhares de estrangeiros, vinculados ou não aos partidos e organizações que integravam a UP ou o MIR também foram obrigados a sair do Chile depois do golpe. Os brasileiros, em específico, integraram o primeiro, o terceiro e o quarto grupos de exilados, conforme a definição de Orellana. Como exemplo do primeiro grupo tem-se o caso da brasileira Maria Lúcia Dagnino²¹⁶, que deixou o país depois de ter sido presa e, posteriormente, libertada, por uma equipe de militares; do terceiro, a situação dos exilados Maeth Boff²¹⁷ e Ricardo de Azevedo²¹⁸, que partiram do território chileno depois de serem libertados da prisão, respectivamente, no Buque Lebu e no Estádio Nacional; do quarto fazia parte Alfredo Sirkis²¹⁹, que saiu do país via aeroporto, Joaquim Cerveira²²⁰, que cruzou a fronteira do Chile com a Argentina e Carlos de Oliveira²²¹, que viajou para o exterior por intermédio da Embaixada da Suécia.

²¹⁴ GATICA, Mónica. *¿Exilio, migración, destierro? Los trabajadores chilenos que se asentaron en el Noreste de Chubut a partir de Septiembre de 1973. Memorias, historias e implicancias*. La Plata: UNLP, 2010. Tesis (Doctorado Historia). Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación/UNLP, La Plata, 2010, p. 140.

²¹⁵ CAMACHO, Fernando. Los asilados de las Embajadas de Europa Occidental en Chile tras el golpe militar y sus consecuencias diplomáticas: El caso de Suecia. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, Ámsterdam, n. 81, p. 21- 42, 2006.

²¹⁶ DAGNINO, Maria Lúcia de Sampaio. Chile, setembro de 1973, primeira e segunda parte. Disponível em: <<http://maria-lucia.blogspot.com/search?q=golpe>>. Acesso em: 19 out. 2018.

²¹⁷ BOFF, Maeth. *Dep. cit.*

²¹⁸ AZEVEDO, Ricardo de. *Por um triz. Memórias de um militante da AP*. São Paulo: Plena, 2010.

²¹⁹ SIRKIS, Alfredo. *Roleta Chilena*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

²²⁰ Neusa Cerveira, filha do major assassinado pela ditadura militar na Operação Condor denuncia atentado. *O Rebate*, Macaé, 26 de julho de 2012. Disponível em: <http://jornalrebate.com.br/site/canais/pais/9029_neusah-cerveira-filha-ao-major-serveira-assassinado-pela-ditadura-militar-na-operacao-condor-denunciaperseguiçao>. Acesso em: 13 out. 2017.

²²¹ OLIVEIRA, Carlos de. *Dep. cit.*

Retomando a discussão sobre o quinto grupo de exilados, que deixou o Chile por razões essencialmente econômicas, Fernandez defende uma perspectiva diferente à de Orellana, ao destacar que os conceitos de migrante e exilado não devem ser utilizados de forma rígida, sem considerar uma análise do contexto em que esses sujeitos estavam inseridos. O historiador, que analisou a saída de cidadãos da Argentina em direção ao exílio no Rio Grande do Sul, de 1966 até 1989, salientou a dificuldade de distinguir entre esses exilados, os que deixaram o país por motivações essencialmente econômicas ou políticas, devido à interação que esses fenômenos apresentaram no caso argentino, antes, durante e após a vigência da ditadura. A sociedade desse país sofreu, ao mesmo tempo, os efeitos da recessão econômica e da coerção estatal, fato que obrigou parte dela a seguir em direção ao estrangeiro²²².

A presente tese concorda com essa posição e entende que o exílio e a migração não são termos excludentes, porque são fenômenos que apresentam, em determinados contextos, junções e disjunções, fazendo com que as ondas de exílio possam ser impulsionadas tanto por fatores políticos como econômicos. Porém, no caso dos brasileiros que se exilaram no Chile no começo dos anos 70, a motivação foi basicamente de ordem política, pois não existem registros que indiquem a ocorrência de fluxos migratórios para aquele país por razões essencialmente econômicas.

Os brasileiros que empreenderam fluxos migratórios para países do Cone Sul durante essa fase, de acordo com Sales, instalaram-se no Uruguai, na Argentina e do Paraguai, motivados pela possibilidade de adquirir lotes de terras com valores abaixo daqueles praticados no mercado nacional²²³. Tal oferta de aquisição de propriedades, entretanto, não existia no caso do Chile, um país de geografia incomum, com grandes extensões de terras cobertas pelo deserto do Atacama, da Patagônia chilena e da Cordilheira dos Andes, ou seja, com reduzidas áreas passíveis de serem exploradas para o desenvolvimento de atividades agrícolas ou pecuárias.

O deslocamento para o Chile se constituiu numa excepcionalidade dentro do próprio movimento dos brasileiros em direção ao exílio, pois esses, a partir do surgimento do fenômeno no século XIX, até o final dos anos 60, haviam optado por se estabelecerem de forma prioritária em países limítrofes. Essa atitude dos exilados refletia uma expectativa de reversão do cenário político, com a recuperação democrática ou alguma negociação que

²²² FERNANDEZ, Jorge. *Op. cit.*

²²³ SALES, Teresa. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 13, n.1, p. 87- 98, 1996.

facilitasse seu retorno imediato ao país. Por isso, a ideia era manter-se o mais próximo possível das fronteiras nacionais. Pode-se afirmar que o exílio de brasileiros no Chile constituiu-se num evento único, que se tornou possível a partir da convergência de dois fatores, estritamente vinculados ao cenário político do Cone Sul no período. O primeiro fator se conformou nas progressivas dificuldades enfrentadas pela comunidade de exilados no Uruguai, para desenvolver suas atividades políticas, a partir da aproximação e do compartilhamento de informações (e ações), colocados em prática pelos serviços secretos do Brasil e do país vizinho. O segundo foi à eleição do candidato socialista, Salvador Allende, para a presidência do Chile, em setembro de 1970.

As profundas modificações vivenciadas no Cone Sul durante esse período, no entanto, tornaram o cruzamento das fronteiras que separavam o território brasileiro do chileno, uma tarefa difícil e tortuosa para os exilados. No Brasil, as organizações armadas perdiam seus quadros e a própria capacidade política de atrair novos adeptos, ao entrarem em confronto com uma infraestrutura repressiva cada vez mais eficiente. No Uruguai, que já havia sido considerado um “oásis” pelos perseguidos políticos, a comunidade de exilados sofria os efeitos do cerceamento de suas liberdades políticas, a partir do monitoramento colocado em prática por órgãos de segurança brasileiros, que a cada dia, agiam com mais liberdade de ação e desenvoltura no país vizinho. Na Argentina, aumentavam as disputas e os enfrentamentos internos entre setores de esquerda e direita, num clima de inconstância política que viria a caracterizar o país durante essa fase, tornando mais difícil a travessia pela região.

Diante desse cenário, os brasileiros procuraram, através de diferentes meios, formas e trajetos, atravessar as fronteiras do Brasil com o Uruguai ou a Argentina para alcançar o Chile. A principal motivação para seguir esses caminhos surgiu do próprio contexto chileno, a partir da vitória de Allende e de sua projeto de governo, descrito na chamada *Vía Chilena al Socialismo*²²⁴. Inédito em nível mundial, esse plano oferecia uma oportunidade única para os militantes de esquerda brasileiros que, após deixarem para trás uma ditadura, poderiam acompanhar, apoiar ou mesmo integrar, a experiência chilena de implantação do socialismo sem o uso da violência ou “*revolución con sabor a empanadas y vino tinto*”, como prometeu, antes da eleição, o próprio Allende.

²²⁴ “Salvador Allende pretendia acabar com o monopólio exercido pela classe dominante chilena e seus aliados estadunidenses sobre as principais riquezas produzidas no Chile, através da divisão das propriedades em três áreas: privada, mista e social. Os esforços do governo ficariam concentrados na estruturação da área social, que englobaria as empresas já em poder do Estado e aquelas que seriam expropriadas durante o processo”. In: PROGRAMA DE LA UNIDAD POPULAR, 1970. Centro de Estudios Miguel Enríquez (CEME). Disponível em: <http://www.archivochile.com/S_Allende_UP/doc_de_UP/SAdocup0002.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

1.5 BRASIL-CHILE: OS CAMINHOS DO EXÍLIO

Os brasileiros que seguiram em direção ao Chile integravam um conjunto de exilados. Estima-se que o número total de pessoas que cruzaram as fronteiras do Brasil em direção ao exílio em países da América Latina, Europa e África, durante o período ditatorial, girou em torno de dez a quinze mil pessoas²²⁵. Por essa razão, o fenômeno, que nas décadas anteriores havia se caracterizado por atingir, de forma individual, “nacionais” e imigrantes acusados pelo Estado de propagarem ideologias estranhas à constituição da “nação”, como o anarquismo e o comunismo, alcançou nova dimensão. Qual era o significado real, entretanto, desse número de exilados no contexto populacional brasileiro do início dos anos 70?

De acordo com o IBGE, o Brasil possuía nesse período, cerca de noventa milhões de habitantes²²⁶. Nesse universo, as cerca de quinze mil pessoas que deixaram o país durante a ditadura não correspondem ao número de habitantes necessário para situar o exílio brasileiro como um fenômeno social massivo, mas coletivo. Ou seja, o exílio mudou de uma configuração individual para uma coletiva, mas não alcançou as dimensões de outros países do Cone Sul. Em termos comparativos registram-se os seguintes dados: o exílio decorrente da implantação da ditadura no Chile atingiu duzentas mil pessoas²²⁷ – num total estimado de 10 milhões de habitantes²²⁸ –; na Argentina, alcançou de trezentas a quinhentas mil pessoas²²⁹ – num universo de 26 milhões de habitantes²³⁰ –; e no Uruguai, afetou 200 mil pessoas²³¹ – numa população de 2,8 milhões de habitantes²³². Estes três casos são reconhecidos²³³ como exemplos na região de processos sociais massivos²³⁴.

²²⁵ ROLLEMBERG, Denise. *Op. cit.*

²²⁶ Projeção da população do Brasil. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/30082004projecaopopulacao.shtm>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

²²⁷ OÑATE, Rody; WRIGHT, Thomas. *Flight from Chile: voices of exile*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998, p. 08.

²²⁸ La población de Chile en 1973. Disponível em: <<https://www.datosmacro.com/demografia/poblacion/chile?anio=1973>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

²²⁹ FERNANDEZ, Jorge. *Op. cit.*, p. 108.

²³⁰ La población de Argentina en 1976. Disponível em: <<https://www.datosmacro.com/demografia/poblacion/argentina?anio=1976>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

²³¹ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *Op. cit.*, p. 296.

²³² La población de Uruguay en 1973. Disponível em: <<https://datosmacro.expansion.com/demografia/poblacion/uruguay?anio=1973>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

²³³ Concordam com essa interpretação autores como Luis Roniger, Mario Sznajder e Patricio Orellana.

²³⁴ De acordo com os números listados cerca de 2% da população argentina e chilena foram para o exílio, enquanto no Brasil esse número não chegou a 1% (0,016%) e no Uruguai atingiu a cifra de 7%, se constituindo no maior número de pessoas a deixar um dos países do Cone Sul durante o período em que vigoraram ditaduras de SN na região.

Uma das mudanças marcantes do exílio de brasileiros no Chile, em relação às ocorrências de períodos anteriores, diz respeito aos setores sociais atingidos por este deslocamento. Se no Uruguai, após o golpe de 1964, instalaram-se políticos, ex-militares e sindicalistas pertencentes, em sua maioria, ao universo pecebista, trabalhista ou nacionalista, a maior parte dos brasileiros que foram para o Chile após o AI-5 eram ativistas de organizações armadas. Houve também o caso de familiares e amigos desses militantes, muitas vezes sem histórico de engajamento político, que foram para o exterior para acompanhá-los e de intelectuais, artistas e profissionais de outras áreas que deixaram o país em função das restrições impostas pela ditadura ao exercício de suas atividades, através de perseguições desencadeadas, por exemplo, em universidades e centros culturais.

Tal mudança na composição social do exílio, ao que tudo indica, não ocorreu apenas no Brasil, como em todo o continente americano na década de 1960, como apontou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em relatório publicado em 1965. Nesse documento a entidade salientou que, num primeiro momento, os exilados dessa região pertenciam às elites políticas nacionais, fator que contribuía para seu estabelecimento no estrangeiro, onde não se convertiam num peso econômico para o Estado receptor. Em um segundo momento, situado a partir da Revolução Cubana de 1959, entretanto, o exílio mudou de configuração, atingindo um número cada vez maior de dissidentes políticos de diferentes origens sociais, que em muitos casos, não possuíam recursos econômicos para residir no exterior, aumentando assim a demanda de órgãos, como por exemplo, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), encarregado de fornecer assistência a esses exilados²³⁵.

Destaca-se que, no caso brasileiro, essa divisão se constata efetivamente; no entanto, se observou que tal movimento de exilados ocorreu em décadas posteriores. Por uma parte, em 1964, houve um grupo formado por integrantes da elite política brasileira, vinculados a João Goulart ou Leonel Brizola, que se exilou no Uruguai. Por outra parte, no início dos anos 70, seguindo essa tendência de exílio, houve a formação de outro grupo, constituído majoritariamente por estudantes, em situação econômica instável. Com exceção dos banidos, a maior parte desses exilados enfrentou dificuldades para reunir os recursos necessários para a viagem e o estabelecimento no Chile. Tal situação agravou-se na medida em que aparato repressivo brasileiro passou a monitorar a fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina, tornando a travessia pela região mais árdua e custosa.

²³⁵ FRANCO, Leonardo (Org.). *El Asilo y la protección internacional de los refugiados en América Latina/Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados*. San José, C.R: Editorama, 2004.

A partir dessas particularidades, ressalta-se que a prioridade da presente tese é analisar o exílio de militantes engajados na luta armada, portanto, defensores de alterações profundas na estrutura social brasileira, posição que os tornou, nessa fase, alvo prioritário do TDE. Esse foi o caso de Raul Carrion, militante do PCdoB, que após ser liberado da prisão em 1971 passou a sofrer ameaças dos órgãos de segurança. Diante da possibilidade de ser novamente preso e torturado, o militante reuniu dinheiro e, em poucos dias, deixou o Brasil e se exilou no Chile. O trajeto percorrido por Carrion incluiu as cidades de Porto Alegre, Santana do Livramento, Rivera, Montevideu, Buenos Aires e Santiago²³⁶. A primeira parte do percurso, até a Argentina, foi percorrida de automóvel e a segunda, até o Chile, de avião:

Em 02 de agosto, a 1ª Auditoria Militar da 3ª CJM negou de forma unânime o pedido de sua prisão preventiva – por falta de provas – e determinou a imediata libertação de Carrion e de Bruno Costa, sob a condição de apresentarem-se todas as semanas na Auditoria Militar [...]. Na madrugada do dia 6 de agosto, saiu de carro com seu irmão Francisco Carrion Júnior e sua cunhada Rejane Xavier, em direção à Santana do Livramento, onde basta atravessar uma rua para estar em Rivera, no Uruguai. Se alguém nos detivesse no caminho, a desculpa é que íamos visitar uns parentes da Rejane em São Gabriel, perto da Fronteira com o Uruguai. Dalí – depois de obter um visto de sua entrada em uma delegacia de Rivera –, seguiu sozinho até Montevideu e, logo, para Buenos Aires. De Buenos Aires, seguiu de avião até Santiago do Chile, onde a experiência do governo Allende despertava a admiração dos progressistas de toda América²³⁷.

Outro ativista da via armada, Maeth Boff, da VAR-Palmares, partiu em direção ao exílio no Chile em janeiro de 1972. De forma semelhante ao quadro geral de integrantes das organizações armadas, Boff não tinha uma profissão definida e, conseqüentemente, dinheiro para viajar ao exterior. A sua saída, todavia, foi financiada por uma das simpatizantes da organização que, em boa situação econômica, auxiliou o militante a deixar o Brasil. Além disso, Boff contou com o apoio de Flávio Antunes, companheiro de militância que através de contatos familiares, adquiriu a documentação falsificada necessária para ambos saírem do país com certa segurança:

Flávio Antunes, eu acho que o pai dele era advogado ou conhecia os cartórios de sobra. Ele sabia que tu chegando ao cartório dizendo ‘eu estou precisando de uma certidão do ano tal, como é que é o nome dele, deixa ver ali, dar uma olhada’ [...] eles tiravam o registro de nascimento. E como era uma cidadezinha do interior, [...] depois eles iam para a cidade fazer a carteira de identidade. No dia se fazia a carteira de identidade em São Paulo, com uma certidão de nascimento. Aí tu tinhas que fazer o título. Não tinha problema, eu tirava o título. Aí com o título e a coisa [certidão de nascimento], tu fazia a carteira de identidade [...]. Com carteira de identidade, você viajava do Brasil para o Uruguai, a Argentina, pro MERCOSUL [SIC]²³⁸. Então, esse foi o caminho que a gente seguiu até o exílio²³⁹.

²³⁶ CARRION, Raul. *Dep. cit.*

²³⁷ CARRION, Raul. Biografia. Disponível em: <<http://www.raulcarrion.com.br/biografia.asp>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

²³⁸ O Mercosul não existia na época, mas consistia em um recurso de linguagem utilizado pelo autor para reconhecer esse espaço de trânsito pela região.

²³⁹ BOFF, Maeth. *Dep. cit.*

A partida de Raul Carrion e Maeth Boff para o exterior caracterizou-se pela utilização de recursos próprios e, no caso do segundo militante, de documentação falsificada, fato que tornou sua passagem através das regiões de fronteira entre o Brasil, o Uruguai, a Argentina e o Chile, mais fácil. A preferência por utilizar vias terrestres para a saída do país também tinha relação com a questão da segurança, pois, no começo dos anos 70, o aparato repressivo estatal brasileiro fechou o cerco em torno das ações da esquerda armada nas cidades e, no sentido de evitar fugas para o exterior, vigiavam intensamente todos os aeroportos. Nesse cenário, percorrer os pontos fronteiriços desses três países era a forma mais viável e relativamente segura de realizar a travessia para o exterior.

O ativista do POC, Carlos de Oliveira, enfatizou que após a prisão de vários companheiros de militância, saiu do Brasil através da região de fronteira do Rio Grande Sul com a Argentina, de onde seguiu em direção ao Chile. Oliveira, ao invés de realizar a travessia de automóvel, como Raul Carrion, optou pela utilização dos chamados ônibus de linha, que interligavam Porto Alegre e Uruguaiana. Ao chegar nessa cidade fronteiriça, ele embarcou num ônibus, que cruzou a Ponte Internacional Getúlio Vargas-Agustín Pedro Justo, indo até Paso de Los Libres, de onde seguiu para Buenos Aires e Santiago²⁴⁰.

Cabe destacar que no DEOPS/SP, as fichas de Raul Carrion²⁴¹, Maeth Boff²⁴², Carlos de Oliveira²⁴³ e Raul Ellwanger²⁴⁴, contudo, não acrescentaram maiores detalhes sobre a travessia desses quatro militantes pela região de fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai ou a Argentina. Existem duas hipóteses para essa falta de dados. A primeira é que as fichas contendo essas informações tenham sido destruídas ou não disponibilizadas para o conjunto do acervo documental. A segunda é que no momento da travessia, eles não estivessem sendo monitorados pelo aparelho estatal. Por um lado, o curto espaço de tempo

²⁴⁰ OLIVEIRA, Carlos de. *Dep. cit.*

²⁴¹ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/RAUL KROEFF MACHADO CARRION. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXS_NC001778.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2018.

²⁴² Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/MAETH DOMINGOS BOFF. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXN_SM000077.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

²⁴³ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/CARLOS ALBERTO BEUSTO DE OLIVEIRA. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXN_SC000920.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

²⁴⁴ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/RAUL MOURA ELWANGER. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DEOPSSPOSFTEXS_NE000137.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

que Carrion permaneceu no estado depois de deixar a prisão, entre 02 e 06 de agosto de 1971, teria inviabilizado a formação de uma rede de vigilância sobre suas ações. Por outro lado, Oliveira, Boff e Ellwanger, durante o período no qual militaram em organizações armadas, não haviam sido presos pela repressão, fato que pode ter impedido o acompanhamento de suas saídas para o exílio.

Outros militantes, no entanto, foram vigiados pelos serviços de segurança brasileiros antes, durante e após a realização da travessia para o Chile. Cláudio Gutiérrez, por exemplo, começou a ser monitorado pelo CIEX, no período em que se exilou no Uruguai, em 1969²⁴⁵. Esse órgão de segurança foi o responsável pela composição de um relatório, em maio de 1970, determinando a data de saída do militante para Santiago, entre os dias 28 e 30 de abril daquele ano. O percurso entre Montevideu e a capital chilena teria sido realizado de avião, com o uso de passaporte uruguaio, visto que Gutiérrez usufruía dos benefícios da dupla cidadania (seu pai era uruguaio)²⁴⁶. Em seu depoimento, o militante confirmou essas informações a respeito da permanência no Uruguai e sua posterior viagem ao Chile²⁴⁷.

Tais informações indicam que a partida de Cláudio Gutiérrez para o Uruguai, em 1969, não inibiu a ação dos órgãos de segurança, que continuaram monitorando suas atividades através de agentes do CIEX designados para atuarem no país vizinho. No momento em que o militante foi preso em Montevideu, naquele mesmo ano, numa ação conjunta entre os serviços secretos dos dois países, tornou-se um dos alvos da repressão brasileira no exterior. Portanto, a saída para o exílio, ao invés de trazer segurança para os ativistas políticos perseguidos em território nacional, colocou estes, em muitos casos, na mira do CIEX, encarregado de vigiar a comunidade de brasileiros exilados em outros países.

Conforme Gissele Cassol, o clima de insegurança vivenciado pelos exilados no Uruguai começou a se delinear em 1967, quando Jorge Pacheco Areco assumiu a presidência do país e estreitou as relações com a ditadura brasileira. Tal aproximação resultou na composição de uma rede de intercâmbio de informações entre os dois países, pois além da presença de brasileiros no espaço uruguaio havia a possibilidade de militantes *Tupamaros*, utilizarem clandestinamente o território brasileiro para recuo momentâneo, contatos ou como ponto de passagem. Desse modo, os aparatos repressivos desses países alinharam suas

²⁴⁵ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.1, p. 18/29. Refugiado brasileiro no Uruguai. Claudio Antonio Weyne Gutierrez. 08 de janeiro de 1970.

²⁴⁶ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.4, p. 10/26. Refugiados brasileiros no Uruguai. Contatos no Chile e Bolívia. Atividades subversivas no Brasil. 20 de maio de 1970.

²⁴⁷ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

práticas em busca dos “subversivos”. No caso do Brasil, o monitoramento tinha por objetivo impedir o retorno dos exilados, bem como coibir as denúncias de violações aos direitos humanos que esses realizavam no exterior²⁴⁸.

Observa-se que Raul Carrion, Carlos de Oliveira, Maeth Boff e Raul Ellwanger, com o uso de recursos próprios, doados por familiares, amigos, companheiros de militância ou simpatizantes da esquerda, cruzaram a fronteira do Brasil e seguiram diretamente para o exílio no Chile, no começo dos anos 70. Ao que tudo indica, esse também foi o caminho seguido pelo ativista do movimento estudantil, Nilton Rosa da Silva. Nos documentos e depoimentos coletados na pesquisa da presente tese, contudo, não foi possível obter informações detalhadas a respeito da forma como teria ocorrido essa travessia.

Houve ainda militantes que, antes da partida para o Chile, permaneceram durante certo tempo, exilados no Uruguai. Nesses casos a ida para o território chileno pode ser considerada um “re-exílio”, situação que se define pelo fato do militante acumular experiências em relação às tarefas da vida prática de quem deixa um país e se estabelece em outro, como a obtenção de trabalho e residência, além de ações vinculadas ao próprio ativismo político, como a manutenção ou estabelecimento de redes de contatos com outras organizações de esquerda. É claro que, em certos casos, o “re-exílio”, enquanto situação não desejada (pela segunda vez), implicou em maior desgaste, desesperança, angústia e sofrimento.

Cláudio Gutiérrez foi um dos casos de re-exílio, pois o militante deixou o Uruguai no primeiro semestre de 1970, para se exilar no Chile²⁴⁹. Esse também foi o caso de Isidoro Gutiérrez,²⁵⁰ que havia se exilado no Uruguai depois do golpe de 1964 e que no mesmo período, resolveu viajar para a Argentina, a Bolívia e o Chile, com o objetivo de estreitar conexões com organizações de esquerda desses países, financiado pelo ex-juiz da Justiça do Trabalho, Carlos Figueiredo de Sá, ativista da ALN²⁵¹.

No começo de 1971, Joaquim Cerveira, um dos quarenta presos políticos banidos para a Argélia em troca do embaixador alemão, Ehrenfried Von Holleben, em junho de 1970, também se dirigiu para o Chile. Durante o período no qual o ex-major encontrava-se exilado na África e Europa, suas ações foram monitoradas pelo CIEX. Em dezembro do mesmo ano,

²⁴⁸ CASSOL, Gisele. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Uruguai e Brasil (1964-1985)*. Santa Maria: UFSM, 2008. Dissertação (Mestrado Integração Latino-Americana) – PPG-Integração Latino-Americana/UFSM, Santa Maria, 2008.

²⁴⁹ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

²⁵⁰ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.3, p. 04/82. Asilados brasileiros no Uruguai. IZIDORO GUTIERREZ. Atividades subversivas no Brasil. JOÃO ALBUQUERQUE. “TUPAMAROS”. 15 de abril de 1970.

²⁵¹ Tais informações foram confirmadas por Cláudio Gutiérrez, nos depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

agentes desse órgão de segurança enviaram um relatório ao Brasil, informando que Cerveira havia deixado a Argélia para realizar uma viagem pelo continente europeu, mais especificamente para a Bélgica e França. Na cidade de Paris o militante teria estabelecido contato com Apolônio de Carvalho, com o objetivo de organizar os últimos detalhes para a viagem que eles realizariam para o Chile²⁵². Em seu livro de memórias, Apolônio de Carvalho confirmou a realização de uma viagem aos países europeus durante esse período, mas em companhia de Ladislav Dowbor e não de Cerveira, como afirmou o CIEX²⁵³.

Com base em tais informações não é possível reconstruir a viagem de Joaquim Cerveira relatada pelo CIEX. Entretanto, a presença do ex-major na capital da França, no segundo semestre de 1970, foi confirmada por sua filha, Neusah Cerveira, em entrevista ao jornal *O Rebate*. Segundo Neusah, nesse período, ela e sua família realizaram uma viagem para Paris, com o objetivo de reencontrar o pai. Em seguida, todo o grupo familiar partiu para a Argélia e, mais tarde, para Cuba. No final daquele ano, a família finalmente desembarcou no Chile, onde Cerveira assumiu um cargo no Ministério das Telecomunicações e passou a manter contatos com Salvador Allende²⁵⁴.

Em direção ao Chile também foram os setenta presos políticos trocados pelo embaixador suíço, em 13 de janeiro de 1971. Integrando esse grupo encontravam-se Ubiratan de Souza, preso em São Paulo, Edmur Camargo, Bona Garcia e Paulo Franck, presos no Rio Grande do Sul, que acabaram transferidos para o Rio de Janeiro. A respeito desse episódio, Bona Garcia escreveu em suas memórias: “Fui levado para a Base Aérea de Canoas. Já estavam lá o Paulo Roberto Telles Franck, o Gustavo Buarque Schiller, o Roberto de Fortini, o João Batista Rita, o Edmur Péricles Camargo, o Bruno Piola com a esposa Geni e as filhas Tatiana, Kátia e Bruna. Sempre algemados, embarcamos num pequeno avião militar que nos levou até o Galeão”²⁵⁵. Ubiratan de Souza, também narrou o episódio no qual ele e vários companheiros deixaram o Presídio Tiradentes:

O governo Médici [...] liberou os 70 presos. A despedida foi emocionante. Quando saímos do presídio, todos os demais presos que ficaram estavam nas janelas das suas celas, que davam para o pátio interno, abanando lenços vermelhos e cantando a Internacional Socialista. Foi de arrepiar. Então seguimos para o Rio de Janeiro, onde ainda ficamos uns três dias no Aeroporto do Galeão, algemados dois a dois. Até que

²⁵² Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.10, p. 51/78. Refugiados brasileiros na Argélia, Cuba e Chile. Atividades subversivas. 08 de dezembro de 1970.

²⁵³ CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 222.

²⁵⁴ Neusa Cerveira, filha do major assassinado pela ditadura militar na Operação Condor denuncia atentado. *O Rebate*, Macaé, 26 de julho de 2012. Disponível em: <<http://jornalrebate.com.br/site/canais/pais/9029-neusah-cerveira-filha-ao-major-cerveira-assassinado-pela-ditadura-militar-na-operacao-condor-denuncia-perseguido>>. Acesso em: 13 out. 2017.

²⁵⁵ BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Op. cit.*, p. 73.

nos colocaram em frente ao avião, fotografaram (para sair no jornal no outro dia, afim de que os companheiros que estavam com o embaixador soubessem que estávamos embarcando) e viajamos ao Chile²⁵⁶.

Os jornais acompanharam o processo de banimento dos setenta presos políticos do Brasil. O Globo, em uma reportagem sobre o tema, enfatizou que até os últimos dias prevaleceu a orientação nas Forças Armadas que os mesmos seriam enviados para a Argélia ou o México e que a escolha pelo Chile ocorreu depois que Allende se comprometeu a mantê-los no país. O jornal ainda publicou uma lista, enviada pelo Ministério do Exército, contendo nome, local de nascimento, filiação, trajetória política e os “crimes” contra a segurança nacional que cada um dos setenta teria praticado no país. De forma geral, Bona Garcia, Edmur Camargo, Paulo Franck e Ubiratan de Souza eram acusados de envolvimento em diversos atos de “subversão” e “terrorismo”, no Rio Grande do Sul e em São Paulo²⁵⁷.

Os termos “agitadores”, “criminosos”, “comunistas”, “subversivos” e “terroristas”, utilizados pelo O Globo para designar os presos políticos que seriam expulsos do Brasil, estavam relacionados à forma como as Forças Armadas interpretavam as ações desses ativistas no país. Na visão dos militares, seguidores das diretrizes teóricas da DSN, a adoção do comunismo – como vimos, doutrina alheia aos “ditos” ideais e valores “ocidentais” e “cristãos” da sociedade brasileira – pelos adeptos da luta armada, os tornava sujeitos perigosos, que poderiam disseminar suas ideias, contrárias a ordem e o poder estabelecido, entre a população. O banimento se constituiu numa das maneiras de afastar esses militantes do convívio com os demais cidadãos.

Comblin salienta que, na interpretação da DSN, a nação representa “uma única vontade, um único projeto”, que não reconhece a existência de conflitos e contradições entre as classes sociais. Essa suposta harmonia nacional, conquistada na década de 1960, estaria sendo ameaçada na América Latina pelo aumento da influência comunista, propagada pela União Soviética, sobre a região por meio de um inimigo “indefinido”, infiltrado entre os próprios cidadãos, que “serve-se de mimetismo e adapta-se a qualquer ambiente, utilizando todos os meios lícitos ou ilícitos, para atingir seus objetivos”²⁵⁸. Em pronunciamento realizado em 31 de março de 1971, Médici convocou a população a lutar contra a ameaça comunista, que estaria colocando em perigo a nação:

²⁵⁶ SOUZA, Ubiratan de. *Op. cit.*, p. 88.

²⁵⁷ Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Prontuários/VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR). Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P000499_01.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

²⁵⁸ COMBLIN, Josep. *Op. cit.*, p. 28 e 48.

Nos países socialistas, por culpa da rigidez – incompatível com a dinâmica do mundo de hoje – de seus dogmas e doutrinas, desdobra-se a crise ideológica, ao tempo em que se difunde uma guerra revolucionária, que busca implantar, pela violência, concepções que não mais se podem impor pela qualidade de sua substância. Nenhuma nação, por mais forte que o seja, conseguirá o domínio do mundo, nem tampouco nele se isolar [...]. É nossa profunda convicção que não se devem poupar os princípios éticos como se pouparam os recursos materiais, sob a justificativa de incrementá-los. Não existe economia no plano moral. E, interpretando como sendo este também um dos fundamentos de grandeza da civilização brasileira, não podemos ficar neutros na luta entre as democracias e os regimes de violência contra o homem²⁵⁹.

O apego às noções de nação e pátria, como entidades homogêneas, sem espaço para as lutas sociais e a diversidade sociocultural, explica porque a ditadura, além de banir os cento e trinta presos políticos trocados por embaixadores, entre 1969 e 1971, tirou deles os documentos e o direito de usufruir da cidadania brasileira, tornando-os “apátridas”. Tal termo, segundo o Estatuto dos Apátridas, publicado em 28 de setembro de 1954, designa “toda a pessoa que não seja considerada por qualquer estado, segundo a sua legislação, como seu nacional”²⁶⁰. Ou seja, a ditadura ao definir os presos políticos como apátridas gerou uma série de problemas para esses sujeitos, que ao perderem a nacionalidade deixaram de ter qualquer vínculo jurídico com o Estado brasileiro.

Os apátridas tonaram-se, assim, pessoas destituídas de seus direitos enquanto cidadãos. Sem nacionalidade formal, os cento e trinta banidos não podiam fazer uso dos documentos de identificação, recorrer às representações diplomáticas do Brasil no exterior, viajar para outros países ou mesmo retornar ao território nacional. A falta de documentação impedia esses brasileiros de terem acesso a postos de trabalho formais, ao sistema educacional e de saúde nos países de acolhida. A respeito da condição de apátrida, Bona Garcia declarou o seguinte:

Na hora de embarcar, antes de subir ficamos alinhados na frente do avião para uma fotografia. Nós levantamos os braços, e eles por trás batiam nas costas, davam socos para a gente abaixar os braços. Subimos no avião e fomos algemados até o Chile [...]. Foi uma tensão infinita, porque se recuperassem o embaixador, o avião voltava imediatamente. Eles ameaçavam: a festa não acabou, se pegamos o embaixador vocês estão mortos. Assim mesmo nosso pessoal sorria, alguns já estavam presos há vários anos. Eu fiquei preso quase um ano, e a perspectiva de sair é uma sensação fantástica. Havia toda a visão do novo pela frente, mas por outro lado, tinha a parte dura, amarga, de deixar o país, talvez para sempre. Eu estava perdendo a cidadania, era um banido, ia perder tudo aqui, abandonar tudo, teria que começar de novo. Saía com a sensação de que um dia mudaria, que poderia voltar, mas no momento a situação era de não poder nunca mais botar o pé de volta no Brasil²⁶¹.

²⁵⁹ MÉDICI, Emílio Garrastazu. Tempo de construir. Biblioteca da Presidência da República, 31 de março de 1971. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1971/05.pdf/view>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

²⁶⁰ CONVENÇÃO SOBRE O ESTATUTO DOS APÁTRIDAS. Nova Iorque, 28 de Setembro de 1954. Disponível em: <http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/asilo2/2cea.html#a1>. Acesso em: 19 abr. 2018.

²⁶¹ BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Op. cit.*, p. 75.

A perda da nacionalidade tinha duas funções. A primeira era punir esses sujeitos, considerados pelas Forças Armadas como subversivos, maus cidadãos, que perderam o direito de serem chamados de brasileiros. A segunda era impedir que esse grupo tivesse trânsito livre no exterior, porque isso facilitaria a organização de campanhas e denúncias contra a ditadura, bem como a formação de redes de solidariedade em outros países que permitissem a volta dos banidos ao espaço geográfico nacional, fato que poderia significar uma retomada da luta revolucionária no Brasil. Para Silvina Jensen, existe uma dialética entre a constituição do exílio e o que se definiu enquanto Pátria:

Todo exilio – y éste no constituyó una excepción – guarda una relación constitutiva con la Nación desde la que se originó el desplazamiento. Ya desde la etimología, el exilio enfatiza el “estar y sentirse afuera” porque la violencia política que explica la salida y la imposibilidad de retorno, también funda la idea de Patria perdida y la identificación (positiva o negativa, desde el deseo constante de regresar o incluso desde el odio a la “madre desnaturalizada”) del exiliado con su terra de origen. Esa Patria – como el hogar perdido, al que se ha abandonado en forma abrupta y no deseada y/o del que el exiliado se siente expulsado – se convierte en el tiempo de destierro en un sustrato de los procesos de identificación, construcción de diferencia, filiación y recuerdo²⁶².

Cabe salientar que o termo “apátrida” começou a ser utilizado entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, quando o colapso dos impérios czarista e austro-húngaro impulsionou a formação de novos estados nacionais. A constituição desses países, porém, resultou das decisões tomadas pelas potências vencedoras, que impuseram a convivência de povos de várias nacionalidades num mesmo espaço territorial, sem levar em consideração suas diferenças políticas, étnicas, culturais e religiosas. Ao analisar esse processo, Arendt salientou que o mesmo se baseava no ódio aos diferentes, que passaram a designar dois grupos principais de pessoas: as minorias étnicas e os apátridas. O segundo grupo, por não contar com a proteção do Estado, perdia todos os direitos referentes à cidadania:

Com o surgimento das minorias na Europa meridional e oriental, e com a incursão dos povos sem Estado na Europa central e ocidental, um elemento de desintegração completamente novo foi introduzido na Europa do pós-guerra. A desnacionalização tornou-se uma poderosa arma da política totalitária, e a incapacidade constitucional dos Estados-nações europeus de proteger os direitos humanos dos que haviam perdido os seus direitos nacionais, permitiu aos governos opressores impor a sua escala de valores até mesmo sobre os países oponentes. Aqueles a quem haviam escolhido como refugio da terra – judeus, trotskistas, etc. – eram realmente recebidos como o refugio da terra em toda a parte; aqueles a quem a perseguição havia chamado de indesejáveis tornavam-se de fato os *indésirables* da Europa.²⁶³

As ditaduras de SN do Cone Sul também consideravam seus opositores políticos como os “refugos da terra”, que pela adoção de uma ideologia supostamente forânea contrariavam

²⁶² JENSEN, Silvina. *Op. cit.*, p. 28.

²⁶³ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 372.

os interesses nacionais, eram inimigos da “pátria”, de sua tradição, do bem estar comum. Desse modo, não interessava saber se a oposição estava alinhada ao nacionalismo, ao comunismo de matriz soviética, ao foquismo, ao maoísmo, ao socialismo cristão ou se defendia um projeto reformista ou radical; todos deveriam ser combatidos e, se possível, afastados do convívio entre os nacionais – os “verdadeiros” brasileiros, argentinos, chilenos, uruguaios e paraguaios. Na interpretação de Roniger, o fato de um país expulsar seus cidadãos, seja de forma direta ou indireta, evidencia os conflitos existentes entre o Estado-nação e os direitos de cidadania, uma vez que o primeiro tende a adaptar o segundo aos seus próprios interesses:

El exilio pone en evidencia una tensión subyacente entre el principio de pertenencia a una nación y el principio de ciudadanía. Ambos principios se confunden en el marco de los Estados-Nación, indisolublemente combinados bajo la lógica operativa del Estado y la socialización escolar y mediática. Pero, una vez que una persona es desterrada o sea, expulsada del territorio nacional o empujada a migrar por temor a verse afectado en su integridad física o por haber elegido el exilio para escapar de la falta de libertad, se produce una ruptura entre el principio de ciudadanía sostenido por el Estado y el proyecto de nación que los exiliados han imaginado poder construir. Se disocian así los principios de nacionalidad y ciudadanía²⁶⁴.

Pode-se afirmar que o exílio, no caso do Brasil e demais países do Cone Sul, nas décadas de 1960 e 1970, foi utilizado como forma de desmobilizar a sociedade. Tal ação tinha o objetivo de acabar com os movimentos de oposição e disseminar o temor no restante da população. O exílio afetou diretamente os setores que resistiram (de múltiplas formas) a essas ditaduras, que temiam tornarem-se os próximos alvos da repressão estatal e por isso resolveram abandonar o território nacional, como opção de sobrevivência e/ou de recuo estratégico para reorganizar suas forças políticas.

Os brasileiros exilados, por exemplo, foram obrigados a sair do país, deixando para trás as relações sociais e políticas que constituíam sua existência. Considerados pela ditadura indignos de serem chamados de cidadãos brasileiros, a maioria deles partiu em direção ao exílio sem renda e garantias, contando apenas com o apoio de familiares, amigos e companheiros de militância. No Chile, tiveram que se adaptar a novos costumes, formas de representação, língua e a um clima político muito diferente do que estavam habituados, pois o país de acolhida vivia um período de intensa agitação, motivado pela vitória de Salvador Allende. A esquerda chilena, diferente da brasileira, era formada basicamente por partidos institucionalizados, que contavam com milhares de adeptos. Em definitiva, os contrastes entre

²⁶⁴ RONIGER, Luis. Exilio, teoría sociopolítica y enfoques transnacionales. *Revista Migraciones y exilios*, Madrid, n. 16, p. 33-56, 2016, p. 43.

os dois países provocaram nesses brasileiros uma série de mudanças, tanto no âmbito pessoal quanto no político.

2. O EXÍLIO: OS BRASILEIROS NO CHILE

Nós saímos algemados dois a dois e chegamos na madrugada do dia 13 no aeroporto, em Santiago do Chile. Fomos recebidos por uma grande manifestação de exilados políticos brasileiros que lá estavam e também pelo Ministério das Relações Exteriores do governo de Salvador Allende, um governo [...] que estava construindo o socialismo pela via democrática, através das eleições. Portanto, o Chile era uma ilha na América Latina, de democracia, cercada por ditaduras. Para nós foi praticamente um renascer, saindo da prisão e da clandestinidade, para um processo amplamente aberto e democrático de construção do socialismo.
Ubiratan de Souza²⁶⁵

La experiencia obstinada confirmaba la inmutabilidad de las leyes generales del marxismo. En ningún lugar del mundo las clases dominantes se han dejado expropiar sin recurrir a la violencia. Por el contrario, donde quiera que los pueblos alteraron la normalidad de su dominación, se volcó sobre ellos la más extrema crueldad.
Carlos Altamirano²⁶⁶

2.1 O CHILE NOS PRIMEIROS ANOS DA DÉCADA DE 1970

No início da década de 1970, período em que um número significativo de brasileiros se exilou no Chile, a esquerda chilena se encontrava num momento de euforia política, a qual foi impulsionada pela chegada de Salvador Allende à presidência. Após três eleições fracassadas, essa foi a oportunidade da coalizão de partidos e organizações que integravam a *Unidad Popular*²⁶⁷ (UP), colocar em andamento um projeto de governo, que previa a transformação das bases do capitalismo no país. A principal medida dessa proposta tinha o objetivo de retirar as ações imperialistas estadunidenses, aliadas à burguesia local, do domínio exercido sobre a exploração de cobre e de outros minérios, que eram as grandes responsáveis pela geração de divisas para a economia chilena.

Cabe destacar que esse processo começou a se delimitar no final do século XIX, quando se intensificou a extração e comercialização dos minérios extraídos das minas de salitre, prata e cobre existentes no Chile. Paralelamente a essa atividade, a expansão do capitalismo no campo gerou a necessidade de aumentar a área de cultivo de cereais e vinhos,

²⁶⁵ SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

²⁶⁶ ALTAMIRANO, Carlos. *Dialéctica de una derrota: Chile 1970-1973*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.12.

²⁶⁷ A UP era formada pelo Movimiento de Acción Popular Unitario (MAPU), a Acción Popular Independiente (API) e os Partidos Socialista, Radical, Comunista e Socialdemócrata. In: PROGRAMA DE LA UNIDAD POPULAR. *Op. cit.*

tidos como os produtos de maior interesse comercial no mercado externo. O aumento na extensão das propriedades rurais foi obtido a partir da expropriação de terras indígenas, principalmente daquelas ocupadas por povos de origem *mapuche*²⁶⁸. A sociedade que surgiu desse contexto econômico, de acordo com Segall, era formada por uma elite, que englobava a burguesia e os grandes proprietários de terras e uma classe de trabalhadores explorados por esses setores, cujos salários eram insuficientes para atender as demandas básicas de alimentação, moradia e vestuário²⁶⁹.

Os problemas econômicos também geraram um aumento no fluxo de pessoas que deixavam o campo em busca de melhores oportunidades de trabalho nas cidades. A ocupação dos espaços urbanos, contudo, não ocorreu de forma homogênea. A classe privilegiada economicamente se instalava nas regiões nobres, geralmente localizadas no centro das cidades, que contavam com ruas asfaltadas e iluminadas, coleta de lixo, água potável, estabelecimentos comerciais, escolas, centros de saúde e, na medida em que aumentavam os avanços tecnológicos, um sistema qualificado de transporte. Nas áreas não desenvolvidas, situadas nas regiões de periferia, residiam de forma precária os trabalhadores mal remunerados e os setores marginalizados da população. Nestes locais, com pouca infraestrutura e apoio estatal, eram comuns as inundações e a proliferação de doenças.

Benjamín Vicuña Mackenna, intendente da capital chilena no final do século XIX, definia Santiago como uma *ciudad doble*. Nesse sentido, esta era constituída por uma área central ocupada pela elite econômica, definida por Mackenna como o setor moralmente digno e respeitável da sociedade que, devido ao elevado nível cultural, mantinha hábitos e construía casas baseadas no estilo europeu – *la ciudad decente* –, e a periferia ocupada pela população mais pobre. Os setores populares, classificados pelo intendente como uma massa miserável, desprovida de instrução e, conseqüentemente, de expressão política, exerciam atividades informais e transitavam maltrapilhos e sujos pelas ruas centrais da capital durante o dia, para no período da noite retornar à região periférica – *la ciudad bárbara*²⁷⁰. Em síntese, Santiago refletia a desigualdade social que caracterizava essa sociedade no período.

Nesse cenário, a maioria da população não participava das atividades e decisões políticas, que ficavam restritas à elite. Na época, porém, esses setores vivenciaram uma fase

²⁶⁸ El pueblo indígena del sur de Chile y Argentina se autodenomina mapuche o sea, “gente de la tierra”. Disponível em: <<http://etimologias.dechile.net/?mapuche>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

²⁶⁹ SEGALL, Marcelo. *Desarrollo del capitalismo en Chile. Cinco ensayos dialécticos*. Santiago: Editorial del Pacífico, 1953.

²⁷⁰ Museo Nacional Benjamín Vicuña Mackenna. Colecciones digitales. Benjamín Vicuña Mackenna: el Intendente que cambió Santiago. Disponível em: <http://www.museovicunamackenna.cl/647/w3-article-25397.html?_noredirect=1>. Acesso em: 28 jun. 2018.

de profundas mudanças. Os latifundiários, antes considerados a classe mais influente do contexto nacional, perdeu espaço para a burguesia formada junto ao setor de mineração. A burguesia, entretanto, não era uma unidade coesa, sendo constituída por um setor vinculado ao capital nacional e outro que mantinha estreita relação com o capital estrangeiro, particularmente inglês, que controlava a maior parte da extração e comercialização de minérios no Chile. Em 1890, esses dois setores entraram em conflito pelo controle da exploração mineira, o que gerou um clima de agitação política, que se acentuou a partir do momento em que os trabalhadores das minas passaram a lutar por melhorias salariais e das condições de trabalho. Essa disputa resultou na guerra civil de 1891, que foi vencida pela burguesia aliada ao imperialismo inglês, consolidando o monopólio desse grupo sobre a produção mineral do país²⁷¹.

A guerra civil, portanto, marcou o triunfo do capital estrangeiro sobre o nacional na exploração das riquezas minerais, que eram base de sustentação da economia chilena. Essa situação mudou no século XX, com a eclosão da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, o que provocou a destruição de parte da Inglaterra, resultando na perda do seu status de potência hegemônica do capitalismo mundial para os Estados Unidos. Desse modo, no Chile, a extração e comercialização de minérios, especialmente do cobre, saiu da esfera de dominação do imperialismo inglês para o estadunidense. Vitale aponta que, no início dos anos de 1970, três multinacionais estadunidenses – *Chile Exploration*, *Andes Copper Mining* e *Braden Copper* – eram responsáveis pelo controle de 95% da produção de cobre do país e pela regulamentação do preço dessa matéria prima no mercado internacional:

Como estas compañías eran subsidiarias de otras más grandes (la Anaconda Copper Mining y la Kennecott Copper Corporation), que monopolizaban el mercado mundial cuprífero desde la extracción, fundición y refinación hasta la elaboración de productos fabricados con dicho metal, no tenían interés en aumentar el precio del cobre. Este fenómeno acarreaba graves consecuencias económicas, porque al no interesarle a las compañías elevar los precios, se reducían las posibilidades de incrementar la renta fiscal. Las empresas combinadas – es decir, la reunión en una sola empresa de distintos ramos de la producción – fijaban artificialmente precios bajos a las materias primas que extraían sus propias subsidiarias, pues obtenían mayores utilidades con las industrias de elaboración, al mismo tiempo que se ahorran el pago de divisas al Estado chileno por concepto de derechos de exportación²⁷².

O monopólio estrangeiro exercido sobre a produção mineral gerava prejuízos para o Estado e atingia, direta ou indiretamente, a maior parte da sociedade chilena. Tais fatos, no entanto, não impediram a burguesia de manter, ao longo de décadas, vínculos extremamente

²⁷¹ SEGALL, Marcelo. *Op. cit.*

²⁷² VITALE, Luis. *Interpretación Marxista de la Historia de Chile*. V. 6. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Historia_de_Chile/trab_gen/HCHtrabgen0009.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2017.

lucrativos com o imperialismo. Em 1965, esse panorama sofreu alterações, a partir da eleição de Eduardo Frei, do PDC, para a presidência do Chile. Frei defendia um projeto reformista, a *Revolución en Libertad* que, entre outros objetivos, pretendia negociar com as multinacionais estadunidenses um maior controle do Estado sobre a exploração de minérios no país.

Na visão de Mires, Eduardo Frei pretendia, com essa e outras medidas descritas em seu projeto de governo, tornar o capitalismo mais dinâmico. Os recursos do setor mineiro, por exemplo, seriam utilizados para incrementar a industrialização e aumentar a oferta de emprego, absorvendo a mão de obra excedente, que sem oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, ampliava os cordões de miséria nas grandes cidades. Além disso, Frei pretendia melhorar a infraestrutura das zonas de periferia, construindo milhares de casas nas *poblaciones*. No meio rural, a ideia era que em paralelo à reforma agrária, o governo deveria disponibilizar verbas para os camponeses aprimorarem a utilização de novas tecnologias no campo, com a finalidade de aumentar a produção e, ao mesmo tempo, diminuir os conflitos agrários, que haviam se agravado no decorrer dos anos de 1960²⁷³.

É importante realçar que a pretensiosa *Revolución en Libertad* de Eduardo Frei, de forma semelhante ao projeto de Reformas de Base estruturado pelo governo João Goulart, não previa alterações profundas no capitalismo, mas adaptações que permitissem um melhor desempenho da economia interna do Brasil e do Chile. A proposta era que, a partir da implantação dessas medidas, ocorreria uma diminuição dos protestos, greves e manifestações, organizadas por operários, camponeses, estudantes e intelectuais, descontentes com os rumos adotados nas economias desses países. No caso brasileiro, a tentativa de implantação do plano reformista de Jango foi interrompida pelo golpe civil-militar de 1964. Por seu turno, no caso chileno, o plano reformista de Frei, ao invés de minimizar os conflitos, provocou o acirramento da luta de classes em todo o país²⁷⁴.

As disputas no campo, por exemplo, aumentaram a partir da decretação da Lei 16.640, que marcou o início da reforma agrária no país, em 1967. Com essa lei, Eduardo Frei determinou a desapropriação de propriedades rurais com extensão superior a oitenta hectares, que mais tarde foram entregues a camponeses e trabalhadores sem terras, em sua maioria de origem *mapuche*. O objetivo de Frei era transformar esses locais, denominados de acampamentos, em cooperativas agrícolas administradas por funcionários do governo. Illanes e Recabal salienta que esse projeto de reforma agrária passou a sofrer forte oposição dos

²⁷³ MIRES, Fernando. Chile: la revolución que no fue. In: MIRES, Fernando. *La rebelión permanente. Las revoluciones sociales en América Latina*. México: Siglo XXI, 1988, p. 332-375.

²⁷⁴ No âmbito político é importante destacar que João Goulart sofreu o golpe no Brasil em 1964, enquanto que Eduardo Frei se posicionou a favor do golpe no Chile, em 1973.

grandes latifundiários que, na tentativa de impedir o aprofundamento desse processo, começaram a dividir suas propriedades em lotes com menos de oitenta hectares, distribuídos a outros integrantes da família. Tal prática obrigou Frei a decretar em 1970 a Lei 17.280, que proibia essa divisão²⁷⁵.

Os conflitos na cidade se intensificaram diante da incapacidade do governo Frei em atender as demandas por moradia da população mais pobre que habitava as regiões de periferia. Por essa razão, os *pobladores* passaram a se reunir em associações de vizinhos e centros de convivência para organizar protestos, com o objetivo de exigir que Frei cumprisse a promessa de entregar casas populares aos mais pobres, denunciada durante sua campanha presidencial. No momento em que o governo não atendeu essas reivindicações, tais setores se mobilizaram para ocupar um número significativo de terrenos nas áreas urbanas, pois se o Estado não tinha os recursos necessários para construir casas, esperava-se dele que, pelo menos, desapropriasse terrenos onde, mais tarde, os próprios *pobladores* poderiam edificar suas residências.

O início da nacionalização negociada da exploração de minérios, a reforma agrária e a ocupação de terrenos nas cidades, colocadas em prática por Eduardo Frei, serviram para chamar a atenção e, posteriormente, mobilizar os setores de direita. Estes, embora divergindo em vários aspectos entre si, começaram a se unir para defender a manutenção da propriedade privada que, em suas avaliações, se encontrava em perigo no. Verónica Valdivia aponta que a direita chilena, representada principalmente pelos nacionalistas reunidos no *Partido Nacional* (PN) e os *gremialistas*, reunidos no *Movimiento Gremialista de la Universidad Católica*, percebeu que o projeto reformista do PDC, ao ser colocado em prática, ocasionou um aumento na mobilização política de camponeses, operários e moradores das periferias das grandes cidades. O temor da direita era que esses movimentos ampliassem suas reivindicações e se posicionassem a favor de projetos que previam transformações mais radicais²⁷⁶.

Cabe destacar que o Chile, durante o governo Frei (1964-1970), foi o país da América Latina que recebeu o maior volume de recursos da Aliança para o Progresso, programa criado no início dos anos 60, pelo presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico e social nessa região, com a finalidade de diminuir a miséria, melhorando as condições de vida da população local para, dessa forma, evitar que a

²⁷⁵ ILLANES, Angélica; RECABAL, Flor. Liberación y Democracia en la tierra. Historia y memoria de la Reforma Agraria. Unidad Popular. Chile, 1971-2012. In: VALLEJOS, Julio (Ed.). *Fiesta y drama: nuevas historias de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2014, p. 26.

²⁷⁶ VALDIVIA, Verónica. *Nacionales y gremialistas: el "parto" de la nueva derecha política chilena, 1964-1973*. Santiago: LOM, 2008.

região ficasse receptiva à influência do comunismo, teoricamente propagado pela esquerda regional, com o apoio da União Soviética. Tais objetivos não foram alcançados e os partidos, organizações e movimentos de esquerda deram continuidade às suas mobilizações em busca da diminuição das desigualdades sociais, motivados também pela eclosão da Revolução Cubana, em 1959, que abriu novas perspectivas de luta para esses setores.

Em 1969, esse panorama se modificou quando Richard Nixon, que ganhou notoriedade na década anterior como um dos líderes mais extremados na luta anticomunista dos EUA, venceu as eleições para a presidência do seu país e decretou alterações na estrutura da Aliança para o Progresso. A partir desse momento, o projeto, ao invés de apoio econômico, passou a priorizar o fornecimento de armas e a realização de cursos de treinamento de militares e policiais da América Latina, para que atuassem no combate ao comunismo, reprimindo as atividades dos setores de esquerda em seus próprios territórios nacionais. Na avaliação de Edward Herman, durante o governo Nixon, a estratégia de conceder apoio econômico aos países latino-americanos perdeu espaço para o uso da força, através da maior disseminação de táticas de contrainsurgência às Forças Armadas e às polícias locais:

La estrategia de contrainsurgencia fue inicialmente complementada con la estrategia reformista de “ganarse los corazones y las mentes” (como la Alianza para el Progreso), pero el componente reformista ha sido invariablemente desbordado por la contrainsurgencia por una serie de razones. Una es inherentemente reaccionaria, en la medida en que descansa en un intento de sacar provecho de una fuerza estatal superior sin que importe ni la justicia, ni otro tipo de cuestiones subyacentes. Emplea el poder y la tecnología avanzada en áreas tales como las herramientas de interrogación, y las aplica a la gente pobre que se ha insubordinado. Como las razones “superiores” buscan la supeditación del inferior basándose en la fuerza y nada más, éste es un sistema en el cual la escalada de la barbarie es estructural²⁷⁷.

Em setembro de 1970, quando Salvador Allende venceu as eleições para a presidência do Chile, a transmissão de métodos de contrainsurgência pelo governo estadunidense às Forças Armadas e às polícias da América Latina, que previam o combate à oposição através do uso da força, estava no seu apogeu. A partir dessa perspectiva, os Estados Unidos apoiaram: os militares e civis brasileiros que se uniram para derrubar João Goulart por meio de um golpe de Estado, em 1964; a invasão da República Dominicana por uma força regional promovida pela superpotência, com o intuito de impedir o retorno ao poder do presidente constitucionalmente eleito, Juan Bosch, em 1965; os militares que combateram a guerrilha boliviana e executaram Ernesto Che Guevara, em 1967, e derrubaram o governo nacionalista do general Juan José Torres, em 1971; e os setores que organizaram o golpe de Estado no Uruguai, em 1973.

²⁷⁷ HERMAN, Edward. El patrocinio estadounidense del terrorismo internacional: un examen general. In: PIETERSE, Jan. *Op. cit.*, p. 75 e 78.

Nessa conjuntura, a vitória de Salvador Allende, candidato de esquerda que pretendia instaurar o socialismo sem romper com ordem institucional vigente no Chile, desagradou profundamente o presidente Richard Nixon. Com isso se instaurou um problema de ordem política, pois caso a *Vía Chilena al Socialismo* alcançasse êxito, poderia se transformar, assim como a Revolução Cubana, num exemplo a ser seguido pela esquerda latino-americana. Além disso, Nixon não podia acusar Allende, como fazia constantemente com Fidel Castro, de não respeitar as regras da “democracia”, pois o representante da UP havia participado do processo eleitoral e obtido o voto da maioria dos eleitores chilenos dentro dos marcos constitucionais estabelecidos. Segundo Moniz Bandeira, Richard Helms, diretor da CIA na época, declarou que o presidente estadunidense indignou-se com a chegada de Allende ao poder: “Truman perdeu a China. Kennedy perdeu Cuba. Nixon não estava disposto a perder o Chile”²⁷⁸.

Existia, também, um problema de ordem econômica, uma vez que, em seu projeto de governo, a UP propunha modificar o capitalismo dividindo as propriedades existentes no Chile em privadas, mistas e sociais. Os esforços do governo se concentrariam na estruturação da propriedade social, que englobaria as empresas estatais e as minas de cobre, salitre, iodo, ferro e carvão mineral, principais geradoras de divisas para o país²⁷⁹. A nacionalização do cobre, em particular, atingia os interesses econômicos dos Estados Unidos, pois suas multinacionais perderiam o monopólio sobre a exploração e a comercialização desse minério. Uma reportagem da *Punto Final*, publicada em setembro de 1970, apontou a reação estadunidense diante da possibilidade de perder o direito de exploração dessas reservas:

Alrededor de mil millones de dólares (963 millones hasta el año 1968) es la inversión directa de Estados Unidos en Chile. Esto explica claramente por qué Estados Unidos se opone, desde ahora, a un gobierno popular como el de Allende, que plantea iniciar la construcción del socialismo en nuestro país. Los intereses norteamericanos – que explotan la riqueza minera, la industria manufacturera, una parte del sector bancario, los seguros, fletes y la tecnología –, no van a renunciar pacíficamente al buen negocio que les significa Chile. Para el año de 1969, se ha calculado en 479 millones de dólares el egreso de divisas, desde Chile, por concepto de utilidades, intereses y amortizaciones de inversiones. Cuando las inversiones norteamericanas se ven amenazadas, entra a actuar el Departamento de Estado. Aplica presiones que incluyen la suspensión de diversos tipos de ayuda que administra Washington [...]. Si el Departamento de Estado fracasa, entran los agentes de la CIA, que organizan golpes de Estado²⁸⁰.

Em síntese, o projeto da UP desagradava consideravelmente setores da direita chilena. Especificamente, os grandes latifundiários temiam perder seus privilégios de classe com a expansão e o aprofundamento da reforma agrária, iniciada por Eduardo Frei em 1967. Já a

²⁷⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende: 1970-1973*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 168.

²⁷⁹ PROGRAMA DE LA UNIDAD POPULAR. *Op. cit.*

²⁸⁰ Lo que defiende la CIA en Chile. *Punto Final*, Santiago, n. 114, p. 01-34, 1970, p. 16. Disponível em: <<http://www.puntofina.cl/>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

burguesia temia a nacionalização dos recursos minerais, principalmente das minas de cobre existentes no país. Por esses motivos, esses grupos buscaram o apoio do capital externo e conseqüentemente, do governo estadunidense para estruturar uma operação que tinha o objetivo de impedir a posse de Allende, após a sua vitória nas eleições de 1970.

De acordo com Moniz Bandeira, as articulações para garantir que Salvador Allende não assumisse o poder executivo no Chile, iniciaram logo após a sua vitória. Nessa ocasião o presidente Richard Nixon recebeu na Casa Branca um dos principais expoentes da direita chilena, Agustín Edwards, diretor do periódico *El Mercurio*, quem o teria alertado sobre os efeitos nocivos que um governo socialista teria para os interesses de ambos os países. Nixon, em seguida, destinou recursos para financiar operações clandestinas, que impedissem Allende de assumir a presidência, os chamados TRACK I e II:

TRACK I [era] o caminho político institucional evitando que o Congresso referendasse sua eleição como estabelecia a constituição chilena, uma vez que ele obtivera a pluralidade dos votos, mas não alcançara a maioria absoluta, ou induzindo Frei a um golpe institucional; e a TRACK II, o caminho militar mediante um golpe de Estado. E os dois caminhos seriam trilhados simultaneamente. A TRACK I diferenciou-se da TRACK II apenas porque contava com a expectativa de conivência de Frei e a participação do Embaixador Korry²⁸¹.

A implantação do TRACK I tornou-se inviável na medida em que Eduardo Frei não aceitou apoiar um golpe institucional contra a posse de Allende. Diante dessa situação, o governo estadunidense priorizou a execução do TRACK II, enviando agentes da CIA para o Chile. O problema na execução desse plano era a existência de setores das Forças Armadas chilenas que eram fiéis ao Comandante Chefe do Exército, general René Schneider, e a sua ideologia, denominada de *Doctrina Schneider*, de defesa da fidelidade dos militares à ordem constitucional, o que criava um obstáculo ao golpe de Estado no país. Segundo Valdivia, na tentativa de resolver esse impasse, oficiais do alto escalão das Forças Armadas e militantes do grupo de extrema direita *Patria y Libertad* planejaram, com o apoio da CIA, o sequestro de Schneider. O plano, no entanto, fracassou porque este reagiu à ação e foi assassinado pelos sequestradores. O episódio gerou um clima de comoção nacional, o que fortaleceu ainda mais a posição de Allende e garantiu sua posse²⁸².

As medidas previstas na *Vía Chilena al Socialismo* somente poderiam ser colocadas em prática depois da sua aprovação pela maioria dos integrantes do Congresso Nacional. Por essa razão, Salvador Allende necessitava, para aprovar seu plano de governo, compor uma

²⁸¹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Op. cit.*, p. 169.

²⁸² VALDIVIA, Verónica. “Todos juntos seremos la historia: Venceremos”. Unidad Popular y Fuerzas Armadas. In: VALLEJOS, Julio (Ed.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005, p. 178.

aliança não apenas com operários e camponeses, mas também com as correntes progressistas dos setores médios²⁸³. Na interpretação de parte das organizações e partidos que integravam a UP, os setores que se posicionavam como esquerda do PDC, possuíam características que os definiam como anti-imperialistas, antimonopolistas e antioligárquicos, fato que os tornava potenciais aliados dos interesses dos trabalhadores chilenos. Em outubro de 1970, com o objetivo de obter a maioria dos votos no Congresso Nacional, a UP estabeleceu uma aliança com o PDC, em troca da assinatura do chamado *Pacto de Garantías Democráticas*²⁸⁴.

Por seu turno, o PC, um dos partidos da UP que defendia a viabilidade dessa aliança, se posicionava de forma favorável à eclosão de um movimento revolucionário em duas etapas. A primeira, de caráter essencialmente democrático-burguês, seria desenvolvida a partir de uma união entre operários, camponeses e a burguesia nacional (percebida, esta, no início dos anos de 1970, como integrante dos setores progressistas do PDC). A segunda seria desencadeada a partir da união desses grupos numa força homogênea e coesa, que se tornaria a principal responsável pela implantação do socialismo no Chile. A necessidade de uma revolução em duas etapas se baseava na ideia que o capitalismo chileno não estava plenamente desenvolvido, fato que inviabilizaria, de acordo com a visão marxista ortodoxa, a instauração imediata do socialismo no país.

A posição assumida pelo PC era semelhante à adotada pelo PCB no Brasil, pois ambos os partidos, desde que haviam sido fundados em 1922, compartilhavam, de forma geral, as diretrizes do Partido Comunista Soviético (PCUS). O XX Congresso do PCUS, ocorrido em 1956, repudiou as atitudes autoritárias de Josef Stalin a frente do governo soviético, no período de 1922 a 1953, e adotou uma política de coexistência pacífica com o capitalismo. Esta mudança abriu espaço para a possibilidade de se chegar ao poder por meio de eleições, sem a quebra violenta das estruturas estatais. Tal mudança de paradigma influenciou o PC e o PCB, que passaram a apoiar a via pacífica ou não armada, como opção política, tanto no Chile quanto no Brasil.

O *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU) era outra organização de esquerda que integrava a UP. Fundado em 1969, o MAPU surgiu do descontentamento de alguns militantes do PDC com os rumos tomados pelo governo Eduardo Frei, por não ter

²⁸³ PROGRAMA DE LA UNIDAD POPULAR. *Op. cit.*

²⁸⁴ “El acuerdo apuntaba a asegurar la libertad de expresión, el derecho a reunión, el sistema nacional de educación, la inviolabilidad de la correspondencia, los derechos de los trabajadores y sus organizaciones sindicales, la libertad ambulatoria y su régimen, los derechos de las diversas organizaciones sociales y las bases constitucionales de la fuerza pública”. In: PACTO DE GARANTÍAS DEMOCRÁTICAS, 1970. Memoria Chilena. Biblioteca Nacional de Chile. Disponível em: <<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-96581.html>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

implantado as mudanças previstas na *Revolución en Libertad*. Nessa primeira fase de sua trajetória política, o MAPU se aproximou do PC, defendendo a aproximação da UP à burguesia nacional, para colocar em prática seu projeto de governo. Para Carlos Rodríguez, a ideia da organização era a de que, a partir dessa aliança, seria possível conquistar espaços dentro do aparelho estatal e, posteriormente, fundar novas instituições e redes, que permitissem o aumento da participação popular de forma horizontal nas decisões do Estado²⁸⁵.

Outra força política importante dentro da UP era o PS, fundado em 1933, a partir de uma composição heterogênea, que reunira vários grupos e tendências políticas, entre os quais trotskistas e anarquistas. O PS não se alinhava politicamente a nenhum partido estrangeiro e era constituído de duas alas; a moderada, da qual fazia parte Salvador Allende que, em linhas gerais, coincidia com a posição do PC e do MAPU (coexistência pacífica com o capitalismo e revolução em duas etapas), e a ala rupturista, que defendia a luta armada e a irrupção do processo revolucionário em uma etapa, uma vez que o capitalismo chileno já se encontrava plenamente desenvolvido, não sendo necessária uma fase para acabar com as relações pré-capitalistas.

Na interpretação da ala rupturista do PS, a aliança com a burguesia nacional reunida no PDC, era inviável por que esses setores mantinham estreita vinculação com os grandes proprietários de terras chilenos e o capital estadunidense. Ou seja, os setores médios não se alinhariam aos interesses da UP e dos trabalhadores chilenos. A respeito dessa posição, o secretário geral do PS, Carlos Altamirano, fez a seguinte explanação:

En Chile, con una formación histórica capitalista dependiente y una avanzada fase de monopolización, la burguesía no estaba ni está en condiciones de realizar las tareas – aún inconclusas – correspondientes a esa eventual etapa. La revolución democrático-burguesa fue insoslayable en los países capitalistas altamente desarrollados. Las burguesías nacionales desempeñaron allí un papel, imposible de reiterar en los países subdesarrollados, donde desde su inicio – así ha ocurrido en Chile – amarraron su destino a las oligarquías locales y a los imperialismos, convirtiéndose en clase dependiente, o dicho de otro modo, en clase dominante dominada. Los sectores más importantes y dinámicos de la burguesía chilena están umbilicalmente ligados al capital extranjero, impidiéndoles – este hecho – encabezar la lucha antimperialista²⁸⁶.

Uma organização de esquerda que não integrava a UP era o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), fundado em 1965, que adotava posição semelhante à ala rupturista do PS, se posicionando contra o estabelecimento de uma aliança com o PDC. Na concepção do MIR, a via armada, e não a eleitoral, era a única habilitada a promover mudanças de caráter estrutural na sociedade. Apesar disso, de acordo com Leiva e Fahra, o MIR não se opôs a

²⁸⁵ RODRÍGUEZ, Carlos. El MAPU y la vía al socialismo como construcción democrática. *Revista Izquierdas*, Santiago, n. 4, p. 1-14, 2009.

²⁸⁶ ALTAMIRANO, Carlos. *Op. cit.*, p. 25.

indicação de Salvador Allende como candidato da UP e, após sua vitória nas eleições, passou a exercer um apoio crítico ao governo, por acreditar que as medidas propostas na *Vía Chilena al Socialismo* acirrariam a luta de classes no Chile, provocando uma contraofensiva da classe dominante local e dos setores imperialistas a ela vinculados. Por esse motivo, a esquerda deveria se preparar militarmente para um enfrentamento armado que seria inevitável, na medida em que se aprofundasse o processo revolucionário no país²⁸⁷.

Um dos fundadores do MIR, o historiador Luis Vitale, publicou um ensaio após as eleições de 1970, contestando a existência de uma burguesia, que pelo seu caráter nacionalista, apoiaria o governo Allende. Acrescentava que essa suposta burguesia nacional integrava uma classe média que, ao longo da história do Chile, havia se identificado muito mais com as ideias da direita que da esquerda, posicionando-se, por exemplo, contra as greves organizadas por operários e mineiros, por entender que pretendiam promover o caos econômico e social no país. Devido a tal alinhamento ideológico, esses grupos desejavam se aproximar da elite e não dos trabalhadores chilenos. Na visão do historiador, o pacto entre a UP e PDC, enquanto expressão política da classe média, foi uma tática deste partido para impedir que Allende implantasse mudanças radicais no funcionamento das Forças Armadas²⁸⁸, garantidoras, em última instância, de seus privilégios de classe²⁸⁹.

Em outras palavras, a UP, no momento em que procurou estabelecer canais de negociação com o PDC, abriu mão de intervir na estrutura de funcionamento do aparato repressivo estatal como estava implícito no espírito das medidas descritas na *Vía Chilena al Socialismo*. Nessa perspectiva, as Forças Armadas e a polícia continuaram atuando com o objetivo de preservar os interesses da classe dominante e não da maioria da população. Na interpretação do MIR e da ala rupturista do PS, o PDC manteria esses canais abertos para garantir que o governo não atraísse o apoio dos militares e policiais no momento em que o aprofundamento da luta de classes conduziu o país ao enfrentamento armado.

²⁸⁷ LEIVA, Sebastián; FAHRA Neghme. *La política del movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) durante la Unidad Popular y su influencia sobre los obreros y pobladores de Santiago*. Santiago: USACH, 2000. Tesis (Licenciado Educación y Geografía) – Historia/USACH, Santiago, 2000.

²⁸⁸ “Para manter a ordem entre os cidadãos, porém, era necessário criar também, como dissemos acima, uma força de polícia. Essa força pública existe em todos os Estados, sendo constituída não só por homens armados, mas também por acessórios materiais, cárceres e instituições coercitivas de todo tipo, totalmente desconhecidos pela sociedade gentílica. Essa força pode ser pouco significativa e até quase nula nas sociedades em oposições de classe pouco desenvolvidas [...]. Mas ela se fortalece na medida em que se exacerbam os antagonismos de classe dentro do Estado e na medida em que Estados limítrofes cresçam e aumentem sua população”. In: ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Escala, [S.d], p.185.

²⁸⁹ VITALE, Luis. ¿Y después del 4, que? Perspectivas de Chile después de las elecciones presidenciales (1970). Disponível em: <http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/vitalel/6lvc/06lvcextpol0001.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

A partir dessas considerações, concluiu-se que o Chile necessitava das divisas obtidas com a venda de minérios, especialmente do cobre, para sustentar sua economia interna, pois comprava no exterior a maior parte dos gêneros alimentícios e de insumos que abasteciam a população. Essas características tornavam o país dependente do capital estrangeiro, responsável pelo fornecimento de subsídios e tecnologia para explorar as riquezas minerais, além de controlar o preço dos minérios no mercado externo, inviabilizando qualquer mudança na estrutura do sistema capitalista vigente no país. *A Vía Chilena al Socialismo*, ao propor a instauração progressiva do socialismo sem o rompimento das estruturas estatais vinculadas ao capital era inexecutável em termos práticos. Além disso, tal experiência sofreria desde o início oposição das classes sociais beneficiadas com esse sistema: a burguesia nacional associada de forma subordinada ao capital estadunidense.

No começo dos anos 70, quando a maioria dos brasileiros se exilou no Chile, a tentativa de implantar o socialismo sem romper com as vias institucionais, dava seus primeiros passos. Tal fato tornava o país extremamente atrativo para esses militantes, que no Brasil estavam sendo perseguidos, presos e torturados por agentes do aparato repressivo estatal. Além de encontrar um clima político de liberdade, os exilados alimentavam expectativas em torno da forma como a experiência socialista iria se desenrolar, de como seria vivenciada no dia a dia pela população e pela própria esquerda. Nesse sentido, um sentimento de inquietação tomou conta dos brasileiros a respeito da forma como seriam recebidos por Allende, pela UP e até pelo MIR, que mantinha uma posição crítica em relação ao governo. Essa inquietação também se relacionava à necessidade do exilado de ter que se adaptar a um contexto desconhecido, no qual seria obrigado a resolver questões de ordem prática (como o acesso à moradia e ao trabalho), e mais complexas, como a interação com o idioma e os costumes e a percepção da existência de paradigmas sociais diferentes dos seus. O exílio expôs assim uma situação de fragilidade do sujeito diante da necessidade de se distanciar de aquilo que até o momento lhe era familiar: seus valores, seus códigos e referenciais de vida.

2.2 A RECEPÇÃO AOS BRASILEIROS EXILADOS NO CHILE

O primeiro sentimento gerado pelo exílio é o de perda. Nesse sentido, os brasileiros que partiram para o Chile sofreram com o distanciamento da família, dos amigos, dos companheiros de militância política e da própria terra. Tal cenário era agravado, para muitos, pela condição de vítimas da violência perpetrada por um Estado que não respeitava os limites

das regras impostas pelo sistema repressivo legal. Por isso, durante o exílio, os brasileiros recebiam notícias constantes de companheiros presos, torturados e assassinados ou de familiares e pessoas de seu convívio social, que estavam sendo ameaçados pelo aparato repressivo no Brasil. Além disso, havia a suspeita e, em alguns casos, a certeza de que mesmo no exílio, continuavam sendo monitorados pelos órgãos de segurança brasileiros.

Por essa razão, analisar a situação de um exilado, que é obrigado a deixar o seu país de origem e se estabelecer em outro, se torna uma tarefa complexa. O ex-deputado Márcio Moreira Alves, refletindo sobre sua própria experiência, definiu o exílio como uma condição “extremamente cortante”, que o fez perder contato com a realidade de seu país, provocando um corte no trabalho político que durante anos desenvolveu no Brasil²⁹⁰. As experiências no exílio de um político em situação econômica estável como Moreira Alves, entretanto, foram diferentes da maioria dos brasileiros que foram para o Chile no começo dos anos 70, pois existe uma diferença marcante entre o exílio vivenciado por políticos, profissionais liberais e intelectuais, que integravam setores de elite, e aquele de indivíduos de extração popular, como operários, trabalhadores rurais, algumas donas de casa, etc.

Said sugere que o exílio enquanto “uma condição criada para negar a dignidade e a identidade das pessoas” deve ser analisado como uma punição política contemporânea, que foge aos limites da literatura produzida a respeito do tema. Por esse motivo, além dos exilados notáveis e em boa situação econômica, devem-se considerar os milhares de indivíduos obrigados a deixar seus países, contando somente com um cartão de suprimentos doado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, deve-se destacar que existe uma diferença significativa no exílio vivenciado por cidadãos vinculados aos setores médios ou privilegiados, que dispõem de recursos materiais e redes de apoio no exterior, e as pessoas comuns, que, a princípio, não contam com nenhuma dessas facilidades. Na percepção do intelectual, Paris “pode ser a capital francesa dos exilados cosmopolitas”, mas também é um lugar onde exilados anônimos, em situação econômica instável e das mais variadas nacionalidades, como “vietnamitas, argelinos, cambojanos, libaneses, senegaleses e peruanos”, viveram anos de profunda solidão e desamparo²⁹¹.

Com base nessa diferenciação, ressalta-se que os militantes da luta armada que são objeto de estudos da presente tese, enquadram-se no grupo de pessoas praticamente anônimas, sem condições econômicas estáveis, que integraram a maior parte da segunda onda de

²⁹⁰ MOREIRA ALVES, Márcio. Depoimento. In: CAVALCANTI, Celso; RAMOS, Pedro (Orgs.). *Memórias do exílio. Brasil 1964-19?? De muitos caminhos*. V. 1. São Paulo: Livramento, 1978, p. 230.

²⁹¹ SAID, Edward. *Op. cit.*, p. 46.

brasileiros no exílio. Essa afirmação pode ser ilustrada com o caso de Ubiratan de Souza, que compôs o grupo dos setenta presos políticos expulsos, em 1971, para o Chile. Para o militante a partida em direção ao exílio foi um “alívio”, depois de ter sido preso e torturado no Brasil. Ubiratan avaliou o desembarque dos banidos em Santiago, como uma experiência positiva, destacando a forma amistosa com a qual o governo Allende tratou “os setenta”, enviando um representante do Ministério das Relações Exteriores para recebê-los no *Aeroporto de Pudahuel*. Esse funcionário, antes do desembarque, teria exigido que os militares e policiais brasileiros retirassem as algemas dos presos políticos, pois o presidente não desejava que eles desembarcassem algemados no país²⁹².

Bona Garcia vivenciou a saída para aquele país como um sentimento contraditório. Por um lado, reunia a tristeza provocada pelo fato de ter que deixar para trás o país, seus familiares e amigos; por outro, a alegria de sentir-se livre, depois de ter permanecido quase um ano na prisão. A análise de Bona foi semelhante à feita por Ubiratan de Souza, pois o militante salientou que, na chegada a Santiago, um grupo de chilenos e brasileiros, liderados por Amadeu Thiago de Melo, recepcionou os banidos. Esse grupo, além de carregar bandeiras e cartazes de protesto contra a ditadura brasileira, no momento da descida do avião, cantou os hinos nacionais do Brasil e do Chile. Após o evento, os setenta foram conduzidos até o Hogar Pedro Aguirre Cerda, onde se hospedaram a convite do presidente Allende²⁹³.

Os militantes Edmur Camargo e Paulo Franck, não deixaram relatos escritos a respeito da ocasião em que foram banidos para o Chile. Buscou-se assim o depoimento de Umberto Lima, outro brasileiro que integrou o grupo dos setenta. A respeito da chegada ao exílio, Umberto informou que, no saguão do aeroporto um representante da polícia prestou esclarecimentos sobre o que eles poderiam ou não fazer no país, na condição de exilados. Na sequência, funcionários do governo Allende e militantes da UP, foram mais receptivos, afirmando que não existia necessidade de levar a sério as orientações da polícia chilena. Por fim, o grupo foi conduzido ao local designado pelo governo:

Aquele dia parecia infinito, ninguém conseguia pregar um olho, foi um dia enorme, cheio de encontros, de descobertas, de luz. Estávamos bêbados de liberdade e ao mesmo tempo ainda marcados pela sombra da prisão, pelas tristes notícias de mais companheiros covardemente assassinados pelos cães da ditadura. Na nossa primeira refeição no Hogar Pedro Aguirre Cerda, a maioria deixou os garfos e facas sobre a mesa e comeu de colher, como fazíamos na prisão. Quando íamos para os quartos de alojamento, alguns cometiam o ato falho de dizer “vou para a cela”. Na nossa primeira saída, um grupo se perdeu na cidade e voltou para o Hogar de carona num camburão dos Carabineiros, motivo de gozação geral. Lembro da imensa solidariedade e carinho com que fomos recebidos pelos companheiros chilenos e também por estudantes, intelectuais, artistas, operários, pessoas do povo enfim que

²⁹² SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

²⁹³ BONA GARCIA; João Carlos; POSENATO, Júlio. *Op. cit.*, p. 78.

iam nos visitar, que fizeram coletas para nos arranjar algum dinheiro e roupas, que nos queriam levar para suas casas²⁹⁴.

Verifica-se, a partir desses depoimentos, que o governo Allende e os partidos da UP receberam de forma solidária o grupo dos setenta, pois além de ter disponibilizado um local de hospedagem, lhes concedeu o *status* de asilados políticos, o que lhes permitiu usufruir de alguns benefícios estatais. Ubiratan de Souza informou que no Chile, os banidos tiveram acesso ao sistema público de saúde, onde puderam tratar as sequelas físicas e psicológicas deixadas pelas torturas sofridas no período em que estiveram presos no Brasil²⁹⁵. A possibilidade de realizar tratamento médico também foi citada por Paulo Franck:

Já pouco depois da minha chegada ao Chile (fui trocado pelo embaixador da Suíça) começaram os sintomas e as sequelas das torturas: depressões, angústias, ansiedade, perda de memória e o pior, ataques constantes de amnésia. Tão sérias que chegavam à perda da consciência; por longo tempo passei por tratamento no hospital de Suwel, pequena cidade mineira (localizada) cerca de cem quilômetros de Santiago do Chile, só interrompida quando da minha partida para a Holanda²⁹⁶.

O governo Allende também providenciou a documentação que os brasileiros necessitavam para permanecerem no Chile, já que antes de serem expulsos do Brasil “os setenta” tinham sido obrigados a entregar todos seus documentos aos representantes das Forças Armadas²⁹⁷. Aproximadamente três meses após o desembarque em Santiago, o ministro do Interior, José Tohá Gonzalez, ordenou que o diretor do serviço de registro e identificação, da polícia de investigações chilena, fornecesse documentos válidos (passaportes estrangeiros) para todos os banidos que tinham a intenção de realizar viagens ao exterior. Na lista dos beneficiados estavam Paulo Franck, Bona Garcia e Edmur Camargo²⁹⁸. Essa documentação disponibilizada pelo governo chileno possibilitou, por exemplo, a viagem internacional, relatada nas memórias de Bona Garcia, para a Argélia²⁹⁹.

O MIR também demonstrou solidariedade ao grupo dos setenta, publicando na revista *Punto Final*, uma reportagem intitulada *Bienvenidos*. Na primeira parte, essa matéria fornecia detalhes sobre o desembarque dos setenta banidos no país e, na segunda, chamava a atenção dos leitores para as práticas de tortura e assassinato, que a ditadura “fascista y brutal” do

²⁹⁴ LIMA, Umberto Trigueiros. Depoimento. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forças-armadas/troca-da-liberdade-do-embaixador-da-suíça-pela-liberdade-de-70-presos-políticos/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

²⁹⁵ SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

²⁹⁶ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul/Acervo Comissão Especial de Indenização/PAULO ROBERTO TELLES FRANCK. 30 de março de 1998.

²⁹⁷ SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

²⁹⁸ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.5, p.24/85. Asilados brasileiros no Chile. Documentação de viagem. 18 de maio de 1971.

²⁹⁹ BONA GARCIA, João Carlos. *Dep. cit.*

Brasil, estaria praticando contra os presos políticos no país. Com isso a revista, ao mesmo tempo em que enfatizava a necessidade da esquerda chilena apoiar esses brasileiros, alertava para o fato de que cada vez mais países latino-americanos estavam fazendo uso desses métodos de violência³⁰⁰.

O fato de Salvador Allende ter concedido asilo político ao grupo dos setenta não passou despercebido pela direita, que passou a utilizar esse apoio para atacar o governo. O objetivo dessa ação era aguçar o processo em andamento de desestabilização política da UP, que havia iniciado antes mesmo da posse de Allende em 1970. Nesse cenário, ganhou destaque o periódico *El Mercurio* que, em fevereiro de 1972, publicou uma reportagem criticando a disponibilização do Hogar Pedro Aguirre Cerda para hospedar os setenta “terroristas” brasileiros enviados ao Chile depois de terem sido trocados por um diplomata suíço sequestrado por seus companheiros de militância. Além disso, o jornal questionou o apoio fornecido pelo serviço estatal de assistência social, que ofertou trabalho e outros benefícios, que facilitaram a permanência desses “terroristas” no país³⁰¹.

El Mercurio também revelou em uma matéria que a *Controladoría General de Chile* havia aberto um inquérito para investigar a doação pela *Dirección de Asistencia Social*, de duas passagens de avião a um casal de brasileiros exilados no país. Segundo o jornal, o exilado Beluce Moraes estaria supostamente sofrendo de distúrbios mentais e necessitava realizar uma consulta médica em Paris, motivo pelo qual ele e sua esposa receberam ajuda da assistência social chilena³⁰². Por isso, *El Mercurio* teceu dura crítica à UP por ter doado passagens a esses estrangeiros, num momento em que o país vivenciava uma grave crise econômica, não dispondo de recursos para tratar da saúde dos próprios cidadãos chilenos:

Prodigalidad con Fondos Públicos. Antes de entrar al problema relativo a las facultades legales y reglamentarias que invocan el Subsecretario [Daniel Vergara], interesa preguntarse se ética y políticamente corresponde que un país que pide prórroga a sus acreedores extranjeros, que sufre de enorme déficit fiscal, que está aquejado de catástrofes en varias provincias declaradas como caso de calamidad, que experimenta invariables necesidades de auxilio médico, social, habitacional y humano para millares de desválidos, puede permitirse el derecho de enviar a Paris a un extranjero que necesita consultar un especialista en enfermedades del cerebro³⁰³.

Constata-se que a direita chilena, no clima de acirramento da luta de classes vivenciado no país, utilizou a ajuda fornecida aos setenta brasileiros para atacar o governo

³⁰⁰ Bienvenidos. *Punto Final*, Santiago, n. 122, p. 01-33, 1971, p. 03. Disponível em: <<http://www.puntofina.cl/>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

³⁰¹ Biblioteca Nacional de Chile. Archivo de Micro formatos. Hogar Infantil Sirve de Albergue a Brasileños. *El Mercurio*, Santiago, s/p, 18 de febrero de 1972.

³⁰² Biblioteca Nacional de Chile. Archivo de Microformatos. Hermetismo en fuentes del gobierno. Contraloría investigará donación de Pasajes a Francia para Asilado. *El Mercurio*, Santiago, s/p, 16 de febrero de 1972.

³⁰³ Biblioteca Nacional de Chile. Archivo de Micro formatos. Prodigalidad con Fondos Públicos. *El Mercurio*, Santiago, s/p, 20 de febrero de 1972.

Allende, fato esse que contribuiu para o agravamento da instabilidade política. Por essa razão, em agosto de 1972, a UP hesitou em conceder asilo político aos líderes Roberto Santucho, Enrique Gorriarán Merlo e Domingo Menna, do *Partido Revolucionario de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo* (PRP-ERP), e Fernando Vaca Narvaja, Marcos Osatinsky e Roberto Quieto, dos *Montoneros*, que após fugir de um centro de detenção, em Trelew, na Argentina, sequestraram um avião e foram para o Chile. Allende se negou a atender ao pedido do ditador Alejandro Lanusse, de extraditar o grupo de ex-prisioneiros, mas, na tentativa de não comprometer as relações diplomáticas e comerciais estabelecidas entre os dois países, encaminhou os argentinos para o exílio em Cuba³⁰⁴.

Para Vallejos, a experiência socialista chilena, pelo seu caráter inédito, trouxe uma série de problemas para os quais, Salvador Allende e os partidos de esquerda que davam sustentação ao seu governo, não possuíam parâmetros para basear suas decisões. Dessa forma, em diversas ocasiões, como no caso da chegada de presos políticos de outros países do Cone Sul ao Chile, a UP viveu um dilema, sendo obrigada a optar entre a manutenção do compromisso assumido com o movimento revolucionário internacional ou a procura de um clima político favorável ao governo nas relações comerciais e diplomáticas com os demais países do Cone Sul³⁰⁵.

Com relação ao Brasil, ao que tudo indica, Allende adotou uma atitude de pragmatismo político. Ou seja, mesmo não compactuando com a posição da ditadura de SN brasileira em relação, por exemplo, aos presos políticos, o presidente chileno manteve uma relação amistosa com o governo Médici, para não afetar as transações comerciais, que continuavam se realizando entre os dois países. Tal posicionamento é confirmado por Bona Garcia que, logo após a chegada ao país, participou com outros banidos de um encontro com o presidente chileno, que fez a seguinte solicitação aos brasileiros do grupo dos setenta:

O Allende foi muito claro, muito certo, muito duro, quando ele disse o seguinte: ‘Olha, eu entendo a luta de vocês’, eu lembro como se fosse hoje... ‘eu entendo a luta de vocês, tudo que passou no Brasil, mas vocês tem que entender o nosso processo, vocês estão aqui, eu os recebi na condição de exilados políticos, agora fora isso não me questionem, porque eu preciso comprar ônibus do Brasil. Eu preciso das relações, não só diplomáticas, mas também comerciais com o Brasil. E aquele que não gostar do processo aqui é só falar que nós imediatamente vamos conseguir passagem e visto para entrarem em Cuba’. Ele foi muito generoso com os brasileiros, pela sua experiência e tudo³⁰⁶.

³⁰⁴ Rawson en la memoria viva de los pueblos. *TV Noticias Aitue*, 23 de agosto de 2013. Disponível em: <<https://jarashott.wordpress.com/2013/08/23/rawson-en-la-memoria-viva-de-los-pueblos/>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

³⁰⁵ VALLEJOS, Julio. Hacer la revolución en Chile. In: VALLEJOS, Julio (Ed.). *Cuando hicimos historia. La experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005, p.177-206.

³⁰⁶ BONA GARCIA, João Carlos. *Dep. cit.*

Segundo Moniz Bandeira, o governo da UP não apenas manteve como aumentou as relações comerciais estabelecidas por governos anteriores com o Brasil, importando, por exemplo, ônibus e outros produtos manufaturados³⁰⁷. Um telegrama enviado da Embaixada do Chile, em Brasília, ao ministro das Relações Exteriores chileno, pode ilustrar o interesse na manutenção dos negócios realizados entre os dois países. Nesse documento, a Chancelaria brasileira comunicou a participação oficial na próxima Feira Internacional de Santiago (FISA), solicitando as autoridades chilenas o fornecimento das instalações necessárias para a montagem de seu estande no evento³⁰⁸. Desse modo, a UP mesmo não concordando com o posicionamento político da ditadura brasileira, considerou importante para sua economia, manter relações comerciais com o Brasil. Tais experiências demonstram parte dos problemas políticos e econômicos enfrentados pela UP, em sua tentativa de implantar o socialismo no Chile, país situado numa região onde, com exceção de Cuba, todas as demais nações eram capitalistas e, boa parte delas, estavam em processo de adesão dos preceitos da DSN.

A partir dessas considerações, a presente tese entende que as afirmações realizadas por Rollemberg, em relação ao apoio institucional prestado aos brasileiros exilados no país trasandino, devem ser relativizadas. Segundo a historiadora “no Chile, não havia organizações de acolhida aos refugiados, ligadas ou não ao Estado, nos moldes das que os receberam, mais tarde, na França, por exemplo. Os exilados iam chegando e se instalando na casa de outros exilados”³⁰⁹. Em primeiro lugar, não existe como comparar as condições estruturais chilenas, no início dos anos de 1970, com qualquer outro país, já que a tentativa de implantação do socialismo sem romper com as estruturas do Estado, pela via eleitoral, era uma experiência inédita a nível mundial. Em segundo lugar, o governo Allende forneceu apoio institucional aos setenta banidos, beneficiados com a concessão de asilo político, transporte, hospedagem, assistência médica e, posteriormente, encaminhamento para o mercado de trabalho, como afirmou Bona Garcia, que conseguiu um emprego por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social³¹⁰.

A UP também concedeu benefícios que auxiliaram outros brasileiros exilados. Nesse caso, cita-se a ajuda prestada à Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade (ACBS), através de um empréstimo concedido pelo *Banco del Estado de Chile* a empresa Ferreira &

³⁰⁷ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Op. cit.*, p. 290.

³⁰⁸ Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Brasilia. Telegrama. Participación brasileña en la próxima FISA. 06 de julio de 1972.

³⁰⁹ ROLLEMBERG, Denise. *Op. cit.*, p. 107.

³¹⁰ BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Op. cit.*

Cia Ltda, denominação jurídica da ACBS, em janeiro de 1973³¹¹. Paulo Krischke, que integrou a diretoria da associação, confirmou o recebimento desse empréstimo, destinado à ampliação de um restaurante e de outros serviços realizados pela ACBS, com o objetivo de auxiliar os brasileiros que estavam, a cada dia em maior número, no Chile. A associação surgiu a partir de um fundo que reunia principalmente as contribuições em dinheiro feitas por intelectuais, políticos e profissionais liberais, que haviam chegado ao país após o golpe de 1964, e doavam 10% do salário mensal para auxiliar à segunda onda de exilados. Segundo Krischke, a tarefa principal da ACBS com esses recursos era manter os exilados até eles conseguirem preencher uma vaga de emprego:

Na verdade, a finalidade deles mesmo era conseguir emprego para as pessoas, que era o assunto básico da associação, conseguir uma inserção profissional das pessoas lá no meio, no Chile. E era muito difícil. Muitos exilados [...] éramos profissionais liberais [...]. O Chile naquela época era um país ainda pouco desenvolvido, mas tinha uma boa indústria, e especialmente, tinha uma boa tradição, não só democrática como sindical, muito forte. Então, isso foi muito importante e útil para conseguir trabalho para muitas pessoas, mas geralmente abaixo da sua formação, quer dizer, muitos profissionais liberais foram empregados em fábricas lá³¹².

Raul Ellwanger esteve entre os brasileiros exilados que participou de uma série de eventos artísticos, com a finalidade de recolher dinheiro para esse fundo. O militante, que também era músico, ao lado de outros artistas exilados organizou festas, bailes e shows de música, onde arrecadavam recursos para apoiar a comunidade de brasileiros. Nesses eventos também eram realizadas denúncias contra a tortura e outros métodos de violência, praticadas pela ditadura no Brasil. Ellwanger salientou que, um dos eventos mais marcantes em apoio aos exilados foi realizado em setembro de 1971, quando um grupo de brasileiros realizou uma apresentação de música ao vivo na famosa *Peña de los Parra*, de propriedade dos filhos da compositora e cantora Violeta Parra, Isabel e Ángel³¹³.

O fundo, segundo Rollemberg, nomeado de “Caixinha”, surgiu do apoio prestado pela primeira geração de brasileiros exilados formada basicamente por intelectuais com uma condição financeira estável, que foram para o Chile após o golpe de 1964, à segunda, composta principalmente por jovens militantes de organizações armadas, sem recursos financeiros para se estabelecer no exterior. O fundo, num primeiro momento, possuía um caráter informal e contava com poucos recursos para colocar em prática suas ações. O panorama, porém, se modificou quando foi recebida uma elevada doação em dinheiro do

³¹¹ Arquivo Nacional-Brasília-DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.10.1, p. 29/62. Chile. Escritura. “Banco del Estado de Chile”. “Ferreira & Cia Ltda”. 03 de janeiro de 1973.

³¹² KRISCHKE, Paulo. Depoimento concedido à autora no dia 27 de outubro de 2017, em Florianópolis.

³¹³ ELLWANGER, Raul. *Dep. cit.*

Conselho Mundial das Igrejas, o que permitiu a fundação da ACBS. Por meio desses recursos, a associação conseguiu abrir um restaurante e criar um programa de bolsas de estudos, com o objetivo de auxiliar os exilados. Nas palavras da historiadora, contudo, “alguns brasileiros acusavam a associação de destinar as bolsas aos militantes de determinadas organizações de esquerda, sem divulgar os critérios de seleção para as mesmas”³¹⁴.

Um documento produzido pelo CIEX a respeito das atividades desenvolvidas pela ACBS, em fevereiro de 1970, confirma o envio de fundos do Conselho Mundial das Igrejas a associação. Além disso, o informe aponta o exilado Paulo Krischke como um dos principais responsáveis por essa arrecadação junto às instituições religiosas europeias³¹⁵. Em março, o órgão de segurança informa que a ACBS estava tentando reunir fundos para criar estabelecimentos comerciais no Chile, visando obter mais dinheiro para os exilados³¹⁶.

Os informes do CIEX, contudo, não abordam o tema da concessão de bolsas de estudos por intermédio da ACBS aos brasileiros exilados no Chile. Paulo Krischke, por seu turno, durante seu depoimento, confirmou o fato do Conselho Mundial das Igrejas ter destinado verbas e bolsas de estudos à associação. O próprio militante teve acesso a uma dessas bolsas, obtida a partir dos contatos que ele estabeleceu com setores vinculados a Igreja, no período em que exerceu a atividade de pastor no Brasil. A respeito dos critérios utilizados para a concessão dessas bolsas, Krischke fez a seguinte declaração:

A gente que chegou nessa geração, na segunda geração, a gente foi se virando, cada um com o que tinha. No meu caso, a relação com o Conselho de Igrejas, o fato que eu tinha sido pastor, funcionou muito em termos de conseguir manter a minha bolsa, [...] antiga do Conselho Mundial das Igrejas. E continuei com isso até ser obrigado a sair do Chile [...]. Acho que todo mundo estava assim... tentando conservar o pouco que tinha, em termos de capitalizar no Chile, em cima de conhecimento prévio, coisas que a gente tinha conseguido aqui, de capital cultural, coisas que a gente tinha, enfim, acumulado de experiência. E é claro, a gente que estava ligada com o sindicato também [...]. Então, o pessoal se virava como podia, cada um por si lá. Agora, em termos de ampliar, isso que a gente logo pensou. Vamos conseguir uma verba, eu recebi essa incumbência e fui atrás e consegui mesmo³¹⁷.

A concessão da bolsa de estudos, no caso de Krischke, por intermédio da ACBS, ocorreu a partir das redes de apoio que ele mesmo ajudara a estabelecer no período em que ainda residia no Brasil. Nas palavras do próprio militante, na condição de um exilado que

³¹⁴ ROLLEMBERG, Denise. *Op. cit.*, p. 157.

³¹⁵ Arquivo Nacional-Brasília-DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.08.2, p. 02/79. PASTOR PAULO DUVAL DA SILVA KRISCHKE. Financiamento dos exilados brasileiros em Santiago pelo CONSELHO MUNDIAL DAS IGREJAS. 02 de fevereiro de 1972.

³¹⁶ Arquivo Nacional-Brasília-DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.08.3, p. 06/49. Chile. Asilados brasileiros. “Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade”. Constituição. Diretoria. Fundos. 06 de março de 1972.

³¹⁷ KRISCHKE, Paulo. *Dep. cit.*

dispunha de poucos recursos financeiros, a bolsa foi a forma de sustentar sua família no Chile. Essa não foi uma prática isolada, porque vários exilados declararam em seus depoimentos terem recebido apoio de partidos e organizações de esquerda brasileiras ou mesmo chilenas, com as quais haviam estabelecido relações durante o exílio. Bona Garcia³¹⁸, por exemplo, conseguiu uma oportunidade de trabalho a partir de contatos com a UP e Raul Ellwanger³¹⁹ e Carlos de Oliveira³²⁰ obtiveram bolsas de estudos com o auxílio de ativistas do MIR.

Conclui-se que o governo Allende, dentro das possibilidades que o Chile apresentava no período, forneceu apoio aos brasileiros exilados, especialmente ao grupo dos setenta presos políticos expulsos do Brasil. Essa assistência minimizou problemas econômicos, sociais e culturais que todo exilado se via obrigado a enfrentar e que decorriam da necessidade urgente de conseguir se estabelecer em outro país. Essas dificuldades abrangiam desde questões psicológicas até as práticas da rotina do dia a dia, como conseguir moradia ou ter acesso a uma vaga de emprego.

Em função dessas problemáticas, além do apoio institucional estatal e do Conselho Mundial das Igrejas, foi importante o auxílio recebido pelos exilados da própria comunidade de brasileiros, mas também das organizações e partidos chilenos, com as quais estabeleceram vínculos no exílio, que permitiram uma aproximação ao contexto e a sociedade local. A solidariedade foi um fator essencial para a sobrevivência das comunidades de exilados e isso é destacado nas memórias de brasileiros que passaram por essa experiência e que foram recebidos por outros exilados que se encontravam naquele país desde 1964 e, também, por ativistas chilenos que integravam a UP ou o MIR. Essas redes, de âmbito horizontal entre os militantes, minimizaram a perda de contato com o país de origem, o distanciamento das atividades políticas, a saudade dos familiares e amigos, o estranhamento com a língua e a cultura local.

A interação dos brasileiros com a esquerda, a sociedade e a experiência chilena de implantação do socialismo gerou mudanças nas concepções políticas que esses exilados haviam adotado no período em que se encontravam no Brasil. Em alguns casos esse contato reforçou o posicionamento da via armada como estratégia de luta, amadurecendo a compreensão da necessidade de formar um movimento revolucionário mais amplo e de caráter regional. Em outros casos, ocasionou o afastamento de diversos exilados de suas

³¹⁸ BONA GARCIA, João Carlos. *Dep. cit.*

³¹⁹ ELLWANGER, Raul. *Dep. cit.*

³²⁰ OLIVEIRA, Carlos de. *Dep. cit.*

respectivas organizações de esquerda e uma aproximação à via pacífica para se alcançar o socialismo, apoiando o projeto de governo de Allende.

2.3 AS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA BRASILEIRAS NO CHILE

A primeira rede de apoio aos brasileiros exilados era formada, em sua maioria, por intelectuais, políticos e profissionais liberais que estavam no Chile desde a segunda metade da década de 1960. Um exemplo desse auxílio foi o professor da Universidade Católica, Ernani Maria Fiori, que por meio de seus contatos nessa instituição de ensino, garantiu a matrícula de Raul Carrion no curso de Química, logo após o militante chegar ao país em agosto de 1971³²¹. Antes do golpe no Brasil, Fiori e Carrion haviam integrado o quadro de ativistas da AP, que atuavam no Rio Grande do Sul, sendo que Fiori, no cargo de professor da Faculdade de Filosofia da UFRGS, liderou as atividades da organização no estado, entre os anos de 1961 e 1964. Posteriormente, Fiori foi expulso (expurgado) da universidade acusado de envolvimento em ações políticas de caráter “subversivo” e seguiu para o Chile.

Durante o exílio no Chile, Raul Carrion foi um dos brasileiros que continuou vinculado à organização de esquerda na qual militava no Brasil, o PCdoB. Após o desembarque em Santiago, o militante estabeleceu contato com Amarílio Vasconcelos e outros quadros da organização, que também haviam se exilado naquele país. Com esse contato, Raul recebeu o encargo de montar um setor de imprensa na capital chilena, que seria responsável pela divulgação, em espanhol, de todos os documentos produzidos pelo PCdoB no Brasil. Tais documentos foram usados, principalmente, para denunciar os crimes praticados pela ditadura contra seus opositores políticos, além de funcionar como uma reafirmação da solidariedade dessa organização com a luta do povo brasileiro, marcada pelo início dos combates no Araguaia, em abril de 1972³²².

Cabe destacar que a Guerrilha do Araguaia foi um movimento revolucionário estruturado pelo PCdoB, a partir da segunda metade dos anos 60, quando vários de seus militantes foram deslocados para uma área localizada entre o sul dos estados do Maranhão e do Pará e o norte de Goiás (atual estado de Tocantins). A ideia de estabelecer uma guerrilha no meio rural surgiu a partir do alinhamento ideológico que essa organização estabeleceu com o Partido Comunista Chinês e o modelo de guerra popular prolongada, criado por Mao Tse-

³²¹ CARRION, Raul. *Dep. cit.*

³²² *Idem.*

Tung (o maoísmo). A opção pela guerrilha no campo impediu que o PCdoB fosse atingido pela repressão na fase imediatamente posterior a publicação do AI-5, diferentemente do que aconteceu com as organizações armadas que concentraram suas ações na cidade.

A revista *Punto Final* divulgou uma carta enviada pelo PCdoB, em nome do Comando Guerrilheiro do Araguaia, em novembro de 1972. Na carta os militantes afirmavam que, apesar do envio de tropas das Forças Armadas e da polícia para a área, o comando não havia interrompido suas operações armadas, que foram colocadas em curso em distintos pontos situados na selva amazônica. O PCdoB também chamava a atenção para o fato dos militares e policiais utilizarem a violência de forma indiscriminada contra os integrantes da guerrilha e os moradores locais, com o objetivo de acabar com o apoio que a organização possuía na região:

Hace casi tres meses que nos internamos en la selva del sur del Para, ya que fuimos atacados por contingentes del ejército, de la aeronáutica, de la marina y la policía. No pretendemos, en esta carta, dar pormenores de las acciones militares que se desarrollan en esta area. Queremos sólo dar una ligera idea de lo que está sucediendo. Están mobilizadas numerosas tropas con el objetivo de masacrarnos. Participan de la ofensiva aviones y helicópteros en gran número. Lanchas y carros anfibios cruzan ríos e igarapés (riachuelos). En varios lugares se han empleado bombas de napalm. Ha habido choques armados entre nosotros y los soldados del gobierno, en los cuales ha habidos muertos y heridos. Algunos de los nuestros cayeron presos; hemos apresado también a algunos de los atacantes [...]. La agresión empezó a comienzos de abril, en el municipio de San Juan de Araguaia. Las tropas del ejército desembarcaron en un lugar donde había un pequeño negocio en La Faveira, en las márgenes del Araguaia, con el pretexto de buscar subversivos, apresaron a varias personas³²³.

Em seu depoimento, Carrion não forneceu maiores detalhes a respeito do movimento guerrilheiro estruturado pelo PCdoB na região do Araguaia. O militante informou apenas que, diante do aumento da repressão contra os militantes no Brasil, a frente externa de luta contra a ditadura brasileira, montada no Chile, ganhou reforço com a chegada de dois dirigentes nacionais, Diógenes Arruda e Dyneias Aguiar, em 1972³²⁴. A respeito da saída de Arruda para o exílio, o Portal Vermelho informou o seguinte:

[Diógenes] Arruda foi libertado em 21 de março de 1972. Diante do seu estado físico, foi solto na certeza que morreria em breve. Novamente, os esbirros da repressão erraram. Arruda sobreviveu e continuou o seu combate. Contudo, uma nova prisão lhe seria fatal. Então, a direção solicitou que ele deixasse o país e fosse ajudar no setor de relações internacionais, colaborando na divulgação da Guerrilha do Araguaia que havia se iniciado. [...] Arruda, Tereza e filhos atravessaram a fronteira da Argentina como se fosse uma família abastada. Em seguida foram para o Chile, presidido pelo socialista Salvador Allende. O pessoal do PCdoB articulou com outros exilados a construção de um comitê de solidariedade à luta do povo brasileiro. Criaram o boletim “Jornadas da Luta Popular”, que se transformou num

³²³ Comando Guerrillero del Araguaya. Carta a un diputado federal brasileño. *Punto Final*, Santiago, n. 171, p. 01-34, 1972, p. 02. Disponível em: <<http://www.puntofinal.cl/>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

³²⁴ CARRION, Raul. *Dep. cit.*

instrumento de divulgação da resistência armada no sul do Pará. Arruda e Dynéas Aguiar eram os principais animadores dessa iniciativa³²⁵.

Enquanto a frente externa do PCdoB se articulava no Chile, as atividades da Guerrilha do Araguaia ocorriam numa extensão de terras situada entre as cidades de Xambioá e Marabá, num movimento que reuniu além dos setenta militantes, algumas dezenas de moradores locais que se incorporaram à luta. Segundo Mechi, no início de 1973, uma nova grande ofensiva foi montada pela ditadura brasileira com o objetivo de combater as ações da guerrilha. O PCdoB, contudo, foi informado desse fato um ano mais tarde, quando Ângelo Arroyo conseguiu ultrapassar o cerco montado pelas Forças Armadas e a polícia, retomando o contato perdido com os quadros que haviam permanecido em São Paulo. Nesse momento a organização preparava militarmente outros contingentes para encaminhar à área, porém quase todos os guerrilheiros no Araguaia já haviam sido assassinados pela repressão³²⁶.

De forma semelhante a Raul Carrion, Joaquim Cerveira manteve sua vinculação a FLN durante o período de exílio no Chile, como esclareceu sua filha, Neusah Cerveira, em sua tese de doutorado. Euclides Paes de Almeida, em depoimento concedido à Neusah, acrescentou maiores detalhes a respeito da atuação do ex-major naquele país. Almeida, por intermédio do ex-juiz do trabalho, Carlos Figueiredo de Sá, soube que o líder da FLN havia demonstrado interesse em seu plano de montar um estúdio de revelação de fotografias e impressão de moldes no exterior. Com o objetivo de tornar a FLN autônoma no setor de reprodução e divulgação de materiais, Cerveira convidou o militante para se estabelecer no Chile, onde ele receberia apoio para colocar o seu projeto em andamento. Almeida aceitou a proposta, passando a ensinar suas técnicas de reprodução de imagens e litogravura a outros militantes da FLN exilados em Santiago:

Fui morar numa pensão, no mesmo quarto de Cerveira, e onde fora nós dois, não havia nenhum outro brasileiro, nem nenhum exilado estrangeiro ou militante esquerdista chileno. Fiquei nessa pensão creio que uns dois meses. Logo ele me apresentou o “Catarina” [João Batista Rita], que seria meu contato na organização [FLN] e meu aprendiz de fotografia e impressão. “Catarina” estava ainda no alojamento que o governo chileno designara para os banidos brasileiros e compartilhava o quarto com o Ismael ou “Auro”, da VPR [...]. Eu só visitava o apartamento do Carlos Sá com sua companheira Ditinha, onde aparecia regularmente Cerveira. E semanalmente tinha encontro com “Catarina” para lhe repassar teoria e pratica, num cômodo do alojamento onde ele estava³²⁷.

³²⁵ Portal Vermelho. Diógenes Arruda: o guerreiro sem repouso. Disponível em:

<http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=2692&id_coluna=10>. Acesso em: 04 jun. 2018.

³²⁶ MECHEI, Patrícia. *Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas dos camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)*. São Paulo: PUC, 2012. Tese (Doutorado História) – PPG-História/PUC, São Paulo, 2012.

³²⁷ ALMEIDA, Euclides Paes de. Depoimento. In: CERVEIRA, Neusah. *Memória da dor - A Operação Condor no Brasil (1973/1985)*. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado História) – PPG-História/USP, São Paulo, 2007, p. 122.

Edmur Camargo foi outro dos brasileiros que não se desvincularam de sua organização, no caso o M3G, durante o exílio no Chile. Tal informação foi prestada por Cláudio Gutiérrez que, no desempenho de suas funções como integrante dos quadros da VPR no país, mantinha eventuais contatos políticos com esse militante, principalmente nas ocasiões em que eles se encontravam na cidade de Santiago. Gutiérrez enfatizou que Edmur fez a opção de não ingressar em nenhum dos grupos que estavam sendo montados separadamente pela VPR e FLN no exílio, com o objetivo de voltar ao Brasil para dar continuidade à luta armada³²⁸.

De forma semelhante, Ubiratan de Souza permaneceu durante o exílio na organização a qual estava vinculado no Brasil, a VPR. O militante destacou que, ao desembarcar no Chile com o grupo dos setenta banidos, em janeiro de 1971, além dos companheiros da VPR, recebeu apoio do governo Allende e da UP – particularmente da ala rupturista do PS – para se estabelecer no país. Em seguida, Ubiratan se envolveu numa série de atividades políticas de denuncia da violência promovida pela ditadura de SN brasileira contra seus opositores políticos, além de participar de reuniões onde se debatia a possibilidade de realizar treinamento de táticas de guerrilha em Cuba ou no Chile, com a finalidade de prosseguir com a luta armada no Brasil³²⁹.

A proposta desse grupo era realizar um recuo estratégico, com o objetivo de repensar as atividades armadas da VPR, que haviam se complicado em função do aumento da violência aplicada pelo Estado contra a organização no Brasil. Na concepção dessa ala, a melhor saída para a VPR era realizar um congresso no Chile, onde seria discutido o preparo militar dos exilados que, num segundo momento, retomariam o movimento revolucionário em território brasileiro. Tal posicionamento, entretanto, não era hegemônico dentro da VPR, pois existia uma ala, liderada por Carlos Lamarca, que defendia a continuidade da luta no país. Em razão dessas e outras divergências, o ex-capitão se afastou definitivamente da VPR no começo de 1971, mas antes indicou o nome de Ubiratan de Souza para ser seu representante no exterior, como demonstra a carta enviada por Lamarca aos exilados:

4: Decisões: Fica designado responsável pela VPR no Chile o companheiro Ubiratan de Souza [Gregório]. Os militantes da VPR considerados prontos para o treinamento devem partir com urgência para Cuba – devendo se submeter ao centralismo da organização que já existe lá. Os que permanecerem no Chile devem ser organizados em bases para discussão política. Procurar contatos com o MIR e outras organizações do continente. Criar condições para receber companheiros daqui, com a máxima segurança. Criar uma comissão de apuração de responsabilidades para analisar o procedimento na cadeia (dos que permaneceram no Chile, os que forem

³²⁸ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

³²⁹ SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

para Cuba entrarão na comissão que já existe lá). Criar canais de comunicação com o Brasil, Cuba e Argélia³³⁰.

Alfredo Sirkis, em seu livro de memórias, afirmou que a saída de Carlos Lamarca não provocou uma reflexão autocrítica nos ativistas da VPR, com os quais mantinha vínculos políticos em Santiago, uma vez que eles mantiveram o posicionamento defendido pelo ex-capitão, enviando um número significativo de militantes para realizar treinamento militar em Cuba. Conforme Sirkis, a organização não debatia a opção pela luta armada, apenas eram discutidas questões de ordem tática, como se o ambiente mais propício para o desenvolvimento da luta em território brasileiro era o campo ou a cidade, fato que provocou seu afastamento da VPR³³¹.

Conclui-se, assim, que Ubiratan de Souza tornou-se coordenador da ala que defendia a realização imediata de treinamento militar, posição que acabou prevalecendo entre os integrantes da VPR exilados no Chile. Ubiratan, no entanto, como já havia realizado curso em táticas de guerrilha no Brasil, permaneceu em Santiago onde, seguindo as orientações da organização, se aproximou da ala rupturista do PS chileno³³². Um informe do CIEX, produzido em abril de 1971, antecipava para a possibilidade de envio de militantes da VPR para outros países:

1. Um número não determinado de membros da VPR (segundo uma fonte, 28; segundo outra fonte, de 30 a 40) deverá partir do Chile para a Argélia, via Paris, escalonadamente, nos meses de MAIO e de JUNHO de 1971, em grupos de três ou quatro, portando passaportes chilenos para estrangeiros. O referido grupo receberá treinamento de um ano de um ano em táticas de guerrilha urbana e rural³³³.

O destino final desse grupo, porém, não era a Argélia, como indicou o órgão de segurança, mas Cuba, onde a organização poderia colocar em andamento a preparação militar de seus quadros com o apoio do governo. A VPR também enviou parte de seus integrantes para a Bolívia. Cláudio Gutiérrez, que ingressou nos quadros dessa organização no Chile, no começo de 1971, participou da experiência em terras bolivianas ao ser designado, juntamente com Paulo Franck e Isidoro Gutiérrez, para estruturar uma rota de travessia em direção ao Brasil por meio do território boliviano. A tarefa desse grupo era estabelecer bases de apoio material e humano ao longo da rota, que incluía as cidades de Santiago, Arica, La Paz, Santa

³³⁰ LAMARCA, Carlos. Carta ao núcleo da VPR no Chile. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/geral/carta-de-carlos-lamarca-ao-nucleo-da-vpr-no-chile/>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

³³¹ SIRKIS, Alfredo. *Op. cit.*

³³² SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

³³³ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.4, p.25/32. Partida de membros da VPR do Chile para a Argélia. Treinamento. 28 de abril de 1971.

Cruz de La Sierra e Corumbá, para os exilados que estivessem retornando ao país³³⁴. Um relatório do CIEX indica a presença de Cláudio Gutiérrez em Santa Cruz de La Sierra e a sua tentativa de estabelecer pontos de concentração na Bolívia³³⁵.

Ao contrário de Ubiratan de Souza, que continuou sua militância, e Cláudio Gutiérrez que ingressou na VPR durante o exílio no Chile, Bona Garcia se afastou da organização nessa fase. Segundo o militante, a partir do contato com a realidade política chilena e a experiência de governo da UP, ele passou a questionar a via armada e a teoria do foco – a formação de um grupo de militantes bem treinados, com o objetivo de desencadear um movimento revolucionário, que seria seguido pela população, como ocorreu em Sierra Maestra, durante a Revolução Cubana. Um dos argumentos de Bona era o fato do Brasil ser um país de dimensões continentais e não uma ilha como Cuba. Diante de tal entendimento, o militante resolveu apoiar a via não armada e a experiência socialista colocada em curso pela UP³³⁶.

Constata-se no livro de memórias de Bona Garcia que, apesar das críticas feitas às diretrizes seguidas pela VPR, o militante se manteve próximo a essa organização no período em que permaneceu exilado no Chile, entre 1971 e 1973. Em alguns trechos da obra, inclusive, Bona narra sua participação em cursos de táticas de guerrilha, com os militantes da VPR, “Franck, Gutiérrez e Wânio” – supõe se tratem de Paulo Franck, Cláudio Gutiérrez e Wânio José de Matos – onde eles aprenderam a “armar um detonador, como fazer uma espoleta, como combinar produtos químicos para obter um explosivo, como montar granada de mão, como conhecer bem metralhadora, como atirar”³³⁷.

Postura semelhante à de Bona Garcia foi assumida por Alfredo Sirkis, que se afastou da VPR porque não aceitava a determinação dos dirigentes de proibir a integração, política ou profissional, de seus adeptos ao contexto chileno. Para a VPR, o período no exílio devia ser utilizado na preparação militar dos quadros que, posteriormente, voltariam para lutar no Brasil. Tal diretriz, para Sirkis, constituía “a síndrome do momento” no exílio. Por esse motivo, o grau de firmeza ideológica de cada ativista político era medido com base no projeto de retorno ao qual esse estivesse vinculado no Chile. Sirkis, por não concordar com essa orientação, passou a ser chamado de “desbundado”, principalmente por Onofre Pinto,

³³⁴ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

³³⁵ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.8, p. 30/118. CLAUDIO WEYNE GUTIERREZ. Bases de guerrilha na Bolívia. 09 de agosto de 1971.

³³⁶ BONA GARCIA, João Carlos. *Dep. cit.*

³³⁷ BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Op. cit.*, p. 101.

considerado um dos principais líderes da organização no exterior. Após essa divergência, Sirkis deixou a VPR e ingressou no Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)³³⁸.

Entende-se que o posicionamento político de Bona Garcia e Alfredo Sirkis sofreu transformações durante o exílio no Chile. A mudança de Bona, contudo, foi mais profunda, porque passou a defender a via pacífica como forma de se alcançar o socialismo, enquanto Sirkis trocou de organização, mas não alterou seu posicionamento em relação à revolução armada. Isso evidencia que o exílio se caracteriza como uma experiência que, devido à mudança de perspectiva gerada pelo contato com um cenário desconhecido, mas com o qual é possível interagir, pode transformar o sujeito que o vivencia. A interação com outras experiências políticas, no caso desses ativistas, provocou a reavaliação das razões que os tinham motivado a integrar uma determinada organização de esquerda no Brasil. Trata-se de uma redefinição política e também ideológica, relacionada aos vínculos que tais exilados estabeleceram com pessoas em situação semelhante ou mesmo com a sociedade de acolhida, nesse caso representada pelos partidos de esquerda chilenos que integravam a UP.

Em síntese, a mudança de paradigmas político-ideológicos teve reflexos na trajetória desses exilados, o que não significou o afastamento definitivo das atividades políticas que eles desenvolveram no Brasil. Pelo contrário, eles continuaram tendo a necessidade de dar seguimento à militância, de integrar um coletivo de luta, mesmo que a partir de outros referenciais, o que pode ter sido motivado pela experiência do exílio, de perda de contato com a família, a comunidade e a militância no país de origem. Diante de uma vida fragmentada por imposição de um Estado, que ao invés de oferecer segurança, expulsou esse cidadão de suas fronteiras, o exilado anseia por retomar aquilo que dava sentido a sua realidade, mesmo que em outro contexto. Para Said, esse anseio, sentido por todos aqueles obrigados a deixarem os seus países, define o exílio:

O exílio ao contrário do nacionalismo é, fundamentalmente, um estado de ser descontínuo. Os exilados estão separados das raízes, da terra natal, do passado. Em geral, não tem Exércitos ou Estados, embora estejam com frequência em busca deles. Portanto, os exilados sentem uma necessidade de urgente de reconstituir suas vidas rompidas e preferem ver a si mesmos como parte de uma ideologia triunfante ou de um povo restaurado. O ponto crucial é que uma situação de exílio sem essa ideologia triunfante – criada para reagrupar uma história rompida em um novo todo – é praticamente insuportável e impossível no mundo de hoje. Basta ver o destino de judeus, palestinos e armênios³³⁹.

A partir dessas considerações é possível compreender porque muitos brasileiros permaneceram durante o período de exílio no Chile, articulando o retorno e o prosseguimento

³³⁸ SIRKIS, Alfredo. *Op. cit.*, p. 32.

³³⁹ SAID, Edward. *Op. cit.*, p. 47.

de uma luta revolucionária que, a cada dia, se tornava mais improvável de ser vencida no Brasil. Cabe destacar que as organizações de esquerda desconheciam na época a amplitude e o grau de organização do aparato repressivo que estava se estruturando no Cone Sul durante esse período, permite compreender a posição adotada por aqueles militantes da VPR que tentaram voltar ao país e acabaram desaparecidos, logo após entrar em território brasileiro³⁴⁰.

Vale salientar, contudo, que essa não é a única situação gerada pelo exílio, pois em muitos casos, diante da necessidade de identificação com um coletivo, os brasileiros se afastaram de suas organizações para ingressar em grupos de esquerda chilenos. Para muitos, o Chile virou uma espécie de “nova pátria” pela qual lutar em nome de um socialismo que os reconhecia como internacionalistas. Carlos de Oliveira, por exemplo, ao se exilar no Chile no início de 1971, se afastou do POC para se integrar ao MIR³⁴¹. O que aproximava essas duas organizações era o fato de ambas terem sido influenciadas pelo trotskismo, que defendia a formação de um movimento revolucionário de caráter internacionalista. Na interpretação da corrente teórica trotskista, o socialismo limitado a um país estaria condenado ao fracasso, pois não conseguiria estabelecer as relações econômicas, políticas e sociais necessárias para manter esse modo de produção. Além da aproximação teórica entre as duas organizações, outro fator que motivou Oliveira a ingressar no MIR foi o apoio que militantes do grupo deram a vários brasileiros recém-desembarcados no Chile.

Nesse sentido, os contatos estabelecidos com o MIR permitiram que Carlos de Oliveira e também seu companheiro de militância estudantil no Rio Grande do Sul, Nilton Rosa da Silva, tivessem acesso a duas bolsas de estudo, concedidas na época pela *Universidad de Chile* a estudantes oriundos de outros países. Como estudantes dessa universidade, os dois tiveram acesso à moradia, alimentação e tratamento médico, o que ajudou a minimizar as difíceis condições do exílio, pois esses brasileiros se situavam entre aqueles exilados que não recebiam auxílio financeiro de familiares e amigos que permaneciam residindo no Brasil, nem do governo Allende. Por isso, ao se tornarem ativistas do MIR, Carlos e Nilton deixaram de lado o movimento revolucionário brasileiro, para se integrar ao chileno, fato que ampliou suas perspectivas de luta para um âmbito regional. Eles não foram os únicos a se integrarem a organizações locais, pois houve outros brasileiros que durante esse exílio se incorporaram ao MIR, como os ex-militantes do POC, Luiz Carlos de Almeida e Nelson de Souza Kohl, e

³⁴⁰ Caso do grupo liderado por Onofre Pinto e integrado por Joel e Daniel de Carvalho, José Lavecchia, Vitor Ramos e o argentino Enrique Ruggia, desaparecido no parque nacional de Foz do Iguaçu.

³⁴¹ OLIVEIRA, Carlos de. *Dep. cit.*

também Jane Vanini, que anteriormente havia participado das atividades da ALN e do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), no Brasil.

Outros exilados não se tornaram ativistas, mas simpatizantes do MIR, como Raul Ellwanger, que se afastou da VAR-Palmares para apoiar essa organização de esquerda, durante seu exílio no Chile, entre 1971 e 1973. Na posição de apoiador, Ellwanger também recebeu auxílio do MIR para estudar na *Universidad de Concepción*, onde a função de reitor era desempenhada por Edgardo Enríquez Frödden, pai dos irmãos Miguel e Edgardo, dirigentes nacionais dessa organização. Em seu depoimento o militante declarou ter sido recebido diretamente pelo reitor, que lhe concedeu a bolsa de estudos, o que lhe permitiu frequentar o curso de Sociologia na referida instituição de ensino³⁴².

O militante da VAR-Palmares, Maeth Boff, por outro lado, após desembarcar no Chile, em janeiro de 1972, ingressou nos quadros do MAPU. Tal organização de esquerda formou-se a partir de militantes que se afastaram do PDC, descontentes com o governo de Eduardo Frei, passando a integrar a UP. Diferentemente do MIR, o MAPU não forneceu apoio para o militante ingressar nas universidades chilenas. A vaga que o militante conseguiu para cursar História e Antropologia na *Universidad de Valparaíso* foi obtida com o auxílio de um professor de antropologia brasileiro, que havia se exilado no país durante a segunda metade da década de 1960. Esse professor também disponibilizou ajuda financeira, o que permitiu a Boff se manter no exílio até conseguir uma oportunidade de trabalho, que chegou pelas mãos de outro brasileiro:

Aí eu consegui trabalho com um velho brasileiro que estava lá, que era filho de mãe chilena e pai brasileiro [...]. E ele trabalhava com concertos de geladeira, então me chamou, “vamos trabalhar juntos, depois tu vai te criando, vamos, vai entendendo do metier e vai embora”. E fiquei, trabalhava parte do tempo, parte estudava, fazendo umas cadeiras de História e de Antropologia. [...]. E me integrei ao MAPU. É, era dos jovens cristãos que tinham feito uma opção de esquerda, de apoiar o Allende, a tomada do poder e o combate a injustiça social por uma revolução. O Chile era considerado a revolução pela via democrática³⁴³.

Conclui-se, a partir dessas diferentes experiências vivenciadas pelos brasileiros no exílio, que esse fenômeno provocou mudanças em suas posições políticas. O Chile, considerado o centro de convergência da esquerda latino-americana nesse período, possibilitou aos brasileiros a oportunidade de manter contato com organizações com diferentes perspectivas ideológicas e com o próprio cenário político local, no qual as manifestações, marchas e protestos organizados pela esquerda contavam com a participação de milhares de cidadãos. Nesse ambiente, houve brasileiros que permaneceram em seus

³⁴² ELLWANGER, Raul. *Dep. cit.*

³⁴³ BOFF, Maeth. *Dep. cit.*

grupos de origem, concentrando seus esforços na elaboração de campanhas de denúncia das violações aos direitos humanos praticados pela ditadura brasileira; outros utilizaram o espaço chileno para estruturar a volta ao Brasil; e estavam aqueles que resolveram se engajar na luta local, dividindo-se entre os que ingressaram no MIR e aqueles que renunciaram à via armada, passando a apoiar a experiência socialista da UP.

No entanto, é preciso ressaltar que a vida desses brasileiros no exílio, mesmo com o auxílio de outros exilados, do governo Allende e da esquerda chilena, também foi marcada por uma série de dificuldades, tanto de ordem prática, como de âmbito psicológico, que não pode ser minimizada no estudo desse fenômeno. A respeito das dificuldades encontradas na vida cotidiano desses exilados, tem-se a narrativa de Carlos de Oliveira, que enfatizou as difíceis condições enfrentadas para se estabelecer no Chile:

Quando eu cheguei lá, eu passei fome. Eu nunca passei tanta fome na minha vida, como eu passei lá! O primeiro lugar que eu morei era uma pensão, perto do cemitério do Chile, numa pensão daquelas...! Recém tinha ocorrido um terremoto lá e tinha umas rachaduras no quarto da pensão, onde a gente podia ver a lua. Na primeira noite, aquele meu amigo [...], ele acordou e eu olhei para a camisa branca dele e vi que ela estava cheia de sangue, toda ela que era uma coisa! Ele tirou a camisa e eu não sei o que era... pulga ou carrapato, mas tinha uma multidão. A gente comia todos os dias queijo... a gente comprava um pacote de queijo e comia aquilo. Nós vivemos um tempão assim. Depois, eu entrei para a universidade... e também tinha a [ajuda da] Caixinha, que ajudava os brasileiros, porque a gente estava sem nada de dinheiro lá³⁴⁴.

Em relação às dificuldades psicológicas, Marijane Lisboa salientou que o primeiro ano de exílio no Chile foi especialmente traumático, devido às lembranças que mantinha das sessões de tortura às quais foi submetida no Brasil, reveladas pela necessidade constante de falar sobre esses eventos com outros brasileiros que vivenciaram situações semelhantes às dela na prisão. Dessa forma, sua integração à realidade chilena foi ocorrendo de forma gradual, quando começou a ler jornais locais, conversar com pessoas que moravam próximas a sua residência e participar de manifestações de apoio à UP. Essas atividades despertaram seu interesse por música, artesanato e, conseqüentemente, cultura chilena, proporcionando-lhe uma melhor adaptação ao país. A partir dessa abertura de horizontes e perspectivas, Marijane conseguiu um emprego como secretária da *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (CEPAL) e uma vaga para cursar Sociologia na *Universidad de Chile*, onde estudou até o golpe de 1973³⁴⁵.

Segundo Marcelo Viñar, o exílio tem sempre uma dimensão traumática, porque o indivíduo se forma a partir das ilusões que tem de si mesmo e de seus projetos de vida, o que

³⁴⁴ OLIVEIRA, Carlos de. *Dep. cit.*

³⁴⁵ LISBOA, Marijane. Depoimento. In: CAVALCANTI, Celso; RAMOS, Pedro (Orgs.). *Memórias do exílio. Brasil 1964-19?? De muitos caminhos*. V. 1. São Paulo: Livramento, 1978, p. 248.

é remodelado de forma constante na interação que desenvolve com o seu entorno social; constituído, tal movimento é interrompido quando ocorre o deslocamento a um ambiente estranho, “não familiar”³⁴⁶. Nesse sentido, o lado negativo do exílio está relacionado à sensação de estranhamento, de falta, de ausência, de incômodo, que sente todo o exilado. Existem momentos em que o exilado sofre ao ter que escutar e falar outro idioma que não é o seu, ao frequentar lugares desconhecidos, sendo forçado a se adaptar a ambientes, cheiros, paladares, modos de agir e diálogos diferentes dos habituais.

O trauma do exílio, contudo, não atinge apenas o exilado, mas também o seu entorno imediato. Por esse motivo, as pessoas que permanecem em território nacional sentem angústia, dor e medo, provocados pelo afastamento dos entes queridos, colegas de trabalho, companheiros de organização ou amigos que partiram em direção a uma terra desconhecida, sem garantias de que no país de acolhida terão segurança, trabalho, moradia, saúde e educação, condições mínimas de sobrevivência. Enfim, o trauma provocado pela quebra dos vínculos familiares, profissionais, entre outros, gera, tanto para quem é obrigado a sair quanto para quem fica, sentimentos de aflição e ansiedade, como demonstra a carta enviada por Yeda Franck, ao filho Paulo Franck, dias após seu banimento para o Chile:

Pelotas, 29 de janeiro de 1971. Meu querido filho Paulo Roberto, o meu maior desejo é que minha cartinha vá te encontrar bem de saúde, e contente por estar livre. Eu estou contente, meu sofrimento era muito grande de te ver fechado e não poder fazer nada. Eu sinto naturalmente estares longe, mas prefiro assim. Eu ficava vendo a hora em que ficarias doente, se é que já não estavas, pois a última vez que falei contigo foi no dia 25 de novembro [...]. Faz dois meses que não te vejo, mas tenho esperança de poder te ver em breve. Paulo Roberto, vim de Porto Alegre ontem, dia 28, onde falei com o cônsul chileno, sua esposa e filha. Todos encantadores e me disseram que eu podia te escrever e te visitar a qualquer momento que eu quisesse, como uma pessoa normal. Ir e vir, como mãe, tenho esse direito³⁴⁷.

Tais sentimentos também afetaram a família de Joaquim Cerveira, depois que ele foi banido para a Argélia, em julho de 1970. Conforme Neusah Cerveira, os agentes do DOI-CODI de São Paulo, além de efetuarem a detenção do ex-major, conduziram toda sua família – mãe, irmãos e tios – para a delegacia localizada na rua Barão de Mesquita, onde foram submetidos a sofrimentos físicos e psicológicos. Neusah, a filha, não foi detida porque, diferente de seus familiares, não estava sob a proteção da VPR, mas do PCB, e não foi localizada pelos órgãos de segurança. Cerveira foi para a Argélia, mas sua família

³⁴⁶ VIÑAR, Maren e Marcelo. *Op. cit.*

³⁴⁷ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.6, p.47/80. Chile. Asilados brasileiros. Paulo Franck. 28 de junho de 1971.

permaneceu vigiada e perseguida pela repressão, o que tornou ainda mais grave a ruptura dos laços familiares, provocada pela ida do ex-major para o exílio³⁴⁸.

Esses relatos permitem concluir que o exílio se constitui como uma situação extrema, em que parte dos indivíduos tem força suficiente para inverter a sua dimensão negativa, enquanto outros permanecem prisioneiros desse peso e pagam a experiência com o seu corpo ou equilíbrio psíquico. Segundo Viñar, os exilados que não conseguem superar o trauma de serem afastados das pessoas e das coisas que davam sentido a sua existência, enfrentam a solidão, a angústia e a nostalgia, sofrem de crises neuróticas e depressivas, que podem provocar loucura, pois “o exílio, enquanto situação desfavorável e traumática, desnuda, desmascarando e amplificando, o louco que cada um carrega em si”³⁴⁹.

Raul Ellwanger enfatizou que no Chile, parte dos exilados optou em interagir com a comunidade de brasileiros lá sediados e/ou com a esquerda chilena, passando a realizar diversas atividades. Muitos exilados que sofreram os efeitos devastadores da solidão e da perda de convívio, tanto político como social, que os levou, em algumas ocasiões, à loucura e até mesmo ao suicídio, mais tarde, em terras européias:

As pessoas que continuaram no exílio só pensando no seu país de origem, no seu bairro, nos seus amigos, nos militantes mortos, na peladinha de futebol [...] vão se tornando muito enfermas! E aqueles que se integraram, namoraram, tiveram filhos, militaram, jogaram bola, tocaram violão, enfim, tiveram uma vida normal. Os que conheceram o país, que viajaram e foram ver as minas, foram ver a neve e o deserto, eles tiveram uma vida normal, pelo menos, dentro daquilo que era possível. Então, a condição depressiva do exilado, que fica encaramujado em si mesmo, com as suas lembranças [...], ela é muito perigosa! Houve vários casos de tentativas de suicídios, casos de suicídios, [...] que vão acontecer depois na Europa, resultado dos problemas adquiridos durante este processo³⁵⁰.

Dentro desse quadro, um dos casos mais marcantes de um brasileiro que não conseguiu superar o sofrimento ocasionado pelas marcas da tortura e do exílio foi o de frei Tito de Alencar Lima. No Brasil, Frei Tito era integrante do grupo de dominicanos que auxiliou a ALN a tirar do país militantes perseguidos pela ditadura. Com a descoberta do “esquema de fronteira” em 1969, vários dominicanos, entre os quais Tito, Edson, Sérgio, Fernando, Mauricio e Betto, foram presos por órgãos de segurança brasileiros. Frei Tito foi duramente torturado pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, chefe do Esquadrão da Morte e um dos principais responsáveis do esquema repressivo brasileiro, tendo sido vetor direto da tortura e do assassinato de vários militantes, no país e no exterior. Durante o exílio no Chile e na França, Frei Tito apresentou vários problemas psiquiátricos que, finalmente, o

³⁴⁸ CERVEIRA, Neusah. *Op. cit.*, p. 128.

³⁴⁹ VIÑAR, Maren e Marcelo. *Op. cit.*

³⁵⁰ ELLWANGER, Raul. *Dep. cit.*

levaram a cometer suicídio em outubro de 1974. Frei Betto, que acompanhou o sofrimento de Frei Tito na prisão, escreveu o seguinte depoimento:

De modo exemplar, Frei Tito encarnou todos os horrores do regime militar brasileiro. Este é, para sempre, um cadáver insepulto. Seu testemunho sobreviverá à noite que nos abate, aos tempos que nos obrigam a sonhar, à historiografia oficial que insiste em ignorá-lo. Permanecerá como símbolo das atrocidades infindáveis do poder ilimitado, prepotente, arbitrário. Ficaré, sobretudo, como exemplo a todos que resistem à opressão, lutam por justiça e liberdade, aprendendo, na difícil escola da esperança, que é preferível "morrer a perder a vida". Nele a tortura não foi apenas um método para se obterem confissões ou informações, como é hábito nos cárceres administrados por homens formados pelos serviços de inteligência norte-americanos. Nem consistiu uma espécie de vingança, de castigo que se aplica ao marginal derrotado nas disputas que o crime estabelece entre ele e a polícia. Tito foi sangrado na carne até que a dor e o pânico atingissem o âmago de sua alma. Como fiéis guardiões de um sistema iníquo, delegados e militares esvaziaram a humanidade do jovem dominicano. Destruíram-lhe o universo psíquico³⁵¹.

Dois anos mais tarde foi a vez de Maria Auxiliadora Lara Barcelos, a “Dodora” ou “Dora”, da VAR-Palmares, outra brasileira que não superou as lembranças da tortura e a dor do exílio e se suicidou em Berlim, Alemanha. Jorge Fernandez, ao evidenciar que o exílio é um fenômeno traumático muito singular para o sujeito que o vivencia, diferencia-o de outros eventos migratórios, como por exemplo, a diáspora. A obrigação de se adaptar a um ambiente desconhecido, com novas estruturas materiais e também com diferentes padrões de convivência e expressão, vincula o exílio à noção de perda:

Logo, pode se considerar o exílio como um momento de perda extrema: perda da pátria de origem, de paisagens, das amizades, dos códigos sociais e culturais, da língua, do ambiente de trabalho, dos referenciais políticos, religiosos e sociais ou mesmo geográficos. Ou seja, este singelo inventário nos desenha uma ideia da infinidade do universo pessoal perdido, desde elementos subjetivos e valores simbólicos até objetos materiais bem concretos, e que tornam a experiência do exilado especialmente traumática. Além de ser uma prova de resistência física e psíquica que nem todos conseguem superar³⁵².

Rollemborg parte da psicanálise para definir o exílio como um eixo estruturado em diversas figuras mitológicas, por meio das quais teria se formado a cultura ocidental: Ulisses, impedido de retornar a sua terra de origem, Ítaca, pelo deus do mar, Posêidon, vive o sofrimento do exílio e do retorno; Édipo, expulso do seu reino, encontra no estrangeiro, o infortúnio; Jesus de Nazaré, que abandona a sua terra com a família para fugir da perseguição de Herodes; Adão e Eva, expulsos do paraíso e que podem ser nomeados como os primeiros exilados. Exemplos que, para a autora “trazem a marca do exílio”³⁵³.

³⁵¹ BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982, p. 289.

³⁵² FERNANDEZ, Jorge. *Op. cit.*, p. 69.

³⁵³ ROLLEMBERG, Denise. *Op. cit.*, p. 23. Ainda hoje, na mitologia moderna e até na cultura pop das histórias em quadrinhos, emblema substantivo da indústria cultural de massas, encontramos essa condição, como no caso icônico do Super-Homem (Kal-El), que chega criança a Terra após a destruição do seu planeta natal, Krypton.

A partir desse pressuposto, entende-se que no caso dos brasileiros analisados na presente tese, a dimensão traumática da partida em direção ao exílio no Chile foi amenizada pela manutenção do ativismo político, que permitiu manter uma perspectiva, num caminho cheio de dificuldades e lutas, mas também de esperança na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Enfim, esses brasileiros estabeleceram redes de solidariedade com a primeira onda de exilados que foi para o Chile e vinculações políticas com militantes de partidos ou organizações de esquerdas chilenas – reunidas na UP ou no MIR. Em muitos casos, mudaram seus posicionamentos políticos, mantendo ou não, a adesão à luta armada. Mas, acima de tudo, esses sujeitos não perderam de vista a perspectiva de que o Brasil, o Chile e o restante da América Latina, necessitavam viver um processo de transformação social profundo, que diminuísse a situação de desigualdade e miséria da maioria de seus cidadãos. E a luta, em cada país, foi vista, com maior ou menor ênfase, como própria.

2.4 OS BRASILEIROS EXILADOS NO CHILE E A UNIDADE POPULAR (UP)

As redes políticas que se formaram entre organizações de esquerda brasileiras e a coalizão de partidos e grupos que integravam a UP, especialmente com o PC, o PS e o MAPU, evidenciaram o compartilhamento de algumas perspectivas ideológicas, que refletiam no compartilhamento de estratégias e táticas. Cabe destacar que a esquerda chilena, assim como a brasileira, começou a se articular na segunda metade do século XIX, durante a consolidação do capitalismo. Enquanto no Brasil a classe operária que originou essa esquerda surgiu a partir de um processo de industrialização incipiente, que se desenvolveu no meio urbano, na virada do século XIX para o XX, no Chile essa classe se formou basicamente a partir do setor minerador.

Ao estudar a classe operária chilena, Segall salienta que sua formação ocorreu principalmente nas minas onde se realizava a extração de salitre, pois os outros dois minérios explorados no Chile durante o final do século XIX, a prata e o cobre, não necessitavam de métodos elaborados para serem retirados do subsolo e processados, e por isso nesse processo era empregada mão de obra de trabalhadores temporários, denominados de *pirquíns*. A extração de salitre, por seu turno, demandava um processo sofisticado e o uso de mão de obra qualificada, sendo realizada por trabalhadores que desenvolviam suas atividades de forma

coletiva, nas chamadas *oficinas salitreras*. A convivência desses operários num mesmo ambiente facilitou a formação da classe operária no Chile³⁵⁴.

Nessa conjuntura, os trabalhadores do setor de mineração se uniram, a partir de 1912, para formar o *Partido Obrero Socialista* (POS), que teve presença marcante na *Federación Obrera de Chile* (FOCh). Luis Emilio Recabarren, considerado a maior liderança do POS, diferentemente de outros líderes de partidos socialistas que surgiram na América Latina, não era um intelectual, mas um operário autodidata. Em 1922, Recabarren conduziu a transformação do POS em PC, influenciado pelas ideias da Revolução Russa de 1917. O PC, baseado no modelo soviético, possuía uma estrutura hierárquica mais rígida do que a do POS, dividindo sua militância em células. Nessa fase, o partido concentrou seus esforços no combate ao que considerava teses reformistas de outros partidos chilenos³⁵⁵.

Tais circunstâncias históricas singularizaram a trajetória política do PC em relação a outros partidos comunistas da América Latina. O PC e o PCB, por exemplo, mesmo integrando a rede de apoio dos partidos comunistas em sintonia com a União Soviética, apresentavam três diferenças marcantes nas suas trajetórias. Uma delas estava relacionada às eleições: enquanto o PC participou de todas as disputas eleitorais no Chile – ou seja, era um partido institucionalizado e com vida legal –, o PCB vivenciou períodos muito curtos de legalidade desde sua fundação, em 1922. Outra diferença tinha relação com a origem de seus militantes. O PC contou desde o início de suas atividades, com um número significativo de trabalhadores em seus quadros, se convertendo num partido de massas, o que não aconteceu com o PCB, que embora em alguns momentos históricos conseguisse uma adesão maior de operários, nunca alcançou esse caráter. Por último, o PC perdeu a hegemonia dentro da esquerda chilena nos anos 30, enquanto em relação ao PCB, no Brasil, tal fato só ocorreu nos anos 60.

Outro partido de esquerda que se formou no Chile, quase uma década mais tarde do PC, foi o PS. Fundado em 1933, o PS surgiu a partir da experiência da República Socialista, quando um movimento cívico-militar, que reunia socialistas e militares, assumiu o poder político no país por um período de doze dias, em 1932. O PS congregou uma pluralidade de correntes ideológicas, entre as quais estavam anarquistas, sociais democratas, nacionalistas, populistas, trotskistas, etc, unidos por suas concepções revolucionárias e contrárias ao imperialismo. Pode-se afirmar que uma das diferenças marcantes entre o PC e o PS era que o

³⁵⁴ SEGALL, Marcelo. *Op. cit.*, p. 215.

³⁵⁵ GALLARDO, José. El PC y su visión de lo militar y las Fuerzas Armadas: período fundacional, 1912-1927. In: ULIANOVA, Olga. et al. *1912-2012. El siglo de los comunistas chilenos*. Santiago: IDEA, 2012, p. 82.

primeiro defendia a união dos países socialistas em torno da União Soviética, percebida como responsável pela condução do movimento revolucionário mundial, e o segundo, realçava a luta a partir da união dos países latino-americanos que, devido à relação de dependência com as potências capitalistas centrais, possuía características econômicas, políticas, sociais e culturais, que permitiriam a construção de uma unidade de ação revolucionária.

Em relação ao PS, Alan Angell afirma que sua formação heterogênea trouxe algumas dificuldades, pois, em certos momentos de sua história, o partido não conseguiu estabelecer com suficiente clareza quais diretrizes deveriam ser adotadas por seus integrantes. A formação política de quadros também não seguiu as regras rígidas e hierárquicas do PC, resultando em orientações ideológicas diversas, que careciam de aprofundamento e, em muitas situações, de coerência nas atuações políticas de caráter prático. Apesar do PS se constituir numa “masa diversa, tumultuosa e impaciente” de intelectuais e trabalhadores, não deixava margem de dúvidas a respeito de sua determinação em mudar a sociedade chilena por meio da ação e da luta³⁵⁶.

Devido à formação heterogênea, ao longo de sua existência, o PS, apesar de fundamentar seu referencial teórico no marxismo e na luta de classes, alternou sua adesão a projetos de caráter reformista ou revolucionário, a partir da influência política que as duas correntes principais existentes dentro do partido, identificadas com essas posições, exerciam sobre o restante da militância partidária. Em 1936, o PS se aliou ao *Partido Radical* (PR) para formar a denominada Frente Popular, que apoiou o governo de Pedro Aguirre Cerda, entre os anos de 1938 e 1941. Nessa fase, um número significativo de adeptos da corrente moderada ocupou cargos administrativos, diplomáticos e ministeriais no governo, fato que incomodou a ala mais radical, defensora de princípios revolucionários que, em 1940, liderada por César Urrutia, se afastou do PS para, mais tarde, retornar ao mesmo.

Em 1956, o PS se uniu ao PC para estruturar a *Frente de Acción Popular* (FRAP), inédita na história dos dois partidos. A aproximação entre socialistas e comunistas, na visão de Altamirano, marcou um ponto de inflexão na luta do movimento operário, camponês e popular, que a partir dessa fase tomou novos rumos. Pode-se afirmar que, entre os anos de 1956 e 1970, a ação em conjunto de operários, camponeses, profissionais liberais, intelectuais e estudantes reunidos em torno da FRAP, sedimentou o caminho para a futura vitória da UP

³⁵⁶ ANGELL, Alan. *Partidos Políticos y movimiento obrero en Chile. De los orígenes hasta el triunfo de la Unidad Popular*. México: Era, 1974, p. 105.

nas eleições de 1970, considerada um marco inédito, não apenas para a esquerda latino-americana, como mundial³⁵⁷.

A união com o PC, porém, não significou a homogeneidade interna do PS, que continuou dividido entre a ala moderada, defensora de um plano de reformas para o Chile, liderada na época por Salvador Allende, e a ala que pretendia instaurar mudanças de caráter estrutural no país, guiada por Carlos Altamirano. De acordo com Moulian, durante a realização do congresso do PS, em 1967, a ala rupturista – de Altamirano – se posicionou a favor da composição de um movimento revolucionário que seguisse o modelo da Revolução Cubana, defendendo o uso da violência como meio de destruir o aparato repressivo estatal, responsável pela manutenção do Estado burguês no Chile. A ala de Allende, com outro ponto de vista, sustentava que o processo eleitoral e a instauração do socialismo por vontade da maioria dos cidadãos era a única forma real dos trabalhadores alcançarem o poder, pois possibilitaria ao executivo nacionalizar as riquezas básicas existentes no país, que mais tarde seriam distribuídas a todos os chilenos³⁵⁸.

Nesse período, o PC também resolveu modificar seu discurso e, ao invés da posição pacífica, optou por nomear sua posição ideológica de via não armada de instauração do socialismo. Na interpretação de Álvarez, o partido reconheceu que o emprego de certo grau de violência seria necessário, na medida em que o processo de supressão do capitalismo se aprofundasse no Chile. Por essa razão, o partido passou a trabalhar na constituição de uma frente de luta, denominada de *Poder Popular*, capacitada para oferecer resistência contra a direita, que diante da possibilidade da UP alcançar o poder, também se estruturava no país. É importante salientar que o PC, apesar da sua rígida hierarquia interna, manteve durante toda a sua trajetória política, o caráter de um partido popular. Estima-se que, em 1969, 70% dos integrantes do partido eram do setor operário, 10% do setor camponês e 20% da reunião de intelectuais, artesãos, pequenos industriais, trabalhadores agrícolas e profissionais liberais³⁵⁹.

O próprio projeto de governo da UP, baseado principalmente nas ideias dos dirigentes e militantes do PC e do PS, girava em torno da valorização do trabalhador. Porque, a UP pretendia diminuir a desigualdade social, instituindo um valor mínimo de remuneração para os trabalhadores que desempenhassem funções semelhantes, além de acabar com as

³⁵⁷ ALTAMIRANO, Carlos. *Op. cit.*, p. 22.

³⁵⁸ MOULIAN, Tomás. La vía chilena al socialismo: itinerario de la crisis dos discursos estratégicos da UP. In: VALLEJOS, Julio (Ed.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005, p. 35-56.

³⁵⁹ ÁLVAREZ, Rolando. *Arriba los pobres del mundo. Cultura e identidad del Partido Comunista de Chile entre democracia y dictadura. 1965-1990*. Santiago: LOM, 2011.

disparidades salariais existentes entre homens e mulheres no Chile. A ideia era permitir que cada operário, mineiro ou camponês tivesse direito a:

Viviendas dignas sin reajustes que esquilmen sus ingresos; escuelas y universidades para sus hijos; salarios suficientes; que terminen de una vez las alzas de precios; trabajo estable; atención médica oportuna; alumbrado público, alcantarillado, agua potable, calles y aceras pavimentadas; una previsión social sin privilegios justa y operante, sin pensiones de hambre; teléfonos, policías, jardines infantiles, canchas deportivas; turismo y balnearios populares³⁶⁰.

Para que essas transformações fossem colocadas em prática, no entanto, a sociedade necessitava modificar a sua cultura que, no entendimento da UP, devia adquirir matizes humanistas, com produções artísticas que valorizassem o papel do trabalhador no processo de extinção do capitalismo. A arte deveria se voltar para o desenvolvimento da conscientização política, com o objetivo de aprofundar o sentimento de solidariedade entre os chilenos, para uma maior compreensão da importância da participação no processo de transição para o socialismo. Essa revolução cultural possuía também um fundamento ético, baseado na imagem do “homem novo”, solidário e fraterno, inspirado na figura do líder guerrilheiro argentino Ernesto Che Guevara.

Tais mudanças culturais deram origem a movimentos como a *Nueva Canción Chilena*, que surgiu a partir da necessidade de representar nas músicas a figura do *poblador*, do operário, do camponês, para assim destacar a importância que esses trabalhadores teriam na composição da sociedade que surgiria após a instauração do socialismo no país. Nesse movimento se destacaram os cantores Violeta Parra e Víctor Jara e grupos musicais como Quilapayún e Inti-Illimani. Esse movimento, na visão de Albornoz, começou no Chile e se expandiu para outros países da América Latina, influenciando artistas argentinos e cubanos:

La Nueva Canción Chilena [...] no fue un producto del gobierno popular, sino el resultado de inquietudes políticas e culturales que terminaran construyendo el propio gobierno. A través de este movimiento cultural, Chile se reconocía como un país latinoamericano tanto en sus problemas contingentes como en su sentido de nación. Su proceso histórico, representado a través de la música, era un todo con su hemisferio geográfico. Folkloristas como Violeta Parra, Margot Loyola, Gabriela Pizarro o Héctor Pavez, junto con poetas como Pablo Neruda y Nicanor Parra, incentivaran una labor musical a la que se sumó la influencia de compositores latinoamericanos como el argentino Atahualpa Yupanqui y el cubano Carlos Puebla. Sumándose a la denuncia de los problemas sociales, ejemplos políticos como la Revolución Cubana o la resistencia del pueblo vietnamita a la intervención militar de Estados Unidos, así como personajes emblemáticos como Ernesto “Che” Guevara y algunos míticos como Joaquín Murieta, la Nueva Canción fue el referente cultural de la política de izquierda chilena³⁶¹.

³⁶⁰ PROGRAMA DE LA UNIDAD POPULAR. *Op. cit.*

³⁶¹ ALBORNOZ, César. La cultura en la Unidad Popular: porque esta vez no se trata de cambiar un presidente. In: VALLEJOS, Julio (Ed.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005, p. 149.

A respeito dessas questões culturais, em seu depoimento, Raul Ellwanger destacou a importância que o exílio no Chile e, posteriormente, na Argentina, teve para o seu desenvolvimento artístico. Nos dois países, o militante teve a possibilidade de entrar em contato com diferentes gêneros e ritmos da música latino-americana, além de instrumentos musicais que não eram usualmente utilizados nas composições brasileiras. A experiência tornou-se mais enriquecedora, na medida em que, Ellwanger passou a intercambiar aprendizados com compositores e músicos chilenos e argentinos, com destaque para a apresentação artística realizada no centro de eventos da família Parra, em Santiago.

O período em que a UP colocou em andamento a primeira fase de seu plano de governo, coincidiu com a chegada de muitos brasileiros, exilados ou banidos. Entre esses estavam vários militantes da VPR, os quais em razão de seu posicionamento político no Brasil, a saber, de vinculação à luta armada, estabeleceram contato com a ala rupturista do PS, conduzida por Carlos Altamirano³⁶². Contudo, parte deles, por estar acompanhando a experiência chilena de instauração do socialismo, resolveu deixar de lado a perspectiva armada e apoiar a UP. Esse foi o caso, por exemplo, de Bona Garcia, que diferentemente da maior parte dos quadros da VPR, se aproximou da ala moderada do PS, alinhada ideologicamente a Salvador Allende e ao PC. Essas organizações o auxiliaram a conseguir uma oportunidade de trabalho. Bona tornou-se um dos atores do grupo de teatro chamado *Los Saltamontes*, fundado por iniciativa de militantes desses partidos³⁶³. Tal grupo integrava o projeto de educação popular, criado pelo governo Allende, com o objetivo de auxiliar moradores das *poblaciones* a desenvolver maior consciência política e senso crítico. Esse programa pretendia que, em fase posterior, esses moradores se tornassem aptos a formar coletivos de ação política. Para Mario Garcés, o projeto da UP consistia no desenvolvimento de várias atividades culturais em áreas nas quais se concentrava a maior parte da população em condição de miséria e vulnerabilidade social. A ideia era promover, além de apresentações artísticas, oficinas de capacitação de jovens interessados em aprender teatro, música e dança. A respeito de um espetáculo realizado pelo grupo *Los Saltamontes*, em Villa Francia, na periferia de Santiago, um morador realizou o seguinte comentário:

La operación Saltamontes era una iniciativa del Ministerio del Interior. Era muy rica, muy interesante, no solamente eran profesores. No solamente venía a entretener. Era grupo de trovadores que... traían teatro callejero y cantábamos con ellos, vibrábamos con ellos. Obras de teatro en las cuales se interpretaba un poco al poblador de Villa Francia, nosotros mismos nos veíamos en el escenario actuando. Los Saltamontes no solamente actuaban, si no que también enseñaban teatro [...].

³⁶² A aproximação entre a VPR, o PS e o PC, durante o exílio de seus militantes no Chile, foi confirmada por Ubiratan de Souza, Bona Garcia e Cláudio Gutiérrez, durante os depoimentos concedidos à autora.

³⁶³ BONA GARCIA, João Carlos. *Dep. cit.*

Antes de la llegada de Los Saltamontes, la Violeta Parra era una cantora cualquiera, pero no tomábamos en cuenta su canción, su letra, su llegada, su profundidad. Y estos compadres nos hicieron saltar la chaucha. Se nos abrió la mente las expresiones por vivir mejor no solamente se encontraban en un sitio, también se encontraban en las canciones, en canciones revolucionarias, las canciones de historia, de historia de boca en boca, que cantan los historiadores de guitarra³⁶⁴.

As oficinas e os espetáculos produzidos por *Los Saltamontes*, constituíram uma experiência enriquecedora, tanto para os habitantes de Villa Francia, como para Bona Garcia. No decorrer das apresentações, além de recriar as atividades de vários personagens populares da cultura chilena, o brasileiro entrou em contato com a solidariedade, as ideias, os valores, a esperança, o sentimento nacionalista e o avançado grau de conscientização política dos moradores pobres, residentes na periferia de Santiago e Valparaíso³⁶⁵. O contato com essas pessoas mudou seu conceito sobre os chilenos e a população miserável que, sem opção de moradia, era obrigada a ocupar terrenos localizados nos arredores das grandes cidades, sem a mínima infraestrutura e segurança. Aos olhos do brasileiro, as *poblaciones* deixaram de ser um aglomerado de pessoas com pouca escolaridade e se tornaram um espaço de luta por condições de vida mais dignas.

A precariedade das casas existentes nas *poblaciones* deixavam seus moradores susceptíveis às ações dos ventos, das chuvas e dos terremotos que atingiam o Chile de forma constante. Em julho de 1971, por exemplo, militantes de partidos e organizações de esquerda, vinculados ou não ao governo Allende, se uniram para prestar serviço voluntário, depois que um forte terremoto atingiu o país, causando devastações em várias áreas. Após o evento, Bona Garcia e os demais atores de *Los Saltamontes* suspenderam os espetáculos para se incorporar aos mutirões populares, que estavam se estruturando na periferia, com o objetivo de reconstruir as casas destruídas pelo evento. O que chamou a atenção de Bona foi a esperança demonstrada pelos chilenos que, mesmo diante dessa destruição, comemoravam a nacionalização do cobre, decretada naquele dia – 11 de julho de 1971 – pelo presidente:

Nós paramos com tudo e começamos a ajudar o pessoal a derrubar as casas [...]. Eu cheguei numa casa toda destruída e os moradores estavam fazendo uma comemoração, mas havia só as paredes da casa, porque eles perderam tudo e os caras me convidaram, se eu queria tomar um refrigerante e comer uma *sopilla*. E aí, eu chegando nessa casa perguntei, mas escuta, tu perdeste tudo, tu perdeste casa, perdeste os móveis, qual é o motivo da alegria? E o cara disse não, é que hoje o “El Chicho” [Salvador Allende] nacionalizou o cobre, o cobre é nosso, são nossas as minas de cobre. Para tu veres o sentimento e a visão ampla que eles tinham. E eu digo poxa, mas que vergonha, no Brasil as pessoas iam chorar! Então, é isso aí que faz a diferença! O povo era fantástico e aquilo me marcou, eu nunca mais esqueci a imagem daquelas pessoas. Então, isso foi muito bom, e esse trabalho de ajudar na

³⁶⁴ GARCÉS, Mario. Los años de la Unidad Popular: cuando los pobladores recreaban las ciudades chilenas. In: VALLEJOS, Julio (Ed.). *Fiesta y drama: nuevas historias de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2014, p. 91.

³⁶⁵ BONA GARCIA, João Carlos. *Dep. cit.*

reconstrução nos deu muita credibilidade, porque eles viam que estávamos trabalhando e foi uma experiência ótima³⁶⁶.

A solidariedade e o elevado grau de conscientização política dos chilenos foram características apontadas também por outros brasileiros que estiveram exilados no país. Herbert de Souza afirmou que o Chile, durante o governo Allende, possuía o maior índice de politização da América Latina e talvez do mundo. No país, o militante teve a oportunidade de aprender na prática o significado de palavras como “população”, “classes”, “luta de classes”, “partidos”, “esquerda”, “direita”, “liderança”, “revolução”, num curso intensivo de política que podia beneficiar a compreensão do processo revolucionário que a esquerda havia tentado por em prática no Brasil, uma oportunidade para refletir sobre as falhas que provocaram a derrota das organizações de esquerda, e evitar que se repetissem no futuro³⁶⁷.

A partir dessas considerações, pode-se afirmar que a solidariedade foi uma das principais características da esquerda chilena, reconhecida pelos brasileiros exilados. Raul Carrion, por exemplo, afirmou ter recebido durante o exílio, apoio de integrantes do PC. Tal proximidade, entretanto, não ocorreu via rede política, como no caso de Bona Garcia, mas através de relações pessoais por ele estabelecidas no exílio. O militante informou que, ao frequentar as aulas do curso de Química na *Universidad Católica de Chile*, conheceu sua futura esposa – Elvira Ballester Lafertt – sobrinha-neta de Elias Lafertt, um dos fundadores do PC. Por intermédio de Elvira, Carrion conheceu os principais dirigentes desse partido, que apoiavam ações de solidariedade com o povo brasileiro, organizadas pela comunidade de exilados residentes no país. Por fim, o militante declarou ter acompanhado a experiência chilena de implantação do socialismo, mantendo, paralelamente, sua vinculação política ao PCdoB no exílio³⁶⁸.

Sem dúvida, a efervescência na terra de acolhida, gerada pelas mudanças profundas que a administração Allende tentava levar a cabo permitiu aos brasileiros um maior entrosamento com a esquerda e os setores populares locais. Os exilados brasileiros e de outros países que se encontravam no Chile, nesse momento, vivenciaram a intensidade dos acontecimentos. Em julho de 1971, por exemplo, o presidente decretou a estatização das minas de cobre controladas por corporações estadunidenses. Segundo os cálculos realizados pelos economistas da UP, os lucros dessas empresas com a exploração do minério no país haviam sido tão elevados que não existia a necessidade legal do Estado chileno indenizar seus

³⁶⁶ BONA GARCIA, João Carlos. *Dep. cit.*

³⁶⁷ SOUZA, Herbert de. Depoimento. In: CAVALCANTI, Celso; RAMOS, Pedro (Orgs.). *Memórias do exílio. Brasil 1964-19?? De muitos caminhos*. V. 1. São Paulo: Livramento, 1978, p. 96.

³⁶⁸ CARRION, Raul. *Dep. cit.*

antigos proprietários. Tal decisão desagradou o governo estadunidense, que passou a boicotar a venda do cobre chileno no mercado externo, gerando um problema de arrecadação de divisas para a UP, que ficou com poucos recursos para importar as peças e os equipamentos necessários à manutenção da produção industrial e de gêneros alimentícios para atender as demandas do mercado interno.

A direita chilena, que reunia desde integrantes do *Patria y Libertad*, PN, *Movimiento Gremialista de la Universidad Católica*, até partidários do PDC, usava a falta de produtos nos supermercados e armazéns, para promover a desestabilização do governo. Cabe ressaltar que os setores médios do PDC, que num primeiro momento apoiaram as decisões e os rumos seguidos pela UP, foram se afastando na medida em que aumentavam os problemas econômicos, políticos e sociais, internos e externos. O PDC também não aceitava que as transformações estruturais previstas na *Vía Chilena al Socialismo*, adquirissem contornos mais profundos e ritmo mais acelerado, do que o estipulado em 1970.

Um claro exemplo dessa controvérsia envolvia a estatização das noventa e uma fábricas e indústrias consideradas estratégicas para a economia nacional. Durante esse processo, diversos sindicatos e comissões de fábricas, a partir de uma tomada de consciência dos seus integrantes, começaram a pressionar o governo pela incorporação de um número maior de empresas à Área de Propriedade Social (APS). A primeira empresa estatizada fora da lista oficial da UP foi a fábrica de tecidos Yarur, na qual os funcionários, historicamente explorados e maltratados pelo proprietário, Armando Yarur, organizaram um movimento reivindicando sua estatização, que se concretizou em abril de 1971³⁶⁹.

O fato de a empresa ter sido ocupada por motivações econômicas e políticas, demonstrou um nível significativo de consciência de classe nos trabalhadores envolvidos nesse movimento. A partir de Yarur, outros trabalhadores passaram a reivindicar a incorporação das indústrias nas quais desempenhavam suas atividades à APS. Observa-se que, na prática, a experiência socialista avançou de forma mais acelerada e adquiriu dimensões não previstas no programa da UP. Nesse cenário, os partidos e organizações de sustentação ao governo se dividiram entre os que permaneciam ao lado dos trabalhadores, defendendo a estatização de um número maior de empresas, e os que se posicionavam pela manutenção do projeto inicial, avaliando que o aprofundamento do processo revolucionário colocaria em cheque o pacto estabelecido com o PDC após as eleições de 1970, fato que inviabilizaria a aprovação das propostas da UP no Congresso Nacional.

³⁶⁹ WINN, Peter. *Tejedores de la revolución: los trabajadores de Yarur y la vía chilena al socialismo*. Santiago: LOM, 2004.

Diante desse panorama, as tensões políticas e sociais se acirraram em 1972. Os enfrentamentos entre ativistas de partidos de esquerda e direita se multiplicaram por todo o país. Além disso, o desabastecimento de alimentos e produtos de uso diário se agravou ainda mais. Na tentativa de aumentar o caos econômico, político e social, empresários, grêmios patronais, associações de profissionais liberais e sindicatos do setor de transportes organizaram, com o apoio explícito do governo estadunidense, um *paro patronal* em outubro. Por cerca de um mês, os médicos deixaram de prestar assistência à população, o transporte urbano parou de circular e milhares de caminhoneiros paralisaram suas atividades, bloqueando estradas, intensificando o desabastecimento e alimentando o mercado negro³⁷⁰. O objetivo da paralisação era acabar com a estabilidade do governo Allende³⁷¹. Ubiratan de Souza, um dos brasileiros que acompanhou esse *lockout* fornece um quadro pormenorizado da situação:

O resultado da eleição levou a uma reação violenta da direita, que desencadeou também [...], em outubro de 1972, na greve dos caminhoneiros. O Chile era uma economia pré-capitalista, não tinha grandes empresas de caminhão para fazer o transporte, tanto de matérias primas como de produtos de bens e serviços. Os donos de caminhões eram uns caras que tinham dois ou três caminhões, ou um caminhão só e a CIA colaborou com esse pessoal. Eles eram financiados em dólares para ficarem parados! Um dia parado eles ganhavam mais do que um mês trabalhando! Com isso, eles paralisaram o fornecimento de matéria prima para a indústria, para a agricultura, para o consumo popular, para o abastecimento popular. 300 mil cabeças de gado foram contrabandeadas para a Argentina, para eles conseguirem boicotar o fornecimento de carne, 10 milhões de litros de leite foram jogados fora nos rios, para não chegar à população, para dar um desabastecimento no país. Faltavam alimentos e os alimentos que tinha, eles escondiam para vender no mercado negro³⁷².

O desabastecimento promovido pela direita gerou uma resposta de operários e *pobladores*, que auxiliados por partidos e organizações de esquerda, se uniram em todo o Chile para garantir a distribuição de alimentos à população, especialmente aos residentes nas periferias e para manter funcionando as fábricas, fechadas por empresários que aderiram ao *lockout*. Um dos principais objetivos desse movimento era impedir que a direita conduzisse o país ao colapso econômico, diante do qual os militares poderiam se sentir motivados a intervir, afastando Allende da presidência. Os outros eram demonstrar publicamente apoio político ao governo e chamar a atenção para suas demandas específicas. Os *pobladores*, por exemplo, reivindicavam a construção de casas populares e a disponibilização de

³⁷⁰ O *paro patronal* foi organizado por empresários (a partir da paralisação do transporte rodoviário) com apoio de sindicatos e estudantes vinculados aos setores de direita. Trata-se de um boicote contra o governo da UP.

³⁷¹ Moniz Bandeira denominou essa grave situação como o resultado da aplicação pelos setores de direita, de uma “fórmula para o caos” que: “envolvia o caos econômico e político, fomentar o descontentamento social e aprofundar o medo do comunismo entre empregados e empregadores, bloquear os esforços legislativos da esquerda, organizar manifestações e concentrações e mesmo atos de terrorismo, se necessário”. In: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Op. cit.*, p. 287.

³⁷² SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

infraestrutura e serviços básicos nas áreas de periferia. Os operários solicitavam a incorporação das empresas ocupadas durante o *paro patronal* à APS.

Em relação às ocupações de fábricas e indústrias, Franck Gaudichaud apontou uma combinação de reivindicações. Por um lado, os militantes da UP impulsionavam os operários a manter a produção e o apoio ao governo Allende. Por outro, o MIR e a ala rupturista do PS incentivavam os trabalhadores a lutarem por melhorias salariais e nas condições de trabalho, frente a uma classe patronal intransigente e autoritária. Tal manobra aumentou o grau de organização do movimento operário e, conseqüentemente, o número de empresas tomadas e administradas pelos trabalhadores³⁷³.

Com base nessa situação, constatou-se que as ocupações de empresas, realizadas durante o *lockout* de outubro, foi uma iniciativa tomada pelos próprios funcionários, que permitiu uma maior conscientização política da classe trabalhadora. Ubiratan de Souza acompanhou todo esse processo. Por meio de contatos com a ala rupturista do PS, conseguiu emprego numa das maiores indústrias de conservas do Chile, o *Consortio Nietos Hermanos*, com filiais em cidades do interior e na capital. Em outubro de 1972, a fábrica de Santiago na qual Ubiratan trabalhava foi ocupada pelos funcionários. Ato contínuo, estes exigiram a estatização da empresa pelo governo, alegando que a mesma estava sendo mal administrada por seus proprietários. Esse evento marcou o início de um processo de aprendizado extremamente rico para o militante, que teve a oportunidade de acompanhar a participação dos trabalhadores na gestão dessa indústria. O envolvimento em tais atividades permitiu que Ubiratan, ao retornar do exílio, aproveitasse os conhecimentos adquiridos com essa experiência para desenvolver projetos políticos no Brasil³⁷⁴.

Ubiratan de Souza salientou ainda que a ocupação do *Consortio Nietos Hermanos* ocorreu durante o *paro patronal*, mas o projeto para tomar a empresa vinha amadurecendo desde o início do ano. Nessa fase, porém, a ideia adquiriu maior autonomia em relação às diretrizes traçadas pela UP³⁷⁵. No momento em que o boicote empresarial se consolidou, os próprios trabalhadores das empresas ocupadas, com o apoio dos sindicatos e da *Central Unica de Trabajadores* (CUT), se uniram aos movimentos comunitários existentes nas regiões onde essas fábricas estavam localizadas, para formar uma rede de cooperação – os chamados

³⁷³ GAUDICHAUD, Franck. *Chile, 1970-1973. Mil días que estremecieron al mundo. Poder popular, cordones industriales y socialismo durante el gobierno de Salvador Allende*. Santiago: LOM, 2016.

³⁷⁴ SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

³⁷⁵ Idem.

*Cordones Industriales*³⁷⁶. Esses órgãos coletivos não estavam subordinados ao governo Allende, mas desenvolviam suas ações de forma articulada com a UP, que começou a apoiar as ações dos trabalhadores e *pobladores*, com o objetivo de garantir a produção, fortemente afetada pelo *lockout*.

Pode-se afirmar que a acumulação dessas experiências, dentro e fora das empresas, resultou na tentativa de constituição de um poder mais autônomo em relação ao governo Allende e ao próprio Estado. Um dos fatores que contribuiu para a formação dos *Cordones Industriales* foi a interação que muitos trabalhadores desenvolveram com os moradores dos bairros populares onde estavam as fábricas que trabalhavam, durante a realização de eventos esportivos, festas comunitárias montadas por associações de vizinhos, etc. Tal aproximação promoveu intercâmbio social e cultural desses coletivos e fortaleceu uma rede política que contribuiu para superar o fracionamento que existia anteriormente entre as empresas e a comunidade, facilitando a difusão de ideias políticas e o aumento das mobilizações que originaram os *Cordones Industriales*³⁷⁷.

Assim, a partir do *paro patronal*, os movimentos organizados pelos trabalhadores chilenos, diante da radicalização da luta de classes no país, começaram a adquirir certo grau de autonomia em relação ao governo Allende, que não conseguia atender de forma satisfatória suas demandas. Diante desse cenário, a UP tinha dois caminhos a seguir: ou aprofundava o alinhamento junto aos trabalhadores – operários, mineiros, camponeses, moradores das periferias –; ou tentava retomar a aliança com o PDC – setores da classe média. A ala rupturista do PS e do MAPU defendiam o apoio aos trabalhadores do campo e da cidade, com a estatização de todas as empresas e propriedades ocupadas durante a greve – *avanzar sin transar* –, enquanto o PC e os moderados do PS advogavam em favor da devolução das mesmas – *consolidar para avanzar* – numa tentativa de acalmar os ânimos da direita e se reaproximar do PDC. Com esse panorama instaurado, Allende optou pela segunda posição, convocando militares para assumir gabinetes do governo e garantir o fim da instabilidade econômica, política e social no país.

³⁷⁶ A formação dos *Cordones Industriales* surgiu de iniciativa dos trabalhadores vinculados a empresas que não estavam no projeto de estatização da UP, como forma de reivindicar a incorporação dessas à APS. O movimento, que existia de forma latente, se consolidou com o *lockout* de 1972 foi impulsionado pelos sindicatos, pela CUT, pelo MIR e pela ala rupturista do PS. A partir da formação dos *Cordones Industriales*, as empresas tomadas nas quais o nível político e a coesão interna eram mais elevados, realizaram assembleias para eleger seus representantes. Esses eventos eram responsáveis por reunir operários de indústrias e fábricas, localizadas numa mesma área, além de moradores locais, criando um espaço de compartilhamento de conhecimentos e experiências, que fomentou a auto-organização da classe trabalhadora e dos setores populares no Chile. In: GAUDICHAUD, Franck. *Poder Popular y Cordones Industriales. Testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973*. Santiago: LOM, 2004.

³⁷⁷ Idem.

A presença de militares no governo Allende não impediu o avanço do projeto colocado em curso pela UP. Para Peter Winn, dois modelos de revolução se cruzaram no cenário político chileno, entre 1970 e 1973: a “*revolución desde arriba*” e a “*revolución desde abajo*”. Enquanto a UP enfatizava a necessidade de todas as mudanças previstas em seu programa seguirem os caminhos legais, devendo ser controladas e guiadas por funcionários do governo, outro movimento, orquestrado por operários, camponeses e *pobladores*, se formou com o objetivo de acelerar e aprofundar esse processo. Nos primeiros meses de governo, os interesses da UP e desse movimento eram, na maioria dos casos, coincidentes, situação essa que foi se modificando na medida em que se acentuava a luta de classes, e os setores historicamente excluídos da sociedade, começaram a adquirir consciência a respeito de seus direitos políticos, econômicos e sociais³⁷⁸.

O militante Cláudio Gutiérrez, que estreitou relações com a ala rupturista do PS durante o exílio no Chile, afirmou que, para esse grupo, a burguesia associada ao capital estadunidense, não renunciaria a seus privilégios de classe sem recorrer ao uso da violência. Por essa razão a UP não podia esperar da direita um comportamento pacífico diante de um processo que, em última instância, previa o fim da propriedade privada e da exploração da mão de obra trabalhadora, principais responsáveis pela geração de suas riquezas. Com o objetivo de combater essa ameaça, o PS convidou Gutiérrez e outros brasileiros exilados, entre os quais Paulo Franck, para formar um grupo capacitado a auxiliar a esquerda no confronto armado que, mais cedo ou mais tarde, ocorreria no Chile:

Mas, fora isso, a VPR tinha contato com todas as organizações de esquerda chilenas, com todas as organizações, mas principalmente com o Partido Socialista. Durante o governo do Allende, os caras olharam aquele grupo de brasileiros como um possível embrião, [...] uma organização de resistência, porque eles não tinham resistência armada. Tu tinhas o MIR, que era um grupo chileno que fazia ações armadas, mas os outros partidos, o Partido Socialista, por mais que tivesse o pessoal do Exército de Libertação Nacional Boliviano, eles não tinham tradição. Eles viam naquele grupo de brasileiros... a possibilidade de ser uma força que lutasse contra o golpe, contra um possível golpe, que é uma coisa que sempre teve no horizonte. Então, eles tinham contato sim, certamente tinham contato com todas as organizações chilenas de esquerda³⁷⁹.

³⁷⁸ “Si el sello de la primera era el legalismo, el de la revolución desde abajo era la toma, una apropiación formalmente ilegal pero socialmente justa. En la revolución chilena, la mayoría de las tomas se hicieron en los terrenos en que la gente vivía o trabajaba – o esperaba vivir o trabajar –, como por ejemplo terrenos suburbanos desocupados que eran invadidos por pobladores sin casa, fundos de gran tamaño que eran ocupados por campesinos sin tierra, fábricas que pasaban a ser controladas por sus propios trabajadores, o “*corridos de cercos*”, por parte de activistas mapuches, que desplazaban los límites de sus propiedades hasta donde habían estado los terrenos que les fueran arrebatados un siglo antes. Más allá del común denominador de la toma, la revolución desde abajo era diversa y difícil de generalizar. En parte, expresaba la frustración de muchos chilenos con el fracaso de la “*revolución en libertad*” de Frei y su impaciencia por la lentitud, el legalismo y las limitaciones de las transformaciones planificadas por Allende”. In: WINN, Peter. *La revolución chilena*. Santiago: LOM, 2013, p. 61.

³⁷⁹ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

Além de Cláudio Gutiérrez, outros militantes da VPR declararam em seus depoimentos que durante seu exílio, auxiliaram no treinamento militar de integrantes de partidos e organizações de esquerda locais. Ubiratan de Souza, que possuía curso em táticas de guerrilha, por exemplo, foi designado pelos dirigentes da VPR para capacitar ativistas do MIR, do PS e do PC nessa modalidade de combate. O treinamento ocorreu nos primeiros meses de 1973, quando a possibilidade de golpe passou a ser concreta³⁸⁰. Bona Garcia informou que a VPR foi responsável pela montagem de uma escola de guerrilhas na região de Santa Rosa, em Santiago, onde circulavam militantes brasileiros, chilenos e de outras nacionalidades, interessados em aprender táticas de combate, com instrutores que integravam os quadros dessa organização no exílio³⁸¹.

Diferentemente da maior parte dos brasileiros que durante o exílio no Chile, se aproximou da ala rupturista do PS, do PC ou do MIR, Maeth Boff se afastou da VAR-Palmares para ingressar no MAPU³⁸². Esta era uma organização de esquerda formada por ativistas que iniciaram a militância política em movimentos leigos vinculados à Igreja Católica, semelhantes aos que se formaram no Brasil no começo da década de 1960, em função de um compromisso assumido por parte dos cristãos com os setores mais pobres e marginalizados da sociedade, influenciados pelo Concílio do Vaticano II (1962-1965). Tal movimento ocorreu em toda a América Latina, mas adquiriu matizes diferenciados na medida em que interagiu com a realidade de cada país. Pode-se afirmar que, a militância de Maeth Boff nos quadros da JOC e da JAC, no período que se encontrava no Brasil, influenciou a sua decisão de ingressar no MAPU durante o exílio no Chile.

Na visão de Hobsbawm, os movimentos liderados por padres católicos que, em contato com a difícil realidade social da América Latina, aderiram ao socialismo, constituíram, ao lado da Revolução Cubana, uma das formas mais excepcionais de oposição à influência estadunidense sobre a região³⁸³. A opção desses padres pelo socialismo foi o resultado de mudanças ocorridas na Igreja Católica a partir da década de 1950, quando parte

³⁸⁰ SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

³⁸¹ BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Op. cit.*

³⁸² BOFF, Maeth. *Dep. cit.*

³⁸³ Em alguns países da América Latina, líderes guerrilheiros surgiram a partir de movimentos que se formaram dentro da Igreja Católica. Nesse cenário, uma das figuras de maior destaque foi a do padre Camilo Torres que, ao desenvolver atividades religiosas com a população miserável, residente nas periferias das cidades ou nas áreas rurais da Colômbia, abandonou a Igreja Católica para se incorporar à luta guerrilheira em curso no seu país. Para Torres, a classe dirigente não tinha nenhum interesse em distribuir suas riquezas; por consequência concluiu que a via armada seria a única forma de diminuir a desigualdade que caracterizava a sociedade colombiana. Caído em combate em 1966, durante um confronto entre o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) e tropas do governo, Camilo Torres se transformou em ícone da luta revolucionária em toda a região.

de seus integrantes voltou a atenção para os problemas que atingiam os setores desfavorecidos da população, delimitando os pressupostos iniciais do que, posteriormente, seria chamado de “Teologia da Libertação”³⁸⁴.

No Brasil, esse movimento surgido dentro da Igreja Católica influenciou a criação da AP, em 1961; no Chile, surgiu do MAPU, em 1969. Logo após a sua criação, o MAPU aderiu ao esforço realizado por toda a esquerda local, marxista ou cristã, de formar uma aliança que permitisse melhores condições para a implantação de mudanças estruturais na sociedade chilena; a conformação da UP foi o resultado desses esforços. Entre 1971 e 1973, o MAPU foi responsável pela indicação de nomes importantes que integraram o governo Allende, como o ministro da Agricultura, Jacques Chonchol, responsável pelo programa da reforma agrária. As principais atividades da organização se concentraram junto aos camponeses e pobres que habitavam as regiões periféricas das grandes cidades. De acordo com Valenzuela:

El MAPU quería ser un partido de trabajadores, campesinos, obreros, mujeres y Mapuches. El complejo de “estar con el pueblo” existió y la sacralización de lo popular en la izquierda fue tan real como la gran marginalidad de campesinos en el sistema de latifundio o las poblaciones *callampas* que se multiplicaron por las ciudades chilenas con la explosión demográfica y la migración a la ciudad que vivió Chile desde los cincuenta. Gastón Rojas, quien provenía de una familia de medianos comerciantes de Buin, 30 kilómetros al sur de Santiago, recuerda que “me sensibilizaron los campamentos en el lecho del Río Maipo que en muchos inviernos fueron arrastrados por las crecidas. Allí hicimos ayuda social, trabajo político y convivencia con los marginales”³⁸⁵.

Sobre os detalhes dessa situação, Maeth Boff não forneceu em seu depoimento informações sobre a militância que desenvolveu no MAPU³⁸⁶. Mas sim o fez Ricardo de Azevedo, brasileiro que também ingressou nessa organização no seu exílio. No Brasil, Azevedo integrou os quadros da AP, formados majoritariamente por jovens que se afastaram da Igreja Católica para fundar essa organização. A militância na AP facilitou o contato com os integrantes do MAPU, do qual o militante recebeu a incumbência de realizar um trabalho de análise da conjuntura internacional:

A minha tarefa era fazer um informe semanal, por escrito, que servia de subsídio para os membros da direção. Comecei a trabalhar nisso, além de distribuir o jornal do MAPU. Comecei a me fazer presente em todas as manifestações. Fui a vários plenos do MAPU, participei inclusive de um pleno do MIR, que eram abertos a qualquer interessado. Enfim, fui me engajando progressivamente no processo chileno e, ao mesmo tempo, me distanciando das questões relativas ao Brasil, sempre um pouco à espera de um comunicado da direção nacional da AP que me legitimasse no Chile, e de um comunicado formalizando o racha da organização³⁸⁷.

³⁸⁴ HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

³⁸⁵ VALENZUELA, Esteban. *Cristianismo, revolución y renovación en Chile: el Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU) 1969-1989*. Valencia: Universidad de Valencia, 2011. Tesis (Doctorado Historia) – Departamento de Historia Contemporánea/Valencia, 2011, p. 181.

³⁸⁶ BOFF, Maeth. *Dep. cit.*

³⁸⁷ AZEVEDO, Ricardo de. *Op. cit.*, p. 124.

A partir dessas considerações, conclui-se que os brasileiros exilados no Chile estabeleceram redes políticas horizontais com organizações ou partidos de esquerda chilenos. Como ilustração dessas relações tem-se os casos de Raul Carrion, que se aproximou do PC, Bona Garcia que se acercou do PC e da ala moderada do PS, Ubiratan de Souza, Cláudio Gutiérrez e Paulo Franck, que passaram a manter contatos mais estreitos com a ala rupturista do PS e Raul Ellwanger, que manteve contato com o MIR. Outros brasileiros, no entanto, resolveram ingressar em organizações chilenas, como Maeth Boff, que se tornou militante do MAPU, e Carlos de Oliveira e Nilton Rosa da Silva, que se integraram aos quadros do MIR, organização que, diferentemente do PC e do PS, não possuía um trabalho de base com os operários, concentrando suas ações políticas nos camponeses e *pobladores*, setores com os quais os brasileiros *miristas*³⁸⁸ interagiram no exílio.

Tais redes políticas horizontais, mais difíceis de serem detectadas do que os governos e as entidades formalmente estabelecidas, foram responsáveis pela maioria do apoio que os brasileiros estudados na presente tese receberam no exílio. A possibilidade de exercer uma atividade remunerada, de realizar treinamento em táticas de guerrilha ou de estudar em universidades chilenas, a partir da concessão de bolsas de estudos, formaram parte dessa ajuda, o que serviu para minimizar possíveis efeitos negativos que a experiência do exílio poderia produzir na vida desses brasileiros.

2.5 OS BRASILEIROS EXILADOS NO CHILE E O MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA (MIR)

O MIR, na declaração de princípios publicada em 1965, deixou evidente seu alinhamento político à teoria da dependência e ao trotskismo. Por um lado, a teoria da dependência, através dos conceitos de superexploração do trabalho, de desenvolvimento do subdesenvolvimento e de relação metrópole-satélite eram as ferramentas teóricas marxistas necessárias para analisar o domínio exercido pelo governo estadunidense sobre a América Latina, a partir do estabelecimento de alianças com as burguesias locais. Por outro lado, o trotskismo implicava o compromisso do MIR com uma revolução de caráter internacionalista, que no caso do Chile, teria início no espaço nacional e, posteriormente, se expandiria aos demais países da região, inseridos em processos históricos semelhantes ao chileno:

V. El rasgo más sobresaliente de este siglo es el carácter mundial que ha adquirido el proceso revolucionario. Todos los continentes han sido sacudidos por la historia y la

³⁸⁸ Designação dos sujeitos que integravam o quadro de militantes do MIR.

relación de fuerzas entre las clases ha cambiado en un sentido desfavorable al imperialismo. Un tercio de la humanidad - más de mil millones de personas - ha salido de la órbita del capitalismo y está construyendo el socialismo. El triunfo de la revolución en numerosos países atrasados ha demostrado que todas las naciones tienen condiciones suficientes para realizar la revolución socialista; que no hay proletarios "maduros e inmaduros". Las luchas por la liberación nacional y la reforma agraria se han transformado, a través de un proceso de revolución permanente e ininterrumpida, en revoluciones sociales, demostrándose así que sin el derrocamiento de la burguesía no hay posibilidades efectivas de liberación nacional y reforma agraria integral, tareas democráticas que se combinan con medidas socialistas³⁸⁹.

Entre 1965 e 1969, essas duas correntes disputaram a hegemonia dentro do quadro de militantes do MIR. Os trotskistas, liderados por Luis Vitale, aos poucos foram perdendo influência na organização para os alinhados à teoria da dependência, como Miguel Enríquez, Luciano Cruz, Bautista Van Schowen e Andrés Pascal Allende, que se afastaram das juventudes socialista e comunista, por não concordarem com a opção do PS e do PC pela via eleitoral. Essa corrente, influenciada também pela Revolução Cubana, defendia a formação de um movimento de caráter regional, que englobasse toda a América Latina, entendida como unidade de ação revolucionária.

O alinhamento ideológico em torno da teoria da dependência motivou vários intelectuais brasileiros, saídos dos quadros da POLOP, a se tornarem militantes ou simpatizantes do MIR, durante o exílio no Chile. A presença de Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini, Eder e Emir Sader e Marco Aurélio Garcia na organização, propiciou um aprofundamento nos estudos dessa teoria. Ruy Mauro Marini, por exemplo, exilou-se em 1969, estabelecendo residência na cidade de Concepción, onde começou um período de intensa atividade política e intelectual, como ativista do MIR:

Num ambiente dessa natureza, é difícil distinguir o que foi atividade acadêmica e o que foi atividade política. Minha vida pessoal foi, de certo modo, anulada, em benefício de uma prática pedagógica incessante, nas salas de aula, nas reuniões com militantes, durante as refeições, nas tertúlias em minha casa, nas visitas a dirigentes e bases operárias de Tomé, Lota, Coronel. Na Universidade, além de estabelecer laços de amizade com Juan Carlos Marín, um dos raros intelectuais marxistas realmente dedicado à questões de estratégia militar; Alejandro Saavedra, estudioso da questão agrária, sobre a qual sustentava teses extremamente originais; Luís Vitale, que se esforçava por resgatar a história das lutas de classes no Chile; Guillermo Briones, cientista político de formação tradicional, mas sempre aberto ao novo; Júlio López e José Carlos Valenzuela, que chegavam da Polônia, entusiasmados com Kalecki; Nestor D'Alessio e outros, ministrei vários cursos, por motivação política e acadêmica³⁹⁰.

³⁸⁹ MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. DECLARACIÓN DE PRINCIPIOS. Disponível em: <<https://institutobautistavanschouwen.wordpress.com/2012/09/23/declaracion-de-principios-del-mir-aprobada-en-el-congreso-fundacional-de-1965/>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

³⁹⁰ MARINI, Ruy Mauro. Memória. Disponível em: <http://www.marinescritos.unam.mx/001_memoria_port.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

Dessa forma, o MIR permitia a incorporação de ativistas do Brasil e de outros países da América Latina aos seus quadros por acreditar que o intercâmbio de ideias, experiências, táticas e estratégias de luta oferecia aos *miristas* a possibilidade de estudar e compreender os avanços e dificuldades enfrentados pelas diferentes organizações de esquerda para estruturar movimentos revolucionários em seus países de origem. Tal aproximação resultou no estreitamento de relações entre os movimentos guerrilheiros do Cone Sul a partir de 1972 e a formação de uma frente regional de luta denominada *Junta Coordinadora Revolucionaria* (JCR), em 1974. Baseando-se nessa lógica, o MIR permitiu que, além dos intelectuais da POLOP, os brasileiros Carlos de Oliveira e Nilton Rosa da Silva integrassem os quadros da organização.

Cabe destacar que, em 1969, o MIR rompeu de forma definitiva com os trotskistas e a corrente da teoria da dependência passou a ser hegemônica dentro da organização. Seguindo essa teoria, o MIR começou a trabalhar no desenvolvimento de um movimento revolucionário formado por trabalhadores do meio urbano e rural, mas também pelos setores marginalizados das periferias das grandes cidades. Na visão de Miguel Enríquez e dos demais dirigentes nacionais, o fato de Salvador Allende ter assumido o executivo não significava que os demais poderes estivessem concentrados em suas mãos, pois ao manter as estruturas burocráticas e militares estatais intactas permitiu que o legislativo e o judiciário permanecessem sendo controladas pela direita – burguesia nacional vinculada ao capital estrangeiro. Nesse sentido, o acesso ao poder somente seria alcançado no momento em que as bases do Estado chileno fossem rompidas de forma violenta. Segundo os *miristas*, esta era uma tarefa que eles deviam liderar com o apoio de setores operários, camponeses e *pobladores*.

Nessa fase, o MIR intensificou as ações armadas e o desenvolvimento de atividades políticas junto às massas, com a constituição da *Frente de Trabajadores Revolucionarios* (FTR), *Frente de Estudiantes Revolucionarios* (FER), *Movimiento de Pobladores Revolucionarios* (MPR) e o *Movimiento de Campesinos Revolucionarios* (MCR). Enquanto as primeiras se resumiram a expropriações de algumas agências bancárias, as segundas ganharam notoriedade com militantes da organização impulsionando a invasão de um número significativo de propriedades estatais ou particulares, no campo e na cidade. A partir da posse de Salvador Allende o MIR cessou as ações armadas, enquanto brindava uma espécie de apoio crítico ao novo governo; porém, manteve a tática de ocupações de terras.

O objetivo do MIR, com as invasões de terras no meio rural, era fomentar a aceleração e ampliação do plano de reforma agrária da UP. Esse plano, segundo a análise de Illanes e Recabal baseava-se no fornecimento de créditos e apoio tecnológico aos camponeses, com o

envio de técnicos da *Corporación de la Reforma Agraria* (CORA) e do *Instituto de Desarrollo Agropecuario* (INDAP) para os acampamentos montados durante o governo de Eduardo Frei. O objetivo era transformar esses acampamentos em cooperativas agrícolas, nos quais além de produzirem alimentos, os assentados receberiam orientações de funcionários estatais a respeito da comercialização e a distribuição de seus produtos. A ideia do governo Allende era basear o funcionamento dessas cooperativas em tarefas coletivas que desenvolvessem a consciência política nos camponeses³⁹¹.

Tal projeto de reforma agrária, mesmo representando um avanço em relação ao de Eduardo Frei por prever um alcance geográfico mais amplo e ter a intenção de beneficiar, além de camponeses e empregados do setor agrícola, pequenos proprietários de terras, arrendatários e trabalhadores temporários, não convenceu os integrantes do maior grupo indígena chileno – os *mapuche* –, ocupantes do sul do país, que não haviam sido beneficiados pela política agrária do governo anterior. Por isso, os *mapuche*, influenciados pelo MIR e baseados na promessa feita por Salvador Allende, de que não faria uso da violência para reprimir a população, se organizaram para reconquistar as terras tomadas de seus antepassados pelo Estado e grandes latifundiários chilenos.

A primeira invasão de terras, coordenada por *mapuche* com o apoio do MCR, ocorreu um mês após a chegada de Salvador Allende à presidência. De acordo com Winn, a ocupação do fundo Rucalán aconteceu de forma pacífica, mas a sua retomada pelos antigos proprietários, cinco dias após a invasão, foi realizada com o emprego de métodos violentos, resultando em vários indígenas feridos. Essas ações geraram um conflito social que se estendeu por toda a região de Cautín, onde essa propriedade estava localizada. Diante dessa situação, o ministro da Agricultura, Jacques Chonchol, foi obrigado a expropriar o fundo Rucalán, mesmo que esse não tivesse a dimensão de oitenta hectares, fixadas pela lei da reforma agrária de 1967. Tal decisão reforçou nos *mapuche* o entendimento de que a melhor forma de garantir o acesso às terras reivindicadas era através da sua ocupação, originando um fenômeno que passou a ser chamado de “corrida de los cercos”³⁹².

³⁹¹ ILLANES, Angélica; RECABAL, Flor. *Op. cit.*, p. 32.

³⁹² “Al amanecer se reunían junto al cerco que dividía las tierras de sus reducidas propiedades, con sus chamanes mujeres, las “machis”, y trompetas de cuerno de vacuno y, armados con poco más que palos, sacaban las cercas y las movían hasta donde estaban antes de que, en el siglo XIX, les robaron la tierra. Estas acciones, formalmente ilegales pero motivadas por una profunda sensación de injusticia, ya eran fuertes desafíos al statu quo, pero otros mapuches fueron más allá y se tomaran terrenos que incluían predios demasiado chicos para ser afectados por la ley de reforma agraria de 1967 [...]. Sin embargo, cuando Allende empezó a gobernar se sentirán fortalecidos para actuar y reparar esta injusticia, decidirán tomar las tierras del fundo Rucalán, que eran de mucho mayor tamaño”. In: WINN, Peter. *La revolución chilena*. Santiago: LOM, 2013, p. 65.

A invasão do fundo Rucalán converteu a região de Cautín no centro dos conflitos agrários que surgiram de forma massificada no Chile, de 1970 até 1973. Por um lado, as ocupações de terras, impulsionados principalmente pelo MIR, por ativistas que atuavam no MCR, originaram disputas territoriais, lutas e enfrentamentos, que aumentaram o clima de instabilidade no campo. Por outro lado, trouxeram esperança para a comunidade indígena, que vislumbrou nesse período histórico a possibilidade de reaver os seus antigos domínios territoriais e também, a sua cultura, vinculada a um estilo de vida perdido no momento em que os *mapuche* foram afastados de suas terras.

Carlos de Oliveira foi um dos brasileiros que participou de ações políticas no meio rural chileno. No período letivo, o militante conciliava a rotina de estudante de História e Geografia da *Universidad de Chile*, com as manifestações, protestos, assembleias e comícios estudantis organizadas pela FER e o trabalho político de base, realizado entre os moradores da periferia de Santiago, orientado pelo MPR. Durante as férias, Oliveira e outros ativistas do MIR eram enviados para áreas rurais localizadas ao sul do país, com o objetivo de auxiliar o MCR em suas ações com os camponeses, em sua maioria de origem *mapuche*:

Nós morávamos dentro das fazendas tomadas, daquelas fazendas que os camponeses tinham ocupado. Nós íamos para lá fazer trabalho voluntário, nós fazíamos a alfabetização das pessoas [...]. Nós acordávamos de manhã cedo, pegávamos os cavalos e íamos tocar o gado, nos íamos tirar leite e tomávamos leite quente. Nós pegávamos uma farinha de trigo e fazíamos uma torrada com açúcar. Nós dormíamos entre trinta e quarenta pessoas em cada alojamento, pois as fazendas tinham um celeiro e dormia todo mundo ali. Nós fazíamos cursos, alguns era um trabalho de conscientização política; cada um tinha uma função ali, a minha era dar aula, eu fazia a alfabetização e as trocas eram assim, eles chegavam para nós e traziam um, dois, três baldes de leite, melancias... eles traziam umas sacolas de melancias para a gente comer. Eu virei o xodó deles porque eu era estrangeiro e brasileiro, por causa do futebol e cada dia eles me convidavam para comer na casa de alguém. Nós recebemos a orientação de não recusar o que eles nos ofereciam, para que não ficassem ofendidos³⁹³.

Bona Garcia, que não integrou os quadros do MIR, mas apoiava a experiência socialista da UP, também participou de atividades em áreas rurais situadas ao sul do Chile. Bona foi nomeado administrador de um dos acampamentos de colonos sem terra, em sua maioria *mapuche*, que o governo Allende desejava converter em cooperativa agrícola, localizado em Los Ángeles, na província de Bío-Bío. Sobre essa experiência, Bona escreveu:

Eu tinha uma disciplina rígida. Coordenava todo aquele grupo em que os demais eram chilenos. Levantava cedo, fazia ginástica, trabalhava com garra, tocava aquele grupo em frente. Quando fui a Santiago, para uma reunião com intelectuais do governo, eles discutiam novas formas de ação que nós já estávamos praticando lá. Um deles, dirigente do PS, reconheceu: “enquanto nós estamos sentados aqui discutindo, o grupo do Bona já está fazendo na prática”. Tínhamos tomado uma

³⁹³ OLIVEIRA, Carlos de. *Dep. cit.*

estação de rádio, mobilizávamos aquela gente para que se organizasse politicamente³⁹⁴.

A partir dessas considerações, observa-se que após a ocupação das propriedades, apoiadores e integrantes da UP e do MCR conviviam dentro dos acampamentos e das cooperativas agrícolas. Ou seja, as diferenças ideológicas não impediam a interação entre diferentes organizações e partidos de esquerda, uma vez que o objetivo era organizar o trabalho coletivo, e também aumentar o grau de reflexão política dos camponeses que viviam nesses locais. No sentido de aprimorar essas ações, se formaram os *Consejos Comunales Campesinos*, que consistiam em superestruturas políticas, paralelas aos sindicatos rurais, formadas por representantes eleitos pelos próprios assentados. De forma periódica esse conselho promovia assembleias para debater assuntos de interesse do acampamento, experiência que contribuiu para o aumento da conscientização política dos camponeses, em grande parte analfabetos, que não haviam desenvolvido uma consciência crítica em relação às suas realidades de vida no campo.

O trabalho político do MIR com os *mapuche* de Cautín ganhou destaque na imprensa em 1971, devido ao aumento de invasões de terras em toda essa área³⁹⁵. No ano seguinte, as ocupações se espalharam para outras regiões do país, como a província de Maule, onde um grupo invadiu o fundo Linares para reivindicar sua desapropriação junto ao governo. Linares, assim como Rucalán, não possuía a extensão de terras exigida pela lei da reforma agrária, o que impulsionou os camponeses a ocuparem essa área e, posteriormente, a redigirem na *Declaración de Linares*³⁹⁶. Com a declaração, esses camponeses atraíram a atenção do governo para as atividades que os proprietários de terras chilenos, unidos em organizações patronais realizavam com o objetivo de barrar o projeto de reforma agrária. Essas ações incluíam sabotar lavouras, incitar a divisão dos coletivos e os enfrentamentos entre

³⁹⁴ BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Op. cit.*, p. 92.

³⁹⁵ La movilización campesina en Cautín. *Punto Final*, Santiago, n. 127, p. 01-34, 1971, p. 07. Disponível em: <<http://www.puntofina.cl/>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

³⁹⁶ 1. Eliminación inmediata del latifundio. Entendiéndose por tal la expropiación de todos los predios superiores a 80 hectáreas de riego básico, antes del término del año agrícola. 2. Expropiación de los fundos a puertas cerradas. Esto es, no sólo expropiar a los latifundistas la tierra, sino también los animales, la maquinaria, las instalaciones, para que los campesinos puedan trabajarla de inmediato. 3. Rebajar de 80 a 40 hectáreas el límite de expropiabilidad de los predios. Puesto que es allí donde existen más trabajadores y porque, en realidad se trata de grandes fundos, en su mayoría también mal trabajados, abandonados y con graves conflictos sociales. 4. La tierra expropiada no puede pagarse. Los años de exploración a que han sido sometidos los campesinos, han pagado demás el valor de la tierra [...]. 6. Término de las condiciones miserables de vida en que se encuentran los compañeros afuerinos, incorporándoles de lleno al proceso de la reforma agraria. 7. Impulsar los centros de la reforma agraria. In: Esta gran humanidad ha echado a andar. *Punto Final*, Santiago, n. 148, p. 01-34, 1972, p. 05. Disponível em: <<http://www.puntofina.cl/>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

trabalhadores rurais, camponeses e pequenos proprietários de terras e a conformação grupos armados, que usavam a violência para afastar os *mapuche* dos fundos³⁹⁷.

A violência contra os camponeses se intensificou na medida em que as invasões de terras que começaram no sul atingiram a região central, a área mais fértil do Chile, onde se concentravam as áreas dos grandes latifundiários, com poder econômico e político para mobilizar órgãos de imprensa e representantes no Congresso Nacional, para atuarem em defesa de suas propriedades. Cabe destacar que a apropriação das terras *mapuche* por grandes latifundiários chilenos havia se intensificado na década de 1950, forçando vários camponeses dessa comunidade a migrarem, em busca de melhores oportunidades de trabalho e condições de vida, para a periferia das grandes cidades. Entretanto, a realidade foi diferente, porque nesses locais eles passaram a viver de forma precária, sem direito a uma moradia digna, sem sistema de água e esgoto, escolas ou postos de saúde.

Eduardo Frei, ao ser eleito em 1965, prometeu fornecer casas e melhorar a infraestrutura das regiões de periferia, mas não atendeu as demandas previstas em seu projeto de governo. Frustrados com o PDC, os moradores dessas áreas formaram o último setor social a integrar o processo revolucionário chileno: os *pobladores*. No início da década de 1970, esses começaram a se unir para ocupar áreas nas zonas urbanas, com o objetivo semelhante aos dos camponeses, ou seja, forçar o governo a desapropriar essas áreas e fornecer auxílio para a construção de moradias. Com a chegada de Allende à presidência, esses movimentos se intensificaram e as ocupações de terrenos se converteram numa prática constante nas cidades chilenas. Na maioria das vezes, as ocupações ocorriam de noite, e eram seguidas de rápida montagem de precárias e improvisadas moradias. O brasileiro Raul Ellwanger, simpatizante do MIR, narrou as condições miseráveis da população que habitava as *poblaciones* chilenas:

Numa enchente que teve naquela região que fica entre o centro e o aeroporto, Cerrillos, é um lugar de muita enchente e tinha ocupações precaríssimas, casas de madeiras de caixote e papelão e no Chile faz frio, no Chile é muito frio. Eu lembro que num dia nós chegamos lá e começamos a atender as pessoas e apareceu uma mãe desesperada com um bebê... com a enchente os animais saíam da terra, os ratos, as baratas, as cobras e esse bebê, durante a noite, os ratos tinham roído as mucosas dele! Os ratos também estavam com fome e a casa cheia de água, os ratos flutuando tinham comido as mucosas do bebê. Uma coisa triste... mas isso é a miséria, a distribuição da riqueza desigual, que era muito grave por lá³⁹⁸.

A UP tinha um trabalho político de base junto aos *pobladores*. As ocupações de terrenos, entretanto, foram articuladas principalmente pelo MPR, integrado por *miristas*. Segundo Boris Schmeisser, essa organização defendia que, de forma semelhante ao

³⁹⁷ Esta gran humanidad ha echado a andar. *Punto Final*, Santiago, n. 148, p. 01-34, 1972, p. 05. Disponível em: <<http://www.puntofina.cl/>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

³⁹⁸ ELLWANGER, Raul. *Dep. cit.*

movimento operário e camponês, a luta pela moradia deveria se incorporar ao processo revolucionário em andamento no Chile, pois o problema habitacional era uma das consequências da desigualdade social, que estava na essência do modo de produção capitalista e só poderia ser modificado por meio de uma revolução socialista. Por esse motivo, as invasões contavam com atividades políticas prévias, nas quais a população era orientada, por exemplo, a invadir terrenos de universidades ou de propriedade da Igreja Católica, que seriam mais fáceis de serem desapropriados pelo governo. Os *pobladores*, orientados pelo MPR, invadiram terrenos pertencentes aos cursos de Agronomia, Arquitetura e Veterinária e receberam apoio da comunidade universitária para montar os acampamentos nesses locais³⁹⁹.

Raul Ellwanger, como simpatizante do MIR, não participou de ocupações de terrenos, mas acompanhou a rotina de um acampamento localizado na região periférica de Concepción. Tal oportunidade surgiu quando ele frequentava as aulas da Faculdade de Sociologia na *Universidad de Concepción*, e Luis Vitale, *ex-mirista* e professor daquela instituição de ensino, convidou a turma para auxiliar a população que residia num desses acampamentos:

O país era uma máquina de entusiasmo, as pessoas reunidas na maior alegria, com iniciativas. Em Concepción, por exemplo, eu tinha um professor, o Luis Vitale, um grande historiador, trotskista. Algumas vezes as aulas dele eram feitas em ocupações suburbanas, em terrenos que haviam sido tomadas pela população sem terra. Nós íamos lá ter aula de sociologia com Max Weber, Karl Marx e a gente acabava ensinando as crianças a escovar os dentes, crianças indígenas, *mapuche* que não sabiam o que era escovar os dentes. A gente tinha uma aula humana que nenhum livro pode escrever, de ver a realidade das pessoas, do país [...]. Tudo isso foram grandes experiências, nós fazíamos trabalhos voluntários também nas épocas de crise, de terremotos, das inundações⁴⁰⁰.

Nesse contexto, ganhou notoriedade a *Población Nueva Habana*, localizada na região periférica de Santiago, que foi invadida pela população com o apoio do MIR. O crescimento da consciência política dos moradores que habitavam esse local resultou na formação de várias frentes de ações, que incluíam os setores de trabalho, vigilância, saúde e cultura. Simultaneamente, os *pobladores* organizavam as atividades internas dos acampamentos e aumentavam as solicitações junto ao governo Allende. Desse modo, ao invés de terem as casas construídas por grandes empresas do setor privado, que não consideravam os anseios

³⁹⁹ “Las cosas fueron facilitadas en este nuevo campamento, al igual que en la toma La Unión, por las autoridades de dicha Universidad, sobre todo en los primeros momentos, en donde la situación de los pobladores fue bastante positiva, [...] estudiantes y profesores de la Universidad ayudaron a los pobladores en sus tareas de ocupación e instalación. De esta forma “por la Avda. Rigoberto Zamora... la primera calle de la población” se pudo “ver a docentes, estudiantes y pobladores, con palas, picotas y chuzos en mano, trabajando en la construcción de las viviendas” [...]. Cuatro médicos y varios estudiantes de medicina, se hicieron cargo de la policlínica”. In: SCHMEISSER, Boris. *Historia de los pobladores del Campamento Nueva La Habana durante la Unidad Popular (1970-1973)*. Santiago: U. ARCIS, 2007. Tesis (Licenciado Historia y Ciencias Sociales) – Facultad de Historia y Ciencias Sociales/UARCIS, Santiago, 2007, p. 69.

⁴⁰⁰ ELLWANGER, Raul. *Dep. cit.*

das famílias residentes no local, os moradores solicitaram que o material de construção fosse encaminhado para uma frente de trabalho, que contrataria pessoas desempregadas do acampamento para exercer tal atividade. O projeto, aceito por Salvador Allende, permitiu que os critérios de escolhas das residências fossem determinados pelos *pobladores*, além de provocar a diminuição dos índices de desemprego. A atitude do governo, contudo, causou a reação dos empresários reunidos na *Cámara Chilena de Construcción*, que até aquele momento eram os encarregados de erguer tais residências.

Outra atividade da *Población Nueva Habana* que adquiriu notoriedade foi a montagem de um sistema educacional, baseado no método de alfabetização criado pelo brasileiro Paulo Freire. Na visão desse educador, o ensino era também uma prática política, que tinha como objetivo principal promover a conscientização crítica dos educandos, a partir da reflexão sobre a realidade social em que eles estavam inseridos. Esse método de alfabetização, que foi desenvolvido a partir de experiências educacionais realizadas com camponeses em Pernambuco, tornou Freire um dos perseguidos pela ditadura de SN brasileira, obrigado a se exilar em vários países, entre os quais o Chile, onde permaneceu entre 1965 e 1969. Nesse período, o educador foi convidado, pelo presidente Eduardo Frei, a integrar o governo, auxiliando o processo de implantação de seu método no campo e nas cidades chilenas. Ainda que Freire tenha deixado o país, sua pedagogia seguiu influenciando as diretrizes educacionais da UP e do MIR.

Paulo Freire escreveu sobre a experiência educacional que vivenciou no Chile, em seu livro “Pedagogia da Esperança”. Nessa obra o educador salientou que o PS e o PC não demonstraram simpatia em trabalhar seu método de alfabetização nos acampamentos, por considerarem que os moradores dessas áreas possuíam um baixo nível de consciência de classe. O MIR, por outro lado, defendia que essas afirmações eram feitas com base em ideias pré-concebidas em relação ao lumpemproletariado, pois esses partidos não tinham realizado nenhum tipo de acompanhamento das atividades desenvolvidas diariamente nas *poblaciones*, que pudessem comprovar na prática, a falta de consciência do lumpen, razão pela qual passou a aplicar o método na *Población Nueva Habana*:

Já ao tempo do governo da Unidade Popular, o MIR desenvolveu um intenso trabalho de mobilização e organização, já em si pedagógico-político, a que se juntou uma série de projetos educativos nas áreas populares. Tive oportunidade, em 1973, de passar uma noite com a liderança da *población* de Nueva Habana, que, ao contrário do que se esperava, ao obter o que reivindicava, sua moradia, continuava ativa e criadora, com um sem-número de projetos no campo da educação, da saúde, da justiça, da segurança, dos esportes. Visitei uma série de velhos ônibus oferecidos pelo governo, cujas carrocerias, transformadas e adaptadas, viraram bonitas e arrumadas escolas que atendiam às crianças da *población*. À noite, os ônibus-escolas se enchiam de alfabetizando que aprendiam a ler a palavra

através da leitura do mundo. Apesar de incerto, Nueva Habana tinha futuro, por isso, o clima que a envolvia e a pedagogia que nela se experimentava era a da esperança⁴⁰¹.

Os ônibus-escolas, citados na obra de Paulo Freire, foram uma alternativa encontrada pelos moradores diante da falta de locais para abrigar salas de aula nas regiões de periferia. A ideia recebeu o apoio do governo Allende, que enviou ônibus usados para serem restaurados e utilizados como escolas pelos habitantes das *poblaciones*. O brasileiro Carlos de Oliveira, que militava nos quadros do MIR, participou dessa experiência, ao ser enviado para alfabetizar crianças e adultos em ônibus-escolas, que haviam sido instalados na *Población Nueva Habana*⁴⁰². A designação de ativistas políticos, com alguma experiência na área educacional, como Carlos de Oliveira que frequentava os cursos de História e Geografia na *Universidad de Chile*, para trabalhar nas escolas desses acampamentos foi a solução encontrada pelo MIR e pelos *pobladores* diante da falta de professores nomeados pelo governo, que aceitassem trabalhar nesses locais. Schmeisser afirmou que, nessas escolas, os setores mais miseráveis da população tiveram acesso a outro modelo de ensino:

El frente de cultura fue creado a mediados de noviembre de 1970 con el objetivo de “entretener, concienciar y educar” a los pobladores [...]. Durante los primeros meses de 1971 la comisión de “relaciones publicas” del Frente de Cultura, organizo una Escuela de Verano, en la cual los pobladores mayores educaron “ideológicamente” los menores, en clases al aire libre donde estudiaron “dibujo”, “historia” y “naturaleza”, entre otras materias. En la escuela se les hablaba de la historia del cobre y de los mineros; la historia de los campamentos y de los pobladores sobre el problema del campo y de los campesinos y los problemas sociales en general. Como en los terrenos había una plantación de trigo se estudiaba (también) el trigo, desde la semilla hasta cuando era la espiga; además, la vaquita, el canal, la corriente, el agua, en fin. Se trataba de adaptarse a las condiciones que existían y a partir de ellas desarrollar un novedoso proceso de aprendizaje⁴⁰³.

Conclui-se que, os problemas envolvendo a educação em *Nueva Habana* foram surgindo e sendo resolvidos de forma coletiva. Essas atitudes não se resumiam ao setor educacional, vinculado à frente de cultura, pois também a frente de vigilância, de saúde, de higiene, de trabalho, entre outras montadas no acampamento seguiam diretrizes apontadas pela maioria de seus moradores. O próprio surgimento dessas frentes tinha relação com a necessidade sentida por eles de maior segurança, interação cultural e organização nessas áreas. O ativismo, a criatividade e o protagonismo alcançado por esse movimento social durante o governo da UP, estruturando maneiras inovadoras de solucionar as questões tanto práticas – fornecimento de água e a montagem de policlínicas –, como complexas – os furtos,

⁴⁰¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 19.

⁴⁰² OLIVEIRA, Carlos de. *Dep. cit.*

⁴⁰³ SCHMEISSER, Boris. *Op. cit.*, p. 160.

o alcoolismo e a violência – que surgiam no dia a dia dos acampamentos, evidenciaram a capacidade de organização dos *pobladores*.

Carlos de Oliveira, em seu depoimento enfatizou o grau de organização interna dos acampamentos montados pelo MIR, a partir do aumento da conscientização política de seus moradores. Nas *poblaciones* coordenadas por essa organização de esquerda era proibido comercializar e consumir bebidas alcoólicas, pois seus dirigentes perceberam que a maioria dos conflitos familiares e as agressões, que atingiam principalmente as mulheres residentes nesses locais, ocorriam depois que seus maridos estavam embriagados. O militante salientou ainda que a administração geral dos acampamentos era exercida por mulheres, que além de cuidarem de suas casas e filhos, se reuniam em associações para debater questões de interesse do coletivo e montar equipes encarregadas de organizar a distribuição de alimentos, a higiene, a saúde e a educação, principalmente de crianças e adolescentes, dentro dos acampamentos⁴⁰⁴.

A partir dessas informações, evidenciou-se que o MIR tinha uma preocupação especial com as mulheres que residiam nessas *poblaciones*, pois entendiam que a construção de uma nova sociedade não seria alcançada apenas com a diminuição das diferenças econômicas e políticas existentes entre as classes que compunham a sociedade, mas também entre os chilenos e as chilenas. Tratava-se de incentivar a autonomia feminina, pelos postos que as mulheres ocupavam nas *poblaciones* e por meio da promoção de cursos que as capacitassem para o exercício de uma atividade profissional. Além disso, a organização previa a fundação de creches e escolas, nas quais elas poderiam deixar os filhos para trabalhar e a montagem de lavanderias e refeitórios coletivos nas sedes dos centros de mães ou das associações de vizinhos, que facilitariam o desempenho das tarefas domésticas, permitindo que as mulheres tivessem um horário disponível para participar das assembleias e debates políticos que ocorriam nos acampamentos.

Nesse cenário, uma das atividades que mais promoveu o protagonismo feminino foi o envolvimento direto das mulheres na comercialização e distribuição de alimentos dentro das *poblaciones*, através das *Juntas de Abastecimientos y Precios* (JAPS). As JAPS foram unidades administrativas locais criadas pelo governo Allende em 1971, como forma de combater a escassez de gêneros alimentícios, promovida pela direita. Essas unidades eram responsáveis pelo recebimento de produtos disponibilizados pelas agências estatais, como a *Empresa Nacional de Distribución y Comercialización* (DINAC) e a *Dirección de Indústria y Comercio* (DIRINCO), e distribuí-los à população. Os *pobladores*, coordenados pela ala

⁴⁰⁴ OLIVEIRA, Carlos de. *Dep. cit.*

rupturista do PS, mas principalmente pelo MIR, fundaram estruturas independentes do governo, os *Comités de Abastecimiento Popular*⁴⁰⁵ (CAPS).

Os *pobladores* se tornaram ainda mais ativos no movimento revolucionário durante o *paro patronal* de 1972, onde estruturaram, além das CAPS, um sistema de transporte para buscar os produtos nas agências do governo e um local para vender esses diretamente aos habitantes dos acampamentos, os *Almacenes del Pueblo*. Além disso, na tentativa de garantir o atendimento das necessidades de cada família, foi montado um kit básico de alimentos e produtos de higiene, denominado de *Canasta Popular*. Ubiratan de Souza, que acompanhou esse processo, fez a seguinte colocação:

Além da Unidade Popular havia auto-organização, [...] pessoas organizadas tanto no Partido Comunista, no Partido Socialista, no MIR, que não era da UP, O Movimento de Esquerda Revolucionário e também pessoas da população, que não estavam ligadas aos partidos, uma auto-organização, que passavam a controlar o abastecimento popular [...]. Eles tinham um grau de organização popular autônomo, não subordinado ao governo, mas que tinha o apoio do governo com medidas porque, ao mesmo tempo em que o pessoal se abastecia e se organizava por quadra para controlar os armazéns e os supermercados, o governo informava as juntas de preços sobre as mercadorias que chegavam. Assim, se o governo importava frangos de algum país, ao chegarem essas importações eram distribuídas no atacado e vendidas no varejo. O governo informava todas as juntas de abastecimentos e preços onde que estavam chegando esses produtos⁴⁰⁶.

Os moradores também se organizavam para identificar supermercados e armazéns fechados por proprietários que haviam aderido ao *lockout*. Tal informação era repassada ao governo Allende, que intervia no sentido de obrigar esses empresários a abrirem seus locais. Em algumas situações, diante da negativa dos proprietários de abrirem os estabelecimentos comerciais, a própria população organizava a ocupação dos mesmos. Carlos de Oliveira participou de uma dessas ações, invadindo e, posteriormente, administrando, ao lado de Nilton Rosa da Silva e de outros *miristas*, um supermercado. À seguir, os produtos do local eram vendidos diretamente à população, sem intermediários:

Sim, nós tínhamos participação direta. Nós éramos militantes... organizávamos as manifestações e as ocupações. Uma vez nós ocupamos um supermercado e ficamos nele por seis meses, ocupado [...]. Ele era tipo um [supermercado] Zaffari. Nós entramos porque estavam aqueles boicotes, não tinha comida, não tinha nada e houve a denúncia de um funcionário dizendo que estava tudo estocado. Nós

⁴⁰⁵ “La capacidad de tejer redes, a través del CAP, les permitió llegar a acuerdos con pequeños parceleros de Maipú para llevar y vender verduras directamente desde el productor a los vecinos [...]. Una de las actividades que se organizaran desde el CAP fue la coordinación de los pequeños almaceneros de la población para vender el pan de manera ordenada a los vecinos, en momentos de gran escasez de harina para la normal producción de este producto, componentes básicos de la dieta de los más pobres. Los pobladores se sintieron profundamente actores de este proceso político, fueron convocados a hacer la revolución y ellos le dieron el significado que emanó desde su realidad cotidiana, desde su propia cultura, y así sintieron y percibieron que se debía llevar a cabo; ellos hicieron su propia revolución”. In: CABRERA, Eugenio. Historia y memoria. Villa Francia y su experiencia en la Unidad Popular. In: VALLEJOS, Julio (Ed.). *Fiesta y drama: nuevas historia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2014, p. 103.

⁴⁰⁶ SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

arrombamos e distribuimos a comida... colocamos o dono e o gerente para fora e ficamos nós administrando. A gente pegava o dinheiro, pagava os funcionários, fazia tudo e durante a noite nós ficávamos lá dentro, todo mundo cuidando, em vigilância total. Nós fazíamos as compras, toda a administração do supermercado, até o golpe. Depois do golpe, a gente saiu corrido do supermercado, mas foi uma coisa assim... muito interessante⁴⁰⁷.

O *paro patronal* provocou uma reação dos moradores dos acampamentos, que juntaram seus esforços ao movimento operário e camponês, contribuindo com ações concretas no sentido de impedir o colapso econômico do Chile e a derrubada de Salvador Allende que, naquele contexto já era o principal objetivo da direita. Tal fato se expressou na participação massiva dos *pobladores* no transporte e na distribuição de produtos básicos, dos operários na manutenção das atividades de fábricas e indústrias e dos camponeses no prosseguimento da produção no campo. Pode-se afirmar que as ações desses setores adquiriram uma dimensão qualitativa, diante do acirramento da luta de classes entre a esquerda e a direita, que resultou na constituição das CAPS, dos *Almacenes del Pueblo*, dos *Cordones Industriales* e dos *Comandos Comunales*, que assumiram relevância política que não possuíam anteriormente. Na avaliação de Ubiratan de Souza:

O Chile era um processo muito rico, era um movimento de massas e a reação da direita era uma luta de classes a céu aberto e uma aula de economia política todos os dias! A direita fazia um boicote na economia e havia uma resposta da organização popular e do governo, ou seja, os empresários fechavam uma empresa, os trabalhadores iam lá, os próprios trabalhadores [...] tomavam a empresa e faziam funcionar e o governo incorporava na área social. Os proprietários de terra não semeavam a produção e aí os assentamentos da reforma agrária recebiam sementes para fazer a plantação. Então, era um processo muito rico de desenvolvimento econômico, com distribuição de renda e uma luta de classes muito acirrada. A economia política estava à luz do dia, para todo mundo participar e se se tornar protagonista do processo econômico⁴⁰⁸.

Com isso, pode-se afirmar que, os *Comandos Comunales* foram a expressão máxima da organização desses setores, ao reunir num mesmo coletivo operários, *pobladores* e camponeses, que passaram a compartilhar suas experiências de auto-organização com o objetivo de garantir o abastecimento e a continuidade da produção. As atividades começaram a ser desempenhadas coletivamente por espaço geográfico, com os *pobladores* auxiliando os operários a vigiarem as fábricas e indústrias que haviam sido ocupadas, enquanto estes disponibilizavam meios para transportar os produtos necessários para atender a demanda dos acampamentos e das comunidades periféricas. Numa segunda fase, essas atividades abrangeram também, os camponeses, que residiam em áreas afastadas das grandes cidades. De forma coletiva, esses setores foram capazes de tomar decisões e distribuir

⁴⁰⁷ OLIVEIRA, Carlos de. *Dep. cit.*

⁴⁰⁸ SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

responsabilidades que facilitaram a organização do trabalho e diminuíram os efeitos do *lockout* nessas regiões.

Em síntese, o *paro patronal* promoveu um salto qualitativo no caráter organizativo dos movimentos sociais, impulsionado pelo aprofundamento dos conflitos de classe que durante essa fase alcançam uma dimensão nacional. Com o término do conflito em novembro de 1972, as atividades desses setores não voltaram a ser coordenadas pela UP, como previa o PC e a ala moderada do PS; ao contrário, a mobilização política permaneceu autônoma na luta para consolidar os avanços alcançados durante o evento, como havia previsto o MIR e a ala rupturista do PS. Tal fato pode ser entendido como a concretização, em âmbito prático, da ação autônoma dos *pobladores*, camponeses e operários, ultrapassando as diretrizes da esquerda formando o embrião do que, mais tarde, poderia se constituir no chamado *Poder Popular*, definido por Leiva e Neghme como:

La fuerza que es capaz de desplegar el pueblo en determinados procesos históricos con miras a la toma del poder. Esta fuerza se construye en forma paralela y en contradicción con el Estado burgués, es decir, como alternativa a éste. Es por ello que una huelga de trabajadores, con el objeto de conseguir un alza de salarios, no sería una expresión de poder popular, ya que no se realiza dicha huelga, por lo menos expresamente, con miras a la conquista del poder y, por otro lado, no se construye como poder alternativo al poder burgués ya que la fábrica sigue siendo manejada y de propiedad de los patrones. Es decir, no se cuestiona siquiera el poder burgués, sólo se hace una solicitud con miras a un objetivo económico, que es el alza de los salarios. Por otro lado, si en la misma fábrica, frente a una posible negativa de aumento de salarios, los obreros se toman la fábrica e inician el proceso de producción y distribución, ésta acción, inscrita en un proyecto revolucionario, constituiría una expresión de poder popular⁴⁰⁹.

Verifica-se que, o projeto de implantação do socialismo colocado em andamento pela UP fomentou a luta de classes, gerando um clima que permitiu o aumento da consciência de classe de setores historicamente alijados da distribuição de riquezas e das decisões políticas no Chile. Para esses chilenos, não havia a possibilidade de uma revolução em etapas, pois diante das dificuldades que, ao longo de suas vidas, tinham enfrentando para ter acesso a uma casa, um pedaço de terra ou um trabalho digno, não era possível dar um passo atrás. A autonomia, a possibilidade de serem reconhecidos como protagonistas e não sujeitos passivos nesse processo de transformação aumentaram a autoestima, a força política e a capacidade de mobilização e luta. Trouxe, enfim, esperança para os setores explorados da sociedade que, depois de outubro de 1972 só aceitavam aprofundar o processo revolucionário.

Os brasileiros que acompanharam ou integraram essa experiência modificaram suas perspectivas políticas. A solidariedade com que esses exilados foram acolhidos pelo governo Allende, pelos partidos e organizações de esquerda chilenas, os fez repensar seus

⁴⁰⁹ LEIVA, Sebastián; NEGhme, Fahra. *Op. cit.*, p. 48.

posicionamentos políticos, a adesão à luta armada e a visão que possuíam do Chile e da América Latina. Carlos de Oliveira descreveu a diferença entre a militância política no Brasil, onde vigorava uma ditadura e no Chile, durante o governo socialista de Allende:

Aqueles foram bons tempos, não dá para negar que foram duros, mas foi uma grande experiência. A solidariedade deles era incrível. Quando eu cheguei lá, durante uma grande manifestação, combinamos que nós iríamos como brasileiros, na qualidade dos grupos estrangeiros que estavam por lá. E todo mundo aplaudiu... eu não sabia se chorava, acostumado com a situação por aqui, que a gente ia numa manifestação e levava paulada de cassetete e lá toda a multidão na rua, nos aplaudindo⁴¹⁰.

Ubiratan de Souza definiu o Chile, durante o governo de Salvador Allende, como “uma ilha de democracia”, numa América Latina tomada por governos ditatoriais. Nesse sentido, a militância política naquele país, após o tempo na clandestinidade e na prisão, foi uma espécie de renascimento⁴¹¹. De forma semelhante, Bona Garcia enfatizou que, a militância no exílio se constituiu numa atividade extremamente enriquecedora em termos políticos, não somente pelas interações com os chilenos, como com exilados de outras nacionalidades que se encontravam no país, declarando que “o povo chileno é um povo altamente politizado. Eu aprendi e tenho uma admiração positiva e todos que passaram por lá, aprenderam a respeitar não apenas o povo chileno, mas a respeitar, gostar, amar o povo latino-americano, os argentinos, os uruguaios, os paraguaios”⁴¹². Raul Ellwanger salientou que, graças à solidariedade que encontrou no Chile, foi possível trabalhar, estudar e desenvolver suas aptidões musicais no exílio, declarando que ele foi “bem acolhido, bem protegido, ajudado, estimulado” pelos chilenos⁴¹³.

Conclui-se que, apesar de todas as adversidades e perdas geradas pelo afastamento do Brasil, o exílio no Chile de Salvador Allende não se constituiu numa experiência totalmente traumática para esses brasileiros, uma vez que eles tiveram a oportunidade de dar continuidade as suas atividades políticas, mesmo que sobre outras perspectivas. A solidariedade proporcionada pela UP, pelo MIR, pelo governo Allende e pelos brasileiros que haviam chegado ao país depois do golpe de 1964, serviu para amenizar as dificuldades práticas, mas também o sofrimento psicológico que atingiu esses sujeitos, principalmente nos casos de exilados que haviam sido presos e torturados em prisões brasileiras.

As ricas experiências vivenciadas por esses brasileiros com os *pobladores* das regiões de periferia de Santiago, Valparaíso e Concepción, com os trabalhadores que constituíram os *Cordones Industriales* e os *Comandos Comunales* da capital e com os camponeses que

⁴¹⁰ OLIVEIRA, Carlos de. *Dep. cit.*

⁴¹¹ SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

⁴¹² BONA GARCIA, João Carlos. *Dep. cit.*

⁴¹³ ELLWANGER, Raul. *Dep. cit.*

habitavam o sul do país, modificaram os conceitos sobre o Chile e os demais países dessa região, que embora falando espanhol e não português, compartilhavam com o Brasil processos históricos marcados pelas mazelas produzidas pela dinâmica da exploração estrangeira. Havia a compreensão de que no início dos anos 70, o processo de luta e auto-organização que se desencadeava no Chile, se vitorioso, poderia modificar os rumos da América Latina, tornando suas sociedades menos desiguais e cruéis com os setores mais pobres da população.

Na avaliação de Sznajder e Roniger, o exílio gerado pelas ditaduras que vigoraram na América Latina, durante os anos de 1960 e 1970, fez com que o conceito de Pátria Grande, projetado por Simon Bolívar durante as lutas pela independência dos países dessa região no século XIX, adquirisse um novo significado. A recuperação dessa ideia, mesmo que parcialmente, ocorreu a partir do surgimento de movimentos de caráter regional e das campanhas de solidariedade organizadas por “nacionais” no exílio. Tal aproximação permitiu que brasileiros, chilenos, argentinos, paraguaios, bolivianos, uruguaios, mexicanos e peruanos, entre outros latino-americanos, adquirissem consciência a respeito das características geográficas, econômicas, políticas, sociais e culturais que os tornava uma unidade, com um contexto histórico semelhante e um destino compartilhado⁴¹⁴.

A partir dessas constatações é possível inferir que muitos dos brasileiros exilados no Chile ampliaram sua perspectiva política, estabelecendo contato com militantes de esquerda chilenos, uruguaios, bolivianos, paraguaios e argentinos, também exilados naquele país, atraídos pela acolhida política propiciada pelo governo Allende. A formação dessa rede política de caráter horizontal propiciou o intercâmbio de recursos materiais e imateriais e a percepção, por parte desses ativistas, dos objetivos políticos que possuíam em comum. Quando ocorreu a queda do governo Allende, e poucos anos depois, com o golpe de Estado na Argentina, o eixo do exílio brasileiro e latino-americano se deslocou a outras regiões (Europa, Venezuela, México, Venezuela, Cuba, entre outros). Nesses novos centros de acolhida, independente das características e dificuldades específicas em cada caso, os vínculos de solidariedade, as atividades conjuntas e a identidade latino-americana tomaram maior consistência, extrapolando ainda mais a experiência vivenciada no Chile.

⁴¹⁴ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *Op. cit.*, p. 181.

3. O ITAMARATY E O MONITORAMENTO DOS BRASILEIROS EXILADOS NO CHILE (1970-1973)

Os brasileiros eram perseguidos. Em todos os atos que a colônia fazia, os brasileiros eram seguidos e fotografados. [...] As nossas embaixadas sempre foram centros de espionagem integrados, os arquivos do Itamaraty são isso. A Embaixada Brasileira no Chile, ela teve papel fundamental no golpe. Eu não estava lá, mas eu sei e é conhecido, que o embaixador foi um cara que se empenhou... e o Brasil foi o primeiro país do mundo a reconhecer o governo de Pinochet [...]. Na Embaixada, sem dúvida, tu tinhas um poderoso aparato de informação, e ele acompanhava toda a colônia brasileira.
Cláudio Gutiérrez⁴¹⁵

Os serviços de inteligência da ditadura brasileira, presidida pelo general Garrastazu Médici, mantinham, decerto, contactos secretos com os militares chilenos. E o embaixador do Brasil em Santiago, Antônio Cândido Câmara Canto, que era confessadamente “antipático” ao governo da UP, tinha estreitos vínculos com altos chefes militares, muitos dos quais eram seus companheiros de hipismo e o admiravam.
Luis Alberto Moniz Bandeira⁴¹⁶

3.1 O SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ITAMARATY

No início da década de 1970, a aplicação sistemática de métodos terroristas pelo aparato repressivo estatal havia praticamente dizimado as organizações armadas em atividade no Brasil. Os militantes sobreviventes, perseguidos e sem condições de dar prosseguimento as suas atividades, foram obrigados a deixar o país e se exilaram no Chile que, após a vitória de Allende, havia se transformado num refúgio relativamente seguro para a esquerda latino-americana, passando a reunir não apenas brasileiros, como uruguaios, argentinos e bolivianos. Os brasileiros, em particular, pretendiam utilizar o período no exílio, para conhecer e apoiar a experiência chilena de implantação do socialismo, denunciar as violações aos direitos humanos praticadas pela ditadura de seu país, ou preparar, militar e politicamente, o retorno ao território nacional.

Os brasileiros exilados, entretanto, desconheciam a estrutura repressiva que o SNI e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) montaram no Chile, com o objetivo de vigiar as suas atividades. Cabe destacar que na época, o Itamaraty possuía três tipos de representação

⁴¹⁵ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

⁴¹⁶ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Op. cit.*, p.290.

diplomática no exterior: Embaixada, Consulado e Missão. A Embaixada se encarregava de tratar das relações bilaterais estabelecidas entre o Estado brasileiro e o receptor; o Consulado, de prestar assistência aos cidadãos residentes em outros países e a Missão, de atuar junto às organizações internacionais. O monitoramento desses exilados, por sua vez, envolveu a Embaixada Brasileira em Santiago, além dos dois órgãos de segurança que funcionavam em suas instalações: o CIEX e a DSI/MRE.

Observa-se que, no âmbito da representação diplomática instalada em Santiago, além da produção documental de praxe, que dizia respeito às relações com o Chile, produziam-se relatórios e informes sobre eventos e manifestações públicas dos exilados, que afetavam diretamente o relacionamento entre os dois países. Na DSI/MRE eram elaborados relatórios confidenciais, a partir de informações coletadas na imprensa local sobre a comunidade de brasileiros. Por fim, o CIEX se encarregava de buscar, tratar e transmitir informes sigilosos sobre os exilados, com material obtido de forma encoberta por agentes infiltrados entre as organizações de esquerda brasileiras no exílio.

A Embaixada Brasileira em Santiago, representada pelo embaixador Antônio Cândido Câmara Canto, preocupava-se de forma prioritária com a imagem do seu governo no exterior, afetada pelas campanhas organizadas pelos exilados denunciando a existência de perseguições, torturas, sequestros e assassinatos de militantes de esquerda no Brasil. A DSI/MRE monitorava as ações de políticos, ex-militares, artistas e outras figuras de destaque na comunidade de brasileiros, envolvidos nessas campanhas ou em outras de apoio ao governo Allende. O CIEX, por sua vez, tinha como função principal vigiar de forma encoberta, as atividades dos exilados que pretendiam retornar ao país para dar continuidade à luta armada.

A ideia de criar um serviço de informações subordinado ao Ministério das Relações Exteriores, entretanto, não surgiu nos anos 60, mas nas primeiras décadas do século XX, quando o ministro Raul Paranhos do Rio Branco, designado para atuar em Berna, na Suíça, estabeleceu contato com a *Entente Internationale Anticomuniste* (EIA). A EIA era uma organização de extrema direita, fundada em 1924, que tinha o objetivo de combater o avanço do comunismo de inspiração soviética, em âmbito internacional. A aproximação entre a EIA e o Itamaraty tornou-se mais efetiva a partir da chegada ao Brasil, em 1934, de Odette de Carvalho e Souza⁴¹⁷, secretária do ministro brasileiro em Genebra que, durante vários anos

⁴¹⁷ “A primeira embaixadora do Itamaraty e primeira embaixadora de carreira do mundo [...]. Na primeira gestão do ministro José Carlos de Macedo Soares no MRE (jul. 1934 a nov. 1936), exerceu as funções de sua secretária, de julho de 1934 até a data da posse dela na carreira. Durante esse tempo produziu vários textos, sob encomenda do chanceler, nos quais já demonstrava o anticomunismo ferrenho que a caracterizaria”. In: Mulheres diplomatas

trocou dados com essa organização. Dois anos mais tarde, Odette foi nomeada diretora do recém-criado, Serviço de Estudos e Investigações (SEI), que passou a funcionar junto às missões diplomáticas brasileiras no exterior, com a finalidade de vigiar as atividades de supostos adeptos das ideias comunistas em outros países. Posteriormente, os dados coletados pelo SEI eram transmitidos à polícia brasileira, que os utilizava para impedir a entrada desses ativistas políticos nas fronteiras do país⁴¹⁸.

Para assumir um cargo no SEI, o funcionário designado deveria frequentar um curso sobre estratégias de atuação do comunismo e, posteriormente, ser avaliado como pessoa “confiável” pelo então ministro das Relações Exteriores. Dentro do Itamaraty cabia a esses agentes a tarefa de estruturar uma rede de troca de informações entre o SEI e as entidades não governamentais nos moldes da EIA, empenhadas internacionalmente no combate à propagação do comunismo. Tais dados eram analisados e, mais tarde, encaminhados às delegacias de polícia e as sedes dos ministérios militares, encarregados de coibir as atividades dos militantes comunistas no país.

É importante ressaltar que, além do SEI, o MRE ainda criou em 1946 o Departamento Político e Cultural, encarregado de realizar intercâmbio de informações entre os ministérios, as polícias políticas estaduais e o Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI). O sucessor de Odette de Carvalho e Souza na direção desse órgão, o embaixador Manoel Pio Corrêa, em seu livro de memórias, afirmou ter herdado, ao assumir esse órgão de segurança em 1956, “um arquivo, compilado por ela no Ministério da Justiça, de indivíduos, nacionais e estrangeiros, envolvidos em atividades subversivas contra os interesses do Brasil”⁴¹⁹. O embaixador Marcos Côrtes, que integrou o quadro de funcionários desse arquivo, afirmou desconhecer os assuntos tratados em seus documentos, uma vez que trabalhou apenas na organização e catalogação dos mesmos:

Eu chamei um dos funcionários do arquivo de originais e disse: ‘Olha, me traz, por favor, isso, assim, assim, assim’. Aí ele parou... era um antigo funcionário, seu Cícero. ‘Ih, seu cônsul, está na pirâmida’. Não, era uma pirâmide de maços amarrados no meio do arquivo de originais. Eu disse: ‘Mas isso está uma loucura. Por que é que isso está aqui?’ Ele disse: ‘Não, seu cônsul, é que a encadernação se recusa a encadernar’. Aí eu fui à encadernação [...]. ‘Vem cá, por que é que vocês se recusam a encadernar os nossos originais?’ ‘Não, seu cônsul, é que a gente não tem verba para comprar o material’. ‘É só por isso?’ ‘É, pessoal nós temos, temos até uma porção de gente parada aí porque não tem material’. Aí eu fiz um memorando, como chefe do arquivo, que foi o chefe do DA, que era o Silveira, enfim, conseguimos o dinheiro e isto foi encadernado. E eu fiz um cálculo de crescimento

no Itamaraty. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/miolo-mulheres-diplomatas-no-itamaraty.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

⁴¹⁸ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 5. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. *Op. cit.*

⁴¹⁹ CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. V. 2. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996, p. 656.

provável de cada série para cada embaixada e consulado, e criei um espaço nas estantes. Então, resumindo, esse que era o meu trabalho de arquivo de originais, não tem nada a ver com arquivo de dona Odete e tal⁴²⁰.

Em síntese, pode-se afirmar que o SEI e o Departamento Político e Cultural dividiram a responsabilidade pela coleta, análise e transmissão de dados no Itamaraty, originando uma estrutura de funcionamento que se refletiu na fundação do CIEX, em 1966, e da DSI/MRE, em 1967. Dada às devidas proporções, a função do SEI e do Departamento Político e Cultural se assemelhavam a do CIEX e da DSI/MRE, que também se caracterizavam por serem órgãos de segurança que tinham como principal função reunir e transmitir informações a uma estrutura montada pelo Estado brasileiro, com o objetivo de combater as ações de sujeitos considerados perigosos à manutenção da ordem e do *status quo*: o comunista, no primeiro caso, e o subversivo ou inimigo interno, no segundo.

Constata-se, porém, que o CIEX e DSI/MRE possuíam uma estrutura de ação mais avançada que o SEI e o Departamento Político e Cultural, porque foram responsáveis por encaminhar informações que permitiram ao aparato repressivo agir contra os opositores políticos, não apenas dentro das fronteiras nacionais, como também no exterior. Tal mudança refletia as adaptações impostas pela ditadura à comunidade de informações, a partir das diretrizes estabelecidas pela DSN, principalmente em relação ao conceito de fronteiras ideológicas, que defendia a necessidade de não apenas vigiar, mas também reprimir a comunidade de exilados. O objetivo era impedir que as organizações brasileiras mantivessem vínculos entre si, estabelecessem relações com grupos ou partidos de esquerda de outros países ou com a opinião pública internacional.

Parte da eficácia dessa rede repressiva pode ser atribuída ao controle rígido e sistemático que o Itamaraty adotou para acompanhar a produção, avaliação e distribuição dos dados transmitidos pelos agentes da DSI/MRE e do CIEX, a partir da instituição do Plano Setorial de Informações do Ministério das Relações Exteriores (PSI/MRE), em outubro de 1970. Em síntese, pode-se afirmar que o PSI/MRE foi um programa de busca/coleta, análise e encaminhamento de informações, estreitamente vinculado ao Plano Nacional de Informações (PNI), montado por agentes do SNI a partir das orientações de seu diretor – general Carlos Alberto da Fontoura. Em janeiro de 1971, Fontoura determinou que o programa fosse colocado em prática pelos órgãos de segurança pertencentes à comunidade de informações (CI) do Itamaraty, ou seja, a DSI/MRE e o CIEX. O PSI determinava, entre outras medidas,

⁴²⁰ CÔRTEZ, Marcos. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%206,%2019%20%2000092_000957_2014_88%20-%20Marcos%20Henrique%20Camillo.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

que as informações produzidas por esses órgãos fossem divididas em Necessárias (INA) e Setoriais (IS), definidas da seguinte forma:

As informações Necessárias (INA) ou Estratégicas, internas, externas ou de segurança interna são aquelas que interessam à política nacional, e resultam da integração e processamento de todas as informações – setoriais regionais e outras – sobre um mesmo assunto. As Informações Setoriais (IS), internas, externas ou de segurança interna são aquelas especificamente relacionadas com as missões e o campo de atuação dos Ministérios e órgão de administração a ele vinculados⁴²¹.

A divisão das informações em INS ou IS baseava-se nos chamados Objetivos Nacionais de Informações (ONI) e Objetivos Setoriais de Informações (OSI), determinados pelo Plano Nacional de Informações do SNI. Nesse sentido, os ONI e os OSI relativos ao Itamaraty foram definidos como sendo a paz nacional e mundial, a prosperidade nacional, o caráter nacional, a segurança nacional e continental, a integridade territorial, a soberania nacional, a democracia representativa e o prestígio internacional. Infere-se que objetivos como a segurança nacional, por seu caráter amplo e vago, não determinavam com clareza as metas que os agentes do CIEX e da DSI/MRE, deveriam alcançar com suas atividades no exterior, para atender as demandas do PSI/MRE.

Tais objetivos também evidenciavam um forte apelo nacionalista, pois todas as diretrizes dos ONI e OSI eram determinadas em relação aos interesses e a segurança da “nação brasileira”. O estabelecimento de objetivos nacionais pelo PSI/MRE tinha relação com a disseminação da DSN, efetuada pelos Estados Unidos, as Forças Armadas e a polícia dos países latino-americanos. Segundo essa doutrina, os países alinhados ao capitalismo e ao ocidente, como o Brasil, deveriam procurar manter a coesão interna, não abrindo brechas para o acirramento dos conflitos sociais e a propagação das ideias comunistas entre os setores pobres e marginalizados da população.

Na interpretação de Josep Comblin, “concebe-se a nação como uma só pessoa, um único ser dotado de uma única vontade, que define seus fins e adapta os meios aos fins”, ou seja, o Estado deveria seguir metas políticas e militares baseadas em um projeto nacional e consequentemente os objetivos por este estabelecidos, visando impedir o avanço do comunismo em âmbito interno e regional. Por essa razão, os objetivos do projeto e a segurança nacional estavam intimamente vinculados entre si, por serem definidos de forma conjunta para cada nação. Na prática, essa aproximação diminuiu a distância entre a aplicação

⁴²¹ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 5. Documentos. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%204%20%2000092_003487_2014_12%20-%20Aviso%20secreto%20G-DSI-48500.5,%20PSIMRE%20e%20anexo%201%20do%20PSIMRE.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

ou não da violência por parte do Estado, que rompeu as barreiras constitucionais para o uso da força, com a justificativa de atingir os objetivos nacionais:

A Segurança Nacional suprime a diferença entre a política interior e exterior. O inimigo, o mesmo inimigo está no interior e no exterior [...]. A segurança afeta todos os aspectos da vida social. Em todas as partes existem ameaças que podem afetá-la. Em todas as partes a subversão, o seu inimigo, seu inimigo qualificado, pode se manifestar. Tanto a vida política, como a vida econômica ou a vida cultural e ideológica são problemas de segurança. A estratégia deve orientar, controlar, vigiar todos esses domínios⁴²².

Baseando-se em tais diretrizes, o PSI/MRE determinou os ONI e os OSI que a comunidade de informações do Itamaraty deveria atingir com o trabalho nas embaixadas. O CIEX e a DSI/MRE basearam suas atividades nos objetivos estabelecidos por esse programa, particularmente ao item relacionado à segurança nacional, que determinava entre suas prioridades “investigar a atuação dos exilados, cassados, banidos ou punidos pela Revolução, no país ou no exterior, e sua vinculação a qualquer processo subversivo interno”⁴²³. Para atingir esse objetivo, esses dois órgãos de segurança receberam o apoio da Embaixada Brasileira em Santiago, presidida entre 1968 e 1975 por um embaixador conhecido no serviço diplomático por suas posições anticomunistas: Antônio Cândido Câmara Canto.

3.2 A EMBAIXADA BRASILEIRA EM SANTIAGO

Câmara Canto ingressou na carreira diplomática em 1938, como cônsul de terceira classe e, dez anos mais tarde, tornou-se auxiliar de gabinete do chefe do Departamento Político e Cultural – futura DSI – do Ministério das Relações Exteriores. A função oficial desse órgão era auxiliar na divulgação da cultura brasileira em outros países. De forma extraoficial, no entanto, seus funcionários estavam encarregados de processar, no âmbito do Itamaraty, os dados transmitidos pelas representações diplomáticas no exterior, a respeito de brasileiros e estrangeiros conceituados como comunistas e, posteriormente, divulgar essas informações aos demais órgãos que integravam o aparato repressivo estatal. Por essa razão, ao assumir a Embaixada Brasileira em Santiago, em 1968, Câmara Canto possuía experiência no sistema de coleta e sistematização de informações, estruturado no interior do Itamaraty.

A nomeação de Câmara Canto para o cargo de embaixador, na representação diplomática de Santiago não foi uma decisão aleatória, mas o resultado da preocupação que a

⁴²² COMBLIN, Josep. *Op. cit.*, p. 50.

⁴²³ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 5. Documentos. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%204%20%2000092_003487_2014_12%20-%20Circulares%20secretas%20n.%20250%20e%20n.%20252.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017.

ditadura brasileira tinha com os rumos político seguidos pelo Chile, depois da vitória do candidato Eduardo Frei, do PDC, nas eleições presidenciais de 1965. Durante seu governo, Frei colocou em andamento certos projetos reformistas como a nacionalização indenizada das minas de cobre, a reforma agrária e a distribuição de casas populares aos moradores das regiões de periferia das grandes cidades. O temor do governo brasileiro era que tais medidas provocassem agitação social no Chile, fornecendo oportunidade para exigências de mudanças mais radicais, como as defendidas pela ala rupturista do PS e pelo MIR. Tal preocupação, resultado da avaliação do que havia sido o governo Goulart no Brasil, foi expressa por Câmara Canto num telegrama enviado à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, que tratava do aumento da influência política do MIR no país:

Com referência ao ofício nº 148. O Movimento de Esquerda Revolucionária, hoje dividido em grupos autônomos que disputam a liderança da esquerda subversiva e ativista está vencendo a demagogia democrata-cristã e os quadros ortodoxos do Partido Comunista dentro de seu próprio terreno – os acampamentos de favelados, dos “*sin casa*” – onde estabeleceram férrea disciplina, acentuado doutrinamento e estão incentivando a formação de “milícias populares”, segundo o modelo chinês, a espera das armas que desesperadamente procuram obter – pelo contrabando, pelo roubo e, em breve, pelo assalto aos quartéis, que, aliás já começaram a se efetivar. O grupo minoritário marginado do socialismo – a União Socialista Popular – já estaria fornecendo-lhes a cobertura política ostensiva. Se tiverem êxito nessas favelas miseráveis, onde se morre de fome, frio e epidemias, estarão em condições de cercar Santiago e as principais cidades, em cuja periferia se instalaram⁴²⁴.

Com a chegada de Allende ao poder executivo, em 04 de novembro de 1970, os temores da ditadura brasileira tornam-se concretos. Os planos da UP, descritos na *Vía Chilena al Socialismo*, previam transformações mais profundas na sociedade do que *La Revolución en Libertad*, de Frei, o que representava uma ameaça para os interesses políticos e econômicos do Brasil na região, pois se a experiência alcançasse êxito, poderia ser adotada por outros países latino-americanos, como Bolívia, Argentina e Uruguai, inseridos em contextos históricos semelhantes ao chileno. Por esse motivo, após a posse de Allende, o governo brasileiro procurou interferir no projeto socialista da UP.

Além das ações do Estado, a direita brasileira estabeleceu uma linha de colaboração com a congênere chilena, visando desestabilizar o governo Allende, de forma semelhante ao que ocorreu no Brasil na ocasião da derrubada do presidente João Goulart, em 1964. O grupo de extrema direita *Patria y Libertad*, acusado de promover vários atentados contra a UP, recebeu apoio ideológico e financeiro de empresários brasileiros, por intermédio dos jornalistas Aristóteles Drumond, do Grupo de Ação Patriótica (GAP) e Antônio Faustino

⁴²⁴ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Subversão urbana. “Milícias populares de favelados”. 17 de abril de 1970.

Porto Sobrinho, do Movimento Anti-Comunista (MAC), que transportavam dinheiro até o Chile. Além desse suporte, o empresariado paulista teria enviado armas à direita chilena⁴²⁵.

Nesse panorama, Câmara Canto tornou-se conhecido pela relação de proximidade que estabeleceu no período em que esteve à frente da Embaixada Brasileira em Santiago, de 1968 até 1975, com integrantes das Forças Armadas, contrários ao posicionamento político de Frei e, muito mais, ao de Allende. Tal relação permitiu ao embaixador receber informação privilegiada desses militares, a respeito de questões geopolíticas e econômicas do país, que foi utilizada, pela ditadura de SN brasileira na sua atuação regional.

A colaboração da ditadura, dos grupos de direita e da Embaixada Brasileira em Santiago com os setores militares e civis que conspiravam contra o governo da UP e promoveram o golpe de 11 de setembro de 1973, foi analisado por Moniz Bandeira no livro “Fórmula para o caos”⁴²⁶. Nessa obra, o historiador analisou, a partir de vasta documentação pesquisada em arquivos brasileiros, chilenos e estadunidenses, o cenário não apenas do Chile, como do Brasil, da Bolívia e do Uruguai, e os motivos que tornaram inviável a implantação da *Vía Chilena al Socialismo*, no começo dos anos 70.

O principal interesse da presente pesquisa é analisar a ação do Estado, por meio da Embaixada Brasileira em Santiago e dos dois órgãos de segurança – a DSI/MRE e o CIEX – que funcionavam em suas dependências, com o objetivo de monitorar e, na medida do possível, impedir as atividades políticas dos exilados, desde os meses finais do governo Frei, passando pela administração de Allende e a primeira fase da ditadura de SN, instaurada no país com o golpe de 1973. Nesse sentido, a primeira medida adotada pela Embaixada em relação aos exilados que começavam a se estabelecer no Chile, foi negar-lhes passaportes e/ou salvo-condutos, com o propósito de impedir a sua circulação e a realização de viagens para outros países. A segunda iniciativa envolveu o monitoramento desses exilados que, aproveitando o clima político favorável organizaram campanhas de denúncia sobre a tortura praticada pela ditadura brasileira. A Embaixada, a partir das informações reunidas com essa vigilância, tentava impedir que essas denúncias ganhassem notoriedade tanto na imprensa local quanto na estrangeira, procurando que não afetassem a imagem do governo no exterior.

Denise Rollemberg afirma que entre as ditaduras instauradas na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil foi um dos únicos países que negou passaportes aos seus cidadãos no exterior. A iniciativa, no entanto, era prejudicada pelo fato de não haver “uma lista de pessoas destituída de nacionalidade”, que o governo brasileiro pudesse lançar mão

⁴²⁵ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Op. cit.*, p. 289.

⁴²⁶ Idem.

para identificar os “subversivos” residentes em outros países⁴²⁷. No período em que a historiadora realizou essa assertiva ainda não era de conhecimento público a Lista Nacional de Controle Consular (LNCC). Somente em 2014, com a publicação do Relatório da CNV, se confirmou que havia uma lista contendo o nome de todos os brasileiros cassados ou banidos do país, impedidos oficialmente de receber passaportes do governo, que circulava em todas as representações diplomáticas no exterior⁴²⁸.

A partir do que foi analisado, pode-se afirmar que Câmara Canto colaborou com a montagem da LNCC. Em agosto de 1970, por exemplo, o embaixador enviou um telegrama à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, no qual declarava manter um fichário atualizado com dados considerados relevantes sobre os brasileiros que se encontravam em território chileno, na situação de asilados, banidos ou refugiados políticos⁴²⁹. A circulação de tais informações, porém, não foi exclusividade da Embaixada Brasileira de Santiago; todos os cidadãos considerados inimigos internos e seus familiares, não recebiam documentos de nenhuma representação do Itamaraty no exterior, como apontou Anina de Carvalho:

Alguns companheiros conseguiram com mandado de segurança obter o passaporte. O passaporte é um direito sacrossanto de todo o cidadão. Mas as embaixadas e consulados brasileiros têm recusado não só o passaporte, mas até o registro de filhos de cidadãos brasileiros nascidos no exterior. Filho de banido, então, nem se fala. São coisas que para a repressão é fácil e que nos isolam ainda mais⁴³⁰.

O critério para a concessão de passaportes era tão rigoroso que a não observação da LNCC gerava processos disciplinares no Itamaraty. Como exemplo desse rigor, tem-se o caso do segundo-secretário da Embaixada Brasileira em Santiago, Octávio Guinle, que sem realizar a consulta dessa lista, autorizou a emissão de passaportes ao ex-presidente da UNE, José Serra e, ao ex-comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, Cândido Aragão, que estavam exilados no Chile⁴³¹. Por se tratarem de dois exilados de destaque no cenário político nacional, com histórico de envolvimento em movimentos de oposição à ditadura, Câmara Canto encaminhou um pedido de abertura de processo contra Guinle ao MRE, suspendendo as atividades do secretário no serviço diplomático por um período de noventa dias, até que fosse investigado a sua conduta na entrega de tais documentos.

⁴²⁷ ROLLEMBERG, Denise. *Op. cit.*, p. 160.

⁴²⁸ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 5. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. *Op. cit.*

⁴²⁹ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Atualização do fichário dos brasileiros asilados e refugiados no exterior. 11 de agosto de 1970.

⁴³⁰ CARVALHO, Anina de. Depoimento. In: CAVALCANTI, Celso; RAMOS, Pedro (Orgs.). *Memórias do exílio. Brasil 1964-19?? De muitos caminhos*. V. 1. São Paulo: Livramento, 1978, p. 57.

⁴³¹ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Instruções ao Cônsul Octavio Guinle. 06 de fevereiro de 1970.

Octávio Guinle, em depoimento à CNV, afirmou que o episódio não passou de um equívoco de Lélío de Moro, seu subordinado na hierarquia de funcionários da Embaixada Brasileira em Santiago, que não consultou a LNCC antes de solicitar a confecção de passaportes para Serra e Aragão. Guinle acrescentou que, logo depois de constatar a falha de Lélío de Moro, relatou o caso ao embaixador Câmara Canto e o secretário Fernando Fontoura, dos quais recebeu a orientação de reaver tais documentos o mais rapidamente possível. Após o ocorrido, Guinle também foi interrogado na presença do embaixador e do adido militar que, conforme o secretário, era o representante do SNI naquela delegação diplomática. No término das investigações, Guinle foi obrigado a retornar ao Brasil para cumprir a suspensão. Sentindo-se ameaçado, optou por se afastar do serviço diplomático: “eu fiquei três meses no Rio, mas ameaçado telefonicamente [...], e depois disso, resolvi dar minha demissão, [...] os telefonemas diziam que, se eu não me demitisse, eu não ia ter carreira, [...] provavelmente, seria cassado”⁴³².

O controle exercido por Câmara Canto em torno da concessão de passaportes tornou-se evidente também numa queixa enviada ao Brasil, em março de 1970. No telegrama, o embaixador reclamou do fato das autoridades de segurança pública não estarem dando a devida importância à portaria baixada pelo governo, que proibia a concessão ou prorrogação de passaportes de brasileiros que solicitassem asilo territorial. Para ilustrar tal situação, o embaixador descreveu o caso de Maria de Azevedo, jornalista que compareceu no Consulado Geral, em Santiago, para informar sua entrada no Chile via Arica, na fronteira com a Bolívia, usando passaporte expedido pelas autoridades policiais brasileiras⁴³³. Na interpretação do embaixador, a confecção e a distribuição indiscriminada de passaportes falcitaria a ação dos subversivos que falsificavam documentos para transitar no exterior:

O Consulado-Geral em Santiago tem sido procurado por numerosos brasileiros que solicitam a prorrogação de seus passaportes, ou a concessão de novos, adicionais, dentro ainda de sua validade, por estarem esgotadas as respectivas páginas. Muitos deles precisam desses documentos para obter residência temporária ou viajar a outros países. Ainda há aqueles que se apresentam com documentos de identidade diversos, procurando obter passaporte. Naturalmente a conjuntura política chilena e o afluxo inusitado de brasileiros exige o mais absoluto cuidado, a fim de que, elementos subversivos não se aproveitem para conseguir passaportes diretamente, ou, por interpostas pessoas falsificando-os em seguida. Alguns casos são manifestamente suspeitos, porém outros aparentemente normais. Entendo que a pesquisa de antecedentes é demorada, contudo, pelo menos nos casos na aparência sem implicações subversivas, seria de toda a conveniência não só um processamento

⁴³² GUINLE, Octávio. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota_47_-_00092.000138.2014-31-Octavio_Campbell_Guinle.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

⁴³³ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Pedido de prorrogação de passaporte, concedido no Brasil, a asilada territorial Maria Madalena Lacerda de Azevedo. 20 de março de 1970.

prioritário – de conformidade com a indicação nesse sentido fornecida pelo Consulado-Geral na consulta⁴³⁴.

Dada essa problemática, a Embaixada Brasileira em Santiago se encarregava de realizar uma investigação detalhada dos antecedentes de qualquer brasileiro “suspeito”, que encaminhava um pedido de passaporte com o objetivo de viajar ao Chile. O estudante Nei Rocha Cunha foi investigado porque tinha a intenção de realizar um curso de pós-graduação em Sociologia na Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais⁴³⁵ (FLACSO). Na avaliação de Câmara Canto, essa instituição de ensino era “um dos focos subversivos conhecidos, onde operam elementos esquerdistas brasileiros, inclusive cassados”,⁴³⁶ fato que justificou o pedido de encaminhamento de seu histórico político para aquela representação diplomática⁴³⁷. Por motivo semelhante, o embaixador solicitou os antecedentes de Paulo Roberto Campanário, brasileiro que pretendia estudar no Centro Latino-americano de Demografia, da *Universidad de Chile*⁴³⁸. Campanário, no entanto, teve o pedido de passaporte recusado depois que a Embaixada recebeu do Brasil o seguinte comunicado:

Referência ofício 92 de 17/03/70. Consta dos arquivos dos órgãos de informações que o senhor Paulo Roberto Campanário, em 17/03/68, foi preso pelo DEOPS por participar do XXX Congresso da ex-UNE em IBIÚNA, São Paulo; implicado em atividades subversivas no Centro Residencial da USP-CRUSP; integrou a liderança subversiva da USP⁴³⁹.

Câmara Canto tinha autoridade para atrasar ou mesmo vetar, a concessão de passaportes aos brasileiros que pretendiam viajar para o Chile. Tal proibição, no entanto, podia ser estendida aos cidadãos que desejavam fazer o caminho contrário. Esse foi o caso do exilado Paulo de Tarso, que solicitou à representação consular de Santiago, em maio de 1970, documento para voltar ao país, devido ao término do seu contrato de trabalho na *Food and Agriculture Organization* (FAO), das Nações Unidas, onde atuava como técnico em educação e desenvolvimento. Diante das dificuldades financeiras, Paulo resolveu indagar o embaixador e as autoridades militares sobre a possibilidade de fixar residência em território brasileiro⁴⁴⁰.

⁴³⁴ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Consulta prévia. Passaportes a brasileiros. 14 de julho de 1970.

⁴³⁵ A Pós-graduação da FLACSO era mantida pela UNESCO e sediada desde o início da década de 1960 em Santiago. Posteriormente, a FLACSO teria também um programa de Ciência Política e Administração Pública.

⁴³⁶ Na época, integrava o quadro de professores da FLACSO o sociólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso.

⁴³⁷ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Antecedentes políticos de Nei Rocha Cunha. 17 de março de 1970.

⁴³⁸ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Antecedentes políticos de Paulo Roberto Campanário. 17 de março de 1970.

⁴³⁹ Idem.

⁴⁴⁰ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Autorização para viajar ao Brasil. Paulo de Tarso. 07 de maio de 1970.

No Brasil, Paulo de Tarso havia sido um político atuante do Partido Democrata Cristão (PDC), exercendo os cargos de vereador, deputado federal e ministro da Educação e Cultura do governo João Goulart, cargo no qual apoiou a implantação do Método de Alfabetização Paulo Freire. Com o golpe de 1964, Paulo teve os direitos políticos cassados e partiu em direção ao exílio no Chile, integrando a primeira onda de brasileiros que se instalou naquele país, ao lado de outras pessoas de destaque no meio político e intelectual, entre os quais o ex-professor da Universidade de Brasília (UNB), Fernando Henrique Cardoso, o educador Paulo Freire e o ex-ministro do Trabalho e da Previdência Social, Almino Afonso. No exílio, Paulo atuou na formação de uma rede de apoio aos brasileiros que chegariam mais tarde no país. Tal histórico político não impediu o exilado de receber o passaporte que possibilitou o seu retorno ao Brasil, em novembro de 1970⁴⁴¹.

Outros políticos, porém, não receberam o mesmo tratamento da Embaixada Brasileira em Santiago. Márcio Moreira Alves, por exemplo, teve suas atividades monitoradas pelo embaixador desde que chegou ao Chile, no final de 1968. Em 1970, o ex-deputado foi acusado de prejudicar a imagem do governo no exterior, ao afirmar durante um programa de televisão no Canal 13, que o presidente e as instituições militares brasileiras violavam de forma constante os direitos de seus cidadãos, chegando a montar uma “escola de torturas” no país. Tal declaração desagradou Câmara Canto, que passou a investigar a situação de Moreira Alves no Chile, já que a legislação internacional proibia asilados políticos de se envolverem em campanhas contra seus governos, nas sociedades de acolhimento. Além disso, o embaixador encaminhou um protesto formal ao chanceler Gabriel Valdés, por não ter impedido a transmissão desse programa na televisão⁴⁴². Na sequência, o embaixador enviou um telegrama ao serviço diplomático brasileiro, detalhando a situação do ex-deputado:

Márcio Moreira Alves no Chile é uma das mais peculiares. Ao entrar no país, foragido, provocou a inusitada e especial visita que me fez o Chanceler Valdés para informar-me, por ordem do Presidente Frei, da chegada do ex-parlamentar, mas assegurando-me nessa ocasião, de que não se demoraria no país, não concederia entrevistas, nem entraria em contato com os jornalistas, pois o Presidente da República não desejava “atrapalhar as excelentes relações revigoradas pela recente visita presidencial ao Brasil” [...]. De tempos em tempos, renova seu visto de “turista”, o que aparentemente, de acordo com as leis chilenas, seria impossível. Não tem assim, residência permanente, nem temporária, e tampouco é asilado, hipótese em que o seu recente pronunciamento justificaria um pedido de cancelamento de asilo. Desde abril último, vencido o prazo de sua permanência no Chile, já tantas vezes renovado, encontra-se “ilegalmente no país”, situação punida habitualmente

⁴⁴¹ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Regresso ao Brasil do cassado Paulo de Tarso Santos. 10 de novembro de 1970.

⁴⁴² Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Atividades políticas do asilado brasileiro no Chile. Márcio Moreira Alves. 19 de junho de 1970.

com a colocação do faltoso na fronteira mais próxima dentro de 72 horas. Entra e sai do país quando lhe parece. Escreve e fala contra o Brasil⁴⁴³.

Tendo a informação que Márcio Moreira Alves se encontrava em situação irregular no Chile, Câmara Canto iniciou um movimento de articulação política para que aquele fosse expulso. Esse posicionamento refletia a aversão que o embaixador e o próprio Itamaraty tinham do ex-deputado, devido ao seu envolvimento em campanhas de denúncia da violência praticada pela ditadura brasileira. É importante salientar que Moreira Alves, por ser integrante de uma tradicional família de São Paulo, apoiou, num primeiro momento, o golpe, mas passou a integrar os setores de oposição quando constatou o uso de tortura pelos militares após assumir o poder. Filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), venceu as eleições para deputado em 1966, destacando-se na Câmara pela coragem de criticar os presidentes militares nos discursos proferidos durante as sessões. No final de 1968, sua manifestação de repúdio à invasão do campus da UNB pela polícia, foi utilizada como pretexto pelas Forças Armadas para decretar o AI-5. Após esse fato, Moreira Alves foi obrigado a se exilar no Chile, experiência que relatou da seguinte forma em suas memórias:

Chego em território chileno no dia 31 de dezembro de 1968. A minha primeira noite no exílio permanente foi a do réveillon chileno. Meu plano era ficar no Chile de quinze dias a um mês e ir para a França. Mas chegando ao Chile verifiquei aquilo que todo o brasileiro verifica quando pisa em solo hispano-americano: que não entendia nada de América Espanhola e que era imprescindível para pensar o Brasil, conhecer os problemas da gente irmã, dominada pelo mesmo sistema imperialista. Apesar das diferenças pequenas que os separam do Brasil, somos completamente cortados uns dos outros. A única vez que havia estado na América espanhola antes de 1969 foi quando estive em Cuba na caravana de Jânio Quadros e dois dias na Venezuela nessa mesma ocasião. O Chile foi então uma abertura de horizontes⁴⁴⁴.

Com o objetivo de apreender mais sobre o Chile e a América Latina, Márcio Moreira Alves permaneceu um ano e meio exilado no país. Durante esse período, se incorporou a uma rede de brasileiros exilados em países da América Latina, África e Europa – o Comitê de Denúncia de Repressão no Brasil (CDRB) –, encarregado de produzir e distribuir o periódico denominado Frente Brasileira de Informações (FBI), que circulou entre 1968 e 1973. De acordo com Fábio Cruz, o FBI diferenciava-se de outros jornais produzidos no exílio, por não defender abertamente a luta revolucionária. Por esse motivo, a frente se limitava a publicar reportagens censuradas, tornando explícitas as “contradições do projeto de desenvolvimento e segurança” da ditadura brasileira⁴⁴⁵.

⁴⁴³ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Campanha contra o Brasil. Márcio Moreira Alves. Proteção encontrada no Chile. 23 de junho de 1970.

⁴⁴⁴ MOREIRA ALVES, Márcio. *Op. cit.*, p. 229.

⁴⁴⁵ CRUZ, Fábio Lucas da. *Frente Brasileira de Informações e Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)*. São Paulo: USP, 2010. Dissertação (Mestrado História Social) – PPG-História Social/USP, São Paulo, 2010, p. 55 e 65.

No Brasil, o regime preocupou-se com a formação do CDRB, como demonstrou um informe produzido pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em maio de 1970. O documento salientou a criação de um Comitê na Argélia, pelo ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que estava alcançando visibilidade no cenário político local e internacional, permitindo que campanhas difamatórias ganhassem maior destaque na imprensa estrangeira. No Chile, a entidade era dirigida pelo ex-ministro do governo Goulart, Almino Afonso, e contava com a simpatia de figuras de destaque no país, como o poeta Pablo Neruda, do PC, e o chanceler Gabriel Valdés, do PDC⁴⁴⁶.

As campanhas do CDRB, denunciando as práticas repressivas da ditadura brasileira, recebiam apoio da esquerda chilena, interessada no combate à instauração de outros governos dessa natureza na América Latina. O presidente Eduardo Frei e o chanceler Gabriel Valdés, particularmente, não interferiram nas ações do Comitê porque integravam uma das alas do PDC, considerada de centro-esquerda e formada principalmente por militantes dos movimentos leigos, alinhados às *correntes tercermundistas*. Essa linha, considerada progressista dentro da Igreja Católica, defendia a implantação de medidas reformistas (e até estruturais), capazes de diminuir a situação de desigualdade e miséria em que vivia grande parte da população latino-americana no período.

Márcio Moreira Alves, uma das principais lideranças do CDRB no período, mantinha uma relação de proximidade com as *correntes tercermundistas*, no Brasil e no Chile. O alinhamento ideológico entre Moreira Alves, Eduardo Frei e Gabriel Valdés, ao que tudo indica, facilitou o desenvolvimento das ações do Comitê em território chileno, pois mesmo que o presidente e o chanceler se comprometessem junto ao embaixador Câmara Canto, a coibir as publicações e as campanhas estruturadas por essa rede de exilados na imprensa local, não tomaram nenhuma medida prática nesse sentido.

Tal fato não passou despercebido por Câmara Canto que, na tentativa de negociar a expulsão de Márcio Moreira Alves com o Ministério das Relações Exteriores do Chile, buscou o apoio da polícia local. Cabe destacar que, o embaixador tinha informantes na polícia chilena, pagos para monitorar e transmitir dados à Embaixada Brasileira, sobre as atividades políticas desenvolvidas por exilados envolvidos em “atos de subversão”⁴⁴⁷. Durante um encontro com o embaixador alguns policiais teriam confessado apoiar a expulsão de Moreira

⁴⁴⁶ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Telegrama. Campanha contra o Brasil. 19 de maio de 1970.

⁴⁴⁷ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Situação dos contatos com as autoridades policiais civis. Informações de interesse da segurança nacional. 27 de outubro de 1970.

Alves, mas estavam impedidos de realizar isso devido aos aliados que o exilado possuía no alto escalão do governo Frei⁴⁴⁸.

Os encontros que Câmara Canto realizou com o chanceler e outras autoridades do governo Frei, com o objetivo de denunciar a campanha de Moreira Alves para prejudicar a imagem do Brasil diante da comunidade internacional não surtiram efeito. Em entrevista com Gabriel Valdés, o embaixador recebeu a informação de que o ex-deputado partiria com a família para a capital da França em poucos dias; a Embaixada Brasileira receberia com antecedência os detalhes dessa viagem, confirmando a disposição do governo chileno em expulsar de seu território os envolvidos em ações que prejudicassem as relações diplomáticas entre os dois países⁴⁴⁹. Contudo, logo após essa reunião, Moreira Alves viajou para Paris, sem que o embaixador tivesse recebido nenhum comunicado a esse respeito:

Em aditamento ao meu telegrama nº 67 e com referência ao despacho telegráfico nº 80. Só ontem consegui apurar a partida, aparentemente definitiva, no dia 28 de junho, do ex-deputado Márcio Moreira Alves e a família para Paris via Nova York pela BRANIFF. Acredito que por ordem superior, ou seja, de seus protetores, não me foi em tempo oportuno, comunicada sua saída do Chile⁴⁵⁰.

Observa-se que o chanceler Gabriel Valdés realizava um jogo político duplo, pois, ao mesmo tempo em que, prometeu à Câmara Canto coibir as ações dos brasileiros exilados no Chile, não transmitiu informações a respeito da viagem de Márcio Moreira Alves à Embaixada. Ou seja, o chanceler, provavelmente estava a par das violações aos direitos humanos, aplicadas pela ditadura brasileira contra os movimentos de oposição existentes dentro do território nacional e no exterior, motivo pelo qual não informou a respeito do trânsito de exilados à Embaixada Brasileira em Santiago. Essa dinâmica ambígua do serviço diplomático chileno era em função do interesse em manter vínculos diplomáticos amistosos com o Brasil, principalmente devido às transações comerciais estabelecidas entre os dois países, apesar da antipatia que poderia ter por um regime distante de ter uma essência democrática como aquela que, até então, caracterizava a vida política chilena.

Câmara Canto, por sua vez, reclamava da falta de maior apoio das autoridades envolvidas com a segurança no alto escalão do governo Frei, que não compartilhavam consigo dados referentes aos brasileiros exilados no país. A exceção eram os funcionários de nível médio da segurança pública, que prestavam informações à Embaixada Brasileira em

⁴⁴⁸ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Campanha contra o Brasil. Márcio Moreira Alves. Proteção encontrada no Chile. 23 de junho de 1970.

⁴⁴⁹ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Imagem do Brasil no exterior. 28 de junho de 1970.

⁴⁵⁰ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Telegrama. Partida de Marcio Moreira Alves para Paris. 08 de agosto de 1970.

Santiago em troca de retribuição financeira. O diplomata depositava esperanças nas eleições que se realizariam em setembro, apostando na possibilidade de ser eleito um presidente alinhado aos interesses do Brasil, fato que tornaria mais fácil a obtenção de informações a respeito dos exilados⁴⁵¹. Corroborando essa situação, o embaixador relatava, através de telegrama, a falta de maior apoio da polícia civil:

Em várias oportunidades, a propósito de pedidos de informação, de natureza policial, sobre indivíduos e atos subversivos, de interesse das autoridades brasileiras responsáveis pela segurança nacional, ou mesmo, a respeito de eventuais contatos de autoridades policiais brasileiras com as correspondentes chilenas comuniquei a pouca confiança que me inspirava as autoridades policiais civis da Direção Geral de Investigações, dada a infiltração comunista que sofriam e em razão da reticente colaboração que nos vem prestando, apesar da boa vontade dos Diretores Gerais da instituição. As exceções pessoais a essa regra eram, contudo, insuficientes para se ter cabal conhecimento, por esse canal, das informações de interesse da segurança nacional [...]. Na prática, as portas da DGI estão cerradas para quaisquer pedidos de informação de interesse da segurança nacional brasileira. Persistem, contudo, alguns contatos pessoais com funcionários policiais, porém é certo que, sem ônus financeiros, e ainda assim sob reserva, será difícil obter-se informações sobre elementos subversivos brasileiros radicados no Chile⁴⁵².

Essa relação ambígua se estendia também às Forças Armadas e ao serviço diplomático, pois enquanto militares do alto escalão e funcionários de nível médio mantinham uma relação de proximidade com Câmara Canto, intercambiando dados sobre a situação interna do Chile e da comunidade de exilados residentes no país, a polícia civil e as autoridades vinculadas diretamente ao governo Frei, se posicionavam contra esses métodos, evitando colaboração com o Brasil. O caso dos ex-marinheiros Avelino Capitani e Antônio Duarte, que entraram em território chileno através da Bolívia, em 16 de junho de 1970, com o uso de documentação falsificada, explicitou essa situação.

Capitani e Duarte haviam sido detidos pela polícia chilena, que detectou o uso de passaportes falsos pelos brasileiros. Sem alternativas, os dois resolveram solicitar asilo político ao presidente Eduardo Frei, declarando que viajaram para o Chile porque estavam sendo perseguidos no Brasil, em razão de suas atividades políticas. Frei não concedeu asilo, nem expulsou os brasileiros, que permaneceram no país aguardando um posicionamento oficial do governo. A respeito dessa situação, Capitani escreveu em suas memórias:

Quando fomos renovar nosso visto para ir até Cochabamba, a polícia resolveu complicar as coisas. Eles desconfiaram que éramos foragidos do Brasil e foram inspecionar os nossos documentos e as malas. Não sabíamos que a região vivia um clima de tensão desde que o Exército descobriu remanescentes do grupo do Che liderados por Chato Peredo [...]. Nossa ideia era encontrar os companheiros exilados

⁴⁵¹ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Atualização do fichário dos brasileiros asilados e refugiados no exterior. 11 de agosto de 1970.

⁴⁵² Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Situação dos contatos com as autoridades policiais civis. Informações de interesse da segurança nacional. 27 de outubro de 1970.

no Chile, analisar a situação e as possibilidades de voltar ao Brasil. Quando chegamos à fronteira e no momento da transferência do trem boliviano para o chileno, os policiais que tinham nos acompanhado ostensivamente até a fronteira nos denunciaram à polícia chilena como suspeitos. Os policiais chilenos localizaram-nos dentro do trem e exigiram documentos e passaportes. Sem condições de sustentar qualquer desculpa, fomos obrigados a pedir asilo político. Foi uma confusão. Em plena Cordilheira dos Andes, dois brasileiros pedindo asilo⁴⁵³.

De forma semelhante a Márcio Moreira Alves, Avelino Capitani possuía um longo histórico de participação em movimentos de oposição à ditadura no Brasil. Ainda no governo de João Goulart, havia se tornado um dos principais líderes da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, participando de várias manifestações e protestos, reivindicando melhores salários e condições de trabalho para sua categoria. Após o golpe de Estado, ingressou no MNR, realizou treinamento em táticas de combate em Cuba e, na volta ao Brasil, participou da Guerrilha do Caparaó, em 1965. Preso, o ex-marinheiro foi encaminhado para a penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, de onde fugiu com outros presos políticos. Com o aumento da repressão na cidade e a morte de vários companheiros de militância, Capitani decidiu se exilar no Chile.

A polícia chilena, após a detenção de Capitani e Duarte na fronteira, enviou um comunicado à Embaixada Brasileira em Santiago, relatando o episódio. Ao tomar conhecimento da situação, o embaixador entrou em contato com autoridades locais, simpáticas ao governo Médici, pedindo que intercedessem junto ao presidente Eduardo Frei, atendendo a solicitação de entrega dos ex-marinheiros à justiça brasileira⁴⁵⁴. Tal pedido foi justificado diante dos antecedentes políticos de Capitani e Duarte:

Trata-se de dois dos elementos subversivos, evadidos em 26 de maio de 1970, da Penitenciária Lemos Brito, onde cumpriam pena por ordem da Justiça Militar. As autoridades de segurança e informações acreditam que ambos estão comprometidos com o sequestro do embaixador Von Holleben [...]. Capitani esteve envolvido com o movimento dos marinheiros em setembro de 1963. Consta ser comunista e fazer parte da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Exílio no Uruguai, envolvido na Guerrilha do Caparaó (MAR, MR-26); Antônio Duarte: ex-dirigente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Esteve no Uruguai. Recebeu missões de Leonel Brizola. Integrou os quadros da POLOP. Participação das referidas pessoas em movimentos de guerrilha e subversão, de inspiração comunista, dirigido contra o Governo e as instituições legais do Brasil. O governo brasileiro solicita as autoridades chilenas à expulsão do país dos dois elementos e sua entrega à justiça brasileira⁴⁵⁵.

Em suas memórias, Avelino Capitani declarou que, por ordem da polícia chilena, ele e Antônio Duarte permaneceram sessenta dias detidos na cidade de Calama, no deserto de

⁴⁵³ CAPITANI, Avelino. *A Rebelião dos Marinheiros*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 214.

⁴⁵⁴ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Entrada dos subversivos Avelino Biden Capitani e Antônio Duarte dos Santos. 18 de junho de 1970.

⁴⁵⁵ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Antecedentes e situação dos subversivos. Avelino Bioen Capitani e Antonio Duarte dos Santos. 30 de junho de 1970.

Atacama, aguardando uma resposta de Eduardo Frei, a respeito do pedido de asilo: “ficamos confinados no deserto sofrendo com o calor durante o dia e com o frio durante a noite [...]. Para aliviar a tensão tivemos permissão para fazer turismo nos arredores, visitamos as minas de cobre de Chuquicamata e um museu indígena em São Pedro”⁴⁵⁶. A situação melhorou depois que eles começaram a receber apoio da comunidade de brasileiros exilados em Santiago e de integrantes do PS, que iniciaram uma campanha na imprensa a favor da concessão de asilo político aos dois militantes.

O presidente Frei, entretanto, negou esse status aos dois brasileiros. Capitani declarou que, ao ser comunicado oficialmente sobre essa decisão, questionou a posição do governo, já que um número significativo de ativistas políticos haviam se exilado no Chile, entre os quais ex-integrantes das Forças Armadas que se destacaram na oposição à ditadura, como o ex-almirante Cândido Aragão, e recebeu a seguinte resposta: “podem ser mais importantes, mas não estão sendo tão procurados. Se nós dermos asilo para vocês, o Brasil vai pedir extradição e é possível que a Corte Suprema até concorde. Não podemos arriscar”⁴⁵⁷. O episódio se resolveu com a decisão de Fidel Castro, que ofereceu asilo aos dois brasileiros em Cuba, enviando um navio diretamente ao porto da cidade de Antofagasta para buscá-los.

A decisão de Eduardo Frei desagradou Câmara Canto, que afirmou ter o presidente chileno se deixado influenciar pelas críticas formuladas pela esquerda brasileira e chilena – denominada de imprensa “comunista” ou “vermelha”, em relação ao pedido de extradição de Avelino Capitani e Antônio Duarte feito pelo governo brasileiro. É evidente que, na interpretação do embaixador, o governo Frei não tratava com a devida importância a manutenção de relações diplomáticas amigáveis entre os dois países, não se posicionando contra as atividades dos “subversivos” brasileiros exilados no Chile.

Outro brasileiro que teve suas atividades monitoradas pela Embaixada Brasileira em Santiago foi o ex-coronel do Exército, Jefferson Cardim de Alencar Osório. Em junho de 1970, Câmara Canto, enviou um telegrama relatando o desembarque de Cardim na capital chilena, ao lado da esposa, de nacionalidade uruguaia⁴⁵⁸. O interesse do embaixador no ex-coronel estava relacionado à sua participação em movimentos de luta armada, como a Guerrilha de Três Passos, desencadeada em 1965. Após esse episódio, Cardim ficou preso no 5º Regimento de Obuses (5º RO), em Curitiba, até 1968, quando com a ajuda de um militar da ativa, simpático as suas ideias políticas, conseguiu fugir. O filho do ex-coronel, Jefferson

⁴⁵⁶ CAPITANI, Avelino. *Op. cit.*, p. 216.

⁴⁵⁷ *Idem*.

⁴⁵⁸ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Presença em Santiago do ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório. 18 de junho de 1970.

Osório, declarou em seu depoimento à CNV que, ao conversar com o pai naquele ano, ouviu que ele “estava tendo um relacionamento muito bom com um cabo do quartel, chamado Victor [Papandreu] e que esse cabo tinha tendências socialistas e que estava querendo ajudá-lo”⁴⁵⁹. Com o apoio de Victor, do ex-major do Exército, Joaquim Cerveira e do seu filho, na época com 15 anos, Cardim conseguiu fugir da prisão em Curitiba. Em liberdade, procurou a Embaixada do México no Rio de Janeiro, que aceitou o seu pedido de asilo político.

Depois de alguns meses de exílio no México, Cardim decidiu viajar pela América, Europa e África: Uruguai, Chile, Guiana, Cuba, França e Argélia, fizeram parte desse roteiro. Em tais países, Cardim manteve contato com organizações de esquerda brasileiras e de outras nacionalidades, com o objetivo de obter apoio material e logístico para a luta revolucionária armada no Brasil. O ex-coronel também estabeleceu relações políticas com o primeiro-ministro e presidente do Partido Popular da Guiana, Chedid Jagan, além de exilados de diferentes correntes políticas, como Francisco Julião, Miguel Arraes, Cândido Aragão, Almino Afonso, Joaquim Cerveira e Apolônio de Carvalho, envolvidos em movimentos de oposição à ditadura de SN brasileira no exterior. A respeito desses contatos, Cardim declarou:

Combinei um encontro em Cuba com o Apolônio e o Cerveira, esperei três meses na ilha e nenhum dos dois apareceu. Já estamos em setembro de 70 e eu retornei a Argel para saber o que tinha acontecido. O Apolônio não viera e o Cerveira tivera um desentendimento com as autoridades cubanas. Marcamos nosso encontro em Santiago e eu saí de Argel, aproveitei para passar por Madrid – onde falei ao telefone com Chedid Jagan. Conversamos sobre a alternativa de entrar no Brasil pela Guiana, ele considerou o plano viável, mas desculpou-se porque não tinha dinheiro. Saí de lá e na passagem pelo aeroporto de *Port of Spain* [Trinidad e Tobago] quase fiquei retido. Queria que eu pagasse uma taxa de trânsito de três dólares, mas eu não tinha dinheiro. Os 50 dólares que o Chedid Jagan tinha me dado, eu já gastara na liberação da bagagem: roupas, uniformes, uma capa militar pesada, coturnos. O equipamento necessário para uma eventual luta armada. Ocorreu-me uma saída: eu tinha mandado imprimir 50 cartões de coronel do Exército Brasileiro e dei um deles ao funcionário, ‘com isto você cobra a conta no consulado brasileiro’, disse-lhe e ele aceitou⁴⁶⁰.

Jefferson Cardim, quando sugeriu ao funcionário do aeroporto de *Port of Spain* manter contato com o consulado brasileiro de Trinidad e Tobago, não tinha conhecimento que a sua passagem pela ilha e Guiana estava sendo vigiada por agentes a serviço do Itamaraty, que enviados de forma encoberta às representações diplomáticas brasileiras, acompanhavam suas atividades e contatos políticos no exterior. Para exemplificar esse monitoramento, tem-se o telegrama enviado à Câmara Canto pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em

⁴⁵⁹ OSÓRIO, Jefferson. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Jefferson_Lopetegui_de_alencar_o_sorio_16.01.2013.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

⁴⁶⁰ Arquivo da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Serviço Nacional de Informações (SNI). ARS_ACE_012_79-min.pdf. Atuação do Coojornal de Porto Alegre/RS. Depoimentos de elementos comunistas. 22 de dezembro de 1978, p. 21.

outubro de 1970, fornecendo detalhes sobre o trabalho político desenvolvido por Cardim durante as viagens realizadas a esses países:

Para conhecimento de Vossa Excelência informo que o ex-Coronel do Exército Brasileiro JEFFERSON CARDIM DE ALENCAR OSÓRIO, elemento perigoso e ligado ativamente ao movimento revolucionário e subversivo de esquerda, no Brasil, e em outros países do continente (com amplos contatos no exterior) esteve de 20 a 22 do corrente mês, em Georgetown, procedente de Port-of-Spain e possivelmente de Cuba. Na Guiana avistou-se com diversos elementos comunistas locais, tais como Pulo Jagan (irmão do líder comunista Doutor Jagan), com Janet Jagan, diretora do jornal comunista “Mirror” e com Harold Drayton e esposa, simpatizantes do movimento comunista local. O ex-Coronel viajou de Georgetown para Lima, sendo possível que dali prossiga viagem para o Chile, visitando talvez, a Bolívia. JEFFERSON CARDIM DE ALENCAR OSÓRIO é brasileiro, casado com a cidadã uruguaia ROSA LOPETEGUI e tem dois filhos, Jefferson e Sonia⁴⁶¹.

Tal monitoramento iniciou quando Jefferson Cardim realizou uma série de viagens para países como Uruguai e Chile, no primeiro semestre de 1970, intercambiando ideias, planos, informações e materiais impressos, com brasileiros exilados nesses países e militantes de organizações de esquerda locais, como o MLN-T e o MIR. Pode-se afirmar que essas duas organizações se caracterizavam, em primeiro lugar, pela adoção da luta armada como a única via possível de promover mudanças radicais na sociedade. Em segundo, por se posicionarem a favor da união das esquerdas latino-americanas num movimento revolucionário único, que alcançasse abrangência regional. Essas características, ao que tudo indica, motivaram Cardim a buscar o apoio do MLN-T e do MIR, durante as viagens realizadas à capital uruguaia e chilena, uma vez que seus projetos envolviam a obtenção de apoio financeiro, logístico e militar, para montar uma frente capacitada a retomar a luta armada no Brasil.

Câmara Canto, por seu turno, acompanhou com interesse as viagens de Cardim até Santiago, pois havia recebido de suas fontes na polícia chilena, informações a respeito da sua intenção, de fixar residência no país para treinar integrantes de partidos e organizações de esquerda locais, em métodos e táticas de guerrilhas⁴⁶². No dia 09 de dezembro de 1970, o embaixador recebeu da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, a confirmação da mudança de Cardim e de sua família de forma definitiva para Santiago⁴⁶³.

A respeito da mudança para o Chile, Jefferson Osório mencionou em suas declarações à CNV que, após a vitória nas eleições em setembro, Allende ofereceu ao seu pai o cargo de assessor da presidência para questões de caráter militar e divisão de fronteiras, envolvendo os

⁴⁶¹ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Telegrama. Ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório. 27 de outubro de 1970.

⁴⁶² Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Presença em Santiago do ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório. 18 de junho de 1970.

⁴⁶³ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Telegrama. Asilado brasileiro Jefferson Cardim de Alencar Osório. 09 de dezembro de 1970.

países do Cone Sul⁴⁶⁴. Em entrevista ao Coorjornal, Jefferson Cardim não mencionou esse convite, mas confirmou a realização de uma viagem ao Chile para manter contato com brasileiros exilados e o interesse de mudar-se com a família para aquele país: “em Santiago conversei com o Almino Afonso, o Amarílio de Vasconcelos e o Lício Hauer, mas desencontrei-me de novo com o Apolônio e o Cerveira. Então resolvi seguir a Montevideú para buscar minha família e o carro, um Aero Willys”⁴⁶⁵.

Consta-se que o objetivo de Jefferson Cardim, ao viajar para outros países, entre 1969 e 1970, era montar uma rede de apoio que permitisse o retorno de exilados para dar continuidade à luta armada em território nacional. Com a chegada de Allende ao poder, o ex-militar decidiu fixar residência no Chile onde, além da presença de vários exilados, encontrava um clima propício de liberdade política para a organização de um grupo guerrilheiro. A mudança para o país, porém, foi interrompida no dia 12 de dezembro de 1970, quando Cardim, o filho e o sobrinho foram sequestrados em Buenos Aires, numa operação secreta montada pelos serviços secretos do Brasil e da Argentina.

Essa prisão foi realizada com a ajuda do agente do CIEX, Alberto Conrado, infiltrado entre as organizações de esquerda brasileiras em Montevideú e Santiago, responsável pelo envio das informações que possibilitaram a prisão de Jefferson Cardim e de seus familiares em Buenos Aires. Jefferson Osório confirmou que esse agente integrou o círculo de amigos de seu pai no período de exílio no país vizinho: “quando ele voltou para Montevideú conheceu o Alberto Conrado, uma figura que se dizia de esquerda, que dava apoio para cá, apoio para lá e esse cara viajou com meu pai para várias partes do mundo”⁴⁶⁶.

Infere-se, assim, que o Itamaraty, através das ações de Câmara Canto e de seus subordinados da embaixada em Santiago, intercambiou informações que permitiram ao aparato repressivo brasileiro localizar, perseguir e, em algumas situações, sequestrar opositores exilados ou que estavam em trânsito para o Chile. No decorrer de 1970, essa repressão voltou-se principalmente para lideranças políticas e ex-militares; Márcio Moreira Alves foi obrigado a partir com a família para a França, Avelino Capitani e Antônio Duarte se exilaram em Cuba e Jefferson Cardim, após ser sequestrado com seus familiares na Argentina, foi forçado a voltar para o Brasil.

⁴⁶⁴ OSÓRIO, Jefferson. *Dep. cit.*

⁴⁶⁵ Arquivo da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Serviço Nacional de Informações (SNI). ARS_ACE_012_79-min.pdf. Coorjornal de Porto Alegre/RS. Depoimentos de elementos comunistas. 22 de dezembro de 1978.

⁴⁶⁶ OSÓRIO, Jefferson. *Dep. cit.*

Com a vitória de Allende, nas eleições chilenas, em setembro de 1970 e a chegada de um número maior de militantes no Chile, a Embaixada Brasileira em Santiago redefiniu seus objetivos e passou por uma reestruturação interna. Ao invés de políticos e ex-militares, a representação diplomática passou a priorizar o monitoramento de militantes do grupo dos setenta banidos e intelectuais, envolvidos em campanhas de oposição à ditadura brasileira na imprensa chilena e internacional. A vigilância dos exilados, de maneira geral, foi realizada pela DSI/MRE, enquanto que os adeptos da luta armada, empenhados em se preparar militar e politicamente, para o prosseguimento do movimento revolucionário no Brasil, pelo CIEEX.

Antes da vitória de Allende, Câmara Canto expôs ao MRE sua preocupação com o sigilo dos dados que circulavam pela Embaixada Brasileira em Santiago, devido à presença de “células de militantes comunistas” nas principais centrais de telex e telégrafo, privadas ou governamentais, chilenas. Para resolver esse problema, o embaixador sugeriu que toda a correspondência telegráfica de caráter “reservado”, trocada entre a representação diplomática e a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, fosse cifrada⁴⁶⁷. Após a vitória do candidato da UP, Câmara Canto passou a priorizar a segurança desses dados, solicitando ao Itamaraty a contratação de mais “funcionários não diplomáticos” para o “setor de correspondências especiais”, que deveria ser ampliado na capital chilena agora que o país tinha um presidente “marxista”⁴⁶⁸. Nesse setor, também chamado DSI, seriam enviados e recebidos os telegramas e ofícios abordando assuntos de interesse da segurança nacional⁴⁶⁹.

Nessa perspectiva, o Itamaraty designou em 1970, o Oficial de Administração, Jaceguay da Costa, para trabalhar na representação diplomática de Santiago⁴⁷⁰. E, no ano seguinte, o comissário de polícia Ruy Dourado⁴⁷¹. De acordo com o relatório da CNV, Jaceguay dos Santos Costa não era funcionário do serviço diplomático, mas um dos agentes do SNI transferido para o Chile com o objetivo de vigiar a comunidade de exilados no país⁴⁷². Ruy Dourado, por sua vez, era um policial que havia prestado auxílio a Manoel Pio Corrêa, no período em que esse dirigiu o Departamento Político e Cultural no Brasil e, posteriormente,

⁴⁶⁷ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Segurança nas comunicações. Necessidade de cifração de correspondência telegráfica “reservada”. 14 de julho de 1970.

⁴⁶⁸ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Lotação de funcionários não diplomáticos: Embaixada em Santiago. 24 de novembro de 1970.

⁴⁶⁹ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Medidas de segurança. Série DSI. 27 de novembro de 1970.

⁴⁷⁰ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Telegrama. Oficial de Administração Jaceguay Pinheiro da Costa. 21 de agosto de 1970.

⁴⁷¹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEEX)/BR AN, BSB IE.06.1, p. 63/78. Ida ao Chile. Comissário Ruy Dourado. 20 de janeiro de 1971.

⁴⁷² Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. *Op. cit.*

quando o diplomata foi transferido para o Uruguai, com o objetivo de assumir a Embaixada Brasileira em Montevideú. Sobre essa relação, o também embaixador, Marcos Côrtes, informou o seguinte: “o Ruy Dourado, que era uma figura muito conhecida aqui no Rio... devido à sua atividade, eu até diria, policialesca, mais do que policial, era amigo do embaixador Pio Corrêa, creio que os dois fizeram a CPOR juntos”. Em relação às atividades no país vizinho, Côrtes acrescentou:

Eu não gosto de dizer isso, mas eu não tinha nenhum apreço pessoal pelo Ruy Dourado, porque meu pai tinha sido chefe de polícia anos antes... E eu lembro que papai fazia comentários não muito elogiosos sobre a atuação do Ruy Dourado. Então eu nunca tive contato pessoal nenhum com ele, funcional muito menos. Repito: como é que ele foi para Montevideú com o Pio, depois do Pio, não sei, era um arranjo pessoal do Pio com o Ruy Dourado. As informações que chegavam a mim, entanto que chefe do departamento do setor político da embaixada, eram obviamente transmitidas ao Itamaraty, como era obrigação minha [...]. Bom, na embaixada em Montevideú, efetivamente, o Pio chamou o Ruy Dourado para lá, eu não sei em que condição, se ele era pago pelo Itamaraty, se era pago pela polícia... agora, esse título aí, isso nunca existiu, ele trabalhava diretamente com o Pio, ninguém sabia o quê, ninguém sabia o porquê, nem como⁴⁷³.

A chegada de agentes com esse perfil na Embaixada Brasileira em Santiago também atendeu às novas diretrizes instituídas pelo PSI/MRE, que previa o intercâmbio mais eficiente e sistemático de informações entre os órgãos de segurança que compunham a estrutura do Itamaraty e do SNI, visando atingir os objetivos nacionais. Tal mudança refletiu na circulação de documentos por essa representação diplomática que até o mês de janeiro de 1971, englobava telegramas e ofícios “confidenciais”, “secretos” e “ultrasecretos” e, a partir dessa fase, se resumiram a “confidenciais”. Constata-se que os documentos de caráter “secreto” e “ultrasecreto” começaram a ser transmitidos por dois órgãos de segurança instalados naquela representação diplomática: a DSI/MRE e o CIEX. O conteúdo dos telegramas também sofreu transformações, pois, ao invés de transmitir dados a respeito de políticos e ex-militares exilados no Chile, passaram a se ocupar de movimentos empenhados em denunciar as atividades ilegais praticadas pela ditadura brasileira no exterior.

Um episódio pontual complicou ainda mais o trato do Itamaraty – via embaixador Câmara Canto – com o governo Allende: a ida dos setenta banidos negociados em troca do diplomata suíço, Giovanni Enrico Bucher, sequestrado pela VPR, para o Chile. Logo após o sequestro, no início de dezembro de 1970, Allende informou, por intermédio do Diretor Geral do Ministério das Relações Exteriores, que atenderia ao pedido de asilo político para os setenta presos, se o governo brasileiro transmitisse um pedido formal ao Chile⁴⁷⁴. Ou seja, o

⁴⁷³ CÔRTEZ, Marcos. *Dep. cit.*

⁴⁷⁴ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Sequestro do embaixador da Suíça. Eventual pedido de asilo para presos políticos brasileiros. 10 de dezembro de 1970.

presidente não tinha interesse, nos seus primeiros meses de governo, em criar atrito com o Brasil, que além de ser considerado uma potência econômica na América Latina, mantinha acordos e uma série de transações comerciais com o seu país.

Após receber a confirmação que os setenta presos políticos seguiriam para o país, Allende encaminhou dois funcionários do serviço diplomático chileno para o Rio de Janeiro, com o objetivo de auxiliar o embaixador Héctor Correa Letelier nos trâmites legais da concessão de asilo. Segundo Câmara Canto, o embaixador Letelier não era filiado aos partidos da UP, mas ao PDC, razão pela qual Allende designou para colaborar nessas atividades o funcionário Luiz Henríquez, militante de confiança do PS, sem contatos ou vinculações com organizações de esquerda brasileiras e o secretário Verdugo, do PR, que embora fosse uma figura desconhecida no meio diplomático, mantinha um amplo círculo de amizades com jornalistas, políticos e militares brasileiros⁴⁷⁵.

Allende também utilizou o episódio de expulsão dos setenta presos políticos para solicitar, junto ao governo brasileiro, a emissão de salvo-condutos aos ativistas políticos Pedro Vianna, Marta Klagadrann, Marcia Fiani e Marijane Lisboa, que haviam solicitado asilo na Embaixada do Chile no Rio de Janeiro, e de Maria Octavia Borges e Rosita Teixeira Mendonça, que se encontravam na mesma situação na representação diplomática de Brasília⁴⁷⁶. Pedro Vianna, em seu depoimento, declarou ter entrado na Embaixada no dia 13 de novembro de 1970, com a colaboração de funcionários do serviço diplomático chileno, que agiram para driblar a vigilância de agentes brasileiros que circulavam pelo local. Posteriormente, tais agentes se dirigiram à Universidade Federal do Estado da Guanabara, onde Vianna exercia o cargo de professor no Instituto de Matemática, na tentativa, sem sucesso, de obter testemunhos que atestassem sua vinculação ao PCB, fato utilizado pelo governo brasileiro para intervir em seu pedido de asilo político⁴⁷⁷.

Pedro Vianna permaneceu dois meses na missão diplomática chilena, aguardando salvo-conduto para deixar o Brasil. A demora na concessão de documentos aos perseguidos políticos era uma das táticas utilizadas pela ditadura, para desestimular os militantes a solicitarem asilo nas embaixadas estrangeiras existentes no país. O fato de essa medida contrariar a legislação internacional do asilo político, não tinha relevância para o Itamaraty, que seguindo as diretrizes do Plano Setorial de Informações (PSI), defendia o uso de métodos

⁴⁷⁵ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Sequestro do embaixador da Suíça. Ida ao Rio de Janeiro de funcionários da Chancelaria Chilena. 18 de dezembro de 1970.

⁴⁷⁶ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Telegrama. Asilo diplomático. Marta Maria Klagadrann, Marcia Savaget Fiani, Marijane Vieira Lisboa e Pedro Marcos de Almeida Gomes Vianna. 07 de janeiro de 1971.

⁴⁷⁷ VIANNA, Pedro. Depoimento concedido à autora em 04 de setembro de 2018, via e-mail.

não “convencionais” no combate ao avanço da subversão e do comunismo, em âmbito nacional e continental. A respeito dessa atitude do governo brasileiro, Vianna declarou:

O regime militar brasileiro tinha o hábito de deixar ficar “de molho” as pessoas asiladas nas embaixadas, evitando assim novas entradas, já que as instalações diplomáticas não eram extensíveis. O prazo para a emissão do salvo-conduto que permitia a saída para o país de asilo podia ser superior a dois anos, como comprovado em casos anteriores. Além disso, as autoridades militares pressionavam as embaixadas que ainda estavam no Rio de Janeiro para que fossem transferidas para Brasília, a nova capital do país desde 1960, que ainda não havia se transformado em verdadeiro centro da política nacional. O Embaixador do Chile era insistentemente convidado a proceder à mudança da legação antes de sua partida. Ele condiciona então esta transferência à partida para o Chile das seis pessoas que se encontravam nos locais diplomáticos: eu e três moças chegadas à embaixada no Rio [...] e duas médicas que entraram no consulado geral em Brasília, declarado pelo embaixador “anexo provisório da embaixada”⁴⁷⁸.

Marijane Lisboa salientou em suas memórias que, a decisão de buscar asilo político na Embaixada do Chile no Rio de Janeiro, surgiu diante do temor de ser novamente sequestrada pelos órgãos de segurança brasileiros, depois de ter sido torturada nas dependências do DOPS e do CENIMAR. Tal afirmação demonstra que a ditadura não obrigou apenas os militantes da luta armada a partirem em direção ao exílio no Chile após a decretação do AI-5, pois estudantes, intelectuais e artistas, envolvidos com outras formas de oposição à ditadura também foram forçados a saírem do país, integrando a segunda onda de brasileiros no exílio. A respeito dos sessenta dias que permaneceu na Embaixada do Chile e a viagem para o país, em janeiro de 1971, Marijane expôs o seguinte:

Não saíamos à rua e não tínhamos contato direto com a família, pois tínhamos medo que nos seguissem ou observassem. Resolvemos procurar asilos em embaixadas. Decidimos pelo Chile, o Allende acabava de ser eleito e sabíamos que havia aceitado dois asilados recentes. Entramos no prédio e ali ficamos dois meses esperando o salvo-conduto do Ministério das Relações Exteriores, que não vinha nunca. Mas houve o sequestro do Embaixador suíço e o governo brasileiro pediu que o Chile aceitasse os sequestradores. O Chile, por sua vez, pressionou pelos nossos salvo-condutos e aí viajamos. O jato levantou voo e a gente se sentia salva pela primeira vez. Vimos os Andes e depois Santiago⁴⁷⁹.

Marijane Lisboa e os três brasileiros que partiram para o asilo no Chile via Embaixada, ao desembarcar em Santiago, optaram por não conceder entrevistas à imprensa que os aguardava no aeroporto. Atitude diferente teve parte do grupo dos setenta banidos, que logo após o desembarque na capital chilena deram uma série de entrevistas aos jornais, denunciando os métodos ilícitos de violência, que a ditadura brasileira empregava para aniquilar as atividades dos setores de oposição. A atenção dispensada por jornalistas chilenos e estrangeiros a esses depoimentos desagradou o embaixador Câmara Canto, que marcou uma reunião com o chanceler Clodomiro Almeyda, para solicitar que as denúncias realizadas pelos

⁴⁷⁸ VIANNA, Pedro. Depoimento concedido à autora em 04 de setembro de 2018, via e-mail.

⁴⁷⁹ LISBOA, Marijane. *Op. cit.*, p. 247.

brasileiros não fossem divulgadas na imprensa local. O chanceler afirmou ao embaixador que o ministro do Interior, José Tohá, havia se reunido com os jornalistas nas dependências do La Moneda, para encaminhar essa solicitação⁴⁸⁰. Com essa atitude, Almeyda deixou claro ao grupo dos setenta que pretendia manter o acordo assinado entre os dois países, que previa a não participação desses asilados em atividades políticas no Chile.

A solicitação, porém, não foi atendida por parte da imprensa chilena, que publicou tais depoimentos em jornais e revistas e convidou os brasileiros para participarem de programas de rádio e televisão. Com essas divulgações, a imagem do governo brasileiro, para parte da sociedade chilena, tornou-se tão negativa que, no final do mês de janeiro, Câmara Canto enviou um telegrama à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, aconselhando o serviço diplomático a não permitir a viagem de uma caravana de quarenta estudantes, vinculados a Universidade Federal do Ceará, para Santiago, temendo ataques da população local⁴⁸¹.

Nas declarações dos banidos que mais chocaram à sociedade chilena, estava a de que a polícia brasileira torturava crianças, filhos (as) de militantes presos nas delegacias, com o objetivo de obter informações a respeito das atividades políticas de seus pais em organizações de luta armada. Segundo Câmara Canto, essas notícias que afetavam a imagem do governo brasileiro no exterior estavam sendo divulgadas pela advogada Anina de Carvalho⁴⁸². Cabe aqui abrir um parêntese: a ditadura brasileira torturou várias crianças, com o objetivo de obter dados sobre seus pais, que permitissem a prisão de outros militantes e o desmantelamento de suas respectivas organizações de esquerda, como documenta o livro “Infância Roubada”. A obra, publicada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, contém o depoimento de quarenta cidadãos que, durante a infância, foram torturados nas dependências de vários órgãos de segurança brasileiros⁴⁸³.

Em relação à Anina de Carvalho, as evidências apontam que de fato ela denunciou essas e outras violações de direitos humanos realizadas pela ditadura, já que antes de se exilar no Chile, em 1971, se tornou uma das únicas advogadas no Brasil que aceitou defender os presos políticos, acusados de crimes contra a segurança nacional pela justiça. Os documentos e testemunhos reunidos por Anina na montagem desses processos foram utilizados para compor no exílio, com o auxílio da Anistia Internacional, um relatório sobre as torturas

⁴⁸⁰ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Entrevista do Ministro das Relações Exteriores do Chile. Entrevista de banidos à imprensa. 22 de janeiro de 1971.

⁴⁸¹ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Vinda de universitários brasileiros ao Chile. Universidade Federal do Ceará. 22 de janeiro de 1971.

⁴⁸² Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Supostas torturas aos presos políticos do Brasil. 24 de março de 1971.

⁴⁸³ Infância Roubada. Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

praticadas pela repressão estatal, como declarou a própria advogada: “durante dois anos e pouco – 71 a 73 – recebi toda a imprensa brasileira e fiz um arquivo de presos políticos, três mil fichas de processados”⁴⁸⁴. Tal arquivo tornou-se uma ferramenta útil aos brasileiros que necessitavam provar a condição de vítimas de perseguição política aos funcionários da ACNUR, para obter o status de refugiado.

Os protestos de Câmara Canto junto ao Ministério das Relações Exteriores do Chile, para impedir a divulgação das denúncias dos banidos contra o Brasil na imprensa local, não surtiram efeito. Como exemplo, cita-se o caso de Maria Auxiliadora Lara Barcellos e Humberto Trigueiros Lima, dois dos banidos, que participaram de um programa radiofônico em maio de 1971. No mesmo, eles convidaram a sociedade chilena a prestigiar a Semana de Solidariedade com o Povo Brasileiro, que se realizaria no final daquele mês, em Santiago⁴⁸⁵. Aliás, no encerramento desse evento, os exilados organizaram uma marcha de protesto, que se dirigiu até a frente da Embaixada Brasileira em Santiago:

A REALIZAÇÃO DE UMA EXPOSIÇÃO VG EM FRENTE A UNIVERSIDADE CATÓLICA VG CONSTANTE DE SEIS GRANDES CARTAZES VG PINTADOS VG EM TELA ET DE VÁRIOS PAINÉIS FOTOGRÁFICOS VG OFENSIVOS AO GOVERNO BRASILEIRO PT ESTOU PROTESTANDO VG HOJE VG POR NOTA VG CUJA CÓPIA SEGUE PELA PRIMEIRA MALA PT TAMBÉM NA NOITE DE SEXTA-FEIRA VG UM GRUPO DE CERCA DE OITENTA A CEM MANIFESTANTES, ENTRE OS QUAIS ESTAVAM REFUGIADOS BRASILEIROS VG FIZERAM RÁPIDA AGLOMERAÇÃO EM FRENTE A RESIDÊNCIA DA EMBAIXADA GRITANDO FRASES CONTRA O GOVERNO BRASILEIRO PT CHAMADOS PELO TELEFONE VG OS CARABINEIROS VG EM MENOS DE CINCO MINUTOS ENVIARAM UMA VIATURA AO LOCAL VG DISPERSANDO-OS PACIFICAMENTE⁴⁸⁶.

Câmara Canto também informou a comunidade de informações brasileira sobre a encenação de uma peça teatral intitulada “Vinte e cinco anos depois”, de autoria do asilado já citado Pedro Vianna. No telegrama que tratou do assunto, o embaixador mencionou uma reportagem publicada no jornal *El Siglo*, de propriedade do PC, que resumiu a obra teatral como um testemunho da tortura e do assassinato que, naquele momento histórico, estava sendo infringido à vida dos brasileiros por um governo ditatorial. Na sequência do documento, Câmara Canto reclamou da posição política de Salvador Allende, que se dizendo um defensor da liberdade de pensamento e de expressão, não censurava nenhum espetáculo

⁴⁸⁴ CARVALHO, Anina de. *Op. cit.*, p. 62.

⁴⁸⁵ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Semana de Solidariedade ao Povo Brasileiro. 06 de maio de 1971.

⁴⁸⁶ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Semana de Solidariedade ao Povo Brasileiro. 24 de maio de 1971.

teatral em cartaz no país, razão pela qual o embaixador não encaminhou um protesto formal, solicitando o cancelamento das apresentações da peça de Vianna, no Chile⁴⁸⁷.

De acordo com Pedro Vianna a ideia de montar essa peça surgiu em maio de 1971, a partir da necessidade profunda sentida pelo exilado, de expressar o que vivera e o que sabia a respeito da repressão e da tortura no Brasil. A peça contou a história de um médico que tentou manter-se fora da política, mas que se viu atingido pela repressão por ter exercido sua profissão de maneira ética e consciente. Para acompanhar os ensaios e a montagem da peça, Vianna pediu demissão do trabalho que desenvolvia na *Corporación del Mejoramiento Urbano* (CORMU). Com o sucesso do espetáculo, que ficou seis meses em cartaz e recebeu comentários positivos dos principais jornais chilenos, Vianna passou a ser convidado para participar de programas de rádio e televisão e resolveu apoiar o projeto de governo da UP. O militante, no entanto, não negligenciou a solidariedade devida àqueles que, no Brasil, lutaram contra a ditadura. Em duas estações de rádio fez programas semanais de músicas e informações: o programa *Recado*, na *Radio Magallanes* e o programa *Noticias de Brasil*, na *Radio Luis Emilio Recabarren*⁴⁸⁸.

Outra manifestação artística que se tornou alvo do embaixador Câmara Canto foi o filme produzido pelo banido, Luiz Alberto B. L. Sanz e o chileno Pedro Chaskel. A obra, premiada no Festival de Leipzig, Alemanha, na categoria de melhor documentário estrangeiro, alcançou visibilidade na imprensa e foi exibida em cinemas do Chile e de outros países da América Latina e da Europa, devido ao seu suposto “valor artístico”⁴⁸⁹. O filme em questão era o documentário “Não é hora de chorar”, produzido a partir dos depoimentos de Maria Auxiliadora Lara Barcelos, Carmela Pezutti, Roque Aparecido dos Santos, Jaime Walvitz Cardoso e Wellington Moreira Diniz, narrando detalhes sobre a militância política, a vida na clandestinidade, a perseguição e as torturas a que foram submetidos no Brasil, além do assassinato de vários companheiros de organização. No documentário os banidos também mostraram simulações de torturas praticadas no “pau-de-arara” e na “cadeira de dragão”, intercaladas com choques elétricos, afogamentos e agressões físicas e verbais.

Além do dramaturgo Pedro Vianna e do cineasta Alberto Sanz, outra personalidade do meio artístico que teve suas atividades monitoradas por Câmara Canto foi Mário Pedrosa, um histórico intelectual trotskista e também um renomado crítico de arte com uma carreira

⁴⁸⁷ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Peça teatral de asilado Pedro Vianna. 18 de outubro de 1971.

⁴⁸⁸ VIANNA, Pedro. *Dep. cit.*

⁴⁸⁹ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Filme de curta-metragem sobre torturas. 07 de dezembro de 1971.

profissional reconhecida no Brasil e no exterior, motivo pelo qual foi nomeado diretor do *Comité Internacional de Solidaridad Artística con Chile* (CISAC) – formado por artistas, críticos e intelectuais da Europa e da América – no período em que esteve exilado no Chile. A função do CISAC era receber, catalogar e montar exposições com as obras doadas por artistas de várias partes do mundo, com o propósito de homenagear o povo chileno e demonstrar apoio à experiência de implantação do socialismo, colocada em curso pela UP⁴⁹⁰. Tais obras, enviadas de países como México, Espanha, França e Argentina permaneciam expostas no Museu da Solidariedade, dirigido pelo brasileiro.

O movimento cultural que surgiu em apoio a *Vía Chilena para el Socialismo*, tinha como base a valorização da figura do homem e da mulher do povo. A música, a dança, o teatro, o cinema, as obras de arte e todas as demais manifestações culturais presentes no Chile, tinham por objetivo expressar os costumes, a visão de mundo e as expectativas dos operários, camponeses e moradores das regiões de periferia, ou seja, das classes trabalhadoras e marginalizadas que integravam a sociedade chilena. Por essa razão, a finalidade do CISAC era trazer para o Museu da Solidariedade, obras de arte sincronizadas com essa “nova cultura”, de caráter popular, como demonstra a carta enviada por Mário Pedrosa ao presidente Salvador Allende, em abril de 1972:

Compañero Presidente, cuando frente a ese formidable movimiento de respaldo internacional a Chile, usted, respondiendo a los anhelos del mismo Comité que lo visitó, proclamó la idea de fundar con estas obras un "Museo de la Solidaridad". Las ideas felices son así: no nacen ni antes ni después, sino con el signo de la historia. El “Museo de la Solidaridad” es la expresión más acabada de un hecho del que no se tiene conocimiento, en la historia cultural de nuestro tiempo. Un Museo que se crea por donación de los artistas del mundo espontáneamente, movidos por la solidaridad hacia un pequeño pueblo, en la periferia de la tierra, que inicia una marcha revolucionaria al socialismo por sus propios medios, conforme a sus tradiciones democráticas sus determinaciones culturales y su fidelidad a las libertades esenciales del hombre, entre las cuales está la libertad de expresión y creación⁴⁹¹.

Tal fato é importante, pois permite observar uma mudança nos padrões do monitoramento efetuado pela Embaixada Brasileira em Santiago, durante os anos de 1971 e 1972. Nessa fase, o serviço diplomático passou a vigiar, além dos banidos, as atividades de artistas e críticos de arte envolvidos em movimentos culturais de oposição à ditadura brasileira ou de apoio à experiência socialista chilena, no exílio, entre os quais estavam os exilados Pedro Vianna, Alberto Sanz e Mário Pedrosa.

⁴⁹⁰ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Frente de solidariedade ao Chile. Mario Pedrosa. 07 de abril de 1972.

⁴⁹¹ PEDROSA, Mário. Carta a Salvador Allende Gossens. Santiago, 26 de abril de 1972. Disponível em: <<http://icaadocs.mfah.org/icaadocs/ELARCHIVO/RegistroCompleto/tabid/99/doc/765622/language/esMX/Default.aspx>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

Em 1973, os telegramas envolvendo a comunidade de brasileiros residentes no Chile diminuíram de forma considerável. Em fevereiro, por exemplo, Câmara Canto demonstrou preocupação com uma nova campanha contra o governo brasileiro que estava sendo organizada no país, com o propósito de defender o ativista Manuel da Conceição, preso e torturado no Brasil. Segundo a embaixada, o Comitê fundado em defesa do preso político, além da comunidade de exilados, recebeu apoio dos jornais comunistas *Puro Chile* e *El Siglo*, para dar prosseguimento a sua campanha internacional⁴⁹².

Cabe destacar que Manoel da Conceição era um dos dirigentes da AP e uma das principais lideranças do movimento camponês brasileiro, que iniciou sua trajetória política ao assumir a luta dos pequenos produtores, posseiros e meeiros, reunidos no sindicato rural de Pindaré-Mirim, interior do Maranhão, contra os fazendeiros que pretendiam forçá-los a abandonar suas terras. Em razão de suas atividades no movimento camponês e, posteriormente na AP, o militante foi diversas vezes preso e torturado no Brasil. Em virtude dos maus tratos e da negligência da polícia maranhense, teve uma das pernas amputadas. Em 1972, Conceição foi novamente preso e estava sendo barbaramente torturado por agentes da polícia e das Forças Armadas, quando a AP iniciou uma campanha em defesa de sua liberdade, que ganhou rápida projeção na comunidade internacional. Em seu livro de memórias, Conceição declarou que esse movimento impediu que ele fosse morto na prisão, como pretendiam os órgãos de segurança brasileiros:

Chegou lá um cara se apresentando como advogado de uma Associação de Defesa dos Direitos Humanos, ou coisa assim. Mandou me chamar numa sala, com cafezinho. Àquela altura, meu cabelo estava cobrindo os olhos, o pescoço. As unhas estavam quebrando todas [...]. Botaram os braços pra trás de uma cadeira, algemados. Com a tesoura cortaram a barba. Depois passaram a navalha. Cortaram o cabelo e me lavaram, pra eu ir conversar com esse cara. Ele diz o seguinte: ‘Está aí um boato internacional que já lhe mataram. Vim buscar uma carta sua para a opinião pública, dizendo que você está sendo bem tratado. Enfim, que acabe esta confusão no exterior. O governo tem recebido um monte de cartas; elas vêm de vários países’. Falou da Inglaterra, da Suíça, da Bélgica. ‘Na Suíça foi um barulho danado. A Anistia Internacional está fazendo um escândalo com o líder camponês Manoel da Conceição’. ‘Eu não vou escrever. Se os senhores quiserem desmentir que eu estou morto, dou depoimento em praça pública, na Justiça. Aqui, nesse ambiente, eu não escrevo uma linha’⁴⁹³.

Apesar da mobilização do Comitê de Solidariedade Manoel da Conceição, montado por militantes da AP com o apoio da comunidade de brasileiros exilados, partidos e organizações de esquerda chilenas e entidades internacionais de defesa dos direitos humanos, interessados em denunciar ao mundo as práticas de tortura aplicadas no Brasil, o militante foi

⁴⁹² Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Asilados brasileiros. Comitê de Solidariedade a Manuel da Conceição. 14 de fevereiro de 1973.

⁴⁹³ CONCEIÇÃO, Manoel da. *AP – Chão da minha utopia*. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 249.

libertado da prisão apenas em setembro de 1975, ou seja, mais de dois anos depois do início da campanha em favor de sua libertação no Chile. Com o apoio da Anistia Internacional, em 1976, Conceição obteve asilo político em Genebra, na Suíça.

Em síntese, pode-se afirmar que a atuação de Câmara Canto, durante o governo Frei e Allende, baseou-se na tentativa de dificultar, de todas as maneiras disponíveis, a entrada e saída de brasileiros do Chile, através da negação de passaportes ou salvo-condutos que permitissem a realização de cursos no país, viagens para o exterior ou mesmo o retorno ao Brasil. Além disso, o embaixador apresentou em diversas ocasiões seus protestos frente ao governo chileno, na tentativa de impedir que os exilados tivessem liberdade para montar campanhas ou participar de movimentos artísticos, que pudessem afetar a imagem da ditadura brasileira no exterior.

Câmara Canto, como um entusiasta cruzado no combate ao avanço do comunismo na América Latina, reclamou junto ao Itamaraty das dificuldades que encontrava para dar continuidade às investigações ordenadas pelo MRE, num país governado pela esquerda. Nesse sentido, um dos principais entraves às investigações era o fato de todos os organismos das Nações Unidas, que poderiam auxiliar a Embaixada Brasileira em Santiago, estarem infiltrados por “elementos marxistas”, entre os quais vários brasileiros na situação de asilados ou refugiados políticos⁴⁹⁴.

Um dos últimos telegramas enviados pela Embaixada, antes do golpe de 11 de setembro, tratava da morte do brasileiro Nilton Rosa da Silva. O estudante foi assassinado por um integrante da direita chilena no dia 15 de junho, durante uma manifestação no centro de Santiago. No documento remetido ao Brasil, o embaixador não propôs ao Itamaraty manter contato com a família de Nilton, que residia no Rio Grande do Sul, para informar a respeito do seu falecimento, nem relatou qualquer intervenção daquela representação diplomática a favor do esclarecimento do episódio que resultou no seu assassinato na capital chilena:

GRUPOS MIRISTAS ARMADOS ATACARAM AS SEDES CENTRAIS DA UNIVERSIDADE DO CHILE E CATÓLICA VG ONDE OS ESTUDANTES REUNIRAM-SE PARA MARCHAR EM APOIO AOS MINEIROS QUE ENTRAVAM NA CAPITAL PT SEGUNDO COMUNICADO DO GOVERNO VG HOUVE 64 FERIDOS E 24 DETIDOS. MAS ALGUNS JORNAIS CHILENOS DENUNCIARAM 300 FERIDOS VG ALGUNS EM ESTADO GRAVE PT ANUNCIOU-SE VG A NOITE QUE HAVIA FALECIDO EM CONSEQUÊNCIA DOS GRAVES FERIMENTOS QUE SOFRERA EM TIROTEIO O BRASILEIRO NILTON DA SILVA ROSA VG A MAIS DE 2 ANOS ALUNO DO CURSO DE ESPANHOL DO INSTITUTO PEDAGÓGICO DA UNIVERSIDADE DO CHILE E MEMBRO DO MOVIMENTO EXTREMISTA MIR PT O CONSULADO GERAL ESTÁ INFORMADO PT AS FORÇAS ARMADAS PERMANECERAM

⁴⁹⁴ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Emprego do “fundo de emergência” do ACNUR para auxílio a “refugiados” da América Latina. 14 de maio de 1973.

PASSIVAMENTE AS MARGENS DOS ACONTECIMENTOS E NEM SEQUER FOI DECRETADO ESTADO DE EMERGÊNCIA PT⁴⁹⁵.

Em outras palavras, o assassinato de Nilton Rosa da Silva resultou de um enfrentamento ocorrido nas ruas centrais de Santiago, entre militantes da esquerda e da direita chilena, num episódio que se tornou corriqueiro, na medida em que se aprofundava a luta de classes no país. A denominação de “extremista” atribuída ao brasileiro e demais *miristas* que participavam do protesto, foi uma das formas encontradas por Câmara Canto de desqualificar as ações políticas desses militantes. Na visão do embaixador, Nilton não era um cidadão brasileiro, mas um inimigo interno assassinado no exterior, razão pela qual não merecia a atenção do serviço diplomático. O corpo do militante foi enterrado num cemitério da capital chilena, sem que o Itamaraty contatasse sua família no Brasil ou encaminhasse ao governo Allende, um pedido de investigação sobre o episódio que culminou em sua morte.

Conclui-se que, entre 1970 e 1973, durante os governos Frei e Allende, o Itamaraty, por meio da Embaixada Brasileira em Santiago, não respeitou os direitos dos cidadãos brasileiros exilados no Chile, garantidos por acordos internacionais como a Convenção sobre Asilo assinada na VI Conferência Pan-americana de Havana, em 1928. Pelo contrário, Câmara Canto atuou para impedir que os militantes de esquerda – asilados, refugiados ou banidos – adquirissem passaportes e/ou salvos-condutos para entrar ou sair do país e encaminhou ao Ministério das Relações Exteriores chileno, reclamações formais contra as manifestações contrárias à ditadura, organizadas por esses exilados. Em várias situações, o embaixador também interferiu para que militantes procurados pela justiça brasileira não fossem beneficiados pelo *status* de asilado político, concedido pelo governo chileno. Esse foi o caso, por exemplo, de Avelino Capitani e Duarte dos Santos.

Em síntese, o serviço diplomático brasileiro, ao invés de cumprir a sua função de auxiliar os cidadãos exilados ou em trânsito pelo Chile, agiu para impedir que eles tivessem acesso aos direitos mínimos estabelecidos pela nacionalidade, como a disponibilização de passaportes. Por essa razão, pode-se afirmar que a DSN e a necessidade de perseguir e combater o inimigo interno para além das fronteiras nacionais se sobrepôs, no caso do Chile, a função do Itamaraty que, em teoria, deveria se basear na disponibilização de apoio e orientação aos brasileiros residentes no exterior. Além disso, o embaixador Câmara Canto colaborou com o envio de dados ao SNI, que foram utilizadas para perseguir, sequestrar, assassinar e desaparecer com opositores políticos da ditadura, em terras estrangeiras.

⁴⁹⁵ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Política interna. Incidentes em Santiago. Brasileiro morto. 16 de junho de 1973.

Câmara Canto, porém, não estava sozinho no desenvolvimento de suas atividades, pois além dos funcionários do serviço diplomático, o embaixador contou com o apoio de agentes da DSI/MRE e do CIEX, designados para atuarem naquela representação consular e diplomática. A tríade formada pela Embaixada Brasileira em Santiago e esses dois órgãos de segurança, tornou-se a base do sistema montado pelo Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de abastecer o aparelho repressivo estatal de dados sobre a comunidade de exilados. A forma como essas informações eram obtidas, analisadas e transmitidas ao Brasil por essas três esferas, no entanto, eram diferentes, resultando em documentos que tratavam do mesmo tema, a partir de diferentes abordagens como se verá a seguir.

3.3 A DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (DSI/MRE) E O CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR (CIEX)

Um dos suportes da colaboração do Itamaraty com o aparato repressivo estatal brasileiro era a DSI e suas subordinadas – Assessorias de Segurança e Informações (ASI) ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). Esses órgãos de fachada civil, criados em 1967, tinham a função de obter e divulgar informações para a agência central do SNI e órgãos militares, envolvidos diretamente nas operações repressivas, entre os quais estavam o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR)⁴⁹⁶. Para garantir a eficiência desse sistema de coleta e transmissão de dados, a ditadura instaurou uma agência da DSI em cada um dos ministérios civis existentes no Estado brasileiro. Ou seja, a DSI/MRE instalada na Embaixada Brasileira em Santiago era uma das derivações da agência central do órgão de segurança, que funcionava junto a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília.

O outro suporte do Itamaraty era o CIEX, um órgão de segurança fundado no ano de 1966, pelo embaixador Manoel Pio Corrêa, com o objetivo de monitorar as atividades da primeira onda de brasileiros no exílio, que se instalou no Uruguai após o golpe de 1964. Pio Corrêa, em seu livro de memórias, afirmou que a função desse órgão era vigiar os exilados envolvidos na montagem de movimentos contrários à ditadura, a partir do país vizinho⁴⁹⁷. O CIEX também tinha interesse nos grupos de brasileiros que, durante o exílio, estabeleceram

⁴⁹⁶ FICO, Carlos. *Op. cit.*, p. 81.

⁴⁹⁷ CORRÊA, Manoel Pio. *Op. cit.*

vinculações políticas com organizações ou partidos de esquerda uruguaios, como o MLN-T, devido à possibilidade de formação de um movimento revolucionário de caráter regional.

Cabe destacar que tanto o CIEX quanto a DSI/MRE tinham dupla vinculação, respondendo às solicitações encaminhadas pelo gabinete do ministro de Estado das Relações Exteriores e pela agência central do SNI. O chefe da sede da DSI/MRE em Brasília, de 1971 até 1980, Adolpho Benevides, negou esse vínculo, afirmando que “havia aqueles casos em que o SNI sempre devia ser consultado sobre aspectos de segurança nacional, mas como subordinação, não existia [...]. A minha subordinação era ao ministro”. No decorrer do depoimento, entretanto, Benevides declarou:

Eu encontrei uma prática, por assim dizer. Então havia casos, por exemplo, concessão de passaporte aos exilados brasileiros. Isso devia ser consultado o SNI. [...] isso vivia criando problema com jornalistas, era o credenciamento de jornalistas no próprio Itamaraty. Se consultava o Itamaraty, o SNI, às vezes, não respondia ou demorava a responder e acabava respondendo e acabava liberando. Eu não me lembro de casos que tivesse havido uma negativa. Às vezes, o que havia era uma demora a responder⁴⁹⁸.

Uma das diferenças em relação aos dois órgãos de segurança era que a DSI/MRE integrava o organograma oficial de funcionamento do Itamaraty, enquanto o CIEX funcionava como uma divisão encoberta, pois nem a portaria que oficializou sua montagem, em 1966, foi localizada até a presente data. Sabe-se, porém, que a mesma recebeu a designação de ultrassecreta, como destacou um documento anexado ao relatório final da CNV, em 2014:

Para que possa cumprir sua finalidade, obedecendo aos critérios fixados, é necessário que o serviço em apreço seja criado do próprio Ministério das Relações Exteriores, tanto mais porquanto seu titular incumbe a responsabilidade pela operação desse serviço no exterior, devendo assim estar a ele afeto o controle do mesmo. Naturalmente, teria de ser mantida a característica de “clandestinidade” do órgão projetado mesmo dentro do Itamaraty. Isso é possível fazendo com que o mesmo seja autorizado, em documento ultrassecreto e não publicado, pelo Senhor Presidente da República, com o Referendo do Ministro do Exterior. Sua existência seria encoberta dentro da estrutura do Itamaraty e a Divisão de Segurança e Informações atuaria como meio de contato oficial para esse serviço com os demais órgãos do Itamaraty e outras dependências da administração pública federal que não integrem a comunidade nacional de informações⁴⁹⁹.

Para manter encoberta as atividades do CIEX, seus agentes ocupavam cargos oficiais no serviço diplomático, em Embaixadas Brasileiras situadas em capitais de países da América Latina e Europa, como Santiago, Montevideu, Buenos Aires, Paris e Lisboa. No Brasil, por sua vez, a chefia do órgão de segurança foi exercida por primeiros-secretários, ministros-

⁴⁹⁸ BENEVIDES, Adolpho. Depoimento CNV. Brasília/DF, 16 de abril de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota_2_58_-_00092_000781_2014_64_-_Adolpho_Correa_de_S_e_Benevides.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

⁴⁹⁹ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 5. Documentos. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%20540%20%2000092_000292_2015_93.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2017.

conselheiros e embaixadores, durante o seu período de funcionamento, de 1966 a 1984⁵⁰⁰. A chefia da DSI/MRE, por outro lado, foi exercida pelo embaixador Adolpho Benevides. Em seu depoimento à CNV, o diplomata afirmou ter assumido a direção do órgão de segurança no Brasil, depois que o ministro Luiz Parente de Mello foi enviado ao Rio de Janeiro, com a missão de auxiliar no embarque dos setenta presos políticos trocados pelo embaixador suíço, para o Chile. A esse respeito, Benevides declarou: “no outro dia, eu fui chamado pelo subchefe do Gabinete do Ministro, que me disse para eu me ocupar, provisoriamente, dessa Divisão diante da ausência do titular. Eu lembro que fiz uma pergunta: Mas o que faz essa Divisão? Ele disse: Você vai aprender”. Ou seja, o embaixador confirmou a existência de uma sede do órgão de segurança na capital do país, mas negou que a DSI/MRE mantivesse agências nas representações diplomáticas brasileiras no exterior⁵⁰¹.

O intercâmbio de informações entre a DSI/MRE instalada na Embaixada Brasileira em Santiago e a sede do órgão de segurança em Brasília, porém, refutou essa afirmativa de Adolpho Benevides. Em junho de 1971, por exemplo, o cônsul-geral, Mellilo de Mello solicitou ao embaixador o envio regular de jornais com reportagens envolvendo militantes procurados pela justiça ou banidos do território nacional, com o objetivo de manter atualizada a lista de brasileiros que haviam se exilado no Chile. A intenção de tal medida era monitorar as atividades desses militantes, porque o país, na definição do cônsul estava se “convertendo num pólo de atração para subversivos e terroristas brasileiros”⁵⁰².

A DSI/MRE era constituída de uma sede em Brasília e agências distribuídas nas Embaixadas ou Consulados de países como Chile, Bolívia e Uruguai. Tal estrutura assemelhava-se a do CIEX, que era constituído por uma central, também situada em Brasília, e bases instaladas em capitais de vários países do mundo. Com essa estrutura, o fluxo das informações produzidas por cada agência ou base desse órgão de segurança seguia em direção ao núcleo comum no Brasil, não existindo uma rede de comunicação direta entre essas unidades. Os canais utilizados para realizar a transmissão de dados eram específicos dentro das Embaixadas ou Consulados; as mensagens eram cifradas em código próprio conhecido apenas por seus agentes. Na sede ou na central, a informação era analisada, qualificada e,

⁵⁰⁰ A direção do CIEX foi ocupada pelos seguintes funcionários: primeiro-secretário Marcos Henrique Camillo Côrtes (1966-set.de/1968); primeiro-secretário João Carlos Pessoa Fragoso (set.de/1968-nov.de/1969); primeiro-secretário Paulo Sérgio Nery (jan.de/1969-nov.de/1973); ministro-conselheiro Octavio José de Almeida Goulart (nov.de/1973-mar.de/1979); e ministro (depois embaixador) Carlos Luzilde Hildebrandt (mar.de/1979-1984). In: Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 5. A participação do Estado Brasileiro em graves violações no exterior. *Op. cit.*, p. 183.

⁵⁰¹ BENEVIDES, Adolpho. *Dep. cit.*

⁵⁰² Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.46, p. 66/112. Remessa de jornais para o Consulado Geral em Santiago. 01 de junho de 1971.

posteriormente, transmitida ao restante dos órgãos que compunham a comunidade de informações brasileira.

Cabe destacar que a estrutura do CIEX baseava-se no funcionamento de uma das agências de informações do serviço secreto inglês, o *Security Service*⁵⁰³, denominada de M15⁵⁰⁴. O embaixador Marcos Côrtes, que chefiou o CIEX entre 1966 e 1968, em depoimento concedido à CNV, afirmou que em 1960, viajou para o Reino Unido, por ordem de Manoel Pio Corrêa, com o objetivo de realizar um estágio na agência do Ministério das Relações Exteriores inglês, o *Foreign Office*, situado em Londres. Nas palavras de Côrtes, durante os quarenta e cinco dias em que frequentou esse local, realizou um curso de aperfeiçoamento em análise de informações, que “era basicamente um estágio sobre análise política, no sentido diplomático, técnicas de análise política”⁵⁰⁵. Com isso verifica-se que, durante os anos 60, concomitantemente à disseminação da DSN no Brasil, houve um estreitamento de relações entre o Itamaraty e o serviço secreto inglês, especificamente relacionado ao treinamento de funcionários do serviço diplomático, vinculados à comunidade de informações.

O CIEX, baseado na estrutura do M15 no pós Segunda Guerra Mundial, instalou bases em Embaixadas Brasileiras localizadas em vários países da América Latina e Europa. O órgão de segurança, porém, nunca foi incorporado com essa sigla ao organograma de funcionamento do MRE. Conforme a CNV, em 1973 o CIEX abrigou-se nessa estrutura com a designação de Assessoria de Documentação de Política Exterior (ADOC) e, em 1975, de Secretaria de Documentação de Política Exterior (SEDOC). Os dois órgãos estavam vinculados diretamente à Secretaria Geral ou ao gabinete do ministro de Estado das Relações Exteriores e sua função era agir a partir de “bases” instaladas em missões diplomáticas ou repartições consulares brasileiras no exterior⁵⁰⁶.

As primeiras bases do CIEX foram criadas em Embaixadas Brasileiras situadas em capitais de países latino-americanos e, mais tarde, europeus. Com isso o órgão de segurança

⁵⁰³ O M15 foi criado em 1909, pelo Capitão Vernon Kell, que teve sua importância reconhecida na Primeira Guerra Mundial, por capturar um número significativo de agentes alemães. Na década de 1930, o M-15 se destacou no combate ao avanço do comunismo e do fascismo no Reino Unido e nas colônias inglesas. Com o término da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, a agência passou a utilizar seus escritórios no exterior para combater a expansão comunista e os movimentos de independência que começaram a se organizar nas colônias britânicas nos anos 60. In: M15. The Security Service. Disponível em: <<https://www.mi5.gov.uk/>>. Acesso em: 14 de fev. 2017.

⁵⁰⁴ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 5. A participação do Estado Brasileiro em graves violações no exterior. *Op. cit.*

⁵⁰⁵ CÔRTEZ, Marcos. *Dep. cit.*

⁵⁰⁶ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 5. A participação do Estado Brasileiro em graves violações no exterior. *Op. cit.*

iniciou suas atividades na Embaixada de Montevidéu, na segunda metade da década de 1960 e, posteriormente, se instalou em Santiago, Buenos Aires e Assunção. Após o golpe de 11 de setembro no Chile, com a saída de exilados brasileiros para a Europa, o CIEX fundou bases em Paris, Lisboa, Genebra, Praga, Moscou, Varsóvia e Berlim Oriental. Existe também a hipótese, ainda não devidamente comprovada, da existência de bases do órgão de segurança também em La Paz, Lima, Caracas e Londres⁵⁰⁷. Esses dados evidenciam que, a criação de bases do CIEX no exterior seguiu as ondas de brasileiros que seguiram em direção ao exílio nos anos 60 e 70. A concentração de exilados no Uruguai, depois do golpe de 1964, motivou a fundação da primeira base em Montevidéu. O fato se repetiu no Chile, que após a chegada de Allende ao governo, recebeu um número significativo de exilados brasileiros, determinando a criação de uma base em Santiago. O golpe, entretanto, modificou esse panorama, pois muitos brasileiros foram obrigados a deixarem a América Latina para se exilarem em outros continentes, sobretudo na Europa, motivando a fundação de novas bases.

Nesse cenário, a base do CIEX em Montevidéu encarregou-se de vigiar políticos, sindicalistas e ex-militares que haviam se destacado no cenário político nacional, como o ex-coronel do Exército, Jefferson Cardim, o líder da esquerda nacionalista Leonel Brizola e o ex-presidente, João Goulart. Para exemplificar e confirmar essa asserção cita-se um documento encaminhado à comunidade de informações no Brasil em 1968, no qual o órgão de segurança detalhou a cerimônia de inauguração do restaurante “O Cangaceiro”, chamando a atenção para a presença de exilados brasileiros no evento, realizado na capital uruguaia:

1. Foi inaugurado em 2/MAR/68 o restaurante “O CANGACEIRO”, localizado na Rambla de Pocitos (Montevidéu), de propriedade aparente do asilado brasileiro AMAURY DE OLIVEIRA E SILVA. 2. À festa de inauguração estiveram presentes os seguintes asilados: – AMAURY DE OLIVEIRA E SILVA – CLAUDIO BRAGA DUARTE – IVO MAGALHÃES LONDRES – JACY PEREIRA LIMA – APOLON FANZERES – AMADEU THIAGO DE MELLO – DAGOBERTO RODRIGUEZ – JOSÉ GUIMARÃES NEIVA MOREIRA – ALMIR BRAGA – GILBERTO AZEVEDO E DJALMA MARANHÃO. 3. O citado estabelecimento recebeu ainda cumprimentos através de oferendas florais de JOÃO GOULART, LEONEL DE MOURA BRIZOLA, ALONSO MINTEGUI, GUIDO BABOT e outras não identificadas. 4. O restaurante em tela está oferecendo pratos típicos da cozinha brasileira e consta, no meio de asilados brasileiros no Uruguai, que JOÃO GOULART é o proprietário do estabelecimento tendo em AMAURY SIVA seu testa de ferro⁵⁰⁸.

Por seu turno, as bases fundadas em capitais como La Paz e Buenos Aires foram estruturadas para monitorar os brasileiros exilados que, no começo dos anos 70, cruzavam a

⁵⁰⁷ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 5. A participação do Estado Brasileiro em graves violações no exterior. *Op. cit.*

⁵⁰⁸ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.03.3, p. 37/90. Asilados brasileiros no Uruguai. Amaury Silva. João Goulart. Restaurante “Cangaceiro”. 07 de março de 1968.

Argentina ou a Bolívia para alcançar o Chile ou retornar ao Brasil. As rotas de travessia incluíam, de forma geral, o eixo Porto Alegre – Montevideu – Buenos Aires – Mendoza – Santiago ou Porto Alegre – Porto Xavier – Misiones – Mendoza – Santiago. Em relação ao território boliviano, cabe destacar que um grupo de brasileiros se deslocou para aquele país, no início de 1971, com o objetivo de estabelecer uma rota de passagem para o Brasil, entre as cidades de Santiago – Arica – La Paz – Santa Cruz de La Sierra – Corumbá⁵⁰⁹, Um informe do CIEX, publicado em junho de 1972, relatou o uso pelos brasileiros exilados no Chile, de outra rota montada na Argentina:

1. Em 03/maio/1972 chegou a Santiago do Chile, procedente de Mendoza (Argentina), via terrestre, o ex-cabo Fuzileiro Naval, RAIMUNDO DAMASCENO, atualmente radicado na cidade de Misiones (Argentina). 2. Em Santiago do Chile o marginado estabeleceu contatos com CÂNDIDO DA COSTA ARAGÃO, CARLOS FIGUIREIDO DE SÁ e JOAQUIM PIRES CERVEIRA, verificando que teriam conversado sobre a cobertura para viagens de terroristas brasileiros ao Brasil, passando por Misiones como “ponto de apoio”. 3. DAMASCENO retornou a Argentina em 07/maio/1972, usando a mesma via de ingresso no Chile⁵¹⁰.

Portanto, a DSI/MRE acompanhou as ondas de exílio dos brasileiros no Uruguai e no Chile, além da travessia de militantes pelos países da Argentina e Bolívia. Em março de 1968, o órgão de segurança produziu um relatório com informações retiradas do jornal Diário de Notícias, de Porto Alegre, sobre o restaurante "O Cangaceiro", fundado em Montevideu. O estabelecimento comercial, dirigido pelo asilado político Amaury Silva, recebeu um número significativo de brasileiros, incluindo funcionários do serviço diplomático lotados naquela capital⁵¹¹. Em 1972, esse órgão de segurança, paralelamente ao CIEX, acompanhou as atividades dos militantes brasileiros exilados no Chile, como demonstrou o trecho de um informe produzido no período: “o asilado brasileiro Izidoro Antônio Vianna Gutierrez está a serviço de Lechin e encontra-se num acampamento, no Chile, a quinze quilômetros da fronteira boliviana”⁵¹².

Cabe ressaltar que, a prioridade nessa pesquisa é analisar o funcionamento da agência da DSI/MRE e da base do CIEX instaladas na Embaixada de Santiago, encarregados de monitorar os brasileiros que foram para o Chile no início da década de 1970. As fontes com

⁵⁰⁹ Não foram localizados, até o momento, dados que permitam justificar o estabelecimento de uma base do CIEX em Assunção, Paraguai.

⁵¹⁰ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.08.6, p. 15/82. Chile e Argentina. Asilados brasileiros. RAIMUNDO DAMASCENO. 05 de junho de 1972.

⁵¹¹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.87, p. 145/229. Asilados brasileiros no Uruguai. Notícia sobre o restaurante "O Cangaceiro". 26 de abril de 1968.

⁵¹² Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES.168, p. 12/50. Bolívia. Subversão interna. Intervenção cubana. 17 de maio de 1972.

informações sobre a função dessa agência e base, entretanto, são escassas, uma vez que apenas um dos ex-funcionários do CIEX, que atuou na capital chilena durante o governo Allende e a primeira fase da ditadura, o capitão do Exército Deoclécio Paulo, concedeu depoimento aos consultores da Comissão Nacional da Verdade, em 2014.

Deoclécio Paulo, durante seu depoimento à CNV, afirmou ter sido designado para a Embaixada Brasileira em Santiago, com a função de auxiliar as atividades do Adido do Exército e da Aeronáutica, coronel Walter Mesquita de Siqueira. O capitão, porém, negou qualquer envolvimento com o CIEX, salientando que o cargo de sargento, ocupado por ele na época, era considerado “muito baixo” na hierarquia do serviço diplomático. Por esse motivo, Deoclécio não teria recebido tarefas avaliadas como importantes pelos funcionários daquela representação diplomática, restringindo suas funções à organização da agenda de compromissos do Adido Walter Mesquita de Siqueira⁵¹³.

O relator da CNV, no entanto, contestou o fato de que as atividades de Deoclécio Paulo tivessem tido um caráter irrelevante dentro da Embaixada Brasileira em Santiago, já que devido à atuação no período em que esteve no Chile, o capitão recebeu a Medalha do Pacificador com Palma, homenagem concedida pelo governo brasileiro a militares e civis que tinham se distinguido por atos de bravura no exercício de suas atividades. Em resposta, Deoclécio informou que recebeu a condecoração por ter dado continuidade ao trabalho que desenvolvia na embaixada diante do clima de instabilidade política que atingiu o país durante o governo Allende: “O Chile foi uma confusão [...]. Eu tinha que ir para a Embaixada trabalhar. Eu estava preocupado com a missão, porque eu tinha que chegar. Era uma confusão. Não tinha condução, mas chegava, conseguia. Mas foi uma fase conturbada”⁵¹⁴.

Dessa forma, em seu depoimento à CNV, o capitão Deoclécio Paulo não forneceu detalhes a respeito da base do CIEX instalada em Santiago. Dados a respeito das atividades de outras bases do órgão de segurança, no entanto, foram revelados nos depoimentos dos embaixadores Guy de Vasconcellos⁵¹⁵, conselheiro da Embaixada Brasileira em Paris, de 1974 a 1977, e Raul Ribeiro⁵¹⁶, ministro-conselheiro da Embaixada Brasileira em Lisboa, no mesmo período. Enquanto Vasconcellos confirmou a atuação no CIEX em Paris, Ribeiro declarou apenas ter acompanhado as ações do órgão de segurança em Lisboa.

De acordo com Guy de Vasconcellos, em 1974, o coordenador da central do CIEX em Brasília, Octavio Goulart, o designou para chefiar a base do órgão de segurança na

⁵¹³ PAULO, Deoclécio. *Dep. cit.*

⁵¹⁴ *Idem.*

⁵¹⁵ VASCONCELLOS, Guy de. *Dep. cit.*

⁵¹⁶ RIBEIRO, Raul. *Dep. cit.*

Embaixada Brasileira em Paris. A principal incumbência de Vasconcellos no cargo era monitorar as atividades do embaixador Delfim Netto no local. Na época, Delfim era considerado um dos apoiadores da ala das Forças Armadas liderada pelo então presidente da República, Ernesto Geisel, a qual era contrária à liderada pelo general Silvio Frota, a quem Octavio Goulart se encontrava alinhado politicamente no Brasil. Desse modo, a função do CIEX, em Paris, se ampliava, vigiando também as ações do embaixador e não só dos brasileiros que depois do golpe no Chile, haviam se exilado na França.

Guy de Vasconcellos declarou, porém, ter coletado informações a respeito dos brasileiros exilados na França a partir de 1974, por meio de fontes de pesquisa disponíveis, entre as quais folhetos, jornais e revistas, encontrados em livrarias de Paris ou impressos por organizações de esquerda brasileiras em atividade no território francês. Posteriormente, esses relatórios eram analisados e encaminhados ao embaixador Delfim Netto que não desconfiava que também era vigiado pelo órgão de segurança. Apesar de ter prestado essa declaração, no término de seu depoimento, Vasconcellos avaliou suas ações no CIEX como “uma coisa terrível, eu acho horrível a gente ter que fazer um trabalho. Tem algumas coisas secretas que não pode falar, que não pode dizer, tenho horror a isso. Não faz parte da minha índole”⁵¹⁷. Ou seja, o embaixador admitiu que suas ações dentro do órgão de segurança eram clandestinas.

Raul Ribeiro, por sua vez, afirmou em seu depoimento que, ao ser nomeado ministro-conselheiro da Embaixada Brasileira em Lisboa, no ano de 1974, acompanhou a fundação da base do CIEX em Portugal. De acordo com Ribeiro, essa base não compartilhava informações com os demais setores da representação diplomática, mas somente com uma central em Brasília: “eu sabia que existia uma célula dentro da embaixada e essa célula [...] não se comunicava conosco, nem com o general [Alberto da] Fontoura, que tinha sido chefe da informação. Eles tinham contato direto com a base deles, em Brasília”⁵¹⁸.

O ministro-conselheiro também afirmou que a função desse órgão de segurança não era acompanhar as ações do embaixador Alberto da Fontoura, mas dos brasileiros que se exilaram em Portugal, depois da chamada “Revolução dos Cravos”, em 1974. Logo após a deposição do general, esses exilados realizaram uma manifestação em frente à embaixada, com o objetivo de protestar contra a ditadura brasileira, conforme destacou Raul Ribeiro em seu depoimento:

Houve uma manifestação logo depois do dia 25 de abril em frente à Embaixada do Brasil, na praça Marques de Pombal, uma grande manifestação popular. E eu soube e falei para o embaixador: ‘Vai haver uma manifestação contra a embaixada’ e ele

⁵¹⁷ VASCONCELLOS, Guy de. *Dep. cit.*

⁵¹⁸ RIBEIRO, Raul. *Dep. cit.*

me respondeu: ‘Aonde vai ser? Na residência ou na Chancelaria, porque eu quero estar presente’. Ficou lá na Chancelaria e dispensou todos os funcionários administrativos e só ficamos nós. Aquela multidão se formando, ameaça de invasão do edifício, polícia fraca. Eu dizia: ‘Bom, em qualquer momento eles podem aparecer aqui em cima’. Eu fui até perguntar ao general Fontoura: ‘General, o que a gente faz se eles entrarem aqui?’ e eu ouvi a frase que eu nunca esqueço na minha vida: ‘Meu filho, manda os dois seguranças da Polícia Federal disparar as metralhadoras até a última bala’. Aí eu achei que ia morrer, ia morrer, porque essa gente vai passar pela polícia e vai nos destruir. Mas nós conseguimos, a polícia conseguiu reter a situação lá embaixo e nunca mais depois teve outra manifestação contra a embaixada ou contra o embaixador⁵¹⁹.

No depoimento de Raul Ribeiro, um dos relatores da CNV citou um telegrama no qual o general Alberto da Fontoura, nomeado embaixador brasileiro em Portugal em 1974, criticou o trabalho da base do CIEX na representação diplomática de Lisboa. Fontoura acusou os agentes do órgão de segurança de não compartilhar informações com as demais agências em atividade na Embaixada, dificultando o envio de dados confiáveis ao Brasil. Para resolver essa questão, o embaixador defendeu a compartimentação das atividades, cabendo ao CIEX de forma exclusiva, a transmissão de informações sobre os exilados residentes naquele país:

Embora reconheça as atribuições e a forma de atuação base do CIEX em Lisboa como um todo, não apenas indireta ou fragmentada através dos seus servidores e seu chefe, era a minha interpretação de que as mesmas seriam complementares as desta Embaixada, jamais concorrentes e muito menos conflitantes. Contudo, pode ter sido da minha interpretação, pois na qualidade da representação brasileira em Portugal sei que a mim cabe a responsabilidade de manter a secretaria do Estado por meu intermédio [...] política, econômica e social deste país, e assim em vários aspectos das relações com o Brasil. Ademais, através de um único canal de comunicação se poderá preservar o que é desejável, a qualidade de informações e análise, evitando dados de apresentações discrepantes capazes de contribuir para um maior tumulto e desorientação dos órgãos receptores. Acredito que a atuação daquela base do CIEX se deve limitar a certas atividades carentes de habilidade e discrição especiais, como a coleta e transmissão de dados do comportamento de indivíduos ou entidades brasileiras ou não hostis ao nosso regime⁵²⁰.

Raul Ribeiro informou que a base do CIEX em Lisboa não mantinha uma rede de compartilhamento de informações com o embaixador daquela representação diplomática, general Alberto da Fontoura, ainda que o mesmo tivesse tido um papel chave no serviço de inteligência brasileiro, por ter sido chefe do SNI, de 1969 a 1973, atuando nos governos de Costa e Silva e de Médici. Tal distanciamento refletia a falta de interesse demonstrada por Fontoura em prestar serviços ao presidente Geisel, que pertencia a uma ala das Forças Armadas à qual o general fazia oposição no Brasil⁵²¹.

Infere-se que a vinculação entre a base do CIEX, os Adidos das Forças Armadas, a DSI/MRE e os funcionários da Embaixada na capital de um determinado país era mediada

⁵¹⁹ RIBEIRO, Raul. *Dep. cit.*

⁵²⁰ *Idem.*

⁵²¹ *Idem.*

pela relação política existente entre o chefe do órgão de segurança e o embaixador, com o presidente brasileiro do período; as disputas internas refletiam no próprio funcionamento dos órgãos, inclusive os vinculados ao serviço de controle e monitoramento no exterior.

Conforme Adolpho Benevides, essa situação se repetia nas sedes desses órgãos de segurança em Brasília. Desse modo, no período em que presidiu a DSI/MRE (1971 a 1980), o embaixador não teve relação de proximidade com o primeiro-secretário Paulo Sérgio Nery nem com o ministro-conselheiro Octavio de Almeida Goulart, responsáveis por chefiarem a central do CIEX, porque havia compartimentação de informações entre os dois órgãos de segurança. Nas palavras de Benevides, a DSI/MRE trabalhava com a coleta de dados que podiam ser obtidos “por meios ostensivos: seja a imprensa, seja uma conversa, seja o que for” e o CIEX, com a busca de informações, realizando uma “ação realmente sigilosa” dentro do Itamaraty. Sobre essa estrutura de funcionamento, Benevides declarou:

Eu tive dois colegas, um era o meu colega de turma, Paulo Sérgio Nery, e o outro, Octavio Goulart, que era muito amigo meu, eu tinha um relacionamento pessoal com eles muito bom. Aliás, é engraçado, porque às vezes, na época do ministro Silveira, ele às vezes confundia, às vezes ele pedia uma coisa para mim, depois tinha pedido ao Octavio Goulart e vice-versa. Mas enfim, isso era típico do Silveira, às vezes ele pedia a mesma coisa para os dois. Mas eu não tinha uma relação, quer dizer, de funcional com eles. Sabia, aproximadamente, o que eles faziam, que é o que hoje todo mundo sabe. Apenas isso. Agora, nós não fazíamos busca, quer dizer, as nossas fontes de informações externas eram as embaixadas e os consulados, pelas comunicações que mandavam para o próprio Itamaraty, das quais a DSI é órgão. Eu recebia essas comunicações. Nós temos, o senhor conhece, aquele sistema de distribuição, com as novas siglas das divisões todas e muita coisa que era para a área política, para a área econômica ia também para a DSI e eu tinha acesso a isso⁵²².

Pode-se afirmar, em relação à Embaixada Brasileira em Santiago, entretanto, que não havia divergências profundas de caráter político entre o embaixador Câmara Canto, o cônsul-geral Mellilo de Mello – que dirigia a agência da DSI/MRE – e Cláudio dos Santos Rocha – que comandava a base do CIEX. Esse grupo mantinha alinhamento ideológico com os diretores desses órgãos de segurança em Brasília, Adolpho Benevides e Paulo Sérgio Nery, e com o presidente Médici. Tal assertiva pode ser comprovada a partir do volume de dados intercambiados entre esses órgãos no Chile e, posteriormente encaminhados, por suas respectivas vias, à comunidade de informações no Brasil, principalmente depois que Salvador Allende assumiu a presidência.

Como exemplo do compartilhamento de dados dentro da Embaixada Brasileira em Santiago, tem-se o caso dos passaportes concedidos por engano, aos exilados José Serra e Cândido Aragão. Por um lado, o registro oficial da representação diplomática relatou ao Itamaraty o equívoco do segundo-secretário, Octávio Guinle, ao entregar documentos a dois

⁵²² BENEVIDES, Adolpho. *Dep. cit.*

exilados processados pela justiça brasileira. Por outro, a DSI/MRE enviou à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama com os antecedentes penais de Serra e Aragão⁵²³. O CIEX, por sua vez, confirmou a devolução do passaporte de Serra ao serviço diplomático brasileiro no Chile⁵²⁴. Ou seja, os três níveis de análise e transmissão de dados souberam do episódio envolvendo esses passaportes, o que demonstra a não existência de compartimentação de dados e, conseqüentemente, o trabalho integrado no interior daquela Embaixada.

Outro exemplo é o do asilado Paulo de Tarso. A documentação oficial produzida na Embaixada Brasileira em Santiago não revelou os motivos pelos quais Câmara Canto abriu uma exceção nas normas diplomáticas instauradas pela ditadura e concedeu salvo-conduto para esse exilado voltar ao Brasil, no final de 1970. A DSI/MRE esclareceu, porém, que Paulo solicitou permissão para retornar do Chile porque necessitava tratar os problemas de saúde de uma de suas filhas no país⁵²⁵. Por fim, o CIEX transmitiu a comunidade de informações brasileira um resumo detalhado das ações do ex-ministro de Goulart durante o exílio em território chileno:

1. Em 08/NOV/70, o cassado brasileiro PAULO DE TARSO SANTOS, que se encontrava refugiado em Santiago (Chile), procurou a Embaixada do Brasil, naquela cidade, para informar que regressaria em definitivo ao Brasil e, que estava ciente e disposto a enfrentar processos ou inquéritos em que estivesse envolvido. Para tal, solicitou e obteve documentação válida de viagem, autorizada e expedida pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil. 2. PAULO DE TARSO chegou a Santiago em 13/DEZ/64, procedente do Rio de Janeiro (GB) e, por ocasião de seu desembarque obteve visto de turista válido por 90 dias, para mais tarde, ou seja, em JAN/66, receber visto oficial por ser funcionário internacional da FAO, com escritório na capital chilena. 3. Em 16/NOV/70, o marginado teria viajado de Santiago com destino à cidade de Campinas (SP), pelo voo 664, da BUA. 4. Consta, ainda, que PAULO DE TARSO teria estado na Bélgica onde estudou métodos modernos de orientação religiosa para conscientização do povo⁵²⁶.

Conclui-se que, no episódio envolvendo Paulo de Tarso, Câmara Canto reuniu e analisou as informações produzidas na Embaixada, na DSI/MRE e no CIEX, antes de conceder salvo-conduto a esse asilado. A disponibilização do documento tornou-se possível depois do embaixador avaliar o custo político que a negação da solicitação de Paulo de Tarso

⁵²³ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.120, p. 268/278. Senhores Cândido da Costa Aragão e José Serra. 25 de março de 1970.

⁵²⁴ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.3, p. 02/82. José Chirico Serra. Cândido da Costa Aragão. 15 de abril de 1970.

⁵²⁵ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.90, p. 74/137. Regresso ao Brasil do asilado territorial Paulo de Tarso Santos. 12 de setembro de 1970.

⁵²⁶ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.10, p. 23/78. Asilados e refugiados brasileiros no Chile. PAULO DE TARSO SANTOS. 02 de dezembro de 1970.

poderia ter, pois este, que havia exercido os cargos de deputado e ministro do governo João Goulart, no Chile desempenhava a função de técnico da FAO – cargo que lhe permitiu realizar viagens e manter contatos com pessoas de várias partes do mundo. No entendimento de Câmara Canto, essa rede política poderia montar uma campanha de impacto contra o Itamaraty, caso não fosse permitido o retorno de Paulo e sua família ao país, o que prejudicaria ainda mais a imagem do governo Médici no exterior.

Evidencia-se também que na Embaixada Brasileira em Santiago circulavam informações oficiais (representação diplomática), suboficiais (DSI/MRE) e clandestinas (CIEX). Uma pista a respeito das diferenças existentes entre esses dados foi fornecida por Adolpho Benevides. Segundo o embaixador, a função da DSI/MRE era realizar a coleta e não a busca de informações sobre os brasileiros exilados em outros países. Os dois conceitos, originários da doutrina em vigência nas Forças Armadas brasileiras nas décadas de 1960 e 1970, diferenciavam-se pelo fato da coleta empregar somente meios legais de acesso à informação, enquanto a busca fazia uso, sobretudo, de métodos clandestinos. Por essa razão, a busca envolvia a infiltração de agentes e a interceptação de comunicações postais ou telefônicas de cidadãos brasileiros que estavam residindo em outros países⁵²⁷.

O termo coleta é definido no dicionário Aurélio como “ato ou efeito de colher; arrecadação, recolhida”; enquanto busca é entendida como “ato ou efeito de buscar; esforço no sentido de achar ou descobrir algo; pesquisa minuciosa”⁵²⁸. Na comunidade de informações brasileira, o termo “coleta” significava reunir dados disponíveis em fontes abertas (jornais e revistas impressas); enquanto “busca” era o levantamento de informações sem a permissão do sujeito que estava sendo alvo da investigação, ou seja, era uma atividade de caráter clandestino. Essa afirmativa pode ser comprovada com o caso já citado dos seis brasileiros perseguidos pela ditadura, que resolveram ingressar na Embaixada do Chile no Rio de Janeiro e na representação diplomática em Brasília, em novembro de 1970, com o objetivo de solicitar asilo político ao presidente Salvador Allende. A DSI/MRE, através de coleta de material publicado na imprensa, listou os antecedentes – filiação, idade, grau de instrução, endereço e profissão – de três desses seis militantes: Marijani Lisboa, Marta Klagsbrunn e Márcia Fiani⁵²⁹. Após a concessão de salvo-conduto

⁵²⁷ BENEVIDES, Adolpho. *Dep. cit.*

⁵²⁸ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa. 5ª ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2014.

⁵²⁹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.120, p. 155/278. Asilados políticos na Embaixada do Chile. Concessão de salvo-condutos. 20 de novembro de 1970.

pelo governo brasileiro, o grupo desembarcou em Santiago em 13 de janeiro de 1971, o que foi acompanhado pelos agentes do CIEX, como demonstrou o seguinte relatório:

3. Logo após o desembarque na capital chilena, os asilados foram levados à Delegacia de Estrangeiros e de Investigações, da Polícia Civil do Chile, onde assinaram um compromisso no qual “são proibidos de intrometer-se em questões políticas que possam dificultar as relações diplomáticas entre os Governos do Brasil e do Chile. Em seguida, se hospedaram no Hotel “EL CONQUISTADOR”, situado no centro da cidade. 4. Segundo consta, os marginados teriam recebido “visto de turista” das autoridades chilenas, ao invés de “visto de asilado” que lhes correspondia, o que lhe permitirá viajar livremente para o exterior⁵³⁰.

Outro caso que exemplificou essa diferença foi um evento itinerante organizado por um grupo de exilados, em junho de 1971. A chamada “Semana de Solidariedade com o Povo Brasileiro” percorreu várias universidades chilenas, com exposições e intervenções artísticas que chamavam a atenção para as torturas praticadas no Brasil. Enquanto o CIEX listou os nomes dos exilados⁵³¹ que compareceram ao evento na *Universidad Católica de Chile*⁵³², a DSI/MRE relatou apenas sua programação na *Universidad de Concepción*⁵³³. Em síntese, pode-se afirmar que tanto a DSI/MRE como o CIEX, vigiavam as atividades dos brasileiros no Chile, mas o teor dos informes, relatório e dossiês confirmou que esses não provinham da mesma fonte. O CIEX, por exemplo, enviou um relatório à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em abril de 1972, descrevendo a reportagem intitulada “Torturas no Brasil”, escrita por Thiago de Mello, que além de enumerar os tipos de suplício aplicados contra os presos políticos, trazia uma lista com o nome dos torturadores que atuavam nos principais estados brasileiros⁵³⁴. No mesmo mês, a DSI/MRE transmitiu um informe no qual o embaixador Câmara Canto avaliou os integrantes da FBI e o apoio que o governo chileno fornecia para a realização de suas atividades no país:

Ainda que os integrantes da chamada "Frente Brasileira de Informações" não sejam todos, ou mesmo que nenhum o seja, asilados, e sim banidos ou foragidos do território brasileiro, não é admissível que esse Governo lhes permita dedicarem-se a tais campanhas públicas de ataque ao Governo brasileiro, tanto mais que, no obstante sua qualidade comprovada de delinquentes comuns, as autoridades chilenas

⁵³⁰ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.1, p. 75/78. Chile. Asilados brasileiros. 22 de janeiro de 1971.

⁵³¹ Os exilados listados no documento foram Amadeu Thiago de Mello, Manoel Thiago de Mello, Amarilio Vasconcelos, Edmur Péricles Camargo e Takao Amano.

⁵³² Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.6, p. 02/80. Chile. Asilados e refugiados brasileiros. “Jornada de Solidariedade com o Povo Brasileiro”. TAKAO AMANO. AMADEU THIAGO DE MELLO. AMARILLIO VASCONCELLOS. EDMUR CAMARGO. 01 de junho de 1971.

⁵³³ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar /Ministério das Relações Exteriores/Divisão de Segurança e Informações (DSI/MRE)/REX.APD.121, p. 61/98. “Semana de Solidariedade com o Povo Brasileiro” em Concepción. Asilados participantes. 26 e 25 de julho de 1971.

⁵³⁴ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.08.4, p. 41/65. Uruguai. Frente de Imprensa. “El Popular”. Frente Brasileira de Informações. Asilados no Uruguai e Chile. 04 de abril de 1972.

parecem considerá-los "asilados políticos". Rogo manifestar o que precede à Chancelaria⁵³⁵.

Deve-se salientar que o teor da informação corresponde a um material sensível para o aparato repressivo brasileiro, mas é também uma fonte crítica do embaixador ao governo chileno e um pedido de manifestação do Itamaraty ou ao próprio poder executivo. O CIEIX tinha uma vantagem em relação à DSI/MRE na busca de informações no exterior, pois o caráter secreto do órgão de segurança permitia que, no caso de denúncia ou vazamento de dados, os seus funcionários, o governo militar e o serviço diplomático brasileiro, não pudessem ser responsabilizados por envolvimento em atividades que violavam as normas diplomáticas internacionais e a soberania de outros países. Por esse motivo, os agentes do CIEIX tinham liberdade para efetuar a busca de dados sem obedecer às limitações impostas pelas leis vigentes em outros países, como salienta o trecho do documento a seguir, divulgado pela CNV:

O serviço deverá existir dentro do mais absoluto grau de sigilo. Essa "clandestinidade" é fundamental para a segurança e eficiência de seu funcionamento, bem como para impedir que suas atividades possam, em alguma contingência crítica, comprometer o serviço diplomático e, de forma geral, o Governo brasileiro. Este grau de sigilo deverá ser mantido no mais alto nível, assegurando-se que a própria existência do serviço só seja de conhecimento de um número reduzido de autoridades, determinadas por meio de rígidos critérios de compartimentação e necessidade funcional. Dentro do quadro acima descrito podem ser traçadas as linhas mestras para a estruturação do serviço brasileiro de informações no exterior⁵³⁶.

Cabe lembrar que uma das características do terrorismo de Estado consiste na possibilidade do aparato repressivo aplicar táticas encobertas de violência, como a tortura, o sequestro, o assassinato e o desaparecimento, com o objetivo de atingir opositores, sem atender minimamente as diretrizes humanitárias básicas estabelecidas pela ordem jurídica internacional. Desse modo, os órgãos de segurança que compunham o sistema clandestino de repressão – como o CIEIX – não estavam sujeitos às limitações normalmente impostas ao exercício da violência, podendo utilizar métodos terroristas de forma indiscriminada contra cidadãos conceituados como inimigos internos, sem enfrentar qualquer problema de legitimidade interna ou externa⁵³⁷. De fato, o caráter encoberto do CIEIX aumentou sua eficácia dentro do mecanismo repressivo, ao permitir que o inimigo interno fosse perseguido

⁵³⁵ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.121, p. 05/98. "Frente Brasileira de Informações". Programa radiofônico. 25 de abril de 1972.

⁵³⁶ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 5. Documentos. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%20540%20%2000092_000292_2015_93.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017.

⁵³⁷ SCHULZ. William. *Op. cit.*

para além das fronteiras nacionais, sem que houvesse a necessidade de comunicar oficialmente as autoridades do país que acolhia aqueles sujeitos, sobre as operações de segurança realizadas em seu espaço geográfico. Essa característica era de extrema importância em cenários como o chileno, em que o poder executivo estava nas mãos da esquerda, ou seja, de um governo com certo perfil hostil, fato que dificultava a ação dos agentes do CIEX. Tal panorama explica porque o órgão de segurança se tornou, ao lado da DSI/MRE, um dos principais pilares da colaboração do Itamaraty com os serviços de informações e segurança brasileiros.

A atuação eficiente do CIEX devia-se também a adoção das normas determinadas pela PSI/MRE para a elaboração, análise e transmissão dos dados buscados por seus agentes de campo⁵³⁸. Além de seguir essas normas, os dados recebidos na central do CIEX, em Brasília, eram avaliadas por agentes denominados de “monitores”, que designavam um conceito de “A1” até “C3” para cada um desses documentos. De acordo com Fico, os órgãos de segurança brasileiros seguiam um padrão para classificar as informações, consideradas matérias-primas de suas estruturas de funcionamento. Num primeiro momento, a informação era avaliada de acordo com a lisura do agente que a produziu, que variava de “A” (mais confiável) até “F” (menos confiável) e, num segundo momento, segundo a autenticidade do dado produzido, que ia de 1 (mais autêntico) a 6 (menos autêntico)⁵³⁹. Os documentos produzidos pelo CIEX sobre os brasileiros exilados no Chile analisados na presente tese, receberam conceitos que oscilaram entre os padrões “A1” e “C2”. Pistas a respeito da forma como eram realizadas essas avaliações foram fornecidas pelo relatório de oitocentas e doze páginas, montado a partir das atividades do jornalista uruguaio Alberto Conrado – de codinome “Altair”, “Zuleica”, “Johnson” ou “Carlos Silveira” – identificado como um dos agentes do órgão de segurança, infiltrado entre as organizações de esquerda brasileiras em atividade no Uruguai e no Chile.

Em julho de 1970, por exemplo, Alberto Conrado realizou uma viagem à Argélia e Cuba, através da qual contactou militantes estabelecidos nesses dois países. Esses exilados repassaram ao agente, informações e cópias de documentos produzidos por organizações de

⁵³⁸ O órgão de segurança produzia sua documentação utilizando algarismos arábicos para numerar seus parágrafos, subparágrafos itens, subitens, alínea e subalínea; margens horizontais – 2,5 cm entre parágrafos, 1,5 cm entre subparágrafos, 3 cm acima e abaixo de títulos e no final da folha –; margens verticais – 4 cm e 1 cm e espaçamentos de 2 cm. Em relação ao texto, os nomes próprios e as referências ao título seguiam com letras maiúsculas e o cabeçalho com a data de produção, o assunto, a referência, a repartição de origem e a difusão das informações que ali estavam sendo transmitidas. In: Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 5. Documentos. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%204%20%2000092_003487_2014_12%20-%20Circulares%20secretas%20n.%20250%20e%20n.%20252.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017.

⁵³⁹ FICO, Carlos. *Op. cit.*, p. 95.

esquerda ou entidades como a FBI, no exterior. Tais dados foram encaminhados ao monitor de Conrado, identificado pelo pseudônimo de “Glauco”, que lhes atribuiu o conceito “B2”⁵⁴⁰, como demonstra o seguinte trecho do relatório:

1. O esquema de comunicações entre MIGUEL ARRAES, na Argélia, e outros elementos subversivos brasileiros, na França, Brasil, Chile, México e Uruguai repousaria em dois elementos principais, que manteriam contato com pilotos brasileiros e de outras nacionalidades, em Paris. 2. Os dois elementos citados seriam MAURICIO (ultimo nome desconhecido), brasileiro, piloto da AIR ALGERIE, residente em Argel [...]. 3. O segundo elemento seria VELOSO (primeiro nome desconhecido), de nacionalidade portuguesa, piloto da AIR ALGERIE, ex-oficial da Força Aérea Portuguesa, 35 anos de idade. VELOSO é o representante em Argel do da FRELIMO (Frente de Liberação de Moçambique)⁵⁴¹.

Em outro trecho do relatório, Alberto Conrado informou que, em dezembro de 1972, viajou ao Chile com o objetivo de realizar um levantamento das operações que Joaquim Cerveira e o grupo de brasileiros por ele liderado, estariam organizando no exílio. Em Santiago, Cerveira orientou o agente a se dirigir até a Embaixada de Cuba, para tratar da viagem que realizaria à ilha nos próximos meses. Mais tarde, Cerveira e Conrado foram até a Embaixada da Coreia do Norte, solicitar que o embaixador permitisse a ida de oito militantes do seu grupo para realizar treinamento militar naquele país. Essas informações foram analisadas por um monitor de codinome “Sidônio” e receberam o conceito “C3”. Após a avaliação, os dados foram publicados da seguinte forma:

1. Em dezembro/1972, o grupo JOAQUIM PIRES CERVEIRA-GILBERTO FARIA LIMA estava constituído da forma que segue. 2. Direção central: JOAQUIM PIRES CERVEIRA, GILBERTO FARIA LIMA e ALTAIR LUCHESI. Direção militar: JOSÉ DE ARAÚJO NÓBREGA, ex-Sargento DARCY RODRIGUES, recém-incorporado ao grupo, e um coronel ou major que fugiu de Foz do Iguaçu com armamento. Comitê político: BENJAMIN VIEIRA LISZT, RONALDO DA SILVA ROCHA, CARLOS MINC BAUMFELD. Coordenador de grupos no Brasil: JOSÉ MARIA RITA (?) [...]. 4. Em início de 1973, o grupo passará a instalar-se fora de Santiago, numa chácara comprada, onde farão cursos políticos e militares. O grupo pretende comprar outra propriedade perto de Arica, que funcionará como depósito de armas compradas na Argentina⁵⁴².

Tal avaliação não foi isolada, pois a maior parte dos documentos do CIEX, a partir de janeiro de 1971, passou a receber o conceito “C1”. Essa mudança ocorreu na mesma fase em que um número significativo de brasileiros mudou-se de Montevideu para Santiago, atraídos pelo clima de liberdade política que vivenciava o Chile. Ao que tudo indica, essa transferência

⁵⁴⁰ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1. Alberto Octavio Conrado Avegno.

⁵⁴¹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.7, p. 40/71. Miguel Arraes. Esquema de comunicação. 09 de setembro de 1970.

⁵⁴² Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE. 10.2, p. 29/93. Organização do grupo JOAQUIM PIRES CERVEIRA-GILBERTO FARIA LIMA. 12 de fevereiro de 1973.

dificultou o trabalho de contrainformação do órgão de segurança, uma vez que seus monitores não podiam avaliar com a mesma precisão, os dados transmitidos por agentes infiltrados no Chile, com a mesma eficácia realizada no Uruguai. Contata-se que essa dificuldade se originou, provavelmente, pelo fato de um governo socialista estar à frente do poder político no Chile; mesmo não sendo capaz de impedir a ação de serviços de inteligência estrangeiros, coibiu a atuação do CIEX em território nacional, especialmente pelo empenho dos líderes do PS, Jose Tohá e Eduardo Paredes, na coordenação do *Ministerio del Interior* e da *Policía de Investigaciones*, respectivamente. Sobre essa situação, o CIEX relatou o seguinte:

1. Informes de diversas origens dão conta de que, provenientes da Argélia, China, Havana, Uruguai e Bolívia, entre 50 e 150 asilados e banidos brasileiros, estariam gradualmente procurando concentrar-se no Chile. 2. Tal concentração se estaria fazendo com conhecimento e apoio do atual Governo ALLENDE, cujo ministro do Interior, JOSE TOHÁ GONZALEZ, teria combinado com elementos asilados brasileiros de Santiago, dispositivo pelo qual as diversas chegadas ao Chile não figurariam em listas oficiais. 3. Os recursos para os deslocamentos de subversivos, bem como os documentos falsos que se fazem necessários, provêm das organizações subversivas brasileiras, sendo o Uruguai uma das principais vias de encaminhamento (rota: Uruguai, Chile, e daí para Holanda e Suíça ou Havana)⁵⁴³.

Cabe destacar que Alberto Conrado era um agente contratado pela ditadura para realizar a busca e o encaminhamento de dados ao aparelho repressivo estatal brasileiro. Nesse sentido, em várias ocasiões, ele exagerou ou inventou informações sobre militantes exilados, na tentativa de obter maiores vantagens econômicas do CIEX. O problema foi detectado pelos monitores, encarregados de realizar o trabalho de contrainformação do material recebido na central do órgão de segurança em Brasília. Por essa razão, ao avaliar um relatório de Conrado, em 1972, o monitor de codinome “Glauco” salientou:

7. Não parece satisfatório a Glauco o explicado quanto aos cumprimentos da “missão” de ALTAIR [Alberto Conrado] para os vários mandantes (TUPAMAROS, PERONISTAS), prevalecendo a impressão geral de que se trata de muita vantagem dada ao agente para tão poucos resultados para seus mandantes. Quer parecer a GLAUCO que seria talvez necessário um trabalho de contrainformação sobre ALTAIR, em bases sólidas tecnicamente (ex. vigiá-lo durante certo tempo, onde vai, quem contata, etc.), para ter certeza de alguma coisa⁵⁴⁴.

Conclui-se que, no caso do CIEX, a atribuição dos conceitos “B” e “C”, não parece ter relação direta com a lisura da fonte responsável pelo envio do dado ao Brasil, mas ao trabalho de contrainformação, realizado por seus monitores. Ou seja, as informações eram transmitidas pelos agentes de campo à base do órgão de segurança em Santiago e de lá seguiam para a central em Brasília, onde eram comparadas com dados obtidos de outras fontes, por analistas

⁵⁴³ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.9, p. 54/84. Apoio chileno à subversão no Brasil. 12 de novembro de 1970.

⁵⁴⁴ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1. Alberto Octavio Conrado Avegno.

do órgão de segurança, que lhes atribuíam os já indicados conceitos situados entre “A” e “F”. No caso de Alberto Conrado, as informações passíveis de serem conferidas pelos monitores recebiam a denominação de “B1”, enquanto os dados que não permitiam uma designação mais detalhada eram taxados de “C3”.

Os documentos produzidos pela DSI/MRE não passavam por avaliações semelhantes ao CIEX, já que suas informações não eram coletadas por agentes em campo, mas na imprensa local, não havendo a necessidade de um trabalho de contrainformação que lhe atribuísse grau de confiabilidade e/ou veracidade. Por essa razão, as informações, depois de transmitidas da agência em Santiago, eram recebidas na sede do órgão de segurança, em Brasília, onde eram processadas e, dependendo do caso, retransmitidas a outros segmentos existentes dentro do Itamaraty, como a Divisão de Passaportes (DPP), o Departamento Consular e Jurídico (DCJ), o Departamento da América do Sul (DAS), a Assessoria de Imprensa (AI), entre outros. Posteriormente, esses dados eram enviados aos órgãos que compunham o mecanismo estritamente repressivo, como o CIE e o CENIMAR.

No caso do CIEX, após a avaliação na central, os dados seguiam para a comunidade de informações. Dos cento e cinquenta e três documentos do órgão de segurança analisados para a presente tese, cento e cinquenta foram encaminhados à Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Tal fluxo pode ser explicado pela posição central que o SNI ocupava na estrutura de funcionamento da repressão estatal, sendo o órgão encarregado de processar e ordenar todas as informações e contrainformações produzidas em âmbito nacional e internacional. Em suas diretrizes, o PSI/MRE confirmou a posição de destaque do SNI, ordenando que todas as informações produzidas pelos órgãos instalados nas embaixadas brasileiras fossem transmitidas à agência central⁵⁴⁵.

O CIEX também remetia parte de seus informes aos órgãos de inteligência das Forças Armadas, particularmente ao CIE, CENIMAR e o CISA. Cabe destacar que o CIE havia sido estruturado em 1967, o CENIMAR em 1957 – e reestruturado em 1971 – e o CISA em 1970. Tais órgãos, vinculados respectivamente aos Ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, desempenhavam funções semelhantes, sendo responsáveis por orientar, coordenar e supervisionar todas as atividades de segurança interna e contrainformação no âmbito desses ministérios.

⁵⁴⁵ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 5. Documentos. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%204%20%2000092_003487_2014_12%20-%20Circulares%20secretas%20n.%20250%20e%20n.%20252.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017.

O CIE, o CENIMAR e o CISA durante o exercício de suas funções, entravam em concorrência com as 2ª seções, tradicionalmente responsáveis pela coleta de informações do Estado-Maior. Por esse motivo, o Ministério do Exército contava com os serviços do CIE e da 2ª Seção do Estado-Maior do Exército (2ª EME), o Ministério da Marinha com o CENIMAR e a 2ª Seção do Estado-Maior da Armada (2ª EMA) e Ministério da Aeronáutica, com o CISA e a 2ª Seção do Estado-Maior da Aeronáutica (2ª EMAER)⁵⁴⁶. Cabe destacar que a 2ª EME, 2ª EMA e 2ª EMAER passaram a receber os informes do CIEEX, a partir do final de 1970. Ainda, em 1971, o CIEEX passou a encaminhar seus informes à DSI/MRE e, em 1972, ao Centro de Informações do Departamento da Polícia Federal (CI/DPF). Constatou-se, a partir da análise desses documentos, um aumento progressivo do número de órgãos de segurança que recebiam os informes do CIEEX. Esse aumento estava relacionado à instauração do PSI/MRE, em outubro de 1970, responsável pela sistematização de todo o processo de produção e compartilhamento de informações no Itamaraty.

Nos meses que se seguiram ao golpe no Chile, os informes do CIEEX foram compartilhados com um órgão de segurança denominado de “Assessoria Chile” (Ass/CH). Os indícios do que poderia ter sido a “Assessoria Chile” foram divulgados no relatório final da CNV, em 2014. De acordo com o documento, após a chegada da Junta Militar ao poder no Chile, o presidente Médici enviou uma equipe constituída por militares e policiais, com a missão de interrogar mediante o uso de tortura, brasileiros detidos no Estádio Nacional. Esses agentes foram acompanhados pelo sargento Deoclécio Paulo, auxiliar do adido do Exército e da Aeronáutica na Embaixada Brasileira em Santiago⁵⁴⁷. Ao que tudo indica, a presença desse grupo no Chile estava vinculada a formação da “Assessoria Chile”, embora Deoclécio Paulo tenha negado, durante seu depoimento à CNV, a participação em tais atividades⁵⁴⁸.

O conselheiro da Embaixada Brasileira em Lisboa, Raul Ribeiro, no término de seu depoimento à CNV, afirmou que durante o período no qual ocupou esse cargo em Portugal, não colaborou com as ações da base do CIEEX naquela representação diplomática. Ribeiro justificou esse posicionamento afirmando que “perseguir exilado político era perseguir a imagem do meu pai que tinha sido um exilado político”. Além disso, Ribeiro adotou uma posição diferente de Guy de Vasconcellos (o conselheiro da Embaixada de Paris), ao confirmar que a função principal do órgão de segurança era monitorar as ações dos brasileiros exilados em outros países: “o trabalho de inteligência do CIEEX não era relativo a Portugal,

⁵⁴⁶ FICO, Carlos. *Op. cit.*, p. 90.

⁵⁴⁷ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 5. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. *Op. cit.*

⁵⁴⁸ PAULO, Deoclécio. *Dep. cit.*

mas aos brasileiros em Portugal ou os brasileiros no Chile, ou os brasileiros no Uruguai [...]. É, uma polícia política. Ele não tinha um trabalho de inteligência [...]. Era um trabalho de vigilância a brasileiros”⁵⁴⁹.

Em resumo, a função do CIEX e da DSI/MRE, órgãos presente na estrutura diplomática em Santiago, era monitorar as ações dos exilados e produzir informações sobre os mesmos, suas organizações e seus vínculos e, posteriormente, encaminhar à central em Brasília, que se encarregava de transmiti-lás. Toda essa massa de informação era encaminhada ao restante dos órgãos de segurança que compunham o complexo emaranhado repressivo estatal.

3.4 O MONITORAMENTO DOS BRASILEIROS EXILADOS NO CHILE

A análise dos documentos produzidos pela Embaixada Brasileira em Santiago permitiu constatar o interesse do Itamaraty pelo comportamento político dos brasileiros exilados no Chile. No entanto, a respeito dos pesquisados na presente tese, o que se evidencia é a escassez de documentos que tratem das atividades de Carlos de Oliveira (POC), Raul Carrion (PCdoB), Raul Ellwanger e Maeth Boff (VAR-Palmares), naquele país. Também são raros informes a respeito das ações de Nilton Rosa da Silva (movimento estudantil) e Bona Garcia (VPR). Cabe destacar que no exílio esses ativistas, com exceção de Carrion, passaram a integrar o quadro de simpatizantes ou militantes de organizações ou partidos chilenos. Infere-se, então, que ao tomar essa atitude, esses militantes ficaram fora do perímetro de vigilância mais estreito da DSI/MRE e do CIEX.

Essa falta de dados, porém, não reflete “desinteresse” do Itamaraty sobre as relações estabelecidas entre os brasileiros exilados no Chile e a esquerda local. Ao contrário, a Embaixada em Santiago reunia e transmitia à comunidade de informações no Brasil, sistematicamente, dados a respeito das organizações e partidos chilenos, porque a ditadura também estava preocupada com a evolução do governo Allende e da esquerda revolucionária, uma vez que tanto os militantes da *Vía Chilena al Socialismo* quanto os difusores da luta armada integravam o perfil de “inimigos comunistas”. Ou seja, o governo Médici temia a formação de um movimento revolucionário que reunisse as diferentes organizações de luta armada em atividade na América Latina e o impacto que a experiência socialista da UP poderia produzir sobre a região. Esse foi o motivo central para a designação de agentes do

⁵⁴⁹ RIBEIRO, Raul. *Dep. cit.*

CIEX e da DSI/MRE para monitorar as ações do MIR e da UP, além dos brasileiros que se aproximavam da esquerda chilena. Um mês após o desembarque dos setenta banidos na capital chilena, em fevereiro de 1971, o CIEX noticiou que parte do grupo estaria de férias na cidade de Los Angeles, situada na região de Bío-Bío. As férias, porém, teriam sido apenas uma forma de encobrir a verdadeira motivação da viagem, que era a realização de curso em táticas de guerrilha numa propriedade do MIR, em Santa Bárbara⁵⁵⁰.

No caso de Carlos de Oliveira, Raul Ellwanger, Maeth Boff, Nilton Rosa da Silva e Bona Garcia, porém, não foi efetuada uma vigilância eficiente sobre suas atividades, devido à dificuldade de infiltrar agentes no interior esquerda chilena, como se fazia no meio das organizações brasileiras no exílio. As preocupações do governo socialista em relação ao tema da segurança, da informação e da contrainformação impedia que os serviços de espionagem brasileiros tivessem livre trânsito para agir no Chile.

Dessa forma, os informes a respeito da esquerda chilena tratavam de questões de âmbito geral, envolvendo a UP e o MIR. No mês de agosto, por exemplo, o CIEX transmitiu à Agência Central do SNI e outros órgãos da comunidade, um documento detalhando a estrutura de funcionamento do MIR. Nesse era descrito que a organização era formada por um comando central, localizado em Santiago, com sedes instaladas em Concepción, Valdivia e Chillán. Também foi detalhado que possuía centros de treinamento em Ramadilla, Ránquil, Lanalhue, Los Alpes, San Antonio e Las Canteras, onde seus militantes realizavam cursos sobre táticas de guerrilha. Informava-se, ainda, que o trabalho político do MIR com diferentes segmentos sociais promoveu o surgimento de grupos como o *Comando de Pobladores Sin Casa* (CPSC), o *Movimiento Universitario de Izquierda* (MUI) e o MCR⁵⁵¹.

Por seu turno, o MIR, em sua declaração de princípios, publicada em 1965, a partir dos pressupostos da teoria da dependência e do trotskismo, defendia a formação de um movimento revolucionário internacionalista. A ideia da organização era constituir uma frente de luta anti-imperialista e revolucionária em âmbito regional, a partir da união das diversas organizações de luta armada que haviam se instalado no Chile, no começo da década de 1970. Portanto, os *miristas* pretendiam nuclear os exilados, de diferentes nacionalidades e encaminhá-los para locais de treinamento coletivo, onde poderiam intercambiar conhecimentos práticos e teóricos. Essa troca de experiências permitiria analisar os avanços e

⁵⁵⁰ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.2, p. 08/36. Chile. Asilados brasileiros. "MIR". 03 de fevereiro de 1971.

⁵⁵¹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.8, p. 21/118. Chile. Movimentos subversivos. "MIR". "VOP". 05 de agosto de 1971.

as dificuldades enfrentadas pelos movimentos revolucionários da América Latina, com o objetivo de promover uma aproximação sólida entre eles.

Com base nessa lógica o MIR permitiu que estrangeiros, na maioria dos casos vítimas de repressão em seus países de origem, integrassem seus quadros. Emir Sader foi um dos brasileiros que, durante o exílio no Chile, tornou-se ativista da organização. De acordo com Sader, o caráter internacionalista da mesma possibilitou que nela militassem brasileiros, argentinos, uruguaios, bolivianos, peruanos, espanhóis, franceses e nicaraguenses (estes mais tarde, retornaram ao seu país de origem para dirigir a Revolução Sandinista). Para os brasileiros, a principal referência tornou-se o ex-integrante da POLOP, Ruy Mauro Marini, que se destacou por sua capacidade política e intelectual e por ter integrado a primeira geração de ativistas do MIR, responsável por sua fundação em 1965. Nas palavras de Emir Sader:

Alrededor de Ruy Mauro Marini se ubicaba el núcleo más cohesionado de brasileños en el MIR. El trabajo teórico desarrollado en el Cesó - Centro de Estudios Socio Económicos, de la Facultad de Economía de la Universidad de Chile-, donde, además de él estaba Marco Aurelio García y yo mismo, entre otros que agrupaban los seminarios del Centro, consistía en un núcleo de análisis de coyuntura y debate político que alcanzó a publicar un número de la revista *Marxismo Militante*. La actuación de ese núcleo estaba volcada hacia los estudiantes e intelectuales, aunque algunos, como era mi caso, trabajábamos en otros sectores sociales donde el MIR y sus frentes de masa se hacían presentes. Yo alcancé a dar un curso de formación política para gran número de personas en la Biblioteca Nacional, un trabajo dirigido al sector centro de Santiago vinculado al MIR⁵⁵².

Leopold Nosek, do POC, foi outro brasileiro que se aproximou do MIR, no período em que esteve exilado no Chile. Como simpatizante da organização, participou de reuniões ao lado de *miristas* e brasileiros, como Ernesto Martins, Altair Miranda, Emir Sader, Ângela Mendes, Luís Melina e Ruy Mauro Marini. A finalidade de tais encontros era discutir questões relacionadas aos diferentes modelos revolucionários, as formas de estruturação de grupos ou partidos de esquerda e a opção pela luta armada nas cidades ou guerra prolongada no campo. Nosek também destacou a importância que o trabalho de Marini – sobre a teoria da dependência – teve em sua formação teórica: “ [...] foi a primeira pessoa que eu li. Ele tinha essa visão de globalização. Desde os anos 70, em que o capitalismo era interdependente, e que nessa medida, para o Brasil estava reservada uma divisão de trabalho e ele seria um produtor de alimentos. Ele não errou muito”⁵⁵³.

Sobre essas questões, cabe destacar que o CIEX não sinalizou em seus informes o alinhamento político estabelecido entre o POC, a POLOP e o MIR no exílio. Segundo o órgão

⁵⁵² SADER, Emir. Latinoamericanos y europeos en el MIR. *Punto Final*, Santiago, n. 814, 2014. Disponível em: <<http://www.puntofinal.cl/814/mir814.php>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

⁵⁵³ NOSEK, Leopold. Depoimento CNV. São Paulo, 13 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Leopold_Nosek.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

de segurança, os *miristas* teriam realizado apenas treinamento militar com brasileiros vinculados ao MR-8, em campos montados no norte e no sul do Chile. Segundo documentos do órgão de segurança, os ativistas do MR-8 teriam recebido apoio de camponeses e estudantes, reunidos na FTR e na FER, para organizar e coordenar cursos em táticas de guerrilhas, em acampamentos situados nas áreas de Coquimbo (norte) e de Talca (sul). A respeito do funcionamento desses locais, o CIEX expôs o seguinte:

2. Um desses acampamentos está localizado na Província de Coquimbo, na região norte do Chile e nele viviam cerca de dezesseis pessoas, no início de fevereiro de 1972. Este campo é destinado ao doutrinação política e a debates ideológicos. É dirigido por brasileiros e por alguns chilenos pertencentes ao FER (“Frente de Estudiantes Revolucionarios”) [...]. O segundo acampamento do MR-8 localiza-se no sul do Chile, na Província de Talca, numa antiga fazenda, agora expropriada. É dirigida pelos brasileiros e por um grupo do FTR (“Frente de Trabajadores Revolucionários”), outra sucursal do “MIR”. Esse acampamento destina-se a treinamento militar, montagem de armamento, combates corpo a corpo. Nele vivem cerca de vinte pessoas, inclusive alguns argentinos e cubanos⁵⁵⁴.

Alfredo Sirkis, um dos militantes da VPR que durante o exílio no Chile se afastou da organização para ingressar no MR-8, não relatou em suas memórias, a existência de tais campos de treinamento⁵⁵⁵. Outros brasileiros, entre os quais Cláudio Gutiérrez e Bona Garcia, no entanto, declararam sua participação em cursos sobre táticas de guerrilha, em campos de treinamento montados ao longo do país. Esses cursos eram realizados com militantes de organizações e partidos de esquerda locais, principalmente do MIR e do PS, e também com uruguaios, bolivianos, argentinos e ativistas de outras nacionalidades que, perseguidos em seus países de origem em razão do engajamento em movimentos revolucionários, foram parar no Chile.

O interesse do Itamaraty abrangia também as articulações da esquerda reunida em torno da UP. Tal posição se confirma porque o CIEX relatou, em 1971, as atividades desenvolvidas pelas brigadas do PC, do PS e do PR⁵⁵⁶, que consistiam em manter a segurança dos militantes e das lideranças em manifestações e desfiles e das sedes dos partidos. A preocupação principal do CIEX, porém, não era com as ações do PC e do PS, mas com a possibilidade de formação de um movimento armado de caráter regional, a partir dessas brigadas, uma vez que quinhentos “subversivos” estrangeiros haviam desembarcado no Chile

⁵⁵⁴ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE 08.3, p. 08/49. Chile. Asilados brasileiros. Acampamentos do MR-8. 06 de março de 1972.

⁵⁵⁵ SIRKIS, Alfredo. *Op. cit.*

⁵⁵⁶ O PC tinha a Brigada Ramona Parra (BRP), o PS a Brigada Elmo Catalán (BEC) e o PR a Brigada Valentín Letelier.

após a vitória de Salvador Allende, “entre os quais estavam brasileiros, argentinos, uruguaios, bolivianos, peruanos e cubanos”⁵⁵⁷.

O brasileiro Raul Carrion viveu uma situação diferenciada de Carlos de Oliveira, Raul Ellwanger, Maeth Boff, Nilton Rosa da Silva e Bona Garcia no exílio, porque durante os dois anos em que permaneceu no Chile, entre os anos de 1971 e 1973, não se desvinculou da organização na qual militava no Brasil, o PCdoB. Carrion participou ativamente das campanhas montadas pela sua organização, a partir de dois objetivos principais: demonstrar sua solidariedade à luta do povo brasileiro contra a ditadura e denunciar as violações aos direitos humanos que estavam sendo praticadas no país. Para isso, o PCdoB começou a publicar uma versão em espanhol do jornal “A Classe Operária”, tarefa que contou com a colaboração de Carrion e outros brasileiros exilados no país⁵⁵⁸. O CIEX e a DSI/MRE, entretanto, não mencionaram essa publicação em seus informes e relatórios. O que pode ser sinal de deficiência do sistema de vigilância, pois, certamente que seria de interesse da ditadura brasileira rastrear relações, leitores, financiamento e circulação desse jornal “subversivo”.

Comprova-se que a ditadura não conseguia infiltrar agentes em todas as organizações de luta armada brasileira que possuíam militantes exilados no Chile. No caso do PCdoB, os documentos produzidos pelo CIEX apontam que seus agentes acompanhavam as atividades de Amarílio Vasconcelos, uma das principais lideranças da organização no exílio, porque ele mantinha contatos frequentes com outros grupos de esquerda, como a VPR, a ALN e a FLN, em Santiago⁵⁵⁹. A DSI/MRE, por sua vez, demonstrou que as ações políticas de Amarílio vinham sendo acompanhadas desde que o militante integrava os quadros do PCB, até o exílio no Chile, em 1970, quando se tornou um dos dirigentes da FBI⁵⁶⁰. Raul Carrion enfatizou o papel de destaque que Amarílio tinha no PCdoB, mas não forneceu dados que pudessem comprovar sua relação com a FBI:

Estive exilado no Chile de agosto de 1971 a setembro de 1973. Tão logo cheguei a Santiago do Chile, procurei reatar o contato com o PCdoB, o que o fiz através de Amarílio Vasconcelos – antigo dirigente partidário, que foi um dos organizadores da Conferência da Mantiqueira, em 1943 –, que lá se encontrava exilado. Logo

⁵⁵⁷ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.8, p. 21/118. Chile. Movimentos subversivos. “MIR”. “VOP”. 05 de agosto de 1971.

⁵⁵⁸ CARRION, Raul. *Op. cit.*

⁵⁵⁹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.08.1, p. 31/72. Movimento geral dos grupos subversivos brasileiros no Chile. 10 de janeiro de 1972.

⁵⁶⁰ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES.185, p. 37/127. AMARÍLIO DE OLIVEIRA VASCONCELLOS. 06 de abril de 1971.

organizamos a imprensa partidária e passamos a divulgar os documentos do PCdoB em espanhol⁵⁶¹.

Caso totalmente diferente foi o de Edmur Camargo, Joaquim Cerveira, Cláudio Gutiérrez, Paulo Franck e Isidoro Gutiérrez, que estiveram, entre os anos de 1970 e 1973, envolvidos em projetos para tentar retornar ao Brasil. Eles podem ser caracterizados como exilados comprometidos com o prosseguimento da luta armada. Na tentativa de colocar em prática tal projeto, Gutiérrez, Franck e Isidoro foram encaminhados para realizar treinamento em táticas de guerrilha e estudar possíveis rotas de travessia da região para chegar ao Brasil; nessas ocasiões estabeleciam relações com organizações de esquerda chilenas e latino-americanas. Tais desdobramentos preocupavam a ditadura brasileira, que não pretendia retroceder no enfrentamento com a esquerda armada em território nacional, e que também tinha interesse em combater a formação de qualquer embrião de movimento revolucionário de caráter regional. Por tais motivos, agentes da DSI/MRE e do CIEX foram designados para monitorar as ações desses ativistas políticos em toda a região.

A vigilância da DSI/MRE e do CIEX em torno de Cláudio e Isidoro Gutiérrez teve início no Uruguai, no final da década de 1960, e se estendeu para o Chile; posteriormente, também ocorreu na Bolívia e na Argentina, países nos quais esses militantes circularam na década seguinte. O monitoramento de Edmur Camargo e Paulo Franck, por outro lado, teve início desde o momento em que ambos foram banidos do país, em janeiro de 1971; quanto a Joaquim Cerveira, iniciou na ocasião em que viajou de Argel para se estabelecer em Santiago, como relata o seguinte informe: “em SET/70, seis elementos, dentre os dez banidos que ainda residem em Argel, declararam pretender regressar ao Brasil antes do fim de 1970 [...]. Apenas quatro foram identificados: Apolônio de Carvalho, Ladislav Dowbor, José Araújo Nóbrega e Joaquim Pires Cerveira”⁵⁶². Neusah Cerveira, filha do ex-major, confirmou que na época, ele mudou-se da Argélia para o Chile, pois no começo do ano seguinte, ela viajou para encontrá-lo em Santiago⁵⁶³.

A respeito do exílio de Cláudio Gutiérrez declarou que após ser libertado da prisão no Uruguai, em 1970, conseguiu um emprego no restaurante “O Cangaceiro”, em Montevideu⁵⁶⁴. Como já foi apontado, a presença de exilados nesse estabelecimento comercial não passou despercebida pela repressão brasileira, que encaminhou agentes para frequentar o local com o

⁵⁶¹ CARRION, Raul. *Dep. cit.*

⁵⁶² Arquivo Nacional Brasília DF/ Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.9, p. 23/84. Volta de banidos ao Brasil. 6 de novembro de 1970.

⁵⁶³ CERVEIRA, Neusah. Depoimento. In: CERVEIRA, Neusah. *Memória da dor - A Operação Condor no Brasil (1973/1985)*. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado História) – PPG-História/USP, São Paulo, 2007, p. 85 e 128.

⁵⁶⁴ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

objetivo de coletar informações sobre as ações e planos da esquerda armada quanto à possibilidade de voltar e agir no país de origem. Entre esses “espiões” estava o mencionado Alberto Conrado⁵⁶⁵. A respeito disso pode-se afirmar que Gutiérrez foi um dos exilados que teve suas atividades na capital uruguaia vigiadas pelo CIEX:

1. O refugiado brasileiro no Uruguai CARLOS FIGUEIREDO DE SÁ estaria desenvolvendo intensa atividade em Montevidéu, onde pretendia instituir organização subversiva com elementos brasileiros refugiados e exilados, além de servir como elemento de ligação com movimentos subversivos atuantes no Brasil, mediante “pombos-correios”, e de intermediário com grupos de exilados brasileiros e organizações de esquerda na Bolívia e no Chile, para onde o marginado já teria se deslocado algumas vezes, notadamente em 19/MAR/70, retornando à capital uruguaia. 2. Em Montevidéu, o marginado já teria recrutado para o seu grupo, os seguintes elementos: – CLÁUDIO ANTÔNIO WEYNE GUTIÉRREZ, refugiado brasileiro que já teria solicitado e obtido a cidadania uruguaia (por ser seu pai uruguaio); o marginado, que teria viajado ao Chile e a Bolívia nos últimos dias de ABR/70, patrocinado por CARLOS FIGUEIREDO DE SÁ já seria portador de carteira de identidade e passaporte uruguaio; antes de deixar Montevidéu, teria trabalhado no Restaurante “O Cangaceiro”, residindo então em casa de JACI PEREIRA LIMA, também empregado naquele restaurante⁵⁶⁶.

Em relação aos demais dados do documento, Cláudio Gutiérrez confirmou em seu depoimento que possuía nacionalidade e passaporte uruguaio, o que facilitava seu trânsito pela região. O exilado Carlos Figueiredo de Sá, também referido no informe, era um ex-juiz e ex-funcionário do Ministério do Trabalho, vinculado à ALN. Devido ao cargo que exerceu no Brasil, Sá estava em boa situação financeira no exílio, motivo pelo qual se tornou uma espécie de “embaixador” da esquerda brasileira em Montevidéu, encarregado de fornecer apoio logístico, financeiro e político para a ALN, mas também para membros da VPR e outras organizações de luta armada, com atividades no Uruguai, no Chile e na Bolívia⁵⁶⁷.

Um dos militantes apoiados por Carlos Figueiredo de Sá no Uruguai, Euclides Paes de Almeida destacou a solidariedade com que foi acolhido em Montevidéu. Isso ocorreu após Almeida ser libertado da prisão, no começo de 1970, quando passou a residir num apartamento de propriedade do ex-juiz, na capital uruguaia. Por intermédio de Sá, o militante teve acesso a uma bolsa de estudos na *Universidad de la República*, passou a frequentar o restaurante universitário e receber uma quantia em dinheiro mensal. Com esse benefício, se instalou numa pensão e começou a comprar equipamentos e materiais que necessitava para

⁵⁶⁵ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1. Alberto Octavio Conrado Avegno.

⁵⁶⁶ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.4, p. 13/26. Refugiados brasileiros no Uruguai. Carlos Figueiredo de Sá. Contatos no Chile. Atividades subversivas no Brasil. 20 de maio de 1970.

⁵⁶⁷ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

realizar seus trabalhos de fotografia e impressão. Mais tarde, Sá auxiliou o militante a viajar e fixar residência no Chile⁵⁶⁸.

Carlos Figueiredo de Sá não só obteve bolsa de estudo para Euclides Paes de Almeida, como também para outros brasileiros exilados no país vizinho, por meio de contatos que mantinha com o reitor da universidade uruguaia. Nessa perspectiva, Sá exerceu um papel de destaque entre os brasileiros exilados em Montevideu e Santiago, atuando como um dos principais apoiadores e articuladores das organizações de luta armada, em atividade nessas duas capitais. A inferência do ex-juiz sobre os exilados não passou despercebida pelo Itamaraty, que passou a acompanhar e registrar seus passos no exterior.

Tampouco Euclides Paes de Almeida e Cláudio Gutiérrez foram poupados dessa vigilância. A respeito deles, o CIEX informou que Almeida pretendia se exilar no Chile, porque nesse país ele e os demais “subversivos” brasileiros tinham liberdade para transitar e desenvolver suas ações políticas sem interferência do governo⁵⁶⁹. Gutiérrez, por sua vez, utilizaria o Chile como via de passagem para a Bolívia, onde pretendia participar de um curso “político-militar” organizado pelo mesmo Carlos Figueiredo de Sá, que também teria sido a pessoa responsável pelo financiamento das viagens realizadas pelo militante⁵⁷⁰.

Ao contrário do que afirmou o documento do CIEX, porém, Cláudio Gutiérrez declarou em seu depoimento, que o convite e o recurso para realizar uma viagem ao Chile, no primeiro semestre de 1970, não partiu de Carlos Figueiredo de Sá, mas sim da VPR. Nesse período, a organização encontrava-se dividida em duas alas; a primeira, liderada por Wilson Fava, apresentava uma série de divergências política com a segunda, comandada pelo ex-sargento do Exército, Onofre Pinto. Gutiérrez mantinha vinculações com a ala de Wilson Fava, que organizou sua viagem até a capital chilena:

Quem falou nesse negócio da viagem inicialmente foi o Wilson Fava. Depois teve um cara que me procurou, eu estava trabalhando no restaurante Cangaceiro, que era um restaurante que ficava em *Pocitos* e era de um ex-ministro do Jango. E um cara me procurou lá, se apresentou, era um economista e tal, [falou] desses esquemas internacionais. Ele foi o cara que agilizou toda a minha viagem para o Chile, os passaportes, todos os esquemas lá no Uruguai e viajei para o Chile. Agora, eu não falei com o [Carlos Figueiredo de] Sá, agora se o Sá estava por trás, não seria nada estranho, pois o Sá estava por trás de tudo. Tudo que era conexão com Cuba, por exemplo, terminava passando ali pelo Sá, os caras que iam treinar [...]. E era um

⁵⁶⁸ ALMEIDA, Euclides Paes de. *Op. cit.*

⁵⁶⁹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.10, p. 09/78. Refugiados brasileiros no Uruguai e no Chile. Atividades subversivas no Brasil. 02 de dezembro de 1970.

⁵⁷⁰ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.4, p. 10/26. Refugiados brasileiros no Chile. Contatos no Chile e Bolívia. Atividades subversivas no Brasil. 20 de maio de 1970.

esquema assim, chegava gente, tu não tinhas muita informação e o Sá tocava esse pessoal adiante⁵⁷¹.

Gutiérrez viajou do Uruguai para o Chile na metade de 1970. Em seguida foi designado pela ala da VPR liderada por Wilson Fava, para realizar treinamento militar num esquema montado pelo ELN⁵⁷². O ELN foi um grupo guerrilheiro, integrado por bolivianos, chilenos e cubanos que, ao lado de Ernesto Che Guevara, desencadeou um movimento revolucionário, a *Guerrilla de Ñancahuazú*, em território boliviano, no ano de 1966. Entre as principais lideranças do grupo estavam os três irmãos “Oswaldo”, “Inti” e “Coco” Peredo. Logo no início de suas operações, entretanto, a guerrilha foi descoberta e reprimida pelo exército boliviano, treinado e apoiado por agentes estadunidenses. Os quatorze militantes do ELN que sobreviveram à repressão – responsável pela execução de Che Guevara em 1967 –, se exilaram no Chile no ano seguinte. O plano desse grupo, coordenado por Oswaldo Chato Peredo, era permanecer na região norte do Chile, até montar a estrutura necessária para dar continuidade à guerrilha na Bolívia.

Tais guerrilheiros, após se instalarem no norte do Chile, buscaram o apoio financeiro e logístico de outras organizações de esquerda latino-americanas, que possuíam representantes exilados no país. O plano do ELN era encaminhar os militantes para realizar treinamento militar em campos montados no espaço geográfico chileno. Após a realização de cursos em táticas de guerrilha, eles iriam compor uma frente que, ignorando divergências pontuais, daria continuidade à luta revolucionária nas selvas do Beni, norte da Bolívia. Cláudio Gutiérrez participou desse treinamento que, segundo ele, consistia, num primeiro momento, em seguir uma rotina de “exercícios físicos, manejo de armas, triangulação de tiro, defesa pessoal, aulas de tática e estratégia” e, posteriormente, em “treino de campo”:

O treinamento de campo foi numa área ao sul do Chile na pré-cordilheira dos Andes, e consistiu numa marcha através das montanhas. O objetivo era simular, em condições reais, uma segunda coluna guerrilheira que daria apoio ao grupo comandado pelo Chato, que iniciava sua odisseia no Alto Beni. Participavam convidados de outras organizações latino-americanas, dois brasileiros da ALN e um Tupamaro. Na marcha, andávamos durante todo o dia com muito peso nas mochilas e apenas parávamos à noite para montar acampamento. Com sentinelas postadas nas montanhas chilenas, em meio a canções revolucionárias latino-americanas, intercalávamos Chico Buarque e samba paulista⁵⁷³.

Cabe destacar que a ala do PS, apoiadora das ações do ELN no Chile, era a denominada rupturista, dirigida por Carlos Altamirano, que embora integrando o governo Allende, defendia a via armada como a única capaz de conduzir o processo revolucionário e a

⁵⁷¹ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

⁵⁷² *Idem.*

⁵⁷³ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Op. cit.*, p. 90.

instauração do socialismo na América Latina. Nesse sentido, Cláudio Gutiérrez declarou que a primeira fase do treinamento no ELN ocorreu numa área desapropriada pelo projeto de reforma agrária da UP, que estava sendo coordenada por integrantes do PS. Por esse motivo, após a realização do curso em táticas de guerrilha, Gutiérrez foi designado para treinar os camponeses assentados no local⁵⁷⁴.

Na fase em que Gutiérrez estava realizando esse treinamento no Chile, em julho de 1970, o ELN iniciou um movimento guerrilheiro em Teoponte, ao norte de La Paz, na região da Amazônia boliviana. A guerrilha, liderada pelo único sobrevivente dos irmãos Peredo, Oswaldo, pretendia começar suas operações na Bolívia e, posteriormente, estender o movimento para outros países da América Latina. Em setembro, uma carta do guerrilheiro boliviano Nestor Paz, publicada na *Punto Final*, convocou a esquerda latino-americana a se unir para lutar pelo fim da desigualdade social e da violência que, a partir do aval de parte da Igreja Católica e dos Estados Unidos, eliminou guerrilheiros de várias nacionalidades, entre os quais Ernesto Che Guevara, Camilo Torres e “Inti” e “Coco” Peredo. Para alcançar esses objetivos, só haveria uma possibilidade, a luta armada, que era concebida como o único modo de libertar os pobres da exploração a que estavam submetidos⁵⁷⁵. Nos meses seguintes, porém, o movimento guerrilheiro em Teoponte foi derrotado pelo Exército⁵⁷⁶.

Cláudio Gutiérrez resolveu permanecer no Chile após a derrota do ELN e o fim do treinamento que realizava com guerrilheiros bolivianos, chilenos e uruguaios no país. Para o militante, a derrota era uma condição temporária, uma breve pausa no movimento revolucionário que, mais cedo ou mais tarde, seria retomado na Bolívia, no Brasil e na América Latina. Por esse motivo, o militante não se envolveu diretamente com a experiência socialista chilena, utilizando o período no exílio para dar continuidade ao preparo militar que iniciou no ELN. Nessa fase, Gutiérrez passou a frequentar os campos de treinamento montados pela VPR em Santiago, com o dinheiro obtido na expropriação do cofre do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, em 1969. A rotina nesses centros incluía “exercícios físicos, práticas de tiro, orientações a respeito de sabotagem, fabricação de explosivos com produtos simples, encontrados em armazéns locais, como café”⁵⁷⁷.

⁵⁷⁴ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

⁵⁷⁵ Guerrillero Boliviano. *Punto Final*, Santiago, n. 114, p. 01-34, 1970, p. 01. Disponível em: <<http://www.puntofinal.cl/>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

⁵⁷⁶ “O Exército começou a aniquilar os insurgentes pela retaguarda, compelindo-os a deslocar-se prematuramente para longe de seus depósitos de alimentos e cortando-lhes as comunicações. E, destarte, as tropas bolivianas, doenças raras, delações de camponeses, deserções e fome derrotaram a guerrilha, que durou pouco mais de três meses, de 19 de julho a 1º de novembro. Da seção Chilena mais de cinco tombaram nas selvas de Teoponte”. In: MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. *Op. cit.*, p. 195.

⁵⁷⁷ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Op. cit.*, p. 92.

Com a chegada dos setenta banidos ao Chile, em 14 de janeiro de 1971, um número maior de pessoas passou a circular pelas áreas de treinamento da VPR. Entre esses exilados, estava o militante Paulo Franck, que buscava apoio financeiro para o seu projeto de construção de uma bazuca⁵⁷⁸. O envolvimento dos setenta em atividades dessa natureza, após o desembarque em Santiago, não passou despercebido pela Embaixada Brasileira, que logo designou agentes para vigiá-los, como demonstrou o informe produzido pela DSI/MRE, apontando a participação de parte dos banidos em cursos estruturados por *miristas* e guerrilheiros cubanos:

Grande parte dos terroristas banidos do território nacional, que se encontram no Chile, estaria frequentando na cidade de Valdivia, cerca de 900 km ao sul de Santiago, um centro de treinamento de guerrilha, sob os auspícios do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) e ministrados por instrutores cubanos, militares. A transferência de escolas de guerrilha de Cuba para o Chile viria confirmar informe anterior de que o centro para a difusão do terrorismo estaria sendo deslocado para esse país, em atendimento ao interesse mútuo: dos cubanos, que ficariam livres da pecha de exportadores da revolução comunista e dos bandos terroristas que não mais teriam as dificuldades inerentes ao deslocamento clandestino de militantes para aquela ilha, através de Praga, etc. O retorno ao país de origem, Brasil, estaria sendo facilitado pelo fato de nosso país não exigir visto consular em passaportes de turistas nacionais do Chile. E de se prever a possibilidade de banidos brasileiros obterem passaportes chilenos⁵⁷⁹.

Com isso se observa que, nos centros de treinamento montados no Chile, circulavam militantes brasileiros, chilenos, bolivianos, argentinos, uruguaios e cubanos, que recebiam e ministravam cursos de guerrilha, de acordo com suas experiências, habilidades e conhecimentos pessoais. A interação entre VPR, ala rupturista do PS, MIR, ELN, MLN-T, PRT-ERP e guerrilheiros cubanos, gerou certo entrosamento militar e político entre esses partidos e organizações de esquerda no exílio. Tal aproximação propiciou o intercâmbio de experiências entre esses grupos. A opção pela luta armada era o elo entre os mesmos. Outro elemento identificado era a ideia de unir esses grupos num mesmo movimento revolucionário. Era também de entendimento comum, entre essas organizações que a experiência socialista chilena, ao serem colocadas em prática gerariam um conflito entre a classe dominante e os setores explorados, o que culminaria, inevitavelmente, num confronto armado, para o qual a esquerda deveria estar militarmente preparada.

O posicionamento político dessas organizações refletia o próprio contexto histórico do período, marcado por uma acentuada crítica à democracia liberal e ao capitalismo, responsabilizados pela situação de alijamento político e miséria em que vivia a maior parte da

⁵⁷⁸ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Op. cit.*, p. 92.

⁵⁷⁹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/BR AN.BSB.Z4.DPN.BRA.BEX.21, p. 06/175. Terroristas banidos do território nacional. 12 de abril de 1971.

população na América Latina. Ou seja, tais grupos surgiram a partir do desejo manifestado por parte da sociedade de promover transformações estruturais, reivindicação que ganhou maior força no decorrer dos anos de 1960, impulsionado pelas movimentos anticoloniais da África e da Ásia e pela Revolução Cubana, que disseminou ainda mais o sentimento anti-imperialista nas organizações de esquerda em atividade nessa região.

Em síntese, pode-se afirmar que todas essas organizações foram criadas na década de 1960, por militantes descontentes com a estratégia política adotada pelos Partidos Comunistas da região. Os PCs, seguindo orientações da União Soviética, defendiam a existência de um setor progressista na burguesia da América Latina, com os quais a esquerda poderia estabelecer uma aliança para dar início a uma primeira etapa do movimento revolucionário, denominada de democrática nacional. Para esses grupos de esquerda, contudo, a burguesia que se formou nesses países estava cada vez mais subordinada ao capital estrangeiro, o que inviabilizava a aproximação defendida pelos PCs..

Nesse sentido, a esquerda deveria buscar o apoio da classe trabalhadora – operários e camponeses – e os setores marginalizados da sociedade, capazes de constituir um movimento revolucionário, de abrangência regional. Em novembro de 1974, o MIR, o ELN, o MLN-T e o PRT-ERP tornaram de conhecimento público a formação da *Junta Coordinadora Revolucionaria* (JCR). A ausência de organizações de luta armada brasileiras deve-se ao fato que, após o golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile, a maior parte dos militantes seguiu em direção ao exílio no continente europeu, inviabilizando a aliança com esses grupos.

A formação da JCR, de acordo com Cláudio Gutiérrez, começou a ser discutida no início da década de 1970, quando essas organizações de esquerda se aproximaram para realizar cursos em táticas de guerrilha no Chile. Sobre isso, o militante declarou: “no treinamento que nós tivemos tinha *Tupamaros*, tinha o pessoal do ELN, se discutia a constituição dessa Junta, que vai acontecer bem depois, porque aqui nós estamos em 70, 71, [...], mas na época era discutida a Junta de Coordenação Revolucionária”. A VPR, segundo o militante, não se envolveu diretamente em debates sobre a constituição da JCR, pois estava reunindo seus esforços no projeto que previa o prosseguimento do movimento revolucionário no Brasil⁵⁸⁰.

Nessa época, porém, as principais rotas de travessia para o Brasil, que seguiam através das regiões de fronteira da Argentina ou do Uruguai com o Rio Grande do Sul, estavam sendo vigiadas por órgãos de segurança brasileiros, argentinos e uruguaios que, no decorrer de 1970, intensificaram o intercâmbio de informações e a montagem de operações em conjunto, no

⁵⁸⁰ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

sentido de localizar e reprimir opositores políticos que haviam se exilado em outros países. Com esse objetivo, em fevereiro, o DOPS/RS encaminhou às delegacias do interior os detalhes sobre a Operação Minuano, montada pelos órgãos de segurança no estado, após a descoberta do esquema de travessia de militantes pela região de fronteira, montado pela ALN. Segundo o relatório, a esquerda planejava uma série de ações, entre as quais assaltos a bancos, sequestros e atentados contra autoridades locais, que deveriam ser evitadas com a adoção das seguintes medidas:

- a) Controlar em cada área e ao longo das rodovias, mediante severa fiscalização, a população flutuante, fazendo-se a identificação e triagem pelos órgãos de informação, após consultados, no caso de suspeitos; b) Operações (do tipo “varredura”) em área da capital e do interior onde haja suspeitos ou aglomerações de marginais, como medida preventiva e dissuasória (ação de presença); c) Difundir para fins de providências de policiamento às áreas mais sensíveis a assaltos que possam se concretizar a curto prazo; d) Aumentar, com perfeito entrosamento entre todas as forças, as medidas de segurança às autoridades, em particular, àquelas que nos visitam⁵⁸¹.

No âmbito regional, o nível de tensionamento político se intensificou nos últimos anos da década de 1960. Conseqüentemente, a repressão contra a esquerda aumentou. A Argentina vivia um clima de instabilidade política, marcada pelo fim da ditadura do general Juan Carlos Onganía, deposto por seus colegas militares, em junho de 1970. A junta de representantes das Forças Armadas, presidida por Roberto Levingston, que assumiu o poder no país, tampouco conseguiu minimizar essa situação. Seguiu-se um período caracterizado por inúmeras manifestações populares, greves e pelas primeiras ações dos *Montoneros*, organização de luta armada de estrato peronista que cresceu de importância, na medida em que, as chamadas práticas políticas usuais não eram capazes de resolver a profunda crise que atravessava o país. A falta de perspectiva quanto a encontrar uma saída institucional obrigou os militares a iniciar conversações com setores do peronismo: em cima da mesa de negociações colocava-se a **desproscrição** do peronismo, a sua reincorporação política ante uma eventual futura eleição e, o elemento mais emblemático, a possibilidade, a médio prazo, da volta de seu líder maior, o general Juan Domingues Perón, no exílio desde meados dos anos 50.

O Uruguai, historicamente tido como uma das democracias mais estáveis e seguras da parte sul do continente americano, vivia, na mesma época, um aumento escalonado da violência. A ascensão à presidência de Jorge Pacheco Areco, em dezembro de 1968, constituiu um marco na intensificação da violência estatal contra os movimentos sociais e as organizações de esquerda. Como resposta, o MLN-T aumentou as suas ações armadas, o que,

⁵⁸¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Secretaria da Segurança Pública/Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS/SOPS/CS 1.-.57.1.1. Síntese de Ocorrências Suspeitas. 17 de fevereiro de 1970.

por sua vez, gerou mais violência estatal. O nível de confrontação política e militar atingiu o seu ápice em 1970, quando o MLN-T sequestrou o diplomata brasileiro Aloysio Dias Gomide e o agente estadunidense, Dan Mitrione, designado pela CIA para treinar a polícia uruguaia em táticas “modernas” de tortura. Ambos os países dos sequestrados eram aliados de Pacheco Areco. Com o assassinato de Dan Mitrione em agosto, a Assembleia Nacional concedeu poderes excepcionais ao presidente e às forças de segurança locais, ou seja, forneceu respaldo legal para o governo refinar uma máquina de tortura que, nos anos subsequentes foi essencial no aniquilamento dos *Tupamaros*. Para realizar essa tarefa, a repressão uruguaia recebeu apoio dos serviços secretos brasileiros e estadunidenses, cada vez mais ativos no país vizinho. O envio de agentes estadunidenses para treinar as forças policiais desses países, contudo, não era uma prática isolada, mas constante na região, como apontou o jornalista A. J. Langguth:

A missão que lhes cabia cumprir na América Latina era não apenas secreta, mas vaga. Dan Mitrione fora enviado para lá a fim de deter os comunistas. Como Philip Agee. Como Lincoln Gordon. Nos anos imediatamente após a subida de Castro ao poder em Cuba, nenhuma administração norte-americana fosse republicana ou democrata, acreditava que podia permitir outra Cuba no hemisfério ocidental. E ninguém demonstrava mais ardor no combate aos comunistas que os policiais e militares locais, especialmente os que voltavam do Panamá, de Washington e de Fort Bragg persuadidos de que constituíam a primeira linha de defesa do mundo livre [...]. O governo dos Estados Unidos havia desenvolvido no Vietnã do Sul métodos impiedosos de dar combate a essa subversão, e alguns desses métodos e equipamentos chegaram, de um modo ou outro, à América Latina. Mitrione apenas utilizou-os⁵⁸².

Em resumo, agentes da CIA disfarçados de funcionários do serviço diplomático estadunidense atuavam em Montevidéu, ministrando cursos à polícia uruguaia, especialmente aos quadros da *Dirección de Información e Inteligencia* (DNII). Nesse cenário, atuaram agentes brasileiros como o supracitado Alberto Conrado, a serviço do CIEX e infiltrado na comunidade de exilados brasileiros no país vizinho. Seus relatórios mostram ação profícua e a colaboração entre serviços de inteligência em constante contato entre si: “em 04/NOV/70, ALTAIR teria sido convocado a uma entrevista com o Major uruguaio CARLOS GONZALEZ, Diretor do *Servicio de Inteligencia Militar* (SIM), entrevista realizada na residência de RAUL SARTÓRIO, também agente do SIM e ligado à CIA”⁵⁸³.

O ex-agente da CIA, Philip Agee, escreveu em suas memórias que, ao ser indicado para atuar no Uruguai em 1964, recebeu ordem direta da agência para vigiar os brasileiros exilados no país, na tentativa de evitar um contragolpe no Brasil, que iria contra os interesses dos EUA na região. Logo, a filial da CIA localizada no Rio de Janeiro designou mais dois

⁵⁸² LANGGUTH, A. J. *Op. cit.*, p. 290 e 291.

⁵⁸³ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1, p. 56/812. Segurança e contrainformação. Sequestro do Cônsul Gomide. 13 de agosto de 1970.

agentes para atuarem na Embaixada Brasileira em Montevideu, que já contava com os serviços do coronel Câmara Sena, do primeiro-secretário Lyle Fontoura e do embaixador Manoel Pio Corrêa, todos vinculados ao Itamaraty. Enquanto os dois primeiros agentes foram orientados no sentido de concentrar suas ações sobre os militantes de esquerda que haviam se instalado no país vizinho, Pio Corrêa deveria manter pressão sobre o governo uruguaio, para que este não oferecesse nenhum tipo de apoio a essa comunidade de exilados⁵⁸⁴. A partir dessas considerações, pode-se afirmar que o embaixador Manoel Pio Corrêa e o agente Alberto Conrado, prestavam serviço ao Itamaraty, ao SNI e à CIA, a partir da Embaixada Brasileira em Montevideu.

O tema da presença de agentes infiltrados dentro das organizações de esquerda é sempre um tanto nebuloso. É importante destacar que as organizações brasileiras no exílio, como a VPR, sabiam da existência de agentes infiltrados em seu quadro de militantes que, inclusive, teriam repassado os esquemas de travessia pela região de fronteira do Uruguai ou da Argentina com o Rio Grande do Sul, aos órgãos de segurança brasileiros. Prova disso é que parte da VPR instalada no Chile suspeitava que um de seus integrantes, José Anselmo dos Santos, o popular cabo Anselmo, trabalhava para o aparelho repressivo no Brasil, enquanto outro grupo, liderada por Onofre Pinto, não acreditava nessa acusação.

Em 1973, cabo Anselmo transmitiu aos órgãos de repressão brasileiros, informações sobre a chegada de militantes da VPR em Pernambuco. Logo uma equipe de agentes, liderada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, partiu de São Paulo para o estado, com o objetivo de eliminar esses sujeitos. O episódio, conhecido como “Chacina São Bento”, resultou na morte de Pauline Reichstul, Eudaldo Gomes da Silva, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Evaldo Luiz Ferreira e da companheira do ex-militar, Soledad Barret, grávida de quatro meses, no dia 8 de janeiro. Tal episódio comprovou a condição de agente do CENIMAR de cabo Anselmo⁵⁸⁵.

De acordo com Cláudio Gutiérrez, se a VPR suspeitava do cabo Anselmo, ela e as demais organizações desconheciam que o jornalista uruguaio Alberto Conrado, também fosse um agente infiltrado⁵⁸⁶. Essa situação permitiu que Conrado circulasse entre as organizações brasileiras no exílio, repassando dados que permitiram ao serviço secreto, sequestrar

⁵⁸⁴ AGEE, Philip. *La CIA por dentro. Diario de una espía*. Buenos Aires: Sudamericana, 1975.

⁵⁸⁵ “Os companheiros exilados no Chile tentaram informar o núcleo do Recife de que desconfiassem de Anselmo. O irmão de Soledad Barret foi enviado com essa missão. Porém, quando a sua presença foi advertida por Anselmo, este sinalizou ao comando repressivo de que era hora de agir antes que os militantes da VPR tivessem ciência da mensagem que chegava do Chile”. In: DOSSIÊ DITADURA: *Mortos e desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009, p. 414-418.

⁵⁸⁶ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

militantes em outros países. Caso exemplar é o do ex-coronel do Exército Jefferson Cardim, comentado anteriormente, que deixou Montevidéu com o objetivo de se exilar em Santiago, em 12 de dezembro de 1970. Todavia, no momento em que realizava a passagem por Buenos Aires, Cardim foi preso ao lado do filho e do sobrinho por policiais argentinos e, posteriormente, entregue à repressão brasileira. Conrado teve envolvimento direto com a prisão de Cardim, pois desde o início do ano, vigiava a sua movimentação e de seus familiares no Uruguai, como atestou um informe do CIEX, que relatou a viagem de seus filhos, Jefferson e Corina Osório, ao país vizinho⁵⁸⁷.

Ilustrando essa situação, a partir da análise documental sabe-se que, no início de dezembro, Alberto Conrado emitiu um comunicado aos órgãos de segurança brasileiros informando a data, o carro e outros detalhes sobre as pessoas que acompanhariam Jefferson Cardim na viagem ao Chile. Após a detenção na capital argentina, o agente transmitiu um relatório, com os dados que os policiais argentinos haviam obtido com o interrogatório do ex-coronel, de seu filho e de seu sobrinho⁵⁸⁸. Jefferson Osório afirmou que, ao descer da balsa que fazia a travessia entre as cidades de Montevidéu e Buenos Aires, o grupo foi detido pela polícia local, que alegou ter recebido uma denúncia de que eles transportavam drogas. Na sequência, os três (pai, filho e sobrinho) foram presos e encaminhados à sede da polícia federal, onde foram interrogados mediante tortura: “fomos levados para o subsolo da polícia federal argentina em Buenos Aires, ficava no 4º piso inferior abaixo da terra, é onde eles praticavam as decisões políticas. Cada um de nós ficou em uma cela e cada um de nós era torturado em determinado momento”⁵⁸⁹.

Jefferson Osório informou também que, após terem sido torturados durante quatro dias pela polícia federal argentina, ele e o pai foram obrigados a embarcar num avião brasileiro no aeroporto de Buenos Aires. O voo foi acompanhado por cerca de vinte funcionários do serviço diplomático e seus familiares, entre os quais o próprio embaixador, José Azevedo da Silveira. A aeronave pertencia ao ministro do Trabalho do governo Médici, Gil Barata, que mantinha uma relação de amizade com a família de Cardim no Brasil. Para Jefferson Osório, a presença de várias pessoas no avião e o fato do mesmo pertencer a Gil Barata, impediu que ele e o pai fossem assassinados depois da volta ao país:

⁵⁸⁷ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.3, p. 06/82. Uruguai. Familiares de JEFFERSON OSORIO viajam ao Brasil. 15 de abril de 1970.

⁵⁸⁸ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1. Alberto Octavio Conrado Avegno.

⁵⁸⁹ OSÓRIO, Jefferson. *Dep. cit.*

Todo ministro tem um jato a sua disposição, esse era o único jato que estava a disposição na época, pediram autorização ao ministro e ele teve que dar. Ele era nada mais, nada menos que o sogro do meu primo irmão e era muito amigo da minha avó, então ele ligou para minha avó e disse que tinham requisitado o avião dele para me buscar em Buenos Aires e aí minha avó começou a botar a boca no mundo, ligar para tudo que é lugar e por acaso o Ibrahim Sued no mesmo dia soube disso e de noite já colocou no programa dele, aquele de bola branca, bola preta, ele colocou: foram presos hoje em Buenos Aires o coronel Jefferson Cardim e seu filho Jefferson, eles estão sendo transportados para o Brasil, aí a coisa deu errado, eu acho também que a coisa deu errado porque já havia muita gente dentro do avião, perdão, quando deu errado, por isso veio esse pessoal todo de carona, porque não era para vir esse pessoal todo de carona, vieram mais de 15 pessoas de carona, diplomatas com as suas esposas⁵⁹⁰.

O episódio envolvendo Cardim e a família alertou a comunidade exilada no Uruguai e no Chile, a respeito da existência de agentes infiltrados nas organizações de esquerda. A desconfiança, porém, não recaiu sobre Alberto Conrado, embora o agente tivesse sido a última pessoa a manter contato com os três exilados em Montevidéu. Em função desse acontecimento, os brasileiros passaram a buscar rotas alternativas de travessia para o Chile, que não incluíssem o trânsito pela Argentina. Essa mudança foi acompanhada pelo CIEX, como demonstrou o informe produzido em janeiro de 1971:

1. CARLOS FIGUEIREDO DE SÁ teria decidido viajar de avião diretamente de Montevidéu, para Santiago do Chile, em fins de JAN/71, desistindo do seu projeto inicial de fazer a viagem ao Chile via Argentina. 2. A decisão de CARLOS SÁ teria sido motivada pelo exemplo de JEFERSON CARDIM DE ALENCAR OSÓRIO, detido pelas autoridades argentinas. 3. CARLOS SÁ teria a intenção de entrar em contato com elementos da ALN, incluídos entre os setenta banidos pelo resgate do Embaixador suíço no Brasil⁵⁹¹.

No ano seguinte, outro evento reforçou a necessidade de abertura de novos trajetos de passagem pela região: o desaparecimento de Edmur Camargo em Buenos Aires, no dia 16 de junho de 1971. Cabe destacar que, nos meses que antecederam ao sequestro, as atividades de Edmur em Santiago estavam sendo monitoradas por agentes da DSI/MRE e do CIEX, o que demonstra a preocupação do Itamaraty e, conseqüentemente, da comunidade de informações e da própria ditadura, com seus contatos nos círculos da esquerda brasileira e chilena durante o exílio. Edmur, embora não tivesse sido militar, como Jefferson Cardim, adquiriu notoriedade pela participação em expropriações bancárias no Rio Grande do Sul, no começo de 1970.

Dois meses antes de Edmur Camargo viajar para o Uruguai, em abril de 1971, a DSI/MRE produziu um informe detalhando sua participação num encontro realizado em Santiago, com líderes de várias tendências da esquerda brasileira, como Amarílio de Vasconcelos, Amadeu Thiago de Melo, Carlos Figueiredo de Sá e Cândido Aragão. A

⁵⁹⁰ OSÓRIO, Jefferson. *Dep. cit.*

⁵⁹¹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.1, p. 60/78. Refugiados brasileiros no Uruguai. Carlos Figueiredo de Sá. Viagem ao Chile. 20 de janeiro de 1971.

finalidade dessa reunião era estudar um ato de sabotagem que a VPR pretendia realizar em território brasileiro⁵⁹². Em maio, o CIEX informou que esses mesmos líderes estariam mantendo contatos regulares com o presidente Allende e a deputada do PS, Carmen Lazo, com o objetivo de obter apoio para os exilados no Chile⁵⁹³.

Segundo Cláudio Gutiérrez, Edmur Camargo, durante os meses em que permaneceu em Santiago, não se vinculou a nenhuma organização brasileira ou chilena. Essa decisão não o impediu de circular entre militantes de várias correntes políticas, uma vez que era um quadro respeitado na comunidade de brasileiros exilados no Chile⁵⁹⁴. Gutiérrez não forneceu detalhes a respeito do nível de aproximação política existente entre Edmur, Allende e a deputada Lazo. Em seu depoimento, entretanto, o militante chamou a atenção para o apoio que a ala rupturista do PS forneceu à VPR e à luta revolucionária brasileira, ou seja, existe grande probabilidade de Edmur ter mantido contato com essa corrente partidária durante sua permanência no Chile.

Apesar do envolvimento de Edmur Camargo com a esquerda brasileira e chilena no exílio, a realização da viagem a Montevideu, na metade de 1971, ao que tudo indica, não teve motivações políticas, mas sim pessoais. O militante precisava consultar um médico na capital uruguaia, que pudesse indicar um tratamento para o problema de visão, que havia adquirido durante as sessões de tortura a que foi submetido quando esteve preso no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Segundo o CIEX, integrantes dos *Tupamaros* enviaram um telegrama para Santiago, alertando Edmur que a polícia uruguaia havia recebido informações sobre a viagem que pretendia realizar ao país em junho:

1. EDMUR PÉRICLES CAMARGO (GAUCHÃO) teria sido informado pela organização terrorista “TUPAMAROS” através de “correio” não identificado, que se encontraria em SANTIAGO (RCH), para contatos com CARLOS FIGUEIREDO DE SÁ – de que a polícia de Montevideu (Uruguai) teria instruções para prendê-lo e expulsá-lo do país, quando de sua chegada à capital uruguaia.
2. O “correio” teria, ainda, mostrado a EDMUR alguns de seus dados de identificação e, inclusive, o número do passaporte chileno que seria o documento de viagem do asilado brasileiro.
3. O marginado, entretanto, teria decidido, em definitivo, viajar ao Uruguai o que ocorreria até o dia 15 do corrente. Seria acompanhado, secretamente, por um elemento chileno (não identificado), que teria por missão protegê-lo e, em caso de emergência, auxiliá-lo a entrar em contato com a Embaixada chilena em Montevideu. Tal indivíduo teria sido treinado em Cuba⁵⁹⁵.

⁵⁹² Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES.185, p. 41/127. AMARÍLIO DE OLIVEIRA VASCONCELLOS. 06 de abril de 1971.

⁵⁹³ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.5, p. 38/85. Contatos de asilados brasileiros com o Presidente Allende. 18 de maio de 1971.

⁵⁹⁴ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

⁵⁹⁵ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.6, p. 36/80. Chile. Asilados brasileiros. Atividades de EDMUR CAMARGO. 28 de junho de 1971.

O alerta feito não demoveu Edmur Camargo de viajar ao Uruguai. Conforme o relatório da CNV, a data em que Edmur partiu da capital chilena foi comunicada pelo cônsul-geral, Mellilo de Mello, à Secretaria de Estado das Relações Exteriores no Brasil, que tomou providências para que ele fosse sequestrado durante a conexão de seu voo na capital argentina. Após a sua detenção no aeroporto de Ezeiza, em 16 de junho de 1971, a polícia federal argentina enviou telegramas aos adidos das Embaixadas de Montevideu e Buenos Aires, comunicando sua prisão. No dia seguinte, Edmur foi entregue a uma equipe de agentes brasileiros, que o trouxe ao Brasil, num avião da FAB, acompanhado pelo chefe do CIEX, Paulo Sérgio Nery⁵⁹⁶.

Cabe destacar que, em janeiro de 1971, o Encarregado de Negócios da Argentina propôs à Embaixada Brasileira em Buenos Aires, que os serviços secretos dos dois países estreitassem conexões em caráter confidencial, com o objetivo de “acentuar o controle de agentes extremistas, de seus deslocamentos, localização e elementos de luta”⁵⁹⁷. Dessa forma, no momento em que Edmur Camargo foi preso no aeroporto de Buenos Aires, Brasil e Argentina discutiam o aumento da colaboração entre os dois países, no sentido de atingir seus opositores políticos no exílio.

Os detalhes do que ocorreu com Edmur Camargo após o desembarque no Brasil, são desconhecidos⁵⁹⁸. O caso desse militante sequestrado e desaparecido no exterior, porém, expõe a dimensão da rede estruturada pela ditadura brasileira e outros países da região, com o objetivo de vigiar e punir opositores políticos que ousassem fugir para o estrangeiro. Tal rede reunia funcionários do serviço diplomático (embaixadores, cônsules-gerais, secretários), militares (adidos do Exército e da Aeronáutica) e agentes (DSI/MRE e CIEX) no processo de “coletar” ou “buscar” dados, que permitissem ao sistema repressivo brasileiro agir em toda a região. Formou-se assim uma rede, por um lado, entre a diplomacia e órgãos de segurança que atuavam nas Embaixadas de Santiago, Buenos Aires e Montevideu e, por outro, do Itamaraty e do SNI com serviços secretos de outros países, o que facilitou a repressão aos brasileiros identificados como inimigos não só no Brasil, mas também no Cone Sul. Os sequestros de

⁵⁹⁶ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 6. Conexões Internacionais: a aliança repressiva no Cone Sul e a Operação Condor. *Op. cit.*

⁵⁹⁷ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 6. Documentos. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo6/Nota%2018,%2019,%2021,%2039,%2041,%2042,%2093%20-%20000092_003073_2014_85%20-%20Anexo%20documental.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2019.

⁵⁹⁸ A Comissão Nacional da Verdade, durante o período em que realizou investigações a respeito dos desaparecidos políticos durante a ditadura, não conseguiu localizar os restos mortais de Edmur Camargo.

Jefferson Cardim e de Edmur Camargo na Argentina foram eventos de uma conexão repressiva que, mais tarde, iria se consolidar como Operação Condor.

Tanto os acontecimentos relacionados aos repressores infiltrados, cabo Anselmo e Alberto Conrado, quanto aos militantes Edmur Camargo e Jefferson Cardim, mostrou a existência de tramas que se sobrepuseram como camadas e que se originaram no Brasil ou nos países onde havia presença de exilados, mas que também envolviam outros países da região, onde setores de segurança ou até governos assumiram papéis de colaboração encoberta ou diversionista para, em nome dos valores da civilização ocidental, do capitalismo e da DSN, de combater a ameaça comunista (terrorista, subversiva, sediciosa).

Diante das dificuldades para transitar pelo espaço argentino e uruguaio, a esquerda foi atrás de alternativas que permitissem o retorno ao Brasil. Cabe destacar que a Bolívia vivia uma situação política diferente do Uruguai e da Argentina nesse período. **O general Juan José Torres foi chefe das Forças Armadas bolivianas durante a ditadura do general Alfredo Ovando Candía (1969-1970). Para evitar um golpe de Estado organizado por Candía, trabalhadores, camponeses e estudantes realizaram um movimento popular, que resultou na condução de Torres ao cargo de presidente, em outubro de 1970.** Logo, Torres decretou a nacionalização do setor mineiro, criou um banco estatal e uma corporação que tinha por objetivo implantar projetos voltados para o desenvolvimento nacional, defendendo que o Estado deveria ter maior ingerência sobre a economia. A Bolívia tornou-se um país atrativo para a esquerda brasileira e um problema para a administração de Médici, que temia o potencial de contaminação de um governo reformista sobre a fronteira do Brasil.

Nesse cenário, a VPR enviou Cláudio Gutiérrez e Paulo Franck para a cidade de Santa Cruz de La Sierra. A missão dos dois militantes era estabelecer, durante a permanência na cidade, contatos com organizações de esquerda locais, dispostas a fornecer auxílio para a construção de pontos de apoio ao longo do território boliviano, que possibilitariam a travessia de integrantes da VPR e de outros grupos brasileiros exilados no Chile, pela região. Gutiérrez e Franck logo após se estabelecerem na cidade, montaram um bar, que serviria de fachada para os brasileiros em trânsito, com o apoio de um grupo de camponeses bolivianos indicados por Isidoro Gutiérrez.

Isidoro Gutiérrez foi outro brasileiro que também esteve exilado no Uruguai, entre 1965 e 1969; ali manteve contato com organizações brasileiras – VPR, ALN – e latino-americanas – MLN-T e ELN –, e com integrantes do serviço diplomático chinês. No início de 1970, Isidoro passou a prestar serviços para o governo da China, recebendo a missão de fundar institutos culturais daquele país na Bolívia, particularmente em universidades

localizadas nas cidades de La Paz e Santa Cruz de la Sierra. Por esse motivo, quando Gutiérrez e Franck chegaram a essa região foram acolhidos por Isidoro, quem mantinha uma importante rede de contatos com parte da esquerda boliviana⁵⁹⁹.

O Itamaraty tinha conhecimento das relações de Isidoro Gutiérrez com partidos e organizações brasileiras, bolivianas, uruguaias, chilenas e com os governos da China e da Bolívia. Informes do CIEX e da DSI/MRE confirmam tal fato. O CIEX monitorou uma viagem que Isidoro realizou a Santiago, no primeiro semestre de 1971, com o propósito de se reunir com funcionários da UP e do serviço diplomático chinês, na tentativa de estreitar as relações políticas e comerciais entre os governos da Bolívia, Chile e China⁶⁰⁰. Segundo o informe em Santiago Isidoro se encontrou com Joaquim Cerveira, Paulo Frank e Amarílio Vasconcelos –este último, o responsável por apresentar Isidoro aos chineses, durante o exílio no Uruguai⁶⁰¹. A DSI/MRE indicou que no retorno a La Paz, Isidoro encontrou-se com militantes de várias nacionalidades, entre eles estavam Gutiérrez e Franck, para debater planos relacionados ao encaminhamento da luta revolucionária em território brasileiro:

Participou de diversas reuniões em La Paz [...], entre 19 e 08 de julho onde, juntamente com o grupo composto de CLÁUDIO VIDAL LAZO (chileno), PAULO FRANCK, CLÁUDIO WINE GUTIERREZ, CLÁUDIO FERNANDO WAINER, "Chato" PEREDO e JORGE EXHAZU (Secretário-Geral do Partido Comunista da Bolívia - linha chinesa) analisaram, entre outros, os documentos: "Batalha da Amazônia", de AMARÍLIO VASCONCELOS e "Contribuição para uma nova política da revolução brasileira". Por fim, analisaram o plano defensivo das fronteiras brasileiras, com base nas manobras da 9ª RM, publicado no número especial de fevereiro 68, no "Boletim de Informações" do EM do Exército. O plano geral de ação na BOLÍVIA, estabelecido nessas reuniões, previa o estabelecimento de uma Escola de Guerrilhas na localidade de RIBERALTA, na zona do RIO BENI, próximo a RONDÔNIA⁶⁰².

Sobre a questão da infiltração, ainda, Cláudio Gutiérrez declarou em seu depoimento que a presença de agentes a serviço da repressão era algo presente para toda a esquerda armada brasileira porque organizações de natureza militarista como a VPR, ao definir o perfil de seus adeptos como sujeitos destemidos e dispostos a praticar ações voluntárias, permitiu a incorporação de ex-militares que haviam prestado serviços à ditadura. Por outro lado, vários ativistas de esquerda passaram a colaborar com os órgãos de segurança depois de terem sido

⁵⁹⁹ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

⁶⁰⁰ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.8, p. 97/118. IZIDORO VIANNA GUTIERREZ. Contatos com a Missão da RPC no Chile. 19 de agosto de 1971.

⁶⁰¹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.8, p. 101/118. IZIDORO VIANNA GUTIERREZ. Atividades. 24 de agosto de 1971.

⁶⁰² Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES.168, p. 01/50. IZIDORO ANTONIO VIANNA GUTIERREZ. 03 de junho de 1975.

submetidos à tortura nas prisões brasileira. Para Gutiérrez, em 1972, praticamente todas as organizações brasileiras de luta armada tinham agentes infiltrados em seus quadros. Por essa razão, o militante sabia que suas atividades políticas no Uruguai e no Chile estavam sendo monitoradas por agentes das representações diplomáticas existentes nesses países, mas demonstrou surpresa ao tomar conhecimento que essa vigilância se estendeu até a Argentina e a Bolívia, como demonstrou o relatório abaixo, que tratou de sua passagem por Buenos Aires e o estabelecimento em Santa Cruz de la Sierra:

Aditamento ao CIEX 253, de 04/08/71. 1. CLAUDIO WEYNE GUTIERREZ se encontraria presentemente em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, para onde partiu entre 02 e 06/JUL/71, proveniente de Buenos Aires. 2. Sua missão em Santa Cruz de la Sierra é primeiramente a de estabelecer ligações com os elementos “camponeses”, do dirigente do PC da Bolívia de linha chinesa, OSCAR ZAMORA. 3. A missão do marginado estaria integrada em um plano geral de estabelecimento de bases de guerrilha brasileira na Bolívia. O plano particular para aquela área parece prever as seguintes etapas: 1) Obter a necessária penetração entre os camponeses da área da fronteira boliviano-brasileira, jogando-os contra os proprietários brasileiros de terras do lado boliviano; 2) Estabelecimento de rota de deslocamento de guerrilheiros brasileiros provenientes do Chile (possivelmente LÍPEZ-SANTA CRUZ ou LÍPEZ-LA PAZ-SANTA CRUZ); 3) Estabelecimento de bases (pontos de concentração); 4) Operações de fustigamento do lado brasileiro, seguidas de retiradas para os “santuários” na Bolívia⁶⁰³.

Tal documento, segundo Cláudio Gutiérrez, possui pontos verdadeiros e falsos. O militante afirmou, por exemplo, não ter conhecido pessoalmente o dirigente do *Partido Comunista Marxista Leninista* (PC-ml), Oscar Zamora, mas reconhece que este integrava a rede de contatos de Isidoro, já que o partido seguia a linha maoísta e tinha interesse em estreitar relações com o governo chinês, do qual o brasileiro era representante na Bolívia. O PC-ml contava com vários camponeses entre seus adeptos, o que explicou o apoio desses trabalhadores aos planos da VPR, de estabelecer bases na região. As informações a respeito desse projeto circulavam apenas dentro da organização, aumentando a suspeita da presença de um agente a serviço do MRE e do SNI infiltrado entre os militantes deslocados para o território boliviano. Gutiérrez, porém, não apontou quem poderia ter sido esse agente⁶⁰⁴.

Em 21 de agosto de 1971, as atividades de Cláudio Gutiérrez, Paulo Franck e Isidoro Gutiérrez na Bolívia foram interrompidas por um golpe de Estado, que derrubou o governo do presidente Juan José Torres. A ditadura brasileira colaborou efetivamente com esse desfecho. O governo Torres, ao promover a estatização das minas e de outras fontes de riquezas e reatar relações diplomáticas com Cuba e Chile, passou a representar um perigo aos interesses geopolíticos e econômicos do Brasil nessa região, como visto anteriormente. Por esse motivo,

⁶⁰³ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.8, p. 30/118. CLAUDIO WEYNE GUTIERREZ. Bases de guerrilha na Bolívia. 09 de agosto de 1971.

⁶⁰⁴ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

Médici forneceu recursos financeiros, armas e aviões para o grupo de militares liderados pelo general Hugo Banzer (que tomou o poder no país), além de permitir que os golpistas, enquanto conspiravam, instalassem campos de treinamento militar na região de fronteira com o Mato Grosso. Logo após o golpe, o governo Banzer enviou uma nota à Embaixada Brasileira em La Paz, declarando-se disposto a colaborar no controle e na vigilância de brasileiros, exilados ou banidos para o Chile, que tentassem atravessar seu território⁶⁰⁵.

Cabe salientar que na fase pós-golpe, o general Banzer desencadeou uma operação repressiva contra a esquerda boliviana que resultou em perseguição, tortura e execução, principalmente de militantes e apoiadores do ELN e da *Unión de Campesinos Pobres* (CAPO). Conforme a ditadura se consolidava na Bolívia, o aparelho repressivo estruturado pelas Forças Armadas e a polícia, com o auxílio de grupos de direita, do governo brasileiro e estadunidense, passou a perseguir também os militantes de esquerda estrangeiros exilados no país. Tal fato obrigou Cláudio Gutiérrez e seus companheiros de militância, a abandonar o território boliviano:

Primeiro nós retiramos o Franck, o Paulo Roberto Telles Franck, que era um cara que tinha saído nos “70”. Ele estava com passaporte italiano, mas não falava uma palavra em italiano, a cobertura dele era muito ruim. Eu estava com um passaporte real, eu tinha cidadania uruguaia, eu tinha um passaporte uruguaio, então a minha cobertura era mais fácil porque o meu nome estava ali, era mais “quente”, mas o Franck nos preocupava. Nós tiramos o Franck, conseguimos que ele fosse embora. Ele fez contato com os nossos conhecidos em La Paz, ainda durante o golpe e o pessoal conseguiu atravessar ele para Árica. Eu fico mais uns dias e depois vou embora, e fica um companheiro boliviano ali, responsável pelo local. E aí, eu volto para o Chile e fico nos aparelhos da VPR⁶⁰⁶.

A partir do golpe e da instauração da ditadura do general Hugo Banzer na Bolívia, o cerco em torno da esquerda foi se fechando na região. O Brasil era regido por uma ditadura de SN, o Uruguai vivia uma espiral autoritária crescente e a Argentina sofria um clima de intensa instabilidade política durante a presidência do general Alejandro Lanusse. Diante desse cenário, Paulo Franck decidiu se estabelecer na região de Machalí, no sul do Chile, com o objetivo de desenvolver um trabalho político com os mineiros da mina de *El Teniente*. Isidoro Gutiérrez viajou para a cidade de Árica, onde se tornou responsável pela criação de uma base de intercâmbio de informações e equipamentos entre brasileiros exilados em Santiago e militantes do ELN que tentavam organizar a resistência contra a ditadura boliviana. Cláudio Gutiérrez permaneceu na capital chilena até o final de 1971, quando recebeu uma nova missão da VPR. A organização, desconhecendo a amplitude da conexão repressiva estabelecida entre

⁶⁰⁵ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.ENI.247, p. 03/151. Deportação de bolivianos. 31 de agosto de 1971.

⁶⁰⁶ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

a ditadura brasileira e o governo uruguaio, designou o militante para montar uma base de apoio, aos exilados que desejavam retornar ao Brasil, exatamente na fronteira das cidades geminadas de Rivera e Santana do Livramento⁶⁰⁷.

Em março de 1972, porém, o Uruguai deu um passo decisivo em direção a um regime ditatorial. Após a vitória presidencial do candidato oficialista Juan María Bordaberry, este aumentou o poder das Forças Armadas. O governo Bordaberry, com a justificativa de combater as operações “terroristas” do MLN-T, forneceu os subsídios legais que o aparelho estatal necessitava para vigiar e reprimir as ações de qualquer cidadão uruguaio enquadrado como “subversivo”. Na medida em que aumentou a repressão contra a esquerda, os agentes dos órgãos de segurança brasileiros, entre os quais o notório torturador de presos políticos, Sérgio Paranhos Fleury, passaram a ter livre trânsito para circular, vigiar e montar operações em conjunto com o serviço secreto uruguaio, no sentido de atingir à comunidade cada vez menor de brasileiros exilados no país vizinho.

Nesse cenário político, Cláudio Gutiérrez enfrentou dificuldades para montar a base da VPR na fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Os brasileiros, vigiados e perseguidos no país vizinho, temiam conceder apoio político, financeiro ou logístico às atividades do militante nas cidades de Rivera e Santana do Livramento. Sem perspectiva de mudança a curto ou médio prazo, Gutiérrez se fixou novamente em Montevideú⁶⁰⁸, onde voltou a ficar no radar vigilante de Alberto Conrado, como demonstra o trecho a seguir, retirado de relatório enviado à comunidade de informações no Brasil, em 1972:

1. CLAUDIO WEYNE GUTIERREZ, uma vez chegado a Montevideú, telefonou (a 14/ OUT/72) a JOHNSON. 2. O objetivo do telefonema era avisar a JOHNSON que a Polícia Argentina, ao prender PEDRO IVO FURTADO e TERESA DAISI URBEN FURTADO, aprendeu tudo que o casal levava. 3. Entre os documentos apreendidos figurava uma carta de GILBERTO FARIA LIMA a JOHNSON, na qual o remetente fazia referência a um encontro que o destinatário teria na Argentina com elemento (s) da organização MONTONEROS. 4. O encontro em questão seria realizado através de PLINIO PETERSEN PEREIRA. 5. O casal, interrogado pela Polícia argentina, não soube dizer quem era o destinatário da carta, nem o seu endereço; tinham instruções de, uma vez em Montevideú, remeter a carta para certa caixa postal⁶⁰⁹.

Gutiérrez declarou que, durante o período de exílio em Montevideú, manteve contato com integrantes da VPR que deixaram o Chile com uma missão semelhante a dele, ou seja, de estruturar uma base de travessia para os brasileiros na capital da Argentina. Os exilados Pedro Ivo Furtado e Teresa Daisi Urben Furtado, citados no relatório de Alberto Conrado,

⁶⁰⁷ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

⁶⁰⁸ *Idem.*

⁶⁰⁹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1, p. 329/812. JOHNSON. CONTATOS. 24 de outubro de 1972.

entretanto, eram militantes do POC e, por proximidade política, estreitaram relações com o MIR chileno e o PRT-ERP argentino, razão pela qual não mantinham contatos diretos com os quadros da VPR em Buenos Aires⁶¹⁰. Paulo Paranaguá, em seu depoimento aos consultores da CNV, confirmou a existência de uma célula do POC na Argentina:

Uma parte de nós foi para o Chile e outra foi para a Argentina. Para a Argentina fomos inicialmente três pessoas; foram os que eu já mencionei, Flavio Koutzii e Maria Regina Pilla e eu. E a ideia como nós tínhamos essa relação com a Quarta Internacional era que a gente procurasse conhecer melhor a experiência do PRT. Partido Revolucionário dos Trabalhadores que era uma organização que estava naquele momento, portanto em 1971, envolvido na luta armada contra a ditadura militar. Lembro que de 66 a 73 foi a ditadura militar do General Onganía na Argentina e depois o General Lanusse. Era um período muito particular porque na verdade os militares já estavam negociando uma saída política. O Lanusse estava negociando a volta do General Perón depois de 18 anos de exílio, então uma situação extremamente rica⁶¹¹.

Como se pode verificar o informe contém imprecisões de que Cláudio Gutiérrez teria mantido contato com militantes do POC em Buenos Aires. Este pequeno detalhe é ilustrativo do cuidado e da postura crítica que se deve ter na análise da documentação repressiva, muitas vezes emoldurada por um reconhecimento apressado da sua “eficiência” quase indubitável, como bem alertam Jelin e Catela quando analisam os denominados arquivos repressivos⁶¹².

Conclui-se, a partir da análise e do cruzamento das informações obtidas por meio da documentação do CIEX e da DSI/MRE e dos depoimentos de exilados, que o aparato repressivo brasileiro conhecia detalhes das bases que a VPR montou na Argentina, no Uruguai e na Bolívia, com o objetivo de enviar seus militantes ao Brasil. Tais órgãos também sabiam da existência de outras organizações de esquerda empenhadas na mesma atividade no Chile. Em 1972, por exemplo, o CIEX informou que brasileiros exilados de diferentes matrizes político-ideológicas, usufruindo o clima de liberdade política vivenciado no país durante o governo de Salvador Allende, se uniram para montar um grupo de retorno ao Brasil. Os eleitos para coordenar esse grupo foram os exilados Joaquim Pires Cerveira (FLN), Cândido da Costa Aragão (movimento nacionalista), Antônio Expedito Pereira (VPR), Carlos Figueiredo de Sá (ALN) e Amarilio Vasconcellos (PCdoB)⁶¹³.

⁶¹⁰ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

⁶¹¹ PARANAGUÁ, Paulo. Depoimento CNV. São Paulo, 10 de julho de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Paulo_Antonio_de_Paranagua_10.07.2013.pdf>. Acesso em: 09 set. 2018.

⁶¹² CATELA, Ludmila; JELIN, Elizabeth (Comps.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

⁶¹³ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.07.4, p. 30/64. Chile. Atividades de asilados e refugiados brasileiros. “Grupo de Retorno”. 08 de dezembro de 1971.

Na análise desse capítulo verificou-se em relação aos brasileiros da primeira onda de exílio no Chile, pós-64, que a maior parte deles não era indiferente aos militantes da segunda onda, que se instalaram no país em 1970 e 1971, como declarou o CIEX, pois foi com os recursos doados por eles que se estruturou o fundo de assistência aos exilados que recebeu a denominação de “Caixinha”. A respeito dos demais grupos, Cláudio Gutiérrez afirmou que, as organizações de luta armada que mantinham organicidade em território chileno realizavam reuniões nas quais debatiam, entre outros temas, a estruturação da volta dos exilados ao Brasil, fossem eles banidos, clandestinos ou asilados políticos. Mas em tais reuniões nunca houve consenso sobre a formação de um grupo de retorno. Ou seja, cada organização estruturou a volta de acordo com seus próprios interesses e objetivos. Gutiérrez, no caso, conhecia apenas a existência de dois grupos com essa intenção: o da VPR, do qual fazia parte, e o da FLN, liderado pelo ex-major Joaquim Cerveira⁶¹⁴.

Euclides Paes de Almeida declarou em seu depoimento que, em 1971, ao deixar o Uruguai, e partir para o Chile, para integrar-se ao grupo de Joaquim Cerveira. A aproximação entre ambos ocorreu a partir da rede de contatos que Carlos Figueiredo de Sá havia montado com exilados residentes em Montevidéu e Santiago. Assim, durante uma viagem à capital uruguaia, Cerveira demonstrou interesse no projeto de Almeida, que previa a criação de um estúdio de fotografia e impressão em moldes, que tornaria a FLN autossuficiente nesse setor:

Eu combinara com Carlos [Figueiredo de Sá] para que o Major [Joaquim Cerveira] se apresentasse com um codinome, pois não queria que ele soubesse que eu sabia quem ele era. Apresentei-me com condições, de que seria apenas um simpatizante (não pretendia me ligar organicamente) e que tanto lá no Uruguai quanto no Chile, me interessaria em saber das concepções político-ideológicas e como pretendia se instalar e levar a frente à luta política, mas não queria conhecer nenhum integrante da organização [...]. De lá fui morar numa pensão no mesmo quarto de Cerveira, onde fora nós dois, não havia nenhum outro brasileiro, nenhum exilado estrangeiro ou militante esquerdista chileno alojado. Fiquei nessa pensão creio que uns dois meses. Logo ele me apresentou o “Catarina” [João Batista Rita], que seria meu contato da Organização (FLN) e meu aprendiz de fotografia e impressão [...]. E semanalmente tinha encontro com “Catarina” para lhe repassar teoria e praticar, num cômodo do alojamento onde ele estava⁶¹⁵.

O ingresso de Euclides Paes de Almeida no grupo de Joaquim Cerveira não foi informado pelo CIEX, embora os agentes monitorassem as ações do ex-major no exílio, como demonstra o documento de 1971, relatando sua partida da Argélia para o Chile. O objetivo de Cerveira em território chileno era estabelecer contato com Carlos Figueiredo de Sá, do qual pretendia receber apoio material e logístico para montar uma rede política com outros exilados. Posteriormente, Cerveira, com o codinome “Walter”, estruturou uma espécie de

⁶¹⁴ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

⁶¹⁵ ALMEIDA, Euclides Paes de. *Op. cit.*, p. 122.

“quartel general” num apartamento de propriedade de Sá, em Santiago, no qual o ex-major realizava reuniões com militantes de seu grupo e de outras organizações, interessados em ingressar na FLN⁶¹⁶.

A filha do ex-major, Neusah Cerveira, que esteve com o pai durante sua estadia no Chile, confirmou que ele mantinha uma intensa agenda de atividades políticas, não apenas no país como no exterior, realizando viagens constantes ao Uruguai e a Bolívia. Conforme Neusah, o engajamento político do pai a impediu de permanecer em Santiago, pois diante da impossibilidade de acompanhá-lo nas viagens a outros países, ela decidiu voltar para o Brasil⁶¹⁷. Os agentes do CIEX acompanhavam as atividades de Cerveira em território uruguaio, chileno e boliviano, mantendo relatório sobre as suas viagens pela região⁶¹⁸.

O grupo de Joaquim Cerveira, porém, não foi o único que tentou organizar o retorno ao Brasil para dar prosseguimento à luta armada. Otto Brockes, em seu depoimento aos consultores da CNV, informou ter participado de um grupo estruturado pelo PCBR, com a liderança de Apolônio de Carvalho, que tinha o mesmo objetivo. O projeto de voltar ao país, entretanto, tornou-se inviável na medida em que o aparelho estatal havia aumentado a violência contra os militantes da organização que permaneceram em território nacional: “tínhamos pessoas aqui, já tínhamos data marcada para voltar ao Brasil. Aí aconteceu uma coisa: praticamente todos os nossos companheiros que estavam no Brasil morreram, foram trucidados pela repressão”⁶¹⁹.

O militante Irany Campos, do COLINA, declarou que a volta ao Brasil era o objetivo que permeava as atividades da maior parte dos setenta banidos no exílio, que não admitia o término do processo revolucionário no país. Seguindo esse posicionamento, Irany viajou para Cuba, em agosto de 1971, para frequentar cursos em táticas de guerrilha. O treinamento, contudo, não foi realizado no país, mas na Coreia do Norte, onde permaneceu por seis meses. Um ano mais tarde, Irany retornou para Santiago e soube da difícil situação das organizações de luta armada brasileiras:

É que quando nós estávamos no Chile ainda, estava ficando difícil a gente voltar para o Brasil, porque já estava vivendo desestruturadas todas as organizações aqui, a maioria exilada e outros mortos, não tem condição mais, porque foi um período mais

⁶¹⁶ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.08.1, p. 31/72. Movimento geral dos grupos subversivos brasileiros no Chile. 10 de janeiro de 1972.

⁶¹⁷ CERVEIRA, Neusah. *Op. cit.*, p. 128.

⁶¹⁸ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.8, p. 85/118. Bolívia. Concentração de asilados. JOAQUIM PIRES CERVEIRA. 19 de agosto de 1971.

⁶¹⁹ BROCKES, Otto. Depoimento CNV. São Paulo, 06 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Otto_Brockes_transcricao.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

triste da história do Brasil nesse sentido obviamente, é de 70 a 73, o período que era mesmo é de liquidação humana, das pessoas. Eles já não queriam mais, porque antes eles perguntavam seu nome e aparelho. Que antes eles perguntavam o que é que você era, o que você era, depois chegou num ponto que eles falavam: seu nome e aparelho. Então quer dizer, você então ficava ali, dava o seu nome e aparelho, e se o cara não abrisse nada, eles matavam ele. Eles não queriam saber mais nada, eles só queriam seu nome e aparelho. Sabiam que você estava envolvido com a luta. Então, tinham várias organizações, então eles queriam saber qual era o aparelho que você estava, porque obviamente a partir dali eles podiam pegar outras pessoas⁶²⁰.

Observa-se que, entre 1970 e 1973, nenhuma das organizações brasileiras em atividade no Chile, colocou em prática os planos de retomar a luta armada no Brasil. Além dos problemas com a falta de recursos e de pessoal, a partir do assassinato de militantes em território nacional, esses grupos enfrentaram dificuldades para montar uma rota relativamente segura de passagem pela região, já que as conexões repressivas entre os serviços secretos dos países do Cone Sul estava cada vez mais articulada e eficiente, como demonstrou a prisão de Jefferson Cardim e de seus familiares, e o desaparecimento de Edmur Camargo em Buenos Aires, em 1971.

Parte da eficiência desse sistema repressivo devia-se à ação da Embaixada Brasileira, da agência da DSI/MRE e, principalmente, da base do CIEX instalada em Santiago, que forneciam informações ao aparelho repressivo estatal sobre os exilados no Chile. Conclui-se assim que, o Itamaraty, mesmo sem participar diretamente de operações repressivas, foi responsável pela criação de um sistema de coleta/busca, avaliação e distribuição de informações, obtidas na imprensa ou através de agentes infiltrados em organizações de esquerda brasileiras no exílio. Essa rede de transmissão de dados permitiu ao SNI e demais órgãos de segurança, localizar e sequestrar brasileiros no exterior.

No começo de 1973, os conflitos se acirraram em todo o Chile. A direita e os militares, com apoio político, econômico e militar do governo estadunidense, abandonaram a estratégia eleitoral e passaram a trabalhar na articulação de um golpe de Estado. A Embaixada Brasileira em Santiago estreitou relações com os setores golpistas das Forças Armadas, posicionando o Brasil como um dos principais apoiadores do movimento de desestabilização contra o governo da UP. A DSI/MRE e o CIEX, por sua vez, aumentaram a vigilância sobre os brasileiros, com o objetivo de impedir sua saída do país, quando o golpe fosse consumado.

Nesse cenário, o Chile deixou de ser um refúgio relativamente seguro e acolhedor, para se transformar num país onde a esquerda chilena e estrangeira, passou a ser cada vez mais perseguida. As ações repressivas iniciaram com o *Patria y Libertad*, que aumentou o

⁶²⁰ CAMPOS, Irandy. Depoimento CNV. S/I, 11 de outubro de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Irandy_Campos_11.10.2013.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

volume de atentados contra as instalações de partidos e organizações de esquerda e também contra seus militantes. A polícia chilena, em sua maioria conivente com a direita que conspirava para derrubar o governo Allende, não tomou nenhuma atitude para coibir a ação desse grupo. A violência contra *pobladores*, operários, camponeses e também estrangeiros, cresceu em todo o país.

Por outro lado, uma teia de vínculos e relações foi jogada pelos aparatos repressivos da região; abrangeu soldados, agentes de inteligência, diplomatas, funcionários alfandegários, agentes infiltrados e muitos colaboradores e delatores. Diante da rede de solidariedade com os exilados se estendeu essa rede pressiva cujo alcance era desconhecido. Para os exilados brasileiros no Chile, a ameaça não ficou restrita ao perímetro do território brasileiro; podia estar, também, corporificada no complexo de prédios diplomáticos brasileiros ou no trânsito encoberto de agentes do SNI pelas ruas de Santiago, Valparaíso, Montevidéu ou Rivera. Sem dúvida, estava presente ao longo das rotas clandestinas de trânsito e até em corriqueiras conexões ou escalas em aeroportos de terceiros países. Em tempos de esboço de uma colaboração repressiva, o “mundo” do mundo do exílio, era, também, um lugar perigoso. Mesmo no Chile da UP, lugar de muita solidariedade e fraternidade revolucionária, o ovo da serpente pinochetista estava em gestação e a vigilância da ditadura brasileira sempre existiu. Os documentos confirmam isso.

Com o golpe de 11 de setembro de 1973, a direita, os militares e a polícia chilena receberam carta branca para perseguir, prender, torturar, assassinar e desaparecer com militantes de esquerda, fossem nacionais ou estrangeiros residentes no país. O Chile deixou de ser um lugar acolhedor e relativamente seguro para os exilados, para se tornar o país no qual brasileiros, bolivianos, argentinos, cubanos e uruguaios foram percebidos como subversivos perigosos e nocivos, que deviam ser expurgados da sociedade local. Ou seja, receberam a mesma codificação e tratamento que os identificados como “inimigos internos”. De fato, para a DSN, as fronteiras entre a esquerda nativa e estrangeira residente no país era inexistente na hora de aplicar o TDE. E essa iniciativa contou com a anuência, simpatia e colaboração das ditaduras vigentes nos países de origem daqueles “esquerdistas estrangeiros”. E com o aval dos EUA. No Chile, o golpe marcou o início de um período sombrio, de terror generalizado, que se contrapôs totalmente à experiência de participação popular, esperança e luta, que os brasileiros tinham vivenciado com tanta expectativa no país governado pela UP.

4. A REPRESSÃO AOS BRASILEIROS EXILADOS NA PRIMEIRA FASE DA DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL CHILENA

O golpe para mim foi isso, um troço fulminante! Eu acordei, escutei o Allende falando na rádio, peguei o ônibus e fui para a faculdade. Cheguei lá e não havia nada, voltei para casa e a situação foi piorando, piorando e piorando. Da janela da cozinha eu via os aviões, eles passavam aqui e iam para o centro, só viravam e a gente não ouvia nada... e depois voltavam. Eles estavam bombardeando o La Moneda [...]. O golpe foi isso, foi nada... digamos; nada, nada, nada.
Raul Ellwanger⁶²¹

En los días posteriores se desencadena una represión política nunca conocida en la historia reciente de Chile. Cientos de personas son detenidas, torturadas, muertas o ejecutadas extrajudicialmente y también desaparecidas [...]. En efecto, grupos de familiares y amigos buscaban incansablemente en cuarteles policiales y militares, organismos gubernamentales, hospitales, servicio médico legal, etc.; a sus parientes. En muchos casos existían numerosos testigos de su detención por parte de carabineros o ejército, en otros casos la incertidumbre sobre la suerte del afectado era casi total, pero todo indicaba que también habían sido arrestados.
Elías Ballesteros⁶²²

4.1 O GOLPE DE 11 DE SETEMBRO DE 1973 NO CHILE

Durante o transcurso do ano de 1973, a crise econômica se acentuou no Chile, o que agravou os problemas políticos e sociais existentes no país. Parte do problema financeiro foi gerado e cada vez mais acentuado pela ação do governo estadunidense que, a partir do controle do preço do cobre no mercado internacional, reduziu drasticamente a capacidade do governo Allende de importar gêneros alimentícios, combustíveis, matérias-primas e máquinas para suprir as demandas dos setores de comunicação, transporte e industrial, principalmente das fábricas recém-incorporadas a APS. O presidente Richard Nixon também destinou recursos para a CIA financiar greves de caminhoneiros, com o objetivo de intensificar o desabastecimento em todo o território nacional, o que resultou na formação de longas filas em frente aos estabelecimentos comerciais para aquisição de gêneros básicos como azeite e carne, no aumento da venda de produtos no mercado paralelo e da inflação. Os brasileiros exilados no Chile sofreram os efeitos dessa grave crise econômica. Raul Ellwanger, em seu

⁶²¹ ELLWANGER, Raul. *Dep. cit.*

⁶²² BALLESTEROS, Elías. *Op. cit.*, p. 45.

depoimento, chamou a atenção para as dificuldades que ele e seus companheiros de militância tiveram para conseguir gêneros alimentícios em Santiago, nos últimos meses do governo Allende. A carne era um dos itens mais difíceis de serem adquiridos, porque o país não tinha uma significativa produção pecuária e os empresários, visando o aumento nos lucros, destinavam os lotes de melhor qualidade para o mercado paralelo, ofertando em seus estabelecimentos comerciais apenas carne suína comprada da China – *los chanchos chinos*. Outra dificuldade apontada por Ellwanger era enfrentar as longas filas que se formavam nas proximidades dos supermercados existentes na capital chilena: “a gente ia para a fila cedo, nós íamos para a fila às 5 da manhã para depois conseguir ir à faculdade, lá pelas 07 e 30”⁶²³.

De forma semelhante, Bona Garcia relatou os problemas que ele e a sua esposa, Célia, enfrentaram para atender a necessidade do filho recém-nascido, diante da escassez de alimentos, no decorrer de 1973. Tal situação, na interpretação do militante, foi gerada pelas constantes paralisações no sistema de transporte de mercadorias, lideradas pelos grêmios patronais que controlavam esse setor:

E como o Chile é um risco, onde o transporte rodoviário era muito importante para o processo. Eles dominavam os sindicatos e eles começaram a parar o país... e começou a existir uma escassez muito grande de produtos. Tu não tinhas mais o que comprar, tu não tinhas azeite, tu não tinhas carne, outros produtos. Tu só tinhas pescado, merluza [...]. Eles começaram a tirar, para você ter uma ideia, as chupetas das crianças. Então, tu imaginas que de uma hora para outra, somem as chupetas das prateleiras, e aí as crianças berrando e depois tiraram o leite das crianças, tiraram o cigarro de quem fumava e naquele período todo mundo fumava porque era moda.... Então, tu imaginas o drama que isso aí causou [...]. Eu fiquei na fila durante 5 ou 6 horas para comprar 200 gramas de azeite⁶²⁴.

Inegavelmente os setores médios colaboraram para a formação desse cenário de caos, conspirando com os Estados Unidos e a classe dominante no processo de desestabilização da UP. Parte deles, por causa da disponibilização de recursos financeiros realizada por Allende no começo de seu mandato, não haviam se posicionado, inicialmente, contra seu governo. Porém, a partir de 1972, na medida em que a falta de divisas passou a prejudicar a concessão de incentivos pelo governo, esses comerciantes começaram a esconder parte de suas mercadorias para vender no mercado paralelo, contribuindo para a escassez de produtos que, ao lado de outros fatores de ordem política e social, desencadeou o golpe contra a UP, em 11 de setembro de 1973.

A mudança de posicionamento dos setores médios também foi resultado das campanhas promovidas pela elite chilena, reunida no *Partido Nacional* (PN), em grupos de extrema direita como o *Patria y Libertad* e em associações de classe como a SOFOFA, com o

⁶²³ ELLWANGER, Raul. *Dep. cit.*

⁶²⁴ BONA GARCIA, João Carlos. *Dep. cit.*

propósito de arruinar o apoio ao governo Allende. A ideia desse movimento era utilizar os veículos de imprensa para difundir entre os setores médios, vinculados politicamente ao PDC, que o objetivo do programa da esquerda socialista e comunista, em última instância, era eliminar a propriedade privada dos meios de produção. Nesse sentido, jornais como *El Mercurio* divulgavam que a UP não estatizaria apenas grandes indústrias ou expropriaria somente latifúndios, mas, também, todo estabelecimento comercial, fábrica, indústria e propriedade rural, de pequeno ou médio porte, existente no país.

A crise econômica e a campanha colocada em andamento pela direita nos meios de comunicação que lhe davam suporte, entretanto, não foram suficientes para acabar com o apoio da classe trabalhadora e dos setores marginalizados ao programa do governo Allende. Por essa razão, nas eleições de 4 de março de 1973, contrariando todas as expectativas, a bancada da UP, ao invés de diminuir, aumentou na Câmara Federal e no Senado. O número total de votos, nos partidos de esquerda da coalizão, subiu de 36,3% para 44%. Esse resultado frustrou o plano da direita de reverter o processo de implantação do socialismo por meio das urnas, pois o objetivo do PN e PDC era tentar obter maioria das cadeiras no Poder Legislativo, para entrar com um pedido de *impeachment* contra o presidente que resultasse no seu afastamento do poder executivo. Contudo, esse desfecho eleitoral inesperado, obrigou à direita a abandonar, de forma definitiva, a via eleitoral e passou a conclamar abertamente a intervenção militar no país.

Nesse sentido, um fato importante ocorreu no segundo semestre de 1972; o PN, a partir de aliança política estabelecida com o PDC, conseguiu aprovar a lei de controle de armas no Congresso Nacional, que forneceu respaldo legal para os militares e policiais revistarem qualquer estabelecimento comercial, sede de partido, sindicato ou residência que supostamente, estivesse sendo utilizado como depósito de armas pela esquerda. As invasões de fábricas administradas pelos trabalhadores nos *Cordones Industriales*, casas dos *pobladores* localizadas nas regiões de periferia e sedes do PS, PC, MIR e MAPU, com a justificativa de buscar armamentos, tornaram-se constantes em todo o país. Tais ações tinham dois objetivos: o primeiro era impedir os partidos e organizações de esquerda de formar uma frente popular armada, em defesa da experiência socialista da UP e o segundo, permitir que militares atuassem nas ruas para reprimir a população civil.

No decorrer dessas buscas, entretanto, as forças policiais e militares não encontraram um número expressivo de armas, porque a formação de um plano de defesa armada civil não era consenso dentro dos próprios partidos que constituíam a UP. Por um lado, o PC, partido com o maior número de militantes dentro da coalizão, e a ala do PS liderada por Allende,

hesitaram em fornecer armamentos às bases populares, temendo que essas adquirissem autonomia em relação ao governo. Por outro lado, a ala rupturista do PS, liderada por Carlos Altamirano, se posicionava a favor da entrega de armas a esses grupos, tidos como os únicos capazes de defender a UP diante do golpe em andamento. O impasse no interior da própria UP, de acordo com o militante do PS e dirigente do *Cordón Industrial Cerrillos-Maipú*, Hernán Ortega, prejudicou a ação defensiva contra o golpe:

Lo que nosotros teníamos era implementar iniciativas tendientes a defender el gobierno de la UP. Después, previendo que el desenlace iba a ser violento, que iba a haber en Chile un golpe de estado, los trabajadores sentían la necesidad de prepararse para eso en la perspectiva también de defender un gobierno, y algunas iniciativas de preparación paramilitar es verdad que existirán; no contaron siempre con el apoyo de todos los partidos políticos pero era una respuesta a la preparación militar que se hacía en las calles. La verdad es que el pueblo sentía que las fuerzas armadas en principio no iban a participar de esto, por lo tanto se trataba de enfrentar esta amenaza paralela y civil que la derecha estaba generando. Y en la medida que las fuerzas armadas empiezan a tomar posición a favor de la derecha, ya tardíamente el pueblo siente la necesidad de combatirse incluso frente a algunos sectores de las fuerzas armadas pero, la verdad es que no hubo ni el tiempo ni la capacidad de generar este ejército popular que la derecha inventó, que la dictadura inventó⁶²⁵.

Ubiratan de Souza avaliou de forma semelhante ao dirigente do *Cordón Cerrillos-Maipú*, Hernán Ortega, a lei de controle de armas. Para o brasileiro, que participou da administração do *Consortio Nietos Hermanos* – fábrica ocupada e dirigida por trabalhadores –, essa lei surgiu de um plano arquitetado pela direita, com o objetivo de impedir a classe trabalhadora e marginalizada da sociedade de se preparar para o enfrentamento armado que, mais cedo ou mais tarde, iria se desenrolar no país. Segundo o exilado, a decisão do PC e de parte do PS, de se posicionarem contra o repasse de armas aos setores que apoiavam o programa da UP, se constituiu num erro estratégico desses partidos, que não avaliaram a defesa armada como parte essencial de um projeto que previa a alteração das estruturas capitalistas sobre as quais se assentava o Estado chileno. A respeito disso, Ubiratan concluiu: “eles [as organizações e partidos de direita] acusavam que o povo estava se armando, [...] que não era verdade porque o pessoal não tinha armas e eles sim... estavam se armando”⁶²⁶.

Nesse cenário, a direita, ao lado de parte expressiva dos setores médios e das Forças Armadas, expandiu suas ações em todo o país, no decorrer de 1973. Em junho, militantes de direita, reunidos no *Movimiento Gremialista de la Universidad Católica*, incitaram os trabalhadores da mina *El Teniente*, uma das maiores do país, a começar uma greve, com o objetivo de reivindicar aumento salarial e melhorias nas condições de trabalho, junto ao governo. A greve gerou enormes prejuízos à economia chilena, que dependia, principalmente

⁶²⁵ ORTEGA, Hernán. *Op. cit.*, p. 198.

⁶²⁶ SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

da venda de minérios no mercado externo. No dia 15 de junho, mineiros e estudantes *gremialistas* organizaram uma marcha pelas principais avenidas de Santiago. O objetivo da manifestação era pressionar Allende a aceitar suas reivindicações, fato que, além de incentivar a ocorrência de outras greves, poderia afetar a imagem do presidente diante dos demais operários chilenos, não contemplados com tais benefícios.

Na tentativa de se contrapor a esse protesto, convocado pela direita, a CUT, os *Cordones Industriales*, os *pobladores* e os militantes do PC, PS, MAPU e MIR realizaram no mesmo dia, uma caminhada pelas ruas centrais da capital chilena, como forma de demonstrar seu apoio ao governo. Na região central de Santiago, grupos de militantes de esquerda e de direita entraram em confronto, o que resultou num saldo de vinte e quatro feridos e um estudante estrangeiro assassinado: Nilton Rosa da Silva. O brasileiro, como um dos *miristas* presentes na manifestação, foi atingido por uma bala, disparada por um integrante da direita.

A partir desses antecedentes, observa-se que na segunda metade de 1973, as Forças Armadas articularam os últimos detalhes do golpe que destituiria Salvador Allende da presidência, em setembro. Em 29 de junho, tropas lideradas pelo tenente-coronel Roberto Souper, com o apoio de integrantes do *Patria y Libertad*, tentaram derrubá-lo. Nas primeiras horas do dia, Souper enviou tanques de uma unidade do Exército, localizada em Santiago, para cercar o palácio de La Moneda. O plano fracassou devido à interferência do general constitucionalista Carlos Prats, que se posicionou na defesa do governo. Após o episódio, partidos e organizações de esquerda, trabalhadores e setores populares marcharam até o La Moneda, para manifestar seu apoio ao governo e solicitar que Allende, com o amparo da ala constitucionalista das Forças Armadas liderada por Prats, decretasse o fechamento do Congresso Nacional e a realização de novas eleições no país.

O presidente, entretanto, era um médico que construiu sua carreira política dentro do Congresso Nacional, mantendo por três décadas suas atividades no âmbito constitucional. Por essa razão, Allende, mesmo se declarando um político socialista e anti-imperialista, que estreitou relações comerciais e diplomáticas com Cuba, tendo ocupado desde de 1967 a presidência da OLAS, não defendia a luta armada como via de implantação do socialismo no Chile e na América Latina. Nessa perspectiva, durante todo o seu mandato, atuou dentro das normas estabelecidas pelo Estado, sofrendo, em contrapartida, as ações de uma direita que não seguiu os limites institucionais no momento de formar alianças com governos e grupos estrangeiros, para arquitetar planos e promover atentados que provocassem a desestabilização da UP, contrariando a escolha da maioria dos eleitores chilenos.

Salvador Allende não aceitou a proposta formulada por parte da UP, de se aliar a ala das Forças Armadas fiéis ao governo, com o objetivo de aumentar a concentração de poderes no executivo, em detrimento do legislativo e do judiciário. Após esse rechaço, o presidente começou a trabalhar numa alternativa constitucional para sair do impasse no qual a UP se encontrava, planejando a convocação de um plebiscito para o mês de setembro. Na avaliação de Raul Carrion, que acompanhou os últimos dias da experiência socialista chilena, a esquerda e o próprio Allende se iludiram ao acreditar que a direita manteria sua fidelidade às regras impostas pelo jogo democrático, no momento em que a UP colocou em perigo a manutenção de seus privilégios econômicos e sociais. Para o militante do PCdoB, “nem o golpe abortado de junho de 1973 [...] foi capaz de alertar as lideranças da esquerda chilena para a necessidade de expurgar os militares golpistas (momentaneamente na defensiva) e fortalecer os setores progressistas das Forças Armadas”⁶²⁷.

A presença do general Carlos Prats, defensor do governo Allende e da manutenção das instituições, era um problema que deveria ser resolvido de forma urgente pelos oficiais golpistas, uma vez que, a situação poderia provocar uma quebra de hierarquia e, conseqüentemente, uma divisão dentro das Forças Armadas. Para solucionar esse problema, agentes da CIA estudaram a personalidade do general e aconselharam militares golpistas e integrantes do *Patria y Libertad* a unirem seus esforços numa campanha para desmoralizá-lo. Logo, os oficiais enviaram suas esposas a proferir ofensas em frente à residência de Prats⁶²⁸. A partir desse e de outros eventos vexatórios, o general concluiu que não exercia mais poder de fato sobre parte dos comandos militares e, no dia 23 de agosto de 1973, renunciou ao cargo de comandante do Exército. O presidente, então, nomeou outro oficial reconhecido como sendo, aparentemente, democrata e constitucionalista: Augusto Pinochet Ugarte. A partir dessa nomeação não havia mais impedimentos para os militares decretarem o golpe.

No dia 11 de setembro de 1973, uma Junta Militar, composta por integrantes do Exército, Marinha, Força Aérea e *Carabineros*, deu um golpe de Estado e assumiu o poder no Chile. A tática adotada por Allende, de solicitar que os trabalhadores permanecessem dentro das fábricas e indústrias da APS para defender o governo se mostrou ineficaz, por que esses grupos, paradoxalmente, não tinham armas necessárias para resistir ao golpe, fato que fora advertido por eles anteriormente. Diante dessa constatação, os trabalhadores rapidamente

⁶²⁷ CARRION, Raul. *Dep. cit.*

⁶²⁸ “As mesmas mulheres que haviam organizado as Marchas de las Cacerolas articularam-se com as esposas de generais do Exército e, no dia 21, concentraram-se em frente à residência do general Prats, para entregar uma carta à sua esposa, Sofia, exigindo implicitamente que ela forçasse o marido a renunciar. A manifestação, que começou com cerca de 300 esposas de oficiais, logo aumentou para aproximadamente 1500 pessoas [...] gritando insultos e impróprios contra ele”. In: MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. *Op. cit.*, p. 498.

foram desmobilizados e reprimidos pelas Forças Armadas. Como exemplo, cita-se o caso da indústria de tecidos Yarur, que ganhou notoriedade ao ser incorporada à APS, em 1972, devido à mobilização de seus funcionários. Após o golpe, mesmo sem demonstrar resistência, esses trabalhadores foram interrogados, torturados e encaminhados a campos de concentração espalhados por todo o país. Em janeiro de 1974, a indústria foi devolvida a seu antigo proprietário, Armando Yarur, e os funcionários voltaram ao sistema de exploração a que estavam submetidos antes da chegada de Allende ao poder executivo do país⁶²⁹.

Para os operários, camponeses e *pobladores*, o golpe marcou a derrota do projeto socialista da UP e o fim de várias esperanças. A primeira, a de deixar de ser submetido a jornadas extenuantes de trabalho, na cidade e no campo, remuneradas com salários irrisórios, que não permitiam o atendimento de necessidades básicas de alimentação, vestuário e moradia. A segunda, deixar de ver seus filhos frequentar escolas com infraestrutura adequada e professores capacitados. A terceira, ter acesso a um sistema de saúde mais digno, no qual subalternos fossem tratados como cidadãos e não apenas como trabalhadores não qualificados. A operária de Yarur, Berta Castillo, avaliou o dia do golpe como muito triste, pois significou o fim de uma etapa: “lo peor de todo es que ellos han matado mi sueño... era un sueño tan hermoso”⁶³⁰.

Para os brasileiros exilados no Chile, o golpe significou o retorno à situação de insegurança e medo que haviam vivenciado em anos anteriores no Brasil. A primeira fase da ditadura, compreendida entre 11 de setembro e 31 de dezembro de 1973, foi marcada por intensa repressão, que atingiu não apenas militantes e simpatizantes da UP, do MIR e do PDC, como também estrangeiros que haviam se exilado no país e até pessoas sem histórico de envolvimento em atividades políticas. Os direitos civis e políticos da população chilena e de pessoas de várias nacionalidades foram negados. Seguiu-se um período de terror generalizado, no qual o simples fato de sair às ruas depois do toque de recolher poderia resultar em execução sumária. A respeito desse dia, Bona Garcia escreveu em suas memórias:

O Allende teve a nobreza de lutar até a morte. O povo, por maior vontade que tivesse, morto o Allende, cercada as fábricas, não tinha alternativa senão se render. Quase todos os líderes ou foram sumariamente mortos, ou encarcerados no Estádio Nacional, transformado em campo de concentração. Fuzilaram os oficiais favoráveis à Unidade Popular. Se, por acaso, as fábricas resistissem, também seriam bombardeadas. A direita estava disposta a fazer tudo o que fosse necessário para liquidar o governo Allende. Foi por isso que o próprio Allende, em seu último discurso, pediu ao povo que entendesse e não derramasse o seu sangue em vão⁶³¹.

⁶²⁹ WINN, Peter. *Op. cit.*

⁶³⁰ CASTILLO, Berta. Depoimento. In: WINN, Peter. *Tejedores de la revolución: los trabajadores de Yarur y la vía chilena al socialismo*. Santiago: LOM, 2004, p. 333.

⁶³¹ BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Op. cit.*, p. 91.

Com a morte de Salvador Allende e o bombardeio do La Moneda, os militares e os setores de direita colocaram em andamento um projeto de governo contrário às pretensões socialistas da UP. A ideia não era apenas reverter transformações econômicas, como a devolução de fábricas e indústrias administradas pelos trabalhadores aos seus antigos proprietários, mas também acabar com as atividades de todos os partidos e organizações de esquerda, como por exemplo, impedir que propostas semelhantes pudessem atrair os trabalhadores e os setores marginalizados e vulneráveis da população chilena, no futuro. O projeto da Junta Militar baseava-se em três eixos; a segurança nacional, o desenvolvimento econômico e a aniquilação de todos os sujeitos identificados como inimigos da nação – os subversivos marxistas e seus apoiadores, nacionais ou estrangeiros.

Após o golpe e a instauração da ditadura, vários intelectuais passaram a debater a questionar a implantação do socialismo no país sem romper com a ordem institucional, com tentou fazer o governo Allende. Susana Bruna, por exemplo, analisou as estruturas comuns a outras economias subdesenvolvidas e dependentes como a chilena, para demonstrar os limites objetivos e as contradições políticas do projeto colocado em prática pela UP. Na avaliação da pesquisadora, a coalizão cometeu um erro crucial ao supor que, depois de assumir o poder executivo, conquistaria o legislativo e o judiciário sem a interferência da classe dominante, que supostamente respeitaria as regras constitucionais. Porém, essa classe, ao ver ameaçada a estrutura do Estado que garantia a reprodução das relações de produção e os seus privilégios, por uma população que, impulsionada pelas ações da esquerda, passou a reivindicar a diminuição da desigualdade social, organizou a contrarrevolução, efetivada com o golpe, em setembro de 1973⁶³².

Seguindo essa linha de raciocínio, Altamirano centrou sua análise sobre o governo Allende na estrutura econômica vigente no começo de 1970. Conforme o ex-secretário geral do PS, numa economia monopólica e dependente de capital externo como a chilena, era impossível acabar com o domínio exercido pelas multinacionais e pela burguesia local sobre a exploração das riquezas minerais, sem atingir diretamente o capitalismo, responsável pela geração de uma série de problemas de ordem estrutural no país. Entre esses se encontrava a falta de dinamismo do sistema econômico, a grande disparidade entre a produção extrativista, industrial e agrária, a subutilização da capacidade instalada de fábricas e indústrias, a imensa concentração de riqueza em poder da classe dominante, a falta de investimentos em

⁶³² BRUNA, Susana. *Chile: la legalidad vencida*. México: Era, 1976.

infraestrutura e tecnologia, as diferenças de padrões de desenvolvimento por unidade geográfica e o índice elevado de desemprego⁶³³.

A partir da constatação desses problemas, Altamirano considerou impossível o estabelecimento de uma aliança entre a UP e os setores médios que, ao longo do século XX, havia se identificado mais com as aspirações econômicas e valores morais da burguesia que dos operários e camponeses. Assim, na medida em que, a luta de classes tornava-se mais acirrada no país, esses setores passaram a colaborar ativamente com o processo de desestabilização econômica, política e social, que resultou na derrubada do governo Allende, em 1973. Ou seja, quando a UP começou a atacar os interesses da burguesia financeira e monopólica – aliada ao imperialismo estadunidense – e dos grandes proprietários de terras, expropriando latifúndios e decretando a intervenção de empresas estratégicas para a economia nacional, os setores médios saíram da posição de neutralidade que tinha assumido após a chegada da UP ao poder, em 1970, para integrar os quadros de oposição, empenhados em combater os interesses da classe trabalhadora chilena:

Algunos de sus componentes ideológicos entran en contradicción con el conjunto de los valores burgueses. La confrontación de las grandes desigualdades sociales lleva por lo general, a las capas medias a asumir posiciones anticapitalistas y anti oligárquicas y a protestar contra la opulencia y las grandes fortunas. Sin embargo, estas contradicciones aparecen mediatizadas y encubiertas por una unidad ideológica básica, fundada en su adhesión irrestricta al concepto "de propiedad" y al modo de vida burgués. Reclama su participación en la distribución del poder político, cuya transformación por otra parte rechaza. A partir de su aislamiento económico, idealiza un "Estado protector y por encima de las clases. Éste es "su Estado", el llamado a impedir su "descanso social", a satisfacer sus confusas aspiraciones de justicia, así como asegurarle la estabilidad, necesaria para el desarrollo de sus expectativas individuales. La sobrevaloración de "prestigio social" les crea una suerte de complejo frente a la burguesía, al magnificar aspectos incidentales de la vida, a los que atribuye influencia en la determinación del estatus⁶³⁴.

Na avaliação de Fernando Mires, o projeto de governo da UP apresentava erros estruturais, que impediam a instauração do socialismo no Chile. O primeiro foi limitar o processo de estatização de fábricas e indústrias a setores considerados essenciais para a economia nacional, beneficiando um número reduzido de trabalhadores, em detrimento do restante da população. O segundo foi impedir a ampliação da participação política, vetando iniciativas como a formação de uma Assembleia Popular, que o MIR e a ala rupturista do PS tentaram organizar na cidade de Concepción, em 1972. Em síntese, o projeto era marcado por contradições estratégicas e táticas, que se agravaram com as ações desestabilizadoras da direita, colocadas em andamento com o apoio do governo estadunidense⁶³⁵.

⁶³³ ALTAMIRANO, Carlos. *Op. cit.*

⁶³⁴ Idem., p. 215.

⁶³⁵ MIRES, Fernando. *Op. cit.*

Moniz Bandeira destacou, também, o papel que as Forças Armadas chilenas tiveram no processo de desestabilização que resultou na derrubada de Salvador Allende, em setembro de 1973. Conforme o historiador, mesmo que a ala militar liderada pelo general Carlos Prats apoiasse o regime constitucional, o meio castrense, formado basicamente por oficiais oriundos dos setores médios e privilegiados, desconhecia os anseios dos extratos mais baixos da sociedade, afetados diretamente pela desigualdade econômica, não compartilhando os mesmos interesses dos trabalhadores e da população chilena em geral. Cabe destacar que, embora os militares não tivessem interferido diretamente nos rumos políticos do país até a década de 1970, atuaram desde o início do século, na repressão aos movimentos organizados pelos trabalhadores⁶³⁶. Um dos exemplos mais emblemáticos foi o massacre ocorrido no ano de 1907, em Santa Maria de Iquique, norte do Chile, quando trabalhadores das minas de salitre em greve organizaram um protesto na cidade e foram massivamente fuzilados, ao lado de familiares e apoiadores, por tropas da Marinha e do Exército chileno.

Dados esses antecedentes, constata-se que, as Forças Armadas chilenas, contrariando a leitura defendida pelo PC e parte do PS, não eram uma excepcionalidade constitucional dentro de uma América Latina, marcada ao longo de sua história, por sucessivos golpes militares. Ou seja, os militares não interferiram diretamente no processo político, devido à habilidade demonstrada pela burguesia em manter o pacto político e social estabelecido com a classe operária em anos anteriores. No final da década de 1960, porém, diante da necessidade de adequar o mercado chileno às novas demandas do capitalismo mundial, a burguesia optou por retirar os benefícios concedidos aos trabalhadores do meio urbano que, insatisfeitos com essas medidas, se uniram aos camponeses e *pobladores*, para reivindicar melhorias salariais e nas condições de exercício de suas atividades em fábricas e indústrias de todo o país, fato que acabou beneficiando a ascensão política da UP.

Na análise de Gaudichaud, a UP poderia ter tirado melhor proveito da pressão do setor operário durante o governo Allende, pois suas reivindicações se alinhavam aos interesses dos camponeses e *pobladores* e não deixavam de interagir com as estruturas estatais, por meio das ações de militantes do PC e do PS. O cientista político observou que, a partir da greve geral organizada pela direita, em outubro de 1972, esses trabalhadores começaram a desenvolver certo grau de autonomia em relação aos partidos de esquerda, estabelecendo “una fuerte solidaridad obrera, ganada codo a codo en el torbellino de la movilización colectiva, multiplica los acercamientos de las posiciones en el seno de las fábricas e interrumpe temporalmente, las divisiones políticas fraticidas”. No entanto, a UP, ao invés de canalizar as

⁶³⁶ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Op. cit.*

energias desse movimento, de caráter mais horizontal, no sentido de obter mais apoio para o seu plano de governo, e assim seguir no processo de instauração do socialismo, optou por persistir na ideia de aliança com o PDC em detrimento dos trabalhadores⁶³⁷.

No decorrer de sua obra, Gaudichaud identificou os limites objetivos que movimentos de caráter mais autônomo, como os *Cordones Industriales*, apresentavam no momento de controlar a produção, devido à demanda por conhecimentos técnicos e administrativos, tomada de decisões coletivas e à estruturação de projetos mais amplos de autogestão que permitiriam, por exemplo, diminuir os efeitos de uma crise econômica como a enfrentada pelo governo Allende. Por essa razão, Gaudichaud defendeu que a saída para a UP não era incentivar a dualidade de poderes, mas se alinhar aos movimentos que lutavam por maior autonomia em relação ao poder do Estado, pois essas ações de empoderamento da classe trabalhadora poderiam ter contribuído para que a experiência socialista chilena não tivesse como desfecho a implantação de uma ditadura de SN no país, em 1973.

Diante desse panorama, concluiu-se que não existia uma possibilidade real de implantação do socialismo no Chile sem romper com as estruturas do Estado, como previa a *Vía Chilena al Socialismo*. Em primeiro lugar, pela questão econômica, pois o país dependia da venda de cobre e de outros minérios no mercado externo para realizar a compra dos produtos necessários ao abastecimento da população, já que o mesmo não era autossuficiente na produção dos alimentos para suprir suas demandas internas. Tal situação se agravou quando a reforma agrária começou a ser colocada em prática e grandes e médios proprietários rurais deixaram de produzir, com o objetivo de boicotar as mudanças previstas pelo governo no campo e os comerciantes começaram a tirar produtos de circulação, com o objetivo de vendê-los com um valor mais elevado no mercado paralelo.

Os Estados Unidos, como potência hegemônica do capitalismo, passou a intervir junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), para que países aliados não realizassem a compra de cobre chileno. Além disso, por meio de embargos e ajustes econômicos, o governo estadunidense começou a controlar o preço da venda dessa matéria prima em âmbito internacional, fixando-o abaixo do valor de mercado. Somou-se a isso, a saída de especialistas, responsáveis pelo manuseio de máquinas e tecnologias avançadas para o exterior, o que também afetou a produção industrial. Com poucos recursos, mesmo que a UP contasse com o apoio de parte dos trabalhadores, que buscavam superar de forma criativa os problemas que surgiam nas fábricas e indústrias, não foi possível manter os índices de produtividade atingidos no primeiro ano do governo.

⁶³⁷ GAUDICHAUD, Franck. *Op. cit.*, p. 222.

Em síntese, o Chile, como uma economia dependente do capital externo, carecia de recursos capazes de impulsionar o avanço tecnológico e de construir uma infraestrutura que daria suporte a um desenvolvimento industrial mais autônomo. Esses aspectos refletiam na sociedade, que se caracterizava pelas disparidades sociais, na qual a classe dominante tinha mais interesse na manutenção de negócios e acordos lucrativos estabelecidos com multinacionais estadunidenses, do que fomentar a autonomia econômica do país em relação ao imperialismo. Na medida em que a luta de classes se acentuou, a elite buscou o apoio das Forças Armadas e da polícia para garantir a manutenção da propriedade privada e de seus benefícios na estrutura social chilena.

Em relação ao cenário político, a própria eleição de Salvador Allende tornou-se possível a partir da convergência de parte do PDC que, descontente com os resultados do governo de Eduardo Frei, se aproximou da UP. Essa aproximação política permitiu que a esquerda tivesse acesso ao poder executivo, mas não a maioria das cadeiras no legislativo e do judiciário, que continuaram sendo dirigidos por partidos e agremiações políticas de direita. Com os avanços nas tratativas políticas da UP, para implantar seus planos de governo, o PDC começou a articular alianças com a direita para garantir seus interesses e interromper qualquer transformação na estrutura social que pudesse ser implantada pelos meios institucionais. Nesse jogo político, o legislativo impedia a aprovação de medidas de interesse do executivo e o judiciário, sempre que interpelado para resolver uma situação de impasse entre esses poderes, se posicionava a favor da direita.

Cabe destacar que, no cenário externo, a situação enfrentada pela UP era diferente da vivenciada por Cuba em 1959, porque em 1970 a União Soviética já vivia os efeitos de uma crise econômica e política, não tendo interesse em desenvolver atritos com os países capitalistas, especialmente os Estados Unidos e muito menos, na América Latina, região que não fazia parte das áreas consideradas estratégicas para seus interesses geopolíticos. Portanto, não tinha condições ou interesse em ajudar o Chile a compensar a queda das exportações para o mercado internacional capitalista. Além disso, a proposta da UP, diferentemente da Revolução Cubana, não previa o término imediato das relações de produção capitalistas, mas sim a transformação progressiva da propriedade privada em propriedade social que, no futuro, permitiria a instalação do socialismo no país.

Em âmbito regional, a situação também era desfavorável aos interesses da UP, pois o Brasil, considerado a potência subimperialista⁶³⁸ da região, era contrário à instauração de

⁶³⁸ “Nos últimos anos, a expressão acentuada dessas tendências no Brasil nos levou a falar de um subimperialismo [...]. Limitar-nos-emos a indicar que, em sua dimensão mais ampla, o subimperialismo não é

governos de esquerda ou centro-esquerda em países do Cone Sul. Por esse motivo, desde o início do mandato de Salvador Allende o Brasil atuou, ao lado dos Estados Unidos, para minar as possibilidades de mudança estrutural no Chile. Esse apoio incluiu a aproximação concreta da ditadura, por meio da Embaixada Brasileira em Santiago com setores das Forças Armadas locais, interessados na derrubada da UP. De forma paralela, agremiações civis brasileiras estabeleceram redes de contato com a direita chilena, fornecendo apoio ao processo de desestruturação da UP. Moniz Bandeira apontou, por exemplo, a relação que os empresários brasileiros fundadores do IPES, Gilbert Huber e Glycon Paiva, estabeleceram com os empresários chilenos Luís Fuenzalida e Orlando Sáenz, da SOFOFA, com o objetivo de contribuir na derrubada do governo Allende:

Segundo Glycon de Paiva declarou à jornalista Marlise Simons, ele havia ponderado aos empresários, que o visitaram, que primeiro deviam criar um sistema de inteligência para estudar as ações de todas as pessoas-chave e de todos os movimentos. ‘O IPES tinha dados arquivados sobre 40.000 pessoas’, informou aos empresários chilenos, assinalando que somente depois que eles houvessem estabelecido um banco com todas as informações, ‘as ações antigoverno podiam ser convenientemente preparadas e coordenadas’. Orlando Sáenz, presidente da SOFOFA, aprendeu a lição [...]. Inspirados no IPES, empresários, profissionais liberais, proprietários de terras e militares chilenos criaram um Centro de Estudios de la Opinión Pública, juntamente com um Grupo de Acción de Informaciones, e ambas as entidades se envolveram em cooptar oficiais das Forças Armadas para a conjura, ao mesmo tempo em que o Centro de Estudios Socio-Económicos (CESEC), mantido com recursos locais e fundos dos partidos democrata-cristãos da Itália e da Alemanha, tratava de influenciar as classes médias⁶³⁹.

Salvador Allende, mesmo se posicionando contra a luta armada e mantendo suas atividades dentro dos limites institucionais, sofreu um golpe de Estado cruel, que não reconheceu nenhum direito dos militantes ou simpatizantes de esquerda, estabelecidos pela Constituição do Chile. Verifica-se, assim, que a *Vía Chilena al Socialismo* foi uma estratégia que se mostrou equivocada, pois não conseguiu romper os laços de dependência econômica e política que paralisavam as mudanças pretendidas. Nesse cenário, o assassinato do general constitucionalista René Schneider, antes mesmo da posse de Allende, em novembro de 1970, demonstrou que a classe burguesa, representada pela direita e extrema direita, associada, de forma subordinada, aos interesses do capital estrangeiro, utilizaria a violência de forma ilegal

um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente. É certo que são as condições próprias da economia brasileira que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam a sua sociedade política, cujas contradições têm dado origem a um Estado militarista de tipo prussiano, as que levaram o Brasil ao subimperialismo, mas não é menos certo que esse não é nada mais do que uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente”. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. México: Era, 1973, p. 76.

⁶³⁹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Op. cit.*, p. 289.

contra qualquer projeto que representasse um perigo real – ou imaginário – à manutenção do *status-quo* e, conseqüentemente, de seus privilégios.

O fato da *Vía Chilena al Socialismo* ter sido encerrada com um golpe de Estado, porém, não diminuiu a importância que essa experiência teve para o socialismo e para a luta revolucionária, pois no período em que a UP governou o Chile, foi possível constatar que operários, camponeses e moradores das regiões de periferia das grandes cidades se assumiram como sujeitos capazes de desempenhar um ativo papel como agentes de transformação da sociedade, ao integrarem entidades coletivas como os *Cordones Industriales*, *Consejos Campesinos* e *Asociaciones de Pobladores*. A criatividade, a autonomia e a capacidade de mobilização demonstrada por esses setores, empenhados em não permitir o colapso econômico do país durante o *paro patronal* de 1972, surpreendeu até mesmo os partidos e organizações de esquerda, que não esperavam uma reação coletiva tão estruturada e eficiente.

A energia e a força dos setores populares, historicamente excluídos dos benefícios do capitalismo no Chile, se tornaram visíveis durante os três anos do governo Allende. Os trabalhadores, mineiros, donas de casa e desempregados saíam às ruas com as bandeiras do MIR, do MAPU, PS, PC, *Cordón Cerrillus-Maipu* ou da *Población Nueva Habana*, diante da certeza que lutavam por melhorias em suas condições de vida e por um futuro melhor, no qual as riquezas deviam ser distribuídas, a sociedade seria mais solidária e fraterna e as relações políticas teriam um caráter horizontal, permitindo a participação mais ampla da população. Em resumo, a crença que, a partir da luta e da organização seria possível conquistar a utopia do fim da desigualdade social.

4.2 A PRIMEIRA FASE DA DITADURA CHILENA: 11 DE SETEMBRO - 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Ballesteros salientou que, ao assumir o poder no Chile, a Junta Militar deslegitimou as instituições democráticas, decretando o estado de guerra interna, o que permitiu o fechamento imediato do Congresso Nacional e a criação de campos de detenção em todo o seu território. Ao mesmo tempo, a instauração das chamadas leis de fuga possibilitou a invasão de casas, locais de trabalho e de estudo, bem como a realização de prisões arbitrárias, torturas, execuções extrajudiciais, sequestros e desaparecimentos de chilenos e estrangeiros, tidos como inimigos internos. A sociedade passou a ser conduzida pela lógica militar, baseada na

hierarquia, disciplina e necessidade de combater os subversivos, supostamente contaminados pelo marxismo e afastados das verdadeiras tradições e valores morais da nação⁶⁴⁰.

Na noite de 11 de setembro, quando a Junta Militar fez sua primeira aparição pública, o comandante da Força Aérea, general Gustavo Leigh Guzmán, deixou explícita a natureza da ditadura recém-instaurada. Nessa oportunidade comunicou que o país estava vivenciando uma nova modalidade de combate, a guerra subversiva, conduzida por um inimigo infiltrado em todas as camadas sociais, que deveria ser afastado da convivência dos verdadeiros cidadãos, afirmando que “después de tres años de suportar el cáncer marxista que nos llevó a un descalabro económico, moral y social que no podía seguir tolerando por los sagrados intereses de la Patria”. O comandante da Marinha, general José Toribio Merino, confirmou a necessidade de combater os subversivos com a seguinte declaração: “la patria se ha liberado de los malos chilenos que, fanatizados por la prédica de mercenarios extranjeros puestos al servicio del marxismo internacional pretendían hacer de Chile un país de esclavos”⁶⁴¹.

Nesse cenário, a Junta Militar passou a incentivar os cidadãos a denunciar qualquer pessoa suspeita de envolvimento com atividades políticas subversivas, fosse ela nacional ou estrangeira. Isso foi oficializado no dia 12 de setembro, quando a ditadura publicou um documento, no qual convocava todos os chilenos a contatarem o mais rapidamente possível as autoridades no caso de detectarem a presença de militantes de esquerda próximos as suas residências, pois esses dados seriam utilizados na tarefa de “destruir importantes núcleos extremistas y tener actualizado el cuadro de los extremistas y extranjeros subversivos residentes, para limpiar nuestra patria de elementos indeseables que nada tienen que ver con nuestra tierra y origen común”⁶⁴².

O clima de perseguição política atingiu diretamente os brasileiros exilados no Chile. Bona Garcia relatou que, logo depois do golpe, a Junta Militar impôs o toque de recolher, proibindo que qualquer cidadão deixasse sua residência por um período de quarenta e oito horas. Como a punição para os que ousassem sair às ruas era a execução sumária, Bona estabeleceu uma rede de troca de gêneros alimentícios e de primeira necessidade com os vizinhos mais próximos, que mantinha uma relação de amizade com ele e sua esposa, Célia. Nos dias seguintes, por medida de segurança, Bona e Célia passaram a evitar conversas em estabelecimentos comerciais por temor de revelar o sotaque brasileiro em ambientes públicos,

⁶⁴⁰ BALLESTEROS, Elías. *Op. cit.*

⁶⁴¹ Fundación Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad. *Revista Ercilla*. A partir del martes 11. Año XL, 26 de septiembre al 2 de octubre de 1973, p. 16.

⁶⁴² JUNTA MILITAR, Bando N° 26. Comunicación sobre las actividades de las FFAA el 11 y 12 de septiembre de 1973. Disponível em: <<http://www.archivochile.com/entrada.html>>. Acesso em: 31 out. 2013.

porque esses locais estavam sendo monitorados por militares e policiais, interessados em localizar e prender “extremistas estrangeiros”, que se exilaram no país durante o governo Allende⁶⁴³.

Para Alfredo Sirkis, o bombardeio do palácio de *La Moneda* por aviões Hawker Hunter, a derrubada de Salvador Allende e a fase de terror que se abateu sobre o Chile, após o golpe, não se constituiu numa total surpresa, porque no exercício do jornalismo, ele constatou a fragilidade das democracias que vigoravam na região e, como militante, testemunhou o uso indiscriminado que a ditadura brasileira fez da violência para dizimar a esquerda. Por essa razão, no dia 11 de setembro, Sirkis e outros brasileiros, que residiam próximo ao seu apartamento em Santiago, buscaram uma forma de descartar os materiais comprometedores que tinham armazenado durante o exílio, por temerem serem denunciados por vizinhos chilenos, simpatizantes do golpe:

Batem novamente à porta. É Morales que volta abruptamente e avisa que ouviu um papo, lá no alto da escada, dos vizinhos momios, dizendo que vão cuidar dos “extremistas extranjeros” do apartamento 23, ou seja, nós aqui. – Melhor a gente limpar isso aqui – diz o Minc [...]. Cumprido, que mora no andar térreo do outro bloco, com mulher e filhos, volta para a casa para tomar as devidas providências, enquanto começamos a queimar o material queimativo da casa: manuais de guerrilha, panfletos, apostilas, jornais, revistas e livros. Tudo para dentro duns sacos plásticos e coberto de alfices e cenouras tiradas às pressas da geladeira. Descemos as escadas em busca do Renault 4-L, cor de vinho, do Minc, junto ao portão. A família do 35 está toda na janela, patrulhando: pai, mãe, vó e crianças na janela, rádio a todo volume com marchas militares e os sucessivos comunicados da Junta. Pipocar ao longe... – “Extranjeros: ya para casa! A presentarse a la policía!”⁶⁴⁴.

Os estrangeiros que não conseguiram se refugiar em residências de apoiadores, embaixadas ou mesmo sair do país, entre os dias 11, 12 e 13 de setembro, foram presos e conduzidos a uma espécie de ginásio, o Estádio do Chile. Conforme o depoimento de um sobrevivente, o pânico se instalou nesse centro de detenção depois que um dos oficiais alegou ter recebido da Junta Militar permissão para matar quantos presos julgasse necessário, realizando as seguintes ameaças: “ustedes son prisioneros de guerra. Ustedes no son chilenos, ustedes son marxistas, extranjeros. Por eso los vamos a eliminar. [...] No vayan a creer que yo voy a tener remordimientos, si ninguno de ustedes sale con vida de este recinto”⁶⁴⁵.

No dia 14 de setembro, esses prisioneiros foram levados ao Estádio Nacional, considerado o principal estádio de futebol do país, que possuía um espaço físico amplo, no qual as Forças Armadas podiam alojar os milhares de chilenos, brasileiros, uruguaios,

⁶⁴³ BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Op. cit.*

⁶⁴⁴ SIRKIS, Alfredo. *Op. cit.*, p. 22.

⁶⁴⁵ Un sobreviviente del Estadio de Chile y su descripción de las amenazas y las represalias de la Junta. In: AXELSSON, Sun; LEANDER, Birgitta; SILVA-CÁCERES, Raúl. *Golpe y represión en Chile*. Santiago: Signo Editorial, 2014, p. 31.

cubanos, bolivianos e cidadãos de outras nacionalidades detidos na região de Santiago depois do golpe. Com o objetivo de aniquilar as possíveis resistências que esses presos políticos pudessem oferecer diante dos futuros interrogatórios, eles eram submetidos a um rigoroso regime disciplinar, que incluía a proibição de se comunicarem com familiares e amigos fora do estádio, o recebimento de uma alimentação precária, a falta de condições de higiene e de atendimento médico adequado. Para aumentar o clima de apatia e desconcerto entre os prisioneiros, as refeições eram sempre servidas em diferentes horários e as luzes permaneciam acesas dia e noite, em todos os recintos⁶⁴⁶. Montealegre Iturra, em seu livro de memórias, escreveu sobre as condições internas do Estádio Nacional durante o período em que esteve preso em suas dependências:

Ahora, tenía que acomodarme. El piso frío y los baños inmundos y mojados, podían llegar a ser acogedores ante el alivio de sentir que terminaba ese día. En esas condiciones, tener una frazada se convirtió en una aspiración. Esa primera noche en todo el camarín había solo tres o cuatro mantas, que se estiraron en el suelo para que durmieran sobre ellas sus "dueños" más quienes lograran tenderse o no podían sostenerse por viejos, enfermos o por las secuelas de los golpes recientes. Otros, compartieron un diario y se abrigaron con las crónicas de los diarios oficiales. El resto intentó dormir de pie, mientras alguno lo hacía sentado en el baño [...]. Sin frazada, dormí con frío y atento a no dar una vuelta que me botara de mi privilegiada litera. Los primeros días una frazada era tan codiciada como un pedazo de pan. Al menos para mí, que llegué tarde al reparto. El suelo era duro y también los listones de la repisa tipo gallinero en que dormía⁶⁴⁷.

Os chilenos e estrangeiros que conseguiram deixar o Chile antes de serem presos, seguiram para o exílio em países como França e Suécia, onde iniciaram campanhas com o objetivo de denunciar à comunidade internacional, as violações aos direitos humanos, que estavam sendo praticadas pela Junta Militar. Na medida em que os meios de comunicação estrangeiros começaram a divulgar matérias sobre as prisões massivas, torturas e fuzilamentos a que estavam sendo submetidos militantes e simpatizantes da UP e de outras correntes políticas em território chileno, entidades de defesa dos direitos humanos e governos de outros países, além de se posicionarem publicamente contra essas práticas, condenaram a ditadura pelo uso de métodos como a tortura, que contrariavam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948.

A Junta Militar, porém, negou publicamente que os direitos dos cidadãos chilenos e estrangeiros estivessem sendo violados. Com o objetivo de justificar a ocorrência de prisões massivas, execuções sumárias e expulsões de opositores políticos, os militares divulgaram uma nota oficial, no começo de outubro, detalhando um suposto plano de ataque contra

⁶⁴⁶ INFORME DE LA COMISION NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACION. INFORME RETTIG, p.116. Disponível em: <http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html>. Acesso em: 15 ago. 2012.

⁶⁴⁷ MONTEALEGRE ITURRA, Jorge. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago: LOM, 2003, p. 57.

militares e civis, estruturado por integrantes do PC, PS e MIR, além de militantes de organizações de esquerda latino-americanas, que haviam se exilado no país. De forma mais específica, o *Plan Z* consistia na eliminação física de altos oficiais das Forças Armadas e da polícia militar – *Carabineros* –, dirigentes políticos do PN e de agremiações de direita, como *Patria y Libertad*, no início de setembro de 1973.

Para divulgar a montagem e dar veracidade a esse complô da esquerda, a Junta Militar ordenou a distribuição massiva de uma obra denominada *Libro Blanco del Cambio de Gobierno en Chile*⁶⁴⁸, que começou a ser escrita por um intelectual alinhado aos interesses castrenses, no período anterior ao golpe. Os militares também criaram uma campanha publicitária, que além de divulgar detalhes a respeito do *Plan Z*, mostrava imagens de armas recolhidas em fábricas ou cemitérios de Santiago e Concepción, que seriam utilizadas pela UP para atacar às forças de segurança e à direita. Com a censura imposta aos meios de comunicação, somente setores de direita puderam seguir desenvolvendo suas atividades jornalísticas, caso da *Revista Ercilla*, vinculado ao PDC que, no começo de outubro, se restringiu a publicar em suas páginas, dados oficiais sobre esse plano:

Todos los hilos de la investigación, realizada en los últimos días por las fuerzas militares, permiten comprobar que el país iba hacia un *putsch* organizado por Allende y que debían cumplir extremistas chilenos y extranjeros. Trece mil hombres, provenientes de diversos países latinoamericanos integraban las fuerzas de choque que el gobierno marxista planeaba lanzar contra cuarteles militares, policiales y sectores residenciales señalados como “reaccionarios”. La idea, producto de “mentes extraviadas”, como afirmó la Junta Militar a través de un bando, consistió en planificar la defensa de la residencia de Tomás Moro [residencia presidencial]; instruir cuadros guerrilleros en El Cañaveral; importar armas cortas, largas y pesadas para distribuir en los cordones industriales, núcleos políticos – MIR, Brigadas Ramona Parra, Elmo Catalán y otras – y conjuntos poblacionales conocidos como campamentos⁶⁴⁹.

A publicação massiva do *Plan Z* nos meios de comunicação, porém, não diminuiu as denúncias de execuções sumárias e o uso de tortura, por parte dos militares chilenos contra os setores de oposição, no exterior. A Junta Militar, que não esperava tal reação da comunidade internacional, viu-se diante de uma situação inusitada e constrangedora, na qual era pressionada a apresentar provas que desmentissem as acusações realizadas pelos exilados, sob o risco de ser submetida a uma situação de isolamento em âmbito externo. Por essa razão, a Junta procurou explorar a falácia do “exílio dorado”, espalhando pela imprensa reportagens sobre militantes de esquerda, exilados na Europa, desfrutando ótimas condições de vida no

⁶⁴⁸ LIBRO BLANCO DEL CAMBIO DE GOBIERNO EN CHILE. 11 de septiembre de 1973. Secretaría General de Gobierno. Santiago: Lord Cochrane, 1973.

⁶⁴⁹ Fundación Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad. *Revista Ercilla*. A partir del martes 11. Año XL, 26 de septiembre al 2 de octubre de 1973, p. 21.

exterior enquanto o restante da população, que permaneceu no país, lutava para reconstruir a “nação” que os militares afirmavam ter sido destruída financeiramente pela UP.

A campanha construída pela Junta Militar, com o objetivo de destruir a imagem dos exilados, não os impediu de persistir na divulgação das práticas terroristas que as Forças Armadas e a polícia chilena estavam utilizando para aniquilar os militantes da UP, do MIR e de outras nacionalidades, na imprensa internacional. Essa decisão, de denunciar o uso desses métodos ilegais no exterior, por parte da comunidade de exilados, foi crucial para salvar a vida de milhares de chilenos e estrangeiros que permaneciam confinados em centros de detenção do país, pois a partir dessas ações entidades vinculadas à defesa dos direitos humanos e às Igrejas Católica e Luterana, começaram a lutar pela retirada dessas pessoas em segurança para o exterior.

A Junta Militar nunca admitiu que o *Plan Z* foi uma farsa montada para justificar a aplicação do TDE contra os setores de oposição no Chile. Esse foi o caso do ex-diretor da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), Manuel Contreras, acusado de graves violações aos direitos humanos no período ditatorial que, posteriormente, publicou um livro reiterando as acusações feitas contra a UP em 1973. De acordo com Contreras, militantes de esquerda chilenos e de países latino-americanos, entre os quais vários brasileiros, haviam formado um *Ejército Revolucionario*, de treze mil pessoas, durante o governo de Salvador Allende. O homem forte da polícia secreta chilena, porém, não apresentou documentos que pudessem comprovar a criação de uma estrutura militar dessa magnitude no país, entre 1970 e 1973⁶⁵⁰.

Por seu turno, a aplicação de métodos terroristas pela Junta Militar foi comprovada a partir de documentação e testemunhos, reunidos por pesquisadores nas décadas seguintes. Nesse panorama, ganhou destaque a pesquisa realizada pela jornalista Patricia Verdugo, a respeito da chamada *Caravana de la Muerte*, formada por um grupo de militares liderados pelo general Sérgio Arellano Stark, que recebeu do presidente da Junta, Augusto Pinochet, a missão de punir oficiais que não estavam aplicando com a devida severidade, as novas leis repressivas decretadas pela ditadura. Logo, um grupo de militares, com o uso de um helicóptero Puma, percorreu cidades ao sul e ao norte do Chile, fuzilando pessoas acusadas de envolvimento com a esquerda e com o suposto *Plan Z*, sem qualquer julgamento prévio. O rastro de execuções deixado pela *Caravana de la Muerte*, transmitiu uma mensagem aos civis e militares chilenos: tinha poder para assassinar qualquer prisioneiro político que julgasse

⁶⁵⁰ CONTRERAS, Manuel Sepúlveda. *La verdad histórica: el ejército guerrillero. Primer período de la guerra subversiva: abril de 1967 a 10 de setiembre de 1973*. Santiago: Encina Ediciones, 2000.

pertinente sem deixar vestígios de sua ação, enterrando os cadáveres das vítimas em locais clandestinos.

A passagem da *Caravana de la Muerte* resultou no assassinato de setenta e dois cidadãos chilenos, que não haviam sido processados nem submetidos a um Conselho de Guerra, como previa a justiça militar ao ser decretado o estado de guerra interna no país. O operário e militante socialista, Rosario Aguid Muñoz Castillo, foi uma das pessoas executadas por ordem do presidente da Junta Militar, Augusto Pinochet. De acordo com a denúncia realizada por sua esposa, Lidia Olivares, Muñoz Castillo e mais onze funcionários da Enaex se reuniram, após o golpe, para vigiar a planta da empresa, com o objetivo de evitar que a mesma fosse invadida pelas Forças Armadas. Em seguida, o líder dessa ação, o presidente do *Sindicato de Obreros*, Francisco Valdivia, foi preso, julgado, condenado e fuzilado por um conselho militar. Muñoz Castillo, no entanto, foi detido no dia 12 de outubro e executado sete dias mais tarde, pelo grupo do general Sergio Arellano Stark, sem nenhum julgamento prévio:

Y continúa el relato de la viuda de Muñoz Castillo: ‘Mi marido me contó que los iban a relegar a todos. Pero el día 19 fui a verlo, como a las cinco de la tarde y me dijeron que no estaba en la cárcel. En eso, vi cómo sacaban una hilera de presos con las manos en la nuca, entre una doble corrida de militares. Los subieron a dos camionetas y los pusieron acostados, boca abajo. Los militares se sentaron a los lados, en las barandas’. Al día siguiente, 20 de octubre, llegó a su casa el capellán Luis Jorquera. - ¿Está usted sola, señora? - preguntó el capellán - Sí, padre, sola - contestó ella. - Señora, debo comunicarle que lamentablemente su marido fue sometido a Consejo de Guerra y dado de baja - dijo el capellán suavemente. - No... le entiendo, padre - musitó ella, sin apartar sus manos del abultado vientre, con ocho meses de embarazo. - Señora, ¿no hay otro adulto en la casa? - dijo el capellán. - No, padre ¿qué significa lo que me dijo? - insistió ella. - Señora, le estoy explicando que su marido fue fusilado - dijo finalmente él⁶⁵¹.

Os episódios envolvendo o grupo do general Sergio Arellano Stark tornaram evidente a forma como a Junta Militar utilizou a máquina repressiva do Estado para gerar um clima de terror na fase que se seguiu ao golpe. Efetivamente, as Forças Armadas e a polícia concentraram seus esforços no objetivo de eliminar dissidentes políticos, fossem esses militantes do PS que residiam no norte do país, operários ou moradores das regiões periféricas de Santiago, que ousaram resistir à ofensiva da violência estatal e acabaram sendo presos, torturados e/ou fuzilados. Com base nesses dados, percebeu-se que, em seu período inicial, milhares de pessoas passaram pelos centros de detenção montados no Chile, em sua maioria, militantes ou simpatizantes de esquerda, além de sujeitos sem envolvimento em ações políticas. Outros milhares tiveram que sair do país às pressas, deixando para trás companheiros de militância política, familiares, amigos e colegas de trabalho, carreiras e

⁶⁵¹ VERDUGO, Patricia. *Los zarpazos del puma. Caso Arellano*. Santiago: Chile América Ediciones, 1989, p. 90.

projetos de vida para seguir em direção às incertezas do exílio. Houve também chilenos que, sem condições financeiras de atravessar as fronteiras do país, tiveram que buscar resguardo na também difícil situação de clandestinidade interna.

Assim como as demais ditaduras instauradas no Cone Sul, a chilena sofreu a influência direta dos Estados Unidos e do seu referencial ideológico que, baseado na DSN, estabeleceu o combate ao comunismo entre suas principais prioridades. Por esse motivo, a repressão contra a esquerda e todas as formas de organização coletiva dos trabalhadores e setores populares, nada mais foi do que uma medida racional, dentro da lógica política adotada pela Junta Militar, para eliminar seus inimigos internos. Portanto, se caracterizou como as demais ditaduras de segurança nacional, pela aplicação sistemática do TDE.

Tomás Moulian definiu o terror como a arma fundamental de todo movimento colocado em curso por uma minoria que, receosa de perder seus privilégios de classe, não teve escrúpulos em utilizar métodos ilegais, principalmente na instauração de projetos autoritários, para atingir seus objetivos econômicos, políticos e sociais. No caso do Chile, tal processo iniciou no governo Allende, quando a direita passou a tratar de forma irracional e cruel das questões que envolviam a diminuição da desigualdade social e se consolidou durante a ditadura. No período ditatorial, o terror transpareceu nos sentimentos de raiva, vingança e ódio que a direita, os militares e a polícia projetaram sobre os operários, *mapuche*, camponeses e *pobladores*, fossem eles *miristas*, socialistas ou comunistas, chilenos ou estrangeiros e tudo que suas imagens representavam para o país. Em síntese:

Terror es la capacidad que tiene un Estado de actuar sobre los cuerpos de los ciudadanos sin tener que reconocer límites en la intensidad de las intervenciones o los daños y sin tener que enfrentar efectivas regulaciones en la determinación de los castigos o prohibiciones. Terror es la capacidad absoluta y arbitraria de un Estado de inventar, crear y aplicar penas o castigos sin más límites que las finalidades que se ha definido. Terror es la capacidad de un Estado para conseguir el acuerdo de muchos ciudadanos, que se auto conciben como pacíficos y tolerantes, para usar violencia y daños contra los enemigos políticos, en nombre de un bien mayor. Terror es la situación que empujó a los alemanes a ignorar la existencia de Auschwitz, a muchos chilenos a no aceptar saber de los detenidos-desaparecidos, de las torturas masivas. Se trata de una complicidad silenciosa, que permite la adopción generalizada de la crueldad como medio legítimo para obtener grandes fines, la transformación de Chile en una “gran nación”⁶⁵².

A forma como o TDE foi utilizado, enquanto uma política de repressão por parte do Estado, gerou as violações aos direitos humanos mais graves, sistemáticas e massivas já empregadas pelo aparelho repressivo na história do Chile. Tais práticas se caracterizaram pela utilização de uma violência de ordem política que de forma rápida, se disseminou pelo país, depois do golpe. O terror ganhou espaço no meio urbano e rural, provocando pânico e medo

⁶⁵² MOULIAN, Tomás. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago: LOM, 1997, p. 22.

no conjunto da população. Esse cenário de violência foi descrito pelo brasileiro Ubiratan de Souza, em relação às pessoas de outras nacionalidades, que estavam no país: “o Exército ocupou as ruas e passou a distribuir panfletos por helicópteros dizendo para denunciar o primeiro estrangeiro que encontrasse no Chile, porque eles tinham trazido o germe do marxismo e do comunismo para o país”⁶⁵³.

As perseguições e prisões arbitrárias de cidadãos chilenos e estrangeiros, contudo, não foram os únicos métodos ilegais utilizados pela Junta Militar. Na interpretação de Ballesteros, o que ocorreu durante a ditadura chilena foi uma militarização do Estado e da política, que restringiu a atuação dos setores populares e médios da sociedade civil:

La militarización del Estado consiste en el despliegue y el control de las fuerzas armadas sobre el conjunto del aparato del Estado y la fusión total o parcial entre los aparatos represivos y los otros aparatos del sistema de dominación política. Por ejemplo, el control y la vigilancia de los servicios de seguridad sobre diversas instituciones estatales será prácticamente total e irá desde el municipio, los medios de comunicación hasta el Poder Judicial. En muchos casos, ese control se realizará mediante la vigilancia discreta de "colaboradores", el amedrentamiento u otras medidas. Por otra parte, cualquier oposición al régimen es vista como una agresión a los intereses nacionales, reprimiéndose con "manu militare" la disidencia, cuya expresión ni siquiera está permitida. Esto implica trasladar concepciones y medidas del campo militar a la sociedad civil [...]. Otra medida que tiende a militarizar el Estado y la política la constituye el nuevo papel de la justicia militar que, en muchos casos reemplaza a la justicia ordinaria. Numerosos juicios en contra de disidentes políticos serán juzgados por un fiscal militar⁶⁵⁴.

Avalia-se, assim, que as Forças Armadas assumiram o poder no Chile seguindo uma ideologia guiada pelo antimarxismo e pela decisão de lutar contra os seus seguidos até as últimas consequências, ou seja, se tratava de uma guerra total cujo objetivo, em última instância, era destruir o opositor político, tido como um inimigo interno. Baseando-se nessas prerrogativas, o presidente da Junta Militar, Augusto Pinochet, defendia que não bastava afastar definitivamente do cenário político apenas os partidos e organizações de esquerda, mas sim todos os movimentos populares que haviam permitido a vitória de Salvador Allende, nas eleições de 1970. Na avaliação do ex-presidente Eduardo Frei, do PDC, tal medida representava um erro do ponto de vista político, pois era mais vantajoso para os militares concederem benefícios econômicos a tais setores, com o objetivo de aumentar os simpatizantes do novo governo, incrementando suas bases de apoio, do que somente reprimir a população mais pobre e vulnerável⁶⁵⁵.

A diferença de posicionamento de Augusto Pinochet e Eduardo Frei, especificamente sobre essa questão, gerou o primeiro de muitos outros impasses, entre a Junta Militar e o PDC

⁶⁵³ SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

⁶⁵⁴ BALLESTEROS, Elías. *Op. cit.*, p. 22.

⁶⁵⁵ SADER, Eder. *Op. cit.*

nos meses seguintes, lembrando que este último havia apoiado o golpe de Estado. Isso foi provocando a adesão de setores do PDC às fileiras que faziam oposição à ditadura. Tal fato não se restringiu ao Chile, pois todas as ditaduras de SN instauradas no Cone Sul, nas décadas de 1960 e 1970, passaram por uma readequação de forças na fase posterior aos golpes. A ditadura brasileira recebeu no período inicial de governo, por exemplo, apoio de muitos políticos vinculados a partidos de direita como a UDN, que mais tarde se afastaram dos militares, ao constatarem que eles não tinham interesse em transferir ou mesmo dividir o poder político com quadros civis. De forma semelhante, o PDC confiou que os militares chilenos não permaneceriam no poder por um longo período de tempo. Contudo, logo após o golpe, a Junta Militar declarou que pretendia transformar de forma profunda a estrutura econômica, política e social do Chile, não estipulando o tempo necessário para implantação de seu projeto de governo, fato que desagradou o PDC. Com essa oposição, vários líderes e militantes do partido foram presos, torturados e/ou expulsos do país, a partir de 1974⁶⁵⁶.

Além das semelhanças, as ditaduras brasileira e chilena também apresentaram algumas diferenças pontuais. Por exemplo, na fase pós-golpe, o nível de violência empregada contra os setores de oposição foi menos intenso no Brasil, que no Chile, devido à forma como a esquerda havia se constituído em cada um desses países. Por um lado, a esquerda chilena era formada por milhares de integrantes, resultado do trabalho de conscientização que o PC e o PS, como parte do sistema político institucional, haviam desenvolvido com operários e mineiros desde o início do século XX. Por outro, a esquerda brasileira, não tinha um número expressivo de militantes, pois o PCB, desde sua fundação em 1922, vivenciou curtos períodos de legalidade, fato que restringiu as atividades políticas junto aos trabalhadores e dificultou a atração de novos quadros para o partido. Além disso, no começo dos anos de 1960, o PCB perdeu sua hegemonia na esquerda, a partir do surgimento de organizações, como o PCdoB e a POLOP, dificultando ainda mais as ações coletivas. Por essa razão, enquanto a ditadura brasileira obrigou centenas de políticos e sindicalistas a se exilarem no Uruguai em 1964, a chilena expulsou milhares de cidadãos do país em 1973.

Outra diferença entre a experiência chilena e a brasileira era com relação ao “perfil” do Estado. A ditadura chilena não expressou preocupação, como a brasileira, em manter uma aparência de regime democrático, uma vez que imediatamente após a vitória do movimento golpista em setembro, decretou por tempo indeterminado a supressão dos partidos políticos, o

⁶⁵⁶ “Un juez chileno acusó en 2009 a personal de la dictadura de Pinochet de haber envenenado al ex Presidente Eduardo Frei en 1981”. In: MCSHERY, J. Patrice. La maquinaria de la muerte: la Operación Cóndor. *Taller*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 33-45, 2012, p. 41.

fechamento do Congresso Nacional, a censura dos órgãos de imprensa e a proibição de qualquer manifestação política que contrariasse seus interesses. Tais medidas, no caso brasileiro, foram tomadas somente após a decretação do Ato Institucional nº 2⁶⁵⁷ (AI-2), dois anos depois do golpe, em 1966, que acabou com a pluralidade partidária, e criou apenas dois partidos – o MDB, de oposição moderada, e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), oficialista –, e do AI-5, no final de 1968, que instituiu o fechamento total da ditadura.

Com isso, infere-se que a ditadura chilena, ao constatar os problemas que os presidentes militares brasileiros tiveram que enfrentar com as manifestações da oposição, entre 1964 e 1968 e as denúncias de violação dos direitos humanos feitas pelos exilados, concluiu que a melhor forma de agir, contra a UP e o MIR, era atacar de forma rápida e violenta, suas principais bases de sustentação. Esse posicionamento resultou na imediata invasão de locais consideradas redutos da esquerda, como universidades, fábricas e indústrias dirigidas por trabalhadores e *poblaciones* e no assassinato de centenas de operários, mineiros, líderes sindicais, camponeses, *mapuche*, estudantes e moradores das regiões de periferia.

Para alcançar esse objetivo, a Junta Militar organizou de diferentes formas o seu aparato repressivo estatal. Conforme Policser, na primeira fase, compreendida entre os meses de setembro e dezembro de 1973, a coerção se baseou em amplas campanhas de terror estruturadas pelas Forças Armadas e a polícia, que abrangeu desde prisões em massas até o fuzilamento de opositores políticos. Na segunda, que teve início em janeiro de 1974, o emprego da coerção se tornou mais sistemático, concentrado em apenas uma agência de segurança, a DINA, formada por militares e civis egressos do *Patria y Libertad*. A DINA funcionava como uma espécie de polícia secreta, transmitindo informações diretamente ao presidente da Junta Militar, Augusto Pinochet, por intermédio de seu diretor, o coronel Manuel Contreras. A agência, além de responder pelas operações repressivas montadas contra a esquerda no Chile e no exterior, tinha a função de vigiar as atividades da Marinha, do Exército e da Aeronáutica no país. Em 1977, em virtude dos escândalos provocados pelo assassinato do ex-ministro do governo Allende, Orlando Letelier e sua secretária, Ronni Moffit, nos Estados Unidos, a DINA foi substituída pela *Central Nacional de Informaciones* (CNI), que reduziu a aplicação de métodos terroristas nos anos subsequentes⁶⁵⁸.

A Junta Militar, ao assumir o poder político, entretanto, não modificou apenas as leis relacionadas à segurança nacional, com o objetivo de instaurar o TDE no Chile, como

⁶⁵⁷ ATO INSTITUCIONAL Nº 2, DE 27 DE OUTUBRO DE 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em: 04 abr. 2017.

⁶⁵⁸ POLICSER, Pablo. *Los modelos del horror. Represión e información en Chile bajo la Dictadura Militar*. Santiago: LOM, 2017.

também colocou em prática um projeto de refundação nacional, baseado na pretensa modernização do Estado, a partir da implantação do modelo neoliberal. O plano, montado por economistas chilenos, que tinham estudado na Universidade de Chicago, também chamados de *Chicago Boys*, impôs medidas econômicas drásticas nos primeiros anos da ditadura, o que provocou a diminuição dos salários dos trabalhadores e a falência de pequenas e médias indústrias, as quais não foram capazes de superar a concorrência de empresas estrangeiras, que passaram a dominar o mercado interno. Essa série de medidas levou os trabalhadores e os setores médios a uma situação de vulnerabilidade econômica, que não poderia ser sustentada por um governo constitucionalista, cujas decisões políticas estivessem subordinadas a aprovação de seus eleitores. A chamada “revolução neoliberal” foi implantada no Chile porque recebeu o respaldo da classe dominante e das Forças Armadas, responsáveis por reprimir greves e manifestações de oposição à ditadura.

Nessa perspectiva, a Junta Militar alterou de forma radical as relações de classe que permeavam o funcionamento da sociedade, ao combinar um projeto de mudanças na estrutura econômica nacional, com o uso de violência fora dos limites institucionais contra os opositores. Os militares, ao optarem pela implantação da ideologia neoliberal, permitiram que o mercado financeiro, industrial e empresarial não sofresse interferências do Estado. Para isso, a ditadura estabeleceu como uma de suas principais prioridades, acabar com as atividades das organizações sindicais, capazes de impor entraves à liberalização total da economia, designando militares e policiais para reprimir qualquer manifestação, protesto ou greve organizada pelos trabalhadores. É importante salientar que coube ao Estado manter um clima político e social favorável ao livre funcionamento da economia, garantindo a manutenção dos interesses e privilégios da burguesia, subordinada ao capital externo⁶⁵⁹.

Em síntese, a implantação do neoliberalismo no Chile foi possível porque contou com a força do braço armado estatal, na função de disciplinar a classe trabalhadora. Os setores de direita aceitaram abrir mão do controle administrativo do Poder Executivo por um determinado tempo, desde que a Junta Militar pusesse fim à ameaça representada pela ascensão dos movimentos operário, camponês e popular, ocorrida durante o governo Allende. Em outros termos, a direita optou por relegar a um segundo plano o regime constitucional, ao entender que a manutenção do sistema, que permitia explorar a classe trabalhadora, era mais importante do que o respeito às liberdades políticas e civis dos cidadãos chileno. Para Moulian, a liberalização dos preços, aliada à abertura do mercado ao capital externo, redução

⁶⁵⁹ SADER, Eder. *Op. cit.*

da carga tributária e privatização de empresas estatais, resultou na formação de um novo modelo de sociedade no Chile:

Una sociedad cuya forma idiosincrática (no pasajera) mezcla inserción en el mercado-mundo, acceso a tecnologías de punta, pobreza y precarización del empleo compensada por la masificación (crediticia). Una sociedad donde el movimiento obrero no es más un factor decisivo de poder, como en los esquemas populistas, donde la tendencia a flexibilización de las relaciones laborales es y será creciente. Esto es, una sociedad donde es y será cada vez mayor el debilitamiento de las restricciones legales que todavía maniatan el funcionamiento libre del mercado de trabajo. Las relaciones capital/trabajo tienden y tenderán cada vez más a organizarse cómo relaciones entre patrones e individuos asalariados. Las formaciones colectivas de asalariados son y serán cada vez más deslegitimadas, como provocadoras del funcionamiento imperfecto del mercado laboral, como “monopolios”⁶⁶⁰.

Dado esse contexto, se observa que as ditaduras do Cone Sul, embora adotando projetos econômicos diferenciados em relação a pontos como a interferência ou não do Estado na economia, tinham um objetivo em comum: criar as condições sociais e políticas que tais países necessitavam para se adequarem as novas demandas do capitalismo mundial. Na tentativa de alcançar esse objetivo, essas ditaduras passaram por diferentes fases, que Garretón dividiu em: reativa, consolidação, crise e transição ou terminal. A fase reativa se baseou na repressão e afastamento do cenário político nacional, dos setores vinculados aos governos que antecederam aos golpes de Estado, bem como na definição de um plano econômico a ser seguido pelo meio castrense. A fase de consolidação envolveu a recomposição da sociedade em novas bases sociais, adequadas aos planos econômicos que estavam sendo implantados na região. A fase de crise expressou os primeiros sinais de decadência desses projetos ditatoriais, abalados pelo curto-circuito que afetava a economia mundial e a desestruturação do núcleo responsável pela sustentação política dos militares. A fase terminal ou de transição se referiu à forma repentina ou negociada como as Forças Armadas deixaram o poder nesses países, sendo a Argentina um exemplo do modelo terminal e o Brasil, do modelo de transição⁶⁶¹.

A partir dessa classificação, verifica-se que no começo da década de 1970, a ditadura brasileira vivenciava um período de consolidação de seus projetos econômicos e de segurança nacional, porque a fase reativa, iniciada com o golpe de 1964, terminou com a instauração do AI-5, em 1968. Por um lado, a fase de consolidação se caracterizou pela aplicação do TDE, ao empregar de forma eficiente e regular, práticas de violência ilegal no sentido de aniquilar as organizações de luta armada em atividade no país. Por outro, pela diminuição da crise econômica, a partir da imposição de medidas de ajustes fiscais e tributários, aliadas a redução

⁶⁶⁰ MOULIAN, Tomás. *Op. cit.*, p. 41.

⁶⁶¹ GARRETÓN, Manuel. *Op. cit.*, p. 16.

nos valores dos salários da classe trabalhadora e a injeção de mais dinheiro no mercado, como o recebimento de empréstimos estrangeiros, principalmente dos EUA. Desse modo, na época em que vários brasileiros deixavam o país para se estabelecer no Chile, na chamada segunda onda de exílio, a ditadura redimensionava o impacto do “milagre econômico” encobrendo com incessante propaganda a intensa repressão contra a esquerda, no final dos anos 60.

Na época do golpe no Chile, entretanto, a presidência do general Médici estava em seus meses finais, abalada por uma crise econômica gerada entre outros fatores, pelo aumento da inflação e da dívida externa, diminuição das exportações e pelas divergências com a ala das Forças Armadas que defendia a diminuição do uso de métodos repressivos clandestinos contra a esquerda. O cenário de instabilidade política, econômica e social não impediu Médici de colaborar com a Junta Militar chilena, fornecendo empréstimos e suprimentos médicos para auxiliar os militares golpistas a consolidar seu poder. Além disso, a ditadura brasileira enviou agentes especializados na aplicação de técnicas de interrogatório (tortura) para treinar militares e policiais chilenos em táticas produzir dor e obter informação. A Embaixada Brasileira em Santiago, na figura de Câmara Canto, e a Embaixada Chilena em Brasília, na figura de Hernán Cubillos, facilitaram por meio do serviço diplomático, o estabelecimento de uma rede de cooperação econômica e repressiva mútua entre essas duas ditaduras.

4.3 AS AÇÕES DAS EMBAIXADAS BRASILEIRA E CHILENA APÓS O GOLPE

A ditadura brasileira recebeu o golpe e a consequente destituição de Salvador Allende da presidência do Chile, em 11 de setembro, como uma vitória na luta contra a expansão do comunismo na América Latina. Porém, o presidente Médici, antes de reconhecer a Junta Militar, precisava receber uma comprovação oficial de que as Forças Armadas possuíam o domínio integral do espaço geográfico chileno, pois existiam rumores que o general Carlos Prats, com o apoio de parte do Exército, estaria organizando um movimento de resistência ao golpe. No dia 13 de setembro, a Embaixada Brasileira em Santiago desmentiu esse boato, ao informar, por meio de telegrama, que Prats estava preso no Regimento Maipú. De posse dessa informação, Médici publicou uma nota oficial reconhecendo a Junta⁶⁶². O objetivo de Médici, ao tornar o Brasil o primeiro país do mundo a legitimar o poder da Junta Militar, era estreitar relações na área econômica e de segurança com o Chile, que alegava terem sido afetadas

⁶⁶² Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Situação do Chile. Pedido de esclarecimento. 13 de setembro de 1973.

durante o governo da UP. De acordo com Padrós e Simões, ao tomar essa atitude, a ditadura brasileira também mandou uma mensagem aos demais países do Cone Sul:

A presença brasileira no golpe contra Allende (e no posterior apoio à ditadura Pinochet) é um sinal evidente desse complexo emaranhado de relações que aproximam e tornam aliados certos protagonistas e, em contraposição, identificam outros como inimigos, sejam “inimigos internos”, “inimigos internos” exilados ou “inimigos internos” dos aliados e amigos ideológicos, políticos ou de classe, dos países vizinhos [...]. O Brasil, anteriormente, também vinha sendo cenário dessa experiência; e paradigmaticamente a ditadura brasileira, com suas ações “defensivas” e percepções de potenciais ameaças de “cerco”, contribuiu para a disseminação e consolidação dos regimes repressivos na região, agindo com pretensões geopolíticas e de hegemonia regional, e mantendo, muitas vezes, uma fina sintonia com os interesses estadunidenses na região. O complexo e tumultuado cenário chileno foi laboratório dessas práticas, como também havia ocorrido, recentemente, com a Bolívia e o Uruguai⁶⁶³.

Nesse cenário, o encarregado de negócios, Rolando Stein, que atuava na Embaixada do Chile em Brasília, foi o funcionário do serviço diplomático chileno que tratou do reconhecimento da Junta Militar pelo Brasil. Na manhã do dia 13 de setembro, Stein declarou ter participado de uma reunião com Expedito Resende, diretor de assuntos interamericanos e terceiro em importância na hierarquia de funcionamento do Itamaraty, na qual o diplomata enfatizou que o presidente Médici estava acompanhando com máxima atenção os acontecimentos dos últimos dois dias em seu país. Segundo Resende, Médici tinha interesse em encerrar o clima de desconfiança e falta de apoio, que caracterizou a relação entre os dois países durante o mandato de Allende. No momento em que a reunião se encaminhava para o fim, Stein e Resende foram surpreendidos por um comunicado do ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa, que expôs o seguinte:

En estos mismos instantes, el Embajador Cámara Canto está entregando personalmente al Ministro de Relaciones de Chile la nota de respuesta por cual el Gobierno del Brasil reconoce a la Junta Militar del Gobierno de Chile. Brasil ha querido ser el primer país en reconocer al nuevo Gobierno, aun cuando todavía no está definida totalmente la situación interna y nuestra actitud pueda provocar comentarios adversos en otros países. Quiero aclararle que esta resolución la adoptamos sin siquiera hacer consultas con otros gobiernos amigos, tal como se acostumar en estos casos. El Presidente Médici, telefónicamente desde São Paulo, dada la importancia de los acontecimientos, instruyo personalmente al Ministro Gibson [Barbosa] para que se proceda en esta forma⁶⁶⁴.

A afirmativa do presidente Médici, de que as relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e o Chile haviam sido afetadas pelo posicionamento político e ideológico da UP, não correspondia à realidade. Durante o governo Allende, os partidos e organizações de esquerda que lhe davam sustentação política se preocupavam mais em resolver os problemas internos e

⁶⁶³ PADRÓS, Enrique; SIMÕES, Silvia. A ditadura brasileira e o golpe de estado chileno. *Outros Tempos*, São Luís, v. 10, n. 16, p. 229-255, 2013, p. 255.

⁶⁶⁴ Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Brasilia. Telegrama. La situación chilena y Brasil. 27 de septiembre de 1973.

externos, que surgiam na medida em que avançava a implantação da *Vía Chilena al Socialismo* no país, do que fomentar discórdias e atritos com a ditadura brasileira. Paradoxalmente, tal atitude da UP gerava descontentamento em parte da comunidade de brasileiros exilados em território chileno, que defendia ser tarefa de um governo socialista como o de Allende, apoiar movimentos e campanhas estruturados com o objetivo de denunciar as violações aos direitos humanos, que estavam sendo praticadas no Brasil, bem como interromper os acordos comerciais mantidos até então pelos dois países.

Nesse cenário, as relações entre Chile e Brasil entraram em nova fase a partir do golpe de setembro, impulsionadas pelas atitudes do embaixador Câmara Canto, do ministro Gibson Barbosa e do próprio presidente Médici, que desde os primeiros dias, deixaram claro seu apoio à ditadura chilena. Logo depois de tomar conhecimento da posição brasileira, a Junta Militar solicitou auxílio financeiro, que permitiria minimizar os efeitos da grave crise econômica sobre a população. O problema mais urgente a ser resolvido, segundo o brigadeiro Gustavo Leigh Guzmán, era a questão do desabastecimento, pois o mercado interno carecia de uma infinidade de gêneros alimentícios e de medicamentos, fato esse que prejudicava o atendimento das demandas básicas da população, fomentando a instabilidade política e social no país⁶⁶⁵. Na tentativa de atender essa reivindicação, Médici passou a articular um plano de envio de remédios, alimentos e dinheiro ao Chile.

No período compreendido entre o final de setembro e o início de outubro de 1973, o Brasil enviou um lote de medicamentos e quarenta mil toneladas de açúcar para o Chile, assumindo o papel anteriormente exercido por Cuba, de principal fornecedor de tal produto ao mercado chileno. Além disso, após uma conferência realizada entre técnicos do Banco do Brasil e do *Banco Central de Chile*, ficou estipulado que o governo brasileiro concederia um empréstimo, no valor de vinte milhões de dólares, à Junta Militar. No mesmo período, funcionários do serviço diplomático dos dois países, começaram a tratar da assinatura de novos acordos comerciais, que tornariam possível uma maior integração econômica:

No se trata de una afirmación teórica, sino lisa y llanamente de la constatación de un estado de cosas diferente: el inmediato reconocimiento del nuevo Gobierno; la asistencia médica a Chile; la excelente disposición que se observa para la reunión de Aeronáutica (mi oficio confidencial n. 109); la “solución política” al problema de las 40.000 toneladas de azúcar pedidos por nuestro país (mi télex 184) son ejemplos vivos de esta etapa actual que recién se inicia. No hay duda de que los funcionarios de gobierno tienen instrucciones superiores de encontrar solución adecuada e inmediata a los problemas que podamos plantearles, tarea que cumplen, además, con el habitual cariño que sienten por Chile⁶⁶⁶.

⁶⁶⁵ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Situação econômica. Declarações do brigadeiro Leigh Guzmán. 15 de setembro de 1973.

⁶⁶⁶ Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Brasilia. Telegrama. La situación chilena y Brasil. 27 de septiembre de 1973.

A partir dessa aproximação entre a ditadura brasileira e a chilena, Câmara Canto recebeu no início de outubro, o representante da montadora de veículos Mercedes Benz, Helmut Koehler, na Embaixada Brasileira em Santiago. O objetivo da visita de Koehler à sede diplomática era buscar o apoio do embaixador na negociação de um contrato envolvendo a venda de mil caminhões da empresa às Forças Armadas chilenas. O representante enfatizou que, a ideia dos militares chilenos, antes da chegada ao poder em 1973, era negociar essa compra com a filial localizada na Argentina, onde o presidente disponibilizou a concessão de linha de crédito especial para a aquisição desses veículos. Porém, eles mudaram os planos depois que o governo brasileiro ofereceu a mesma vantagem do argentino e ainda se comprometeu a entregar os caminhões em menor tempo do que a filial do país vizinho⁶⁶⁷. De fato, na visão da diretoria da Mercedes Benz, entre as funções do serviço diplomático brasileiro estava a de garantir condições vantajosas para a empresa no acordo comercial com o Chile. Não deixa de ser curioso, também, essa disputa entre filiais da mesma empresa multinacional por melhores contratos externos e o impacto dos mesmos dentro dos projetos econômicos dos países onde se hospedavam.

A ampliação de acordos comerciais com a ditadura brasileira também foi uma das prioridades da Junta Militar, como demonstrou a designação do empresário Orlando Saenz, nomeado assessor econômico da chancelaria chilena, para integrar a delegação que viajou ao Brasil para tratar de negócios com o presidente Médici⁶⁶⁸. É importante salientar que, entre os anos de 1970 e 1973, Saenz ocupou a direção da SOFOFA, cargo que permitiu a ele manter contato com empresários brasileiros que, reunidos no IPES e no IBAD, contribuíram com o clima de agitação política e social que culminou com o golpe contra o presidente João Goulart, em 1964. A partir do contato com esses empresários, Saenz passou a trabalhar na organização de movimentos que tinham a função de promover a desestabilização do governo Allende, como a *Marcha de las Cacerolas Vacías*, em 1971, e o *Paro Patronal*, em 1972.

Em suas memórias, o embaixador dos Estados Unidos no Chile, de 1971 a 1973, Nathaniel Davis, informou que, de acordo com senadores que integraram o Comitê Church – constituído em 1975 para investigar as ações ilegais de agências como a CIA e o FBI em outros países –, foram enviados vinte e quatro milhões de dólares a uma organização chilena, vinculada ao movimento de direita, que tinha o objetivo de desestabilizar o governo Allende.

⁶⁶⁷ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Aquisição de mil caminhões Mercedes Benz do Brasil para o Exército chileno. 05 de outubro de 1973.

⁶⁶⁸ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Assistência econômica ao Chile. 24 de outubro de 1973.

A imprensa identificou, posteriormente, que essa organização de direita era a SOFOFA, que por meio da contribuição financeira estadunidense, superou os problemas de fluxo de caixa do início de 1972, participando de forma ativa no processo que culminou com o golpe no Chile no ano seguinte⁶⁶⁹.

Avalia-se, assim, que a nomeação de Orlando Saenz, como assessor econômico do Ministério das Relações Exteriores, foi uma atitude estratégica adotada pela ditadura chilena, pois o empresário mantinha conexões com grupos de direita estadunidenses e brasileiros, os quais podiam facilitar os negócios com esses países. Por essa razão, Saenz participou de todas as reuniões organizadas pelo serviço diplomático do Brasil e do Chile, justamente para discutir a ajuda financeira que o presidente Médici pretendia fornecer à Junta Militar, um mês após o golpe. Em tais eventos, o empresário destacou que a verba concedida pelo governo dos EUA, após o 11 de setembro, não havia suprido as necessidades de financiamento externo do Chile, cabendo ao Brasil colaborar para os problemas econômicos imediatos do país⁶⁷⁰.

Além de Orlando Saenz, a missão econômica chilena, que veio ao Brasil em outubro de 1973, era formada pelo diretor do Banco Central, general Eduardo Cano, pelo gerente de comércio exterior, Jaime Humeres, e pelo funcionário desta entidade financeira, Henrique Tassara. Esse grupo, no período de estadia em Brasília, entregou uma lista contendo os produtos que a Junta Militar tinha interesse em comercializar com o país, e enfatizou a necessidade da liberação de linhas de créditos que permitissem ao Chile adquirir tais bens de consumo. Eduardo Cano também colocou em debate a renegociação da dívida de nove milhões que seu país mantinha com o governo brasileiro, porque essa medida melhoraria a posição dos militares chilenos diante de seus credores externos. Antes de retornar, a delegação foi informada que, a partir da aprovação do Conselho Monetário Nacional e do presidente Médici, o Brasil teria condições de fornecer os seguintes subsídios:

- a) Crédito financiero de US\$ 50 millones, con tres años de gracia y tres años para pagar esta operación sobre la base de eurodólar, más una tasa de 1,56%. b) Crédito de US\$ 35 millones, a través de la cartera de cambios del Banco de Brasil para la compra de mercaderías brasileñas. Sobre este rubro ya existía un crédito de US\$ 22 millones que ahora se ampliaría a 35 millones y que, según se manifestó, sería susceptible de una mayor ampliación a medida que se vayan desarrollando las operaciones. c) Crédito de US\$ 50 millones a través de CACEX para la compra de bienes de consumo durables. Sobre este rubro también existía un crédito de US\$ 10 millones que ahora aumenta a US\$ 50 millones. Interesa destacar que estas cifras se utilizan en operaciones futuras. Por lo tanto, no están comprendidas compras ya efectuadas tales como la de los buses y del azúcar, que se encuentran en estos momentos en sus últimos detalles. Tampoco se incluirá un crédito para las Fuerzas

⁶⁶⁹ DAVIS, Nathaniel. *Os dois últimos anos de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

⁶⁷⁰ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Assistência econômica ao Chile. 24 de outubro de 1973.

Armadas, para el cual se dará financiamiento en forma separada y continuarán vigentes, sin estar comprendidos en las cifras anteriores⁶⁷¹.

Com a intenção de pressionar o Brasil a conceder esses subsídios o mais rápido possível, o presidente do Banco Central, general Eduardo Cano, ao retornar a Santiago, declarou na imprensa local que existia boa vontade dos organismos de crédito, tanto argentinos quanto brasileiros, em conceder empréstimos ao país. O governo brasileiro, no entanto, foi o primeiro a concretizar suas ações, fornecendo um crédito de doze milhões para financiar as importações de açúcar, estreitando as relações comerciais entre os dois países⁶⁷². Além de dinheiro, o Brasil prestou assistência técnica, por intermédio da *Dirección de Operaciones y Programas* do *Comite Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas* (CICYT), a vários setores da indústria chilena⁶⁷³.

Nessa fase, os serviços diplomáticos do Chile e do Brasil também retomaram as discussões sobre as rotas de transporte aéreo que a *Línea Aérea Nacional de Chile* (LAN) pretendia instaurar entre os dois países. Os debates a respeito desse tema começaram em março de 1973, quando o presidente da LAN, Teodoro Ruiz, participou de uma reunião com oficiais da Força Aérea brasileira. Na ocasião, esses militares não aceitaram a proposta feita pela companhia aérea chilena, de passar pelas aerovias brasileiras, rotas de voos em direção à Europa, bem como fazer escalas em aeroportos brasileiros. Diante do interesse, demonstrado pelo presidente Médici, de estreitar acordos comerciais com a Junta Militar, o serviço diplomático chileno resolveu encaminhar esse projeto ao ministro das Relações Exteriores, Gibson Barbosa, que se prontificou a mediar com os militares da Aeronáutica, o atendimento dos interesses da LAN no Brasil⁶⁷⁴.

No mês seguinte, Câmara Canto alegou ter recebido um comunicado da chancelaria chilena, afirmando que as autoridades aeronáuticas locais realizariam uma avaliação minuciosa do quadro de rotas estipulado no acordo aéreo Brasil-Chile. O embaixador, porém, não pode obter detalhes sobre as futuras mudanças, porque não tinha recebido os dados técnicos elaborados pela subsecretaria de transportes da Junta Militar. Os técnicos se comprometerem, no entanto, a enviar para a Embaixada Brasileira em Santiago, todas as

⁶⁷¹ Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Brasilia. Telegrama. Visita de misión económica. 29 de octubre de 1973.

⁶⁷² Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Situação econômica. Viagem do presidente do Banco Central ao Brasil. Assistência econômica ao Chile. 05 de novembro de 1971.

⁶⁷³ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Necessidade de assistência técnica ao Chile. Cooperação do Brasil. 28 de setembro de 1973.

⁶⁷⁴ Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Brasilia. Telegrama. Reunión de Consulta Aeronáutica Chile-Brasil. 26 de septiembre de 1973.

informações pertinentes a tal processo⁶⁷⁵. Observou-se, a partir da análise desses documentos que, mesmo após a interferência de Gibson Barbosa, os oficiais da Força Aérea brasileira não atenderam de forma imediata os interesses da LAN no espaço aéreo nacional. Diante da falta de avanços em torno dessa temática, o serviço diplomático chileno sugeriu que a companhia aérea aguardasse o fim do mandato do presidente Médici e o início da administração do general Ernesto Geisel, para dar continuidade à implantação dos seus projetos no Brasil.

Pode-se concluir que, a derrubada de Salvador Allende e a instalação da ditadura no Chile, com características semelhantes à brasileira beneficiou os interesses econômicos do Brasil. Em outras palavras, o fato de uma Junta Militar, alinhada ideologicamente aos preceitos da DSN e, conseqüentemente, em sintonia com as diretrizes gerais da ditadura brasileira, assumir o poder político no Chile, além de possibilitar o estreitamento das relações comerciais entre os dois países, abria caminho para a consolidação do Brasil como potência econômica hegemônica no Cone Sul. Tal processo já estava sendo colocado em prática pelo Itamaraty, a partir da adoção de uma política externa que propiciou o aumento da influência política brasileira sobre as ditaduras do Paraguai, Bolívia e Uruguai, a partir da assinatura de acordos comerciais vantajosos com esses países. Por essa razão, o principal problema passou a ser o governo da Argentina, que via com desconfiança a expansão dos projetos econômicos brasileiros na região e que, além de tudo, com a volta do peronismo ao governo, estava na contramão da tendência autoritária que varria o Cone Sul.

Visentini definiu a política externa do governo Médici como “Diplomacia do Interesse Nacional” que, diferente dos presidentes militares anteriores, não mantinha um alinhamento automático aos Estados Unidos. Nesse sentido, Gibson Barbosa foi orientado a tirar proveito dos desequilíbrios existentes em âmbito regional, buscando uma posição de destaque no sistema imperialista, comandado pelo governo estadunidense. Por esse motivo, o Brasil ampliou sua inserção política nos países da América Central, África e Cone Sul, com os quais assinou acordos de intercâmbio cultural e de cooperação técnica e comercial, principalmente, a partir da concessão de crédito para a compra de produtos brasileiros. Na época, o principal projeto de Médici era a construção da Hidrelétrica de Itaipu, que além de disponibilizar um abundante fornecimento de energia para o país, beneficiaria o término dos conflitos territoriais com o Paraguai. Por seu turno, a Argentina, que se encontrava num quadro de instabilidade

⁶⁷⁵ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Transporte Aéreo Brasil-Chile. Pedido chileno de reunião de consulta. 17 de outubro de 1973.

política interna, não era a favor do aumento do poder econômico brasileiro em âmbito regional⁶⁷⁶.

A respeito da construção da Hidrelétrica de Itaipu, o embaixador chileno Hernán Cubillos, enviou um telegrama para o Ministério das Relações Exteriores do Chile, tratando da solicitação realizada por Gibson Barbosa, que o país mantivesse uma posição neutra em relação a esse projeto. Na avaliação do ministro, o Brasil não teve sucesso na aprovação dessa matéria nas Nações Unidas devido à posição adotada pelo Peru, que se colocou ao lado dos interesses da Argentina na votação. Em contrapartida, o presidente Médici recebeu o voto do Uruguai e contava com o apoio da Junta Militar chilena para dar andamento a construção da hidrelétrica no rio Paraná, como afirmou Gibson Barbosa:

Entiendo bien que se ha producido una situación en esta materia que opone a Brasil y a Argentina. Ello mismo, facilita la actitud que puede tomar Chile en tal eventualidad: de neutralidad, absteniéndose en la votación. Quiero serle muy franco Embajador. Este problema es vital para Brasil y nuestra futura política con Chile será consecuencia de la posición que se adopte al respecto. Yo no deseo ser el agente de la modificación de una política de íntima colaboración que estamos buscando con su país si en ese problema, de enorme trascendencia para nosotros, Chile no modifica su voto negativo a la tesis brasileña. El éxito de la misión que usted está ahora iniciando depende, en consecuencia, de la actitud chilena frente a nosotros. Le repito que la abstención de ustedes nos satisface⁶⁷⁷.

Além das questões econômicas, Chile e Brasil passaram a discutir temas relacionados à segurança regional, supostamente ameaçada por grupos de esquerda locais, financiados por Cuba e pela União Soviética. Em determinadas situações, as disputas econômicas entre esses dois países foram sobrepujadas pelo conceito de fronteiras ideológicas, que determinava, entre as suas prioridades, a união dos países do Cone Sul no combate ao inimigo interno. Tal mudança não significou que esses países tivessem deixado de lado os conflitos envolvendo a determinadas áreas geográficas, a execução de projetos ou a assinatura de acordos comerciais, que atendiam seus interesses particulares, mas que, diante da necessidade de impedir o avanço do comunismo, essas disputas foram temporariamente colocadas em segundo plano. A partir dessa tomada de posição, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina (mesmo no conturbado período peronista) se uniram para estabelecer contatos e colaborações repressivas que evoluiriam até conformar a rede *Condor*, que se encarregou de trocar informações e realizar operações clandestinas para além de suas fronteiras nacionais, as quais resultaram no sequestro, assassinato e desaparecimento de opositores políticos no exílio.

⁶⁷⁶ VISENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

⁶⁷⁷ Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Brasilia. Telegrama. Presentación de copias de cartas credenciales al Canciller Gibson Barboza: "Intriga Internacional contra Chile", los recursos naturales compartidos. 07 de diciembre de 1973.

Com relação ao Brasil e Chile, essa rede envolveu setores militares e policiais ainda durante o governo Allende (embora com a oposição deste), como demonstram os telegramas enviados pela Embaixada Brasileira em Santiago. Nesses, Câmara Canto tratou da relação que mantinha com agentes que ocupavam cargos de nível médio na polícia militar – *Carabineros* – e também com oficiais do alto escalão das Forças Armadas chilenas, que possibilitavam obter informações de interesse do presidente Médici, relacionadas, principalmente, às questões dos exilados e da segurança nacional. Após a instauração da ditadura, no entanto, essa colaboração repressiva se intensificou, de forma que uma equipe de agentes brasileiros foi enviada para o Chile, com o objetivo de treinar as forças repressivas locais em técnicas “científicas” de interrogatório (tortura).

Nessa perspectiva, o serviço diplomático brasileiro baseou suas atividades na tentativa de restringir o trânsito dos militantes exilados no Chile, particularmente dos banidos do território nacional, impedindo que eles recebessem passaportes e salvo-condutos. Câmara Canto também agiu para impedir que as campanhas movidas pela comunidade de exilados, para denunciar as atrocidades cometidas pela ditadura brasileira ganhassem espaço na imprensa local. Além disso, a Embaixada Brasileira em Santiago integrou junto com o CIEX e a DSI/MRE, a base do aparelho de busca e coleta de informações estruturadas pelo Itamaraty, com o objetivo de monitorar as atividades dos brasileiros no exterior, transmitindo os dados que o SNI precisava para atuar contra os subversivos em outros países.

Com a instauração da ditadura, a repressão brasileira pode atuar sem restrições no Chile, pois um dos principais objetivos da Junta Militar, nessa fase inicial, foi o de perseguir, prender, torturar e, se julgasse necessário, fuzilar os estrangeiros que estavam no país. Em 17 de setembro de 1973, o jornal Folha de São Paulo publicou uma matéria, informando que, nos primeiros quatro dias após o golpe, entre quinhentas e duas mil pessoas haviam sido executadas no Chile, embora na lista oficial divulgada pelos militares constasse apenas dezesseis mortos e cem feridos. As fontes não oficiais (e imprecisas), entretanto, afirmavam que o número de execuções sumárias era bem mais elevado, pois várias atitudes que até então não eram consideradas delito, passaram a ser punidas, a partir da decretação do estado de guerra interna, em 12 de setembro, com a pena de morte. Entre as transgressões passíveis de punição estavam as seguintes: “açambarcar gêneros, mercado negro, atacar soldados em

quartéis, portas armas, usar uniformes sem pertencer às Forças Armadas ou aos Carabineiros e imprimir ou difundir, por qualquer meio, propaganda subversiva”⁶⁷⁸.

Nesse cenário, os estrangeiros exilados no Chile, na interpretação da Junta Militar, eram perigosos “terroristas”, que não serviam aos interesses de seus países, mas da subversão marxista internacional cubana e soviética, fato que justificava a sua perseguição. Pedro Vianna foi um dos estrangeiros atingidos por essa onda de repressão que se formou na fase pós-golpe. Na manhã do dia 11 de setembro, após receber informações sobre a ação militar que se desenrolava no país, Vianna se instalou na casa de companheiros chilenos, onde foi obrigado a permanecer durante a noite, depois que os militares decretaram o toque de recolher por quarenta e oito horas no país. Vizinhos que apoiavam o golpe denunciaram a presença de estudantes universitários, chilenos e estrangeiros, na residência; esses, logo, foram surpreendidos por uma patrulha de militares. O grupo, depois de preso, foi levado a um quartel que fica nas proximidades, o Regimento de Blindados n° 2:

No quartel, os prisioneiros são deitados no chão, espancados e sumariamente interrogados [...]. Sou finalmente colocado em uma grande sala semelhante a um anfiteatro, onde, ao todo, cerca de oitenta homens estão sentados, vigiados por cerca de vinte soldados armados. As mulheres estão detidas à parte. A noite da terça-feira e a manhã da quarta passam sem que nada aconteça. Os prisioneiros não recebem nenhum alimento. Quando um soldado concorda em nos acompanhar ao banheiro, podemos beber água da torneira. Quarta-feira, no início da tarde, tiros são ouvidos fora do quartel. Imediatamente tanques saem do quartel. Os prisioneiros temem que os soldados recebam a ordem de executá-los [...]. A partir de então, somos cerca de trinta e cinco homens na sala. Mais meia hora passa. São por volta de dez horas da manhã. Oficiais que entram nos empurram brutalmente para fora da sala e, a socos, pontapés e coronhadas nos reúnem no pátio. Curiosamente, eles devolvem aos prisioneiros seus documentos de identidade. Os presos são amontoados em um pequeno caminhão militar⁶⁷⁹.

Depois de permanecer dois dias no Regimento de Blindados n° 2, Pedro Vianna foi levado para o Estádio do Chile e, posteriormente, para o Estádio Nacional, que na época já reunia milhares de presos políticos, tornando-se o maior centro de detenção do país. Os prisioneiros políticos que chegavam ao local, sem exceção, traziam no corpo as marcas dos maus-tratos e suplícios que haviam sofrido em outras prisões espalhadas pela capital chilena. Os militares, sem considerar as péssimas condições de saúde dessas pessoas, as recebiam com golpes, socos, chutes e insultos verbais. Tratava-se do “comitê de boas vindas”, montado nos portões de entrada do Estádio, com o objetivo de abalar a resistência física e psicológica dos presos. A situação não era muito diferente no interior do recinto, onde detidos chilenos e estrangeiros estavam à mercê do frio, da falta de alimentação, de espaço adequado para

⁶⁷⁸ Quem pode ser fuzilado no Chile e pena de morte para restaurar a ordem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 01 e 03, 17 de setembro de 1973. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

⁶⁷⁹ VIANNA, Pedro. *Dep. cit.*

dormir e fazer a higiene pessoal e também da tensão e do medo provocado pelos interrogatórios, na maioria das vezes, acompanhados por sessões de tortura e fuzilamentos, que faziam parte da rotina daquele local⁶⁸⁰.

Pascale Bonnefoy Miralles destaca que o grupo de estrangeiros do Estádio Nacional era formado, basicamente, por profissionais liberais, estudantes e ativistas de esquerda, oriundos de países como Brasil, Uruguai, Argentina, Bolívia e França, e também por pessoas sem militância política, que foram para o Chile exercer funções nos meios eclesiásticos, diplomáticos ou empresariais, fazer turismo ou que eram acusadas de praticar algum crime. Ou seja, o Estádio Nacional reuniu centenas de homens e mulheres, das mais variadas idades, origens e classes sociais, cujo único delito era não ser chileno. A situação dos estrangeiros no centro de detenção era particularmente difícil, porque o militar nomeado para dirigi-lo, coronel Jorge Espinoza Ulloa, tinha um desprezo especial por esses sujeitos que teriam realizado uma “intromisión mercenaria en nuestra vida institucional, asumiendo papeles rectores en la incitación al odio entre los chilenos, pisoteando nuestra dignidad nacional y recibiendo el pago de los propios recursos del Estado”⁶⁸¹.

Estima-se que o número de pessoas detidas no Estádio do Chile e no Estádio Nacional, entre setembro e outubro de 1973, chegou a cinco mil. Um jornalista da Folha de São Paulo informou que os presos políticos eram submetidos a um primeiro interrogatório no Estádio do Chile e, caso fossem considerados culpados ou suspeitos de “atos de subversão”, eram encaminhados ao Estádio Nacional, onde passavam por um segundo interrogatório, a partir do qual poderiam ser condenados à morte. Os fuzilamentos poderiam ocorrer tanto no local como em áreas próximas⁶⁸². Luiz Carlos de Almeida foi um dos estrangeiros retirados desse centro de detenção e executado às margens do rio Mapocho, entre os dias 13 e 14 de setembro, conforme declarou em seu depoimento Luis Carlos Vieira, que passou pela mesma situação, mas conseguiu sobreviver ao fuzilamento:

A última viagem levou-nos às margens do rio Mapocho. Os soldados mostravam-se nervosos e agiam com violência [...]. O uruguaio encaminhou-se para a beira do rio e jogou-se nas águas, sendo imediatamente metralhado por um soldado. O oficial mandou Luiz Carlos fazer o mesmo. Um soldado seguiu-o e disparou demoradamente. Depois foi a minha vez. Das três balas que me atingiram, uma pegou de raspão na cabeça, fazendo-me perder os sentidos por algum momento. Quando recuperei a consciência, senti-me levado pela leve correnteza do rio, ouvi as

⁶⁸⁰ VIANNA, Pedro. *Dep. cit.*

⁶⁸¹ BONNEFOY MIRALLES, Pascale. *Terrorismo de Estadio: prisioneros de guerra en un campo de deportes*. Santiago: CESOC, 2005, p. 78.

⁶⁸² Pena de morte para restaurar a ordem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 03, 17 de setembro de 1973. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

vozes dos soldados, vi as luzes dos caminhões refletirem-se nas águas do rio, iluminando os corpos inertes de meus companheiros⁶⁸³.

A ditadura brasileira, o Itamaraty e a Embaixada em Santiago tinham conhecimento das prisões em massa e das execuções sumárias de opositores políticos – nacionais ou estrangeiros – que ocorriam diariamente no Chile. Em nenhum momento, porém, o presidente Médici, o ministro Gibson Barbosa ou o embaixador Câmara Canto se posicionaram contra a Junta Militar, se omitindo inclusive nos casos de cidadãos brasileiros, como o de Luiz Carlos de Almeida, assassinados no país. Uma das únicas manifestações de repúdio ao golpe foi no âmbito da oposição política brasileira, do líder do MDB, Aldo Fagundes, que durante um discurso realizado na Câmara de Deputados, em 16 de setembro, declarou ter recebido de Maurício Ferreira de Lima, asilado na Argentina, um pedido de intervenção do poder legislativo junto à Cruz Vermelha Internacional e outras entidades vinculadas aos direitos humanos, para providenciar a retirada de cinco mil brasileiros que corriam risco de vida no Chile, porque depois do golpe, já haviam sido fuzilados um número significativo de ativistas políticos estrangeiros. A respeito dessa denúncia, Gibson Barbosa, como representante oficial do Itamaraty, escreveu o seguinte:

Como consecuencia de esta denuncia, Fagundes solicitó a Gibson Barboza una información sobre la materia, lo cual el Itamaraty le dio la siguiente respuesta textual: “Situación de asilados en Chile: 1. No existe la más remota posibilidad de que ocurra un “masacre” de asilados en Chile; 2. Según declaran las autoridades chilenas se está procurando determinar la situación en que se encuentran cada asilado o refugiado. Los que estuvieran implicados en actividades extremistas, serán sometidos a proceso legal”. El propio Fagundes leyó en la Cámara la declaración y confió que con ello se habrá puesto fin a este episodio⁶⁸⁴.

De acordo com fontes oficiais, do golpe ao início de outubro, o Ministério das Relações Exteriores do Chile teria disponibilizado cerca de dois mil salvo-condutos, autorizando estrangeiros a deixarem o país. O pedido desse documento foi encaminhado por serviços diplomáticos de países europeus ou por representantes do ACNUR⁶⁸⁵. Cabe enfatizar que nesse grupo estava o jornalista Humberto Vasconcellos, correspondente do Jornal do Brasil em Santiago que, no dia 19 de setembro, recebeu um salvo-conduto para deixar o Chile e seguir viagem até Buenos Aires. Segundo Câmara Canto, o problema de permanência do

⁶⁸³ VIEIRA, Luiz Carlos. Cidadãos brasileiros vitimados no Chile entre 1973 e 1976. Comitê Carlos de Ré da Verdade e Justiça/RS. Disponível em: <<https://comitedaverdadeportoalegre.files.wordpress.com/2017/09/cidadc3a3os-brasileiros-vitimados-nochile.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

⁶⁸⁴ Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Brasilia. Telegrama. La situación chilena y Brasil. 27 de septiembre de 1973.

⁶⁸⁵ SADER, Emir. Brasil patrocinou golpe de Pinochet em 1973, no Chile. *Carta Maior*, 05 ago. 2003. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sem-editoria/Brasil-patrocinou-golpe-de-Pinochet-em1973-no-Chile/27/356>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

jornalista no país foi resolvido pelo embaixador Enrique Bernstein⁶⁸⁶, que solicitou e obteve dos militares o visto para o jornalista⁶⁸⁷. Ou seja, o pedido de salvo-conduto não foi emitido pelo serviço diplomático brasileiro.

Dessa forma, a Embaixada Brasileira em Santiago não auxiliou os milhares de cidadãos brasileiros que estavam sendo ameaçados pela ditadura chilena. Uma exceção a essa regra foi o encaminhamento, por parte do cônsul brasileiro, dos pedidos de salvo-condutos dos exilados Solange Bastos, Ricardo de Azevedo e Antônio Paulo Ferraz, presos no Estádio Nacional. Em seu livro de memórias, Azevedo enfatizou que o documento de liberação foi obtido a partir das negociações que o seu pai estabeleceu com esse funcionário do serviço diplomático em Santiago⁶⁸⁸. Bastos, em seu depoimento, informou que os três exilados receberam salvo-condutos porque o cônsul atendeu um pedido formulado pelo Adido Naval e o CENIMAR, de libertação do filho de um empresário bem relacionado junto às Forças Armadas brasileiras: Antônio Paulo Ferraz⁶⁸⁹. Dessa forma, em 12 de outubro, esses três prisioneiros foram libertados daquele centro de detenção e logo depois deixaram o país. Todavia, consta no relatório da CNV que o pedido de concessão de salvo-conduto para esses três brasileiros foi negado pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores no Brasil, mas que o telegrama com essa informação só chegou até a representação consular de Santiago depois que os prisioneiros haviam deixado o Estádio Nacional. Em função desse episódio, o ministro Gibson Barbosa ordenou a suspensão da entrega desse documento pelo cônsul e passou ao serviço diplomático a seguinte orientação: “daqui por diante exercer o mais restrito controle sobre os atos do Consulado-Geral em tudo que se refira a brasileiros suspeitos, subversivos ou que se encontrem detidos ou sob observação pelas autoridades chilenas”⁶⁹⁰. Ou seja, o cônsul e o Consulado foram colocados em observação.

Outros brasileiros não tiveram a oportunidade de deixar o Chile. Esse foi o caso do militante da VPR, Wânio José Matos, quem sofreu uma doença crônica (“peritonite difusa”), faleceu durante uma cirurgia realizada no hospital de campanha do Estádio Nacional, em 16

⁶⁸⁶ “O Embaixador Enrique Berstein, designado, pela Junta Militar que governa o Chile, assessor político do Ministro das Relações Exteriores”. In: Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REV.53, p. 06/35. Situação dos cidadãos brasileiros no Chile. 28 de setembro de 1973, p. 3.

⁶⁸⁷ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama nº 108518. Situação do jornalista Humberto Vasconcellos do “Jornal do Brasil”. 19 de setembro de 1973.

⁶⁸⁸ AZEVEDO, Ricardo de. *Op. cit.*, p. 142.

⁶⁸⁹ BASTOS, Solange. Eu estive presa no Estádio Nacional do Chile. Depoimento. In: FERRER, Eliete (Org.). *68 - A geração que queria mudar o mundo – Relatos*. Brasília: Ministério da Justiça/Comissão da Anistia/Projeto Marcas da Memória, 2011, p. 573-576.

⁶⁹⁰ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. *Op. cit.*, p. 244.

de outubro de 1973⁶⁹¹. Conforme o médico Otto Brockes, que também estava no centro de detenção e acompanhou o caso de Wânio, a doença se agravou devido ao longo período em que o brasileiro ficou sem comer no local, o que provocou a falência de seu intestino. Otto informou aos oficiais chilenos, responsáveis pelo Estádio, que a situação de saúde de Wânio era grave, que seu problema só poderia ser resolvido através de uma cirurgia. O pedido não foi considerado pelos militares, que só interviram quando a doença estava em estágio muito avançado para ser tratada:

Levei o Wânio, com as metralhadoras atrás. Foi uma cena: eles mandavam eu andar na frente, e eles com as metralhadoras atrás. Cheguei lá, apresentei o relatório, e eles disseram: “Você não é médico: é um prisioneiro”. Meteram a mão na minha nuca e na cabeça. Me mandaram de volta com o Wânio. O Wânio começou a chorar. Eu falei e levei ele novamente. Uns dias depois – não lembro que dia que era – disseram que ele foi operado, mas o abdômen estava todo tomado, e ele morreu. Essa foi uma passagem triste que tivemos lá e de que fomos testemunhas. Diagnosticamos aquilo lá dentro, e eles se recusaram a tratar de uma pessoa que necessitava. Não entenderam que o prisioneiro não é mais um inimigo, tem que ser tratado com dignidade, merece assistência, embora seja radicalmente contra⁶⁹².

A morte de Wânio José Matos não foi o único crime que ocorreu no Estádio Nacional; no período em que esteve em funcionamento, milhares de pessoas foram torturadas e centenas fuziladas em suas dependências. Esses fatos não foram considerados pelo presidente Médici que, ao ser informado sobre a necessidade de retirar cidadãos brasileiros do Estádio Nacional, ao invés de salvo-condutos, encaminhou uma equipe de policiais e militares, na segunda quinzena de outubro, para interrogar os prisioneiros que estavam naquele centro de detenção. O grupo desembarcou em Santiago e recebeu o apoio da Embaixada Brasileira, que designou o sargento Deoclécio Paulo para acompanhar as atividades dos agentes no país⁶⁹³.

Osni Gomes declarou, em depoimento à CNV, que antes da chegada da equipe do Brasil no mês de outubro, ele já havia sido interrogado por militares chilenos no Estádio Nacional. O interesse desses agentes era relacionado a temas como a vinculação existente entre Osni e esquerda chilena, as atividades políticas que desenvolvia no exílio, etc. O militante negou qualquer envolvimento com a esquerda local, afirmando que foi para o país com um único objetivo: estudar. A equipe enviada pelo presidente Médici, além de interrogar Osni a respeito de suas opções políticas, submeteu o militante a sessões de tortura. Durante uma dessas sessões, Osni observou: “um que movia maquininha [de choques], esse me chamou muito a atenção, que era preto e tinha aparência, digamos, mais de povo, entre os três, que parecia mais, tinha a aparência mais assim, de trabalhador, [...] os outros dois mais bem

⁶⁹¹ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Falecimento de extremista brasileiro. Wânio José Matos. 31 de outubro de 1973.

⁶⁹² BROCKES, Otto. *Dep. cit.*

⁶⁹³ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. *Op. cit.*

vestidos”. O episódio foi acompanhado por um grupo de oficiais chilenos, que aconselhavam “esses são profissionais, prestem atenção”⁶⁹⁴.

Pedro Vianna foi interrogado por oficiais chilenos e, posteriormente, torturado por agentes brasileiros, no Estádio Nacional. No primeiro interrogatório, os chilenos não tinham informações sobre as atividades culturais, com viés político, que o militante desenvolvia como dramaturgo no Chile, em apoio ao projeto da UP. No segundo, porém, a equipe de brasileiros informou aos chilenos que Vianna era o autor da peça “Vinte e cinco anos depois”, que denunciava as torturas de presos políticos no Brasil, encenada naquele país. A partir desse momento, Vianna passou a ser interrogado pelos agentes brasileiros:

Me vejo diante de quatro homens à paisana, mas com ar militar. Como deixa ver seu tipo físico – um dos quatro, um grande, brutamontes, é mulato, um fenótipo praticamente inexistente no Chile – são, obviamente, brasileiros [...]. Aproximam-se de mim. Um deles põe sobre a pequena mesa um pedaço de papel no que está escrito com uma bela caligrafia: *25 años después*. Ele dá uns tapinhas no meu ombro esquerdo e em seguida aponta para o papel, fazendo um beicinho interrogativo. Em espanhol, eu respondo: ‘Esse é o título de minha peça sobre o Brasil, que foi encenada em Santiago’. Enquanto respondo, vejo do canto do olho direito o punho de um dos brasileiros que se abate sobre meu rosto [...]. Eles me levantam do chão e me colocam sentado de novo na cadeira. Impassível, o soldado chileno observa a cena. Eu sou cercado pelos quatro torturadores. Instalados lateralmente, dois deles dão golpes de joelho nas minhas costelas, o que está atrás dá socos na parte superior das minhas costas, enquanto o que está à frente me esbofeteia e dá socos no meu peito e abdômen⁶⁹⁵.

Dados esses acontecimentos, na sequência, um oficial chileno entrou na sala, onde Pedro Vianna está sendo torturado e solicitou que suspendessem as agressões, porque o preso possuía o status de asilado político, sendo protegido pela ACNUR. A equipe de brasileiros prometeu ao dramaturgo outras sessões de tortura. O nervosismo de Vianna aumentou ao constatar que esses agentes transportavam vários instrumentos de tortura – uma máquina de dar choques, as partes de um “pau de arara”, grandes cassetetes e uma palmatória – para dentro do Estádio Nacional⁶⁹⁶. Luís Guimarães, que também esteve preso no local, afirmou que os brasileiros daquela equipe eram agentes do DOI, chefiados por um oficial da Marinha responsável por ensinar aos policiais e militares chilenos a utilização dos aparelhos de tortura. Esse oficial, chamado Capitão Mike, ao identificar o militante na fila de interrogatório, afirmou “dessa vez você não me escapará”⁶⁹⁷. No início de 1973, o mesmo militar havia

⁶⁹⁴ GOMES, Osni. Depoimento CNV. São Paulo, 07 de novembro de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Osni_Geraldo_Gomes_07.11.2013_-_ct_rp.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

⁶⁹⁵ VIANNA, Pedro. *Dep. cit.*

⁶⁹⁶ Idem.

⁶⁹⁷ GUIMARÃES, Luis. 45 dias prisioneiro da Junta Militar no Chile. Depoimento. In: FERRER, Eliete (Org.). *68 - A geração que queria mudar o mundo – Relatos*. Brasília: Ministério da Justiça/Comissão da Anistia/Projeto Marcas da Memória, 2011, p. 565- 572.

comandado a equipe que havia torturado Guimarães no Brasil. A respeito da presença desses agentes no centro de detenção, Bonnefoy Miralles destacou o seguinte:

Los agentes brasileños se las daban de expertos, burlándose de los novatos interrogadores chilenos, a quienes consideraban “niños de pecho” en cuanto a la tortura. No por nada Brasil llevaba nueve años con dictadura militar, tiempo suficiente para que los policías y militares perfeccionaran sus métodos. Tiempo de sobra también para que algunas de sus víctimas en Brasil estuvieran familiarizadas con sus métodos y rostros, y los reconocieran después en el Estadio Nacional. El 16 de octubre, un grupo de detenidos brasileños interrogados en la sala del segundo piso reconoció al jefe del equipo brasileño que los torturaría: se trataba de Alfredo Poeck, conocido en Brasil como especialista en torturas. En esa ocasión, fueron interrogados por militares chilenos sobre sus anteriores actividades políticas en Brasil. Los agentes brasileños les pasaban a los chilenos papeles con las preguntas que debían hacerles. Al día siguiente, otros brasileños fueron llevados ante los policías extranjeros, que esta vez, sí golpearon y torturaron directamente a sus compatriotas⁶⁹⁸.

Dos quinze presos políticos, interrogados pela equipe de brasileiros, treze foram retirados do Estádio Nacional pela ação da ACNUR, no dia 25 de outubro. Cinco dias mais tarde, Oldrich Haselman e Ernest Schlatter, representantes oficiais dessa entidade na América Latina e no Chile, visitaram a Embaixada Brasileira para solicitar o auxílio de Câmara Canto para resolver a situação de oito brasileiros, protegidos pelas Nações Unidas, que deveriam ser repatriados para o Brasil. Entre esses asilados estavam Miguel Ângelo dos Santos Costa, Nelson Serathiuk, Luís Carlos Sarzedas, Luís Carlos Pires Fernandes, Maria das Dores Romaniolo e sua filha, Roberta, Silvério Soares Ferreira, João Ernesto Maraschin Maroso e Roberto Ribeiro de Barros⁶⁹⁹.

As informações a respeito desses oito asilados detidos no Estádio Nacional, transmitidas pela ACNUR à Embaixada Brasileira em Santiago – lugar e data de nascimento, endereço da última residência e data de desembarque no Chile – foram enviadas à Secretaria das Relações Exteriores no Brasil, para serem avaliadas pelo ministro Gibson Barbosa⁷⁰⁰. Em outro telegrama, Câmara Canto solicitou que o nome de Ênio Bucchioni fosse incluído nessa lista, pois todos os detidos estavam sendo retirados do Estádio Nacional, porque o espaço receberia o jogo de futebol entre as seleções do Chile e da União Soviética, no dia 21 de novembro⁷⁰¹. A única pessoa da lista citada que não passou pelo Estádio Nacional foi a filha de Wânio José de Mattos e Maria das Dores Romaniolo, a bebê Roberta Romaniolo de

⁶⁹⁸ BONNEFOY MIRALLES, Pascale. *Op. cit.*, p. 86.

⁶⁹⁹ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Refugiados brasileiros. Visita do representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. 30 de outubro de 1973.

⁷⁰⁰ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Refugiados brasileiros. Remessa de dados. 01 de novembro de 1973.

⁷⁰¹ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Brasileiro detido em Santiago. Ênio Bucchioni. 01 de novembro de 1973.

Mattos, que depois de ter sido detida e encaminhada a uma delegacia de Santiago com os pais, foi deixada aos cuidados de uma amiga da família, por ordem do sargento que comandava o grupo de militares, encarregados de levar os presos políticos até o centro de detenção⁷⁰².

Os brasileiros Miguel Ângelo dos Santos Costa, Silvério Soares Ferreira e Roberto Ribeiro de Barros conseguiram asilo na Europa, com o apoio do CIME⁷⁰³. Nelson Serathiuk, também com o apoio de entidades de defesa dos direitos humanos, se exilou na Suíça⁷⁰⁴. A partir desses dados, verifica-se que Câmara Canto não atendeu a solicitação da ACNUR, de conceder salvo-conduto para que essas oito pessoas pudessem voltar ao Brasil. Esse não foi um fato isolado, pois o diplomata negou visto inclusive para menores de idade, como ocorreu no caso dos cinco filhos de Thereza Rabêlo, que se instalaram na Embaixada Brasileira em Santiago após o golpe. A respeito desse episódio, Thereza declarou:

Uma de minhas irmãs mandou passagens para a gente voltar para o Brasil, mas nosso visto estava vencido. Eu ficava com as crianças na embaixada do Brasil à espera do visto. Era o único lugar em que me sentia um pouco segura. Pensava que teria ajuda ali, mas eles só me enrolavam. Fiquei seis dias nessa agonia e, desesperada, disse ao embaixador: “Eu fico no Chile e peço que o senhor deixe meus filhos voltarem”. Não adiantou. Saí da minha casa com a roupa do corpo e fui com as crianças para um refúgio das Nações Unidas. Foi o pior momento. A gente tinha comida e agasalhos, mas as noites eram terríveis. Eu não conseguia dormir, minha cabeça não parava de pensar: “O que será de nós?” [...]. No dia 26 de janeiro de 1974, o pesadelo terminou. O Chile que eu tanto amei e amo tinha se tornado um inferno. Depois de oito anos naquele país, fomos com outros exilados para Paris⁷⁰⁵.

Por essas atitudes, o serviço diplomático brasileiro se tornou o que menos prestou auxílio aos seus compatriotas exilados em território chileno, depois do golpe. A postura da Embaixada em Santiago estava em sintonia com o alinhamento de interesses em assuntos relacionados à segurança nacional, entre as ditaduras chilena e brasileira, pois, na medida em que um país obrigava os inimigos internos a deixarem seu território, o outro se negava a recebê-los. A relação de proximidade dos dois países foi ressaltada por Rolando Stein, ao analisar os efeitos do golpe de 11 de setembro no Brasil. De acordo com Stein, o evento militar tinha o apoio irrestrito do presidente Médici e da maioria dos políticos brasileiros. A única exceção no meio político era o deputado do MDB, “Araújo”, que realizou um discurso na Câmara Federal, criticando a derrubada do presidente Salvador Allende. Na imprensa

⁷⁰² WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Lista dos cidadãos brasileiros vitimados no Chile. *Rsurgente*, 04 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://rsurgente.wordpress.com/2015/10/04/lista-dos-cidadaos-brasileiros-vitimados-no-chile/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

⁷⁰³ Fundación Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad. Brasileños refugiados en Chile. Santiago, diciembre de 1973.

⁷⁰⁴ MARTONI, Ligia. Exílio acabou, mas a luta continua. *Tribuna*, Curitiba, 13 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/mundo/exilio-acabou-mas-a-luta-continua/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

⁷⁰⁵ RABÊLO, Thereza. Fui para o exílio com sete filhos. Depoimento. In: FERRER, Eliete (Org.). *68 - A geração que queria mudar o mundo - Relatos*. Brasília: Ministério da Justiça/Comissão da Anistia/Projeto Marcas da Memória, 2011, p. 525.

brasileira, o jornal “O Estado de São Paulo” publicou várias reportagens ressaltando o caráter positivo dos últimos acontecimentos no Chile. Além disso, civis e militares haviam se unido a cidadãos chilenos, residentes no Rio de Janeiro e em São Paulo, para fundar Comitês de Ajuda, responsáveis pelo envio de produtos alimentícios, medicamentos e dinheiro ao país⁷⁰⁶.

No momento que a direita brasileira se mobilizava para conceder auxílio financeiro à Junta Militar, execuções sumárias de opositores políticos eram praticadas em todo o Chile. Como exemplo, cita-se uma nota publicada pelo Exército, na qual os militares informavam a execução de duas pessoas em Victoria, em 29 de outubro de 1973. O tenente coronel Luis René Veja declarou que, ao serem “interrogados por patrulhas militares, os extremistas Eliseo Segundo Jara Rios e Pedro Munoz Apablaza tentaram fugir” e acabaram sendo mortos pelos soldados que faziam sua escolta. Segundo fontes oficiais, o número de pessoas fuziladas em “tentativas de fuga”, desde 11 de setembro, chegaria a uma centena⁷⁰⁷. Um brasileiro que prestou testemunho à Comissão Internacional responsável por investigar os crimes praticados pela Junta, relatou a farsa montada em torno de outro episódio de fuzilamento, que ocorreu na região sul do território chileno:

La violencia era una constante represión. Cualquiera que fuera el preso era sometido a torturas y le preguntaban por el plan Z y otras cosas que la mayoría de la gente desconocía [...]. Valdivia y el sur de Chile son por excelencia regiones campesinas. Ellos llegaban a una determinada región llamada Malahue y detuvieron a cuatro campesinos. Fueran llevados presos y uno de ellos luego de ser salvajemente torturado, murió. Entonces, como los otros tres que estaban en la celda eran testigos, los llevaron en una camioneta a Valdivia y los mataron. Nosotros nos enteramos de esto por compañeros que pudieron hablar con los tres prisioneros en la cárcel. Al otro día apareció en los diarios que estos cuatro campesinos habían intencionado asaltar un retén de carabineros, que eran terroristas y que fueran muertos cuando intentaban escapar. Muchos campesinos han sido asesinados o han desaparecido. En la zona de Lago Ranco, fueran detenidos 100 campesinos que están desaparecidos y que fueran buscados por sus familiares en las cárceles no encontrándose y suponiéndose que están muertos⁷⁰⁸.

A ditadura brasileira foi a primeira do Cone Sul a utilizar a “tentativa de fuga” como justificativa para a execução de seus opositores, principalmente após a instauração do TDE no país, no final de 1968. Um dos casos mais emblemáticos de manobra construída para encobrir o assassinato de um preso político foi o do militante da ALN, Eduardo Collen Leite, o “Bacuri”, detido pela equipe do delegado Fleury, em setembro de 1970. O plano começou a

⁷⁰⁶ Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Brasilia. Telegrama. Acusa recibo Circular Confidencial nº 28, sobre repercusiones sucesos 11 de septiembre. 29 de octubre de 1973.

⁷⁰⁷ Mais duas execuções anunciadas no Chile. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 05, 30 de outubro de 1973. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

⁷⁰⁸ Museo de la Memoria y Derechos Humanos. Centro de Documentación (CEDOC). Santiago, Chile. Comisión Internacional de Investigación de los crímenes de la Junta Militar en Chile (1ª sesión, 21-24 de marzo 1974, Helsinkí). Testimonio de un ciudadano brasileño, en Valdivia, gravado por la periodista sueca, Grudun Blor. CLMMDH 00000632-000025-000031.

ser colocado em prática no dia 25 de outubro, quando vários jornais em circulação no Brasil publicaram uma nota oficial, na qual o DEOPS/SP informava que Bacuri havia fugido da delegacia, seguindo uma rota desconhecida pela polícia. Destarte, mais de cinquenta presos políticos que passaram pelas dependências desse órgão de segurança entre setembro e dezembro, declararam que o ativista da ALN jamais deixou a cela. Ou seja, a ditadura brasileira estruturou um hipotético plano de fuga como forma de garantir a impunidade dos seus agentes, responsáveis pela tortura e assassinato de Eduardo Collen Leite na prisão⁷⁰⁹.

Tais situações ilustram a dimensão do aparato repressivo brasileiro, cuja experiência foi transmitida e adaptada para o contexto chileno, no período pós-golpe. Esse intercâmbio teve início ainda o governo Allende, quando Câmara Canto se vinculou com um grupo de oficiais do alto escalão das Forças Armadas chilenas. O embaixador estadunidense Nathaniel Davis revelou que esse vínculo levou o embaixador brasileiro a convidá-lo, durante um almoço em março de 1973, para integrar um plano de cooperação entre as duas representações diplomáticas, com o objetivo de auxiliar os militares chilenos a derrubarem o presidente⁷¹⁰. No círculo de amigos de Câmara Canto estavam os generais que integravam a Junta Militar, Gustavo Leigh e Toribio Merino, e nomes de destaque no aparelho repressivo montado depois do golpe, como Álvaro Puga, Herman Brady e Sergio Arellano Starck.

Câmara Canto deu mostras da amizade que mantinha com o general Sergio Arellano Stark, num telegrama encaminhado ao Itamaraty, em dezembro de 1973, no qual citava a campanha de difamação que a imprensa estrangeira e o serviço diplomático de países alinhados ao comunismo, estavam promovendo contra o militar chileno. Conforme o embaixador brasileiro, Arellano era um oficial próximo ao general Augusto Pinochet, que havia recebido da Junta Militar a missão de garantir a paz e a tranquilidade da população. As reportagens dos jornais atribuíam ao oficial o comando de uma operação que teria ocorrido poucos dias antes, nos arredores da cidade de Puerto Montt, ao sul do Chile, quando um grupo de “extremistas” tentou resgatar seis presos políticos que estavam sendo transportados pelos militares. O enfrentamento resultou na morte de um dos “extremistas” e do ex-deputado socialista Luis Espinoza, que estava entre os prisioneiros conduzidos nesse comboio⁷¹¹. O informe Rettig concluiu, no entanto, que não houve uma situação de enfrentamento e que Luís Espinoza foi executado, pois não possuía armas e estava sobre forte proteção militar⁷¹².

⁷⁰⁹ DOSSIÊ DITADURA. *Op. cit.*

⁷¹⁰ DAVIS, Nathaniel. *Op. cit.*, p. 31.

⁷¹¹ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Política interna. Novo comandante de Santiago. Choque de extremistas no Sul. 04 de dezembro de 1973.

⁷¹² INFORME RETTIG. *Op. cit.*, p. 423.

A partir dessas experiências, conclui-se que a ditadura brasileira transmitiu, seu *know-how* de táticas ilegais, à Junta Militar, fornecendo não apenas suporte ideológico, como também técnico, para que militares e policiais chilenos se aprimorassem em técnicas repressivas, com o objetivo de aniquilar os inimigos, ou seja, todos aqueles que adotavam um posicionamento político contrário aos regimes de Médici e Pinochet. Para Emir Sader, a vinculação entre essas ditaduras era de tal forma orgânica que logo após o golpe, as autoridades brasileiras solicitaram que a Junta liberasse os agentes do SNI infiltrados na esquerda que, inadvertidamente, haviam sido presos e encaminhados aos centros de detenção, por policiais ou militares chilenos⁷¹³. Esse caso, assim como a presença de uma equipe de agentes brasileiros no Estádio Nacional, demonstra como a lógica decorrente da aplicação do conceito de fronteiras ideológicas se sobrepôs à soberania nacional intrínseca no reconhecimento das fronteiras territoriais e políticas. A ditadura chilena não se preocupou com as operações montadas pelo aparato repressivo brasileiro no país, porque o sucesso dessa missão significava o fim e o afastamento de exilados comprometidos com a luta revolucionária, para além de seu espaço geográfico.

Também há indícios de que a ditadura chilena se inspirou na brasileira para determinar a expulsão de militantes de esquerda, nacionais ou estrangeiros, de suas fronteiras, a partir da publicação do Decreto Lei nº 81, em 06 de novembro de 1973, que determinou o seguinte: “(...) en tiempo o estado de guerra, y cuando así lo requieran los altos intereses de la Seguridad del Estado, el Gobierno podrá disponer la expulsión o abandono del país de determinadas personas, extranjeros o nacionales”⁷¹⁴. O Decreto Lei nº 81 é semelhante ao de banimento, expedido como AI-13, em 05 de setembro de 1969, que estabeleceu a permissão para o “Poder Executivo [...], banir do Território Nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional”⁷¹⁵.

A situação dos estrangeiros no Chile era muito difícil, conforme a avaliação do advogado Michel Blum, Secretário Geral da Federação Internacional dos Direitos do Homem, enviado para investigar as violações praticadas contra opositores políticos no país. Isso pode ser ilustrado pelo fato de que, no final do mês de outubro, havia cerca de dez mil pessoas, de diversas nacionalidades, em centros de detenção, embaixadas, representações consulares, residências diplomáticas ou instituições de defesa dos direitos humanos, as quais precisavam

⁷¹³ SADER, Emir. *Op. cit.*

⁷¹⁴ DECRETO LEY Nº 81 DE 1973. Centro de Estudios Miguel Enríquez (CEME), 06 nov. 1973. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0004.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2018.

⁷¹⁵ ATO INSTITUCIONAL Nº 13. *Op. cit.*

deixar o território chileno o mais rápido possível, pois corriam risco de vida. Por esse motivo, o advogado realizou um apelo aos governos de países latino-americanos e europeus, solicitando que fosse estruturado um plano para acolher essas pessoas. Blum resumiu da seguinte forma essa situação:

Afirmamos que entre los más graves ataques contra estos se nota la existencia de masacres y la tortura utilizada corrientemente, la toma arbitraria de prisioneros, deportaciones, sobre todo a Isla Dawson, cerca de la Tierra del Fuego de antiguos miembros del Gobierno de Allende sin que estos sean inculpados. Hemos constatado marcas de tortura en ciudadanos chilenos [...]. La existencia de cortes marciales que asignaba las puertas cerradas, las restricción de la libertad sindical (todo ataque al interés nacional puede ser castigado con la muerte), la censura total de prensa, la presencia de militares en las universidades que han reemplazado los rectores elegidos y el no respecto a las Convenciones de Ginebra relativas a los Derechos de los prisioneros en caso de guerra (que es el caso). Un problema importante levantado fue también el de los refugiados. Hay en Chile aproximadamente 10.000 refugiados extranjeros que tienen que salir del país antes de fin de mes⁷¹⁶.

Durante um evento que reuniu embaixadores de vários países, um grupo liderado pelo representante diplomático da Índia, sugeriu a elaboração e envio de um memorando ao governo chileno, em protesto contra o tratamento que as Forças Armadas e a polícia estavam dispensando aos estrangeiros. Câmara Canto foi um dos diplomatas que não apoiou a redação desse documento, alegando que o serviço diplomático chileno recebeu quatro mil quatrocentos e oitenta pedidos de salvo-condutos, dos quais quatro mil trezentos e quarenta e três haviam sido atendidos até o final de novembro. Por fim, restavam apenas cento e quarenta e três pessoas que precisavam da liberação oficial da Junta Militar para deixar o Chile, em sua maioria ex-integrantes do alto escalão do governo Allende, como o deputado do PC, Alejandro Rojas. Na ocasião, os diplomatas também discutiram o afastamento do chefe do protocolo local, o embaixador Tobias Barroso, responsável pelo fornecimento de todos os salvo-condutos, supostamente para tratar de problemas de saúde. O verdadeiro motivo para a saída de Barroso, entretanto, teria sido seu envolvimento nos incidentes com a Embaixada da Suécia, que não agradaram à Junta Militar⁷¹⁷.

De fato, os incidentes relatados no documento trataram das ações do embaixador sueco Harald Edelstam, que após o golpe impediu a invasão da Embaixada de Cuba por militares chilenos, concedeu asilo diplomático a perseguidos políticos que chegaram à Embaixada da Suécia em Santiago e resgatou cinquenta e seis prisioneiros uruguaios, em sua maioria *Tupamaros*, do Estádio Nacional, que corriam o risco de serem devolvidos ao seu

⁷¹⁶ Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Santiago. Telegrama. 30 de octubre de 1973.

⁷¹⁷ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Reunião do corpo diplomático. Asilados. 04 de dezembro de 1973.

país, onde no mínimo, seriam presos⁷¹⁸. Por causa desse episódio, o major Mario Lavanderos, encarregado da seção de estrangeiros daquele centro de detenção, foi executado. Edelstam acabou sendo considerado “persona non grata” pela Junta Militar e obrigado a deixar o país, em dezembro de 1973⁷¹⁹. O embaixador sueco, por ter auxiliado vítimas de conflitos ao redor do mundo, como do nazismo – durante a Segunda Guerra Mundial –, e da ditadura militar chilena em 1973, quando concedeu asilo diplomático que salvou a vida de mais de quinhentos perseguidos políticos (entre os quais chilenos, brasileiros, cubanos, uruguaios e bolivianos), tornou-se uma figura conhecida mundialmente por sua luta em defesa dos direitos humanos.

Além do embaixador Harald Edelstam e da Federação Internacional dos Direitos do Homem, entidades de defesa dos direitos humanos como ACNUR, Cruz Vermelha Internacional, CIME, CONAR e *Vicaría de la Solidariedad* conseguiram asilo político para mais de cinco mil estrangeiros em países como Suécia, França e Bélgica. A campanha internacional contra a ditadura chilena foi um dos temas debatidos entre o ministro Gibson Barbosa e o embaixador Hernán Cubillos, que depois do golpe de 11 de setembro foi designado para assumir a Embaixada do Chile em Brasília. Durante uma reunião, por exemplo, Barbosa afirmou que esse movimento fora maior que o que ocorrera no Brasil, depois do golpe contra Goulart, confirmando o quanto o triunfo das Forças Armadas chilenas havia se constituído numa perda irreparável para o comunismo mundial. Barbosa também informou ter recebido uma delegação de esposas de outros funcionários do serviço diplomático brasileiro, que solicitaram a publicação de uma nota pelo Itamaraty denunciando as perseguições, torturas e assassinatos que estavam ocorrendo no Chile. O pedido, no entanto, foi negado; o ministro respondeu que não acreditava que tais denúncias fossem verdadeiras⁷²⁰.

Como forma de agradecer a recepção do ministro Gibson Barbosa, dias mais tarde, Hernán Cubillos ofereceu uma cerimônia na Embaixada do Chile, em Brasília, para celebrar o dia do marinheiro, na qual compareceram militares do alto escalão das Forças Armadas brasileiras. Na ocasião, o ministro da Aeronáutica, general Araripe Macedo, discursou destacando a união indiscutível no combate às novas formas de subversão, com um inimigo

⁷¹⁸ As atividades do embaixador sueco em defesa dos direitos humanos tornaram-se tema do documentário de Marcos Villalobos, “Harald Edelstam: o nome da esperança”. Disponível em: <<https://pensamento.org/harald-edelstam-o-nome-da-esperanca/>>. Acesso em: 07 mai. 2019. Também existe o filme sobre o embaixador, “El Clavel Negro”, dirigido por Ulf Hultberg. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7Ej4Vi-RG0c>>. Acesso em: 07 mai. 2019.

⁷¹⁹ O embaixador sueco abandona São Paulo. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 03, 10 de dezembro de 1973. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

⁷²⁰ Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Brasilia. Telegrama. Presentación de copias de cartas credenciales al Canciller Gibson Barboza: “Intriga Internacional contra Chile”, los recursos naturales compartidos. 07 de diciembre de 1973.

que agia infiltrado em instituições respeitáveis, se aproveitando dos problemas sociais para incentivar a desordem e o uso da violência contra o poder constituído: “este “enemigo” está cada vez más desarticulado y el [...] gobierno ha logrado aniquilar a la mayoría de sus elementos claves [...]. Se sabe de la existencia de algunos focos que operan en las grandes ciudades y en algunas regiones alejadas del nordeste y noroeste”⁷²¹.

Enquanto transcorriam esses fatos relacionados, porém, as organizações de luta armada brasileiras que ainda realizavam atividades no meio urbano, estavam sendo dizimadas pelas forças de segurança. Em outras palavras, a partir do momento em que o Estado consolidou um aparelho repressivo organizado e eficaz, no término da década de 1960, esses grupos acabaram derrotados, tanto no plano militar quanto no político. Por essa razão, no final de 1973, não existia possibilidade real de retomada do movimento revolucionário em território brasileiro; nenhum grupo estruturado no exílio chileno tinha capacidade operativa para ameaçar a ordem e a segurança interna do país. Tal fato não impediu o Brasil de estreitar relações com as ditaduras da região, com a justificativa combater o inimigo interno que, supostamente, se organizava para formar um movimento armado no Cone Sul: a JCR.

Diante desse panorama, no final de 1973, se incrementou o intercâmbio de informações entre o serviço diplomático brasileiro e chileno, sobre as atividades de grupos de esquerda no Cone Sul e na Bolívia. Em dezembro, a Embaixada do Chile em Brasília alegou ter recebido do Exército Boliviano, informações de que guerrilheiros brasileiros estariam realizando manobras militares em seu território. Tais grupos armados teriam se formado e atuado no estado do Mato Grosso até o momento em o Exército Brasileiro começou a realizar treinamento no Pantanal, fato que obrigou aqueles a cruzarem a fronteira entre os dois países. O telegrama também destacava que quatro brasileiros haviam sido mortos, em enfrentamentos com militares bolivianos⁷²².

Em outro telegrama, o embaixador Hernán Cubillos enfatizou a importância do estabelecimento de contatos entre os serviços de inteligência do Brasil e da Argentina, que permitiu a viagem de um grupo de agentes brasileiros até o país vizinho, com o objetivo de capturar quatro “terroristas” que voltavam do território chileno, país onde haviam se instalado ao serem trocados pelo embaixador suíço, em 13 de janeiro de 1971⁷²³. No final de 1973, a estrutura repressiva que começou a se formar no Cone Sul, no final dos anos de 1960, tornou-

⁷²¹ Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Brasilia. Telegrama. Alerta contra la subversión. Discurso del ministro de Aeronáutica. Grupos terroristas en la frontera boliviana. 18 de diciembre de 1973.

⁷²² Idem.

⁷²³ Idem.

se mais organizada e eficiente, porque os países do bloco interagiam para aprimorar suas técnicas de combate à subversão. Como exemplo, tem-se o caso de uma delegação formada por cinquenta e dois capitães e três oficiais superiores, do *Instituto Superior de Carabineros*, que tinham planos para desembarcar no Brasil em janeiro de 1974, para conhecer diversos aspectos da organização das polícias militar e federal do Brasil⁷²⁴. Estudos apontam que o operativo repressivo montado pela polícia secreta chilena, a DINA, responsável pelo assassinato de opositores políticos dentro do território chileno, mas também na Argentina e nos Estados Unidos e por atentados na Europa, foi inspirada no modelo do SNI brasileiro.

A análise das ações da Embaixada Brasileira em Santiago permite concluir que o serviço diplomático não forneceu nenhum tipo de apoio aos brasileiros que depois do golpe no Chile, foram conduzidos aos centros de detenção ou que se refugiaram em embaixadas ou entidades de defesa dos direitos humanos, o que se configurou claramente como descompromisso por parte do Estado para com seus cidadãos no exterior. Como se não bastasse a negligência consciente com a comunidade de exilados, Câmara Canto apoiou a decisão do presidente Médici, como dito anteriormente, de enviar uma equipe de policiais e militares para interrogar os brasileiros detidos no Estádio Nacional, em outubro de 1973. Tais episódios evidenciam uma nova fase repressiva, bem mais complexa e abrangente, estava se desenhando no Cone Sul. Ela seria caracterizada por uma intensa cooperação e conexão entre os aparatos de inteligência e segurança dos países da região, pela porosidade das fronteiras nacionais diante do trânsito clandestino e encoberto de comandos que atuavam de forma coordenada. Portanto, ações extraterritoriais e extrafronteiriças viraram sinônimo dos novos alcances do TDE representados pela Operação Condor. Portanto, e que extrapolavam o perímetro territorial próprio para atingir os inimigos internos dos seus respectivos países, mesmo que estivessem no exterior. Entre as vítimas desta rede repressiva, na sua fase inicial ou na fase *condor*, estavam cidadãos brasileiros perseguidos fora das fronteiras nacionais, como exilados ou fugitivos à procura de caminhos para abandonar a região.

4.4 AS AÇÕES DO CIEX E DSI/MRE CONTRA OS BRASILEIROS EXILADOS NO CHILE APÓS O GOLPE

Após o golpe de 11 de setembro de 1973, o caos se instalou no Chile. Isso ocorreu pela decretação do toque de recolher no período noturno, patrulhamento de ruas e principais

⁷²⁴ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Viagem ao Brasil de alunos do Instituto Superior de Carabineiros. 21 de dezembro de 1973.

vias de acesso às cidades, inspeção de residências, delações e prisões coletivas, o que obrigou milhares de chilenos e estrangeiros a solicitar asilo político em embaixadas ou entidades de defesa dos direitos humanos. Os exilados que, por algum motivo, não ingressaram nesses refúgios foram obrigados a utilizar rotas alternativas, aguardar a reabertura dos aeroportos – que aconteceu somente no final do mês – para deixar o território chileno, ou mergulhar numa difícil clandestinidade. Os estrangeiros que não tinham documentos para realizar viagens aéreas, foram obrigados a cruzarem as fronteiras de forma ilegal. Esse foi o caso do brasileiro Joaquim Cerveira que, ao lado de quatorze companheiros, saiu do país seguindo um percurso clandestino, orientado por *mapuche* e habitantes da Cordilheira dos Andes, com quem mantinham contatos⁷²⁵.

Além de Cerveira, entre os brasileiros pesquisados na presente tese, estavam no Chile nesse momento, Carlos de Oliveira, Raul Ellwanger, Bona Garcia, Maeth Boff, Raul Carrion, Paulo Franck e Ubiratan de Souza⁷²⁶. A situação do país não afetou apenas esses sujeitos, mas também as atividades dos agentes brasileiros enviados para monitorar as ações da comunidade de exilados. Por essa razão, entre os meses de setembro e dezembro de 1973 – primeira fase da ditadura –, o CIEX e a DSI/MRE praticamente não produziram informes específicos envolvendo o nome desses militantes. Essa ausência de documentos não significa que o perfil dos perseguidos políticos além das fronteiras nacionais tivesse se modificado, mas que, diante do cenário chileno, os dois órgãos de segurança passaram a transmitir ao Brasil dados sobre coletivos, como por exemplo, dos brasileiros refugiados na Embaixada da Argentina ou do Panamá, os quais eram monitorados por seus agentes.

Em função desse contexto, o CIEX levou cerca de uma semana para buscar e sistematizar informações a respeito da comunidade de exilados no Chile e encaminhá-las ao Itamaraty e ao aparelho repressivo no Brasil. Apenas no dia 19 de setembro, o CIEX transmitiu às agências que integravam a comunidade de informações brasileira, uma lista com o nome de oitocentas e vinte e uma pessoas relacionadas à subversão no Brasil, cuja presença em território chileno havia sido confirmada por seus agentes⁷²⁷. Em tal documento, porém, o

⁷²⁵ Neusa Cerveira, filha do major assassinado pela ditadura militar na Operação Condor denuncia atentado. *O Rebate*, Macaé, 26 de julho de 2012. Disponível em: <<http://jornalorebate.com.br/site/canais/pais/9029-neusah-cerveira-filha-ao-major-cerveira-assassinado-pela-ditadura-militar-na-operacao-condor-denuncia-perseguido>>. Acesso em: 13 out. 2017.

⁷²⁶ Em relação aos demais militantes pesquisados na presente tese, Edmur Camargo desapareceu em 1971, Nilton Rosa da Silva foi assassinado na fase pré-golpe, Cláudio Gutiérrez estava no Uruguai e Isidoro Gutiérrez deixou o Chile em 11 de setembro de 1973.

⁷²⁷ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.11.2, p. 86/127. Subversivos brasileiros no Chile. 19 de setembro de 1973.

CIEX não relatou os métodos que militares e policiais chilenos usavam para reprimir militantes e simpatizantes de esquerda e gerar medo no restante da população.

No informe seguinte, o órgão de segurança se limitou a enfatizar que os primeiros pronunciamentos da Junta Militar depois do golpe deixavam claro que os generais Augusto Pinochet, do Exército, José Toribio, da Marinha, e Gustavo Leigh, da Aeronáutica, estavam dispostos a usar a violência que fosse necessária, para extinguir os focos de resistência existentes. O acento na necessidade de eliminar a influência do comunismo sobre a sociedade evidenciou o plano da Junta: permanecer no poder por um longo período, tal qual o modelo brasileiro de culto aos valores da nação, com ênfase na manutenção da ordem e da disciplina interna⁷²⁸. O projeto de seguir diretrizes semelhantes às implantadas no Brasil, nos moldes da DSN, entretanto, não era um consenso dentro das Forças Armadas, como destaca a análise de Verónica Valdivia:

La oficialidad militar chilena en el Ejército y la Fuerza Aérea, no constituía un cuerpo doctrinariamente homogéneo en términos absolutos. Coexistían en su interior al menos dos tendencias claramente identificables: un sector preponderantemente anticomunista para quien la tesis del enemigo interno de la Doctrina de Seguridad Nacional tenía fuerte peso y el fin del gobierno marxista era lo más importante; el otro, en cambio, hacía énfasis en la necesidad de las reformas sociales y económicas de carácter estructural [...], para neutralizar al marxismo, prefiriendo la evolución antes que la represión. La precisión anterior acerca del amplio respaldo que tuvo el golpe al interior de la oficialidad militar, entonces, no significó necesariamente unidad de pareceres respecto de lo que ocurriría una vez poder en mano. Si se trataría solo de un gobierno transitorio que se limitaría a reordenar la maquinaria administrativa y preparar el traspaso a los políticos, o del inicio de una etapa completamente nueva, refundacional⁷²⁹.

As Forças Armadas do Chile, apesar das divergências internas, tinham entre suas principais metas, o combate ao comunismo e a eliminação dos sujeitos que se enquadravam no conceito de inimigo interno, objetivos semelhantes aos estabelecidos pelos militares brasileiros. Por esse motivo, a esquerda chilena e estrangeira sofreu momentos difíceis depois do golpe, com os efeitos da violência aplicada contra suas organizações e seus partidos, o que resultou em prisões massivas, tortura e fuzilamentos de militantes.

Um exemplo dessa situação foi relatado por Alfredo Sirkis, em seu livro de memórias, sobre os obstáculos que enfrentou para transitar pelas ruas de Santiago, vigiadas, na maioria dos casos, por civis do *Patria y Libertad*, disfarçando a condição de estrangeiro: “calculo distâncias, trajetórias: como passar pelos hōmis nem tão perto que facilite a abordagem nem tão distante que levante suspeita”, numa tática que garantiu sua permanência em segurança no

⁷²⁸ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.11.2, p. 87/127. Conjuntura chilena. 20 de setembro de 1973.

⁷²⁹ VALDIVIA, Verónica. Estatismo y neoliberalismo. Un contrapunto militar. *Historia*, Santiago, n. 45, p. 167-226, 2001, p. 02.

país até o final de setembro. Muitos estrangeiros, porém, foram presos porque não podiam disfarçar suas origens, caso dos descendentes de quéchuas e aimarás, com traços físicos que evidenciavam a nacionalidade boliviana: “a caravana passa, os cães não ladram: mordem. De rabo de olho vejo seus canos de aço se fecharem sobre um rapazinho de tez escura, cara de índio boliviano – bolivieta de mierda, documentos!”⁷³⁰.

A ditadura chilena também reprimiu seus próprios cidadãos, principalmente em regiões onde a esquerda possuía ampla base política, como as periferias das grandes cidades e as áreas rurais beneficiadas pelo processo de reforma agrária, consideradas centros de subversão pelos militares. Constatou-se com isso que além da nacionalidade, a violência ditatorial possuía um recorte de classe, visando os setores mais atingidos pelos efeitos da desigualdade social, os quais haviam se beneficiado de algumas políticas públicas implementadas pelo governo da UP com o objetivo de combater a miséria, como construir casas populares, doar leite às crianças de famílias pobres, desenvolver políticas de alfabetização, etc. Parte desses setores, ainda durante o governo Allende, havia julgado que tais medidas eram insuficientes para atender suas demandas e passou a reivindicar maior autonomia em relação às diretrizes estatais, impulsionado principalmente por ativistas do MIR e da ala rupturista do PS, o que constituiu um problema para a UP, uma vez que esses grupos defendiam a extinção da propriedade privada, ao invés da formação da APS. Na fase pós-golpe, por isso mesmo, o aniquilamento de tais forças figurou entre as prioridades da Junta Militar que, ao invés de extinguir o capitalismo, pretendia adequá-lo às novas demandas do mercado internacional.

O brasileiro Ubiratan de Souza testemunhou a ação repressiva contra a *Población San Miguel*, um dos redutos da ala rupturista do PS, em Santiago. Após o pronunciamento realizado pela Junta Militar nas rádios, em 11 de setembro, Ubiratan e os demais trabalhadores responsáveis pela produção e administração da fábrica de conservas *Nietos Hermanos*, ocupada, como resposta à greve patronal de 1972, se concentraram em sua sede para aguardar as tropas lideradas pelo general Carlos Prats que, supostamente, chegariam da região sul do país para impedir o golpe de Estado. No entanto, os operários receberam a informação de que Prats havia sido preso por patrulhas do Exército e deixaram, então, as dependências da empresa. Diante dessa situação, Ubiratan resolveu aceitar o convite do PS e se dirigiu para a área da *población*, recebendo apoio dos moradores para fugir da ação dos órgãos de segurança: “eles cercavam e começavam a fazer revistas de casa em casa, aí quando começavam a fazer isso a população nos avisava e a gente conseguia furar o cerco antes dele

⁷³⁰ SARKIS, Alfredo. *Op. cit.*, p. 123 e 124.

se fechar”. No caso de imprevistos, os *pobladores* escondiam os estrangeiros na rede de esgoto pluvial, onde eles permaneciam até que as patrulhas saíssem da região⁷³¹.

Outra área de periferia atingida de forma intensa pela repressão foi a da *Población Nueva la Habana*, outra das bases de atuação do MIR em Santiago que, no dia do golpe, foi sobrevoada por aviões da Força Aérea. Em 12 de setembro, o líder dos moradores, o *mirista* Alejandro Villalobos – El Micke –, convocou uma Assembleia Geral e comunicou que deixaria a *población* para não colocar em risco a segurança das pessoas que lá residiam diante da iminente invasão das Forças Armadas. Em 13 de setembro, tropas do Exército ocuparam a área e começaram uma operação que durou até o final daquele ano e provocou a destruição de casas e a disseminação do medo no coletivo de moradores. De acordo com Boris Schmeisser, as operações de amedrontamento ocorriam durante a noite, quando “*patrullas militares recorrían las calles y pasajes disparando sus armas al aire para mantener atemorizado los pobladores. Esta práctica de terror se repetía diariamente desde que empezaba a regir el Toque de Queda y hasta el amanecer*”⁷³².

A situação era diferente em áreas de Santiago habitadas por setores da classe média e alta, como demonstra a experiência de Carlos de Oliveira. O brasileiro, ao contrário da maioria dos estrangeiros, ao invés de embaixadas e entidades de proteção aos refugiados, buscou abrigo na residência de uma chilena, filha de um general das Forças Armadas. A casa, localizada num dos bairros nobres da capital, no qual a maioria dos moradores apoiava o golpe e a Junta Militar, durante todo o período em que o militante permaneceu em suas dependências, jamais foi invadida por patrulhas⁷³³. Alfredo Sirkis, em relato semelhante, enfatizou o clima de tranquilidade vivenciado no Bairro Providência, no qual ele se escondeu depois do golpe, que permitia aos moradores passear pelas ruas e avenidas, realizar compras nos supermercados, abastecendo suas residências com produtos que retornaram às prateleiras dos estabelecimentos comerciais da região. Sirkis constatou também que naquela área não havia militares, policiais ou civis de organizações de extrema-direita realizando a vigilância das ruas, nem sinais de enfrentamentos entre a população e as forças de segurança, visíveis nos muros e residências dos bairros periféricos, alvos constantes do aparato estatal⁷³⁴.

Percebe-se, através da análise documental, que militantes de esquerda refugiados em áreas nobres da capital tinham menos chance de serem presos nas ruas ou nas invasões de residências. Os estrangeiros não estavam imunes à repressão desencadeada pelos golpistas

⁷³¹ SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

⁷³² SCHMEISSER, Boris. *Op. cit.*

⁷³³ OLIVEIRA, Carlos de. *Dep. cit.*

⁷³⁴ SIRKIS, Alfredo. *Op. cit.*

nem à delação, incentivada desde as primeiras horas pela Junta Militar. Sobre isso, Carlos de Oliveira destacou que: “eles passavam de helicóptero e largavam os panfletos, pedindo para denunciar onde existia estrangeiro. O panfleto dizia que a obrigação do cidadão chileno era denunciar os estrangeiros porque eles vieram ao país para matar chilenos”. O próprio militante, posteriormente, se tornou vítima dessa prática, quando vizinhos de sua amiga chilena denunciaram a presença de um estrangeiro na casa às autoridades locais. Antes da chegada da patrulha, porém, Oliveira fugiu do bairro em direção ao centro da capital, onde passou a procurar abrigo em locais públicos, como os cinemas:

Eu tinha cara de estrangeiro, não existia como esconder! A gente ficava correndo de um lado para outro, nós entrávamos no cinema e ficávamos bem na frente, escondidos. Uma vez o Exército entrou num cinema onde eu estava escondido, eles revistaram o pessoal, mas eles não chegaram até mim, eu não sei por quê... eu estava na primeira fila do cinema e revistaram a parte de trás. Eu saí do cinema e fui dormir no metrô, nos buracos do metrô que estava sendo construído. Não tinha ninguém... ninguém queria me ajudar. Uma vez fui para a casa de uns franceses, e os caras ficaram apavorados: ‘o que vocês estão fazendo aqui? Eles vão prender todo mundo’! A gente era pior que peste⁷³⁵.

Raul Ellwanger foi outro brasileiro que se tornou vítima da delação. Na noite do golpe, havia ido à casa de companheiros, pois seu apartamento havia sido invadido por policiais e militares, depois de ser denunciado por vizinhos. A patrulha, além de roubar todos os móveis e eletrodomésticos, prendeu um amigo do brasileiro, que havia ido ao local retirar alguns pertences e o encaminhou ao Estádio Nacional. Depois desse episódio, Ellwanger não retornou ao apartamento e se refugiou na casa de uma senhora, onde vários conterrâneos estavam hospedados. Na medida em que os dias transcorriam, o clima de tensão aumentava na residência porque o grupo, além de trazer vivas as lembranças traumáticas vivenciadas no Brasil, testemunhou cenas de barbárie nas ruas de Santiago.

Na comparação entre o Brasil e o Chile, identifica-se uma diferença no emprego da violência por parte dessas ditaduras; enquanto a brasileira demorou quatro anos, de 1964 até 1968, para aplicar métodos terroristas de forma sistemática, a chilena o fez desde as primeiras horas depois do golpe. A Junta Militar justificou essa opção diante da existência de um suposto *Plan Z*, no qual a esquerda utilizaria armas para atacar lideranças civis e militares de direita. O histórico de atividades da esquerda chilena no século XX demonstra, porém, que seus militantes não possuíam inclinações militaristas e nem tinham suporte logístico ou treinamento para articular a luta armada. Os dois principais partidos, PC e PS, começaram a se preocupar com a organização de um dispositivo armado de defesa quando o golpe de Estado já era iminente. O MIR, que declarou desde a sua fundação que as armas eram a única

⁷³⁵ OLIVEIRA, Carlos de. *Dep. cit.*

via capacitada a promover transformações no modo de produção capitalista, não possuía arsenal nem militantes em número suficiente para combater as Forças Armadas, que na época contavam com cerca de oitenta mil soldados e oficiais em seus quadros. Em relação aos estrangeiros, não existe uma estimativa de quantos estariam aptos e dispostos a participar de um enfrentamento armado, pois um número significativo de ativistas, entre os quais vários brasileiros, utilizaram a estadia no Chile para estruturar projetos de retomada da luta armada em seus países de origem.

Dessa forma, a sociedade chilena foi obrigada a viver sob a ótica do medo, a partir de uma peça fictícia de propaganda criada pelas Forças Armadas para justificar as atrocidades que militares e policiais cometiam diariamente no Chile. Com essa afirmação não se pretende excluir a parcela da população que apoiou o golpe-civil militar e a instauração da ditadura, que compreendia além da classe dominante, setores médios, entre os quais pequenos e médios comerciantes e profissionais liberais que, empenhados na luta contra o marxismo, denunciaram chilenos e estrangeiros aos órgãos de repressão. Padrós enfatizou que a possibilidade do TDE buscar o apoio de parte da sociedade mediante o uso de mecanismos de cooptação, como a concessão de benefícios econômicos e a veiculação massiva de propaganda difundindo sua ideologia nos meios de comunicação identificados com o novo regime. O empenho em obter consentimento e legitimidade foi mais intenso após o golpe de Estado e tendeu a se diluir na medida em que a ditadura de SN foi instaurada e passou a sofrer desgaste em sua gestão⁷³⁶.

A delação e outras práticas terroristas estiveram presentes na ditadura chilena desde a fase reativa. A apropriação dos bens de ativistas de esquerda, por exemplo, foi instituída oficialmente, em 13 de outubro de 1973, através do Decreto Lei Nº 77. Com essa lei, todas as residências, empresas, automóveis e fundos de investimentos em nome de filiados a partidos, organizações ou movimentos de esquerda existente no país passaram para os domínios do Estado. Para justificar essa expropriação, a Junta Militar declarou que durante três anos a UP usufruiu das riquezas existentes em terras chilenas para benefício próprio e de seus integrantes, em detrimento da nação. Portanto, esses recursos contribuiriam para “reconstruir moral y materialmente el país hacia el desarrollo económico y la justicia social”⁷³⁷.

A ditadura brasileira não chegou a criar uma lei específica como a chilena, determinando a espoliação dos bens de militantes de esquerda, mas adotou essa tática

⁷³⁶ PADRÓS, Enrique. *Op. cit.*, p. 74.

⁷³⁷ DECRETO LEY Nº 77 DE 1973. Centro de Estudios Miguel Enríquez (CEME), 13 out. 1973. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0008.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2018.

extraoficialmente com seus prisioneiros políticos. O militante Bona Garcia destacou que logo depois de ser preso e encaminhado às dependências do DOPS, em Porto Alegre, agentes do órgão de segurança roubaram o seu relógio e, posteriormente, se dirigiram até a sua casa, para roubar todos os móveis e equipamentos. Tal situação se repetiu com companheiros presos na mesma delegacia, como o militante Fernando, obrigado a transferir a propriedade de seu automóvel para essa equipe de policiais⁷³⁸. Os registros não demonstram se a ditadura brasileira expropriou bens de estrangeiros, como realizou a chilena no caso de Raul Ellwanger, indicando uma adequação dessa tática ao contexto do Chile.

A adequação de parte da experiência coercitiva brasileira pela Junta Militar chilena demonstra a interconexão existente entre os dois regimes. Nesse sentido, para Brasil e Chile não se tratava apenas de perseguir o inimigo interno, mas de deixá-lo sem recursos econômicos e bases de apoio popular, impedindo a reestruturação das organizações de esquerda, às quais estavam vinculados, a médio ou longo prazo. Diante da oposição não existia tolerância; militares, policiais e civis de extrema-direita, imbuídos da ideologia anticomunista e da suposta ameaça permanente de tomada de poder pela esquerda, converteram o TDE numa prática cotidiana. O terror, porém, não era esporádico, mas racional, empregado para destruir lideranças políticas capazes de conduzir o movimento revolucionário e neutralizar setores capazes de lhes dar sustentação.

Dessa forma, a aplicação do TDE no Chile obrigou cidadãos – acusados de envolvimento com a esquerda – e estrangeiros, a se refugiarem em representações diplomáticas de países latino-americanos e europeus, localizadas em Santiago. Os militantes ingressaram nesses locais com menos dificuldade durante a primeira semana após o golpe, pois as patrulhas não estavam organizadas para vigiá-las. Mas esse panorama mudou nas semanas seguintes, depois que a Junta constatou a presença de figuras de destaque da esquerda chilena, como o ex-assessor de Salvador Allende, Joan Garcés, nas embaixadas. O aumento da vigilância não impediu a entrada de mais pessoas, que iam escondidas em carros de funcionários do serviço diplomático ou escalavam muros, portões ou janelas desses complexos. Tratava-se de uma atitude desesperada de pessoas que, depois de testemunhar ou ouvir relatos de torturas e fuzilamentos que estavam ocorrendo em áreas urbanas, arriscavam suas vidas em busca de uma oportunidade para abandonar o país.

⁷³⁸ BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Op. cit.*

Um dos locais que mais recebeu estrangeiros na primeira fase da ditadura foi a Embaixada da Argentina, em Santiago⁷³⁹. A posição do governo argentino em relação aos asilados políticos de outras nacionalidades, no entanto, foi marcada por avanços e retrocessos. O presidente Juan Domingos Perón, que vencera as eleições em setembro e assumira a presidência em outubro, não tinha interesse em provocar tensões com outros países da região, necessitando concentrar todas as suas forças na resolução dos graves problemas internos que afetavam a Argentina no período. Na tentativa de estabelecer relações diplomáticas amistosas com a Junta Militar, o Ministério das Relações Exteriores argentino decretou que três funcionários do serviço diplomático – Félix Córdoba Moyano, Albino Gómez e Sainz Ballesteros –, lotados em Santiago, retornassem para Buenos Aires. Na fase pós-golpe, esse grupo se destacou por receber de forma solidária os estrangeiros que buscaram refúgio naquela representação diplomática, fato que gerou mal-estar e desconfiança nos círculos militares chilenos⁷⁴⁰. O governo Perón também não via de forma positiva a aproximação entre a diplomacia argentina e ativistas de esquerda latino-americanos, uma vez que começava a ter dificuldades diante da ascensão de organizações de luta armada em seu próprio país. Por esse motivo, a substituição de funcionários se tornou uma prática constante na representação diplomática até o mês de dezembro, quando os últimos refugiados deixaram as suas dependências.

Raul Carrion foi um dos brasileiros que esteve um longo período refugiado na Embaixada da Argentina, porque o presidente Juan Domingos Perón, se recusava a receber estrangeiros oriundos do Chile⁷⁴¹. As atitudes de Perón, contudo, não foram suficientes para desestimular a entrada de estrangeiros naquela representação diplomática que, na interpretação de Bona Garcia, oferecia duas vantagens em comparação a outros refúgios existentes em Santiago. A primeira era sua localização, na região central da capital chilena, o que facilitava o acesso de chilenos e estrangeiros as suas dependências; a segunda, a extensão do complexo, que permitiu abrigar um número elevado de pessoas, conforme ressaltou o militante: “eram mais de quinhentas pessoas do Chile e de toda a América Latina, num prédio relativamente grande, imponente, bonito, que ocupava quase a metade de uma quadra”⁷⁴².

⁷³⁹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.11.2, p. 109/127. Chile. Situação interna. Asilados na Embaixada da Argentina em Santiago. 25 de setembro de 1973.

⁷⁴⁰ LASTRA, Soledad; PALMA, Carla Peñaloza. Asilos en dictaduras: chilenos en la embajada argentina. *Perfiles Latinoamericanos*, México, v. 24, n. 48, p. 01-27, 2016.

⁷⁴¹ CARRION, Raul. *Dep. cit.*

⁷⁴² BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Op. cit.*

A situação da Argentina, como único país do Cone Sul onde não vigorava, ainda, um regime ditatorial no término de 1973, também contribuiu para que estrangeiros procurassem asilo político em sua embaixada. Dessa forma, brasileiros, uruguaios, paraguaios e chilenos pretendiam se estabelecer em território argentino e dar continuidade à etapa de reestruturação ou de autocrítica de suas respectivas organizações. Esses ativistas desconheciam, de forma geral, o alcance da conexão repressiva já existente e que estava sendo ampliada na região. Com a chegada de um grande número de exilados na Argentina, após o golpe no Chile, os serviços de inteligência de todas as ditaduras da região concentravam suas atividades de espionagem nesse país. O Brasil, por exemplo, designou o agente Alberto Conrado para atuar na base do CIEX em Buenos Aires, com a função de monitorar as ações dos brasileiros que chegavam do território chileno, mas, também, de ativistas do MLN-T, ERP e MIR, que se reuniam na cidade na tentativa de retomar a ideia de constituir um movimento de esquerda de abrangência regional⁷⁴³.

Nesse contexto, Bona Garcia integrou o último grupo de asilados a deixar a Embaixada da Argentina em Santiago e desembarcar em Buenos Aires, no mês de dezembro de 1973. O militante declarou que esse atraso ocorreu porque ele demorou cerca de um mês para ingressar naquela representação diplomática, período no qual contou com a solidariedade de vizinhos chilenos, que não o denunciaram às autoridades e ainda foram solidários com a sua família, fornecendo alimentos. Ao constatar que a situação no Chile era irreversível, Bona Garcia montou um plano: vestiu o melhor terno que possuía e se dirigiu para as proximidades do portão principal da Embaixada Argentina, onde aguardou uma distração dos militares para entrar no pátio interno do prédio, cinco minutos antes do início do toque de recolher. A situação no local, segundo o militante, era de caos:

Os refugiados tomavam todo o pavimento térreo, dormindo apinhados, uns ao lado dos outros. As pessoas se agrupavam por afinidade de partido ou por amizade, cada uma formando seu mundo e ocupando seu pedaço de espaço. Eu fiquei com um pessoal de São Paulo num corredor. Como fui praticamente o último a entrar, não tinha onde dormir, então consegui uma cadeira e dormia sentado. O Daniel Carvalho, que voltou para o Brasil e foi morto, de vez em quando me emprestava uma camisa, enquanto eu lavava a minha e punha a secar. Foi um período difícil de conviver, mas as pessoas acabam se adaptando. Participei da equipe responsável pela limpeza, um mínimo de higiene para o convívio. Também cuidava para que o pessoal quebrasse o menos possível as coisas⁷⁴⁴.

O refúgio na Embaixada da Argentina evitou que Bona Garcia se tornasse uma das vítimas da colaboração existente entre as ditaduras do Chile e do Brasil, uma vez que suas

⁷⁴³ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1. Alberto Octavio Conrado Avegno.

⁷⁴⁴ BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Op. cit.*, p. 137.

atividades no exílio estavam sendo investigadas por agentes do CISA. Prova disso foi que no começo do mês de outubro, o órgão de segurança transmitiu um relatório a DSI/MRE, no qual o seu nome constava como um dos colaboradores estrangeiros da chamada Operação *Saltamontes* (Gafanhoto), estruturada e financiada pelos partidos da UP. A informação teria sido obtida a partir dos interrogatórios de dois ativistas do PCBR, presos depois de desembarcarem na região nordeste do Brasil, onde realizariam um curso de especialização em “trabalho de massa”, de interesse da Operação. O CISA explicava que o *Saltamontes* era uma espécie de “revolução cultural” patrocinada pelo governo Allende, no início dos anos 70, que setores da esquerda pretendiam implantar em localidades brasileiras. Exilados como Bona Garcia e Otto Brockes seriam alguns de seus participantes. A respeito dessa ameaça, o órgão de segurança relatou o seguinte:

A doutrinação do povo na ideologia marxista; a presença de militantes da subversão no Brasil na OPERAÇÃO SALTAMONTES, visava a utilização futura dessa experiência, em território nacional, pelo PCBR; o total de pessoas engajadas na Operação SALTAMONTES seria de aproximadamente 90, divididos em grupos de 10 a 15 elementos; alguns desses grupos eram chefiados por subversivos brasileiros; a tática utilizada era a de conscientização do povo nos lugarejos visitados, utilizando para isso a impressão de jornais e panfletos e o teatro; as peças teatrais abordavam sempre temas locais, em que os vilões eram os exploradores do povo e os administradores retrógrados que impediam o “progresso social”; após cada dia de atividades, os chefes de grupo conduziam uma autocrítica da atuação de cada elemento. Durante a noite, os componentes dos grupos revezavam-se como sentinelas, eram obrigados a exercícios físicos, montagem e desmontagem de armas curtas, exercícios de tiro ao alvo e confecção de coquetéis Molotov⁷⁴⁵.

Bona Garcia confirmou sua participação no projeto *Los Saltamontes*, estruturado por militantes do PS, PC, MAPU e MIR, que percorriam as regiões de periferia das cidades chilenas, apresentando peças de teatro com temas populares⁷⁴⁶. O médico Otto Brockes, por seu turno, não citou esse projeto em específico, mas declarou que, logo após desembarcar em Santiago, além de trabalhar para o Serviço Nacional de Saúde, participou de atividades voluntárias nas *poblaciones*, tratando as enfermidades da população mais pobre, sem recursos para financiar tratamentos na rede de saúde particular: “quando teve o terremoto, trabalhei como voluntário dia e noite assistindo as pessoas vítimas do terremoto. Depois teve as inundações, a chuva invadiu as casas. Eu trabalhava noite e dia atendendo. Trabalhava de dia e, à noite, ia trabalhar como voluntário”⁷⁴⁷. Confirma-se, assim, que os dados fornecidos pelo CISA eram corretos no que se refere ao envolvimento dos dois militantes com trabalhos desenvolvidos nas áreas de periferia no Chile.

⁷⁴⁵ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.ENI.259, p. 14/90. OPERAÇÃO “SALTAMONTES” (Gafanhoto). 09 de outubro de 1973.

⁷⁴⁶ BONA GARCIA, João Carlos. *Dep. cit.*

⁷⁴⁷ BROCKES, Otto. *Dep. cit.*

Enquanto a DSI/MRE monitorava esses exilados, o CIEX preocupava-se com as atividades dos brasileiros refugiados na Embaixada do Panamá, onde cerca de cento e cinquenta pessoas haviam solicitado asilo político⁷⁴⁸. Ao contrário da Embaixada Argentina, a do Panamá consistia num apartamento de cem metros quadrados que nas semanas seguintes ao golpe, recebeu mais de trezentas pessoas. A situação no espaço tornou-se tão grave que o brasileiro Theotônio dos Santos ofertou a sua casa, localizada na Rua Diego Cañas, para receber os refugiados, tornando a residência uma extensão da representação diplomática panamenha, como relatou o próprio Theotônio: “o embaixador conseguiu o traslado do pessoal exilado para a minha casa. Dele, em poucos dias, quase todos receberam seu visto para ir-se ao Panamá, em aviões fretados pelo governo Torrijos, o general progressista que recuperou para seu povo o Canal do Panamá”⁷⁴⁹.

Em suas memórias, José Maria Rabêlo relembrou os problemas enfrentados pelos refugiados na Embaixada do Panamá, com um espaço reduzido de sessenta metros quadrados que abrigava centenas de pessoas, entre as quais crianças, mulheres grávidas e doentes. Na tentativa de impedir a disseminação de doenças, Rabêlo e outros estrangeiros que integravam uma comissão administrativa, dividiram o espaço interno da embaixada: “pusemos os doentes no quarto da empregada, que ficava mais isolado dos outros, e deixamos o escritório do embaixador e um quartinho ao lado dele, com seu banheiro, para as mulheres e crianças”⁷⁵⁰. Herbert de Souza também destacou a formação de um grupo que organizou o espaço na representação diplomática panamenha: “imagina organizar esse povo! Dormir em cadeiras, algumas vezes fora do apartamento e se houvesse tiroteio na hora aquele tinha que dormir... Organizar o pessoal para usar os dois banheiros, para fumar, para beber café, enfim, para sobreviver”. O brasileiro enfatizou que a mudança para a casa de Theotônio tornou as condições de refúgio mais apropriadas:

Já na outra casa [de Theotônio dos Santos] estava tudo organizado, numa sociedade perfeitamente organizada. Nessa casa havia até uma *guardería*, tinha biblioteca, recepção de notícias, alfândega, que era tudo que entrava para o coletivo. Chegou-se até a fazer agricultura, plantar, os que demoraram mais tempo chegaram a comer tomate que haviam plantado. Mas quem desempenhava um papel importante eram os médicos, porque diante daquela tensão os médicos distribuíam tranquilizantes

⁷⁴⁸ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.11.2, p. 102/127. Chile. Situação interna. Asilados na Embaixada do Panamá. 24 de setembro de 1973.

⁷⁴⁹ DOS SANTOS, Theotônio. Minha casa no Chile se transformou num monumento nacional. Disponível em: <<http://theotoniodossantos.blogspot.com/2010/05/minha-casa-no-chile-se-transformou-num.html>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

⁷⁵⁰ RABÊLO, José Maria. Depoimento. In: CAVALCANTI, Celso; RAMOS, Pedro (Orgs.). *Memórias do exílio. Brasil 1964-19?? De muitos caminhos*. V. 1. São Paulo: Livramento, 1978, p. 167.

através do café e da comida. Essa medida foi fundamental porque baixou a tensão e a massa ficou ali se aguentando⁷⁵¹.

O CIEX acompanhou a situação dos brasileiros asilados na Embaixada do Panamá e, em outras representações diplomáticas. Ou seja, o órgão de segurança transmitiu um fluxo de informações atualizadas, a respeito da situação dos exilados no Chile, ao aparelho repressivo no Brasil. No relatório transmitido no dia 24 de setembro, por exemplo, o CIEX enviou à Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI), entre outros, o número de asilados das Embaixadas do México – duzentas pessoas – e da Argentina – trezentas e sessenta pessoas. No documento, os agentes reclamavam da falta de dados envolvendo chilenos e estrangeiros refugiados nas Embaixadas do Peru, do Equador e da Venezuela⁷⁵².

O objetivo do CIEX, ao manter o monitoramento dos ativistas exilados no Chile, consistia em impedir que articulassem, a partir de outros países, o retorno ao Brasil, numa aplicação prática do que, na interpretação da ditadura, representava o conceito de fronteiras ideológicas. O subversivo, mesmo na situação difícil de refugiado ou preso pela ditadura de outro país, sem condições reais de organizar movimentos de oposição, permanecia sendo tratado como um inimigo interno que, na lógica do aparelho estatal, devia ser vigiado, perseguido e, em situações específicas, eliminado em terras estrangeiras. Esses dados revelam o porquê das organizações de esquerda brasileiras, mesmo sem o número de militantes, recursos econômicos e armamento necessário para dar prosseguimento à luta armada no Brasil, no final de 1973, permaneceram como alvo constante de vigilância.

Para monitorar a comunidade de exilados no Chile a ditadura brasileira recebeu apoio de autoridades chilenas, responsáveis pelo envio de relatórios sobre a situação geral dos estrangeiros no país. No dia 26 de setembro, por exemplo, a Junta Militar encaminhou um documento no qual informava a pretensão de dividir os refugiados políticos alocados em representações diplomáticas estrangeiras ou entidades de defesa dos direitos humanos, em dois grupos. O primeiro reuniria todas as pessoas com documentação em ordem e o segundo, as que não conseguiram comprovar a legitimidade de sua presença no país, além dos acusados de envolvimento em “ações extremistas”. Essa ação pretendia expulsar os integrantes do primeiro grupo do país e encaminhar os do segundo a justiça militar. As autoridades chilenas, entretanto, tinham dificuldades para realizar essa divisão, uma vez que os arquivos sobre os

⁷⁵¹ SOUZA, Herbert de. *Op. cit.*, p.105.

⁷⁵² Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.11.2, p. 103/127. Chile. Situação interna. Asilados nas Embaixadas do México, Argentina, Peru, Equador e Venezuela, em Santiago. 24 de setembro de 1973.

estrangeiros haviam sido incendiados após o golpe⁷⁵³. O plano era reconstituir esses registros com base na documentação não atingida pelo fogo e nos interrogatórios a que estavam sendo submetidos os estrangeiros presos em centros de detenção⁷⁵⁴.

No mesmo documento os militares chilenos expuseram o compromisso estabelecido com o representante da ACNUR, Sadruddin Aga Khan, de respeitar os acordos internacionais de proteção aos refugiados assinados pelo Chile, o que significava, entre outras medidas não expulsar presos políticos estrangeiros aos seus países de origem, porque essa medida violava os seus direitos civis. A Junta Militar, porém, não cumpriu a promessa: entregou os militantes de esquerda bolivianos à ditadura do general Hugo Banzer, que estava à frente do poder na Bolívia, desde o golpe civil-militar de 1971⁷⁵⁵. Essa decisão provocou pânico entre os refugiados brasileiros e uruguaios, perseguidos pelos governos ditatoriais de seus países, por integrarem movimentos de oposição. Em síntese, o retorno desses militantes aos seus países de origem era sinônimo de prisão, tortura e possibilidade de execução.

Nesse panorama, a ditadura brasileira tinha interesse em receber opositores políticos presos no Chile. Por essa razão, no dia 28 de setembro, o Itamaraty encaminhou à DSI/MRE, em Santiago, uma lista de orientações que o órgão de segurança deveria seguir para montar um relatório detalhado a respeito de todos os brasileiros exilados naquele país, entre 1964 e 1973. Na sequência, o embaixador Câmara Canto solicitou às autoridades chilenas, o envio de listas com os nomes dos brasileiros: que haviam saído ou permanecido no país até dezembro de 1972; que haviam começado a residir no país depois de 1964 – sem mencionar razões políticas ou na situação de turistas; que estavam com prazo de residência vencido; que constavam nos registros consulares brasileiros; que partiram do país com documentos de viagem para estrangeiros fornecidos pelo governo chileno; que trabalharam para órgãos governamentais, internacionais ou se vincularam a outras organizações nacionais, durante o período de exílio⁷⁵⁶.

Com essas informações, a ditadura brasileira pretendia, num primeiro momento, mapear a localização dos militantes considerados perigosos à segurança nacional para, posteriormente, designar agentes para vigiá-los no exílio. O plano era usar os dados coletados

⁷⁵³ O material do *Ministerio del Interior* foi incendiado pela Junta Militar durante o bombardeio do palácio de La Moneda, em 11 de setembro de 1973.

⁷⁵⁴ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.11.2, p. 110/127. Situação dos asilados e refugiados no Chile. 26 de setembro de 1973.

⁷⁵⁵ FRENZ, Helmut. *Mi vida chilena: Solidaridad con los oprimidos*. Santiago: LOM, 2006, p. 147.

⁷⁵⁶ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REV.53, p. 06/35. Situação dos cidadãos brasileiros no Chile. 28 de setembro de 1973.

para articular operações com o serviço de inteligência do Chile e de outros países, com o objetivo de vigiar e, se possível, prender esses opositores onde estivessem. As autoridades chilenas, contudo, relataram dificuldades para compor as listas solicitadas pela comunidade de informações brasileira, como relatou o embaixador Enrique Berstein durante uma reunião com Câmara Canto, em Santiago:

1) Foi incendiada intencionalmente, grande parte do arquivo da POLICIA DE INVESTIGACIONES, que continham a relação dos estrangeiros no Chile; 2) Durante o bombardeio do PALACIO DE LA MONEDA, incendiaram-se todos os arquivos do MINISTERIO DO INTERIOR, que estava localizado naquele edifício; 3) Pelas razões expostas nos dois itens anteriores, as autoridades chilenas estão iniciando a elaboração de novas listas de estrangeiros, com bases nos interrogatórios a que estão submetendo os 4.400 prisioneiros que se encontram alojados no ESTÁDIO NACIONAL DE SANTIAGO. Assim, acredita aquela autoridade chilena, somente num prazo de 3 a 6 meses, seria possível tentar atender, mas em forma generalizada, os pedidos formulados⁷⁵⁷.

Como já mencionado anteriormente, a ditadura tinha interesse em ter acesso, o mais rápido possível, às informações sobre os brasileiros no Chile, pois a partir delas, o aparato repressivo estaria habilitado a vigiar o movimento não apenas dos militantes que permaneciam dentro de suas fronteiras, como também daqueles que tomavam outros rumos (outros países da América, Europa ou África) e, especialmente, dos banidos, sempre alvos prioritários. Diante da declaração das autoridades chilenas da impossibilidade de fornecer os dados requeridos pelo Itamaraty sobre os exilados no país em curto prazo, Médici planejou o envio de agentes para Santiago com o objetivo de auxiliar os militares e policiais chilenos nos interrogatórios de brasileiros presos no Estádio Nacional e em outros centros de detenção existentes no país.

A ditadura brasileira não tardou a formar essa equipe, pois no começo de outubro, Maeth Boff afirmou ter sido interrogado e torturado por agentes brasileiros numa Escola da Marinha, em Valparaíso. O martírio de Boff iniciou horas depois do golpe, quando foi preso e conduzido até um navio de grande porte da Marinha chilena – de nome Lebu –, ancorado na baía de Valparaíso. No navio, se chocou com o grau de degradação do ambiente em que estavam confinados os prisioneiros políticos: “tu chega na boca do navio, desse cargueiro, tu sente um fedor de carniça, [...]. Então as pessoas estavam lá mais de uma semana, [...] feridas, no meio do esterco, do xixi que balançava ali no mar”. A tortura dos presos, contudo, não ocorria no interior do navio, mas numa antiga escola de marinheiros, que ficava nas proximidades da baía. Durante o período em que permaneceu detido no Lebu, Boff foi

⁷⁵⁷ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REV.53, p. 06/35. Situação dos cidadãos brasileiros no Chile. 28 de setembro de 1973.

conduzido duas vezes até essa escola; na primeira, não sofreu agressões físicas nem psicológicas, uma vez que os agentes chilenos estavam priorizando a aplicação de suplícios em seus concidadãos; na segunda, a situação se modificou porque ele foi interrogado por uma equipe de repressores brasileiros:

No começo de novembro, se não me engano, nos levaram lá, me levaram vendado embaixo de uma escada, e aí vêm uns cochichos [...]. ‘Agora, tu vai contar a história verdadeira, que não basta esta historinha que tu foi professor, que tu deu umas aulas, ficou com medo e veio embora! Nós sabemos o que tu já fez lá no Rio Grande do Sul, tu vai contar o resto!’ ‘Ah, no Rio Grande do Sul [...] eu fui trabalhar na fábrica’. E eles me botaram, eles tinham a maquininha do choque, começaram o choque, pontapés e um brasileiro disse, ‘tu vai falar ou não vai falar, seu filha da puta? Seu Laerte, tu acha que eu não sei quem tu és? Eu tenho toda a informação aqui, quero te ver cuspir, e cuspir o resto!’ Foi a polícia que me torturou e torturou o outro brasileiro, Adolfo Calvano. Me pegaram de manhã e me soltaram lá pelas tantas da noite. [...] Os chilenos estavam juntos, torturando também, dando choques [...]. Mas, as perguntas, o interrogatório era conduzido pelos brasileiros⁷⁵⁸.

A DSI/MRE e o CIEX não trataram em seus informes sobre a existência de brasileiros presos no navio Lebu. Um relatório produzido pelo Comitê Carlos de Ré da Verdade e Justiça/RS relata a prisão e tortura de exilados nas dependências do navio, entre os quais estavam os brasileiros Adolfo Carvano, Maeth Boff e Vicente de Paula Faleiros⁷⁵⁹. Carlos de Oliveira também afirmou a existência de torturas em navios chilenos na fase posterior ao golpe. As informações a respeito dessas atividades foram repassadas por um militante, infiltrado entre os funcionários da Embaixada Brasileira em Santiago: “tinha uma pessoa dentro da embaixada, a gente infiltrou um lá e ele nos passava essas informações todas, detalhes, o SNI em Valparaíso, aquela região lá, reunião nos navios com os americanos. Aí, quando eles foram presos, quem interrogava eram os brasileiros”⁷⁶⁰.

Outros detalhes a respeito do navio foram obtidos no *Informe Valech – Comisión Nacional Sobre Prisión Política y Tortura*. De acordo com o relatório, o Buque Lebu era uma embarcação de propriedade da Companhia Sul-Americana de Vapores, ancorado no Porto de Valparaíso, que a Marinha transformou em centro de detenção após o golpe. Em seus depoimentos chilenos e estrangeiros que estiveram detidos nesse recinto, declararam que a recepção no navio era realizada por um grupo de marinheiros responsáveis por agredir com chutes, socos e pontapés os prisioneiros recém-chegados. Depois de passar pela comissão de “boas-vindas”, os presos eram levados para o interior do Buque, onde eram submetidos a outros métodos de tortura, que incluíam caminhar com os olhos vendados pelas bordas do navio ou participar de simulações de afogamento – eram jogados nas águas do mar e, mais

⁷⁵⁸ BOFF, Maeth. *Dep. cit.*

⁷⁵⁹ Ciudadanos brasileños victimados en Chile entre 1973 y 1976. *Op. cit.*

⁷⁶⁰ OLIVEIRA, Carlos de. *Dep. cit.*

tarde, resgatados pelos militares. As péssimas condições do navio tornavam a situação dos prisioneiros ainda mais difícil porque eles eram acomodados em espaços reduzidos, mal ventilados e sem as mínimas condições de higiene, além da falta de alimentação adequada e água potável. Com o objetivo de aniquilar a resistência psicológica dos prisioneiros, o coordenador do centro de detenção proibia a comunicação com o meio externo⁷⁶¹.

A documentação consultada permite afirmar que a equipe de agentes brasileiros atuou em pelo menos dois centros de detenção no Chile: o Estádio Nacional, em Santiago, e a Escola da Marinha, em Valparaíso, entre os meses de outubro e novembro. Ou seja, mesmo que a DSI/MRE e o CIEX mantivessem um envio constante de informes à ditadura, o presidente Médici julgou que os mesmos eram insuficientes para atender as demandas do aparelho repressivo, que pretendia dar continuidade à vigilância exercida sobre os exilados, para além do Uruguai e do Chile. De fato, com a imposição da Junta Militar no Chile, geografia do exílio brasileiro começa a se modificar (ampliar) sensivelmente. Para facilitar as atividades da equipe de repressores brasileiros que interrogaram prisioneiros políticos em território chileno, esses agentes tinham em mãos fichas pessoais, informes e relatórios produzidos pela comunidade de informações a respeito de cada um dos exilados, além de cópias de documentos apreendidos em posse de organizações de esquerda. A esse respeito, Osni Gomes, preso e torturado no Estádio Nacional, realizou as seguintes observações:

A gente passou horas esperando pelo interrogatório sem poder se comunicar um com o outro, né? Uma boa parte do tempo com as mãos na nuca e, até o momento em que cada um era chamado, passava um tempo lá dentro, às vezes esperava um pouco lá fora, voltava de novo e, quando chegou a minha vez, eles começaram a fazer perguntas sobre a minha viagem à China e eles queriam saber dados sobre o PCdoB, que era o partido irmão do Partido Comunista Chinês, eles acreditavam que eu era membro do PCdoB e eu num tinha informação nenhuma a dar, mesmo que se eu quisesse, eu não conhecia absolutamente nada sobre o PCdoB, a única informação que eu dei foi meu nome, que eu sabia que, a essas alturas, já tinham me identificado, se eles tinham, eles deviam ter cópia do meu passaporte, dado pela polícia francesa [...]. E, quando eles começaram a me fazer perguntas sobre a viagem à China, então, entendi que eles sabiam quem eu era, eles já tinham, no passaporte tinha impressões digitais, eles já tinham cópia do passaporte, sabiam todos os detalhes sobre a viagem, sabiam que eu tinha passado um tempo em Argel também, onde eu tinha me alojado e tudo isso⁷⁶².

Alguns brasileiros presos foram torturados apenas por agentes chilenos, como demonstra o depoimento de um exilado à jornalista sueca Gudrun Blom. Esse brasileiro foi detido e transportado para um centro de detenção localizado no sul do país, denominado *Cárcel de Valdivia* – uma prisão com condições de higiene tão precárias que as epidemias entre os presos políticos eram constantes. O uso de violência integrava a rotina do local:

⁷⁶¹ INFORME DE LA COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA – INFORME VALECH. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.indh.cl/handle/123456789/455>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

⁷⁶² GOMES, Osni. *Dep. cit.*

durante o dia os prisioneiros permaneciam no pátio e não sofriam maiores agressões, mas durante a noite, eram retirados dos alojamentos para serem interrogados. Nessas ocasiões, chilenos e estrangeiros passavam por sessões de tortura que incluíam choques elétricos e simulações de afogamento, interrompidas somente quando os oficiais realizavam perguntas a respeito da participação do prisioneiro em atividades políticas naquele país⁷⁶³. A aplicação de tortura no *Cárcel de Valdivia* foi confirmada pelo *Informe Valech*, que atestou o emprego de ameaças, agressões físicas e simulações de fuzilamento, contra os prisioneiros detidos no recinto em questão⁷⁶⁴.

A Ilha Quiriquina, maior centro de detenção na região de Concepción, depois do golpe também recebeu presos políticos brasileiros. A ilha, de quatro quilômetros de extensão, servia de base a uma Escola da Marinha e possuía um complexo integrado por cassinos, ginásios, pavilhões e residências. Por esse motivo, os nacionais e estrangeiros presos na ilha foram divididos em dois grupos; os considerados de menor periculosidade eram transferidos para os ginásios; os demais eram colocados em pavilhões cercados de arame e vigiados por guarda armada. Em seus depoimentos, os prisioneiros reclamaram da falta de ventilação e infraestrutura desses locais e confirmaram a existência de uma piscina vazia, na qual eram obrigados a permanecerem durante a maior parte do dia, expostos ao sol e à chuva⁷⁶⁵.

Agentes do CIEX relataram aos seus superiores a prisão de vinte e dois exilados por oficiais da Marinha chilena na Província de Concepción. Depois de uma sessão de interrogatórios preliminares, treze foram liberados, enquanto os outros nove permaneceram presos na ilha, acusados de envolvimento com atividades subversivas⁷⁶⁶. Maria Lúcia Dagnino e Renato Dagnino estavam entre os treze brasileiros libertados, segundo o órgão de segurança, porque não possuíam histórico de adesão a partidos ou organizações de esquerda brasileiras ou chilenas. No mesmo documento o CIEX aconselhou o embaixador Câmara Canto a não conceder salvo-conduto a nenhum brasileiro antes de analisar os motivos pelos quais essa pessoa se exilou naquele país, ressaltando o decreto que proibia a entrega de documentos aos cento e trinta banidos das fronteiras nacionais, entre 1969 e 1971⁷⁶⁷.

⁷⁶³ Museo de la Memoria y Derechos Humanos. Centro de Documentación (CEDOC). Santiago, Chile. Comisión Internacional de Investigación de los crímenes de la Junta Militar en Chile (1ª sesión, 21-24 de marzo 1974, Helsinki). Testimonio de un ciudadano brasileño, en Valdivia, gravado por la periodista sueca, Grudun Blor. CLMMDH 00000632-000025-000031.

⁷⁶⁴ INFORME VALECH. *Op. cit.*, p. 484.

⁷⁶⁵ *Idem.*, p. 428.

⁷⁶⁶ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.11.3, p. 15/121. Chile. Brasileiros detidos. 04 de outubro de 1973.

⁷⁶⁷ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/BR.AN.BSB.Z4.DPN.BRA.BEX, 23, p. 57/151. Brasileiros detidos na Ilha Quiriquina/CHILE. 11 de outubro de 1973.

Maria Lúcia Dagnino declarou que ao se apresentar junto ao marido, Renato Dagnino, na Delegacia de Estrangeiros, no dia 12 de setembro, ambos foram detidos e encaminhados ao Estádio Regional de Concepción e, mais tarde, à Base Naval de Talcahuano, no sul do Chile. No dia seguinte, todos os presos políticos da Base foram transportados até a Ilha Quiriquina – de propriedade da Marinha e vigiada por jovens aspirantes a marinheiros da Escola Naval. O despreparo desses militares gerava apreensão e angústia entre os detidos, que temiam ser atingidos por disparos a qualquer instante, como declarou Maria Lúcia: “eu tinha certeza de que, se tropeçasse ou tossisse, eles atirariam em mim. Lembro que o banho de sol era dentro de uma piscina vazia e as armas estavam sempre apontadas para nós. O medo crescia”. A militante receava que a situação dela e do marido pudesse piorar se os militares chilenos soubessem da vinculação de ambos com o MIR⁷⁶⁸. Porém, acabaram sendo liberados, respectivamente, nos dias 14 e 15 de setembro: a Marinha desconhecia seu envolvimento com a esquerda *mirista*.

A situação desse casal, bem como a dos demais brasileiros exilados, demonstrou que a Junta Militar não estabeleceu regras definidas para chilenos ou estrangeiros serem detidos e, na sequência, interrogados e liberados da prisão ou submetidos a torturas e fuzilamentos. Havia uma incerteza geral a respeito de quais condutas o prisioneiro político deveria adotar para chamar menos a atenção dos encarregados dos centros de detenção ou das equipes responsáveis pela condução das sessões de interrogatório e tortura. Os presos não sabiam se a melhor tática para escapar dos suplícios era falar pouco, muito ou permanecer calado, se admitir algum tipo de militância traria mais vantagens do que negar vinculações políticas, etc.

Na interpretação de Padrós, o fato das pessoas desconhecerem as regras que determinam os crimes que podem ser punidos pela justiça, como ocorreu nas ditaduras de SN do Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e, mais tarde da Argentina, diferencia a repressão regularmente exercida pelo Estado e o TDE. Como o objetivo do terror é generalizar o medo entre os ativistas políticos e a população em geral, o não estabelecimento de regras torna-se uma tática eficiente de desorientação e desmobilização das pessoas; conseqüentemente, muitas delas, acabavam optando por se afastar da esquerda. Tal movimento se ampliou, na medida em que as ditaduras se consolidaram, dando origem a um fenômeno definido como “violência irradiada⁷⁶⁹”:

[a violência do TDE] Ela difere da violência direta, descarregada sobre o alvo “subversivo” e que fica confinada a ele e sua família. Em realidade, se trata da irradiação, que se expande como uma espiral crescente, a partir do entorno mais

⁷⁶⁸ DAGNINO, Maria Lúcia de Sampaio. *Op. cit.*

⁷⁶⁹ ABOS, Alvaro apud PADRÓS, Enrique. *Op. cit.*, p. 95.

imediatamente da vítima direta, atingindo seu espaço de atuação e convivência social mais imediato (a família, os amigos, o bairro, o local de estudo ou de trabalho, etc.); por sua vez, as pessoas desses meios se tornam potenciais suspeitos e eventuais vítimas. Tanto num caso como no outro, espalham seus medos e inseguranças no interior de seus próprios espaços particulares de atuação e convivência, nos quais essa situação volta a repetir-se e assim sucessivamente, até disseminar-se, concentricamente, por toda a sociedade. Os integrantes desse círculo são tratados como potenciais culpados de comportamento “pernicioso” e ilegal, segundo os parâmetros da “legalidade” vigente: o de não terem se afastado do subversivo⁷⁷⁰.

Na análise de Garretón, a violência aplicada pelo TDE gera dois tipos de medo: o “cão que morde” e a “peça escura”. O primeiro ocorre quando o sujeito intui, através de conhecimentos prévios e recordações, a existência de uma determinada ameaça e consegue dimensionar racionalmente seu alcance. O segundo trata do desconhecido, de uma experiência ameaçadora que a pessoa constata ser real, mas da qual desconhece a natureza e extensão de seus efeitos. Esses dois tipos de medo foram fundamentais para as ditaduras de SN do Cone Sul, porque foram combinados para exercer o terror nas pessoas que tinham conhecimento da sua existência (por experiência própria ou contato com companheiros de organização), fossem colegas de trabalho, amigos e familiares. Ao mesmo tempo, existiam rumores, informações incertas a respeito de torturas, sequestros, execuções sumárias e desaparecimentos, que poderiam sofrer os prisioneiros políticos de um Estado que, ao invés de fiscalizar as ações da polícia e das Forças Armadas, era responsável pela montagem do aparato repressivo que implementava essas práticas ilegais em larga escala⁷⁷¹. Raul Ellwanger comparou a aplicação do TDE e o medo irracional que esse despertava no contexto brasileiro de 1970 e chileno, depois do golpe de 1973:

A tua vida era um fio desencapado [...], um troço maluco assim. O Chile era uma ilegalidade, uma violência. Também estimularam um chauvinismo: ‘ah, cubano comunista, brasileiro terrorista, não sei o quê, argentino trotskista’. Estimularam a xenofobia, então tu ainda [sendo] estrangeiro era pior. Se um soldadinho te pedisse um documento na rua, perigava ele te dar uma coronhada, te quebrar a cara, te matar, te levar, não sei, te sumir no mundo. Não sei como descrever bem isso. É um pouco além do concebível. Tu vivias o dia a dia assim, pronto para ser torturado, ser morto, ser mutilado, ser desaparecido, assim que se vivia lá. Como em São Paulo. Também era assim em [19]70. Quem mandava em São Paulo em [19]70 era o delegado Fleury, esse cara fazia o que queria e, além da opção política dele, era um doente mental, esse cara era um enfermo. O Chile estava cheio de enfermos, estava cheio de enfermos descontando coisas pessoais, inclusive vizinhos⁷⁷².

Nesse contexto de violência e medo, o Estado brasileiro, de acordo com a visão de mundo que resultava da sua incorporação e compreensão da SN, ao invés de zelar pela segurança de seus cidadãos e tentar retirá-los do Chile, usou todos os recursos disponíveis

⁷⁷⁰ PADRÓS, Enrique. *Op. cit.*, p. 95.

⁷⁷¹ GARRETÓN, Manuel. *Op. cit.*, p. 37.

⁷⁷² ELLWANGER, Raul. Depoimento. In: RODEGHERO, Carla Simone. Um pouco além do concebível: o Chile e a Argentina na memória de um exilado brasileiro. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 1, n. 16, p. 93-105, 2012, p. 93.

para identificá-los, com o objetivo de prosseguir com a sua vigilância intensificar seu suplício, pois continuavam sendo seus inimigos internos, mesmo depois de terem saído do país. Por esse motivo, o CIEX solicitou à comunidade de informações no Brasil, as fichas com os antecedentes dos exilados que se encontravam naquele país sob proteção de organismos internacionais ou do serviço diplomático estrangeiro. Com esses dados, o órgão de segurança avaliava o grau de periculosidade de cada ativista e encaminhava essas orientações às Embaixadas Brasileiras na América Latina, as quais deveriam designar funcionários para acompanhar esses brasileiros, em caso de desembarque nos países em que estavam localizadas⁷⁷³. Verifica-se que, a partir dessa fase, os militantes da segunda onda de exilados se espalharam por países dessa região, África e Europa, obrigando o CIEX a acionar bases existentes e criar novas para vigiá-los na Bolívia, Argentina, França, Portugal, etc.

A DSI/MRE auxiliou o CIEX na avaliação do índice de periculosidade dos exilados, como demonstrou o caso dos treze brasileiros sob a proteção das Nações Unidas que solicitaram ao representante da ACNUR na América Latina, o repatriamento para o Brasil. O pedido foi analisado pelo diretor, Adolpho Benevides, quem produziu um relatório no qual, por uma parte, autorizava os militantes Luís Carlos Sarzedas, Miguel Ângelo dos Santos Costa e Roberto Ribeiro de Barros a retornarem ao país, uma vez que não haviam sido encontrados antecedentes políticos suspeitos vinculados aos seus nomes. Todavia, negava o retorno de João Ernesto Maraschin Marosa, Luis Carlos Pires Fernandes, Nelson Serathink, Maria das Dores Romaniolo e Pedro José Maria Martins Rebelo, por possuírem um histórico de atuação política na esquerda⁷⁷⁴. Em seu depoimento à CNV, Benevides confirmou esse monitoramento: “havia o interesse dos órgãos de informação desde antes do golpe no Chile, em saber o que os brasileiros exilados estavam fazendo. Isso continuou, e com mais razão, depois que ocorreu o golpe, em que houve uma espécie de diáspora”⁷⁷⁵

Situação semelhante ocorreu com Irany Campos, um dos quarenta e sete brasileiros que estavam na Embaixada do México em Santiago, em outubro de 1973, vigiados pelo CIEX⁷⁷⁶. No mês seguinte, a DSI/MRE transmitiu um documento recebido da polícia federal brasileira, com os antecedentes de vários exilados presos no Chile, entre os quais Irani

⁷⁷³ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.11.3, p. 29/121. Asilados brasileiros no Chile. 05 de outubro de 1973.

⁷⁷⁴ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/BR.AN.BSB.Z4.DPN.BRA.BEX.23, p. 26/151. Brasileiros presos no Chile que desejam retornar ao Brasil. 05 de outubro de 1973.

⁷⁷⁵ BENEVIDES, Adolpho. *Dep. cit.*

⁷⁷⁶ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.11.3, p. 71/121. Brasileiros detidos na Embaixada do México em Santiago. 19 de outubro de 1973.

Campos. Este era acusado de participar de vários assaltos e constar na lista de banidos do Brasil em troca do embaixador da Suíça⁷⁷⁷. Entretanto, essa informação chegou ao Chile após Irany ter obtido salvo-conduto para se exilar no México, no final de outubro⁷⁷⁸.

A partir dessas considerações verificasse que o CIEX e a DSI/MRE intercambiavam informações entre si, e com o Itamaraty e o SNI. O funcionamento sincronizado desses dois órgãos de segurança demonstrou que, embora houvesse rivalidades entre si, as diferenças eram colocadas em segundo plano quando o assunto era combater o comunismo e que os funcionários do serviço diplomático, embora não tivessem realizado cursos de aperfeiçoamento nos Estados Unidos, como ocorrera com centenas de efetivos policiais e militares brasileiros, baseavam suas ações na DSN e, de forma mais específica, no Plano Setorial de Informações do Ministério das Relações Exteriores (PSI/MRE), estabelecido em outubro de 1970, pelo SNI.

Uma das pessoas citadas por Adolpho Benevides, Pedro José Maria Martins Rabêlo, teve o pedido de repatriamento negado porque era filho do jornalista José Maria Rabêlo, que ao lado de Theotônio dos Santos e de figuras de destaque no cenário político chileno, como Carlos Altamirano e Miguel Enríquez, integrava a lista das noventa e uma pessoas procuradas pela Junta Militar, publicada no dia 12 de setembro. Para José Maria Rabêlo, as ações contra seu filho eram um meio que a ditadura brasileira encontrou para atingi-lo, mesmo que de forma indireta, pois logo depois do golpe, ele solicitou asilo político na Embaixada do Panamá, inviabilizando a prisão decretada pelos militares chilenos:

Alguns dias depois da viagem dos companheiros, entre os quais estava meu filho maior, Dudu, que tinha entrado na embaixada pouco depois de mim, caiu preso meu segundo filho, Didi. Foi um azar: ele estava em casa de amigos chilenos e chegaram os militares. Deixaram todos os outros, mas o levaram por ser estrangeiro. Quando descobriram que era filho de um exilado brasileiro, meu nome na lista de pessoas procuradas [...], não tiveram dúvidas: mandaram-no primeiro para o Estádio do Chile e depois para o Nacional. Lá estive mais de dois meses e inventaram contra ele a farsa de que tinha assassinado dois carabineiros. Era caso de fuzilamento quase sumário. Vejam: um menino de 18 anos. Ele teve um comportamento magnífico na prisão, enfrentando com firmeza os espancamentos, as prisões, as agressões, a tensão nervosa provocada por aqueles acontecimentos, a dureza do padecimento todo que, para ele e para nós, parecia não terminar nunca⁷⁷⁹.

A campanha organizada por José Maria Rabêlo junto a entidades de defesa dos direitos humanos no Chile e no exterior impediu que seu filho fosse fuzilado. Pedro, no entanto, foi um dos três últimos estrangeiros a receber salvo-conduto para deixar o país. A

⁷⁷⁷ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/BR.AN.BSB.Z4.DPN.BRA.BEX.23, p. 73/151. EXILADOS POLÍTICOS BRASILEIROS NO CHILE. 21 de novembro de 1973.

⁷⁷⁸ CAMPOS, Irany. *Dep. cit.*

⁷⁷⁹ RABÊLO, José Maria. *Op. cit.*, p.170.

ditadura brasileira também negou o pedido de Maria das Dores Romaniolo por questões familiares, uma vez que era companheira do militante da VPR, Wânio José de Mattos, detido no Estádio Nacional. Mesmo após o falecimento de Wânio, naquele centro de detenção em 16 de outubro, a Embaixada Brasileira não entregou os documentos que Maria e a filha, Roberta, de apenas alguns meses de idades, precisavam para sair do Chile. Maria e Roberta finalmente conseguiram salvo-condutos para deixar o país com a interferência da ACNUR, que também foi responsável pela obtenção de refúgio para as duas na França⁷⁸⁰.

Os casos expostos até o momento ilustram um pouco da forma como a ditadura, por intermédio da Embaixada Brasileira em Santiago, dificultou, ainda mais, a situação dos exilados no Chile depois do golpe. Os funcionários do serviço diplomático tiveram atitudes semelhantes às dos agentes do aparelho repressivo, desumanizando os opositores do Estado e todo o seu entorno, pois mesmo pessoas sem vinculações políticas diretas, mas pelo simples fato de serem filhos (as) e esposos (as) de militantes, também eram atingidos por ações arbitrárias. Essa situação levanta o seguinte questionamento: de que outra forma a influência de uma ideologia que salientava a necessidade de aniquilar o inimigo, explicaria a atitude de colocar em risco a vida de Pedro José Maria Martins Rabêlo, como forma de prejudicar o pai, que naquele momento não podia ser atingido pela repressão? Ou de negar os salvo-condutos para Maria das Dores Romaniolo e sua filha, Renata, com poucos meses de vida? Em relação à postura do Itamaraty diante dos exilados refugiados ou presos no Chile, o próprio Adolpho Benevides salientou que: “não houve nenhuma decisão de proteger, tanto quanto eu saiba. Isso de toda forma, não seria da minha área, seria uma decisão política de nível mais alto. Mas eu acho que não houve”⁷⁸¹.

Garzon Valdés, ao analisar o TDE, afirma que, a aplicação de violência contra vítimas inocentes era uma das maneiras desse sistema aumentar a eficácia na aplicação de seus métodos, da mesma forma que realizar operações encobertas, preservando a identidade de seus agentes. Na visão do jurista, todo o sistema terrorista se origina de uma visão delimitada pela necessidade de combater o inimigo interno, que agia infiltrado verticalmente em todas as camadas da sociedade e precisava ser eliminado – por vias legais e clandestinas. O problema é que, ao defender esses preceitos, os formuladores do TDE caíram no relativismo ético, baseado na máxima de que os resultados justificariam os “excessos” cometidos, baseados nos seguintes argumentos: “1) eficácia; 2) imposibilidad de identificar al terrorista; 3) simetría de

⁷⁸⁰ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. *Op. cit.*, p. 243.

⁷⁸¹ BENEVIDES, Adolpho. *Dep. cit.*

medios de lucha; 4) distinción entre ética pública y privada; 5) inviabilidad de consecuencias secundarias negativas; 6) elecciones trágicas; 7) primacía de valores absolutos”⁷⁸².

Para o observador que adota um ponto de vista ético, porém, os argumentos utilizados para justificar o TDE não se sustentam diante de uma análise racional dos contextos nos quais o sistema foi aplicado⁷⁸³. No caso do Brasil, a partir do AI-5, pode-se afirmar que a ditadura não teve problemas para identificar seus inimigos internos, uma vez que o número de militantes da luta armada era irrisório, se comparado ao conjunto da população brasileira. Além disso, as atividades desses militantes visavam obter recursos financeiros a partir da expropriação de agências bancárias, o que permitiu sua rápida localização e prisão pelo aparato repressivo. Também o fato da maioria dos militantes terem iniciado as ações políticas no meio estudantil, facilitou as operações da ditadura, que interviu no movimento com o objetivo de desestimular novas adesões, atingindo a base social de recrutamento das organizações armadas.

Tais grupos nunca tiveram o número de militantes, as armas e os recursos necessários para desencadear o movimento revolucionário no Brasil, ou seja, nunca houve simetria nos meios de luta entre a esquerda e o aparato repressivo estatal brasileiro. Dentro dessa perspectiva, a ditadura poderia ter evitado as chamadas consequências negativas secundárias, porque a esquerda, não sendo constituída por organizações armadas com uma boa estrutura político-militar, podia ser derrotada por ações legais – a prisão, processo e julgamento de militantes envolvidos com expropriações bancárias, por exemplo – sem ser preciso métodos de repressão clandestinos, como a tortura e o assassinato. Tais considerações também refutam o argumento de que a ditadura não teve opção na hora de adotar o TDE, pois o poder do Estado nunca foi de fato ameaçado pelo surgimento das organizações armadas, no final da década de 1960.

Em relação à eficácia do uso do TDE, observa-se que o sistema foi eficiente ao dismantelar, num prazo estimado de dois anos (1969-1971), a maioria das organizações de luta armada. O sistema, entretanto, não gerou a sociedade coesa, pacífica e harmônica prometida pela ditadura aos cidadãos porque, ao invés de diminuir, aumentou a desigualdade econômica, base de sustentação da luta de classes e do surgimento dos conflitos sociais. Nesse sentido, a sociedade nunca alcançou o estado de “felicidade” e “bem estar social”, prometidos pelos militares. Por último, a distinção entre ética pública e privada não serve de argumento

⁷⁸² GARZÓN VALDÉS, Ernesto. *Op. cit.*, p. 44.

⁷⁸³ *Idem.*

para justificar a aplicação de práticas terroristas pelo Estado, pois uma sociedade democrática e pacífica não surge do uso indiscriminado da violência contra os cidadãos que a compõe.

Partindo desses pressupostos, conclui-se que não existiam justificativas plausíveis para a instauração do TDE no Brasil, no final de 1968, nem para a expansão de operações clandestinas do aparelho repressivo para além de suas fronteiras, como ocorreu no Chile, em outubro de 1973. Se as organizações de esquerda não tinham condições reais de enfrentar o braço armado do Estado brasileiro, no final da década de 1960, mais difícil era compor forças no exílio para retornar ao país e dar continuidade à luta revolucionária, principalmente depois do golpe no Chile, quando a colaboração entre as ditaduras do Cone Sul rapidamente se estreitaram, como demonstram os relatórios do CIEX, produzidos pelo agente Alberto Conrado quanto ao compartilhamento de dados com serviços secretos de outros países a fim de atingir cidadãos brasileiros, chilenos, uruguaios e paraguaios⁷⁸⁴ no exílio⁷⁸⁵.

O exílio no Chile, porém, proporcionou outra experiência aos brasileiros, análoga à da perseguição vivida, sobretudo, a partir do golpe de setembro: a da solidariedade. Os exilados relataram em seus depoimentos o apoio recebido de moradores das regiões de periferia e de bairros nobres de Santiago, vinculados ou não a partidos e organizações de esquerda que, mesmo colocando suas vidas em risco, ofereceram refúgio aos exilados depois do golpe. As Embaixadas de Argentina, México, Panamá e de outros países adotaram postura semelhante ao receberem estrangeiros e chilenos em suas dependências, realizando um esforço para acomodá-los em espaços muitas vezes restritos, contando com o auxílio de um número reduzido de funcionários. No decorrer do mês de setembro, a partir da mobilização de entidades de defesa dos direitos humanos, outros espaços começaram a abrigar os refugiados e negociar com a Junta Militar a concessão de salvo-condutos que permitissem sua saída do território chileno. Em síntese, em tempos de infortúnio, desesperança e desespero, também houve generosa solidariedade.

⁷⁸⁴ Outro exemplo foi produzido pela DSI/MRE que, num de seus relatórios, solicitava informações sobre cidadãos brasileiros exilados no Chile, ao mesmo tempo em que oferecia os serviços de espionagem da comunidade de informações à Junta Militar. Na sequência, o órgão de segurança salientava que a estrutura repressiva brasileira possuía condições de monitorar chilenos residentes ou que viajaram nos últimos meses para o Brasil. Observou-se nesses informes e relatórios a base do que dois anos mais tarde se tornará a Operação Condor. Para isso o Ministério das Relações Exteriores do Chile deveria transmitir a Embaixada Brasileira em Santiago, uma lista das militantes procurados por atividades subversivas no país. Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REV.53, p. 05/35. Situação dos cidadãos brasileiros no Chile. 28 de setembro de 1973.

⁷⁸⁵ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1. Alberto Octavio Conrado Avegno.

4.5 OS BRASILEIROS DEIXAM O CHILE

O Chile foi um dos países que se destacou, a partir da consolidação do processo de independência em relação à soberania espanhola, no ano de 1818, pela estabilidade política, motivo pelo qual atraiu militantes perseguidos por seus posicionamentos políticos-ideológicos de vários países da América Latina. Por essa razão, ao longo dos séculos XIX e XX, o país consolidou a imagem de um refúgio para os exilados, registrando, em sentido contrário, casos pontuais de expulsão de opositores políticos de suas fronteiras. No início da década de 1970, com a chegada de Salvador Allende à presidência, o fluxo de pessoas que se estabeleceu no país, motivado pela ascensão da esquerda ao poder executivo, aumentou de forma considerável. Como já foi visto, o Chile se tornou, entre 1970 e 1973, um ponto de convergência para a esquerda latino-americana, oferecendo aos exilados que chegavam de países como Brasil, Bolívia e Uruguai, um porto relativamente seguro na maré repressiva que vigorava em seus países de origem.

Por essa razão, o golpe civil-militar de 11 de setembro representou uma ruptura com a tradição chilena de assistência aos refugiados, originando uma onda repentina de milhares de ativistas políticos que, de um momento para outro, viram-se obrigados a partir em direção ao estrangeiro, como forma de garantir a integridade física e a própria sobrevivência. O exílio de militantes chilenos consistiu uma excepcionalidade histórica que afetou um número de pessoas bem mais elevado que nas décadas anteriores. O fenômeno atingiu proporções massivas, durante o período ditatorial (1973-1989) abrangendo cerca de dois por cento da população do país, na época com aproximadamente dez milhões de habitantes. O perfil dos exilados também sofreu uma modificação; ao invés de integrantes da elite política, envolveu diretamente militantes da classe média baixa – sindicalistas, trabalhadores especializados, professores e intelectuais, – na maioria dos casos vinculados a esquerda, mas também sem histórico de militância política.

Dessa forma, o exílio chileno, se comparado ao brasileiro, além de ter se constituído num fenômeno massivo e não coletivo, abrangeu desde o início, setores mais amplos da população. Na fase reativa da ditadura, entre setembro e dezembro de 1973, o exílio afetou principalmente chilenos, militantes ou simpatizantes da UP e do MIR, e estrangeiros; na fase de consolidação, de 1974 até 1980, se estendeu a outras parcelas da sociedade. Observa-se que esse segundo fluxo de exilados deixou o país por causa da repressão e do fechamento político, mas também em razão da recessão econômica, que depreciou o salário dos trabalhadores e retirou os incentivos fiscais concedidos a pequenas e médias indústrias,

gerando a falência de parte do setor empresarial chileno, sem condições de competir em qualidade e preço, com os produtos ofertados pelas multinacionais. Tais medidas integravam o plano econômico da Junta Militar, criado por economistas formados na Universidade de Chicago – os *Chicago Boys* – seguidora da escola neoliberal fundada por Milton Friedman, que defendia a não intervenção do Estado na economia, a privatização de estatais, a flexibilização da legislação trabalhista e a abertura do mercado ao capital externo. Ou seja, o exílio chileno foi impulsionado por questões políticas e econômicas, enquanto o deslocamento de brasileiros para o Chile, durante os governos Frei e, sobretudo, Allende, teve uma motivação essencialmente política.

Constata-se, assim, que o primeiro fluxo de exilados chileno foi integrado por vítimas diretas, mas no segundo, havia também vítimas indiretas, se constituindo num fenômeno de caráter involuntário, padrão que se repetiu nas demais ditaduras de SN instaladas no Cone Sul. Os brasileiros que estavam no Chile, bem como os demais militantes latino-americanos, integraram a primeira onda massiva de exílio, uma vez que, em dezembro de 1973, a maior parte desses sujeitos teve que abandonar o país, fugindo da repressão estatal, que nos meses iniciais da ditadura, atuou de forma desordenada, gerando um número significativo de vítimas. No mês de novembro, entretanto, a Junta Militar criou a DINA, que dirigida pelo coronel Manuel Contreras, se destacou pelo uso de extrema violência, com o objetivo de eliminar a oposição política dentro e fora de suas fronteiras. A equipe da DINA, treinada por oficiais estadunidenses na Escola das Américas e ex-integrantes do *Patria y Libertad*, agiu contra militantes considerados alvos prioritários, como os miristas, contra os quais produziam uma violência mais seletiva.

Os brasileiros no Chile sofriam, pela segunda vez, a aplicação do TDE. A diferença entre a violência indiscriminada infringida pela comunidade de informações brasileira, após a decretação do AI-5, e ação do aparelho repressivo chileno depois do golpe foi que, no primeiro caso, a repressão não atingiu os estrangeiros residentes no país, diferentemente do que ocorreu no Chile. A repressão contra a comunidade exilada constituiu uma das novidades das ditaduras de SN do Cone Sul que, diante da necessidade de combater o inimigo interno, ignorou os limites territoriais em nome da SN. Por esse motivo, países antes considerados refúgios seguros de perseguidos políticos, como o Uruguai e o Chile, tornaram-se áreas inseguras, hostis para o trânsito ou permanência dos militantes de esquerda.

Diante desse panorama, como já foi visto, a aplicação do TDE no Chile obrigou cidadãos estrangeiros e chilenos a buscar proteção nas dependências de embaixadas ou consulados de outros países, localizados em Santiago, nos dias que se seguiram ao golpe. A

presença de um número grande de pessoas em tais refúgios não passou despercebida pela imprensa estrangeira que fazia a cobertura dos eventos na capital. Jornais de outros países começaram a noticiar as prisões massivas e as execuções sumárias responsáveis pela geração de um fluxo de militantes que tentava a qualquer custo, fugir do país. A comunidade internacional repercutia essas reportagens, pois havia um interesse mundial nos desdobramentos da *Vía Chilena al Socialismo*, devido ao caráter excepcional do projeto da UP, que previa a modificação das estruturas do Estado, sem a necessidade da tomada violenta do poder político pela classe explorada. A esquerda mundial havia demonstrado muito interesse no processo de instauração do socialismo chileno; se o mesmo alcançasse sucesso, poderia servir de modelo a outros países, perspectiva esta que gerava extremo temor na direita e nas classes dominantes do mundo inteiro.

As denúncias das violações aos direitos humanos praticadas pela Junta Militar na imprensa internacional motivou o representante da ACNUR para a América Latina, Oldrich Haselmann, a desembarcar em Santiago no final de setembro, com o objetivo de estruturar mecanismos que permitissem aos doze mil refugiados políticos deixarem o país. Durante a estadia na capital chilena, Haselmann participou de uma reunião com oficiais das Forças Armadas, que concederam autorização para que a ACNUR funcionasse no país até o dia 13 de dezembro. Além disso, o número elevado de pedidos de refúgio impulsionou líderes das igrejas católica e protestante a se reunirem para fundar o CONAR, encarregado de encaminhar a lugares seguros, estrangeiros e chilenos que aguardavam o recebimento de salvo-condutos para sair do Chile⁷⁸⁶.

Cabe ressaltar que o CONAR, o CIME, a ACNUR e outras entidades de defesa dos direitos humanos, atuaram de forma coordenada para resolver o problema dos chilenos e estrangeiros impedidos de deixar o Chile. Dessa forma, a ACNUR financiava o trabalho do CONAR, baseado na interação direta com os refugiados, enquanto o CIME designava funcionários para acompanhar o transporte das pessoas que recebiam o salvo-conduto até o aeroporto e a Cruz Vermelha prestava assistência aos presos em centros de detenção. A Igreja Católica, por outro lado, disponibilizava imóveis da sua propriedade em Santiago para abrigar perseguidos políticos. Na tentativa de garantir a segurança das pessoas que passaram a ocupar esses locais, as Nações Unidas hastearam uma bandeira em frente a cada um desses refúgios. Ubiratan de Souza foi um dos estrangeiros que depois de permanecer por dois meses como clandestino na *Población de San Miguel*, situação que colocava ele e os moradores locais em perigo, resolveu entrar num desses abrigos: “as Nações Unidas pegaram um seminário, um

⁷⁸⁶ FRENZ, Helmut. *Op. cit.*, p. 138.

convento de padres e transformaram numa embaixada [...] e nós conseguimos entrar nesse refúgio, em novembro de 73. E, a partir daí, nós nos organizamos numa autogestão, porque havia mais de mil pessoas nesse refúgio”⁷⁸⁷.

A *Fundación Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad* disponibilizou uma lista com o nome dos estrangeiros que saíram do Chile depois do golpe, a partir do apoio recebido de organismos internacionais; desse conjunto, quinhentos e setenta e cinco eram brasileiros. O documento confirma, por exemplo, as declarações de Ubiratan de Souza quando afirma ter permanecido sobre a proteção das Nações Unidas na condição de refugiado até a obtenção do salvo-conduto para sair do país, em dezembro de 1973. Além dessa entidade, os brasileiros também foram recebidos no CIME e nas Embaixadas da Bélgica, Canadá, Colômbia, Finlândia, França, Holanda, Honduras, Itália, México, Suécia, Panamá e Venezuela. Os locais que receberam o maior número de refugiados, porém, foram o CONAR e a Embaixada da Argentina. A mesma lista revela também que os brasileiros que deixaram o país o fizeram nas condições de refugiados, asilados, cortesia, “d. abandonar” e expulsão⁷⁸⁸. A Junta militar disponibilizou salvo-conduto “cortesia” aos familiares dos perseguidos políticos, que desejavam acompanhar pais, esposos (as) ou filhos (as), na viagem ao exterior. Outra modalidade era a dos salvo-condutos identificados como “d. abandonar”, para as pessoas que deixavam o país sem seguir os trâmites legais dos pedidos de asilo ou refúgio político. Esse foi o caso de Solange Bastos, que deixou o Estádio Nacional e seguiu para o consulado do Brasil em Santiago, devido à intervenção do cônsul brasileiro:

Aproxima-se um chileno de terno e colete, formal. Traz um envelope. Não acredito. É a letra da minha mãe. Estava em Santiago, deixara cinco cartas como aquela, em mãos de religiosos, de entidades humanitárias, de autoridades chilenas. Conseguiu que um funcionário do Ministério do Interior fosse me levar a carta. Mistério insondável. Insiste em que eu vá com ela para o Brasil, contrariando minha vontade, manifestada ao ACNUR, de ficar sob a proteção das Nações Unidas. Foi minha primeira noite de insônia no estádio. E agora? No dia seguinte, um vice-cônsul cheio de caspa finge interesse pelos cidadãos brasileiros, cerca de 80, que apodreciam há mais de um mês, presos. Soubemos, depois, que ele, ali, foi por insistência do adido naval, mobilizado pelo CENIMAR, que queria o filho de um conhecido armador, preso conosco. Os três brasileiros já com pena de expulsão e cujos pais estavam em Santiago saem do estádio no dia seguinte, com o vice-cônsul de caspa. Eu era um deles. Minha mãe me esperava no consulado. Abraça-me, chorando⁷⁸⁹.

O caso de Solange Bastos foi uma exceção, pois o serviço diplomático brasileiro não agiu para impedir que seus cidadãos se tornassem alvos da repressão chilena na fase pós-golpe. A posição da diplomacia brasileira contrastou com a das entidades de defesa dos

⁷⁸⁷ SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

⁷⁸⁸ Fundación Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad. Brasileños refugiados en Chile. Santiago, diciembre de 1973.

⁷⁸⁹ BASTOS, Solange. *Op. cit.*

diretos humanos, que encaminharam refugiados para seminários, escolas, conventos, embaixadas e consulados impedindo que um número significativo de militantes de esquerda – nacionais ou estrangeiros – fossem submetidos à prisão, interrogatório, tortura e/ou fuzilamento. Tal fato gerou reações da Junta Militar que, no final de setembro, designou equipes de policiais e militares para vigiar de forma constante esses refúgios. Pedro Vianna, em seu depoimento corroborou essa informação ao declarar que após deixar a prisão no Estádio Nacional, foi conduzido até um colégio de freiras, protegido pela bandeira da Suíça. O refúgio, administrado por Yvonne Tabbush – funcionária da UNESCO a serviço da ACNUR –, um cidadão sueco e três freiras belgas, era monitorado pelos *Carabineros*⁷⁹⁰.

A intensa vigilância que a Junta Militar impôs aos refugiados, aliada à violência nas ruas e nos centros de detenção, contribuiu para que estrangeiros e chilenos aceitassem as ofertas de refúgio ou asilo político, feitas por qualquer governo ao redor do mundo. Por esse motivo, o exílio chileno, ao contrário do brasileiro, não se restringiu a um país só – como havia sido o Uruguai em relação à primeira onda de exilados brasileiros – em sua fase inicial, mas se expandiu desde as primeiras semanas, em direção a países da América, Europa, África e Oceania. Os brasileiros, ao se tornarem parte integrante da onda massiva do exílio chileno, foram para regiões conhecidas pelo trânsito de militantes estrangeiros, como Cuba e França, mas também para lugares pouco frequentados por organizações de esquerda latino-americanas, entre os quais Bélgica, Finlândia, Noruega e Polônia⁷⁹¹. Bona Garcia ressaltou em suas memórias que os refugiados na Embaixada da Argentina em Santiago, devido à sensação de medo que pairava sobre o Chile, aceitaram propostas de asilo político de países desconhecidos para eles, como a Suécia. O militante ainda enfatizou que a tensão entre os exilados não diminuía até a chegada em solo estrangeiro:

Grupos e grupos iam saindo, eu ficando, isso me pesava muito, fazia eu me apegar às pessoas e às coisas que estavam em volta. Saí nas últimas turmas. O pessoal das Nações Unidas nos cadastrou, lá na embaixada mesmo, e nos deu um documento de refugiado. O governo argentino cedeu um avião militar, o exército chileno escoltou o ônibus que nos levou ao aeroporto. Conosco foram funcionários da embaixada e das Nações Unidas, para evitar que o ônibus fosse invadido pelos militares chilenos. Eu tinha uma certidão de nascimento e um certificado de reservista que meus familiares trouxeram do Brasil [...]. Os documentos chilenos que eu possuía, o exército me tomou. Saí do Chile como entrei: só com a roupa do corpo⁷⁹².

A Argentina não concedeu asilo político para os brasileiros, razão pela qual Bona Garcia, em contato com o ex-governador Miguel Arraes, no ano seguinte partiu em direção ao

⁷⁹⁰ VIANNA, Pedro. *Dep. cit.*

⁷⁹¹ Fundación Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad. *Brasileños refugiados en Chile*. Santiago, diciembre de 1973.

⁷⁹² BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Op. cit.*, p. 141.

exílio na Argélia. Outros brasileiros, no entanto, optarem em permanecer na Argentina. Esse foi o caso de Raul Carrion que desembarcou na Província de Corrientes, em dezembro de 1973, esperançoso com a promessa feita pela ACNUR, de conseguir refúgio em outros países para estrangeiros como ele, que tiveram o pedido de asilo político negado pelo presidente Juan Domingo Perón. Carrion mudou de ideia, porém, no momento em que recebeu o documento de asilo do governo francês: “tudo acertado para nossa viagem para França, onde eu teria assegurada uma bolsa de estudos para concluir o meu curso e iniciar nova vida, tomei a decisão de não viajar, para poder permanecer mais próximo do Brasil e poder retornar mais facilmente para prosseguir a luta”. A partir dessa decisão, Carrion se afastou da ACNUR e ingressou na clandestinidade, passando a trabalhar numa livraria de propriedade de companheiros de militância, localizada em Buenos Aires⁷⁹³.

A militância política também foi um dos fatores que motivou Ubiratan de Souza a permanecer no continente americano. Ele foi um dos brasileiros que resolveu se exilar em território cubano após deixar um dos refúgios do CONAR, em Santiago: “eu fui diretamente para Cuba em janeiro de 1974, protegido pelas Nações Unidas”. A escolha da ilha ocorreu devido ao alinhamento político-ideológico de Ubiratan com o processo de implantação do socialismo naquele país:

Eu aproveitei para viver o processo cubano, que foi muito rico em termos de incorporação para quem passava a militar num processo de consolidação socialista já vitorioso. Lá, eu trabalhei na construção civil, eu ajudei a construir casas populares, depois eu trabalhei num laboratório de luta biológica, de combate às pragas da cana-de-açúcar e saí trabalhador de vanguarda, porque todos os finais de ano os sindicatos se reuniam em assembleia para escolher os trabalhadores que foram vanguarda naquele ano e junto com mais três pessoas, eu fui num final de ano eleito o trabalhador de vanguarda, e aí ganhava prêmio e tal [...]. Eu participei da discussão em 1975 da primeira constituição cubana da revolução, onde foram realizadas assembleias em todos os centros de trabalho, nos CDR, Comitês de Defesa da Revolução, onde podiam fazer emendas à constituição e a implantação do poder popular, dos conselhos populares que foi realizada na província de *Matanza*, para depois se estender a todo o país⁷⁹⁴.

No caso de Raul Ellwanger, contribuíram para a permanência na Argentina, o posicionamento político e o interesse em aprofundar o conhecimento sobre a cultura musical argentina. Ellwanger destacou que o governo de Isabel Perón⁷⁹⁵ lançou o aparelho repressivo estatal contra ativistas dos *Montoneros* e do PRP-ERP, pois centenas deles foram perseguidos, presos e muitas vezes executados por militares, policiais ou civis que integravam a organização de extrema-direita *Alianza Anticomunista Argentina* (AAA) ou *Triple A*. A

⁷⁹³ CARRION, Raul. *Dep. cit.*

⁷⁹⁴ SOUZA, Ubiratan de. *Dep. cit.*

⁷⁹⁵ María Estela Martínez de Perón (Isabel Perón) era esposa de Juan Domingo Perón e vice-presidente da Argentina. Após o falecimento de Perón, em 01 de julho de 1974, assumiu um governo que se caracterizou pelo uso de violência contra a esquerda, estimulada pelo assessor José López Rega, um dos fundadores da *Triple A*.

violência que se seguiu ao golpe de março de 1976 não se estendeu de forma imediata aos estrangeiros que estavam no país, como ocorreu no Chile em 11 de setembro, pois a ditadura não foi precedida por um governo de esquerda que atraísse militantes de outras nacionalidades para o país, na proporção do que ocorrera no Chile. Na medida em que os militares colocaram em andamento seu projeto de governo, porém, Ellwanger foi afetado pelo fechamento da faculdade de sociologia, onde ele estudava em Buenos Aires⁷⁹⁶.

O presidente do México, Luis Echeverría Álvarez, apesar de não ser identificado com a direita, como ocorria com a presidenta María Estela Martínez de Perón (Isabel Perón), teve atitude semelhante à da Argentina, negando asilo aos brasileiros que o solicitaram desde a Embaixada Mexicana em Santiago. A negativa surpreendeu os exilados, pois a assistência fornecida pelo governo mexicano aos estrangeiros, até aquele momento, havia sido de excelente qualidade, como destacou a brasileira Marijane Lisboa:

Fui dos [estrangeiros] que viajou no último grupo, e fizemos uma viagem tranquila, acompanhados do embaixador mexicano e vários outros, da Áustria, Suécia, etc., que era para conseguir mais respeito por parte dos carabineiros chilenos que, com o pessoal dos outros voos, haviam cometido uma série de arbitrariedades. Até então pensávamos que íamos ter asilo no México. Chegamos e fomos alojados em um hotel. Na primeira semana os assistentes sociais do governo já nos encaminhavam para trabalhos, estudos e aluguel de casas. Eu fizera minha matrícula na Universidade do México e já estava com um emprego em vista. Aí vem a notícia que o governo mexicano só daria asilo para os chilenos, ou seja, segundo a lei deles, para pessoas perseguidas na sua pátria. Nós éramos pessoas perseguidas em “pátria alheia” além da própria, e por isso não tínhamos direito. Ficamos arrasados, porque ninguém tinha a mínima vontade de ficar correndo o mundo inteiro em busca de asilo⁷⁹⁷.

A situação do asilo no Panamá foi um pouco diferenciada, pois o presidente Demetrio Lakas não se negou a fornecer asilo aos estrangeiros e chilenos refugiados na sua Embaixada em Santiago. O governo panamenho, porém, não possuía uma situação política estável e as condições econômicas necessárias para manter cerca de trezentas pessoas no país. Em negociação com os Estados Unidos pela concessão do Canal do Panamá, Lakas não podia tomar atitudes em sua política externa, que pudessem afetar as relações com o governo estadunidense. Na visão de Herbert de Souza, que integrou esse grupo de exilados, o presidente teve uma atitude positiva, declarando que poderia auxiliar os refugiados a se dirigirem para outros países, mas que não poderia abrigá-los em território panamenho⁷⁹⁸.

Constatou-se que parte dos refugiados brasileiros partiu diretamente para o exílio na Europa, embora os países desse continente não tivessem acordos de concessão de asilo político assinados com o Chile. Os países europeus que acolheram chilenos e estrangeiros,

⁷⁹⁶ ELLWANGER, Raul. *Dep. cit.*

⁷⁹⁷ LISBOA, Marijane. *Op. cit.*, p. 251.

⁷⁹⁸ SOUZA, Herbert de. *Op. cit.*, p. 105.

porém, impuseram restrições ao asilo de militantes da luta armada, cuja presença poderia gerar problemas políticos com outros governos. Nesse panorama, a Suécia se constituiu numa exceção, porque influenciada pelo trabalho em defesa dos perseguidos políticos, realizado pelo embaixador Harald Edelstam, foi um dos únicos países a conceder esse direito, por exemplo, aos integrantes do MIR, como o brasileiro Carlos de Oliveira, que rumou para lá no final de 1973⁷⁹⁹. Segundo Camacho, o primeiro-ministro sueco, Olof Palme, simpatizava com a experiência socialista da UP, razão pela qual cooperou em diversas ocasiões com o governo Allende. Com o golpe de 1973, a vinculação entre os dois países foi interrompida e Palme tornou-se, assim como Edelstam, um dos maiores opositores da ditadura chilena no exterior e a Suécia, um centro de referência para os exilados que deixavam o Chile⁸⁰⁰.

Pedro Vianna recebeu oferta de asilo político dos governos sueco, suíço e francês. Os três países ofereceram mais ou menos as mesmas oportunidades: hospedagem e alimentação nos primeiros meses de exílio e apoio para trabalhar, estudar e aprender a língua nativa. O brasileiro optou pelo exílio na França⁸⁰¹. A ida do dramaturgo brasileiro para o país atendeu as orientações feitas pelo presidente Georges Pompidou ao serviço diplomático que atuava no Chile, de priorizar a concessão de asilo a pessoas oriundas do meio intelectual e artístico, em detrimento de sujeitos com histórico de atuação política. A respeito da saída do refúgio do CONAR para o exílio em solo francês, Vianna acrescentou:

Na pista, os refugiados andam depressa. O avião está bem perto. O diplomata está ao pé da escada. ‘Boa viagem’. Eles sobem rapidamente. Tem um só objetivo: entrar no avião, pôr o pé no ‘solo francês’. Estou decidido. Assim que aí entrar, começarei a falar francês. Chego ao alto da escada. [...] Pronto. Estou na França, em um pedaço da França que se move no ar. O avião não demora em decolar. Decido sentar ao lado de um refugiado haitiano, um intelectual militante, que está perdendo a vista por causa das torturas de que foi vítima nas prisões de Papa Doc. Joly – este é o seu sobrenome – fala espanhol e francês. ‘Nomeio-te meu primeiro professor de francês’. ‘Ah, bom!’ E a aula começa: ‘sièges’, ‘fauteil’, ‘accoudoir’, ‘cendrier’. ‘Joly, estou com dor de cabeça’. ‘Espera, vou pedir uma aspirina’. ‘Não’. ‘Diz-me como se faz, e eu mesmo pedirei’⁸⁰².

França e Suécia foram os países europeus que receberam o maior número de exilados provenientes do Chile; setenta e dois brasileiros receberam asilo político do governo sueco e cinquenta, do governo francês, número mais elevado entre todos os países da Europa⁸⁰³. O deslocamento para outros países não teria se tornado possível sem a ação das redes de

⁷⁹⁹ Fundación Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad. Brasileños refugiados en Chile. Santiago, diciembre de 1973.

⁸⁰⁰ CAMACHO, Fernando. *Op. cit.*

⁸⁰¹ VIANNA, Pedro. *Dep. cit.*

⁸⁰² Idem.

⁸⁰³ Fundación Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad. Brasileños refugiados en Chile. Santiago, diciembre de 1973.

solidariedade, formadas por entidades de defesa dos direitos humanos, embaixadas e consulados, preocupados com a segurança de chilenos e estrangeiros que fugiam da repressão. Cabe lembrar que durante o governo da UP, o apoio aos estrangeiros era oferecido por organizações e partidos de esquerda locais, com exceção de casos específicos, como o dos setenta brasileiros banidos, que receberam status de asilados político do presidente Salvador Allende e dos exilados que receberam apoio da ACBS. Com a chegada dos militares ao poder, em setembro de 1973, paradoxalmente, apesar das enormes dificuldades encontradas, essas redes se ampliaram, com maior participação das igrejas católica e protestante e das entidades de defesa dos direitos humanos.

O primeiro fator que impulsionou essa mudança foi a caracterização do próprio exílio, que deixou de ser um fenômeno individual/coletivo para assumir um caráter massivo. A necessidade de providenciar abrigo, alimentação, transporte e documentos para milhares de pessoas deixarem o Chile mobilizou um número significativo de ativistas engajados na defesa dos direitos humanos, funcionários do serviço diplomático de diferentes países e voluntários. Tal tarefa dificilmente poderia ser colocada em andamento por organizações não institucionalizadas, devido à elevada demanda de recursos e de pessoas. O segundo foi a ampliação das classes sociais atingidas pelo fenômeno, envolvendo pessoas de baixa renda e sem redes de contato no exterior, que contavam apenas com o apoio de organismos como ACNUR e CIME para saírem do Chile e se estabelecerem no exterior.

Retomando Sznajder e Roniger, o formato do exílio se modificou na segunda metade do século XX, passando de três fatores – país expulsor, exilados políticos e país anfitrião – para quatro, a partir da incorporação da arena global, preocupada com a preservação do direito internacional. Nesse sentido, as mobilizações realizadas por comunidades de exilados no exterior contribuíram para desenvolver um ativismo contra as violações aos direitos humanos praticadas por governos autoritários ao redor do mundo:

El cuarto factor del exilio, la dimensión transnacional, surgió entonces como un aspecto crucial del estira y afloja entre los exiliados políticos, sus redes de apoyo y los gobernantes represores del país de origen. En teoría, el cuarto factor ha operado contra el supuesto monopolio del Estado-nación sobre las esferas públicas nacionales y la política, al potenciar a los exiliados en términos de su influencia y posicionamiento transnacional y la resonancia de sus voces en la arena global. Así contribuyeron desde las bases a la construcción de aquello sobre lo que se teorizará, a partir de fines del siglo XX, como la formación de una sociedad civil global⁸⁰⁴.

As campanhas de denúncias realizadas por brasileiros e chilenos no exílio contribuíram para chamar a atenção da arena global para os métodos terroristas que estavam sendo empregados pelas ditaduras de SN do Cone Sul no período. No caso do Chile, as

⁸⁰⁴ SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *Op. cit.*, p.182.

mobilizações dos exilados no exterior impulsionaram os responsáveis pela ACNUR a financiar a criação do CONAR, o CIME a auxiliar os refugiados na obtenção de documentos e meios de transporte para deixar o país, a Cruz Vermelha a prestar apoio aos presos em centros de detenção, e a várias entidades religiosas para mobilizar pessoas e disponibilizar imóveis e abrigar aos refugiados. Tais ações evitaram a prisão, a tortura e a execução de pessoas que tinham no exílio a única opção para fugir do TDE. Em síntese, a atuação da arena global na defesa dos direitos humanos contribuiu na preservação da vida de milhares de chilenos e estrangeiros que, apesar de tantas dificuldades, puderam deixar o país em segurança.

A atuação das redes de solidariedade minimizou, mas não colocou um fim na aplicação do TDE chileno, com o apoio de países como Brasil e Estados Unidos, interessados em acabar com as organizações e partidos de esquerda em atividade na região. Com o objetivo de perseguir e eliminar (política e fisicamente) opositores no exterior, visavam impedir que se formassem movimentos de contestação às ditaduras a partir do exílio. Em função disso, os países do Cone Sul estreitaram suas conexões repressivas, após o golpe de 11 de setembro. A Junta Militar chilena, por exemplo, deixou clara a intenção de acabar com a vida das pessoas que considerava seus inimigos internos, ao determinar a pena de morte para todos os chilenos e estrangeiros expulsos que ousassem retornar ao país sem a autorização expressa do ministro do Interior, depois da publicação do Decreto Lei nº 81, em 06 de novembro de 1973:

Artículo 3º: Los que hubieron salido del país por la vía del asilo, los que hubieron abandonado sin sujetarse a las normas establecidas hubieron sido expulsados y obligados al abandono del país, o estuvieron cumpliendo penas de extrañamiento no podrán reingresar sin autorización del Ministro del Interior, lo que deberá solicitarse a través del Consulado respectivo. El Ministro del Interior podrá denegar fundadamente, por razones de seguridad del Estado, la autorización solicitada.
Artículo 4º: El que ingrese clandestinamente al país, burlando en cualquier forma el control de dicho ingreso, siempre que las circunstancias o antecedentes permitan presumir al Tribunal que lo hace para atentar contra la seguridad del Estado, será sancionado con la pena de presidio mayor en su grado máximo a muerte⁸⁰⁵.

A ditadura brasileira não estabeleceu formalmente, como a ditadura chilena, as punições a que estavam sujeitos os militantes expulsos do Brasil que ousassem voltar por vias clandestinas. Os banidos que tentaram efetuar esse retorno, entretanto, foram localizados por órgãos de segurança, sequestrados e, posteriormente, assassinados, em território nacional ou no exterior. Esses foram os casos dos militantes Edmur Camargo, João Batista Rita, Joaquim Cerveira, Daniel de Carvalho, Joel de Carvalho, José Lavechia, Victor Carlos Ramos e Onofre Pinto. Os métodos terroristas adotadas pelo aparelho repressivo brasileiro – aplicação de

⁸⁰⁵ DECRETO LEY Nº 81 DE 1973. *Op. cit.*

tortura sistemática em centros de detenção e a expulsão de opositores para outros países – serviram de modelo para a Junta Militar após o golpe. Em outras palavras, a ditadura chilena buscou inspiração nas práticas da brasileira para eliminar do cenário político nacional os “indesejáveis”, alijando milhares de ativistas da UP e do MIR, além de estrangeiros vinculados a partidos e organizações de esquerda, que se estabeleceram no país durante o governo Allende. Melisa Slatman, ao analisar as ditaduras do Cone Sul enquanto um ciclo histórico, enfatizou a articulação dos casos nacionais com a dinâmica regional que resultou na transferência do “expertise repressivo” de um país para outro. No caso do Brasil e Chile, a historiadora observou uma “transferencia de conocimientos y procedimientos [...], a través del dictado de cursos en la Escuela de Guerra de Manaus y la presencia de agentes de la represión brasileños en los campos de detención masiva en Chile en septiembre-octubre de 1973”. E a respeito do exílio, acrescentou:

En este marco, ambas dictaduras expulsaron una considerable porción de su población y cuando esa población expulsada se transformó en un elemento más de contestación a la consolidación de la hegemonía de las clases dominantes, actuaron para reprimir utilizando mecanismos que buscaban impactar directamente a los opositores que se encontraban en el exterior por medio de operativos extraterritoriales clandestinos; así como también atacar la posibilidad de la generación de lazos de solidaridad entre quienes actuaban fuera, sean los exiliados, los actores que desarrollaron vínculos solidarios con aquellos o la opinión pública internacional y quienes se encontraban en los países, a través de campañas de acción psicológica⁸⁰⁶.

Nesse contexto, a instauração da ditadura no Chile, aumentou o estreitamento no intercâmbio repressivo dos países do Cone Sul, impulsionados pelo complexo militar estadunidense. O treinamento de militares e policiais brasileiros, chilenos, uruguaios, paraguaios e argentinos, entre outros, nos Estados Unidos fomentou a criação da Rede Terrorista Contrarrevolucionaria na América Latina⁸⁰⁷ (RETCA) que agiu na perseguição, tortura, sequestro, assassinato e desaparecimento de opositores políticos em toda a região. O CIEX e a DSI/MRE constituíram parte desse complexo, pois eram agências de inteligência vinculadas ao aparelho do Estado; embora não se envolvessem diretamente na aplicação de métodos terroristas, forneciam dados para que outros órgãos de segurança operativos fizessem uso de violência ilegal contra os brasileiros exilados em outros países.

⁸⁰⁶ SLATMAN, Melisa. Terrorismo de Estado y exilio: hipótesis exploratorias para una comparación entre los casos chileno y argentino. JORNADAS DE TRABAJO. EXÍLIOS POLÍTICOS DEL CONO SUR EN EL SIGLO XX, 1, 2012, La Plata. *Anais eletrônicos...* La Plata: FAHCE/UNLP, 2012. Disponível em: <<http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar/i-jornadas/ponencias/SLATMAN.pdf/view?searchterm=None>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

⁸⁰⁷ SCHULZ, William. *Op. cit.*, p. 17.

4.6 A REPRESSÃO SEM FRONTEIRAS

O interesse da ditadura brasileira pelas organizações de esquerda em atividade no exterior começou com a ida de políticos e sindicalistas perseguidos para o Uruguai depois do golpe de 1964, que resultou na fundação do CIEX em 1966 e da DSI/MRE no ano seguinte. No começo da década de 1960, a movimentação de exilados em direção ao Chile motivou a ampliação dessa rede de espionagem para o país, como demonstrou um documento transmitido pelo SNI à comunidade de informações, no começo de 1972, intitulado “o movimento subversivo na América Latina – a subversão no Cone Sul”. De acordo com o órgão de segurança, a disseminação da propaganda ideológica comunista na região teve início no Uruguai e se estendeu para o Chile que, após a vitória de Salvador Allende, tornou-se o “centro intelectual” do movimento revolucionário na região. Cuba, por outro lado, era percebida como o local do “centro operacional” da guerrilha, oportunizando aos militantes que colocariam em andamento a luta revolucionária, treinamento em táticas de guerrilha:

O movimento revolucionário de inspiração comunista na América Latina vem tomando, cada vez mais, o caráter continental, onde não mais estão sendo reconhecidas as fronteiras físicas; e dentro desta concepção vem recebendo o essencial respaldo em território chileno, onde subversivos de nacionalidade uruguaia, argentina, paraguaia, boliviana e particularmente brasileira, vem encontrando condições objetivas desejáveis – seu habitat – para a elaboração e articulação dos planos subversivos destinados à transformação ideológica do continente [...]. Em função das facilidades geradas pela ascensão de SALVADOR ALLENDE no CHILE, o polo de irradiação e maquinação de atividades contrárias às democracias existentes no subcontinente sul-americano deslocou-se para aquele país, provenientes do Uruguai. Procurando aglutinar-se em torno de um plano subversivo continental, a atividade antidemocrática na América do Sul volta suas vistas principalmente para o BRASIL⁸⁰⁸.

O documento, ao mesmo tempo em que chamou a atenção para o movimento revolucionário em formação no Cone Sul, destacou a importância que a esquerda atribuía ao Brasil no cenário regional. O papel de destaque, segundo o SNI, devia-se ao fato de organizações como o MLN-T, o MIR e o ELN, considerarem o país uma potência subimperialista no continente, adotando posicionamentos políticos, econômicos, sociais e culturais alinhado aos interesses do governo estadunidense na região. A chegada das Forças Armadas ao poder no país em 1964, alertou os grupos de esquerda uruguaios, chilenos e argentinos para a possibilidade dos militares implantarem regimes semelhantes em seus

⁸⁰⁸ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Serviço Nacional de Informações (SNI)/BR DFAN, BSB V8, p. 03/20. O movimento subversivo na América Latina. A subversão no Cone Sul. 05 de abril de 1972.

países, com perfis, justificativas e objetivos próximos ao brasileiro⁸⁰⁹. A previsão da esquerda se concretizou na década seguinte, quando uma sequência de golpes resultou na instauração de ditaduras de SN nesses países.

Na segunda parte do relatório, o SNI acrescentou detalhes sobre as movimentações de organizações de luta armada brasileira no Chile. Tais grupos estariam realizando treinamento em táticas de guerrilha, orientados pelo ex-major do Exército Joaquim Cerveira e agentes cubanos. Conforme o órgão de segurança, Cerveira foi nomeado “líder militar” do movimento guerrilheiro que seria colocado em prática no meio rural brasileiro pelo presidente de Cuba, Fidel Castro⁸¹⁰. Cláudio Gutiérrez, em seu depoimento, confirmou a liderança que Cerveira exercia sobre um grupo de ativistas exilados em Santiago, que preparavam o retorno ao Brasil para dar prosseguimento à luta armada, mas isso não significava que fosse o coordenador, como indicou o SNI, desse movimento revolucionário brasileiro, até porque as organizações de esquerda mantiveram no exílio chileno, as diferenças estratégicas e táticas do período de militância em território nacional⁸¹¹. O aparelho repressivo, porém, tratava Cerveira como o líder militar do processo revolucionário brasileiro, motivo pelo qual o CIEX e a DSI/MRE vigiavam com afinco suas atividades no exterior (provavelmente, pelo fato de ser militar).

O SNI também citou o militante Isidoro Gutiérrez como um dos articuladores dos contatos entre as organizações de esquerda brasileiras, bolivianas, chilenas, argentinas e uruguaias, nas décadas de 1960 e 1970. Segundo o órgão de segurança, o militante iniciou tais atividades durante o exílio no Uruguai, entre 1965 e 1970, período no qual estabeleceu uma rede de comunicação com ativistas de esquerda bolivianos, que o convidaram para residir na Bolívia, presidida na época pelo general nacionalista Juan José Torres. As inter-relações do brasileiro com Torres foram de tal forma satisfatórias que o presidente nomeou Isidoro “embaixador itinerante” do governo boliviano no exterior, lhe atribuindo duas tarefas principais; a primeira era negociar com o serviço diplomático chinês a criação de um instituto cultural no país; a segunda era tratar com dirigentes da resistência brasileira exilada principalmente em Santiago, detalhes de rotas de passagem e de bases de apoio que pretendia abrir na Bolívia⁸¹².

⁸⁰⁹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Serviço Nacional de Informações (SNI)/BR DFAN, BSB V8, p. 03/20. O movimento subversivo na América Latina. A subversão no Cone Sul. 05 de abril de 1972

⁸¹⁰ Idem.

⁸¹¹ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

⁸¹² Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Serviço Nacional de Informações (SNI)/BR DFAN, BSB V8, p. 07/20. O movimento subversivo na América Latina. A subversão no Cone Sul. 05 de abril de 1972.

Cláudio Gutierrez confirmou, em seu depoimento, que Isidoro mantinha conexões com o governo chinês e com organizações de esquerda do Cone Sul, realizando viagens constantes entre as cidades de Santiago, La Paz, Buenos Aires e Montevideu⁸¹³. Na visão da ditadura brasileira, a luta armada havia estruturado uma rede de colaboração com outras organizações de esquerda durante o exílio no Chile visando iniciar uma revolução em âmbito regional. Tal movimento seguiria as seguintes diretrizes operacionais:

Pretende-se estabelecer uma união entre as cúpulas subversivas brasileiras, uruguaias, bolivianas e argentinas; - é necessário aproveitar o Chile para servir de base ao trabalho comum na BOLÍVIA, URUGUAI, BRASIL e ARGENTINA; - no momento, o esforço principal deve ser o de ajudar os companheiros bolivianos, dada a receptividade da massa boliviana e a instabilidade do governo BANZER; [...]; - o trabalho coletivo (e aprovado pelo governo chileno) servirá de cortina de fumaça para o trabalho revolucionário clandestino, desenvolvido em uma escola de guerrilhas, na formação de técnicos em “diferentes modalidades de destruição”, na formação ideológica e na preparação de elementos especializados no comando de pequenas unidades de combate; - deverá ser estabelecida em Santiago uma infraestrutura para a passagem de professores e alunos, sua seleção e segurança;- convite para que um grupo visite Santiago e estude as possibilidades de estabelecimento do “movimento”⁸¹⁴.

Em resumo, na interpretação do SNI, a luta armada brasileira manteria vitalidade e vinculações orgânicas com o MLN-T, o ELN, o MIR e o PRT-ERP, organizações que, na segunda metade de 1972, trabalhavam na fundação da JCR, com o objetivo de estruturar um movimento revolucionário no Cone Sul. Ao tratar dessa temática, Aldrighi e Waksman pontuaram que os coordenadores da JCR colocaram em debate no período, a integração da esquerda brasileira ao projeto revolucionário, mas que tal ideia foi abandonada depois que constataram a falta de unidade dos diferentes grupos que a compunham e a presença de agentes da repressão infiltrados entre seus militantes. Como exemplo, os historiadores citaram o caso de dois ex-militares – Anselmo dos Santos ou Cabo Anselmo e Alberi Vieira dos Santos – que haviam se infiltrado nas atividades da esquerda brasileira ainda na década de 1960. A esse respeito, um dos integrantes do MLN-T, Efraín Martínez Platero, expôs o seguinte: “brasileños no había [...] porque los distintos grupos revolucionarios tenían la impresión, sobre todo a través de los servicios de información cubanos, que las organizaciones brasileñas, cuyos miembros tenían muchos anos de derrota y de cárcel, estaban muy infiltradas”⁸¹⁵.

⁸¹³ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Dep. cit.*

⁸¹⁴ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Serviço Nacional de Informações (SNI)/BR DFAN, BSB V8, p. 07/20. O movimento subversivo na América Latina. A subversão no Cone Sul. 05 de abril de 1972.

⁸¹⁵ PLATERO, Efraín Martínez. Depoimento. In: ALDRIGHI, Clara; WAKSMAN, Guillermo. *TUPAMAROS exiliados en el Chile de Allende 1970-1973*. Montevideo: Mastergraf, 2015, p. 43.

Independente disso, o aparelho repressivo brasileiro continuou a vigilância, como demonstraram os informes a respeito das atividades de Isidoro Gutiérrez no Chile, Argentina e Uruguai, entre a metade e o final de 1973. Assim, no mês de junho, Isidoro teria viajado de Santiago para Buenos Aires, onde manteve contato com o ex-almirante Cândido Aragão, o ex-presidente da Bolívia, Juan José Torres e o “militante” Alberto Conrado, antes de seguir para Montevideu⁸¹⁶. Conrado, enquanto agente do CIEIX infiltrado dentro da esquerda, repassou os detalhes dessa viagem à comunidade de informações. De forma semelhante, após o golpe em 11 de setembro, o aparato repressivo soube que Isidoro havia deixado o território chileno, seguindo uma rota que incluiu as cidades de Arica, Lima e Buenos Aires⁸¹⁷.

O monitoramento sobre as ações dos brasileiros no exterior continuaram depois que eles cruzaram as fronteiras do Chile em direção a outros países. Com o objetivo de atender essas novas demandas do exílio, no dia 19 de setembro de 1973, a DSI/MRE encaminhou uma orientação às Embaixadas Brasileiras localizadas em Lima, Assunção, Buenos Aires, La Paz, Montevideu e México. No documento, o órgão de segurança solicitava que os funcionários dessas representações diplomáticas encaminhassem um pedido de colaboração às autoridades locais, para elaborar uma lista com o nome de todos os brasileiros que desembarcassem em tais países após essa data⁸¹⁸.

O monitoramento incluiu países que não constavam no alerta da DSI/MRE, como demonstrou o relatório encaminhado ao órgão de segurança pela Embaixada Brasileira no Panamá. O documento reuniu declarações de brasileiros que haviam se refugiado na representação diplomática do país em Santiago, chamando a atenção para aqueles que alegaram a impossibilidade de retornar ao Brasil por motivos de ordem política. O relatório indicava que os mesmos estavam em situação irregular – sem documentos, licença de permanência vencida – no Chile e que, entre eles constavam os banidos Chizuo Ozawa, Angelo Pezzuti da Silva e Ronaldo Dutra Machado. A importância das declarações, segundo o Adido Militar que assinou o relatório, decorria do fato de que os refugiados sentiam-se seguros para revelar sua orientação ideológica e seu posicionamento em relação ao

⁸¹⁶ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES. 168, p. 10/50. Chile. Uruguai. Atividade de ISIDORO ANTONIO VIANNA GUTIERREZ. 22 de junho de 1973.

⁸¹⁷ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES. 168, p. 01/50. ISIDORO ANTONIO VIANA GUTIERREZ. 03 de junho de 1975.

⁸¹⁸ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/BRAN.BSB.Z4.DPN.BRA.BEX, 23, p. 51/151. Subversivos brasileiros no Chile. Eventual fuga do país. 19 de setembro de 1973.

governo⁸¹⁹. Por outro lado, confirmava-se que o Panamá, passava a ser área de atuação dos serviços de inteligência brasileiros, explicitando o alcance que a DSN atingiu na América Latina, no período em questão.

A presença de um número significativo de brasileiros na Argentina, entre o final de 1973 e o início de 1974, reforçou o monitoramento sobre os exilados que estavam de passagem ou que ali pretendiam se estabelecer. Em alguns casos, essa vigilância forneceu os dados que as equipes brasileiras necessitavam para montar operações contra os refugiados no país vizinho. Um dos casos que se enquadram nessa situação foi o dos banidos, Joaquim Cerveira e João Batista Rita, sequestrados em Buenos Aires, no começo do mês de dezembro. As atividades do ex-major no Chile, foram vigiadas por agentes do CIEX e de outros órgãos de segurança, como demonstra o informe do CISA, produzido em agosto de 1973, que relatou as transformações físicas sofridas por ele no exílio: “o subversivo e banido brasileiro JOAQUIM PIRES CERVEIRA [...] usa atualmente óculos claros e está com os cabelos grisalhos. Esses sinais característicos lhe proporcionam um aspecto bem diferente das fotografias constantes da relação de banidos em referência”⁸²⁰.

O aparelho repressivo brasileiro, entretanto, não conseguiu vigiar a saída de Joaquim Cerveira do Chile depois do golpe de 1973, porque ele seguiu uma rota clandestina para atravessar a fronteira do país e chegar até Buenos Aires. Conforme as declarações de Alberto Conrado, no momento em que se estabeleceu na capital argentina, Cerveira e o companheiro de militância, João Batista Rita, foram localizados e passaram a ter suas atividades vigiadas pelo Adido Militar do Exército que prestava serviço na Embaixada Brasileira na capital argentina. Tal fato resultou no sequestro dos dois militantes:

MAURÍCIO GRADEL [...] foi por indicação de uma organização argentina para avisar a CARLOS OLAVO DA CUNHA de que em Buenos Aires tinha caído o banido ex-major CERVEIRA e outro banido chamado JOÃO BATISTA RITA [...]. GRADEL disse que um elemento, dizendo-se da "Interpol", brasileiro, ia à frente do grupo de policiais que foi na casa de CERVEIRA em Buenos Aires de onde levaram papéis, endereços, etc. O agente foi alertado por ADILSON PIMENTEL (pois este vira o agente várias vezes com CERVEIRA no Chile). Como o agente sabe que CERVEIRA possui o telefone de sua casa e não se recorda se o endereço, tendo em vista a gravidade da situação (pois fala-se num comando argentino no Brasil), resolveu sair de casa e rasgar qualquer papel comprometedor. Segundo GRADEL, o brasileiro está identificado como pessoa ligada ao Adido Militar na Argentina e penetração dos peronistas de esquerda afirma que o Adido Militar brasileiro está

⁸¹⁹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES.563, p. 05/84. Brasileiros procedentes do Chile asilados no Panamá. 30 de outubro de 1973.

⁸²⁰ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA)/BR AN, BSB VAZ 37A.241. Subversivos brasileiros no Chile. 01 de agosto de 1973.

comprometido com esse caso e a informação está sendo passada a todos os níveis das várias organizações armadas argentinas⁸²¹.

Em outro trecho do relatório, Alberto Conrado criticou a atuação de o Adido Militar naquela representação diplomática. Um dos pontos citados foi a falta de discrição demonstrada pelo militar ao discutir assuntos de interesse da comunidade de informações brasileira, atitude que possibilitou ao serviço secreto da Argentina identificar os nomes dos principais agentes em atividade no país⁸²². De acordo com a CNV, o militar citado por Conrado era o major Floriano Aguilar Chagas, que atuou como Adido do Exército na Embaixada Brasileira em Buenos Aires, entre os anos de 1973 a 1975. Nessa fase, o major manteve contato com o serviço secreto argentino e chileno e se envolveu no desaparecimento de Joaquim Cerveira e João Batista Rita, no dia 05 de dezembro de 1973⁸²³.

A família de Joaquim Cerveira, desde o desaparecimento, concentrou seus esforços na tentativa de elucidar as circunstâncias nas quais ocorreu o seu desaparecimento em Buenos Aires. No início de 1974, a filha do ex-major, Neusah, foi informada por telefone que o pai e o estudante João Batista Rita haviam sido sequestrados na capital argentina. Logo, a família viajou ao país vizinho, com o objetivo de reunir informações sobre o ocorrido, mas os órgãos de segurança locais negaram qualquer envolvimento no caso. Antes de retornar ao Brasil, a família contactou três advogados que continuaram tomando providências para esclarecer o episódio. Um dos juristas, Roberto Sinigaglia começou a receber ameaças por telefone, sendo alertado a abandonar o “caso dos brasileiros”. Diante dessa situação, a esposa do ex-major, Maria de Lourdes Cerveira entrou em contato com a Anistia Internacional e a ACNUR, recebendo como resposta de Odrich Hasselman as seguintes informações:

O sr. Hasselman já estava inteirado do assunto e me informou, no dia 19 de fevereiro de 1974, que um exilado brasileiro, residente na Bélgica, havia feito uma denúncia em Genebra ao Alto Comissariado da ONU, príncipe Sadrudin Aga Khan. Denúncia esta que dizia ter visto Cerveira e Rita Pereda, na noite de 12 para 13 de janeiro de 1974, na prisão da polícia do Exército da rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, onde chegaram de São Paulo numa ambulância fortemente guardada⁸²⁴.

Joaquim Cerveira e João Batista Rita foram sequestrados em Buenos Aires numa operação conjunta, montada por órgãos de segurança brasileiros e argentinos, retornando ao Brasil, onde acabaram assassinados pela repressão. O episódio também estava vinculado ao

⁸²¹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1, p. 304/812. Situação atual na Argentina. Reflexos no Uruguai. 14 de dezembro de 1973.

⁸²² Idem.

⁸²³ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. *Op. cit.*, p. 892.

⁸²⁴ CERVEIRA, Maria de Lourdes. Depoimento. In: CERVEIRA, Neusah. *Memória da dor - A Operação Condor no Brasil (1973/1985)*. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado História) – PPG-História/USP, São Paulo, 2007, p. 90.

desaparecimento do francês Jean Henri Raya Ribard e do argentino Antonio Luciano Pregoni, no mês anterior, em território brasileiro. Julio Cesar Robles, durante depoimento concedido aos relatores da CNV, confirmou a realização de uma série de reuniões entre o ex-major e os militantes da esquerda argentina na capital do país, nas semanas que se seguiram ao golpe no Chile. Segundo Robles, a aproximação entre o grupo de Cerveira e o de Ribard e Pregoni, ocorreu por intermédio da militante montonera Alicia Eguren, empenhada na época em angariar apoio financeiro aos brasileiros que haviam fugido da repressão chilena⁸²⁵.

As afirmações realizadas por Julio Cesar Robles à CNV corroboraram os dados do relatório de Alberto Conrado, que além de interagir com a esquerda brasileira, mantinha contatos regulares com organizações de luta armada argentinas. Por essa razão, em maio de 1974, Conrado foi enviado ao Brasil por Alicia Eguren, com o objetivo de buscar notícias sobre um grupo de argentinos que desapareceu ao realizar uma viagem para a cidade do Rio de Janeiro, em novembro de 1973. Alicia enviou o agente devido à pressão que estava sofrendo por parte de familiares e companheiros de militância, ansiosos por receber informações sobre o paradeiro dessas pessoas, já que ela foi responsável por apresentá-los ao grupo de Cerveira:

Como único indício, a organização argentina possuía um endereço, Avenida Atlântica, 3150, apartamento 201, que os argentinos tinham escrito para Buenos Aires dando esse remetente. Mas, sucede que chequeado o referido endereço, resulta que o mesmo é falso, morando aí um Inspetor do Banco do Brasil, que acreditamos não estar envolvido em nada. Esse falso endereço deve ter sido dado pelo tal "GAÚCHO". Depois de muito custo, foi possível falar com um componente da organização, um tal de GERÔNIMO (que estivera antes no Chile), o qual negou rotundamente que ele ou os demais componentes da organização tivesse tido qualquer contato com qualquer cidadão estrangeiro nem sequer brasileiro vindos do exterior. Através dele conseguimos falar com uma mulher, "Mônica", que pertence a outro setor da organização separada do primeiro, que igualmente disse que pelo "seu lado a organização não teve qualquer contacto com subversivos estrangeiros"⁸²⁶.

Os desdobramentos desse episódio resultaram ainda na perseguição da família do ex-major pelos órgãos de segurança brasileiros, trazido a tona por um relatório do CISA, que alertou a comunidade de informações no Brasil a respeito de uma viagem realizada por Maria de Lourdes Cerveira até a Argentina, em 30 de janeiro de 1974⁸²⁷. A militante Alicia Eguren, contato entre o grupo de Cerveira e os montoneros em Buenos Aires, responsável pelo envio de Alberto Conrado para investigar o destino dos argentinos desaparecidos em território brasileiro, três anos mais tarde também foi sequestrada por agentes do aparelho repressivo

⁸²⁵ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. *Op. cit.*, p. 892.

⁸²⁶ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1, p. 262/812. 02 de maio de 1974.

⁸²⁷ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA)/BR AN, BSB VAZ 115.167. MARIA DE LOURDES ROMAZINI PIRES CERVEIRA. 01 de fevereiro de 1974.

argentino, encaminhada à *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA) e se encontra desde então, na lista das trinta mil pessoas desaparecidas no país vizinho durante a ditadura⁸²⁸.

O envio de agentes para torturar brasileiros presos no Chile, o desaparecimento de militantes brasileiros na Argentina e de ativistas de esquerda argentinos no Brasil, foram o resultado da colaboração repressiva em meados da década de 1960, que entram numa nova fase após o golpe de 11 de setembro de 1973. Tais conexões repressivas resultaram, em 1975, na formação da Operação Condor que abrangeu três fases distintas⁸²⁹.

A partir dessas considerações, constata-se que as conexões mantidas entre os aparatos repressivos do Brasil, Chile e Argentina no período em questão, compreenderam o começo da fase dois (operativos conjuntos na América Latina) e os primeiros sinais do que seria a fase três da Operação Condor (missões na Europa e nos EUA), com o assassinato de opositores políticos exilados em outros países. O caso que inaugurou essa nova fase foi o assassinato do ex-general Carlos Prats e sua esposa Sofia Cuthbert, no dia 30 de setembro de 1974, em Buenos Aires. Prats foi o principal apoiador do governo de Salvador Allende nas Forças Armadas e o único oficial que, devido à influência exercida sobre parte do Exército, poderia ameaçar o poder da Junta Militar chilena. Por esse motivo, o ex-general foi perseguido e preso depois do golpe e, após ser libertado do centro de detenção em Santiago, forçado a abandonar o país com a família. Durante o exílio em território argentino, Prats começou a escrever suas memórias e dar declarações à imprensa que afetavam a imagem da ditadura chilena no exterior. Para eliminar essa ameaça aos seus interesses, Augusto Pinochet ordenou que o agente da DINA, Michael Townley, montasse uma operação para assassinar o ex-general, que culminou com a explosão de uma bomba que tirou a vida de Prats e sua esposa, em terras estrangeiras em 1974.

O caso da Argentina tornou-se emblemático porque o golpe de março de 1976 no país, fechou o ciclo de instauração de ditaduras de SN no Cone Sul. Por essa razão, a ditadura argentina pode adaptar às especificidades do seu contexto e da sua história as práticas experimentadas anteriormente nos países vizinhos. O ruído produzido pelas campanhas de denúncias organizadas por brasileiros e chilenos no exílio, por exemplo, motivaram os

⁸²⁸ Artículo de personas desaparecidas. Disponível em:

<<http://www.bccconsultores.com.ar/articulos/fallos/1257414585.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

⁸²⁹ O sistema criou uma elaborada infraestrutura de Inteligência multilateral com um escritório central no Chile e filiais em cada país. Esses elementos – informação, comunicação e a colocação de pessoal operacional – geraram uma enorme capacidade potencial de atividade internacional. Não podiam haver ilusões sobre como pretendiam usar essa capacidade. Contreras deixou claro no discurso de abertura do encontro que o Condor estava sendo criado para capturar e interrogar seus inimigos esquerdistas ainda na América Latina, e para “eliminar” aqueles que viviam como exilados em outras regiões do mundo. In: DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 190.

militares argentinos a evitar a expulsão de opositores políticos para o exterior. Ao invés disso, o aparelho repressivo argentino se especializou no desaparecimento de militantes de esquerda, com a utilização de meios como os “voos da morte” – nos quais os presos políticos eram jogados vivos de aviões sobre o Rio da Prata e o Oceano Atlântico.

Na fase que antecedeu o golpe de 1976, a comunidade de brasileiros exilados na Argentina sofreu os efeitos do clima de violência e impunidade que já vigorava no país, governado pela presidenta Isabel Perón. No começo de 1974, por exemplo, o militante Bona Garcia foi procurado pelo ex-sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Alberi Vieira dos Santos, que tentou persuadi-lo a acompanhar um grupo que se organizava para voltar ao Brasil e retomar a luta armada. Alberi garantiu a Bona que possuía meios de obter documentação falsa, tornando mais fácil e segura a travessia pela região de fronteira entre os dois países. Bona desconfiou da proposta porque Alberi mantinha conexões com o líder da VPR, Onofre Pinto, pessoa próxima ao cabo Anselmo, militar que a organização constatou ser agente infiltrado da ditadura entre as organizações de esquerda brasileiras no exterior: “fiquei desconfiado, era muita facilidade”. Em outra ocasião, as atividades do agente quase provocaram a morte de Bona: “ele marcou um encontro comigo num lugar onde já estava esperando um grupo de peronistas que também desconfiava do Alberi. Quando eu cheguei, me tomaram por ele e queriam me matar. A muito custo consegui me explicar. O sargento Alberi me usou como isca”. Após esses eventos, o militante avaliou o perigo de permanecer em Buenos Aires e decidiu se exilar na Argélia⁸³⁰.

Os integrantes e simpatizantes da VPR que acompanharam Onofre Pinto no retorno ao Brasil, foram capturados durante a travessia pela região de fronteira e fuzilados pela repressão brasileira. Seus cadáveres acabaram desaparecidos. Aluizio Palmar, em seu depoimento à CNV, em Foz do Iguaçu, relatou que depois do golpe no Chile, se instalou na Argentina, onde manteve contato com esse grupo: “havia um grupo que estava em contato comigo em Buenos Aires. Esse grupo era composto de Onofre Pinto, do Joel de Carvalho, Daniel de Carvalho e do José Lavecchia”. Assim como acontecera com Bona Garcia, Aluizio também foi convidado para retornar ao Brasil utilizando uma rota que seguiria por Santo Antônio do Sudoeste, mas acabou não aceitando o convite por não acreditar na via armada como um método de luta eficaz naquele contexto brasileiro. Após receber informações sobre o desaparecimento do grupo na região de fronteira, Aluizio tentou obter informações a respeito do que de fato teria ocorrido com esses militantes, mas não obteve sucesso: “nenhum desses quatro apareceu, nenhum desses quatro estava na Europa, ainda nenhum desses quatro estava

⁸³⁰ BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Op. cit.*, p. 148.

em Cuba, lugar nenhum”. Após retornar ao país, em 1979, Aluizio passou a investigar os fatos relacionados a esse evento e descobriu que além dos quatro militantes listados, acompanhavam o grupo Vitor Ramos e o argentino⁸³¹ Enrique Ruggia⁸³². A execução do grupo, que ficou conhecida como Chacina do Parque Nacional do Iguazu, segundo a CNV, ocorreu da seguinte forma:

A rota para o retorno dos militantes foi estabelecida pelos contatos de Alberi nesses países e contou com o apoio do agente infiltrado do CIE em Foz do Iguazu, Otavio Rainolfo da Silva, que atuou como Otavio Camargo, apoio da VPR no Paraná. Na operação, participou também uma rede de militares, integrada, entre outros, pelo coronel da reserva Paulo Malhães. Onofre Pinto e os demais integrantes do grupo foram levados por Alberi e Otavio a um sítio no interior do Paraná, depois de partirem de Buenos Aires, em 11 de julho de 1974. No dia 13, os dois infiltrados seguiram com Enrique Ruggia, Joel e Daniel Carvalho, Jose Lavecchia e Victor Ramos para o Parque Nacional do Iguazu. Na chegada ao local combinado com Alberi e Otavio, os cinco militantes foram executados. Horas depois, a dupla de agentes conduziu Onofre Pinto pelo mesmo caminho. Ao pressentir algo estranho, o líder da VPR correu, mas foi alcançado, preso e levado para Foz de Iguazu, onde acabou morto após vários interrogatórios⁸³³.

Dessa forma, desapareceram na região de fronteira entre o Brasil e a Argentina, no ano de 1974, os brasileiros Onofre Pinto, Joel de Carvalho, Daniel de Carvalho, José Lavecchia, Victor Ramos e Enrique Ruggia. Gatti definiu “desaparición” como “despropósito, ausencia, paradoja, vacío, sinrazón, descivilización, incertidumbre, imposibilidad, irrepresentabilidad” e o desaparecido, “un no vivo no-muerto, un ausente-presente”. Para o sociólogo, a abrangência alcançada pelo fenômeno na década de 1970, com o desaparecimento de milhares de opositores políticos, sobretudo na Argentina, trouxe a necessidade de novas definições, que originaram a categoria de “detenido-desaparecido”. O termo englobava os sujeitos sequestrados, torturados, assassinados e, posteriormente, desaparecidos, pela ação dos aparelhos repressivos a serviço das ditaduras do Cone Sul⁸³⁴.

⁸³¹ Lilian Ruggia declarou que o seu irmão, Enrique, participava de reuniões políticas conduzidas na Faculdade de Agronomia e Veterinária de Buenos Aires, organizado por um colega Montonero. Durante um evento no campus da universidade, Enrique conheceu Joel de Carvalho e logo os dois se tornaram grandes amigos: “ele conta a história do Joel, de que era uma família dizimada pela repressão brasileira, para ele Joel era como ter... como tocar o Che com as mãos”. Nesse período, Enrique acompanhou Joel em várias reuniões, tomando conhecimento do plano que ele e o seu grupo articulavam, de retornar ao Brasil para cumprir “tarefas revolucionárias”. Após o desaparecimento do irmão, Lilian buscou descobrir o que de fato aconteceu com o grupo na região de fronteira, mas demorou anos para obter a confirmação de que Enrique havia sido assassinado pela ditadura brasileira. In: RUGGIA, Lilian. Depoimento. In: PADRÓS, Enrique; VIVAR, Jorge. *Memórias da resistência e da solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva*. Porto Alegre: Ed. ASF-Brasil, 2013, p. 401.

⁸³² PALMAR, Aluizio. Depoimento CNV. Foz do Iguazu, 28 de junho de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_ci_06.2013.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

⁸³³ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. *Op. cit.*, p. 484.

⁸³⁴ GATTI, Gabriel. Prolegômeno. Para un concepto científico de desaparición. In: GATTI, Gabriel (Org.). *Desapariciones. Usos locales, circulaciones globales*. Bogotá: Siglo del hombre editores, 2017.

Na definição de Anstett, o “detenido-desaparecido” se constituiu numa categoria particular de desaparecimento adotada por essas ditaduras, em razão do tratamento especial que esses regimes destinaram aos corpos das vítimas. Nesse sentido, o desaparecimento sistemático de opositores envolveu o confisco de cadáveres, que foram destruídos ou ocultados pelo aparato repressivo estatal, de forma a impedir sua posterior identificação, num exercício de poder sobre os mortos, com o objetivo de “cosificar al individuo (convirtiéndolo realmente en un objeto), y borrarlo como sujeto (negando la identidad de la persona) [...]. Ni héroes, ni víctimas, ni mucho menos mártires [...]. Los detenidos-desaparecidos permanecen “ausentes” del juego político”⁸³⁵.

O Brasil foi um dos países do Cone Sul que adotou o ocultamento de cadáveres de seus opositores políticos, razão pela qual a CNV não conseguiu localizar os restos mortais dos brasileiros desaparecidos em Foz do Iguaçu em 1974, nem de Joaquim Cerveira, João Batista Rita e Edmur Camargo, sequestrados em anos anteriores na cidade de Buenos Aires. Tal situação impediu familiares, companheiros de militância e amigos de colocar um fim no processo de sofrimento contínuo a que foram submetidos nas últimas décadas, sem conhecer o destino final de seus entes queridos. A não localização dos corpos também garantiu a impunidade, pois a CNV citou o nome dos agentes estatais envolvidos no desaparecimento dessas pessoas, mas nenhum deles foi indiciado judicialmente por esses crimes. O desaparecimento constituiu assim, numa das táticas mais cruéis empregadas pelo TDE no Cone Sul, ao submeter parcelas das sociedades desses países a um martírio permanente, para o qual não existiu desfecho e justiça.

Observou-se que as conexões repressivas mantidas entre os países do Cone Sul, permitiram um aperfeiçoamento permanente dos métodos terroristas usados por seus serviços de inteligência, adaptados as especificidades de cada contexto nacional. O objetivo da Operação Condor, além de melhorar a eficiência do TDE, era expandir as ações terroristas para outros países da América Latina, como Peru e Equador. A ditadura brasileira, seguindo as diretrizes da Operação Condor, passou a vigiar brasileiros exilados no Equador. Tem-se como exemplo um informe produzido pela DSI/MRE, no ano de 1975, tratando do pedido de passaporte, encaminhado por Isidoro Gutiérrez à Embaixada Brasileira em Quito. Isidoro desembarcou no Equador em 1974, depois de transitar durante nove anos, pelo Uruguai, Bolívia, Chile, Argentina e Peru. A entrega do documento, no entanto, foi negada por ordem

⁸³⁵ ANSTETT, Élisabeth. Comparación no es razón: a propósito de la exportación de las nociones de desaparición forzada y detenidos desaparecidos. In: GATTI, Gabriel (Org.). *Desapariciones. Usos locales, circulaciones globales*. Bogotá: Siglo del hombre editores, 2017.

do diretor do órgão de segurança, Adolpho Benevides, que interpretou um possível retorno do militante ao país como atitude “nociva à segurança nacional”. Benevides também instruiu os agentes da DSI/MRE a comunicar o mais rapidamente possível os órgãos de segurança no Brasil, caso Isidoro comparecesse outra vez na sede da representação diplomática localizada na capital equatoriana⁸³⁶.

Evidenciou-se, a partir dos documentos do CIEX e da DSI/MRE analisados na presente tese, que Isidoro Gutiérrez foi um dos militantes vigiados de forma prioritária por esses órgãos de segurança, devido ao trânsito que possuía entre as organizações de esquerda do Cone Sul, situação que se repetiu nos casos de Cláudio Gutiérrez, Joaquim Cerveira e Edmur Camargo. Ou seja, a ação do aparato brasileiro no exterior incluiu também a vigilância de integrantes da comunidade de exilados que haviam abandonado a via armada ou optado por outras formas de luta, mas eles não foram percebidos como alvos prioritários desse sistema, uma vez que não se constituíam numa ameaça direta à ditadura. Por essa razão, os desaparecimentos de Edmur e Cerveira não foram o resultado de operações aleatórias, mas de um bem fundamentado esquema de eliminação de opositores políticos com trânsito pela região, no exterior. A escolha dos militantes Cândido Aragão e Carlos de Sá, apontados pela CNV como os possíveis alvos da chamada Fase 3 da Operação Condor, a sofrer atentados em países europeus – Portugal e Itália – também não resultou de uma atitude deliberada da ditadura brasileira⁸³⁷. Os documentos do CIEX e da DSI/MRE, produzidos desde o começo de 1970, destacam as ações e a liderança exercida por esses dois militantes junto à comunidade de brasileiros exilados no Uruguai e, posteriormente, no Chile.

Portanto, concluiu-se que durante o período em que vigoraram as ditaduras civil-militares de SN no Cone Sul, o fato de cruzar as fronteiras territoriais de um país para o outro não significava que a pessoa estivesse em segurança e a salvo da violência estatal. O intercâmbio de informações e a montagem de operações cada vez mais elaboradas em cooperação com outros países, permitiu aos aparelhos repressivos a serviço de tais ditaduras perseguir, sequestrar, assassinar e desaparecer com seus inimigos internos, em território nacional, de países vizinhos ou em terras mais distantes, como a Itália e os Estados Unidos. A extraterritorialidade, a clandestinidade e o nível de abrangência foram três fatores que

⁸³⁶ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES. 168, p. 01/50. ISIDORO ANTONIO VIANA GUTIERREZ. 03 de junho de 1975.

⁸³⁷ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. *Op. cit.*, p. 188.

caracterizaram a aplicação do TDE, mesmo que guardando particularidades entre si, pelas ditaduras do Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e Argentina, nas décadas de 1960 e 1970.

Cabe destacar que o clima de insegurança não impediu parte dos brasileiros de permanecer em países da região; Cláudio Gutiérrez no Uruguai e Raul Ellwanger e Raul Carrion na Argentina. Outros foram para países mais distantes do continente americano; Ubiratan de Souza foi para Cuba e Isidoro Gutiérrez, para o Equador. Os demais partiram em direção a Europa; Carlos de Oliveira se exilou na Suécia enquanto Maeth Boff e Paulo Franck se fixaram na Holanda. João Carlos Bona Garcia residiu um ano na Argélia e, posteriormente, exilou-se na França. Pelo menos dois desses exilados, Cláudio Gutiérrez⁸³⁸ e Isidoro Gutiérrez⁸³⁹, continuaram sendo monitorados por órgãos de segurança brasileiros. Esses fatos e a criação de bases do CIEX na França e em Portugal depois do golpe no Chile, demonstram que o país também integrou, mesmo que de forma mais discreta de que seus congêneres do Cone Sul, as fases 2 e 3 da Operação Condor.

⁸³⁸ GUTIÉRREZ, Cláudio. *Op. cit.*, p. 102.

⁸³⁹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES. 168, p. 01/50. ISIDORO ANTONIO VIANA GUTIERREZ. 03 de junho de 1975.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exílio foi uma forma que o poder instituído, ao longo dos séculos, utilizou para afastar de um determinado território, seus opositores políticos. Com a formação dos estados nacionais na América Latina, no decorrer do século XIX, os governos passaram a expulsar dos países recém-formados, os sujeitos que se opunham a manutenção do *status-quo*, avaliados como perigosos à manutenção da ordem, da coesão e da disciplina interna. Tal panorama não mudou no século seguinte. Marxistas, anarquistas, socialistas e trotskistas, ao defenderem o término do modo de produção capitalista (ou sua reconversão reformista) e o fim das desigualdades sociais existentes, não foram bem vistos e recebidos pelos presidentes ou ditadores que exerceram o poder nos países dessa região, tornando-se alvos constantes da violência estatal. Dessa forma, cidadãos e estrangeiros, defensores dessas ideologias, foram perseguidos, presos, supliciados e, em diversas ocasiões, expulsos do país, em razão de suas atividades políticas.

Partindo dessa premissa, o exílio na América Latina não atingiu apenas integrantes da elite política nacional, mas também cidadãos e estrangeiros que foram percebidos como adeptos de correntes ideológicas “forâneas”, supostamente fomentadoras de conflitos sociais. Esses foram perseguidos, na maioria dos casos, por integrarem a luta dos trabalhadores contra a classe dominante. Em razão do envolvimento desses sujeitos em greves, protestos e manifestações, o aparelho repressivo estatal os monitorava e constantemente os enviava às prisões. No Brasil, militantes que haviam sido encarcerados mais de uma vez podiam ser julgados e, posteriormente, receber a pena de expulsão do país.

Constatou-se que, o exílio não é um evento recente nessa região. No entanto, o que diferenciou o exílio das décadas de 1960 e 1970 do aplicado em períodos anteriores no Cone Sul, foi o fato do fenômeno ter se constituído como parte da aplicação do TDE ampliando o número e os setores sociais atingidos. No caso brasileiro, o exílio no período ditatorial deixou de ser uma medida aplicada de forma individual e tornou-se um evento coletivo. A primeira onda de exilados, que se originou depois do golpe, era formada especialmente por políticos, sindicalistas e ex-militares que se estabeleceram no Uruguai; a segunda onda, que seguiu de forma prioritária para o Chile, era constituída majoritariamente por militantes da luta armada. Além de sujeitos envolvidos diretamente com ações políticas, o exílio no período em questão também incluiu familiares de perseguidos, artistas, professores e intelectuais que, sem condições de exercer suas atividades profissionais em território nacional, seguiram para o exterior.

Cabe aqui uma ressalva: a decisão tomada por vários ativistas políticos, entre os quais o ex-militante do PCB, Edmur Camargo, em aderir à luta armada, não resultou de uma análise superficial do contexto econômico, político, social e cultural brasileiro do período ditatorial, ao contrário, esses sujeitos, impulsionados principalmente pela Revolução Cubana de 1959, confiavam na possibilidade de vitória de movimentos revolucionários na América Latina, apesar do domínio imperialista exercido pelo governo estadunidense sobre os países da região. No entendimento das organizações de luta armada brasileiras, as transformações sociais não seriam efetivadas por meio de reformas no modo de produção capitalista, mas por sua supressão. Ou seja, o processo revolucionário não poderia ser colocado em prática pela via pacífica e em duas etapas – uma nacional e anti-imperialista e outra socialista –, como defendia o PCB. A revolução socialista era uma perspectiva do tempo presente e não só como algo jogado para um futuro indefinido, por isso a necessidade de radicalizar posições e incorporar novas estratégias de luta, entre as quais a armada.

As organizações de luta armada, embora divergindo em algumas questões relacionadas às táticas e estratégias que deveriam ser adotadas para alcançar o poder, salientavam também a desconfiança do estabelecimento de uma aliança com os setores médios que, ao longo da história, se identificaram mais com os interesses da classe dominante do que com os dos trabalhadores. Por esse motivo, a revolução somente poderia ser colocada em prática pela união dos militantes da esquerda armada (ou de organizações como o POC) com os trabalhadores do meio urbano e rural brasileiro. Assim, os adeptos das organizações revolucionárias baseavam suas ações práticas em correntes ideológicas, como por exemplo, a teoria da dependência, que interpretava o capitalismo a partir da formação de potências centrais e periféricas. Essa entendia que os países da América Latina, enquanto potências periféricas, somente alcançariam a justiça social rompendo com essa subordinação, por meio de um movimento revolucionário armado.

Se a adesão à luta armada de parte das organizações brasileiras foi uma das principais causas da derrota da esquerda no confronto com a ditadura, como enfatizam determinadas análises historiográficas, como explicar, considerando as especificidades dos contextos, a derrubada do governo Allende por um golpe civil-militar, em 11 de setembro de 1973? Para responder essa pergunta deve se considerar que a maioria dos partidos e organizações que integravam a UP, contrariando a ala rupturista do PS, se posicionavam contra a luta armada. Em diversas ocasiões, como o *paro patronal*, em outubro de 1972, e a tentativa de golpe de parte das Forças Armadas chilenas, em junho de 1973, a UP se negou a fornecer armamentos para que seus apoiadores nos *Cordones Industriales, poblaciones*, entre outros, atuassem na

defesa do governo Allende. Consta-se que tanto o projeto de mudanças da UP, que seguiu a via eleitoral, quanto o das organizações de esquerda brasileiras, que optaram pela adesão à luta armada, foram derrotados pelas ditaduras de Brasil e Chile, nas décadas de 1960 e 1970.

No caso brasileiro, acredita-se que essa derrota foi provocada porque os militantes das organizações armadas não souberam avaliar com precisão o cenário, confiando que parte da população explorada, se uniria ao processo revolucionário, para lutar pela diminuição das desigualdades sociais. Em certa medida, no Chile, a força majoritária da UP também não se iludiu ao confiar que a classe dominante respeitaria os limites institucionais, a partir do momento em que seu poder começasse a ser ameaçado pelos trabalhadores do campo e da cidade que, motivados pela eleição de Salvador Allende, atuavam de forma cada vez mais organizada no país? Ou que os setores médios manteriam seu apoio ao projeto de implantação do socialismo, quando a luta de classes se acirrasse em todo o país, contrariando eventos históricos anteriores, que comprovavam sua identificação ideológica com a elite?

Cabe enfatizar que as ditaduras de Brasil e do Chile, baseadas nas diretrizes da DSN, não pretendiam acabar apenas com projetos de transformações estruturais em suas sociedades, mas também com qualquer aspiração nacional-desenvolvimentista de partidos e organizações de esquerda ou centro-esquerda, que pudesse favorecer em alguns pontos, a classe explorada. É importante frisar que os golpes civis-militares desferidos procuraram para afastar do poder executivo desses países, presidentes que seguiam planos de mudanças concretas – como a *Vía Chilena al Socialismo* do governo Allende e as Reformas de Base do governo Goulart. Em síntese, pode-se afirmar que o plano da ditadura brasileira e também chilena, consistia em aniquilar qualquer projeto de caráter progressista e não somente os vinculados à luta armada. Porque, os militares, baseados nas diretrizes da DSN, entendiam que derrubar um governo e assumir o poder executivo desses países, não impediria por si só, a propagação do comunismo; era necessário a imposição de um novo modelo político, econômico, social e cultural às populações locais, que não deixasse espaço para qualquer manifestação de descontentamento interna.

Dessa forma, as ditaduras de Brasil e Chile não visaram apenas os adeptos da luta armada como seus inimigos internos (embora militantes de organizações como a VPR e o MIR tenham sido especialmente visados por seus aparelhos repressivos). Por essa razão, os primeiros alvos da violência estatal após os respectivos golpes no Brasil e no Chile, foram políticos, lideranças sindicais, militares e ativistas vinculados aos governos depostos de Goulart e Allende, que integraram a primeira onda de exilados a deixar esses países. Os alvos, porém, se ampliaram quando essas ditaduras passaram da fase inicial golpista para a

refundacional, fato que impulsionou a formação de novos grupos de oposição política, na medida em que vários setores da sociedade se depararam com o caráter violento de suas práticas.

Dada essa organização dos grupos de oposição é pertinente pontuar que as ditaduras brasileira e chilena desconsideravam as especificidades das diversas organizações e partidos de esquerda, pois interpretavam qualquer atividade política realizada por seus quadros, como ações do comunismo internacional, com o objetivo de expandir sua influência no Cone Sul. Todos os militantes de esquerda eram considerados “subversivos”, “perigosos”, “terroristas” e, portanto, inimigos internos que deveriam ser eliminados do cenário político nacional. Por essa razão, seus aparelhos repressivos perseguiram, prenderam, torturam, assassinaram e desapareceram, nas dependências de seus centros de detenção, militantes envolvidos na estruturação de movimentos revolucionários, colaboradores encarregados de fornecer apoio material e logístico às organizações e partidos de esquerda, familiares e amigos de ativistas, bem como sujeitos sem histórico de atuação política.

O objetivo da ditadura, com essas práticas repressivas amplificadas, era isolar a esquerda do restante da sociedade, impedindo a realização de atividades políticas e a adesão de novos militantes aos seus quadros. O uso do terror pelo aparelho do Estado se configurou como um sistema eficiente, principalmente a partir da aplicação de tortura nos presos políticos que, além de desestruturar física e mentalmente esses sujeitos, serviu para disseminar o medo no restante da população. Os torturados, depois de deixarem as prisões, continuavam sendo vigiados e ameaçados por agentes do aparelho estatal, fato que motivou parte deles a partir em direção ao exílio. Muitos companheiros de militância, mesmo não atingidos diretamente pela violência, resolveram seguir o mesmo caminho, porque se sentiam ameaçados pela ditadura. Por essa razão, o exílio de brasileiros no Chile, no começo da década de 1970, foi um dos resultados diretos da aplicação do TDE no Brasil.

Diante desse panorama de violação aos direitos humanos, o Chile governado por um presidente socialista Salvador Allende simbolizava o porto seguro, a esperança na continuidade da luta que culminaria com a revolução e o término das desigualdades sociais. Em seus depoimentos, os brasileiros exilados narraram o contato positivo que tiveram com o governo, a esquerda e a população chilena. A solidariedade com que foram recebidos pelo governo Allende e a formação de redes políticas de apoio com a esquerda reunida na UP ou no MIR, minimizou o impacto negativo do exílio, de perda de identidade, referenciais políticos, geográficos, linguísticos e culturais. A disponibilização de alojamento no *Hogar*

Pedro Aguirre Cerda, o encaminhamento para o mercado de trabalho, a concessão de bolsas de estudo, a estruturação de campos de treinamento militar, formaram parte desse apoio.

A partir dessa interação, os militantes brasileiros modificaram ou reforçaram seus posicionamentos políticos. Houve brasileiros que permaneceram em suas organizações de origem, concentrando esforços na elaboração de campanhas de denúncia das violações aos direitos humanos que persistiam no país de origem. Também houve quem utilizou o exílio para planejar o retorno ao país para retomar a luta armada; houve quem resolveu se engajar no processo revolucionário chileno, optando pelo ingresso no MIR (que começava a atuar na formação de um movimento de caráter regional), ou renunciando à via armada e passando a apoiar à UP e à *Vía Chilena al Socialismo*. O exílio gerou continuidades e rupturas, mas não paralisias, porque os brasileiros estudados na presente tese mantiveram a militância política no Chile, o que acabou beneficiando a interação com os outros exilados e com a própria sociedade chilena, diminuindo os efeitos de isolamento, angústia e solidão, gerados pelo fenômeno.

Na época, esses ativistas desconheciam, entretanto, a extensão do aparato repressivo que a ditadura montou para vigiar e reprimir suas atividades políticas no exílio. Para as Forças Armadas e a polícia brasileira, o opositor político permanecia sendo um inimigo interno e, portanto, uma ameaça à segurança nacional, mesmo depois de cruzar as fronteiras do país. Dessa forma, mesmo que em nenhum momento as ações e os movimentos estruturados pela esquerda no exílio tenham representado um perigo real à ditadura no Brasil, o Estado se encarregou de aprimorar o sistema de informações que existia na estrutura do Itamaraty, na segunda metade da década de 1960, para monitorar os exilados. Além da DSI/MRE e do CIEX, que passaram a funcionar nas dependências das Embaixadas Brasileiras no exterior, funcionários do serviço diplomático colaboraram com a vigilância da comunidade de exilados, em países como Uruguai, Chile, França e Portugal.

Em relação ao monitoramento dos brasileiros exilados no Chile, entre 1970 e 1973, pode-se afirmar que a ação era realizada em três instâncias. A Embaixada Brasileira em Santiago tratava da comunidade de brasileiros exilados como um todo, dando atenção especial às campanhas estruturadas por figuras públicas, como ex-políticos e artistas de renome, com o objetivo de denunciar a tortura, o assassinato e o desaparecimento de opositores políticos no Brasil, fato que afetava a imagem do governo Médici no exterior. A DSI/MRE funcionava como um de órgão de segurança intermediário entre a Embaixada e o CIEX, que transmitia dados de âmbito geral sobre os exilados. O CIEX, por sua vez, atuava de forma clandestina, designando agentes para se infiltrar entre as organizações de esquerda brasileiras no exílio,

vigiando principalmente os grupos que preparavam a volta e a retomada da luta armada no Brasil.

A partir da análise dos documentos produzidos no âmbito do Itamaraty, constatou-se que sua estrutura repressiva foi aprimorada após o golpe, com a distribuição das informações em três instâncias. Na Embaixada Brasileira em Santiago eram produzidos os documentos de caráter oficial, relatando principalmente as manifestações e campanhas contra a ditadura, organizadas por exilados em universidades, rádios e emissoras de televisão chilenas. Na DSI/MRE, elaboravam-se informes sigilosos que tratavam de coletivos de exilados. Contrariando as informações prestadas pelo chefe do órgão de segurança, entre os anos de 1971 e 1980, Adolpho Benevides, o teor dos documentos analisados, como os intitulados “terroristas banidos do território nacional”⁸⁴⁰ e “deportação de bolivianos”⁸⁴¹ demonstrou que as informações neles contidas, em razão de suas especificidades, não foram retiradas somente de “fontes abertas”, ou seja, de jornais e revistas que circulavam pelo país. Por esse motivo, a DSI/MRE seria mais bem caracterizada como um órgão misto, de coleta de dados na imprensa e busca de informações por meios ilícitos.

Os documentos produzidos pela Embaixada Brasileira em Santiago e a DSI/MRE, apesar do caráter sigiloso ou confidencial de suas informações, se descobertos e publicados, não comprometeriam seriamente o Itamaraty, o SNI e a ditadura brasileira frente à comunidade internacional. O material produzido pelo CIEEX, único órgão clandestino a compor esse organograma repressivo, por outro lado, era obtido de forma ilegal por agentes infiltrados na esquerda brasileira no exílio. Nesse sentido, o órgão mantinha em caráter secreto atividades e operações que violavam não apenas os direitos de cidadãos brasileiros residentes em outros países, mas a própria legislação internacional, que definia o limite de atuação dos Estados nacionais para além de suas fronteiras territoriais e políticas. Ou seja, a ditadura estruturou um aparelho repressivo para agir no exterior, tendo o cuidado de ocultar atividades de espionagem e repressão política, porque tinha conhecimento que essas violavam o direito internacional. A melhor forma de negar essas práticas, caso fossem descobertas, era manter o órgão de segurança que as produzia na clandestinidade. Como acusar, por exemplo, Alberto Conrado de violações aos direitos humanos no exterior se, oficialmente, o agente não mantinha vínculos com o Estado brasileiro?

⁸⁴⁰ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/BR AN.BSB.Z4.DPN.BRA.BEX.21, p. 06/175. Terroristas banidos do território nacional. 12 de abril de 1971.

⁸⁴¹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.ENI.247, p. 03/151. Deportação de bolivianos. 31 de agosto de 1971.

Em diversas ocasiões, os agentes do CIEX exageraram nas informações prestadas em seus relatórios, acrescentando dados não condizentes com a realidade dos fatos. Tal atitude tinha um objetivo político determinado, que era criar uma visão, mesmo que ilusória, de que as atividades dos exilados no exterior representavam um perigo para a manutenção da ordem interna no Brasil. Além disso, essas informações eram utilizadas como justificativa para os gastos gerados por um sistema repressivo que necessitava operar em outros países, baseado num suposto avanço da ameaça comunista na região.

Em síntese, pode-se afirmar que a ditadura estruturou um aparelho repressivo no Itamaraty, baseada na previsibilidade de cometer atos de desrespeito aos direitos humanos, razão pela qual existiam órgãos oficiais e clandestinos em suas representações diplomáticas no exterior. A manutenção de uma face pública/visível e outra encoberta/clandestina garantiu a impunidade dos responsáveis pelos crimes cometidos contra brasileiros em outros países. O CIEX se constituiu assim, no órgão responsável por fornecer dados que permitiram à ditadura brasileira sequestrar e, posteriormente, desaparecer com os opositores políticos exilados. Sem os corpos das vítimas, a ditadura instalou de forma perpétua a injustiça, punindo não apenas os ativistas políticos, como seus familiares, amigos e a sociedade brasileira como um todo, ao impossibilitar acesso a dados que poderiam contribuir para elucidação de eventos relacionados a esse período histórico.

Dessa forma, o fato do CIEX priorizar a vigilância de militantes, entre os quais Isidoro Gutiérrez, Paulo Franck, Cláudio Gutiérrez, Joaquim Cerveira e Edmur Camargo, envolvidos com planos de volta e retomada da luta armada em território brasileiro, não resultou de uma escolha aleatória, mas de plano articulado para garantir a derrota de suas aspirações revolucionárias. Destaca-se que esses sujeitos se distinguiam na comunidade de exilados por manterem contatos com partidos e organizações de esquerda chilenas e de outros países latino-americanos, como os *Tupamaros* e o ELN, que também possuíam militantes exilados no Chile. Essa aproximação, para a ditadura, aumentava o grau de periculosidade desses sujeitos, que além da luta armada no Brasil, se mobilizavam diante da possibilidade da formação de um movimento revolucionário de caráter regional.

O monitoramento do CIEX sobre esses militantes resultou no desaparecimento de Edmur Carmargo, em 1971, e Joaquim Cerveira, em 1973, em Buenos Aires, numa operação conjunta entre os serviços secretos do Brasil e da Argentina. Cláudio Gutiérrez, Paulo Franck e Isidoro Gutiérrez, por pouco não tiveram o mesmo destino de Edmur e Cerveira, uma vez que também foram vigiados pelo órgão de segurança no período em que estiveram exilados no Uruguai e no Chile, e nas estadias ou passagens pela Bolívia e Argentina. Cláudio

Gutiérrez chegou a ser preso em Montevideu, em 1970, numa ação conjunta entre os serviços secretos dos dois países, mas sobreviveu porque antes de ser devolvido ao Brasil, conseguiu denunciar seu sequestro e de outro brasileiro, a jornais de esquerda uruguaios que tornaram público tal fato. Esses episódios demonstraram que, no decorrer da década de 1970, o CIEX atuava de forma integrada com serviços de segurança de outros países do Cone Sul, intercambiando informações e estreitando conexões repressivas, com o objetivo de perseguir e, se possível, eliminar opositores políticos em toda a região.

Com o golpe de 11 de setembro no Chile, as conexões repressivas entre os países do Cone Sul tornaram-se ainda mais dinâmicas, pois passaram a contar com mais um forte aliado. Na primeira fase da ditadura chilena, as ações dos militares e da polícia deixaram claro o nível de violência que a Junta Militar estava disposta a empregar no aniquilamento da esquerda chilena e latino-americana, ao perseguir, prender, torturar e executar cidadãos do próprio país e estrangeiros supostamente envolvidos com a “subversão” e o “comunismo internacional”. O terror que se alastrou nessa fase foi o primeiro sinal do que viria nos anos seguintes, com o assassinato de opositores na América Latina, Europa e nos Estados Unidos, na segunda etapa do acordo que se oficializou entre Chile, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, em 1975, com o nome de Operação Condor, com atuação dos serviços secretos, objetivando atingir a comunidade de exilados em outros países.

A realização da presente tese provocou reflexões sobre a problemática do exílio e também perguntas. Entre essas se destaca a carência de bibliografia de um estudo aprofundado sobre a relação dos brasileiros com organizações de esquerda uruguaias, argentinas e também bolivianas, com as quais estabeleceram redes políticas durante o exílio. Como também, uma análise mais pormenorizada dos serviços secretos desses três países, que agiram em conjunto com a comunidade de informações brasileira, no período em questão. A realização de pesquisas em torno desses dois eixos temáticos, poderão contribuir para elucidar questões relacionadas à participação dos brasileiros na formação de movimentos revolucionários regionais, e da ditadura, nas graves violações aos direitos humanos praticadas nessa região, nas décadas de 1960 e 1970.

Para encerrar faz-se necessária a seguinte consideração: o Brasil, no ano de 2019, continua sendo um país que gera, em grande parte de seus cidadãos, o desejo de morar em outro lugar. Diante de mais uma tentativa de adequação do mercado interno às demandas do capitalismo mundial, estão previstas para o corrente ano, reformas na legislação trabalhista e no sistema previdenciário que pretendem submeter os trabalhadores do campo e da cidade, a condições ainda mais precárias para o exercício de suas atividades, aumentando a situação de

miséria da maioria da população brasileira. O período, ao que tudo indica, será de arrocho salarial, perda de direitos conquistados, como férias, jornada de oito horas, décimo terceiro salário e aposentadoria por tempo de contribuição. De forma semelhante ao que ocorreu no período ditatorial, entre os anos de 1964 e 1985, serão os trabalhadores que pagaram as contas deixadas pelos desmandos desse capitalismo, cada vez mais perverso.

Ao lado dos “ajustes” para beneficiar o capital, segue-se o aumento da violência estatal, com projetos que preveem a flexibilização da posse de armas e a redução ou isenção de pena de policiais que matarem durante a realização de suas atividades. Sabe-se que um dos resquícios da ditadura é a manutenção de um aparelho repressivo que concentra os assassinatos, especialmente, entre as populações mais pobres, residentes nas periferias das cidades brasileiras. Os altos índices de mortes causadas por policiais, na maioria dos casos, de pessoas em situação de vulnerabilidade social, deixam claras as pretensões do Estado brasileiro. O tempo de extermínio, impunidade e injustiças ainda não foi deixado para trás no Brasil. Portanto, seja como resultado das mudanças econômicas e sociais, seja pela intensificação repressiva, o Brasil continua sendo um país de emigração onde o exílio (como nos conhecidos casos do deputado Jean Wyllis e da filósofa Márcia Tiburi) volta a fazer parte da sua realidade.

Mas, para enfrentar esses tempos de incerteza, tem-se a certeza que os exemplos de luta estão na história, na presente tese e em tantos outros trabalhos de pesquisa, nos centros de memórias dos países do Cone Sul e em espaços onde se estuda e debate, atualmente, ditaduras, tempo presente, direitos humanos e luta de classes. A solidariedade que salvou brasileiros, chilenos, uruguaios, paraguaios, bolivianos e argentinos e pessoas de tantas outras nacionalidades da repressão e do desespero, no período em que vigoraram as ditaduras de SN na região, continua viva, nos depoimentos de sujeitos que vivenciaram esse período sombrio e sobreviveram. Seus exemplos mostram que existe sempre a possibilidade de luta pela construção de um futuro melhor, para milhões de latino-americanos. Esperança, antes e acima de tudo.

ARQUIVOS E FONTES CONSULTADAS

1 DEPOIMENTOS E TESTEMUNHOS IMPRESSOS

ALMEIDA, Euclides Paes de. Depoimento. In: CERVEIRA, Neusah. *Memória da dor - A Operação Condor no Brasil (1973/1985)*. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado História) – PPG-História/USP, São Paulo, 2007, p. 103-125.

AZEVEDO, Ricardo de. *Por um triz: memórias de um militante da AP*. São Paulo: Plena, 2010.

BASTOS, Solange. Eu estive presa no Estádio Nacional do Chile. Depoimento. In: FERRER, Eliete (Org.). *68 - A geração que queria mudar o mundo – Relatos*. Brasília: Ministério da Justiça/Comissão da Anistia/Projeto Marcas da Memória, 2011, p. 573-576.

BENEVIDES, Adolpho. Depoimento CNV. Brasília/DF, 16 de abril de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota_2_58__00092_000781_2014_64_-_Adolpho_Correa_de_S_e_Benevides.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

BOFF, Maeth. Depoimento concedido à Denise Ruaro Radaelli, enviado à autora em 05 de junho de 2017, via e-mail.

BONA GARCIA, João Carlos; POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge a luta*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

_____. Depoimentos concedidos à autora nos dias 07 de outubro de 2012 e 13 de janeiro de 2014, em Porto Alegre.

BROCKES, Otto. Depoimento CNV. São Paulo, 06 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Otto_Brockes_t_ranscricao.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

CAMPOS, Irany. Depoimento CNV. S/I, 11 de outubro de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Irany_Campos_11.10.2013.pdf>. Disponível em: 30 set. 2018.

CAPITANI, Avelino. *A Rebelião dos Marinheiros*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CARRION, Raul. Depoimento concedido à autora no dia 14 de março de 2013, via e-mail.

CARVALHO, Anina de. Depoimento. In: CAVALCANTI, Celso; RAMOS, Pedro (Orgs.). *Memórias do exílio. Brasil 1964-19?? De muitos caminhos*. V. 1. São Paulo: Livramento, 1978, p. 53-65.

CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CASTILLO, Berta. Depoimento. In: WINN, Peter. *Tejedores de la revolución: los trabajadores de Yarur y la vía chilena al socialismo*. Santiago: LOM, 2004, p. 333.

CERVEIRA, Joaquim. Depoimento. In: CERVEIRA, Neusah. *Memória da dor - A Operação Condor no Brasil (1973/1985)*. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado História) – PPG-História/USP, São Paulo, 2007, p. 84-88.

CERVEIRA, Maria de Lourdes. Depoimento. In: CERVEIRA, Neusah. *Memória da dor - A Operação Condor no Brasil (1973/1985)*. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado História) – PPG-História/USP, São Paulo, 2007, p. 90.

CERVEIRA, Neusah. Depoimento. In: CERVEIRA, Neusah. *Memória da dor - A Operação Condor no Brasil (1973/1985)*. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado História) – PPG-História/USP, São Paulo, 2007, p. 126-128.

CONCEIÇÃO, Manoel da. *AP – Chão da minha utopia*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

CÔRTEZ, Marcos. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%206,%2019%20%2000092_000957_2014_88%20-%20Marcos%20Henrique%20Camillo.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

DAGNINO, Maria Lúcia de Sampaio. Chile, setembro de 1973, primeira e segunda parte. Disponível em: <<http://maria-lucia.blogspot.com/search?q=golpe>>. Acesso em: 19 out. 2018.

DA SILVA, José Wilson. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Age, 2011.

DOS SANTOS, Theotônio. Minha casa no Chile se transformou num monumento nacional. Disponível em: <<http://theotoniodossantos.blogspot.com/2010/05/minha-casa-no-chile-se-transformou-num.html>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

ELLWANGER, Raul. Depoimentos concedidos à autora nos dias 10 de janeiro de 2013 e 20 de junho de 2013, em Porto Alegre.

_____. Depoimento. In: RODEGHERO, Carla Simone. Um pouco além do concebível: o Chile e a Argentina na memória de um exilado brasileiro. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 1, n. 16, p. 93-105, 2012.

FISCHER, Jorge. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Poetra, 1982.

GOMES, Osni. Depoimento CNV. São Paulo, 07 de novembro de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Osni_Geraldo_Gomes_07.11.2013_-_ct_rp.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

GUINLE, Octávio. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota_47_-_00092.000138.2014-31-Octavio_Campbell_Guinle.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

GUTIÉRREZ, Cláudio. *A guerrilha Brancaléone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

_____. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

GUIMARÃES, Luis. 45 dias prisioneiro da Junta Militar no Chile. Depoimento. In: FERRER, Eliete (Org.). *68 - A geração que queria mudar o mundo – Relatos*. Brasília: Ministério da Justiça/Comissão da Anistia/Projeto Marcas da Memória, 2011, p. 565- 572.

KRISCHKE, Paulo. Depoimento concedido à autora nos dias 12 de outubro de 1017, em Florianópolis.

LIMA, Umberto Trigueiros. Depoimento. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/troca-da-liberdade-doembaixador-da-suica-pela-liberdade-de-70-presos-politicos/>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

LISBOA, Marijane. Depoimento. In: CAVALCANTI, Celso; RAMOS, Pedro (Orgs.). *Memórias do exílio. Brasil 1964-19?? De muitos caminhos*. V. 1. São Paulo: Livramento, 1978, p. 237-254.

MARINI, Ruy Mauro. Memória. Disponível em: <http://www.marinescritos.unam.mx/001_memoria_port.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

MOREIRA ALVES, Márcio. Depoimento. In: CAVALCANTI, Celso; RAMOS, Pedro (Orgs.). *Memórias do exílio. Brasil 1964-19?? De muitos caminhos*. V. 1. São Paulo: Livramento, 1978, p. 223-236.

NOSEK, Leopold. Depoimento CNV. São Paulo, 13 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Leopold_Nosek.pdf>. Acesso em 14 ago. 2018.

OLIVEIRA, Carlos de. Depoimento concedido à autora no dia 12 de abril de 2013, em Porto Alegre.

ORTEGA, Hernán. Depoimento. In: GAUDICHAUD, Franck. *Poder Popular y Cordones Industriales. Testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973*. Santiago: LOM, 2004, p. 189-215.

OSÓRIO, Jefferson. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Jefferson_Lopetegui_de_alencar_osorio_16.01.2013.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

PALMAR, Aluizio. Depoimento CNV. Foz do Iguaçu, 28 de junho de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_ci.06.2013.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

PARANAGUÁ, Paulo. Depoimento CNV. São Paulo, 10 de julho de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Paulo_Antonio_de_Paranagua_10.07.2013.pdf>. Acesso em: 09 set. 2018.

PAULO, Deoclécio. Depoimento CNV. Brasília/DF, 21 de julho de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/agentes_publicos/Deoclecio_Paulo_-_21.07.2014_-_ct_rp.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

PLATERO, Efraín Martínez. Depoimento. In: ALDRIGHI, Clara; WAKSMAN, Guillermo. *TUPAMAROS exiliados en el Chile de Allende 1970-1973*. Montevideo: Mastergraf, 2015.

RABÊLO, Thereza. Fui para o exílio com sete filhos. Depoimento. In: FERRER, Eliete (Org.). *68 - A geração que queria mudar o mundo – Relatos*. Brasília: Ministério da Justiça/Comissão da Anistia/Projeto Marcas da Memória, 2011, p. 521-526.

RABÊLO, José Maria. Depoimento. In: CAVALCANTI, Celso; RAMOS, Pedro (Orgs.). *Memórias do exílio. Brasil 1964-19?? De muitos caminhos*. V. 1. São Paulo: Livramento, 1978, p. 145-173.

RIBEIRO, Raul. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 23 de maio de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%2026,%2063%20%2000092_000793201499%20%20Raul%20Fernando%20Belford%20Roxo%20Leite%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017.

RUGGIA, Lilian. Depoimento. In: PADRÓS, Enrique; VIVAR, Jorge. *Memórias da resistência e da solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva*. Porto Alegre: Ed. ASF-Brasil, 2013, p. 400-414.

SANTANA, Perseverando. Depoimento. In: ASSEF, Marlon Gonsales. *Retratos do exílio: experiências, solidariedade e militância política de esquerda na fronteira Livramento - Rivera (1964-1974)*. Florianópolis: UFSC, 2008. Dissertação (Mestrado História) – PPG-História/UFSC, Florianópolis, 2008, p. 168.

SIRKIS, Alfredo. *Roleta Chilena*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

SOUZA, Ubiratan de. O povo deve contar sua própria história. Depoimento. In: PADRÓS, Enrique. et al. *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. V. 3. Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: Corag, 2009, p. 83-95.

_____. Depoimento concedido à autora no dia 10 de setembro de 2012, em Porto Alegre.

SOUZA, Herbert de. Depoimento. In: CAVALCANTI, Celso; RAMOS, Pedro (Orgs.). *Memórias do exílio. Brasil 1964-19?? De muitos caminhos*. V. 1. São Paulo: Livramento, 1978, p. 67-111.

VASCONCELLOS, Guy de. Depoimento CNV. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%2023%20%2000092_000771_201429%20%20Guy%20Mendes%20Pinheiro%20de%20Vasconcellos%2017.02.2014.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

VIANNA, Pedro. Depoimento concedido à autora em 04 de setembro de 2018, via e-mail.

2 ARQUIVOS SOBRE A REPRESSÃO

1) Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul/Acervo Comissão Especial de Indenização

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul/Acervo Comissão Especial de Indenização/PAULO ROBERTO TELLES FRANCK. 30 de março de 1998.

2) Fundación Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad

Fundación Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad. Revista Ercilla. A partir del martes 11. Año XL, 26 de septiembre al 2 de octubre de 1973.

Fundación Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidaridad. Brasileños refugiados en Chile. Santiago, diciembre de 1973.

3) Museo de la Memoria y Derechos Humanos. Centro de Documentación (CEDOC)

Museo de la Memoria y Derechos Humanos. Centro de Documentación (CEDOC). Santiago, Chile. Comisión Internacional de Investigación de los crímenes de la Junta Militar en Chile (1ª sesión, 21-24 de marzo 1974, Helsinki). Testimonio de un ciudadano brasileño, en Valdivia, gravado por la periodista sueca, Grudun Blor. CLMMDH 00000632-000025-000031.

4) Arquivo eletrônico da Comissão Nacional da Verdade (CNV):

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Disponível em:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 5. A participação do estado brasileiro em graves violações no exterior. Disponível em:

<<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Capitulo%205.pdf>>. Acesso em: 03 jan.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 5. Documentos. Disponível em:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo5/Nota%204%20%2000092_003487_2014_12%20-%20Aviso%20secreto%20G-DSI-48500.5,%20PSIMRE%20e%20anexo%201%20do%20PSIMRE.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 6. Conexões Internacionais: a aliança repressiva no Cone Sul e a Operação Condor. Disponível em:

<<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo6/Capitulo%206.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. V. 1. Cap. 6. Documentos. Disponível em:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo6/Nota%2018,%2019,%2020,%2021,%2039,%2041,%2042,%2093%20-%2000092_003073_2014_85%20-%20Anexo%20documental.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2019.

5) Arquivo eletrônico do Projeto Brasil: Nunca Mais

Projeto Brasil: Nunca Mais. BNM_066(11). Edmur Péricles Camargo. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=Edmur%20P%C3%A9ricles%20Camargo>. Acesso em: 23 abr. 2018.

Projeto Brasil: Nunca Mais. BNM_653(37). Raul Carrion. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&pesq=Raul+Carrion> Acesso em: 25 abr. 2018.

Projeto Brasil: Nunca Mais. Tomo V – V. 3 – As torturas. Raul Carrion. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL&pesq=Raul+Carrion>. Acesso em: 25 abr. 2018.

Projeto Brasil: Nunca Mais. BNM_094(11). João Carlos Bona Garcia. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&pesq=Bona+Garcia>. Acesso em: 30 abr. 2018.

Projeto Brasil: Nunca Mais. BNM_681(32). Ubiratan de Souza. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&pesq=ubiratan%20de%20souza>. Acesso em: 30 abr. 2018.

6) Outros arquivos eletrônicos:

FLEURY, Sérgio Paranhos. Biografias da ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/delegado-fleury/>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

LAMARCA, Carlos. Carta ao núcleo da VPR no Chile. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/geral/carta-de-carlos-lamarca-ao-nucleo-da-vpr-no-chile/>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

PEDROSA, Mário. Carta a Salvador Allende Gossens. Disponível em: <<http://icaadocs.mfah.org/icaadocs/ELARCHIVO/RegistroCompleto/tabid/99/doc/765622/language/es-MX/Default.aspx>>. Acesso em 17 ago. 2018.

VIEIRA, Luiz Carlos. Cidadãos brasileiros vitimados no Chile entre 1973 e 1976. Comitê Carlos de Ré da Verdade e Justiça/RS. Disponível em: <<https://comitedaverdadeportoalegre.files.wordpress.com/2017/09/cidadc3a3osbrasileiros-vitimados-no-chile.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

3 ARQUIVOS DA REPRESSÃO

1) Arquivo da Universidade do Vale dos Sinos:

a) Serviço Nacional de Informações (SNI):

Arquivo da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Serviço Nacional de Informações (SNI). ARS_ACE_012_79-min.pdf. Atuação do Coorjornal de Porto Alegre/RS. Depoimentos de elementos comunistas. 22 de dezembro de 1978.

2) Coordenação Regional do Arquivo Nacional em Brasília:

a) Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE):

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.87, p. 145/229. Asilados brasileiros no Uruguai. Notícia sobre o restaurante "O Cangaceiro". 26 de abril de 1968.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.120, p. 268/278. Senhores Cândido da Costa Aragão e José Serra. 25 de março de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.90, p. 74/137. Regresso ao Brasil do asilado territorial Paulo de Tarso Santos. 12 de setembro de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.120, p. 155/278. Asilados políticos na Embaixada do Chile. Concessão de salvo-condutos. 20 de novembro de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES.185, p. 37/127. AMARÍLIO DE OLIVEIRA VASCONCELLOS. 06 de abril de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES.185, p. 41/127. AMARÍLIO DE OLIVEIRA VASCONCELLOS. 06 de abril de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/BR AN.BSB.Z4.DPN.BRA.BEX.21, p. 06/175. Terroristas banidos do território nacional. 12 de abril de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.46, p. 66/112. Remessa de jornais para o Consulado Geral em Santiago. 01 de junho de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Ministério das Relações Exteriores/ Divisão de Segurança e Informações

(DSI/MRE)/REX.APD.121, p. 61/98. “Semana de Solidariedade com o Povo Brasileiro” em Concepción. Asilados participantes. 26 e 25 de julho de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.ENI.247, p. 03/151. Deportação de bolivianos. 31 de agosto de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REX.APD.121, p. 05/98. “Frente Brasileira de Informações”. Programa radiofônico. 25 de abril de 1972.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES.168, p. 12/50. Bolívia. Subversão interna. Intervenção cubana. 17 de maio de 1972.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES.168, p. 10/50. Chile. Uruguai. Atividade de IZIDORO ANTONIO VIANNA GUTIERREZ. 22 de junho de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/BRAN.BSB.Z4.DPN.BRA.BEX.23, p. 51/151. Subversivos brasileiros no Chile. Eventual fuga do país. 19 de setembro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REV.53, p. 05/35. Situação dos cidadãos brasileiros no Chile. 28 de setembro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/REV.53, p. 06/35. Situação dos cidadãos brasileiros no Chile. 28 de setembro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES.563, p. 05/84. Brasileiros procedentes do Chile asilados no Panamá. 30 de outubro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/BR.AN.BSB.Z4.DPN.BRA.BEX.23, p. 26/151. Brasileiros presos no Chile que desejam retornar ao Brasil. 05 de outubro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.ENI.259, p. 14/90. OPERAÇÃO “SALTAMONTES” (Gafanhoto). 09 de outubro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/BR.AN.BSB.Z4.DPN.BRA.BEX.23, p. 57/151. Brasileiros detidos na Ilha Quiriquina/CHILE. 11 de outubro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/BR.AN.BSB.Z4.DPN.BRA.BEX.23, p. 73/151. EXILADOS POLÍTICOS BRASILEIROS NO CHILE. 21 de novembro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES. 168, p. 01/50. ISIDORO ANTONIO VIANA GUTIERREZ. 03 de junho de 1975.

b) Centro de Informações do Exterior (CIEX):

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1. Alberto Octavio Conrado Avegno.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.03.3, p. 37/90. Asilados brasileiros no Uruguai. Amaury Silva. João Goulart. Restaurante “Cangaceiro”. 07 de março de 1968.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.1, p. 18/29. Refugiado brasileiro no Uruguai. Claudio Antonio Weyne Gutierrez. 08 de janeiro de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.2, p. 21/42. Uruguai. Refugiados brasileiros. Claudio Antonio Weyne Gutierrez. Frente de Imprensa. “El Popular”. “De Frente”. 05 de fevereiro de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.3, p. 02/82. José Chirico Serra. Cândido da Costa Aragão. 15 de abril de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.3, p. 06/82. Uruguai. Familiares de JEFFERSON OSORIO viajam ao Brasil. 15 de abril de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.3, p. 04/82. Asilados brasileiros no Uruguai. IZIDORO GUTIERREZ. Atividades subversivas no Brasil. JOÃO ALBUQUERQUE. “TUPAMAROS”. 15 de abril de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1, p. 56/812. Segurança e contrainformação. Sequestro do Cônsul Gomide. 13 de agosto de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.4, p. 13/26. Refugiados brasileiros no Uruguai. Carlos Figueiredo de Sá. Contatos no Chile. Atividades subversivas no Brasil. 20 de maio de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.4, p. 10/26. Refugiados brasileiros no Uruguai. Contatos no Chile e Bolívia. Atividades subversivas no Brasil. 20 de maio de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.7, p. 40/71. Miguel Arraes. Esquema de comunicação. 09 de setembro de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.9, p. 23/84. Volta de banidos ao Brasil. 6 de novembro de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.9, p. 54/84. Apoio chileno à subversão no Brasil. 12 de novembro de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.10, p. 23/78. Asilados e refugiados brasileiros no Chile. PAULO DE TARSO SANTOS. 02 de dezembro de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.10, p. 09/78. Refugiados brasileiros no Uruguai e no Chile. Atividades subversivas no Brasil. 02 de dezembro de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.05.10, p. 51/78. Refugiados brasileiros na Argélia, Cuba e Chile. Atividades subversivas. 08 de dezembro de 1970.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.1, p. 63/78. Ida ao Chile. Comissário Ruy Dourado. 20 de janeiro de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.1, p. 60/78. Refugiados brasileiros no Uruguai. Carlos Figueiredo de Sá. Viagem ao Chile. 20 de janeiro de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.1, p. 75/78. Chile. Asilados brasileiros. 22 de janeiro de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.2, p. 08/36. Chile. Asilados brasileiros. "MIR". 03 de fevereiro de 1971.

Arquivo Nacional – Brasília - DF/ Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.4, p. 25/32. Partida de membros da VPR do Chile para a Argélia. Treinamento. 28 de abril de 1971.

Arquivo Nacional-Brasília-DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.4, p. 31/32. CARLOS FIGUEIREDO DE SÁ. Contactos em Santiago. 28 de abril de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.5, p. 38/85. Contatos de asilados brasileiros com o Presidente Allende. 18 de maio de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.5, p. 24/85. Asilados brasileiros no Chile. Documentação de viagem. 18 de maio de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.6, p. 02/80. Chile. Asilados e refugiados brasileiros. “Jornada de Solidariedade com o Povo Brasileiro”. TAKAO AMANO. AMADEU THIAGO DE MELLO. AMARILLIO VASCONCELLOS. EDMUR CAMARGO. 01 de junho de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.6, p. 36/80. Chile. Asilados brasileiros. Atividades de EDMUR CAMARGO. 28 de junho de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.6, p. 47/80. Chile. Asilados brasileiros. Paulo Franck. 28 de junho de 1971.

Arquivo Nacional-Brasília-DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.6, p. 43/80. Chile. Viagem de asilados brasileiros à Bolívia e Peru. 28 de junho de 1971.

Arquivo Nacional-Brasília-DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.6, p. 46/80. Chile e Uruguai. Asilados brasileiros. Viagem de EDMUR CAMARGO. “TUPAMAROS”. 28 de junho de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.8, p. 21/118. Chile. Movimentos subversivos. “MIR”. “VOP”. 05 de agosto de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.8, p. 30/118. CLAUDIO WEYNE GUTIERREZ. Bases de guerrilha na Bolívia. 09 de agosto de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.8, p. 97/118. IZIDORO VIANNA GUTIERREZ. Contatos com a Missão da RPC no Chile. 19 de agosto de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.8, p. 101/118. IZIDORO VIANNA GUTIERREZ. Atividades. 24 de agosto de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.06.8, p. 85/118. Bolívia. Concentração de asilados. JOAQUIM PIRES CERVEIRA. 19 de agosto de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.07.4, p. 30/64. Chile. Atividades de asilados e refugiados brasileiros. “Grupo de Retorno”. 08 de dezembro de 1971.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.08.1, p. 31/72. Movimento geral dos grupos subversivos brasileiros no Chile. 10 de janeiro de 1972.

Arquivo Nacional-Brasília-DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.08.2, p. 02/79. PASTOR PAULO DUVAL DA SILVA KRISCHKE. Financiamento dos exilados brasileiros em Santiago pelo CONSELHO MUNDIAL DAS IGREJAS. 02 de fevereiro de 1972.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE 08.3, p. 08/49. Chile. Asilados brasileiros. Acampamentos do MR-8. 06 de março de 1972.

Arquivo Nacional-Brasília-DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.08.3, p. 06/49. Chile. Asilados brasileiros. “Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade”. Constituição. Diretoria. Fundos. 06 de março de 1972.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.08.4, p. 41/65. Uruguai. Frente de Imprensa. “El Popular”. Frente Brasileira de Informações. Asilados no Uruguai e Chile. 04 de abril de 1972.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.08.6, p. 15/82. Chile e Argentina. Asilados brasileiros. RAIMUNDO DAMASCENO. 05 de junho de 1972.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1, p. 329/812. JOHNSON. CONTATOS. 24 de outubro de 1972.

Arquivo Nacional-Brasília-DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.10.1, p. 29/62. Chile. Escritura. “Banco del Estado de Chile”. “Ferreira & Cia Ltda”. 03 de janeiro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE. 10.2, p. 29/93. Organização do grupo JOAQUIM PIRES CERVEIRA-GILBERTO FARIA LIMA. 12 de fevereiro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.11.2, p. 86/127. Subversivos brasileiros no Chile. 19 de setembro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.11.2, p. 87/127. Conjuntura chilena. 20 de setembro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.11.2, p. 102/127. Chile. Situação interna. Asilados na Embaixada do Panamá. 24 de setembro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.11.2, p. 103/127. Chile. Situação interna. Asilados nas Embaixadas do México, Argentina, Peru, Equador e Venezuela, em Santiago. 24 de setembro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.11.2, p. 109/127. Chile. Situação interna. Asilados na Embaixada da Argentina em Santiago. 25 de setembro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.11.2, p. 110/127. Situação dos asilados e refugiados no Chile. 26 de setembro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.11.3, p. 15/121. Chile. Brasileiros detidos. 04 de outubro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.11.3, p. 29/121. Asilados brasileiros no Chile. 05 de outubro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.11.3, p. 71/121. Brasileiros detidos na Embaixada do México em Santiago. 19 de outubro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1, p. 304/812. Situação atual na Argentina. Reflexos no Uruguai. 14 de dezembro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1, p. 262/812. 02 de maio de 1974.

c) Serviço Nacional de Informações (SNI)

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Serviço Nacional de Informações (SNI)/BR DFAN, BSB V8, p. 03/20. O movimento subversivo na América Latina. A subversão no Cone Sul. 05 de abril de 1972.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Serviço Nacional de Informações (SNI)/BR DFAN, BSB V8, p. 07/20. O movimento subversivo na América Latina. A subversão no Cone Sul. 05 de abril de 1972.

d) Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA)

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA)/BR AN, BSB VAZ 37A.241. Subversivos brasileiros no Chile. 01 de agosto de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA)/BR AN, BSB VAZ 115.167. MARIA DE LOURDES ROMAZINI PIRES CERVEIRA. 01 de fevereiro de 1974.

3) Ex-Acervo de luta contra a Ditadura/Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul:

Ex-Acervo de luta contra a Ditadura/Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Secretaria da Segurança Pública/Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS/CS 1.-.57.1.1. Síntese de Ocorrências Suspeitas. 17 de fevereiro de 1970.

Ex-Acervo de luta contra a Ditadura/Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Secretaria da Segurança Pública/Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS/CS 1.-.71.1.1. Radiograma. 08 de abril de 1970.

Ex-Acervo de luta contra a Ditadura/Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Secretaria da Segurança Pública/Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS/CS 1.2.1408.18.5. Carlos Lamarca, ex-Capitão do Exército. 27 de abril de 1970.

Ex-Acervo de luta contra a Ditadura/Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Secretaria da Segurança Pública/Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS/CS 3.-.4402.53.15. Apreensão de armas. 06 de maio de 1970.

Ex-Acervo de luta contra a Ditadura/Arquivo Histórico do Sul/Secretaria da Segurança Pública/Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS/CS 1.2.1417.18.5. Subversão no RGS. 18 de junho de 1970.

Ex-Acervo de luta contra a Ditadura/Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Secretaria da Segurança Pública/Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/20ª Região Policial/Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/SOPS/CS 1.2.1424.18.5. Subversão no Rio Grande do Sul. 20 de julho de 1970.

4) Arquivo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP):

Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Arquivo Geral/RAUL DE MOURA ELLWANGER/50-D-26-2284. 08 de março de 1970.

5) Arquivo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP) on-line:

Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/CARLOS ALBERTO BEUSTO DE OLIVEIRA. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DE_OPSSPOSFTEXNSC000920.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/CLAUDIO WEINE GUTIERREZ. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DE_OPSSPOSFTEXNSC000638.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/DOSSIÊ DE SUSPEITOS. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os_pdf.php?pdf=BR_SPAPESP_DEO_PSOS000344.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2018.

Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/DOSSIÊ PRELIMINARES. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SPAPESP_P_DEOPSOS000172.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/EDMUR PÉRICLES CAMARGO. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/nao_ha_ficha.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2018.

Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/EDMUR PÉRICLES DE CAMARGO. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/DOPSSANTOSCO0347.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/EDMUR PÉRICLES CAMARGO. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DE_OPSSPOSFICONSE000200.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2018.

Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/JOÃO CARLOS BONA GARCIA. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DE_OPSSPOSFICONSJ000609.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/MAETH DOMINGOS BOFF. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DE_OPSSPOSFTEXNSM000077.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/RAUL MOURA ELWANGER. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DE_OPSSPOSFTEXSNE000137.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.

Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/RAUL KROEFF MACHADO CARRION. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DE_OPSSPOSFTEXSNC001778.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2018.

Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Delegacia de Ordem Social/UBIRATAN DE SOUZA. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/BR_SPAPESP_DE_OPSSPOSFTEXSNS008434.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

Arquivo Público do Estado de São Paulo/Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Prontuários/VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR). Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SP_APE_SP_DEOPS_SAN_P000499_01.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2017.

4 ARQUIVOS OFICIAIS

1) Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores em Brasília – Embaixada Brasileira em Santiago:

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Instruções ao Cônsul Octavio Guinle. 06 de fevereiro de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Antecedentes políticos de Nei Rocha Cunha. 17 de março de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Antecedentes políticos de Paulo Roberto Campanário. 17 de março de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Pedido de prorrogação de passaporte, concedido no Brasil, a asilada territorial Maria Madalena Lacerda de Azevedo. 20 de março de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Subversão urbana. “Milícias populares de favelados”. 17 de abril de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Antecedentes políticos de Paulo Roberto Campanário. 17 de abril de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Autorização para viajar ao Brasil. Paulo de Tarso. 07 de maio de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Telegrama. Campanha contra o Brasil. 19 de maio de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Entrada dos subversivos Avelino Biden Capitani e Antônio Duarte dos Santos. 18 de junho de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Presença em Santiago do ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório. 18 de junho de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Atividades políticas do asilado brasileiro no Chile. Márcio Moreira Alves. 19 de junho de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Campanha contra o Brasil. Márcio Moreira Alves. Proteção encontrada no Chile. 23 de junho de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Imagem do Brasil no exterior. 28 de junho de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Antecedentes e situação dos subversivos. Avelino Bioen Capitani e Antonio Duarte dos Santos. 30 de junho de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Segurança nas comunicações. Necessidade de cifração de correspondência telegráfica “reservada”. 14 de julho de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Consulta prévia. Passaportes a brasileiros. 14 de julho de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Telegrama. Partida de Marcio Moreira Alves para Paris. 08 de agosto de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Atualização do fichário dos brasileiros asilados e refugiados no exterior. 11 de agosto de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Telegrama. Oficial de Administração Jaceguay Pinheiro da Costa. 21 de agosto de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Situação dos contatos com as autoridades policiais civis. Informações de interesse da segurança nacional. 27 de outubro de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Telegrama. Ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório. 27 de outubro de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Regresso ao Brasil do cassado Paulo de Tarso Santos. 10 de novembro de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Lotação de funcionários não diplomáticos: Embaixada em Santiago. 24 de novembro de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Medidas de segurança. Série DSI. 27 de novembro de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Telegrama. Asilado brasileiro Jefferson Cardim de Alencar Osório. 09 de dezembro de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Sequestro do embaixador da Suíça. Eventual pedido de asilo para presos políticos brasileiros. 10 de dezembro de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Sequestro do embaixador da Suíça. Ida ao Rio de Janeiro de funcionários da Chancelaria Chilena. 18 de dezembro de 1970.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Telegrama. Asilo diplomático. Marta Maria Klagadrinn, Marcia Savaget Fiani, Marijane Vieira Lisboa e Pedro Marcos de Almeida Gomes Vianna. 07 de janeiro de 1971.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Entrevista do Ministro das Relações Exteriores do Chile. Entrevista de banidos à imprensa. 22 de janeiro de 1971.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Vinda de universitários brasileiros ao Chile. Universidade Federal do Ceará. 22 de janeiro de 1971.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Supostas torturas aos presos políticos do Brasil. 24 de março de 1971.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Semana de Solidariedade ao Povo Brasileiro. 06 de maio de 1971.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Semana de Solidariedade ao Povo Brasileiro. 24 de maio de 1971.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Peça teatral de asilado Pedro Vianna. 18 de outubro de 1971.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Situação econômica. Viagem do presidente do Banco Central ao Brasil. Assistência econômica ao Chile. 05 de novembro de 1971.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Filme de curta-metragem sobre torturas. 07 de dezembro de 1971.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Frente de solidariedade ao Chile. Mario Pedrosa. 07 de abril de 1972.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Asilados brasileiros. Comitê de Solidariedade a Manuel da Conceição. 14 de fevereiro de 1973.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Política interna. Incidentes em Santiago. Brasileiro morto. 16 de junho de 1973.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Situação do Chile. Pedido de esclarecimento. 13 de setembro de 1973.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Situação econômica. Declarações do brigadeiro Leigh Guzmán. 15 de setembro de 1973.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Situação do jornalista Humberto Vasconcellos do “Jornal do Brasil”. 19 de setembro de 1973.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Necessidade de assistência técnica ao Chile. Cooperação do Brasil. 28 de setembro de 1973.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Aquisição de mil caminhões Mercedes Benz do Brasil para o Exército chileno. 05 de outubro de 1973.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Transporte Aéreo Brasil-Chile. Pedido chileno de reunião de consulta. 17 de outubro de 1973.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Assistência econômica ao Chile. 24 de outubro de 1973.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Refugiados brasileiros. Visita do representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. 30 de outubro de 1973.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Falecimento de extremista brasileiro. Wânio José Matos. 31 de outubro de 1973.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Refugiados brasileiros. Remessa de dados. 01 de novembro de 1973.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Brasileiro detido em Santiago. Enio Bucchioni. 01 de novembro de 1973.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Política interna. Novo comandante de Santiago. Choque de extremistas no Sul. 04 de dezembro de 1973.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Reunião do corpo diplomático. Asilados. 04 de dezembro de 1973.

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores. Embaixada Brasileira em Santiago. Telegrama. Viagem ao Brasil de alunos do Instituto Superior de Carabineiros. 21 de dezembro de 1973.

2) Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile en Santiago – Embajada de Chile en Brasil:

Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Brasilia. Telegrama. Participación brasileña en la próxima FISA. 06 de julio de 1972.

Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Brasilia. Telegrama. Reunión de Consulta Aeronáutica Chile-Brasil. 26 de septiembre de 1973.

Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Brasilia. Telegrama. La situación chilena y Brasil. 27 de septiembre de 1973.

Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Brasilia. Telegrama. Visita de misión económica. 29 de octubre de 1973.

Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Brasilia. Telegrama. Acusa recibo Circular Confidencial nº 28, sobre repercusiones sucesos 11 de septiembre. 29 de octubre de 1973.

Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Santiago. Telegrama. 30 de octubre de 1973.

Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Brasilia. Telegrama. Presentación de copias de cartas credenciales al Canciller Gibson Barboza: “Intriga Internacional contra Chile”, los recursos naturales compartidos. 07 de diciembre de 1973.

Archivo del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile. Embajada de Chile en Brasilia. Telegrama. Alerta contra la subversión. Discurso del ministro de Aeronáutica. Grupos terroristas en la frontera boliviana. 18 de diciembre de 1973.

3) Documentos on-line:

ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 09 DE ABRIL DE 1964. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 02 mar. 2017.

ATO INSTITUCIONAL Nº 2, DE 27 DE OUTUBRO DE 1965. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em: 04 abr. 2017.

ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1969. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 10 mar. 2017.

ATO INSTITUCIONAL Nº 13, DE 05 DE SETEMBRO DE 1969. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-13-69.htm>. Acesso em: 12 mar. 2017.

DECRETO LEY Nº 81 DE 1973. Centro de Estudios Miguel Enríquez (CEME), 06 nov. 1973. Disponível em:
<http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0004.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2018.

DECRETO LEY Nº 77 DE 1973. Centro de Estudios Miguel Enríquez (CEME), 13 out. 1973. Disponível em:
<http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0008.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2018.

INFÂNCIA ROUBADA. Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. Disponível em:
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20800_arquivo.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

INFORME DE LA COMISION NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACION. INFORME RETTIG. Disponível em: <http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html>. Acesso: 15 ago. 2012.

INFORME DE LA COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA – INFORME VALECH. Disponível em:
<<https://bibliotecadigital.indh.cl/handle/123456789/455>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

JUNTA MILITAR, Bando Nº 26. Comunicación sobre las actividades de las FFAA el 11 y 12 de septiembre de 1973. Disponível em: <<http://www.archivochile.com/entrada.html>>. Acesso em: 31 out. 2013.

LEIS ADOLFO GORDO. Disponível em:
<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LEIS%20ADOLFO%20GORDO.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

M15. The Security Service. Disponível em: <<https://www.mi5.gov.uk/>>. Acesso em: 14 de fev. 2017.

MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA. DECLARACIÓN DE PRINCIPIOS. Disponível em:
<<https://institutobautistavanschouwen.wordpress.com/2012/09/23/declaracion-de-principios-del-mir-aprobada-en-el-congreso-fundacional-de-1965/>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

MULHERES DIPLOMATAS NO ITAMARATY. Disponível em:
<<http://funag.gov.br/loja/download/miolo-mulheres-diplomatas-no-itamaraty.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

PACTO DE GARANTÍAS DEMOCRÁTICAS, 1970. Memoria Chilena. Biblioteca Nacional de Chile. Disponível em: <<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-96581.html>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

PROGRAMA DE LA UNIDAD POPULAR, 1970. Centro de Estudios Miguel Enríquez (CEME). Disponível em: <http://www.archivochile.com/S_Allende_UP/doc_de_UP/SAdocup0002.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

5 IMPRENSA

1) Biblioteca Nacional de Chile. Archivo de Micro formatos:

Biblioteca Nacional de Chile. Archivo de Microformatos. Hermetismo en fuentes del gobierno. Contraloría investigará donación de Pasajes a Francia para Asilado. *El Mercurio*, Santiago, s/p, 16 de febrero de 1972.

Biblioteca Nacional de Chile. Archivo de Micro formatos Hogar Infantil Sirve de Albergue a Brasileños. *El Mercurio*, Santiago, s/p, 18 de febrero de 1972.

Biblioteca Nacional de Chile. Archivo de Micro formatos. Prodigalidad con Fondos Públicos. *El Mercurio*, Santiago, s/p, 20 de febrero de 1972.

2) Acervo eletrônico da Folha de São Paulo:

Quem pode ser fuzilado no Chile e pena de morte para restaurar a ordem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 01 e 03, 17 de setembro de 1973. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

Pena de morte para restaurar a ordem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 03, 17 de setembro de 1973. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

Mais duas execuções anunciadas no Chile. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 05, 30 de outubro de 1973. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

O embaixador sueco abandona São Paulo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 03, 10 de dezembro de 1973, p. 3. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

2) Acervo eletrônico da Punto Final:

Guerrillero Boliviano. *Punto Final*, Santiago, n. 114, p. 01-34, 1970, p. 01. Disponível em: <<http://www.puntofinal.cl/>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

Lo que defiende la CIA en Chile. *Punto Final*, Santiago, n. 114, p. 01-34, 1970, p. 16. Disponível em: <<http://www.puntofinal.cl/>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

Bienvenidos. *Punto Final*, Santiago, n. 122, p. 01-33, 1971, p. 03. Disponível em: <<http://www.puntofinal.cl/>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

La movilización campesina en Cautín. *Punto Final*, Santiago, n. 127, p.01-34, 1971, p. 07. Disponível em: <<http://www.puntofinal.cl/>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

Esta gran humanidad ha echado a andar. *Punto Final*, Santiago, n. 148, p. 01-34, 1972, p. 05. Disponível em: <<http://www.puntofinal.cl/>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

Comando Guerrillero del Araguaya. Carta a un diputado federal brasileiro. *Punto Final*, Santiago, n. 171, p. 01-34, 1972, p. 02. Disponível em: <<http://www.puntofinal.cl/>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

SADER, Emir. Latinoamericanos y europeos en el MIR. *Punto Final*, Santiago, n. 814, 2014. Disponível em: <<http://www.puntofinal.cl/814/mir814.php>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

3) Reportagens on-line:

Diógenes Arruda: o guerreiro sem repouso. *Portal Vermelho*. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=2692&id_coluna=10>. Acesso em: 04 jun. 2018.

Neusah Cerveira, filha do major assassinado pela ditadura militar na Operação Condor denuncia atentado. *O Rebate*, Macaé, 26 de julho de 2012. Disponível em: <<http://jornalrebate.com.br/site/canais/pais/9029-neusah-cerveira-filha-ao-major-cerveira-assassinado-pela-ditadura-militar-na-operacao-condor-denuncia-perseguido>>. Acesso em: 13 out. 2017.

Rawson en la memoria viva de los pueblos. *TV Noticias Aitue*, 23 de agosto de 2013. Disponível em: <<https://jarashott.wordpress.com/2013/08/23/rawson-en-la-memoria-viva-de-los-pueblos/>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

“Minha terra tem horrores”: versão feita por alunos causa comoção. *Gazeta*, Vitória, 07 de abril de 2017. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br/noticias/brasil/2017/04/-minha-terra-tem-horrores--versao-feita-por-alunos-causa-comocao-1014042320.html>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

MARTONI, Ligia. Exílio acabou, mas a luta continua. *Tribuna*, Curitiba, 13 maio de 2007. Disponível em: <[://www.tribunapr.com.br/noticias/mundo/exilio-acabou-mas-a-luta-continua/](http://www.tribunapr.com.br/noticias/mundo/exilio-acabou-mas-a-luta-continua/)>. Acesso em: 24 nov. 2018.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Lista dos cidadãos brasileiros vitimados no Chile. *Rsurgente*, 04 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://rsurgente.wordpress.com/2015/10/04/lista-dos-cidadaos-brasileiros-vitimados-no-chile/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

SADER, Emir. “Brasil patrocinou golpe de Pinochet em 1973, no Chile”. *Carta Maior*, 05 de agosto de 2003. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sem-editoria/Brasil-patrocinou-golpe-de-Pinochet-em1973-no-Chile/27/356>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGEE, Philip. *La CIA por dentro. Diario de una espía*. Buenos Aires: Sudamericana, 1975.
- ALBORNOZ, César. La cultura en la Unidad Popular: porque esta vez no se trata de cambiar un presidente. In: VALLEJOS, Julio (Ed.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005, p. 147-176.
- ALDRIGHI, Clara; WAKSMAN, Guillermo. *TUPAMAROS exiliados en el Chile de Allende 1970-1973*. Montevideo: Mastergraf, 2015.
- ALTAMIRANO, Carlos. *Dialéctica de una derrota: Chile 1970-1973*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ÁLVAREZ, Rolando. *Arriba los pobres del mundo. Cultura e identidad del Partido Comunista de Chile entre democracia y dictadura. 1965-1990*. Santiago: LOM, 2011.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANGELL, Alan. *Partidos Políticos y movimiento obrero en Chile. De los orígenes hasta el triunfo de la Unidad Popular*. México: Era, 1974.
- ANSTETT, Élisabeth. Comparación no es razón: a propósito de la exportación de las nociones de desaparición forzada y detenidos desaparecidos. In: GATTI, Gabriel (Org.). *Desapariciones. Usos locales, circulaciones globales*. Bogotá: Siglo del hombre editores, 2017.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARISTÓTELES. *Constituição dos Atenienses*. Lisboa: Gulbekian, 2011.
- AXELSSON, Sun; LEANDER, Birgitta; SILVA-CÁCERES, Raúl. *Golpe y represión en Chile*. Santiago: Signo Editorial, 2014.
- BALLESTEROS, Elías. *La memoria y el olvido. Detenidos desaparecidos en Chile*. Santiago: Orígenes Ediciones, 1995.
- BAUER, Caroline. *Avenida João Pessoa, 2050 - 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado História) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

BITAR, Sérgio. *Transição, socialismo e democracia: Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BONASSO, Miguel. Prefacio. In: PIETERSE, Jan. et al. *Terrorismo de Estado. El papel internacional de EEUU*. Navarra: Txalaparta, 1990, p. 9-25.

BONNEFOY MIRALLES, Pascale. *Terrorismo de Estado: prisioneros de guerra en un campo de deportes*. Santiago: CESOC, 2005.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRUM, Maurício. *Um Jacarandá em Santiago: o radicalismo político no Chile pela trajetória militante de Nilton Rosa da Silva (1971-1973)*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Dissertação (Mestrado História) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2016.

BRUNA, Susana. *Chile: la legalidad vencida*. México: Era, 1976.

CABRERA, Eugenio. Historia y memoria. Villa Francia y su experiencia en la Unidad Popular. In: VALLEJOS, Julio (Ed.). *Fiesta y drama: nuevas historia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2014, p. 75-107.

CAMACHO, Fernando. Los asilados de las Embajadas de Europa Occidental en Chile tras el golpe militar y sus consecuencias diplomáticas: El caso de Suecia. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, Ámsterdam, n. 81, p. 21- 42, 2006.

CARDOSO, Irene. Memória de 68: terror e interdição do passado. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 101-112, 1990.

CARRION, Raul. Biografia. Disponível em: <<http://www.raulcarrion.com.br/biografia.asp>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CASSOL, Gisele. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Uruguai e Brasil (1964-1985)*. Santa Maria: UFSM, 2008. Dissertação (Mestrado Integração Latino-Americana) – PPG-Integração Latino-Americana/UFSM, Santa Maria, 2008.

CASTELLS, Manuel. *La lucha de clases en Chile*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1974.

CATELA, Ludmila. El mundo de los archivos. In: CATELA, Ludmila; JELIN, Elizabeth (Comps.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

CERVEIRA, Neusah. *Memória da dor: A Operação Condor no Brasil (1973/1985)*. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado História) – PPG-História/USP, São Paulo, 2007.

COMBLIN, Josep. *A ideologia de Segurança Nacional. O poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONTRERAS, Manuel Sepúlveda. *La verdad histórica: el ejército guerrillero. Primer período de la guerra subversiva: abril de 1967 a 10 de setiembre de 1973*. Santiago: Encina Ediciones, 2000.

CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. V. 2. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

CRUZ, Fábio Lucas da. *Frente Brasileira de Informaciones e Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)*. São Paulo: USP, 2010. Dissertação (Mestrado História Social) – PPG-História Social/USP, São Paulo, 2010.

CUEVA, Agustín. *Teoría social y procesos políticos en América Latina*. México: Edicol, 1979.

DAVIS, Nathaniel. *Os dois últimos anos de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

DICIONÁRIO MICHAELIS DE PORTUGUÊS. Disponível em:
<<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portuguesbrasileiro/ex%C3%ADlio/>>.
Acesso em: 20 mar. 2018.

DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DOSSIÊ DITADURA: *Mortos e desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

DUHALDE, Eduardo. *El Estado terrorista argentino: quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Escala, [S.d].

ENRÍQUEZ, Miguel. *Textos Fundamentales*. Santiago: Spartacus, 2014.

ESPINOZA, Carolina. Chile en el corazón. In: OÑATE, Rody. et al. *Nosotros los Chilenos 13: Exilio y retorno*. Santiago: LOM, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Ananda Simões. *Burocratas da dor: as conexões repressivas entre os órgãos de informação das ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985)*. Porto Alegre: UFRGS, 2018. Tese (Doutorado História) – PPG História/UFRGS, Porto Alegre, 2018.

FERNANDEZ, Jorge. *Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado História) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2014.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula: 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. *Partido Operário Comunista (POC): história e memória de uma organização marxista-leninista (1968-1971)*. São Paulo: USP, 2016. Tese (Doutorado História) – PPG-História/USP, São Paulo, 2016.

FRANCO, Leonardo (Org.). *El Asilo y la protección internacional de los refugiados en América Latina/Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados*. San José, C.R: Editorama, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRENZ, Helmut. *Mi vida chilena: Solidaridad con los oprimidos*. Santiago: LOM, 2006.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GALLARDO, José. El PC y su visión de lo militar y las Fuerzas Armadas: período fundacional, 1912-1927. In: ULIANOVA, Olga. et al. *1912-2012. El siglo de los comunistas chilenos*. Santiago: IDEA, 2012, p. 81-96.

GARCÉS, Mario. Los años de la Unidad Popular: cuando los pobladores recreaban las ciudades chilenas. In: VALLEJOS, Julio (Ed.). *Fiesta y drama: nuevas historias de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2014, p. 51-73.

GARCÉS, Joan. Allende e as armas da política. São Paulo: Página Aberta, 1993.

GARRETÓN, Manuel. Fear in Military Regimes: An Overview. In: CORRADI, Juan; FAGEN, Patricia; GARRETÓN, Manuel. (Eds.). *Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America*. California: University of California Press, 1992, p. 13-25.

GARZÓN VALDÉS, Ernesto. El Terrorismo de Estado. *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n. 65, p. 35-55, 1989.

GATICA, Mónica. *¿Exilio, migración, destierro? Los trabajadores chilenos que se asentaron en el Noreste de Chubut a partir de Septiembre de 1973. Memorias, historias e implicancias*. La Plata: UNLP, 2010. Tesis (Doctorado Historia). Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación/UNLP, La Plata, 2010.

GATTI, Gabriel. Prolegómeno. Para un concepto científico de desaparición. In: GATTI, Gabriel (Org.). *Desapariciones. Usos locales, circulaciones globales*. Bogotá: Siglo del hombre editores, 2017.

GAUDICHAUD, Franck. *Chile, 1970-1973. Mil días que estremecieron al mundo. Poder popular, cordones industriales y socialismo durante el gobierno de Salvador Allende*. Santiago: LOM, 2016.

_____. *Poder Popular y Cordones Industriales. Testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973*. Santiago: LOM, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1998.

GROPPO, Bruno. Dictaduras militares, archivos de movimientos políticos y sociales y archivos de la represión en América Latina. In: ACUÑA, María Graciela. et al. *Archivos y memoria de la represión en América Latina (1973-1990)*. Santiago: LOM, 2016. E-book. Disponível em: <<https://read.amazon.com/>>. Acesso em: 14 set. 2018.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A revolução chilena e a ditadura militar. In: WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (Orgs.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 79-101.

_____. *História Contemporânea da América Latina: 1960-1990*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GUERRA, Carlos Dorat; BARAHONA, Mauricio Weibel. *Asociación ilícita. Los archivos secretos de la dictadura*. Santiago: Ceibo Ediciones, 2012.

HERMAN, Edward. El patrocinio estadounidense del terrorismo internacional: un examen general. In: PIETERSE, Jan. et al. *Terrorismo de Estado. El papel internacional de EEUU*. Navarra: Txalaparta, 1990, p. 61-103.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUGGINS, Martha; ZIMBARDO, Philip; HARITOS-FATOUROS, Mika. *Operários da Violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

_____. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, Octavio. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis: Vozes, 1976.

ILLANES, Angélica; RECABAL, Flor. Liberación y Democracia en la tierra. Historia y memoria de la Reforma Agraria. Unidad Popular, Chile, 1971-2012. In: VALLEJOS, Julio (Ed.). *Fiesta y drama: nuevas historias de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2014, p. 17-50.

JENSEN, Silvina. *Suspendidos de la historia/exiliados de la memoria. El caso de los argentinos desterrados en Cataluña (1976/...)*. Barcelona: Universidad Autònoma de Barcelona, 2004. Tesis (Doctorado Historia) – Departamento de Historia Moderna i Contemporània/Universidad Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2004.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack de. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 2015.

LANGGUTH, A. J. *A face oculta do terror*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

LASTRA, Soledad; PALMA, Carla Peñaloza. Asilos en dictaduras: chilenos en la embajada argentina. *Perfiles Latinoamericanos*, México, v. 24, n. 48, p. 01-27, 2016.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

_____. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAVEAU, Agnés; TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

LEIVA, Sebastián; FAHRA Neghme. *La política del movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) durante la Unidad Popular y su influencia sobre los obreros y pobladores de Santiago*. Santiago: USACH, 2000. Tesis (Licenciado Educación, Historia y Geografía) – Historia/USACH, Santiago, 2000.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LIBRO BLANCO DEL CAMBIO DE GOBIERNO EN CHILE. 11 de septiembre de 1973. Secretaría General de Gobierno. Santiago: Lord Cochrane, 1973.

LUCE, Mathias Seibel. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado História) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2011.

MACKENNA, Benjamín Vicuña. El Intendente que cambió Santiago. Disponível em: <http://www.museovicunamackenna.cl/647/w3-article-25397.html?_noredirect=1>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MARÇAL, João. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul: anotações biográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha*. Porto Alegre: EU, 1995.

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.

_____. *Dialética da dependência*. México: Era, 1973.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado Ciência Política) – PPG-Ciência Política/UFRGS, Porto Alegre, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. V. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

MCSHERY, J. Patrice. La maquinaria de la muerte: la Operación Cóndor. *Taller*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 33-45, 2012.

MECHI, Patrícia. *Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas dos camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)*. São Paulo: PUC, 2012. Tese (Doutorado História) – PPG-História/PUC, São Paulo, 2012.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. Os quatro horizontes do futuro. Biblioteca da Presidência da República, 31 de dezembro de 1969. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/expresidentes/emiliomedici/discursos/1969/10.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

_____. Tempo de construir. Biblioteca da Presidência da República, 31 de março de 1971. Disponível em: <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/expresidentes/emilio medici/discursos/1971/05.pdf/view](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/expresidentes/emilio%20medici/discursos/1971/05.pdf/view)>. Acesso em: 19 abr. 2018.

MELGAR BAO, Ricardo. El primer exilio y la Independencia: entre categorías y nativos americanos. In: SANHUEZA, Carlos; PINEDO, Javier. *La patria interrumpida: latino-americanos en el exilio. Siglos XVIII-XX*. Santiago: LOM, 2010, p. 13-34.

MÉNDEZ, José Luis. *La Operación Condor contra Cuba*. Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria, 2011.

MIRES, Fernando. Chile: la revolución que no fue. In: MIRES, Fernando. *La rebelión permanente. Las revoluciones sociales en América Latina*. México: Siglo XXI, 1988, p. 332-375.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende: 1970-1973*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MONTEALEGRE ITURRA, Jorge. *Frazadas del Estadio Nacional*. Santiago: LOM, 2003.

MOULIAN, Tomás. *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago: LOM, 1997.

_____. La vía chilena al socialismo: itinerario de la crisis dos discursos estratégicos da UP. In: VALLEJOS, Julio (Ed.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005, p. 35-56.

O'DONNELL, Guillermo. *El estado burocrático autoritario. Triunfos, derrotas y crisis*. Buenos Aires: Belgrano, 1998.

ORELLANA, Patricio. *El exilio chileno*. Tesis presentada a la Universidad de Sussex, IDS, Falmer, England, 1981.

OSPINA, Calvo Hernando. *A CIA e o terrorismo de Estado. Cuba, Vietnã, Angola, Chile, Nicarágua*. Florianópolis: Insular, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 03-15, 1989.

POLICSER, Pablo. *Los modelos del horror. Represión e información en Chile bajo la Dictadura Militar*. Santiago: LOM, 2017.

PADRÓS, Enrique. *Como el Uruguay no hay...: Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado História) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2005. 2 t.

_____; FERNANDES, Ananda Simões. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os "anos de chumbo" no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique. et al. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. V. 2. Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo". Porto Alegre: CORAG, 2009, p. 33-48.

_____; MARÇAL, Fábio Azambuja. O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique. et al. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. V. 3. Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: CORAG, 2009, p. 35-48.

_____. Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor. In: PADRÓS, Enrique. et al. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. V. 3. Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: CORAG, 2009, p. 49-81.

_____; VIVAR, Jorge. *Memórias da resistência e da solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva*. Porto Alegre: Ed. ASF-Brasil, 2013.

_____; SIMÕES, Sílvia. A ditadura brasileira e o golpe de estado chileno. *Outros Tempos*, São Luís, v. 10, n. 16, p. 229-255, 2013.

RAMOS, André de Carvalho; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA, Guilherme (Orgs.). 60 anos de ACNUR. Perspectivas de futuro. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wpcontent/uploads/2018/02/60anosdeACNUR_Perspectivas-de-futuro_ACNUR-USP-UNISANTOS-2011.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2018.

REYNA, Álvaro; REYES, José. *Terrorismo, ley antiterrorista y derechos humanos*. Santiago: Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 1991.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

RODRÍGUEZ, Carlos. El MAPU y la vía al socialismo como construcción democrática. *Revista Izquierdas*, Santiago, n. 4, p. 1-14, 2009.

ROJAS MIX, Miguel. *El dios de Pinochet. Fisionomía del fascismo iberoamericano*. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 91-123, 2010.

_____. Exilio, teoría sociopolítica y enfoques trasnacionales. *Revista Migraciones y exilios*, Madrid, n. 16, p. 33-56, 2016.

SADER, Eder. *Um Rumor de Botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o Exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SALES, Teresa. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 87-98, 1996.

SALES, Jean. *A luta armada contra a ditadura militar, a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

SARLO, Beatriz. *Tiempo Presente: notas sobre el cambio de una cultura*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2001.

SCHULZ, William. Introducción. In: PIETERSE, Jan. et al. *Terrorismo de Estado. El papel internacional de EEUU*. Navarra: Txalaparta, 1990, p. 27-38.

SCHMEISSER, Boris. *Historia de los pobladores del Campamento Nueva La Habana durante la Unidad Popular (1970-1973)*. Santiago: U. ARCIS, 2007. Tesis (Licenciado Historia y Ciencias Sociales) – Historia y Ciencias Socias/UARCIS, Santiago, 2007.

SEGALL, Marcelo. *Desarrollo del capitalismo en Chile. Cinco ensayos dialécticos*. Santiago: Editorial del Pacífico, 1953.

SERRANO, Sol. *Conservadurismo y Democracia Cristiana*. Centro de Estudios Miguel Enríquez (CEME). Disponível em: <http://www.archivochile.com/Partidos_burguesia/pdc/sobre/PBsobrepc0005.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2017.

SIMÕES, Silvia. *Canto que ha sido valiente siempre será canción nueva: o cancionero de Víctor Jara e o golpe civil-militar no Chile*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Dissertação (Mestrado História) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2011.

SLATMAN, Melisa. Terrorismo de Estado y exilio: hipótesis exploratorias para una comparación entre los casos chileno y argentino. JORNADAS DE TRABAJO. EXÍLIOS

POLÍTICOS DEL CONO SUR EM EL SIGLO XX, 1., 2012, La Plata. *Anais eletrônicos...* La Plata: FAHCE/UNLP, 2012. Disponível em: <<http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar/i-jornadas/ponencias/SLATMAN.pdf/view?searchterm=None>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del Destierro y el exilio en América Latina*. México: FCE, 2013.

OÑATE, Rody; WRIGHT, Thomas. *Flight from Chile: voices of exile*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998.

TAPIA VALDÉS, Jorge. *El terrorismo de Estado: la Doctrina de Seguridad Nacional en el Cono Sur*. México: Nueva Imagen, 1980.

TRAVERSO, Enzo. Memoria e historia del siglo XX. In: ACUÑA, María Graciela. et al. *Archivos y memoria de la represión en América Latina (1973-1990)*. Santiago: LOM, 2016. E-book. Disponível em: <<https://read.amazon.com/>>. Acesso em: 21 out. 2018.

TORRES, Osvaldo. *Democracia y Lucha armada: MIR y MLN-Tupamaros*. Santiago: Pehuén, 2012.

VALDIVIA, Verónica. *Nacionales y gremialistas: el "parto" de la nueva derecha política chilena, 1964-1973*. Santiago: LOM, 2008.

_____. “Todos juntos seremos la historia: Venceremos”. Unidad Popular y Fuerzas Armadas. In: VALLEJOS, Julio (Ed.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005, p. 177-206.

_____. Estatismo y neoliberalismo. Un contrapunto militar. *Historia*, Santiago, n. 45, p. 167-226, 2001.

VALENZUELA, Esteban. *Cristianismo, revolución y renovación en Chile: el Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU) 1969-1989*. Valencia: Universidad de Valencia, 2011. Tesis (Doctorado Historia) – Departamento de Historia Contemporánea/Valencia, 2011.

VALLEJOS, Julio. Hacer la revolución en Chile. In: VALLEJOS, Julio (Ed.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005, p.177-206.

VERDUGO, Patricia. *Los zarpazos del puma. Caso Arellano*. Santiago: Chile América Ediciones, 1989.

VIÑAR, Maren e Marcelo. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

VITALE, Luis. *Interpretación Marxista de la Historia de Chile*. V. 6. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Historia_de_Chile/trab_gen/HCHtrabgen0009.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2017.

_____. *¿Y después del 4, que? Perspectivas de Chile después de las elecciones presidenciales (1970)*. Disponible em:
<http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/vitalel/6lvc/06lvctextpol0001.pdf>. Acceso em:
20 dez. 2017.

WINN, Peter. *Tejedores de la revolución: los trabajadores de Yarur y la vía chilena al socialismo*. Santiago: LOM, 2004.

_____. *La revolución chilena*. Santiago: LOM, 2013.

YANKELEVICH, Pablo. *Ráfagas de un exilio/Argentinos en México, 1974-1983*. Colección Testimonios. 1ed. México, DF: Colegio de México, 2009.